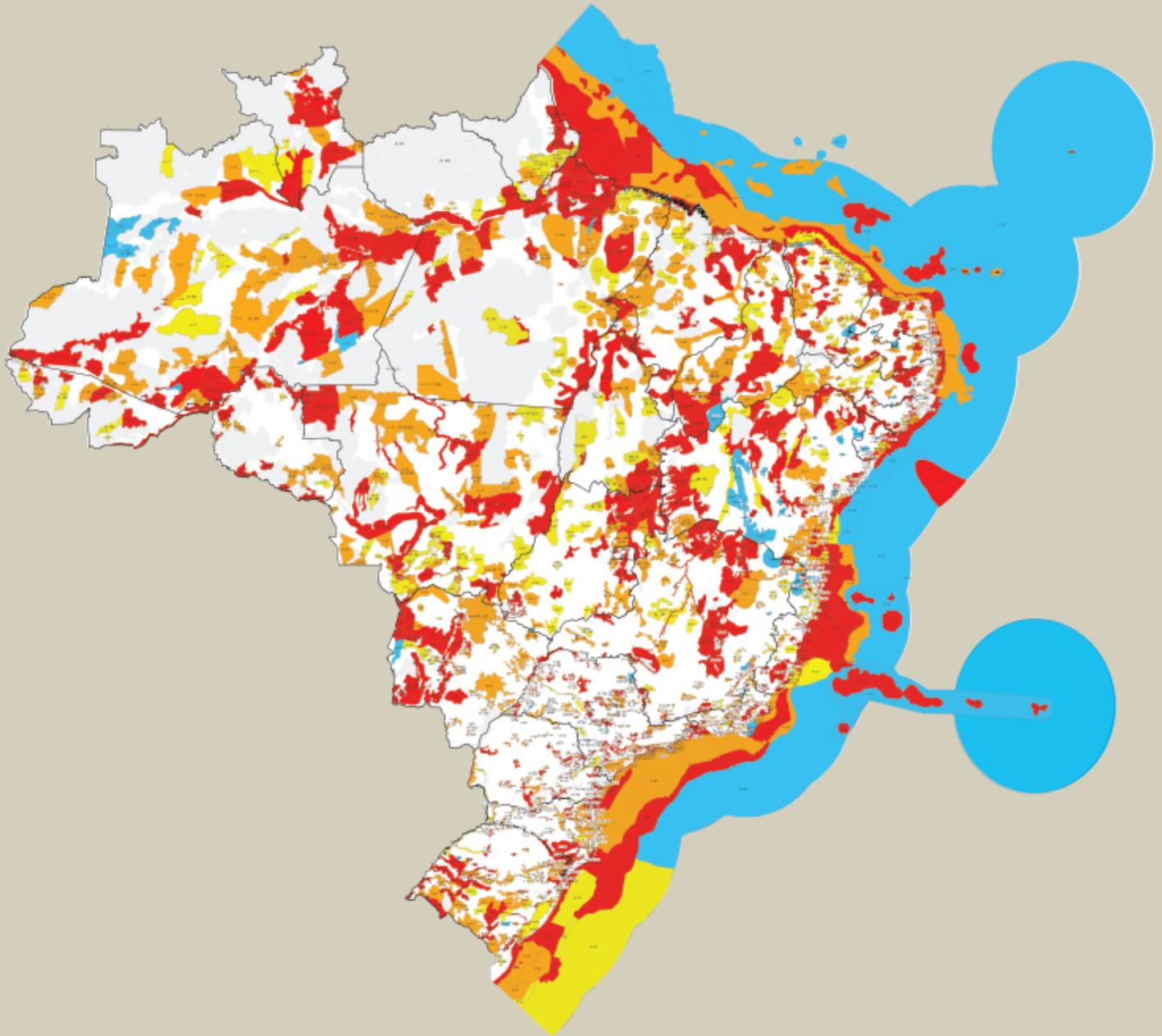


**Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira:
Atualização - Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007**



**ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E
REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA**

ATUALIZAÇÃO: Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007

República Federativa do Brasil

Presidente

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Vice-Presidente

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Ministério do Meio Ambiente

Ministra

MARINA SILVA

Secretário-Executivo

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Secretária Nacional de Biodiversidade e Florestas

MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO

Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade

BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Nacional de Biodiversidade e Florestas
Departamento de Conservação da Biodiversidade

**ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E
REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA**

ATUALIZAÇÃO: Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007

BIODIVERSIDADE 31

Brasília
2007

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA: ATUALIZAÇÃO - PORTARIA MMA n° 9, DE 23 DE JANEIRO DE 2007.

Coordenação Técnica

Marcos Reis Rosa

Coordenadores dos Biomas

Programa de Áreas Protegidas da Amazônia: Ronaldo Weigand Jr.; Núcleo Cerrado e Pantanal: Mauro Oliveira Pires; Núcleo Caatinga: Antônio Edson Guimarães Farias; Núcleo de Assessoria e Planejamento da Mata Atlântica e Pampa: Wigold B. Schaffer; Núcleo da Zona Costeira e Marinha: Ana Paula Prates.

Coordenadores Técnicos dos Biomas

Amazônia: Ana Luisa Albernaz; Cerrado e Pantanal: Paula Hanna Valdujo; Caatinga: Manuella Andrade de Souza; Mata Atlântica e Pampa: Leandro Baumgarten; Zona Costeira e Marinha: Luiz Henrique de Lima.

Consolidação das informações

Marcos Reis Rosa

Revisão Técnica

Helio Jorge da Cunha, Luciana Aparecida Zago, Marina Landeiro e Luiz Henrique de Lima

Capa, Projeto Gráfico e Editoração

Marcelo Rodrigues Soares de Sousa e Mayko Miranda

Catálogo e Normalização Bibliográfica

Helionídia C. Oliveira e Cilúlia Maury

Fotos gentilmente cedidas

Carlos Terrana, F.S.E. Santo, Leandro Baumgarten, Miguel Von Behr, Patrícia Metzler e Vinícius Lubanbo

Apoio

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - Projeto BRA/00/021

A882 Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA n°9, de 23 de janeiro de 2007. / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. – Brasília: MMA, 2007.
p. : il. color. ; 29 cm. (Série Biodiversidade, 31)

Bibliografia

ISBN 978-85-7738-076-3

1. Biodiversidade. 2. Convenção. 3. Diversidade biológica. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. III. Título. IV. Série.
CDU (1ed.)574

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração Luís Eduardo Magalhães – CID Ambiental

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – térreo

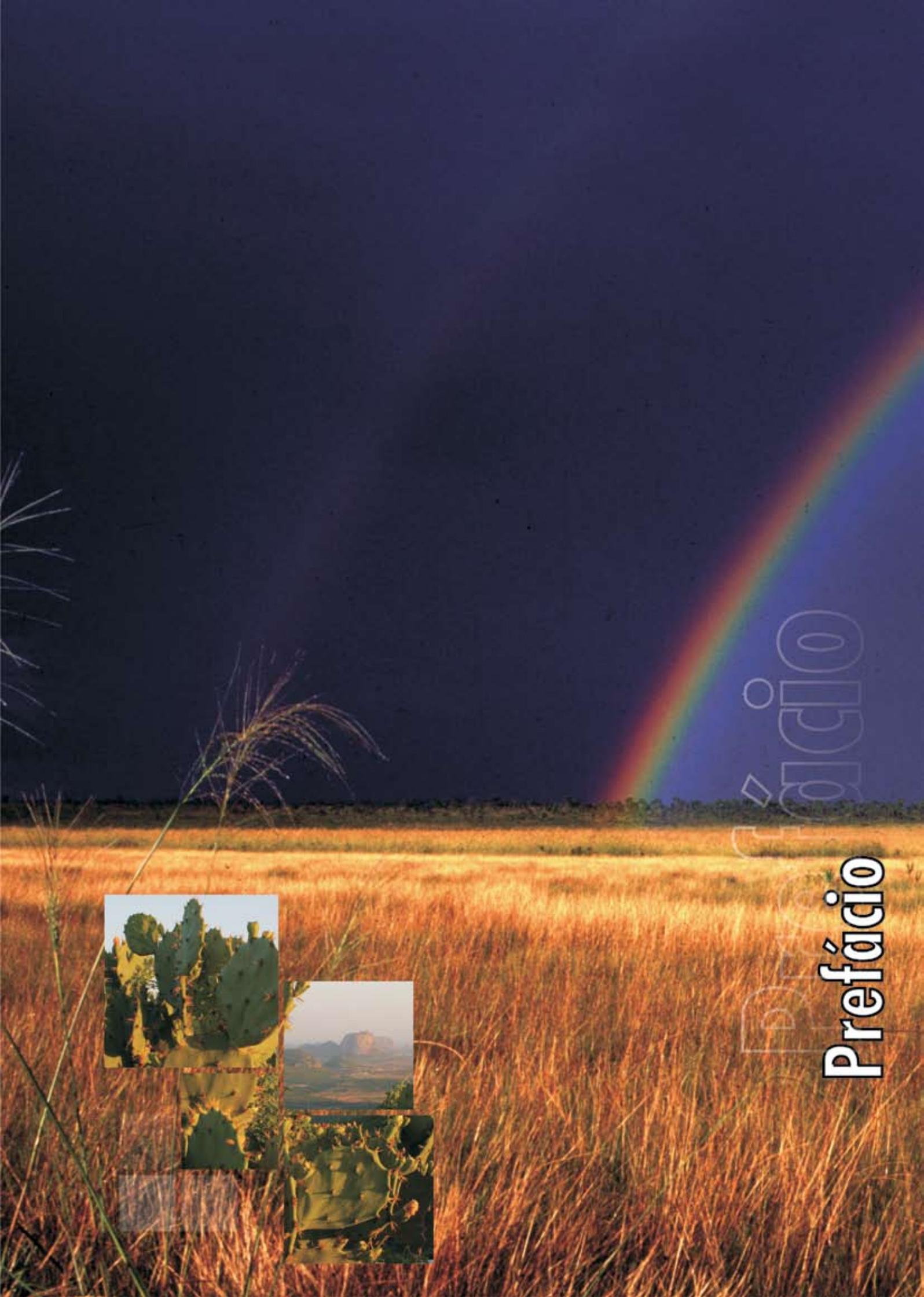
Brasília/DF 70068 900

Fone. 55 61 40091414

Email. cid@mma.gov.br

www.mma.gov.br

Impresso no Brasil



Prefácio

Prefácio

Prefácio

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, assinada em 1992, representa um esforço mundial para a manutenção da biodiversidade e tem como desafio gerar diretrizes para conciliar o desenvolvimento com a conservação e a utilização sustentável dos recursos biológicos.

O Brasil, como país signatário da CDB, deve apoiar ações que venham dotar o governo e a sociedade das informações necessárias para o estabelecimento de prioridades que conduzam à conservação, à utilização sustentável e à repartição de benefícios da diversidade biológica brasileira.

Um dos maiores desafios para os tomadores de decisão sobre a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de prioridades nacionais, regionais e locais, essenciais para que as decisões políticas possam ser traduzidas em ações concretas, com a aplicação eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

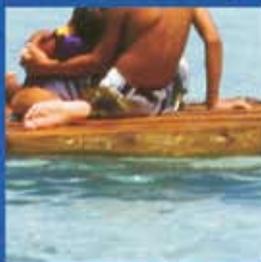
Por isso, o Ministério do Meio Ambiente realizou entre 1998 e 2000 a primeira “Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Brasileiros”. No final do processo, foram definidas 900 áreas, estabelecidas pelo Decreto nº 5.092, de 24 de maio de 2004, e instituídas pela Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004 (ambos em anexo). A portaria determina que essas áreas devem ser revisadas periodicamente, em prazo não superior a dez anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais.

É com satisfação que apresentamos agora a Atualização das Áreas Prioritárias, cuja metodologia incorporou os princípios de planejamento sistemático para conservação e seus critérios básicos (representatividade, persistência e vulnerabilidade dos ambientes), priorizando o processo participativo de negociação e formação de consenso. Para tanto um número maior de setores e grupos ligados à temática ambiental foi envolvido, legitimando o processo e considerando os diversos interesses.

Estas Áreas Prioritárias atualizadas, instituídas pela Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007, serão úteis na orientação de políticas públicas, como já acontece, por exemplo no licenciamento de empreendimentos, rodadas de licitação dos blocos de petróleo pela Agência Nacional de Petróleo, no direcionamento de pesquisas e estudos sobre a biodiversidade (editais do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO/MMA - e do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA), e na definição de áreas para criação de novas Unidades de Conservação, nas esferas federal e estadual. Vale ressaltar que se trata de uma ferramenta nova que ainda está sendo internalizada pelos diversos setores do governo e da sociedade e que, cada vez mais, deverá ser utilizada.

Acreditamos que o direcionamento das políticas públicas com base nestas Áreas Prioritárias atualizadas contribuirá para a compatibilização entre a almejada aceleração do crescimento econômico do País e a conservação dos nossos recursos biológicos, seu uso sustentável e a repartição dos benefícios advindos deste uso.

Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente



Apresentação

Apresentação

Entre 1998 e 2000, o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO/MMA realizou ampla consulta para a definição de áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos, e na Zona Costeira e Marinha. Desta forma, foi possível não só identificar as áreas prioritárias, como também avaliar os condicionantes socioeconômicos e as tendências de ocupação humana do território brasileiro, elencar principais ações para gestão dos nossos recursos biológicos.

Desde que os processos que determinaram essas áreas foram realizados, novas informações biológicas se tornaram disponíveis, o que responde à demanda estabelecida pelo Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 (anexo 11.1), e pela Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004 (anexo 11.2), que, ao instituir as áreas, prevê sua revisão à luz do avanço do conhecimento. A atualização das Áreas Prioritárias também está em consonância com as estratégias sugeridas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), pelo PANBio - Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade (Deliberação nº 40, de 07 fevereiro de 2006, da Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO); e pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006).

A metodologia utilizada para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira foi discutida na Oficina Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade - Alvos e Ferramentas, em novembro de 2005 e posteriormente aprovada pela Deliberação CONABIO nº 39, de 14 de dezembro de 2005 (anexo 11.3). Tal metodologia adotou como base o Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004) e utilizou uma abordagem que promove maior objetividade e eficiência; cria memória do processo de identificação de prioridades; promove maior participação; e gera informações que possibilitam decisão informada e capacidade para avaliar oportunidades.

Coube ao MMA disponibilizar os meios e os instrumentos necessários ao processo de atualização das áreas prioritárias de forma a garantir a participação da sociedade e o alcance do resultado, que reflete as decisões tomadas nos grupos de trabalho dos seminários regionais, usando como subsídio as bases de dados compiladas durante o processo de preparação.

O processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias da Biodiversidade foi realizado de forma simultânea no âmbito de todos os biomas brasileiros e contou com o apoio das seguintes instituições: IBAMA, FUNBIO, Fundação Biodiversitas, GTZ, WWF, TNC, CI, IPAM, ISA, COIAB, CNS, GTA, SOS MATA ATLÂNTICA, GEF CAATINGA, APNE. As primeiras etapas do processo foram as Reuniões Técnicas que ocorreram de maio a setembro de 2006, com a definição dos objetos de conservação (alvos), a definição de metas e importância relativa de cada objeto e a elaboração de um Mapa das Áreas de Importância para a Biodiversidade. Estes três produtos subsidiaram os Seminários Regionais dos Biomas, que ocorreram entre outubro e dezembro de 2006.

Os insumos, metodologia de discussão e critérios de definição de áreas variaram ligeiramente entre as avaliações para cada bioma. De maneira geral, a definição das áreas mais importantes foi baseada nas informações disponíveis sobre biodiversidade e pressão antrópica, e na experiência dos pesquisadores participantes dos seminários de cada bioma. O grau de prioridade de cada uma foi definido por sua riqueza biológica, importância para as comunidades tradicionais e povos indígenas e sua vulnerabilidade.

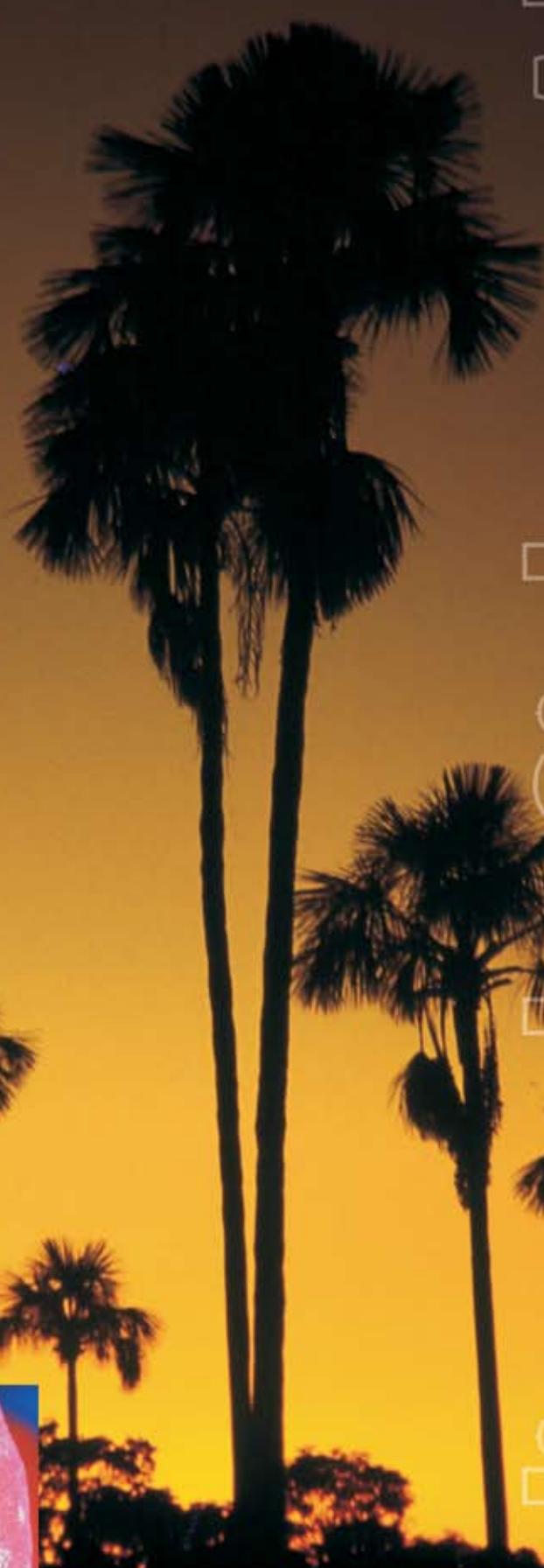
Os resultados dos Seminários Regionais por Bioma foram sistematizados no mapa com as Áreas Prioritárias Atualizadas o qual foi aprovado pela Deliberação

CONABIO nº46, de 20 de dezembro de 2006 (anexo 11.4). Estas novas áreas prioritárias foram reconhecidas mediante Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007 (anexo 11.5), para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades voltados à: conservação *in situ* da biodiversidade; utilização sustentável de componentes da biodiversidade; repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de extinção; e valorização econômica da biodiversidade.

João Paulo Ribeiro Capobianco
Secretário Executivo



Lista de Siglas e Abreviaturas



Lista de Siglas e Abreviaturas

ACAS	Água Central do Atlântico Sul
ANA	Agência Nacional de Águas
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APNE	Associação Plantas do Nordeste
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia - MMA
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEC	Características Ecológicas Chaves
CEPENE	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste - IBAMA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CGZAM	Coordenação de Zoneamento Ambiental - IBAMA
CI	Conservação Internacional - Brasil
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
COP	Reunião da Conferência das Partes da CDB
COZAM	Coordenação de Zoneamento Ambiental - IBAMA
CPB	Centro de Proteção de Primatas Brasileiros - IBAMA
CPP	Centro de Pesquisa do Pantanal
CSR	Centro de Sensoriamento Remoto - IBAMA
DAP	Diretoria de Áreas Protegidas - MMA
DCBIO	Departamento de Conservação da Biodiversidade - MMA
DIPRO	Diretoria de Proteção Ambiental - MMA
DIREC	Diretoria de Ecossistemas - IBAMA
DISAM	Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental - IBAMA
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC E	estação Ecológica
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente - MMA
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais
FVA	Fundação Vitória Amazônia
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GERCO	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - MMA
GERCOM	Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA	Instituto Sócio-Ambiental
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
IUCN	União Mundial para Conservação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNRJ	Museu Nacional do Rio de Janeiro
MONAP	Movimento Nacional de Pescadores

MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NAPMA	Núcleo de Assessoria e Planejamento da Mata Atlântica - MMA
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NBC	Núcleo do Bioma Caatinga - MMA
NCP	Núcleo Cerrado e Pantanal - MMA
NZCM	Núcleo da Zona Costeira e Marinha - MMA
OEMA	Organização Estadual de Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
PAN-Bio	Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para implementação da PNB
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PPP/ECOS	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade - MMA
PRODES	Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - INPE
PróVárzea	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - IBAMA
RAN	Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios - IBAMA
RAPPAM	Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management
REBIO	Reserva Biológica
REMAC	Programa de Reconhecimento da Margem Continental - Petrobrás/CENPES
REVIZEE	Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica e Exclusiva - MMA
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Florestas - MMA
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - MMA
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SRTM	Shuttle Radar Topography Mission
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy
UC	Unidade de Conservação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UP	Unidade de Planejamento
USP	Universidade de São Paulo
WWF	Fundo Mundial para Natureza
ZEE	Zoneamento Ecológico-econômico



Sumário

Sumário

Sumário

Prefácio

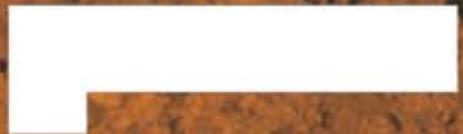
Apresentação

Lista de Siglas e Abreviaturas

1. Introdução ao Processo de Avaliação	23
1.1. Reuniões Técnicas	
1.2. Processamento dos dados	
1.3. Seminários Regionais	
1.4. Elaboração do Mapa Final	
2. Bioma Amazônia	29
2.1. Contextualização	
2.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados	
2.3. Reuniões Regionais	
2.4. Resultados	
3. Bioma Pantanal	45
3.1. Contextualização	
3.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados	
3.3. Reuniões Regionais	
3.4. Resultados	
4. Bioma Cerrado	55
4.1. Contextualização	
4.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados	
4.3. Reuniões Regionais	
4.4. Resultados	
5. Bioma Caatinga	65
5.1. Contextualização	
5.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados	
5.3. Reuniões Regionais	
5.4. Resultados	
6. Bioma Mata Atlântica	75
6.1. Contextualização	
6.2. Reunião Técnica e processamento dos dados	
6.3. Reuniões Regionais	
6.4. Resultados	
7. Bioma Pampa	89
7.1. Contextualização	
7.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados	
7.3. Reuniões Regionais	
7.4. Resultados	
8. Zona Costeira e Marinha	101
8.1. Contextualização	
8.2. Reuniões Técnicas	
8.3. Reuniões Regionais	
8.4. Resultados	
9. Resultados Gerais	123
10. Referências Bibliográficas	132
11. Anexos	140
11.1. Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004	
11.2. Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004	
11.3. Deliberação CONABIO nº 39, de 14 de dezembro de 2005	
11.4. Deliberação CONABIO nº 46, de 20 de dezembro de 2006	
11.5. Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007	
11.6. Orientações para Seminários Regionais	
11.7. Listas de Participantes nas Reuniões Técnicas por Bioma	
11.8. Listas de Participantes nas Reuniões Regionais por Bioma	
11.9. Listas de Áreas Prioritárias por Bioma	



Introdução ao Processo de Avaliação



1. Introdução ao Processo de Avaliação

O processo de atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira partiu de alguns pressupostos iniciais:

- reconhecimento da importância do processo anterior e dos avanços obtidos com as Áreas Prioritárias para Biodiversidade;
- necessidade de incorporação de conhecimentos atualizados sobre a biodiversidade e de metodologias mais recentes para planejamento e tratamento das informações disponíveis;
- maior participação do governo na condução do processo visando garantir a incorporação do resultado nas ações governamentais; e
- o produto final além de ter um forte embasamento técnico, fosse resultado de um processo de negociação entre representantes de diversos setores da sociedade;

Com base nesses pressupostos, a metodologia adotada no processo de Atualização das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade incorporou os conceitos e instrumentos do Planejamento Sistemático para Conservação (Margules e Pressey, 2000), sejam eles:

- alvos de conservação - elementos da biodiversidade (ex: espécies, ambientes, ecossistemas, etc.) que se deseja conservar, cujas áreas de ocorrência foram localizadas espacialmente;
- metas - valor quantitativo necessário para garantir a persistência dos diversos alvos a longo prazo;
- representatividade - o conjunto de áreas selecionadas deve conter uma amostra representativa da biodiversidade da região;
- complementariedade - novas áreas devem ser incorporadas visando maximizar o número de alvos/metras de conservação atingidos;
- insubstituibilidade - áreas candidatas devem ser classificadas considerando suas contribuições potenciais para a consecução das metas de conservação estabelecidas e o efeito de sua indisponibilidade em relação às demais áreas;
- eficiência e flexibilidade - áreas selecionadas devem propiciar a máxima proteção da biodiversidade com a menor extensão espacial entre as diversas opções possíveis, determinada pela relação custo/proteção; e
- vulnerabilidade - as áreas devem ser escolhidas priorizando as ações de conservação de biodiversidade com maior probabilidade ou iminência de erradicação dos alvos de conservação;

A abordagem do Planejamento Sistemático para Conservação e as ferramentas para a priorização estão em constante evolução, com destaque para procedimentos envolvendo geoprocessamento e modelagem matemática. Essas ferramentas tecnológicas apóiam o processo de tomada de decisão, reduzindo a sua subjetividade, mas não devem tomar o lugar do processo de participação e negociação na escolha das prioridades e ações. Para que a definição de áreas prioritárias tivesse legitimidade, considerou-se fundamental manter o aspecto participativo, com ampla consulta e incorporação dos interesses e informações dos vários setores da sociedade.

Para organizar o processo e garantir a integração das informações produzidas, o Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004) foi adotado como referência de limites e estabelecimento das áreas.

Como orientação geral, todas as Unidades de Conservação foram consideradas

áreas prioritárias para biodiversidade, não havendo necessidade de qualificá-las, uma vez que foram realizados estudos específicos nos respectivos processos de criação. As ações prioritárias, oportunidades, ameaças, grau de importância e prioridade de ação para cada Unidade foram definidos durante os seminários regionais.

1.1. Reuniões Técnicas

Foram realizadas reuniões técnicas para cada Bioma, com participação de representantes do governo, setor acadêmico e instituições ambientalistas; visando a definição dos alvos de conservação, estabelecimento de suas respectivas metas de conservação, importância relativa e fontes de dados (veja listas de participantes das Reuniões Técnicas por Bioma no anexo 11.7). As seguintes categorias de objetos puderam ser consideradas na definição das áreas de importância biológica:

- Alvos de Biodiversidade: espécies endêmicas, de distribuição restrita ou ameaçadas; habitats; fitofisionomias; fenômenos biológicos excepcionais ou raros; e substitutos de biodiversidade (unidades ambientais que indicam diversidade biológica, por exemplo: fenômenos geomorfológicos e oceanográficos, bacias hidrográficas ou interflúvios e outros);
- Alvos de uso sustentável: Espécies de importância econômica, medicinal ou fitoterápica; áreas/espécies importantes para populações tradicionais e para a manutenção do seu conhecimento; espécies-bandeira que motivem ações de conservação e uso sustentável; espécies-chave da qual depende o uso sustentado de componentes da biodiversidade; áreas importantes para o desenvolvimento com base na conservação; áreas que forneçam serviços ambientais a áreas agrícolas (como plantios dependentes de polinização e de controle biológico); áreas importantes para a diversidade cultural e social associada à biodiversidade; e
- Alvos de Persistência e Processos: Áreas importantes para a manutenção de serviços ambientais (manutenção climática, ciclos biogeoquímicos, processos hidrológicos, áreas de recarga de aquíferos); centros de endemismo, processos evolutivos; áreas importantes para espécies congregatórias e migratórias, espécies polinizadoras; refúgios climáticos; áreas de conectividade e fluxo gênico; áreas protetoras de mananciais hídricos; áreas importantes para manutenção do pulso de inundação de áreas alagadas; áreas extensas para espécies de amplo requerimento de habitat.

Para cada alvo foram definidas metas quantitativas e objetivas para conservação. Para definição das metas foram consideradas as políticas e compromissos já estabelecidos internacionalmente (ex: metas da Convenção sobre Diversidade Biológica) e as características específicas de cada alvo (ex: raridade, amplitude da área de ocorrência, condição atual, vulnerabilidade) (veja listas dos alvos e metas definidos para cada Bioma no banco de dados Alvos e Metas no CD-ROM que acompanha essa publicação).

1.2. Processamento dos dados

A partir do resultado das reuniões técnicas iniciou-se um processo de levantamento e sistematização das informações geradas. Através da utilização de ferramentas de auxílio à tomada de decisão, destacando o software C-Plan (NPWS-NSW, 2003), foram gerados mapas de insubstituibilidade, representando o grau de importância biológica, de cada uma das áreas incluídas, para o atingimento das metas estabelecidas para os alvos de conservação presentes.

Com o auxílio do software de modelagem matemática MARXAN (Ball & Possingham 2000) foram geradas simulações com as soluções de áreas que melhor atendessem ao conjunto de alvos e metas estabelecidos.

O Ministério do Meio Ambiente fez um esforço para sistematizar um conjunto de informações, incluindo mapas e imagens de satélite, que auxiliassem a definição das áreas e ações prioritárias. É importante ressaltar o papel fundamental da utilização do Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros na escala 1:250.000 para o ano-base de 2002 (referência), contratado pelo MMA com recursos do PROBIO, que foi essencial para identificação do estado de conservação das áreas.

1.3. Seminários Regionais

Para os seminários regionais foram convidados representantes do governo, setor acadêmico, organizações ambientalistas, entidades representativas das comunidades e povos tradicionais, e representantes do setor privado (veja listas de participantes das Reuniões Regionais por Bioma no anexo 11.8).

O conjunto de informações sistematizadas subsidiou as discussões nos seminários regionais, possibilitando negociações baseadas nos interesses e pontos de vista de cada setor (anexo 11.6). Os Seminários regionais não deixaram de considerar as áreas identificadas no processo inicial entre 1998 e 2000 (MMA, 2002). Para cada área identificada, os grupos descreveram características, ameaças, oportunidades de conservação, grau de importância, e prioridade de implementação do conjunto de ações de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios considerados mais adequados:

- Ações de conservação: criação de Unidades de Conservação, ampliação de Unidades de Conservação existentes, estabelecimento de áreas de exclusão de pesca, incentivo ao estabelecimento de mosaicos de áreas protegidas, fiscalização e controle, entre outros;
- Ações de manejo: Implementação e consolidação de Unidades de Conservação, manejo de bacias hidrográficas e dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, estabelecimento de corredores ecológicos, manejo sustentável dos recursos naturais, manejo de espécies-praga ou invasoras, solução de conflitos de gestão em áreas protegidas, fiscalização e controle, entre outros;
- Ações de pesquisa: Realização de inventários biológicos, monitoramento da biodiversidade, estudo de dinâmicas populacionais específicas, pesquisas de longo prazo, entre outros;
- Ações institucionais: homologação de Terras Indígenas, reconhecimento de Terras de Quilombos, implantação de Comitês de Bacias, Zoneamento Ecológico-econômico, implantação de programas de educação ambiental, implementação de mecanismos econômicos para apoiar a conservação da biodiversidade, entre outros; e
- Outras Ações necessárias.

As áreas identificadas foram classificadas de acordo com seu grau de importância para biodiversidade e com a urgência para implementação das ações sugeridas. Para tanto, foi adotada a seguinte simbologia:

- Importância Biológica:

	Extremamente Alta
	Muito Alta
	Alta
	Insuficientemente Conhecida

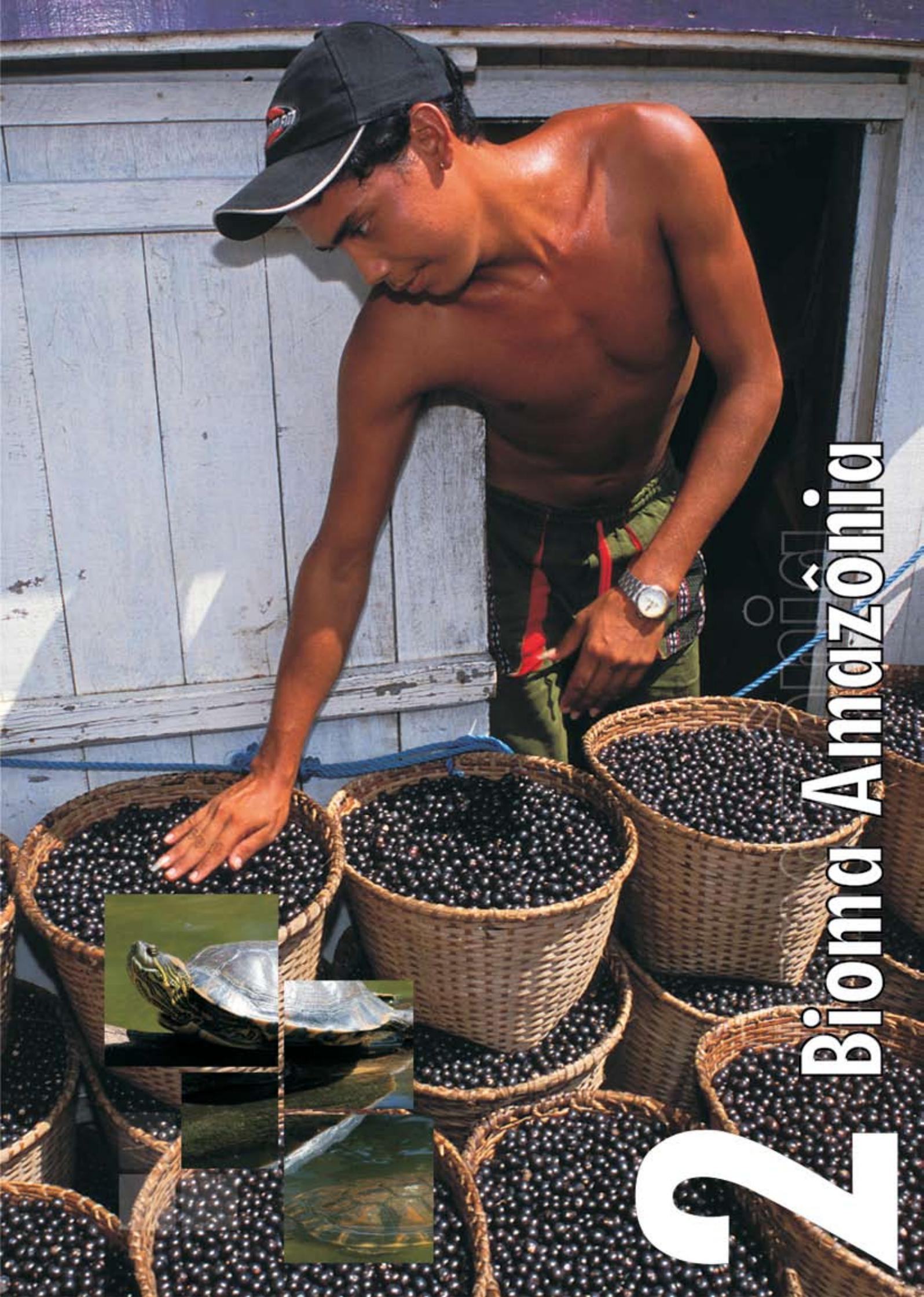
- Urgência das ações:



1.4. Elaboração do Mapa Final

Na elaboração do mapa final, um grande esforço foi empreendido para eliminar as sobreposições, que aumentariam as estimativas de área sem representar uma efetiva ampliação de área prioritizada. Para isso, todas as áreas novas indicadas que sobrepunham áreas já protegidas foram parcial ou totalmente eliminadas. Entre as áreas já protegidas, Terras Indígenas foram sempre consideradas soberanas e mantidas intactas. Já nas sobreposições entre Unidades de Conservação foram mantidas: as de Proteção Integral, em detrimento das de Uso Sustentável; as mais antigas, quando UCs de mesma categoria: as federais em detrimento das de jurisdição estadual (o mesmo valendo para estaduais/municipais). Para estas análises foram consideradas apenas as categorias mais amplas (Proteção Integral x Uso Sustentável) e não a categoria específica da área (Parque, Estação Ecológica - ESEC, Reserva Biológica - REBIO, etc). Como para eliminar as sobreposições os contornos foram alterados e algumas UCs excluídas, o mapa de áreas prioritárias não inclui todas as áreas protegidas e possui polígonos alterados para várias das Unidades de Conservação. Este mapa não deve, portanto, ser considerado uma fonte de informação para as UCs, das quais mapas mais precisos podem ser obtidos junto ao MMA, IBAMA e OEMAs. Ainda sobre a elaboração do mapa final, quando houve sobreposição na indicação de áreas entre reuniões distintas, a coordenação realizou os ajustes espaciais necessários efetuando as adequações no banco de dados e incorporando as informações das áreas sobrepostas.

A coordenação hierarquizou as recomendações de ações, registradas nos bancos de dados dos trabalhos de cada grupo, para definir as ações prioritárias de cada área. Os critérios adotados foram: (1) a criação de áreas protegidas, sempre que recomendada, foi considerada como ação prioritária; (2) recomendações mais específicas, como recuperação de áreas degradadas ou manejo de bacias hidrográficas, foram prioritizadas em relação a ações amplas, como realização de inventários biológicos, fiscalização e educação ambiental.



Bioma Amazônia



2

2. Bioma Amazônia

2.1. Contextualização

O bioma Amazônia se caracteriza por suas enormes dimensões: ocupa quase 50% do território Nacional; é onde se situa a maior bacia hidrográfica, com o maior volume de água doce do planeta; e representa o maior bloco contínuo de floresta tropical no mundo. Diferentemente dos outros biomas, a maior parte da Amazônia ainda é relativamente bem conservada, o que representa uma oportunidade extraordinária para uma sociedade que cada vez mais se conscientiza da importância da biodiversidade e dos serviços ambientais. É a oportunidade para a implementação do desenvolvimento conservando as riquezas naturais e culturais que compõem a fantástica sociobiodiversidade amazônica.

Aproveitar essa oportunidade é o desafio de todos: governo, sociedade civil, setor empresarial, comunidades, indivíduos. O desafio se expressa na destruição florestal que, embora tenha sido reduzida significativamente nos últimos anos, ainda coloca o Brasil entre os cinco maiores emissores de gás carbônico, com conseqüente impacto sobre o aquecimento global. Das emissões brasileiras, cerca de 70% são de origem florestal.

Estudos tem revelado que as perdas de floresta podem ter um forte impacto sobre a ciclagem da água na região. Ao reduzir a área foliar, a conversão da floresta em pastagens reduz enormemente a evapotranspiração, podendo ter efeitos drásticos no regime de chuvas, uma vez que metade das chuvas da Amazônia são atribuídas à água reciclada através da floresta. A alteração no regime de chuvas deverá ser uma das principais responsáveis pela savanização de grande parte do bioma, prevista nas simulações dos efeitos do aquecimento global. Estima-se que para a manutenção do atual regime de chuvas seja necessário manter cerca de 70% da cobertura florestal original (Silva-Dias *et al.*, 2002).

Embora a biodiversidade amazônica receba hoje menos destaque na mídia que os serviços ambientais, é um dos atributos mais valiosos da região. A enorme área do bioma e a grande variedade de ecossistemas nele encontrados abrigam uma das maiores diversidades do mundo - mas a complexidade de seus ambientes e o pouco conhecimento sobre sua fauna e flora tornam difícil estimar números. Até hoje, expedições de pesquisa continuam a revelar espécies novas para a ciência e modificam os padrões de distribuição conhecidos com uma frequência surpreendente (Peres 2005; Cohn-Haft *et al.*, no prelo). As perdas em biodiversidade, associadas aos processos de degradação do ambiente são, por isso, inestimáveis. Os muitos usos da biodiversidade, atuais e em potencial, também oferecem justificativas para os esforços para evitar sua perda (Fearnside, 2003).

Especialistas têm recomendado a criação de unidades de conservação (UCs) como uma das medidas mais eficazes para a contenção do avanço do desmatamento (Ferreira e Venticinquê, 2005). Nesta abordagem, embora as UCs de proteção integral apresentem maior eficiência, UCs de uso sustentável e terras indígenas adquirem grande significância devido à grande área que ocupam (cerca de 35% do bioma) e ao seu papel relevante na manutenção da sociodiversidade. A diversidade social representa, além da manutenção da grande variedade de traços culturais e étnicos da Amazônia, a conservação de conhecimentos sobre a natureza e formas de manejo importantes para a manutenção da diversidade biológica.

Assim, considerando a enorme importância da floresta amazônica para a sustentabilidade da região e do planeta e seu grande potencial para o desenvolvimento econômico da região, os diversos grupos sociais envolvidos no presente processo reconhecem mais de 80% do bioma como "Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade". As áreas prioritizadas refletem preocupações com a biodiversidade, a sustentabilidade

social, o desenvolvimento econômico e a manutenção dos serviços ambientais, e incluem a recomendação de ações que vão bem além da criação de áreas protegidas.

2.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados

As reuniões técnicas tiveram como objetivo subsidiar a elaboração do mapa de áreas relevantes para a conservação, do ponto de vista biológico, por meio da definição dos alvos de conservação e respectivas metas. Para o bioma Amazônia foi proposta inicialmente apenas uma reunião técnica, em Cuiabá-MT, entre os dias 11 e 15 de setembro de 2006. A reunião contou com 101 participantes, incluindo especialistas da comunidade acadêmica, de órgãos governamentais e de organizações não governamentais. A reunião técnica também incluiu representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, já que o envolvimento dos diversos atores desde o início do processo facilitaria seu comprometimento nas etapas subsequentes (lista de participantes no anexo 11.7.1). Todo o trabalho do Bioma Amazônia foi apoiado pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA e seus parceiros.

O objetivo foi elaborar o mapa de áreas relevantes ainda durante o evento, para que pudesse ser apreciado em plenário e submetido a alterações, se necessário. Este evento foi chamado de Oficina Técnica, porque previa produtos bem definidos. Para que esta estratégia fosse viável, cerca de um mês antes da reunião, a atualização das Áreas Prioritárias foi amplamente divulgada, e feita uma solicitação a todos os possíveis atores para que se organizassem e disponibilizassem bases de dados digitais e georreferenciadas que pudessem ser utilizadas no processo. Também para possibilitar a elaboração do mapa durante a Oficina, além das apresentações de abertura sobre o histórico do processo e a metodologia proposta, investiu-se bastante na elaboração de um texto sintético sobre o planejamento sistemático e suas etapas, em uma palestra explicando o papel dos softwares de suporte à decisão nas diferentes etapas do processo, e em palestras específicas definindo e exemplificando alvos e metas e apresentando estudos de caso em que a metodologia foi aplicada.

O evento teve três tipos de trabalho de grupo distintos: (1) para a definição dos Alvos; (2) para definição das Metas e (3) para a discussão e identificação de propostas para aprimorar os próximos passos do processo. Os grupos de trabalho para propostas dos próximos passos propuseram algumas alterações importantes para o processo. Entre elas, foi recomendada a realização de Reuniões Técnicas menores, em instituições acadêmicas de renome, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Paulo, para que mais especialistas pudessem avaliar os alvos e metas propostos. Estas reuniões foram realizadas nos dias 11 (MPEG), 13 (INPA) e 16 (SBPC) de outubro de 2006, e tiveram, respectivamente, 31, 10 e 9 participantes. Como as metas de conservação propostas na oficina de Cuiabá acabaram resultando em uma priorização de todo o bioma, o que resultaria em não ter prioridade alguma, estas reuniões auxiliaram a coordenação a ajustar parte das metas propostas na referida Oficina, principalmente as consideradas menos consistentes pelos especialistas. Nas fases posteriores, essas alterações foram apresentadas e discutidas com os participantes.

2.2.1. Definição dos Alvos

Para a definição de Alvos, foram formados quatro grupos de trabalho (GTs), cuja composição foi definida pela equipe de Coordenação do evento. Em cada grupo procurou-se incluir um perfil variado mais um número similar de participantes. Todos os grupos trabalharam simultaneamente no mesmo assunto e tiveram como tarefa propor quais deveriam ser os alvos de conservação e qual a forma de obtê-los a partir das informações disponibilizadas. Para isso, cada sala de trabalho estava equipada com um computador (e projetor multimídia), no qual foram inseridas todas as bases de dados disponibilizadas. A Coordenação certificou-se que todos os

grupos tinham pelo menos um membro capaz de manipular bases de dados digitais em SIG, de forma que as bases pudessem ser melhor conhecidas dos participantes e eles pudessem também indicar as mais adequadas para representar cada alvo de conservação definido. A definição final dos alvos resultou da comparação das propostas feitas por todos os grupos e da discussão em plenário sobre as divergências. Uma das principais divergências em todo o processo foi sobre a inclusão das informações de espécies entre os alvos. Os defensores argumentaram que era a única informação direta disponível sobre distribuição da biodiversidade, enquanto os opositores consideraram que esta informação sempre possui vieses e que poderia supervalorizar as áreas melhor conhecidas. Procurou-se adotar um caminho intermediário, utilizando-se apenas a informação de melhor qualidade disponível. No entanto, esta divergência nunca foi totalmente superada, e ao longo de todo o processo houve insatisfações de ambos os lados. Ao fim, as categorias de alvos selecionadas incluíram: ambientes aquáticos; ambientes terrestres; espécies; centros de endemismo; processos; uso sustentável.

A definição das informações utilizadas para compor estes grupos de alvos foi prioritariamente objeto de discussão dos GTs de Alvos, com exceção dos alvos de processos e de uso sustentável, para os quais os grupos não chegaram a formulações satisfatórias. Por esta razão, para os alvos de processos e de uso sustentável as definições e atribuição de metas foram feitas pelos GTs de Metas. Para os demais tipos de alvos, as propostas feitas pelos GTs de Alvos foram discutidas em plenário, onde se definiu a melhor composição possível (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação).

Ambientes aquáticos

A base para a definição dos ambientes aquáticos foi o mapa de bacias hidrográficas definidas pelo sistema de Ottobacias (Galvão e Meneses 2005) como de nível 3. Este nível subdivide a bacia do Rio Negro, por exemplo, em Alto Negro, Baixo Negro, Branco e Jauaperi, e a do Rio Juruá em Alto, Médio e Baixo Juruá. Ao todo, o mapa de bacias de nível 3, fornecido pela Agência Nacional de Águas (ANA), subdivide o bioma em 90 porções. Embora este tenha sido o nível de bacias considerado mais adequado para refletir diferenças entre grandes conjuntos de fauna aquática, discutiu-se que apenas este nível de subdivisões não era suficiente, porque não refletia as diferenças entre os trechos à montante e à jusante de cachoeiras. A idade geológica foi considerada a melhor base de dados para definir áreas de cachoeiras, que na Amazônia Brasileira estão associadas a formações Paleozóicas. O mapa de idades geológicas, contendo 7 classes, foi fornecido pelo SIGLAB do INPA. O cruzamento (intersecção) entre estes dois mapas gerou 299 alvos de conservação.

Devido à forte relação entre ambientes aquáticos e terrestres na Amazônia, considerou-se que, para a proteção de uma proporção da área de cada bacia ter o efeito desejado, pelo menos uma parcela da área protegida deveria estar próxima aos corpos d'água. Desta forma estariam sendo contempladas florestas ripárias e pequenos corpos de água, importantes para a manutenção de ambientes de reprodução e de migrações laterais para a fauna aquática. Estas áreas de entorno foram também consideradas importantes para a fauna terrestre, pois asseguram seu acesso à água. Para a proteção destes ambientes, foi proposto estabelecer zonas-tampão de 10 km ao redor dos principais rios. A base de dados utilizada para definir estas zonas foi a de hidrografia na forma de polígonos, na escala 1:250.000, disponibilizada pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Para assegurar que houvesse o espalhamento destas zonas-tampão entre as bacias, foi feito um cruzamento da faixa de 10 km com o mapa de bacias nível 3, de forma que o entorno dentro de cada bacia passou a constituir um novo alvo de conservação. Este procedimento gerou 78 alvos de conservação.

Ambientes Terrestres

A composição dos ambientes terrestres teve por base o mapa de vegetação em escala 1:250.000, disponibilizado pelo SIPAM. No arquivo digital disponibilizado, os tipos de vegetação estavam legendados como frações de tipos de vegetação, compostas por códigos de duas ou três letras. Como os códigos eram os mesmos do RADAMBRASIL, antes da Oficina foi criado um campo nominal com base nos códigos do RADAMBRASIL, tendo sido considerado como tipo dominante o primeiro código de cada fração. Um novo campo foi criado, procurando, sempre que possível, utilizar o tipo de vegetação mais antigo descrito para cada local. Este trabalho foi feito por Bruce Nelson, do INPA, com auxílio de Ekena Rangel, do WWF-Brasil, e gerou 49 classes de vegetação. Além do mapa de vegetação, para a caracterização dos ambientes terrestres considerou-se importante levar em conta o efeito dos rios como barreiras, descrito principalmente para os primatas (Ayres e Clutton Brock, 1992) e para as aves (Haffer, 1992). Como não havia nenhum mapa de interflúvios entre as bases disponibilizadas, um mapa contendo 15 interflúvios entre os rios principais foi gerado durante a oficina. As bases para a elaboração do mapa de interflúvios foram o mapa de hidrografia do SIPAM (1:250.000) e o Mapa dos Biomas do Brasil (IBGE, 2004). Considerou-se ainda que o mapa de interflúvios contribuía para a diferenciação entre formações florestais no sentido longitudinal, mas que, principalmente para as florestas ombrófilas, havia diferenças latitudinais importantes que não eram detectadas em qualquer destas bases (de vegetação ou de interflúvios). Discutiu-se que esta diferenciação poderia estar associada à variação em idade geológica, e propôs-se que o mapa final de ambientes terrestres fosse composto pela intersecção entre o mapa de vegetação, o mapa de interflúvios e o mapa de idades geológicas. Esta composição gerou 511 alvos de conservação.

Espécies

As únicas fontes de dados de espécies disponíveis eram de lagartos e primatas, ambas disponibilizadas pela Conservação Internacional (CI) e Museu Paraense Emílio Goeldi. O grupo que trabalhou com espécies recomendou a inclusão de todas as 95 espécies de primatas e das 35 espécies de lagartos para as quais havia distribuições mapeadas. No entanto, os mapas de lagartos suscitaram dúvidas sobre a uniformidade da amostragem e sobre o tipo de informação que representavam (áreas ou pontos de ocorrência). Para a inclusão do grupo teria que ser feita uma triagem prévia das espécies que teriam registros confiáveis. Como isso não havia sido feito, nas reuniões técnicas menores recomendou-se a exclusão da base de informações de lagartos. O GT de espécies também recomendou atribuir metas a sub-bacias, que devido ao isolamento entre as cabeceiras possuem alto grau de endemismos para os peixes- mas sua inclusão entre os alvos já estava contemplada entre os alvos de ambientes aquáticos.

Centros de Endemismo

Quanto aos centros de endemismo, decidiu-se incluir os de borboletas Papilionidae e os de aves, cujas amostragens para sua definição foram consideradas mais consistentes. Dentro do bioma Amazônia, são 14 os centros descritos para as borboletas Papilionidae (Tyler *et al.* 1994) e 9 os de aves (Cracraft, 1985). As bases de dados de endemismos foram digitalizadas e disponibilizadas pela Conservação Internacional. Nas reuniões menores, questionou-se que mesmo estes centros não têm ampla aceitação na comunidade científica e que amostragens mais recentes, principalmente de aves (Borges *et al.*, 2001), têm proposto alterações nestes padrões. Estes questionamentos fizeram com que os centros de endemismo fossem um dos grupos de alvos com maior redução de metas nos ajustes.

Processos

Um dos alvos propostos foi a inclusão de área florestada extensa o bastante para manter as funções de clima. Para isso, o alvo sugerido foram áreas de floresta

nas bacias do sudeste da Amazônia (Araguaia, Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira). Nas Reuniões Técnicas menores, no entanto, discutiu-se que esta não era a área de maior relevância para as funções climáticas. As principais áreas de atenção deveriam ser o corredor seco, que passa pelo rio Tapajós em direção às Guianas, que é a primeira área a ser severamente savanizada com o aquecimento global, e onde a conservação teria a função de tentar evitar este processo; e o extremo Noroeste (cabeça-do-cachorro), que de acordo com modelos de simulação, permanecerá florestado sob qualquer cenário de emissão prevista, conservando, a longo prazo, uma parcela de floresta tropical (Salazar *et al.*, no prelo).

Para a manutenção do regime hidrológico nos grandes rios, propôs-se que os alvos deveriam incluir 40% das subbacias de nível 4 mais íntegras dentro de cada subbacia de nível 3. Na discussão em plenário, recomendou-se ainda a manutenção de uma parcela dos rios da região livres de obras de infra-estrutura (hidrelétricas, hidrovias, portos ou similares), mas não se chegou a uma quantificação para esta proposta.

Uso Sustentável

Como alvos de uso sustentável foram escolhidas espécies e ambientes importantes para a obtenção de recursos naturais para as populações humanas amazônicas. Entre estes, selecionou-se ainda aqueles que poderiam ser mapeados em curto prazo: (1) áreas de alto potencial madeireiro (florestas ombrófilas densas, excluindo aquelas sobre formações Proterozóicas, cujo relevo é muito acentuado e dificulta a exploração); (2) áreas alagadas, devido ao seu alto potencial pesqueiro (ISA *et al.*, 2001); (3) áreas de distribuição de mogno (*Swietenia macrophylla*), cujo mapa foi baseado em Grogan *et al.* 2002); (4) área de distribuição de jarina (*Phytelphas macrocarpa*), definida como as bacias do Alto Purus, do Alto e Médio Juruá e do Javari; (5) área de ocorrência de piaçava (*Leopoldina piassava*), que incluiu as bacias dos Rios Demini, Padauri e Xié. Nas Reuniões Técnicas menores, questionou-se que o mapa do mogno poderia estar refletindo uma distribuição pretérita e não a atual. No entanto, também se enfatizou que o padrão de distribuição do mogno, assim como os da jarina e piaçava, são comuns a muitas espécies – e mesmo que estas espécies já tenham seu padrão de distribuição alterado pelo uso, a inclusão de suas áreas originais conhecidas propiciariam a conservação de muitas outras espécies que possuem estes mesmos padrões de distribuição.

2.2.2. Definição de Metas

Para os GTs de metas, os grupos foram divididos por temas e a inclusão de participantes em cada grupo foi por demanda espontânea. Embora alguns participantes tenham lembrado que centros de endemismo são mais relacionados a processos do que a espécies, a coordenação considerou que o grupo que trataria de espécies estaria mais familiarizado com questões biogeográficas e teria melhores condições de discutir o tema que o grupo de processos. Desta forma, os grupos de trabalho para a definição de metas ficaram: (1) ambientes aquáticos; (2) ambientes terrestres; (3) espécies e centros de endemismo; (4) processos; (5) uso sustentável.

Para os ambientes aquáticos, em Cuiabá considerou-se que áreas de cachoeiras, devido aos inúmeros endemismos, deveriam ter as metas mais altas, seguidas pelas áreas de cabeceiras e pelos demais alvos de ambientes aquáticos. Nas reuniões técnicas menores, observou-se que as cachoeiras não teriam água se as cabeceiras não estivessem conservadas; e propôs-se igualar as metas entre estes dois grupos de ambientes, que ficaram em 30%. As metas para as demais bacias foram de 20%. Aos entornos dos rios em cada bacia do nível 3 foram atribuídas metas de 60%.

Para os ambientes terrestres, considerando que as intersecções tornaram todos os tipos de vegetação endêmicos aos interflúvios e faixas de idade geológica, atribuiu-se metas com base principalmente na área de ocorrência de cada ambiente.

Ambientes com área total menor que 50 mil ha receberam metas de 100%. As metas foram de 60% para ambientes com área entre 50 e 500 mil ha; de 40% para ambientes com área entre 500 mil e 5 milhões de ha, e de 20% para os de área maior que 5 milhões de ha.

Para as espécies de primatas, as metas foram de 100% para aquelas cuja área total de distribuição era menor que 3 milhões de ha. Esta área foi indicada por ter sido estimada como a área mínima para conter populações viáveis de espécies do grupo, principalmente as de menor porte, que em geral são as que possuem distribuição mais restrita. Para as demais espécies, a meta foi de 20% quando esta fração ultrapassava os 3 milhões de hectares.

Para os centros de endemismos de borboletas Paipilionidae, a meta foi fixada com base no centro Manaus-Guiana, que é o maior deles. A meta foi de 10% para este centro e de 15% para os demais. Para as aves, a base foi o Centro de Endemismo Belém. Os Centros menores ou iguais ao Belém (Sub-centro Duidae, Sub-Centro Gran Sabana, Imeri, Inambari e Napo) tiveram metas de 15%; os Centros maiores (Guiana, Inambari, Rondônia e Tapajós) tiveram metas de 10%.

À área florestada nas bacias ao sudeste da Amazônia foi atribuída uma meta de 20%, assim como a todos os alvos de uso sustentável. A meta proposta para as bacias mais íntegras foi de 40%, significando que para a área de cada sub-bacia nível 3 deveriam ser conservadas 40% das bacias de nível 4. Este último foi o único objeto não implementado no mapa de áreas relevantes, tendo sido feita uma recomendação de se atentar para a conservação das bacias hidrográficas nos seminários regionais.

Descrição das Unidades de Planejamento e uso das bases de formações naturais

As Unidades de Planejamento (UPs) utilizadas para a Amazônia foram hexágonos de 50 mil ha, gerados com a extensão Patch Analyst do programa Arc-View. Apenas as Unidades de Conservação de Proteção Integral tiveram os hexágonos em seu interior dissolvidos. Para as demais UCs e para as Terras Indígenas, os contornos foram inseridos na base de UPs, mas os hexágonos foram mantidos.

Um mapa de insubstituibilidade foi gerado no C-Plan. Para evitar áreas extremamente degradadas, foram excluídos da possibilidade de integrarem a solução os hexágonos que tinham mais de 80% de sua área desmatada, de acordo com os dados do PRODES de 2005 (INPE-OBT, 2007). Isso deslocou alguns valores de insubstituibilidade, mas também revelou a inviabilidade de se atingir as metas para 63 dos 1012 objetos de conservação, sendo que para 10 deles a redução nas metas foi de mais de 50%.

Para gerar um mapa de polígonos propostos foi usado o algoritmo MINSET, do C-Plan, tendo como regras de seleção: (1) máxima insubstituibilidade, (2) máxima proporção de contribuição; (3) raridade do alvo; (4) raridade somada e (5) número de alvos atingidos. As regras de insubstituibilidade máxima e de raridade foram efetivamente as mais utilizadas pelo sistema. Para simplificar as próximas menções, este mapa passará a ser chamado "proposta do sistema".

Equipe Técnica

Ronaldo Weigand Jr. (MMA-ARPA)- Coordenador Geral; Ana Luisa Albernaz (ARPA-GTZ/ MPEG)- Coordenadora Técnica; Daniela de Oliveira e Silva (MMA-ARPA)- Coordenadora Executiva; Rejane Andrade (MMA-ARPA)- Logística, Isabel Castro (MMA-ARPA)- Apoio, Walkyria Moraes (ARPA-GTZ)- Moderação, Eduardo Felizola e Javier Fawaz (ARPA-FUNBIO/Greentec)- Geoprocessamento

Colaboradores

Pré-Processamento e Processamento de dados durante a Oficina: Bruce W. Nelson INPA); Ekena Rangel (WWF-Brasil); Carlos A. M. Scaramuzza (WWF-

Brasil); Laura Dietzsch (IPAM); Rogério Vereza (MMA-DAP); Marcelo Matsumoto (TNC); Ricardo Bonfim Machado (CI-Brasil), Giovana Bottura (IBAMA-CGZAM), Jailton Dias (IBAMA-CGZAM).

Coordenação/ Relatoria/ Apresentação dos GTs

GTs Alvos

Grupo A- Eduardo Venticinque (WCS)/ Giovana Bottura (IBAMA-CGZAM); **Grupo B-** Carlos Scaramuzza (WWF-Brasil)/ Marina Antogiovani da Fonseca (ISA)/ Leonardo Pacheco (IBAMA-DISAM) **Grupo C-** Rogério Vereza (MMA-DAP)/ Rodrigo Rodrigues (IBAMA-DISAM); **Grupo D-** Bruce Nelson (INPA)/ Laura Dietzsch (IPAM)/ Marcelo Gordo (UFAM) e David Oren (TNC)

GTs Metas

Ambientes Aquáticos: Carlos Marinelli (SDS-AM); **Ambientes Terrestres:** Enrico Bernard (CI-Brasil); **Espécies e Centros de Endemismo:** José Maria Cardoso da Silva (CI-Brasil) e Ana Rafaela D'Amico (IBAMA-RO); **Processos:** Carlos Scaramuzza (WWF-Brasil); **Uso Sustentável:** Marina Antogiovani da Fonseca (ISA)

GTs Próximos Passos-

Ameaças e Oportunidades I: Carlos Scaramuzza (WWF-Brasil); **Ameaças e Oportunidades II:** Carlos Eduardo Marinelli (SDS-AM); **Inclusão de Novas Áreas:** Rita Mesquita (SDS-AM); **Participação Social:** Sergio Borges (FVA)

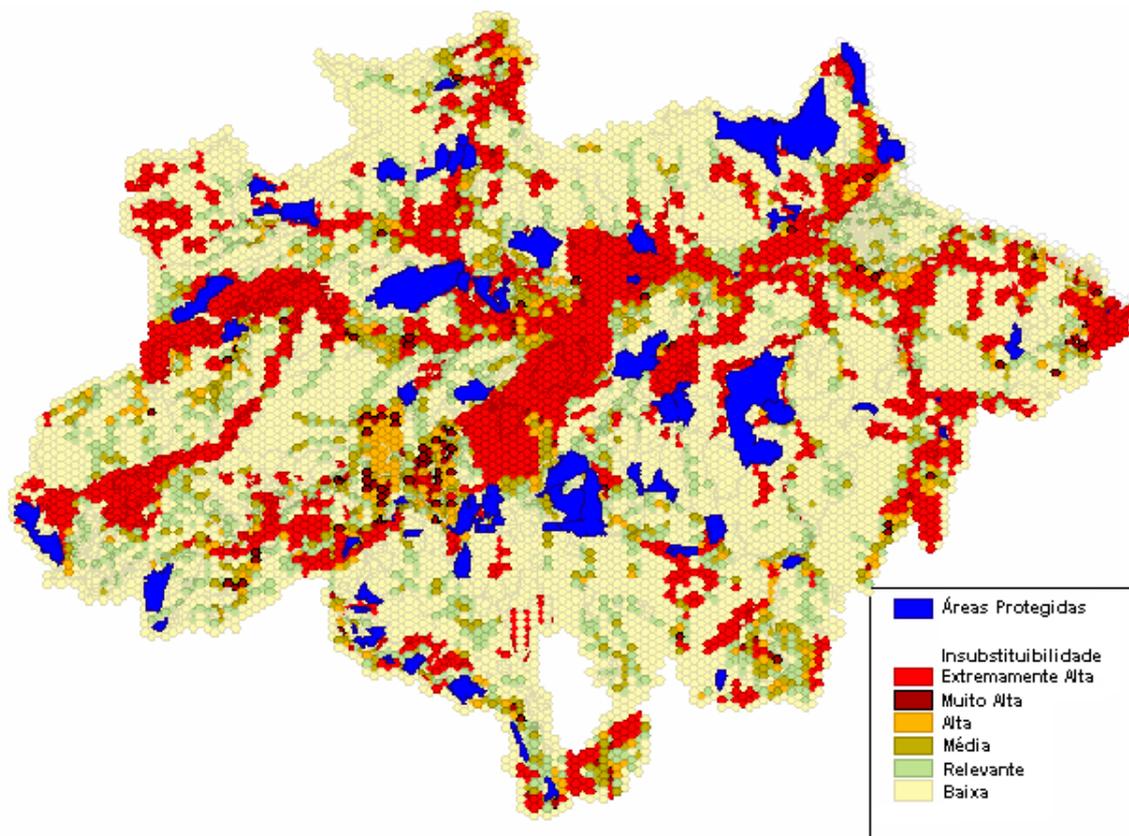


Figura 2.2.1 – Mapa de Importância Biológica do Bioma Amazônia

2.3. Reuniões Regionais

Para o bioma Amazônia foram realizadas três reuniões regionais. A primeira foi realizada em Brasília, entre os dias 24 e 27 de Outubro de 2006, e incluiu os estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia (veja lista de participantes no anexo 11.8.1). A segunda reunião regional foi realizada em Belém, entre os dias 6 e 9 de novembro de 2006, e incluiu os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará, e Amapá (veja lista de participantes no anexo 11.8.2). A terceira reunião, realizada em Manaus nos dias 6 e 7 de dezembro de 2006, incluiu apenas a priorização de Terras Indígenas, e foi direcionada para a mesma área geográfica da segunda reunião (Acre, Amazonas, Roraima, Pará, e Amapá) (veja lista de participantes no anexo 11.8.3). As duas primeiras reuniões contaram, respectivamente, com 105 e 119 participantes, e na composição das listas buscou-se ter as representações do meio acadêmico (16%), de ONGs ambientalistas (19%), de organizações sociais e indígenas (22%) e de órgãos dos Governos Federal e Estaduais (43%). A terceira reunião teve 61 participantes, entre equipe técnica de apoio (10%), representantes indígenas (42%), representantes de organizações indigenistas (12%), comunidade acadêmica, que incluiu antropólogos e estudiosos da questão indígena (18%) e representantes do Governo Federal (18%), que incluíram a equipe do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Conforme sugerido pelos GTs de próximos passos da Oficina Técnica, cada Reunião Regional foi precedida de uma Reunião Preparatória das demandas sociais, com duração de um dia. O objetivo das reuniões que antecederam a primeira e segunda Reuniões Regionais foi organizar todas as demandas para criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável reunidas por diferentes organizações, tais como o IBAMA (DISAM), o ISA e o CNS, em uma única proposta. Para organização das reuniões que precederam a primeira e segunda reuniões regionais a coordenação contou com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e do Ibama por meio da Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (DISAM). A reunião preparatória para o terceiro seminário regional teve a finalidade de orientar e apresentar aos representantes indígenas as informações necessárias para o desenvolvimento das atividades do seminário regional; e de definir critérios para identificação das terras indígenas quanto à importância e a urgência das ações. Para esta reunião, além dos parceiros já citados, a coordenação contou com o apoio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

A divisão dos grupos nas reuniões regionais teve como base as divisões estaduais, principalmente pelo fato de muitos estados terem planejamentos próprios para sua organização territorial, como os ZEEs. Semelhanças biogeográficas ou de dinâmicas ambientais levaram a organização a agrupar algumas áreas de estados diferentes, assim como o tamanho da área ou a complexidade de sua ocupação levou a subdividir outros estados. Como resultado destas considerações, o Mato Grosso teve dois grupos de trabalho, correspondentes às bacias do Xingu e Tapajós; o estado de Rondônia também foi dividido em dois, ao Norte e ao Sul da BR-364; o Amazonas foi dividido em dois pela calha do Solimões-Amazonas. A porção Norte do Amazonas foi trabalhada em conjunto com o estado de Roraima. O Pará foi dividido em porções leste e oeste, tendo como divisor o rio Xingu, e Calha Norte - ao Norte do rio Amazonas. A Calha Norte foi trabalhada em conjunto com o Amapá. Como a segunda reunião foi simultânea à da Zona Costeira, as áreas prioritárias foram definidas em separado pelas equipes dos dois biomas e posteriormente as equipes foram reunidas para as decisões finais.

A maioria dos grupos teve uma sistemática parecida de trabalho: primeiro separou suas respectivas áreas em grandes blocos, definidos por sua dinâmica de ocupação, características ambientais e/ou de atividades econômicas predominantes. Alguns exemplos são eixos de estradas, como os da BR-174 e BR-163, regiões de várzea, grupos de assentamentos, ou blocos de floresta mais prístinos. Separados os blocos, dentro de cada região menor foram primeiro analisadas as áreas propostas pelo sistema, principalmente com relação à existência de áreas protegidas, ao

desmatamento e à ocupação humana. Para avaliar o desmatamento, as principais bases de dados utilizadas foram o PRODES-2005, o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007), o Google Earth, e, no leste do Pará, a base do Biota-Pará, disponibilizada pela CI e Museu Paraense Emílio Goeldi; para ocupação humana foram usadas a base de localidades do IBGE, atribuída e disponibilizada pela The Nature Conservancy (TNC), e os conhecimentos diretos de habitantes locais. Esta aproximação indicou se o polígono era uma área nova e se deveria ser mantido onde indicado pelo sistema ou deslocado. Para os deslocamentos foi consultado o mapa de insubstituibilidade, para procurar hexágonos de maior valor para a conservação nas proximidades. Feita esta análise, procedeu-se aos ajustes dos contornos, na maioria das vezes, baseados em feições naturais, principalmente hidrografia (base de dados do SIPAM 1:250.000) e bacias hidrográficas dos níveis 4 e 5 (ambas fornecidas pela ANA). Muitos contornos também foram ajustados àqueles de áreas protegidas já existentes, visando aumentar a conectividade entre áreas. A maioria dos grupos analisou também desta forma as áreas propostas para a criação de UCs pela demanda social, organizadas durante as reuniões preparatórias, e as trazidas pelos estados ou pelo IBAMA, tendo incorporado a maioria das áreas propostas como áreas prioritárias. Negociações foram feitas quando estas demandas confrontavam propostas diferentes dentro do mesmo grupo, e nem sempre o consenso foi atingido. Nestes casos, ambas as recomendações foram incorporadas ao banco de dados.

Para ajudar na categorização de importância e urgência de ações, após definidos os contornos, a coordenação forneceu aos GTs os valores médios de relevância biológica e de ameaça para cada polígono. A relevância biológica teve por base os valores de insubstituibilidade, obtidos do mapa gerado a partir dos alvos e metas definidos nas reuniões técnicas. A importância foi aumentada com base em informações não incluídas no planejamento sistemático, tais como a presença de espécies endêmicas, a abundância de recursos naturais importantes, o tamanho da área (sendo dada maior importância às áreas maiores) ou sua relevância para conectar outras áreas protegidas. Para isso, foram utilizadas principalmente informações diretas dos participantes do grupo.

O grau de ameaça teve por base o modelo desenvolvido por Britaldo Soares (Nelson *et al.* 2006). Em geral, maior urgência foi atribuída às áreas mais ameaçadas. Como o modelo citado tem como foco principal o avanço do desmatamento, os valores-base fornecidos pela coordenação foram alterados quando outras ameaças, não incluídas no modelo, tinham forte incidência sobre as áreas definidas. A cabeça-do-cachorro (extremo Noroeste do bioma), por exemplo, está muito distante das fronteiras de desmatamento e por isso teve um valor baixo de ameaça pelo modelo - mas, por ser na fronteira do País, possui diversas outras ameaças, como tráfico de drogas e contrabando de madeira. Para a inclusão destas outras ameaças foram utilizados principalmente conhecimentos de pessoas que moram ou trabalham nas regiões tratadas. Para o Pará, foram de grande importância os trabalhos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Para a categorização da importância das áreas protegidas foi considerada, também, a existência de espécies endêmicas e ameaçadas, o tamanho da área e sua importância em conectar áreas protegidas. Para definir a urgência das ações, foi ainda levado em consideração o grau de implementação de cada área. Áreas já implementadas, com planos de manejo e conselhos gestores foram consideradas com menor urgência de ações que áreas ainda em processo de implementação. Para esta avaliação, além dos conhecimentos diretos dos participantes, foram utilizadas informações da base RAPPAM (IBAMA) para Unidades de Conservação de Proteção Integral, e do ISA, para analisar a situação das Terras Indígenas.

Houve alguma confusão entre as palavras urgência e prioridade, que foram usadas alternadamente durante as Reuniões Regionais. Devido a esta confusão, muitos dos grupos mantiveram o valor de prioridade igual ao grau de urgência que definiram, enquanto outros grupos atribuíram à prioridade um valor obtido por

meio de uma ponderação entre importância e urgência. Devido a estas diferenças de critérios, foi sugerido, ao fim do processo, que na próxima atualização se procure fazer uma distinção clara entre estes dois conceitos.

Equipe Técnica

Ronaldo Weigand Jr. (MMA-ARPA)- Coordenador Geral; Marcos Reis Rosa (MMA/Arcplan)- Coordenador Técnico; Daniela de Oliveira e Silva (MMA-ARPA)- Coordenadora Executiva; Ana Luisa Albernaz (ARPA-GTZ/MPEG)- Consultora Técnica; Rejane Andrade (MMA-ARPA)- Logística; Isabel Castro (MMA-ARPA)- Apoio; Maria Alice e Márcia Tagore, na 1ª Reunião, e Márcia Tagore e Ana Rosa M. de Figueiredo, nas 2ª e 3ª Reuniões (ARPA-GTZ)- Moderação; Javier Fawaz (ARPA-FUNBIO/Greentec)- Geoprocessamento

Colaboradores

Reuniões Preparatórias das Demandas Sociais

Instituições Colaboradoras: Instituto Sociambiental (ISA), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Diretoria Socioambiental do IBAMA (IBAMA-DISAM), e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Coordenação: Alicia Rolla (ISA), Cristina Velasquez (ISA), Francisco Apurinã (COIAB), Leonardo Pacheco (IBAMA-DISAM), Luciene Pohl (CNS), Manuel Cunha (CNS) e Rodrigo Rodrigues (IBAMA-DISAM)

1ª Reunião Regional

Maranhão: Anselmo Oliveira (IBAMA-ProVárzea) - Facilitação e Geoprocessamento; Tocantins: Eduardo Felizola (Greentec) - Facilitação e Geo; Mato Grosso-Xingu: Daniela de Oliveira e Silva (MMA-ARPA) - Facilitação e Diogo Regis (Greentec) - Geoprocessamento; Mato Grosso-Tapajós: Laura Dietzsch (IPAM) - Facilitação e Geo. Rondônia-Norte: Isabel Castro (MMA-ARPA) -Facilitação e Marcelo Cavallini (IBAMA-DIREC)- Geo; Rondônia-Sul: Ekena Rangel (WWF-Brasil) - Facilitação e Geo

2ª Reunião Regional

Acre: Isabel Castro (MMA-ARPA)- Facilitação e Laura Dietzsch (IPAM)- Geo; Amapá e Pará-Calha Norte: Daniela de Oliveira e Silva (MMA-ARPA) - Facilitação e Diogo Regis (Greentec) - Geo; Amazonas-Sul: Leonardo Pacheco (IBAMA-DISAM) e Marcelo Cavallini (IBAMA-DIREC)- Facilitação e Alicia Rolla (ISA)- Geo; Pará-Leste: Anselmo Oliveira (IBAMA-ProVárzea)- Facilitação e Eduardo Felizola (ARPA-FUNBIO/Greentec)- Geo; Pará-Oeste: Fernanda Carvalho (MMA-SBF)- Facilitação e Cícero Augusto (ISA)- Geo; Roraima e Amazonas-Norte: Marina Fonseca (ISA)- Facilitação e Rogério Vereza (MMA-DAP)- Geo

3ª Reunião Regional

Acre: Dan Pasca (GTZ)- Facilitação e Anselmo Oliveira (IBAMA-ProVárzea) -Geo; Amazonas-Norte: Isabel Castro (MMA-ARPA) -Facilitação e Daniela de Oliveira e Silva (MMA-ARPA)- Geo; Amazonas-Sul: Leonardo Pacheco (IBAMA-DISAM)- Facilitação e Alicia Rolla (ISA)- Geo; Pará: Fernanda Carvalho (MMA-SBF)- Facilitação e Sylvain Desmoulière (INPA)- Geo; Roraima, Calha Norte do Pará e Amapá: Ronaldo Weigand (MMA-ARPA)-Facilitação e Juliana Schietti (INPA) e Eduardo Felizola (ARPA-FUNBIO/Greentec)- Geo

2.4. Resultados

O mapa final de áreas prioritárias para o bioma Amazônia (Figura 2.4.1 e mapa em anexo) é formado por 824 áreas, das quais 334 são áreas novas e 490 são áreas já protegidas (veja lista das Áreas Prioritárias para o Bioma Amazônia no anexo 11.9.1). A totalidade das áreas prioritárias ocupa cerca de 80% do bioma, dos quais mais da metade (44,3% do bioma) são áreas já sob algum tipo de proteção - UCs ou TIs (Tabela 2.4.1). Em comparação ao processo de definição de Áreas Prioritárias anterior, realizado em Macapá em 1999, apesar de a área total de análise ter sido reduzida (o processo anterior abrangia toda a Amazônia Legal enquanto no atual esta área foi reduzida ao recorte do Bioma), houve um aumento no total de áreas prioritizadas. Naquele processo, cerca de 59% da Amazônia havia sido reconhecida como prioritária.

Em termos de número de áreas, à maior parte das áreas novas indicadas (43%) foi atribuído o grau de importância extremamente alta, enquanto 32% das áreas foram classificadas como de importância muito alta e cerca de 23% como de importância alta. Apenas 2% das áreas novas foram consideradas como insuficientemente conhecidas. Para as áreas protegidas, 65% foram consideradas de importância extremamente alta, 19% de importância muito alta e 16% de importância alta. Menos de 0,5% das áreas protegidas foram classificadas como insuficientemente conhecidas (Tabela 2.4.1), provavelmente porque a documentação escrita encaminhada aos participantes da reunião não incluía esta categoria. Por isso, acredita-se que apenas os participantes familiarizados com o processo anterior de definição de áreas prioritárias (Macapá-99) atribuíram esta classificação a algumas das áreas indicadas como prioritárias. Além disso, a inclusão de inventários biológicos, estudos antropológicos e do meio físico entre as ações sugeridas pode ter indicado aos participantes que a necessidade de estudos não impedia de reconhecer a importância relativa das áreas. O grande número de indicações para a realização de estudos indica que muitas áreas do bioma devem ser melhor conhecidas sob vários aspectos. De qualquer forma, a categorização de importância no processo atual mostrou uma melhor distribuição entre as categorias de importância – em Macapá, a quase totalidade das áreas definidas estava nas categorias de importância extremamente alta e muito alta, e também foi baixo o número de áreas consideradas insuficientemente conhecidas.

Tabela 2.4.1 – Distribuição do número e extensão superficial das áreas prioritárias do Bioma Amazônia, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 1999 e 2006.

Grau de Importância	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 1999		
	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%
Alta	75	222140	15%	78	181731	10%	8	29919	1%
Muito Alta	108	606326	40%	92	389941	21%	108	621436	25%
Extremamente Alta	145	654000	43%	318	1288290	69%	279	1812819	73%
Insufic. Conhecida	6	37916	2%	2	13223	1%	2	32713	1%
TOTAL	334	1520.382		490	1873186		397	2496888	

Para as áreas novas a criação de UCs de Uso Sustentável foi a ação prioritária mais recomendada, seguida pela criação de áreas protegidas de outras categorias, ordenamento territorial, formação de mosaico ou corredor ecológico e recuperação de áreas degradadas (Tabela 2.4.2). Propostas para a criação de UCs e Reconhecimento de Indígenas/Quilombolas estão espalhadas por todo o bioma, enquanto as recomendações para ordenamento territorial concentram-se principalmente no entorno de estradas e outras obras (atuais e previstas) de infraestrutura. Formação de mosaicos/corredores, recuperação de áreas degradadas e ações de manejo de bacias predominam nas áreas marginais do bioma, no chamado Arco do Deflorestamento, enquanto recomendações para ordenamento pesqueiro aparecem tanto nas Zonas Costeiras como em áreas de várzea.

Tabela 2.4.2 – Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas prioritárias do Bioma Amazônia.

Tipo de Ação Prioritária	Número de Áreas	Área (km2)	Percentual sobre o BIOMA
Criação de UC – Proteção Integral	44	207217	4.90%
Criação de UC – Uso Sustentável	97	437273	10.34%
Criação de UC – Categoria Indefinida	25	164562	3.89%
Criação de Mosaico/Corredor	25	116101	2.75%
Fomento ao Uso Sustentável	18	73858	1.75%
Inventário Biológico	2	1488	0.04%
Manejo de bacia hidrográfica	13	91809	2.17%
Ordenamento Territorial	46	189103	4.47%
Ordenamento Pesqueiro	12	83862	1.98%
Reconhecimento de Áreas Indígenas/Quilombolas	18	33689	0.80%
Recuperação de Áreas degradadas	31	111218	2.63%
Educação Ambiental	3	10201	0.24%
TOTAL NOVAS	334	1520382	35.96%
Áreas já Projegidas	490	1873186	44.30%
TOTAL	824	3393568	80.25%
Área do Bioma		4228533	

As recomendações de ações, entretanto, não são excludentes entre si - ao contrário, não raro são complementares. Muitas vezes, junto a indicações para ordenamento territorial estão as de inventários, porque estes podem ser fundamentais para ajudar a definir os tipos de usos adequados a diferentes partes de cada área; ações de manejo de bacias frequentemente incluem também recuperação de suas áreas degradadas e formação de mosaicos/corredores. Considerando a totalidade das ações indicadas, fiscalização foi a ação com maior número de recomendações (Tabela 2.4.3), demonstrando uma clara preocupação da sociedade com os processos ligados à perda de área florestada e de diversidade biológica e social. Maior conscientização da população, por meio de ações em Educação Ambiental, foi a segunda ação mais recomendada em termos de número de áreas para as quais foi indicada. A recomendação para a realização de inventários biológicos, que como ação principal apareceu em menos de 0,5% das áreas, foi a terceira ação mais recomendada para a totalidade das áreas, reforçando que o bioma ainda é pouco conhecido.

Tabela 2.4.3 – Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas prioritárias do Bioma Amazônia.

Ações Indicadas	Número de Áreas	Área (km2)
Fiscalização	247	1156810
Educação Ambiental	176	801218
Inventário Biológico	152	701676
Recuperação de Área Degradada	144	678291
Criação de Mosaicos/Corredores	135	815250
Fomento ao Uso Sustentável	116	746406
Criação de UC - Uso Sustentável	97	437273
Estudos Sócioantropológicos	82	422708
Estudos do Meio Físico	64	297558
Recuperação de Espécies Ameaçadas	57	207879
Criação de UC - Proteção Integral	44	207217
Criação de UC – Categoria Indefinida	25	164562
Manejo de Recursos Biológicos	23	49052

Áreas Prioritárias para Biodiversidade - BIOMA AMAZÔNIA

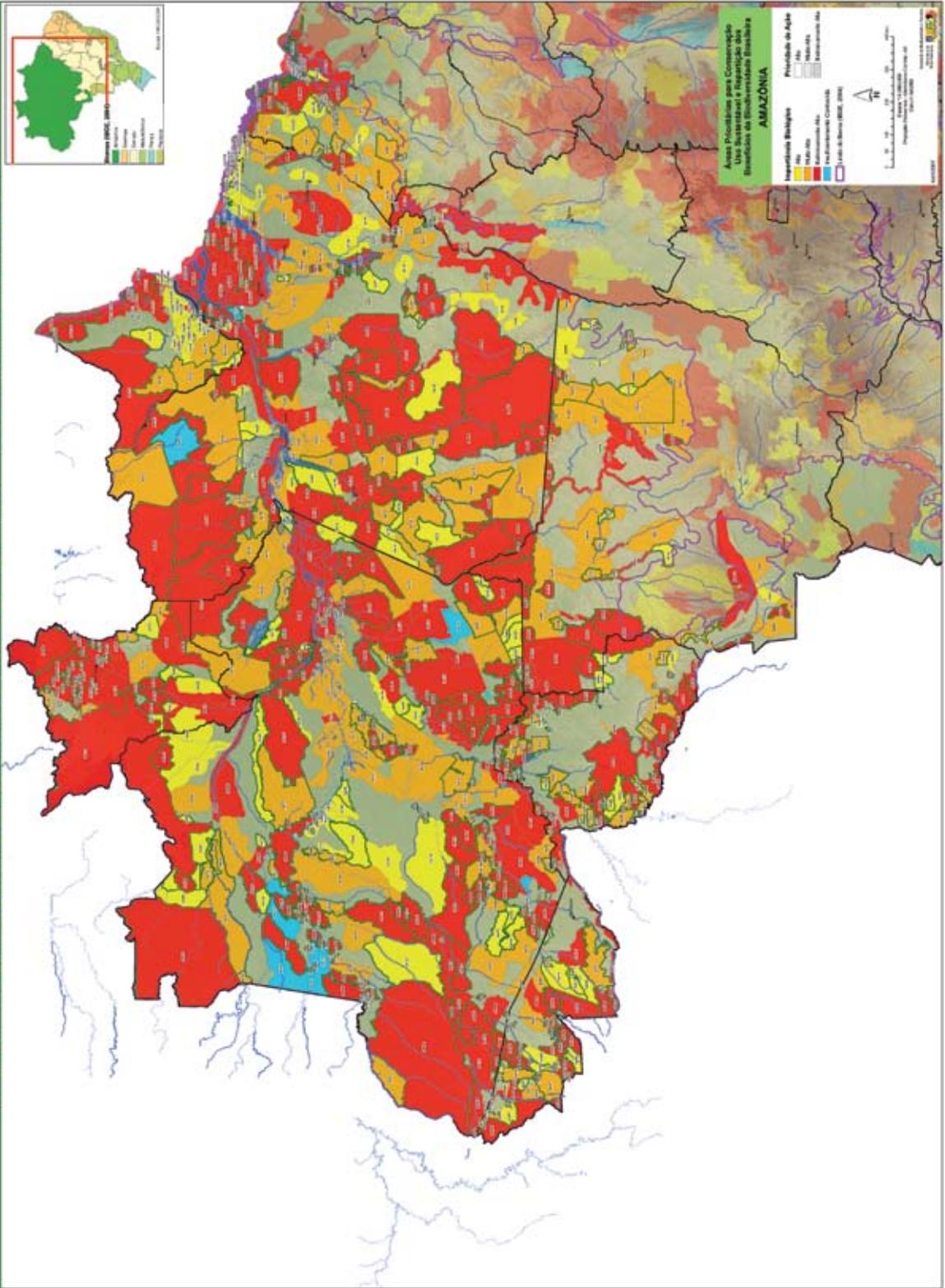
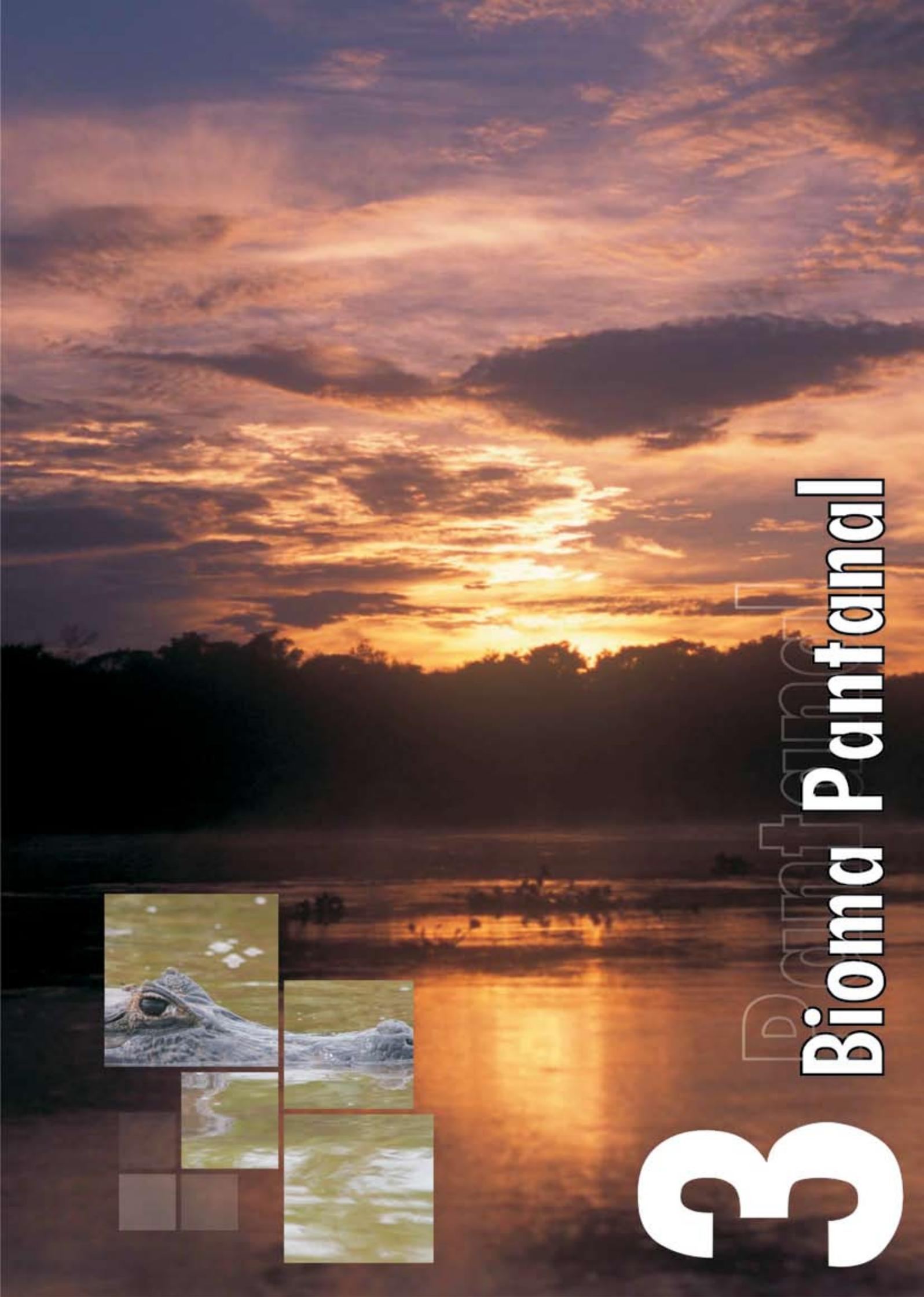


Figura 2.4.1 - Mapa de Áreas Prioritárias do Bioma Amazônia



3

Bioma Pantanal

3. Bioma Pantanal

3.1. Contextualização

O Pantanal cobre cerca de 140.000 Km² da Bacia do Alto Rio Paraguai e seus tributários, e caracteriza-se como uma das maiores áreas alagadas contínuas do planeta, reconhecida como Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988, como Área Úmida de Importância Internacional pela Convenção Ramsar, e como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco. Entretanto, apenas 2,5% da Bacia do Alto Rio Paraguai está oficialmente protegida sob a forma de unidades de conservação federais, estaduais e reservas particulares (Harris *et al.*, 2005).

A vegetação do Pantanal é heterogênea e influenciada principalmente pelo Cerrado, mas apresenta também elementos de Floresta Amazônica, Chaco e Floresta Atlântica. Esta característica aliada aos diferentes tipos de solo e regimes de inundação é responsável pela grande variedade de formações vegetais e pela heterogeneidade da paisagem, que abriga rica biota aquática e terrestre (Pott e Adámoli, 1999). O principal fator ecológico na determinação de padrões e processos no Pantanal são os pulsos de inundação (Junk e Silva, 1999; Oliveira e Calheiros, 2000), com amplitudes que variam de dois a cinco metros e com duração de três a seis meses.

A diversidade de espécies é mais alta na porção sul que na porção norte, e praticamente não há endemismos provavelmente devido à história recente do Bioma. No entanto, destaca-se a alta abundância de diversas espécies de animais silvestres. Ocorrem no Pantanal cerca de 124 espécies de mamíferos, destacando-se o fato de o Bioma abrigar as maiores populações conhecidas de veado-campeiro, cervo-do-pantanal, onça-pintada e ariranhas (Alho e Lacher Jr., 1991; Mourão *et al.*, 2000; Tomas *et al.*, 2000; Sanderson *et al.*, 2002). Atualmente são conhecidas 463 espécies de aves (Mittermeier *et al.*, 2003; Tubelis e Tomas, 2003), sendo 117 delas presentes em listas de espécies ameaçadas de extinção e 130 delas migratórias provenientes do sul do país, do hemisfério norte ou da Mata Atlântica (Antas, 1994, Nunes e Tomás, 2004). Ainda, 41 espécies de anfíbios, 177 de répteis (Médri e Mourão, 2004), e mais de 260 espécies de peixes (Britski *et al.*, 1999) já foram registradas no Pantanal.

Dentre as diversas ameaças à conservação da biodiversidade no Pantanal destaca-se o desmatamento, tanto na própria planície quanto no planalto adjacente, resultando em processos erosivos severos que causam deposição de sedimentos nas depressões e alteram os padrões de fluxo de água e regimes hidrológicos (Harris *et al.*, 2005). São também consideradas ameaças à conservação dos ecossistemas e processos ecológicos no Pantanal os projetos de infra-estrutura, especialmente hidrelétricas, hidrovias e mineradoras, a caça, a invasão de espécies exóticas e a poluição resultante do uso de pesticidas nas áreas agrícolas localizadas ao longo das cabeceiras dos principais rios da planície (Alho *et al.*, 1988).

3.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados

A primeira Reunião Técnica foi realizada nos dias 12, 13 e 14 de julho de 2006, em Brasília, DF, em parceria com a Coordenação de Zoneamento Ambiental do IBAMA (COZAM/CGZAM/DIPRO), tendo contado com o apoio da Rede Cerrado, Rede Pantanal, Conservação Internacional, The Nature Conservancy e WWF. Participaram da primeira reunião técnica 108 pessoas, especialmente pesquisadores, vinculados a universidades ou instituições de pesquisa, a organizações do terceiro setor e ao governo nas esferas federal e estadual. (veja lista de participantes no anexo 11.7.2).

Durante a primeira reunião técnica foram discutidos os alvos de conservação que seriam incluídos nas análises de Planejamento Sistemático da Conservação, por

meio da análise de uma lista pré-elaborada das espécies endêmicas e ameaçadas do Bioma. Os participantes foram divididos em grupos temáticos, com o objetivo de listar os alvos de conservação e discutir as bases de dados disponíveis para serem incluídas. Foram constituídos sete grupos temáticos: Ictiofauna, Herpetofauna, Avifauna, Mastofauna, Flora, Unidades Ambientais e Serviços Ambientais, e Aspectos Sócio-Ambientais. Devido à heterogeneidade dos temas discutidos, a metodologia e o resultado variaram um pouco entre os grupos. Os pesquisadores participantes discutiram a respeito de cada uma das espécies listadas, com a possibilidade de inclusão de novos táxons de acordo com o conhecimento dos presentes. Para cada espécie foi ainda discutida uma meta de conservação, de acordo com sua área de ocorrência, o peso, de acordo com a vulnerabilidade e as bases de dados que poderiam ser utilizadas para definir sua área de distribuição.

Foi realizada a Segunda Reunião Técnica também em Brasília, entre os dias 10 e 11 de Outubro de 2006, com o apoio das mesmas instituições, com objetivo de revisar as bases de dados que subsidiaram as análises, bem como redefinir as metas de conservação para algumas espécies (veja lista de participantes no anexo 11.7.3)..

3.2.1. Definição dos Alvos

Unidades ambientais

Foram identificados 18 alvos com base na divisão dos "pantanaís" de Hamilton *et al.* (1996) para as áreas inundáveis, e com base no sistema de terras (Silva *et al.*, 2006) para as áreas de planalto incluídas no Bioma.

Processos em ecossistemas aquáticos

Foram utilizados três sistemas considerados importantes para manutenção da biodiversidade aquática, utilizando-se espécies de peixes raras e ameaçadas de extinção como indicadores.

Espécies

Foram utilizadas 13 espécies indicadoras, raras e/ou ameaçadas da flora; enquanto para fauna: foram utilizadas 50 espécies de aves, 25 de mamíferos, 47 de répteis e 12 de anfíbios – a maioria delas selecionadas juntamente com os alvos do Cerrado, dada a forte associação entre os dois Biomas.

Foram compiladas as bases de dados disponibilizadas para todos os alvos listados, etapa que teve fundamental participação de pesquisadores, envolvendo inclusive pessoas que não puderam estar presentes na reunião técnica, mas contribuíram grandemente para o processo fornecendo listas de pontos de ocorrência das espécies-alvo selecionadas. As seguintes bases de dados foram fornecidas por pesquisadores e/ou instituições de pesquisa e utilizadas nas análises:

- Distribuição geográfica de espécies ameaçadas de extinção do Pantanal, produzida por especialistas para o Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de extinção e cedido pela Fundação Biodiversitas;
- Bases de biodiversidade do Pantanal da Conservação Internacional – Brasil.

Especificamente para os grupos temáticos enfocados na análise foram utilizadas as seguintes bases de dados:

- Anfíbios: Coleção Herpetológica da Universidade de Brasília; Museu do Zoologia da Universidade de São Paulo; "Global Amphibian Assessment" (IUCN, Conservation International, and NatureServe. 2006).
- Aves: Prof. Miguel Marini e colaboradores, da Universidade de Brasília, a

partir de registros das coleções da Universidade de Brasília, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal de Minas Gerais; Prof. Luis Fábio da Silveira (USP); Dr. Paulo de Tarso Zuquim Antas; Alessandro Pacheco Nunes (Fundação Pantanal com Ciência/ EMBRAPA Pantanal).

- Mamíferos: banco de dados de primatas do banco de dados do IBAMA-CPB; distribuição de pequenos mamíferos fornecida pela Dra. Ana Paula Carmignotto (USP); distribuição de tamanduá-bandeira pelo Dr. Guilherme Miranda (Polícia Federal); distribuição geográfica de espécies-alvo de mamíferos do Pantanal do Dr. Walfrido Tomás e Dr. Guilherme Mourão (Embrapa – Pantanal);
- Répteis: Coleção Herpetológica da Universidade de Brasília; Coleção do Museu do Zoologia da Universidade de São Paulo; Dr. Cristiano Nogueira (USP / Conservação Internacional); Profa. Christine Strussmann (UFMT).

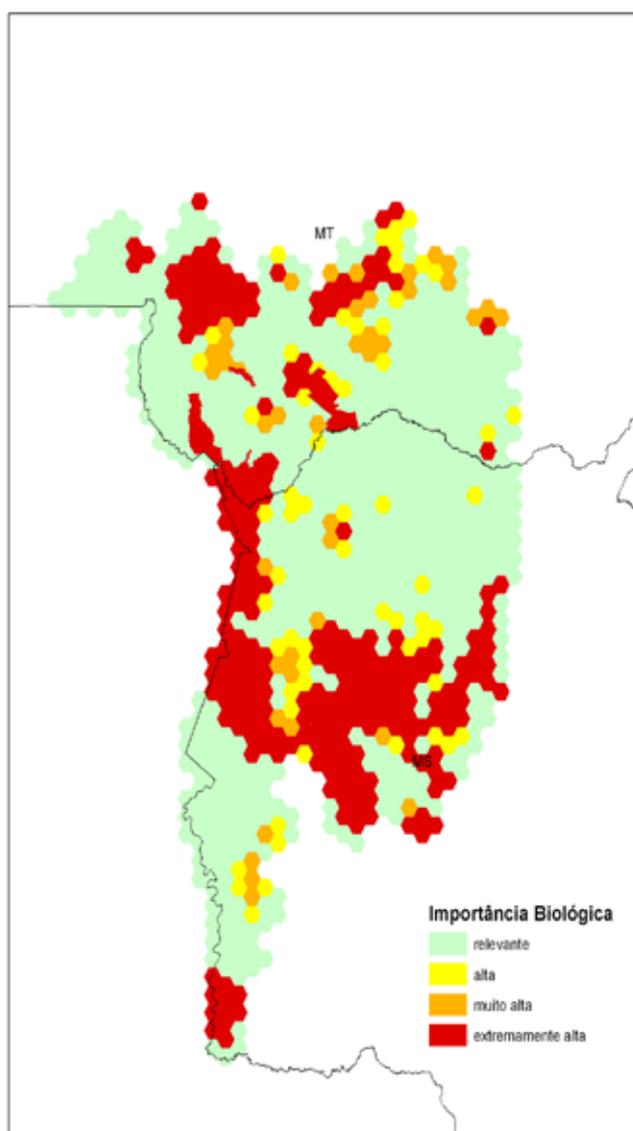


Figura 3.2.1. – Mapa de Importância Biológica para o Bioma Pantanal.

3.2.2. Definição de Metas

As metas e pesos foram atribuídos pelos pesquisadores levando-se em conta a extensão da distribuição de cada espécie e sua vulnerabilidade, com valores variando de 20 a 100% para metas e 1 a 4 para os pesos. As espécies selecionadas como alvo foram analisadas uma a uma quanto à extensão (ampla, endêmica, restrita) e a forma de representação (buffer de pontos, mínimo polígono convexo) de sua distribuição, tendo sido atribuídas metas mais baixas para espécies de

ampla distribuição, e mais altas para espécies de distribuição restrita, chegando a 100% no caso de espécies conhecidas de uma única localidade. Receberam peso 4 as espécies criticamente ameaçadas de extinção e aquelas conhecidas apenas de uma localidade, e pesos menores foram atribuídos a espécies classificadas em categorias de ameaça menos graves e/ou distribuição mais ampla (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação).

Conforme definido na metodologia, foi produzido um mapa de UPs constituído de um gride de hexágonos de 20 mil hectares de área cobrindo todo o Pantanal. As Unidades de Conservação de Proteção Integral foram incluídas no gride como UPs, e os hexágonos internos ou que interceptam a área tiveram suas margens dissolvidas.

Para o processamento, os mapas de distribuição de espécies representados por pontos foram convertidos para polígonos, de acordo com critérios definidos nas duas reuniões técnicas e, posteriormente, cada mapa de distribuição foi cruzado com o mapa de remanescentes de vegetação nativa do Cerrado (elaborado pela equipe coordenada pelo Dr. João Villa) para que fosse obtido o valor de área disponível para cada espécie dentro do Bioma e em cada Unidade de Planejamento.

Os mapas e informações geradas foram utilizados para a produção do mapa de importância biológica, que subsidiou a definição das Áreas Prioritárias durante o seminário regional.

Foram utilizadas as seguintes bases de dados de unidades de conservação federais e estaduais: bases da Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, Localização de UCs e da Conservação Internacional e Mapeamento das Unidades de Conservação Estaduais do Mato Grosso, da SEMA/MT.

3.3. Reuniões Regionais

O Seminário Regional do Pantanal ocorreu em Campo Grande entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2006, tendo contado com o apoio da Coordenação de Zoneamento Ambiental do IBAMA e da Rede Pantanal.

Participaram da reunião regional do Pantanal 100 pessoas, entre representantes do governo nas esferas estaduais e federal, pesquisadores ligados a universidades e instituições de pesquisa, organizações do terceiro setor, movimentos sociais, representantes de grupos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais e representantes do setor empresarial (veja lista de participantes no anexo 11.8.4).

Os participantes foram divididos em grupos por estado para as discussões da seguinte forma: 1) Pantanal do Mato Grosso; 2) Pantanal do Mato Grosso do Sul; 3) Cerrado do Mato Grosso do Sul. o terceiro grupo foi formado devido a uma demanda surgida na reunião regional do Cerrado.

Houve uma reunião preparatória com representantes de grupos indígenas, quilombolas e demais comunidades para que houvesse uma melhor compreensão com relação ao processo e aos objetivos da atualização das Áreas Prioritárias.

Cada grupo regional se reuniu em uma sala equipada com dois computadores, para visualização das bases cartográfica e produção do mapa de Áreas Prioritárias, ao qual foi ligado um projetor, e outro para preenchimento do banco de dados de fichas das áreas.

As discussões no Seminário Regional tiveram como subsídios principais para elaboração do mapa final de Áreas Prioritárias as seguintes bases:

- Mapa preliminar de áreas prioritárias produzido pela equipe de coordenação a partir do resultado do sistema, cruzado com Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007) e Modelo Digital de Terreno;
- Mapa de Importância Biológica produzido pela equipe de coordenação a partir das bases de dados fornecidas pelos pesquisadores colaboradores;

- Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007)
- Imagens de satélite obtidas no programa GoogleEarth;
- Modelo Digital de Terreno da NASA com definição de 90m; e
- Mapeamento das iniciativas locais de uso e conservação do Cerrado apoiadas por projetos. (SDS/MMA, PPP/ECOS – ISPN, Rede de Comercialização Solidária, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e DISAM/IBAMA).

Equipe Técnica e colaboradores

Braúlio Dias – DCBIO/SBF/MMA; Mauro Pires – NCP/SBF/MMA; Marcos Reis Rosa – SBF/MMA; Paula Hanna Valdujo – NCP/SBF/MMA; Adriana Panhol Bayma – NCP/SBF/MMA; Gustavo Oliveira – SBF/MMA; Laura Tilmann Viana – NCP/SBF/MMA; Giovana Bottura – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Ana Elisa Bacellar Schittini – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Guilherme Déstro – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Avaí Miranda – NCP/SBF/MMA; Cristiano Nogueira – Conservação Internacional; Leandro Baumgarten – NAPMA/SBF/MMA; Cleide Noêmia Amador de Souza – Programa Pantanal/MMA; Gloria Spezia – SBF/MMA; Juliana Bragança – colaboradora voluntária; Camila Bastianon – colaboradora voluntária; Elisa Coutinho – colaboradora voluntária; Geraldo Lucatelli Dória de Araújo Junior – ANA; Sérgio Ricardo Travassos da Rocha – SBF/MMA; Marcos da Silva Alves – SBF/MMA.

3.4. Resultados

Foram indicadas 50 áreas prioritárias no Pantanal, sendo cinco áreas já protegidas e 45 áreas novas, o que representa um incremento substancial em relação às 19 áreas propostas em 1998 (veja lista das Áreas Prioritárias para o Bioma Pantanal no anexo 11.9.2). Observa-se um aumento na extensão das áreas prioritárias de mais de 32% na área abrangida (de 59.866 para 79.143Km²) (Tabela 3.4.1). Com relação à proporção das categorias de importância, considerando-se apenas as áreas novas, a diferença mais notável foi a redução no número de áreas consideradas insuficientemente conhecidas e maior equilíbrio entre o número de áreas indicadas como importância alta e muito alta, mantendo-se porém o predomínio de áreas qualificadas com de importância extremamente alta. Considerando-se as áreas novas e protegidas em conjunto, houve um aumento na proporção das áreas consideradas de importância extremamente alta de cerca de 47% para cerca de 52%. Apesar da redução no número de áreas insuficientemente conhecidas indicadas como prioritárias, a ação proposta com mais frequência, aparecendo em 56% das áreas, foram os inventários biológicos (Tabelas 3.4.2 e 3.4.3), indicando que apesar de ter sido produzido um volume expressivo de conhecimento científico a respeito da biodiversidade do Pantanal entre os anos de 1998 e 2006, ainda são necessários investimentos em pesquisa a respeito da biodiversidade, bem como estudos sócio-antropológicos na região (veja mapa de Áreas Prioritárias do Bioma Pantanal na figura 3.4.1 e mapa em anexo).

Tabela 3.4.1: Distribuição do número e extensão superficial das áreas prioritárias do Bioma Pantanal, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 1998 e 2006.

Grau de Importância	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 1998		
	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%
Alta	11	17150	22%	0	0	0%	4	7822	13%
Muito Alta	12	19227	24%	0	0	0%	3	11107	19%
Extremamente Alta	21	39447	50%	5	4419	100%	9	18695	31%
Insufic. Conhecida	1	3319	4%	0	0	0%	3	22242	37%
TOTAL	45	79143		5	4419		19	59866	

Tabela 3.4.2: Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas prioritárias do Bioma Pantanal.

Tipo de Ação Prioritária	Número de Áreas	Área (km2)	Percentual sobre o BIOMA
Inventário Biológico	8	17439	31.20%
Criação de UC - Proteção Integral	6	14305	25.79%
Recuperação de Áreas Degradadas	9	12172	22.07%
Criação de UC – Categoria Indefinida	8	10031	6.62%
Fomento Uso Sustentável	5	9938	6.56%
Criação de UC - Uso Sustentável	5	8648	5.71%
Outras	2	5104	3.37%
Criação de Mosaico/Corredor	2	1507	0.99%
TOTAL NOVAS	45	79143	52.24%
Áreas Já Projegidas	5	4419	2.92%
TOTAL	50	83562	55.16%
Área do BIOMA		151487	

Tabela 3.4.3: Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas prioritárias do Bioma Pantanal.

Ações Indicadas	Número de Áreas	Área (km2)
Inventário Biológico	28	47269
Fiscalização	18	39072
Estudos Sócio-antropológicos	15	33437
Fomento ao Uso Sustentável	13	29054
Educação Ambiental	14	27372
Estudos do Meio Físico	12	22458
Recuperação de Área Degradada	15	18170
Criação de Mosaico/Corredor	10	17870
Criação de UC - Proteção Integral	6	14305
Criação de UC – Categoria Indefinida	8	10031
Criação de UC - Uso Sustentável	5	8648
Manejo de Recursos Biológicos	3	2515

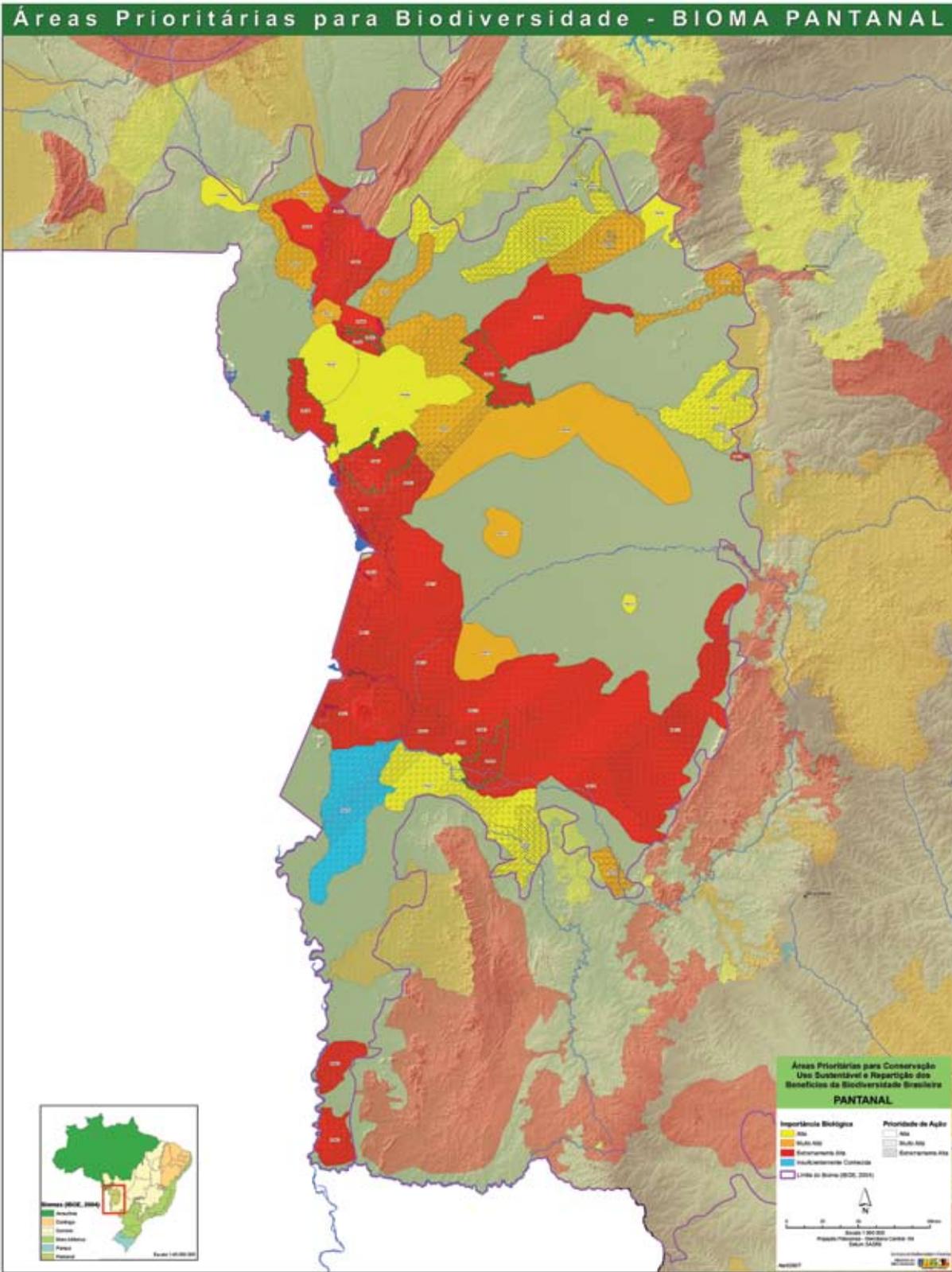
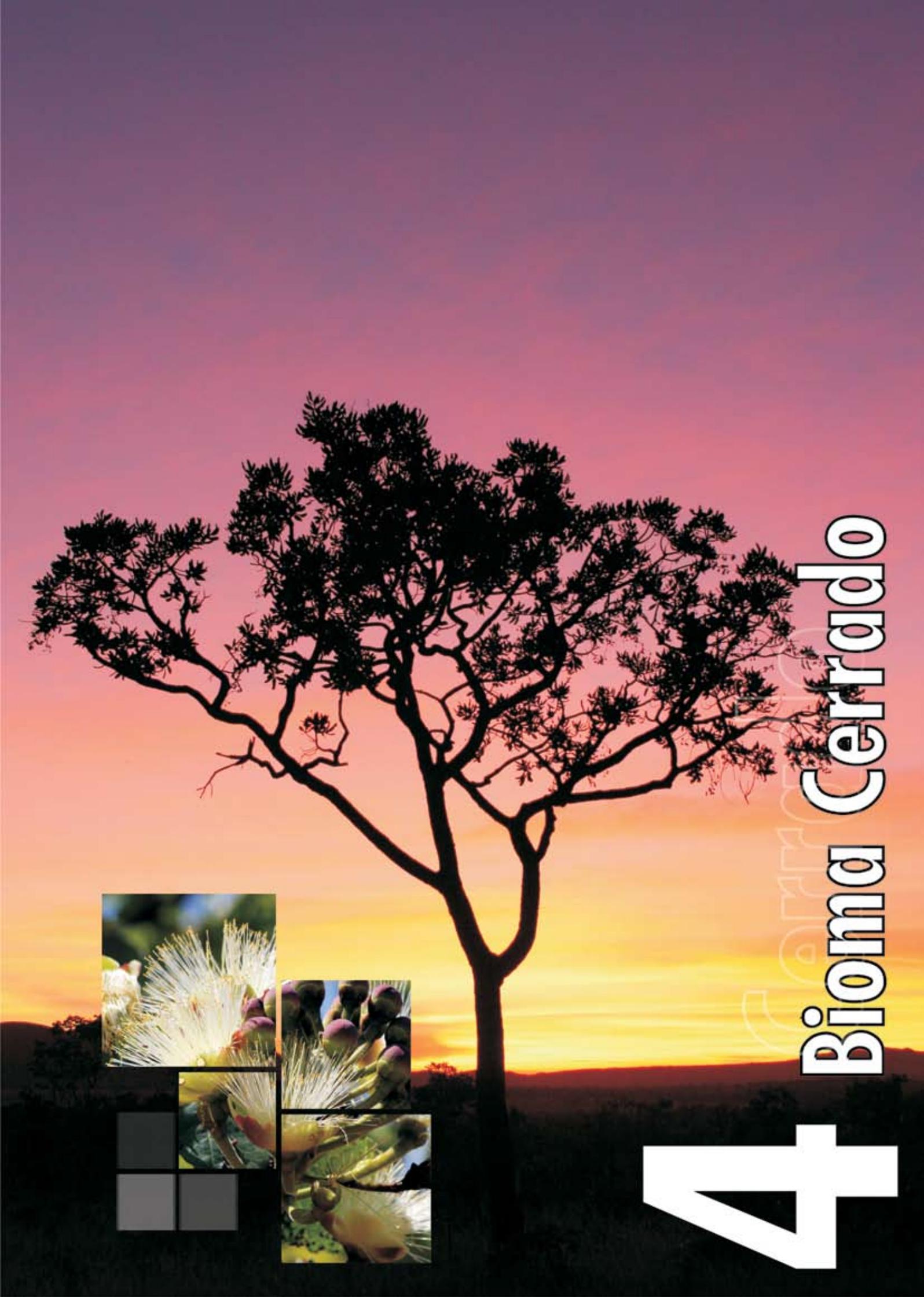


Figura 3.4.1 – Mapa de Áreas Prioritárias para o Bioma Pantanal.



Bioma Cerrado

4

4. Bioma Cerrado

4.1. Contextualização

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ocupando 21% do território nacional e compreende o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos, áreas úmidas e matas de galeria) que ocorrem no Brasil Central (Eiten, 1977; Ribeiro *et al.*, 1981). O Cerrado apresenta elevada riqueza de espécies, com valores que fazem deste bioma a mais diversificada savana tropical do mundo: plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas e cipós somam mais de 7.000 espécies (Mendonça *et al.*, 1998), sendo 44% da flora endêmica. Existe uma grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies entre diferentes fitofisionomias (Klink e Machado, 2005). Cerca de 199 espécies de mamíferos são conhecidas (Redford e Fonseca, 1986; Klink e Machado, 2005), e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Os números de peixes (1200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies) são elevados. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos para anfíbios e répteis: 28% e 17%, respectivamente (Fonseca *et al.*, 1996; Fundação Pro-Natureza *et al.*, 1999; Aguiar, 2000; Colli *et al.*, 2002; Marinho-Filho *et al.*, 2002; Oliveira e Marquis, 2002; Aguiar *et al.*, 2004).

Em termos de diversidade social, o Cerrado abriga variadas comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas, todas elas com elementos de sua cultura fortemente associados à terra e aos demais recursos naturais do bioma. Embora não haja um levantamento amplo sobre essas populações, à exceção das populações indígenas, é sabido que há uma certa concentração delas em lugares que ainda mantêm remanescentes significativos de vegetação de Cerrado, o que torna pertinente considerar o papel delas e suas demandas para a conservação ambiental. São 93 áreas indígenas somando em torno de 11 milhões de hectares (5,4% do bioma), em variado estado fundiário, e maior concentração no estado do Maranhão e Mato Grosso. Há também quilombos oficialmente reconhecidos, como é o caso do Kalunga, no nordeste de Goiás. As comunidades tradicionais, como os geraizeiros, entre MG e a Bahia e as babaqueiras na transição entre o Cerrado e a Amazônia, em geral enfrentam muitas dificuldades de acesso aos recursos, devido ao avanço da fronteira agrícola e valorização do preço da terra. Seus territórios, ainda que não reconhecidos, associados às unidades de conservação são fundamentais para a formação de corredores biológicos e conservação dos recursos hídricos e da paisagem.

A despeito de sua elevada biodiversidade e diversidade social, a atenção reservada para a conservação do Cerrado tem sido baixa, de modo que apenas 2,2% do bioma estão legalmente protegidos em UCs de proteção integral, e estimativas indicam que pelo menos 20% das espécies endêmicas e ameaçadas permanecem fora dos parques e reservas existentes (Machado *et al.*, 2004a). Cerca de metade dos 2 milhões de km² originais do Cerrado foram transformados em pastagens plantadas, culturas anuais e outros tipos de uso, e a destruição dos ecossistemas que constituem o Cerrado continua de forma acelerada (Klink e Machado, 2005). Um estudo recente concluiu que 55% do Cerrado já foram desmatados ou transformados pela ação humana (Machado *et al.*, 2004), o que equivale a uma área de 880.000km², ou seja quase três vezes a área desmatada na Amazônia brasileira. As taxas anuais de desmatamento também são mais elevadas no Cerrado: entre os anos de 1970 e 1975, o desmatamento médio no Cerrado foi de 40.000km² por ano (Klink e Moreira, 2002).

As transformações ocorridas no Cerrado trouxeram grandes danos ambientais, tais como degradação de ecossistemas, fragmentação de habitats, extinção de espécies, invasão de espécies exóticas, erosão dos solos, poluição de aquíferos, alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e

possivelmente modificações climáticas regionais. A degradação do solo e dos ecossistemas nativos e a dispersão de espécies exóticas são as maiores e mais amplas ameaças à biodiversidade. A partir de um manejo deficiente do solo, a erosão pode causar a perda de 130ton/ha/ano (Goedert, 1990). Práticas agrícolas no Cerrado incluem o uso extensivo de fertilizantes e calcário (Müller, 2003), que poluem córregos e rios. Tansey e colaboradores (2004) estimaram que 67% da área queimada no Brasil em 2000 estavam no Cerrado. Apesar do fogo fazer parte da dinâmica natural do Cerrado, queimadas freqüentes afetam negativamente o estabelecimento de árvores e arbustos (Hoffmann e Moreira, 2002), além de liberar para a atmosfera dióxido de carbono (CO₂) e outros gases causadores do efeito estufa (Krug *et al.*, 2002).

Como resultado da grande expansão da agricultura e intensa exploração local de produtos nativos, pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção (Fundação Biodiversitas, 2003; Hilton-Taylor, 2004). Adicionalmente, acelerada destruição de formações nativas do Cerrado aliada à alta diversidade de espécies endêmicas determinaram a inclusão do Cerrado entre os hotspots mundiais de biodiversidade (Myers *et al.*, 2000; Silva e Bates, 2002).

4.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados

A primeira Reunião Técnica foi realizada nos dias 12, 13 e 14 de julho de 2006, em Brasília, DF, em parceria com a Coordenação de Zoneamento Ambiental do IBAMA (COZAM/CGZAM/DIPRO), tendo contado com o apoio da Rede Cerrado, Rede Pantanal, Conservação Internacional, The Nature Conservancy e WWF. Participaram da primeira reunião técnica 108 pessoas, especialmente pesquisadores, vinculados a universidades ou instituições de pesquisa, a organizações do terceiro setor e ao governo nas esferas federal e estadual. (veja lista de participantes no anexo 11.7.2).

Durante a primeira reunião técnica foram discutidos os alvos de conservação que seriam incluídos nas análises de Planejamento Sistemático da Conservação, por meio da análise de uma lista pré-elaborada das espécies endêmicas e ameaçadas do Bioma. Os participantes foram divididos em grupos temáticos, com o objetivo de listar os alvos de conservação e discutir as bases de dados disponíveis para serem incluídas. Foram constituídos sete grupos temáticos: Ictiofauna, Herpetofauna, Avifauna, Mastofauna, Flora, Unidades Ambientais e Serviços Ambientais, e Aspectos Sócio-Ambientais. Devido à heterogeneidade dos temas discutidos, a metodologia e o resultado variaram um pouco entre os grupos. Os pesquisadores participantes discutiram a respeito de cada uma das espécies listadas, com a possibilidade de inclusão de novos táxons de acordo com o conhecimento dos presentes. Para cada espécie foi ainda discutida uma meta de conservação, de acordo com sua área de ocorrência, o peso, de acordo com a vulnerabilidade e as bases de dados que poderiam ser utilizadas para definir sua área de distribuição.

Foi realizada a Segunda Reunião Técnica também em Brasília, entre os dias 10 e 11 de Outubro de 2006, com o apoio das mesmas instituições, com objetivo de revisar as bases de dados que subsidiaram as análises, bem como redefinir as metas de conservação para algumas espécies (veja lista de participantes no anexo 11.7.3).

4.2.1. Definição dos Alvos

Unidades Ambientais

Foram produzidas 118 unidades a partir do mapa de Sistema de Terras (Silva *et al.*, 2006) cruzado com subbacias hidrográficas da ANA. Houve, durante a reunião técnica, uma longa discussão a respeito da melhor base para representar as unidades ambientais, tendo sido proposto por parte dos participantes a utilização do mapa de geologia cruzado com o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA,

2007). No entanto a classificação da vegetação não foi disponibilizada a tempo, de modo que não foi possível produzir o mapa sugerido, tendo sido utilizado o mapa de sistema de terras, produzido a partir da classificação de Cochrane *et al.* (1985), que considera como um sistema de terras um conjunto de áreas que apresenta padrões recorrentes de clima, paisagem e solos.

Serviços Ambientais

Foram identificadas e utilizadas 31 unidades com potencial para recarga de aquíferos e manutenção da perenidade de rios a partir do mapa em escala 1:1.000.000 (IBGE, 2001), sob orientação do Dr. Jamilo Thomé Filho (CPRM). Houve a tentativa de obtenção de outras bases de dados para a temática de serviços ambientais, no entanto não foi possível obter mais informações especializadas para o Bioma.

Processos em ecossistemas aquáticos

Foram utilizados 20 sistemas considerados importantes para manutenção da biodiversidade aquática, utilizando-se espécies de peixes raras e ameaçadas de extinção como indicadores a partir da base de Bacias Hidrográficas da ANA.

Espécies

Foram utilizadas 443 espécies raras e/ou ameaçadas da flora do Cerrado. Para a fauna, foram consideradas 56 espécies de aves, 70 de mamíferos, 127 de répteis, 80 de anfíbios e 30 de peixes – todas endêmicas e/ou ameaçadas do Cerrado de acordo com a “Lista Nacional da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção” (MMA, 2003) e a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas (IUCN, 2005). Com relação às espécies endêmicas, a seleção de alvos seguiu o conhecimento dos pesquisadores participantes..

Foram compiladas as bases de dados disponibilizadas para todos os alvos listados, etapa que teve fundamental participação de pesquisadores, envolvendo inclusive pessoas que não puderam estar presentes na reunião técnica, mas contribuíram grandemente para o processo fornecendo listas de pontos de ocorrência das espécies-alvo selecionadas. As seguintes bases de dados foram fornecidas por pesquisadores e/ou instituições de pesquisa e utilizadas nas análises:

- Distribuição geográfica de espécies ameaçadas de extinção do Cerrado, produzida por especialistas para o Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção e cedido pela Fundação Biodiversitas;
- Bases de biodiversidade do Cerrado da Conservação Internacional – Brasil.

Especificamente para os grupos temáticos enfocados na análise foram utilizadas as seguintes bases de dados:

- Anfíbios: distribuição geográfica das espécies-alvo de anfíbios do Cerrado da Coleção Herpetológica da Universidade de Brasília, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo; base de dados do “Global Amphibian Assessment” (IUCN, Conservation International, and NatureServe, 2006);
- Aves: distribuição geográfica de espécies-alvo de aves do Cerrado do Prof. Miguel Marini e colaboradores, da Universidade de Brasília, a partir de registros das coleções da Universidade de Brasília, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal de Minas Gerais; distribuição geográfica de espécies-alvo de aves do Cerrado dos pesquisadores Dra. Adriani Hass, Vivian Braz (UnB) e colaboradores, Prof. Luis Fábio da Silveira (USP), Leonardo Lopes (UFMG), Dr. Paulo de Tarso Zuquim Antas e Dr. Fábio Olmos.

- Mamíferos: distribuição geográfica de Primatas do banco de dados do IBAMA-CPB; e bases de dados dos pesquisadores Dra. Ana Paula Carmignotto (USP) e Dr. Guilherme Miranda (Polícia Federal).
- Répteis: distribuição geográfica das espécies-alvo de répteis do Cerrado da Coleção Herpetológica da Universidade de Brasília; Museu do Zoologia da Universidade de São Paulo e IBAMA-RAN; base de dados do Dr. Cristiano Nogueira (USP / Conservação Internacional), da Dra. Larissa Barreto (UFMA), e do pesquisador Adriano de Lima (MNRJ).

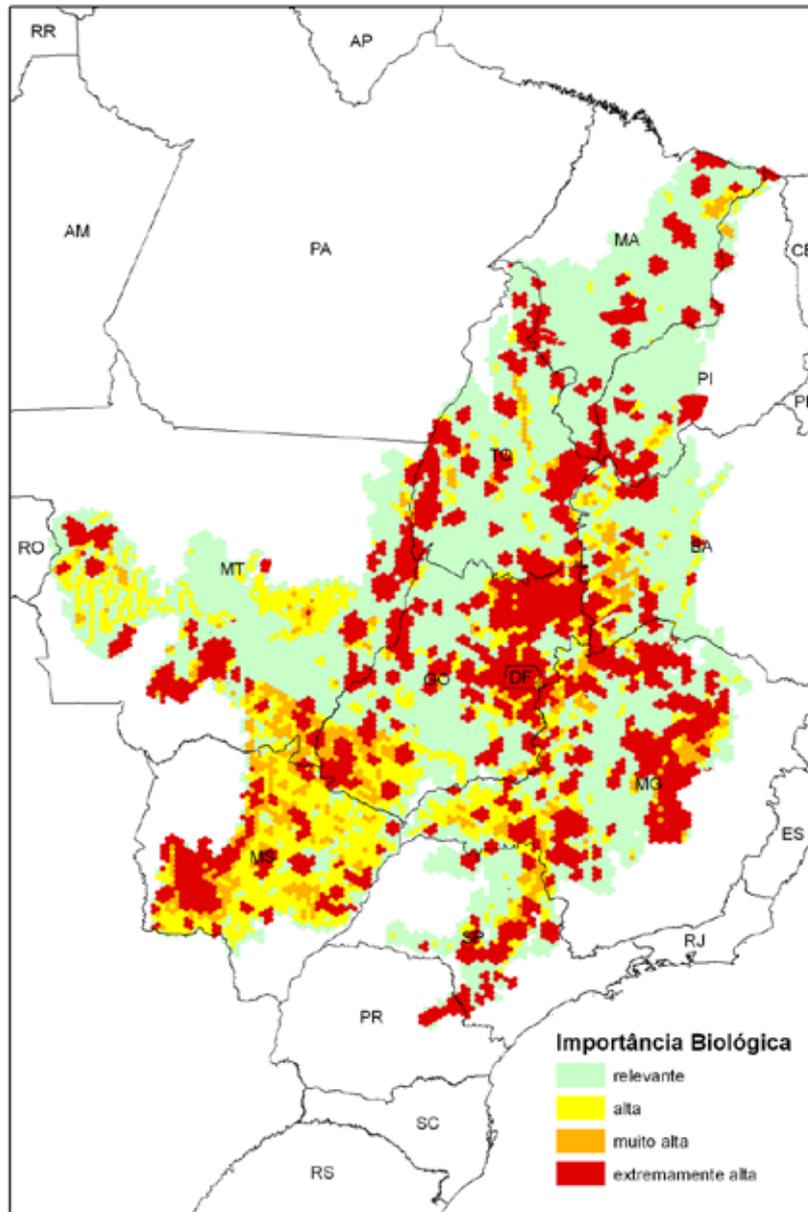


Figura 4.2.1 – Mapa de Importância Biológica para o Bioma Cerrado.

4.2.2. Definição de Metas

As metas e pesos foram atribuídos pelos pesquisadores levando-se em conta a extensão da distribuição de cada espécie e sua vulnerabilidade, com valores variando de 20 a 100% para metas e 1 a 4 para os pesos. As espécies selecionadas como alvo foram analisadas uma a uma quanto à extensão (ampla, endêmica, restrita) e a forma de representação (buffer de pontos, mínimo polígono convexo) de sua distribuição, tendo sido atribuídas metas mais baixas para espécies de ampla distribuição, e mais altas para espécies de distribuição restrita, chegando a

100% no caso de espécies conhecidas de uma única localidade. Receberam peso 4 as espécies criticamente ameaçadas de extinção e aquelas conhecidas apenas de uma localidade, e pesos menores foram atribuídos a espécies classificadas em categorias de ameaça menos graves e/ou distribuição mais ampla (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação).

Conforme definido na metodologia, foi produzido um mapa de Unidades de Planejamento (UPs) constituído de um gride de hexágonos de 20 mil hectares de área cobrindo todo o Cerrado. As UCs de Proteção Integral foram incluídas no gride como UPs, e os hexágonos internos ou que interceptam a área tiveram suas margens dissolvidas.

Para o processamento, os mapas de distribuição de espécies representados por pontos foram convertidos para polígonos, de acordo com critérios definidos nas duas reuniões técnicas e, posteriormente, cada mapa de distribuição foi cruzado com o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007) para que fosse obtido o valor de área disponível para cada espécie dentro do Bioma e em cada UP.

Os mapas e informações geradas foram utilizados para a produção do mapa de importância biológica, que subsidiou a definição das Áreas Prioritárias durante o seminário regional.

Foram utilizadas as seguintes bases de dados de unidades de conservação federais e estaduais: bases da DAP/SBF/MMA, Localização de UCs e da Conservação Internacional; base atualizada de UCs do Tocantins e informações para pós seleção da SEPLAN - TO; Mapeamento das Unidades de Conservação Estaduais do Mato Grosso, da SEMA/MT.

4.3. Reuniões Regionais

O Seminário Regional do Cerrado ocorreu em Brasília entre os dias 20 e 23 de novembro de 2006, tendo contado com o apoio da Coordenação de Zoneamento Ambiental do IBAMA. Participaram da reunião regional do Cerrado 138 pessoas, entre representantes de órgãos e entidades dos governos estaduais e federal, representantes de organizações do terceiro setor, movimentos sociais e populações tradicionais, pesquisadores e representantes do setor produtivo (veja lista de participantes no anexo 11.8.5).

Os participantes foram divididos em grupos por estado para as discussões da seguinte forma: 1) Maranhão e Piauí; 2) Bahia e Tocantins; 3) Goiás e Distrito Federal; 4) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 5) Minas Gerais; 6) São Paulo e Paraná. Os representantes indígenas optaram por se reunir em uma sala à parte para definir uma diretriz geral para abordar priorização e definição das ações prioritárias na Terras Indígenas.

Cada grupo regional se reuniu em uma sala equipada com dois computadores, para visualização das bases cartográfica e produção do mapa de Áreas Prioritárias, ao qual foi ligado um projetor, e outro para preenchimento do banco de dados de fichas das áreas.

As discussões no Seminário Regional tiveram como subsídios principais para elaboração do mapa final de Áreas Prioritárias as seguintes bases:

- Mapa preliminar de áreas prioritárias produzido pela coordenação a partir do resultado do sistema, cruzado com o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007) e Modelo Digital de Terreno;
- Mapa de Importância Biológica;
- Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007);
- Imagens de satélite obtidas no programa GoogleEarth;
- Modelo Digital de Terreno da NASA com definição de 90m;

- Mapeamento das iniciativas locais de uso e conservação do Cerrado apoiadas por projetos. (SDS/MMA, PPP/ECOS – ISPN, Rede de Comercialização Solidária, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, DISAM/IBAMA).

Equipe Técnica e colaboradores

Paulo Kageyama – DCBio/SBF/MMA; Braúlio Dias – DCBio/SBF/MMA; Mauro Pires – NCP/SBF/MMA; Marcos Reis Rosa – SBF/MMA; Paula Hanna Valdujo – NCP/SBF/MMA; Débora Silvano – NCP/SBF/MMA; Adriana Panhol Bayma – NCP/SBF/MMA; Laura Tilmann Viana – NCP/SBF/MMA; Gustavo Oliveira – SBF/MMA; Giovana Bottura – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Ana Elisa Bacellar Schittini – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Jailton Dias – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Guilherme Déstro – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Avaí Miranda – NCP/SBF/MMA; Gloria Spezia – SBF/MMA; Cristiano Nogueira – Conservação Internacional; Leandro Baumgarten – NAPMA/SBF/MMA; Fernanda Carvalho – SBF/MMA; Danielle Lima da Cunha Nunes – SBF / MMA; Anselmo Cristiano de Oliveira – Provárzea/IBAMA; Daniela Oliveira – ARPA/MMA; Juliana Bragança – colaboradora voluntária; Camila Bastianon – colaboradora voluntária; Crizanto Brito de Carvalho – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Carlos Eduardo Ribeiro Cândido – colaborador voluntário; William Souza de Paula – colaborador voluntário; Elisa Coutinho – colaboradora voluntária; Ricardo Campos da Nóbrega – DIREC/IBAMA; Marcos da Silva Alves – SBF/MMA.

4.4. Resultados

Foram indicadas 431 áreas prioritárias no Cerrado, sendo 181 áreas protegidas e 250 áreas novas, o que representa um incremento substancial em relação às 68 áreas propostas em 1998 (Tabela 4.4.1) (veja lista das Áreas Prioritárias para o Bioma Cerrado no anexo 11.9.3). Observa-se um aumento na extensão das áreas prioritárias de cerca de 37% na área abrangida (de 686.668 para 939.752 Km²) (Tabela 4.4.2). Com relação à proporção das categorias de importância, considerando-se apenas as áreas novas, a diferença mais notável foi a redução no número de áreas consideradas insuficientemente conhecidas e maior equilíbrio entre o número de áreas indicadas como importância alta e muito alta, mantendo-se porém o predomínio de áreas qualificadas com de importância extremamente alta. Apesar da redução no número de áreas insuficientemente conhecidas indicadas como prioritárias, a ação proposta com mais frequência, aparecendo em 36% das áreas, foram os inventários biológicos (Tabela 4.4.3), indicando que apesar de ter sido produzido um volume expressivo de conhecimento científico a respeito da biodiversidade do Cerrado entre os anos de 1998 e 2006, ainda são necessários investimentos em pesquisa a respeito da biodiversidade, bem como estudos sócio-antropológicos na região. A segunda indicação mais frequente foi de recuperação de ambientes degradados, uma resposta à redução na biodiversidade em áreas onde houve significativa perda de hábitat (veja mapa de Áreas Prioritárias do Bioma Cerrado na figura 4.4.1 e mapa em anexo).

Tabela 4.4.1: Distribuição do número e extensão superficial das áreas prioritárias do Bioma Cerrado, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 1998 e 2006.

Grau de Importância	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 1998		
	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%
Alta	46	144720	19%	51	57544	34%	8	27289	4%
Muito Alta	75	221771	29%	10	12451	7%	13	110147	16%
Extremamente Alta	122	395334	51%	115	93978	56%	38	426849	62%
Insufic. Conhecida	7	9383	1%	5	4571	3%	9	122383	18%
TOTAL	250	771209		181	168544		68	686668	

Tabela 4.4.2: Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas prioritárias do Bioma Cerrado.

Tipo de Ação Prioritária	Número de Áreas	Área (km ²)	Percentual sobre o BIOMA
Criação de UC – Categoria Indefinida	39	171095	8.34%
Criação de UC - Proteção Integral	51	139497	6.80%
Recuperação de Áreas Degradadas	42	134472	6.55%
Criação de Mosaico/Corredor	45	124833	6.08%
Criação de UC - Uso Sustentável	30	105911	5.16%
Fomento ao Uso Sustentável	11	27757	1.35%
Inventário Biológico	13	24621	1.20%
Sem Informação	11	16660	0.81%
Outras	2	15521	0.76%
Ordenamento Territorial	2	9015	0.44%
Educação Ambiental	4	1827	0.09%
TOTAL NOVAS	250	771209	37.58%
Áreas Já Projegidas	181	168544	8.21%
TOTAL	431	939752	45.80%
Área do Bioma		2052041	

Tabela 4.4.3: Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas prioritárias do Bioma Cerrado.

Ações Propostas	Número de Áreas	Área (km ²)
Inventário Biológico	160	557242
Recuperação de Áreas Degradadas	147	465512
Educação Ambiental	118	449747
Fomento ao Uso Sustentável	99	362762
Fiscalização	102	340591
Estudos do Meio Físico	98	323812
Criação de Mosaico/Corredor	97	317922
Criação de UC – Categoria Indefinida	39	171095
Estudos Sócioantropológicos	47	145290
Criação de UC - Proteção Integral	51	139497
Criação de UC – Uso Sustentável	30	105911
Recuperação de Espécies Ameaçadas	20	77560
Manejo de Recursos Biológicos	17	41000

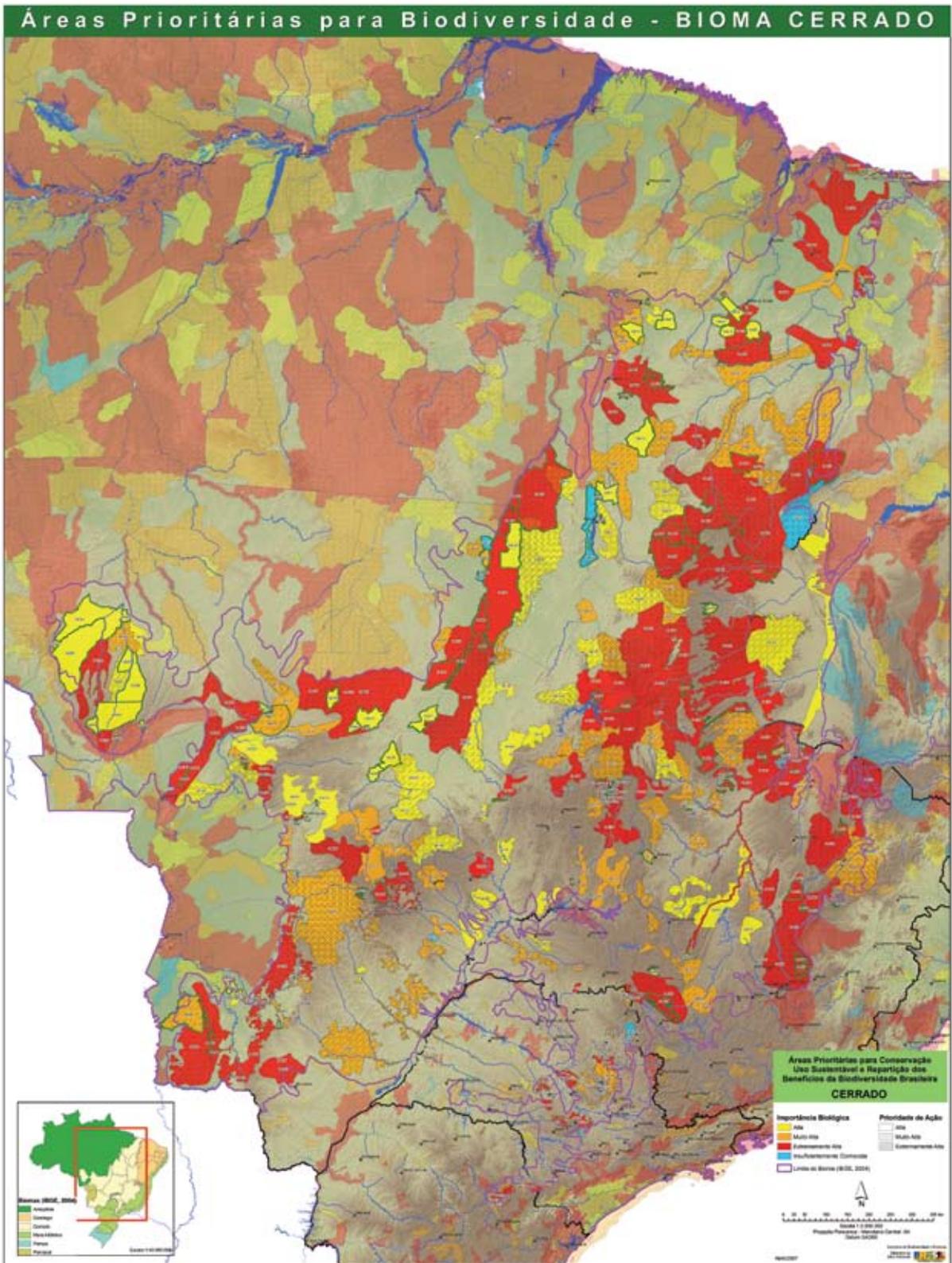


Figura 4.4.1 – Mapa de Áreas Prioritárias para o Bioma Cerrado

5

Bioma Caatinga



5. Bioma Caatinga

5.1. Contextualização

A Caatinga é o único bioma exclusivo do Brasil e compreende uma área de aproximadamente 734.478 km², cerca de 11% do território nacional (IBGE, 1993), ocupando, principalmente, a região Nordeste do Brasil, além da porção norte do Estado de Minas Gerais. Pode ser caracterizada pela vegetação do tipo savana estépica, pela longa estação seca (Eiten, 1982) e pela irregularidade pluviométrica (Andrade-Lima, 1981), com precipitação anual média variando, aproximadamente, entre 400 e 600 mm (Ab'Saber, 1977), que contribuem para que os rios da região, em sua maioria, sejam intermitentes e sazonais (Rosa *et al.*, 2003), e possuam um volume de água limitado, insuficiente para a irrigação.

Mesmo sendo uma região semi-árida, a Caatinga é extremamente heterogênea, sendo reconhecidas 12 tipologias que despertam atenção especial pelos exemplos fascinantes e variados de adaptação aos habitats semi-áridos. Destacam-se as lagoas ou áreas úmidas temporárias, os refúgios montanhosos e os rios permanentes como o São Francisco (MMA, 2003).

A Caatinga tem sido descrita na literatura como uma região pobre, com poucas espécies (Rizzini, 1963; Willig e Mares, 1989) e com baixo grau de endemismo (Sick, 1965; Haffer, 1985; Vanzolini, 1974, 1976; Mares *et al.*, 1981). No entanto, estudos realizados recentemente, aumentaram a lista de espécies de diversos grupos da região (Silva e Oren, 1997), em especial plantas lenhosas (Prado 1991, 2003), répteis (Rodrigues, 1984, 1987, 1988, 1996), aves (Silva *et al.* 2003; Cracraft, 1985; Rizzini, 1997) e mamíferos (Oliveira *et al.* 2003), revelando também a importância da região como área de endemismo para esses grupos. Estima-se que pelo menos 932 espécies vegetais foram registradas na região, sendo 318 delas endêmicas. O mesmo acontece com outros grupos, como o de aves, com 348 espécies registradas, das quais 15 espécies e 45 subespécies foram identificadas como endêmicas. Para mamíferos, foram descritas duas espécies endêmicas ao bioma (Oliveira *et al.*, 2003). Para os répteis, duas áreas de dunas do Médio São Francisco (Campos de dunas de Xique-Xique e Santo Inácio, e Campos de dunas de Casanova) se destacam por concentrarem conjuntos únicos de espécies endêmicas. Por exemplo, das 41 espécies de lagartos e anfisbenídeos registradas para o conjunto de áreas de dunas, praticamente 40% são endêmicas. Além disso, quatro gêneros são também exclusivos da área.

Apesar de várias espécies terem sido descritas na região (Silva e Oren, 1997), a Caatinga é ainda pouco conhecido do ponto de vista científico (MMA, 1998), haja visto o baixo número de inventários realizados em relação aos demais biomas (MMA, 2005).

Essa posição única entre os biomas brasileiros não foi suficiente para garantir à Caatinga o destaque merecido. Ao contrário, o Bioma tem sido sempre colocado em segundo plano quando se discute políticas para o estudo e a conservação da biodiversidade do país, como pode ser observado pelo número reduzido de unidades de conservação (Tabarelli e Vicente, 2002). Além disso, é também um dos biomas mais ameaçados e alterados pela ação antrópica, principalmente o desmatamento, apresentando extensas áreas degradadas (MMA, 2002) e solos sob intenso processo de desertificação (Garda, 1996). Historicamente, a agricultura praticada na região da Caatinga é itinerante, o que gerou uma ocupação territorial desordenada e impactante. Isto, por sua vez, causou uma redução significativa da biodiversidade regional (MMA, 2002). Em 1993, as atividades agrícolas ocupavam quase 28% da área total da Caatinga (MMA, 1998), e estimativas mais recentes feitas a partir de mapas de atividade agrícola e das principais rodovias da Caatinga mostram que a região já apresenta, aproximadamente, 50% de sua área alterada pelo homem (Castelletti *et al.*, 2003).

Promover a conservação da biodiversidade da Caatinga não é uma ação simples, uma vez que grandes obstáculos precisam ser superados. O primeiro deles é a falta de inclusão do componente ambiental nos planos regionais de desenvolvimento. Assim, as sucessivas ações governamentais para melhorar a qualidade de vida da população sertaneja contribuíram cada vez mais com a destruição de recursos biológicos. O segundo é a falta de um sistema regional eficiente de áreas protegidas, haja visto o contraste com a alta porcentagem de áreas alteradas, a Caatinga apresenta um número reduzido de unidades de conservação (Tabarelli e Vicente, 2002). Menos de 5% da área da Caatinga está protegida em unidades de conservação federais, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável (IBAMA, 2004). As terras indígenas, que são também importantes para manter a biodiversidade em outras regiões, ocupam menos de 1% da área da região (Souza, 2004). As unidades de conservação além de cobrirem apenas uma pequena extensão da região da Caatinga, não representam bem os passeriformes (Aves) endêmicos e ameaçados do bioma (Souza, 2004).

A combinação de falta de proteção e de perda contínua de recursos biológicos contribui para a extinção de espécies exclusivas da Caatinga. A extinção, na natureza, da carismática ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), no final do ano 2000, por exemplo, é apenas um entre os milhares de eventos de extinção que devem ter ocorrido na região nos últimos séculos.

5.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados

Foi realizada uma reunião técnica e três consultas específicas com especialistas, de diferentes instituições, para determinação dos alvos e metas.

A reunião técnica foi realizada no período de 25 a 27 de setembro de 2006, em Recife, no hotel Vilarica e contou com a participação de 42 pesquisadores (veja lista de participantes no anexo 11.7.4).

Os especialistas foram agrupados de acordo com a grande área de conhecimento, totalizando três grupos: fauna, flora e unidades de paisagem e uso sustentável.

Posteriormente foram realizadas três consultas específicas, em Fortaleza, Recife e Salvador, nos dias 26 de outubro, 01 e 06 de novembro de 2006, respectivamente. Estas consultas tiveram como objetivo, a coleta de informações para a elaboração dos mapas de distribuição dos alvos. Foram contatados 30 especialistas, sendo 12 na reunião em Salvador, 13 em Fortaleza e 05 em Recife (veja lista de participantes no anexo 11.7.5).

5.2.1. Definição dos Alvos

Na reunião técnica realizada em Recife, os especialistas convidados determinaram os alvos da biodiversidade. Alguns alvos foram excluídos do processo por falta de informação sobre a distribuição da espécie. Neste caso, foram dois os principais problemas, a falta de registro da localidade onde a espécie foi registrada, ou pela falta de coordenada geográfica da localidade onde a espécie foi observada/coletada.

Algumas espécies foram acrescentadas à lista dos alvos, tendo como critério a presença na lista de espécies ameaçadas e, posteriormente, dados de distribuição geográfica.

Para cada espécie foi gerado um mapa de pontos, e a partir destes foi gerado um mapa de polígonos. Os alvos de biodiversidade tiveram suas distribuições geográficas geradas a partir da combinação dos mapas de distribuição pontual das espécies, do mapa das Unidades Geoambientais da Caatinga elaborado pela EMBRAPA (2000), sendo depois excluídas as áreas antropizadas. Para a elaboração dos mapas de distribuição potencial das espécies foi utilizada a extensão Geoprocessing Wizard.

Para a Caatinga, foram utilizados 713 alvos para conservação da região. Destes 480 são alvos de biodiversidade, sendo 217 espécies de plantas, 12 de invertebrados, 12 de peixes, 132 de anfíbios e répteis, 74 de aves e 33 de mamíferos.

Para o grupo de uso sustentável, foram utilizados 89 alvos. Os mapas de distribuição dos alvos de uso sustentável foram gerados separadamente dentro da Caatinga. Assim, uma mesma espécie, por apresentar distribuições disjuntas, foi considerada como dois alvos separadamente. Isso ocorreu, porque na determinação da meta, foram levados em consideração os parâmetros de manutenção de viabilidade da população.

Além dos alvos de biodiversidade, foram utilizados mapas com as unidades geoambientais, produzido pela EMBRAPA (2000), totalizando 136 alvos. O mapa de unidades geoambientais é o resultado de um cruzamento de informações sobre os recursos naturais (relevo, solo, vegetação, clima e recursos hídricos) e socioeconômicos (sistema de produção, estrutura fundiária, principais produtos e densidade demográfica) da Caatinga.

Foram selecionados sete rios de fluxo permanente na Caatinga, e incluídos como alvo. Estes rios foram acrescentados à lista, por serem de extrema importância para a manutenção da biodiversidade regional. Posteriormente, ao shape dos rios foi criado um buffer de 5km para cada lado da margem, para simular a área de influência do rio.

5.2.2. Definição de Metas

Para a maioria dos alvos sugeridos, não foram definidas as metas na reunião técnica realizada em Recife, com exceção das estabelecidas pelo Grupo de uso sustentável.

As metas de conservação para os alvos da biodiversidade e das unidades geoambientais foram calculadas de acordo com metodologia proposta por Rodrigues *et al.* (2003). O método empregado nesta análise admite que espécies com distribuição restrita, por estarem mais susceptíveis a extinção (Purvis *et al.*, 2000) devem apresentar toda sua extensão de ocorrência dentro de unidades de conservação. Já os táxons amplamente distribuídos devem ter, pelo menos 10% de sua extensão de ocorrência protegida, o que corresponde, aproximadamente, à porcentagem das áreas protegidas do planeta.

Espécies com área de distribuição inferior a 1.000km² devem ter 100% de sua distribuição protegida, enquanto que espécies com áreas de distribuição superiores a 250.000km² precisam possuir pelo menos 10% de sua área protegida. Para espécies com distribuições intermediárias, o cálculo foi feito através da interpolação usando uma transformação logarítmica, seguindo metodologia proposta por Rodrigues *et al.* (2003), utilizando a seguinte fórmula: $y = \log(x) * (-37,53) + 212,6$.

Para os alvos dos rios da Caatinga foram definidas metas de 100%, uma vez que o recurso hídrico, por ser escasso no bioma, desempenha um papel fundamental na manutenção da biodiversidade.

As metas de uso sustentável foram definidas pelo grupo de especialistas ainda durante a primeira reunião, realizada em Recife. As metas foram estabelecidas de acordo com a área de distribuição, em hectares, das espécies manejadas pela população regional e sendo consideradas as características necessárias para a manutenção da população da espécie (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação).

5.2.3. Descrição das UPs e uso das bases de formações naturais

Para o bioma Caatinga, foi gerado um mapa de Unidades de Planejamento (hexágonos) com área de 6500ha cobrindo toda a região. As UCs de proteção integral foram acrescentadas a este shape e consideradas como uma UP. Os hexágonos presentes nestas UCs tiveram suas bordas dissolvidas.

Posteriormente, foram cruzadas as informações presentes no Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007). O mapa veio dividido em 6 classes, com relação ao predomínio da vegetação. Foram excluídas da análise as categorias correspondentes à alteração antrópica listadas na primeira classe, o que significa o tipo de vegetação predominante na classe.

Equipe Técnica e colaboradores:

Marcos Reis Rosa – SBF/MMA; Enrique Riegelhaupt – Consultor Técnico; José Luiz Vieira Cruz Filho – APNE; Antônio Edson Guimarães Farias – NBC/SBF/MMA; Francisco Barreto Campello – GEF Caatinga; Maria da Penha E. de Barros – NBC/SBF/MMA; Paulo Magno Gabeto Martinez – NBC/SBF/MMA; Renato Prado – MMA; Mônica Maria Bezerra Farias - Banco do Nordeste; Sônia Araújo Frota - Banco do Nordeste.

5.3. Reuniões Regionais

O seminário regional para elaboração do mapa final de ações prioritárias para o bioma Caatinga, aconteceu no período de 13 a 16 de dezembro de 2006, no Centro de Treinamento do Banco do Nordeste, em Fortaleza. O evento contou com a participação de 131 especialistas, de 13 estados (veja listas de participantes no anexo 11.8.6).

Os participantes foram reunidos por estado para as discussões em cinco grupos:

- Piauí
- Ceará
- Rio Grande do Norte e Paraíba
- Pernambuco e Alagoas
- Bahia, Minas Gerais e Sergipe

A fim de proporcionar uma melhor caracterização e visualização da região, além de facilitar a discussão entre os participantes de cada grupo, foram utilizados algumas ferramentas e mapas como subsídios para auxiliar na discussão e visualização das áreas e características da região:

- Base cartográfica, com escala de 1:1.000.000, que contém informações de estrada, hidrografia, acidentes naturais e base municipal, com escala de 1:500.000. Ambos os documentos produzidos pelo IBGE (2001);
- Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007);
- Foram usados dados sobre a distribuição de cavernas, a partir de shape disponibilizado pelo IBAMA/CECAV;
- Imagens de satélite, utilizadas no programa GoogleEarth;
- Modelo digital de terreno da NASA, com definição de 90m e o mapa de sub-bacias hidrográficas produzido pela Agência Nacional de Águas (ANA);
- Áreas Prioritárias do PROBIO, identificadas no Workshop "Áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade na Caatinga", reconhecidas pelo Decreto nº. 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria nº 126, de 27 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente
- E os mapas de importância biológica e de áreas prioritárias, gerado automaticamente pelo sistema, a partir dos dados de distribuição de alvos e metas, definidos anteriormente na reunião técnica e nas consultas específicas.

O grupo do estado de Pernambuco e Alagoas utilizou o Atlas da Biodiversidade do estado de Pernambuco, gerado pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia

e Meio Ambiente estadual. O Atlas foi resultado da sobreposição dos mapas de biodiversidade e dos temáticos de sócio-economia e de fatores abióticos. Neste processo participativo, foram escolhidas as áreas e ações prioritárias para a conservação dos ecossistemas do estado.

O grupo de discussão que incluía o estado de Minas Gerais utilizou o Atlas de Biodiversidade do estado, desenvolvido pela ONG Biodiversitas. O Atlas gerou um mapa com as 112 áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade no estado, e foi resultado da sobreposição e análise dos mapas gerados pelos 13 grupos temáticos, sendo sete biológicos e seis não biológicos.

Equipe Técnica e colaboradores:

Braúlio Dias – DCBio/SBF/MMA; Marcos Reis Rosa – SBF/MMA; Manuella Andrade de Souza – IBAMA; Ana Elisa Bacellar Schittini – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Anselmo Cristiano de Oliveira – Provárzea/IBAMA; Antônio Edson Guimarães Farias – NBC/SBF/MMA; Daniele Blanc – Técnica do NZCM/SBF/MMA; Elizabeth Lemos de Carvalho – DCBio/SBF/MMA; Giovana Bottura – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Guilherme Déstro – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; Helio Jorge da Cunha – DCBio/SBF/MMA; Jailton Dias – COZAM/CGZAM/DIPRO/IBAMA; José Luiz Vieira Cruz Filho – APNE; Luciene Marilac – GEF Caatinga; Maria da Penha E. de Barros – NBC/SBF/MMA; Marina Landeiro – DCBio/SBF/MMA; Núbia Cristina Silva Stella – DCBio/SBF/MMA; Paulo Magno Gabeto Martinez – NBC/SBF/MMA; Rogério H. Vereza de Azevedo – DAP/SBF/MMA; Rosiane Maria Bezerra – GEF Caatinga; Rosimere Ana Bezerra – GEF Caatinga; Sergio Ricardo Travassos da Rosa – SBF/MMA; Viviane Mazim – SBF/MMA; TNC; Fundação Biodiversitas.

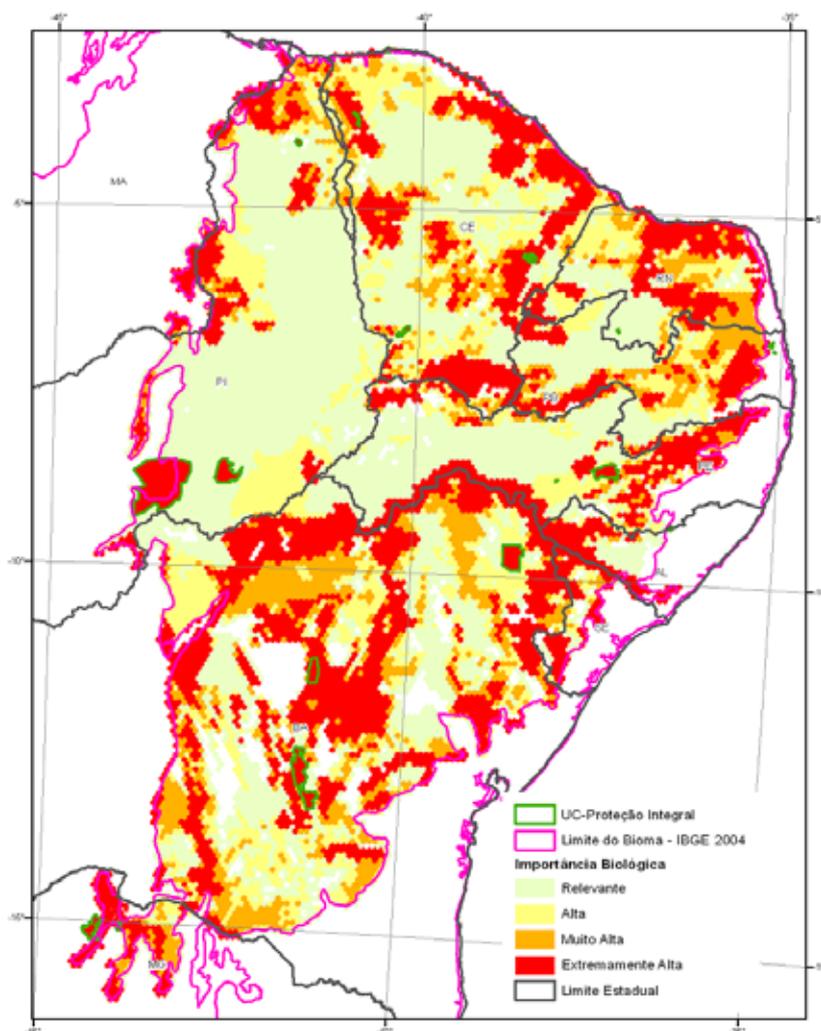


Figura 5.2.1 – Mapa de Importância Biológica para o Bioma Caatinga.

5.4. Resultados

Foram identificadas 292 áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga, sendo 72 áreas já protegidas e 220 novas áreas (veja lista das Áreas Prioritárias para o Bioma Caatinga no anexo 11.9.4). As 292 áreas prioritárias ocupam cerca de 51% da área total do bioma, compreendendo uma área total de 442.564 km². Do total de áreas novas propostas (220), 28 foram classificadas como Insuficientemente Conhecida, 45 como de Alta Importância, 67 de Muito Alta importância e 80 pertencem à classe de Extremamente Alta (Tabela 5.4.1).

Com relação à prioridade de ação, das 292 áreas prioritárias, 88 (30% do total) foram classificadas como Alta, 100 (34%) como Muito Alta, e 104 (36%) como Extremamente Alta.

Em relação ao mapa do processo de identificação de Áreas Prioritárias de 2000 foi verificado um aumento significativo no número de áreas prioritárias sem o aumento proporcional da abrangência territorial, ressaltando o maior detalhamento na identificação das áreas e ações. Em 2000 haviam sido identificadas 82 áreas, em contraste com as 292 sugeridas atualmente (veja mapa de Áreas Prioritárias do Bioma na figura 5.4.1 e mapa em anexo)

Tabela 5.4.1 - Distribuição do número e extensão superficial das áreas prioritárias do Bioma Caatinga, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 2000 e 2006

Grau de Importância	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 2000		
	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%	Número de Áreas	Área (km ²)	%
Alta	45	76886	19%	14	3004	9%	18	53163	14%
Muito Alta	67	110549	27%	13	4819	14%	12	36565	10%
Extremamente Alta	80	185054	45%	35	25581	74%	27	154186	40%
Insufic. Conhecida	28	35720	9%	10	954	3%	25	137542	36%
TOTAL	220	408208		72	34357		82	381457	

A ação prioritária mais recomendada para as áreas foi a criação de Unidades de Conservação, tendo sido indicada para 94 das áreas, totalizando cerca de 228 mil km². Para 40 delas foi sugerida a criação de unidades de conservação de proteção integral, o que representa cerca de 94 mil km², e para 8 (18 mil km²) foi indicada a criação de unidades de conservação de uso sustentável. Para as demais áreas sugeridas para criação de unidades de conservação (46), não foi indicado o tipo de uso da unidade, devendo ser definida posteriormente (Tabela 5.4.2).

As duas ações mais sugeridas, após a criação de UC foi a recuperação ambiental, para 52 áreas, o que corresponde a cerca de 80 mil km², e a criação de um mosaico-corredor, em 22 áreas (43mil km²). Além dessas, outras ações prioritárias foram sugeridas: a realização de inventários biológicos, para 12 áreas (15mil km²), o fomento para o uso sustentável da biodiversidade, para 11 áreas (19mil km²), ordenamento territorial e ordenamento pesqueiro, para duas áreas cada (Tabela 5.4.2).

Em 2000, a ação mais recomendada foi a implantação de UCs de proteção integral, para cerca de 54,8% das áreas prioritárias. Para as áreas atuais, fiscalização é a ação com maior número de recomendações, em 152 áreas. A segunda ação mais recomendada foi a implantação de ações de Educação Ambiental, em 141 áreas. A realização de inventários biológicos, foi a terceira ação mais sugerida para as áreas, sendo sugerida para 140 áreas.

A tabela 5.4.3 apresenta o total de áreas identificadas para cada tipo de ação indicada.

Tabela 5.4.2 – Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas prioritárias do Bioma Caatinga

Tipo de Ação Prioritária	Número de Áreas	Área (km2)	Percentual sobre o BIOMA
Criação de UC – Categoria Indefinida	46	115296	13.53%
Criação de UC – Proteção Integral	40	94629	11.10%
Recuperação de Áreas Degradadas	52	80444	9.44%
Criação de Mosaico/Corredor	22	43546	5.11%
Fomento ao Uso Sustentável	11	18549	2.18%
Criação de UC – Uso Sustentável	8	18534	2.17%
Inventário Biológico	12	14865	1.74%
Ordenamento Pesqueiro	2	11923	1.40%
Outras	11	4956	0.58%
Sem informação	14	4486	0.53%
Ordenamento Territorial	2	981	0.12%
TOTAL NOVAS	220	408208	47.90%
Áreas Já Protegidas	72	34357	4.03%
TOTAL	292	442566	51.93%
Área do BIOMA		852262	

Tabela 5.4.3 – Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas prioritárias do Bioma Caatinga

Ações Indicadas	Número de Áreas	Área (km2)
Fiscalização	152	307641
Educação Ambiental	141	335543
Inventário Biológico	140	324096
Recuperação de Áreas Degradadas	121	258612
Fomento ao Uso Sustentável	117	286554
Estudos do Meio Físico	93	232007
Estudos Sócioantropológicos	81	216441
Criação de Mosaico/Corredor	49	115096
Criação de UC – Categoria Indefinida	46	115296
Recuperação de Espécies Ameaçadas	43	122707
Criação de UC - Proteção Integral	40	94629
Manejo de Recursos Biológicos	23	41086
Criação de UC - Uso Sustentável	8	18534

Áreas Prioritárias para Biodiversidade - BIOMA CAATINGA

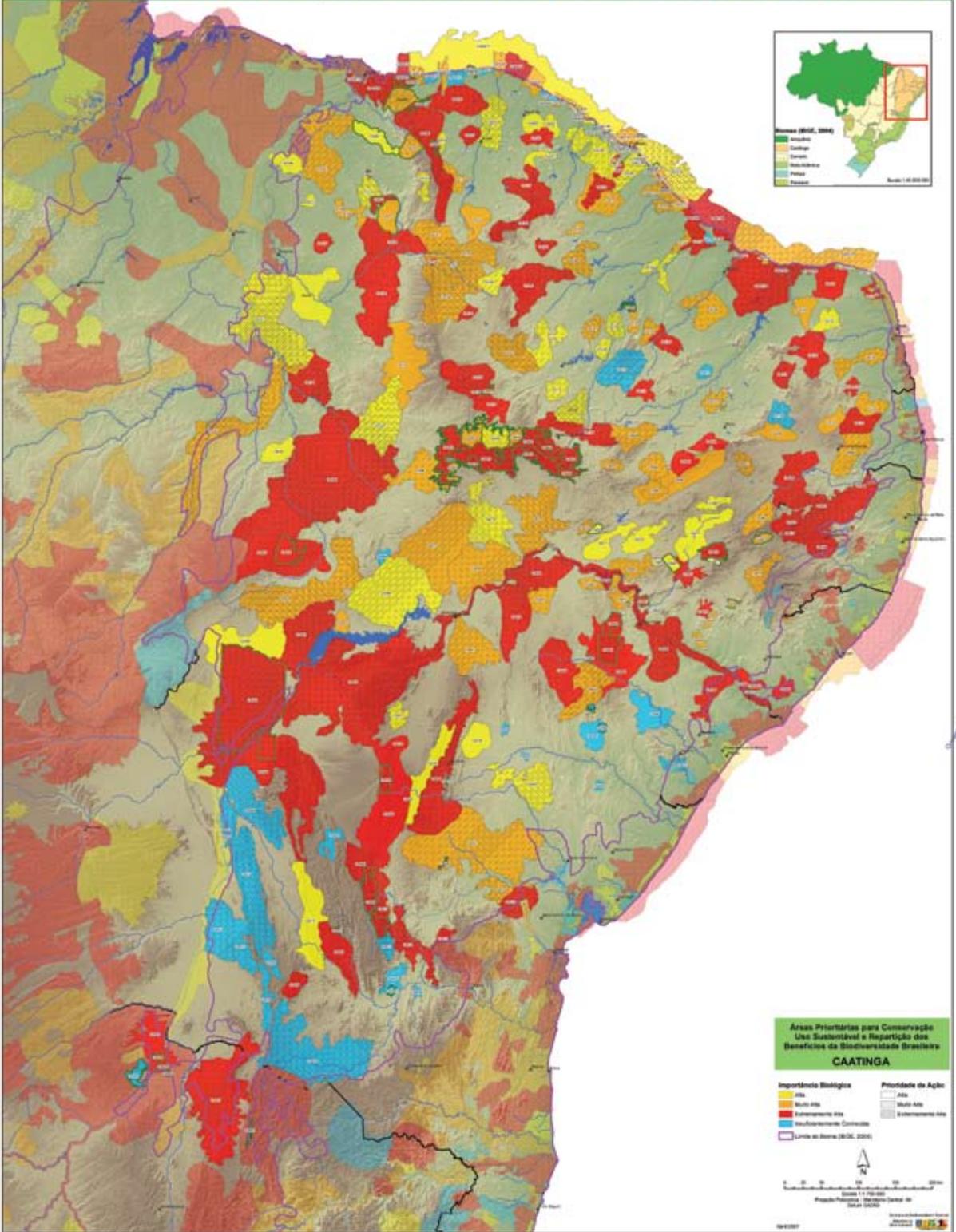
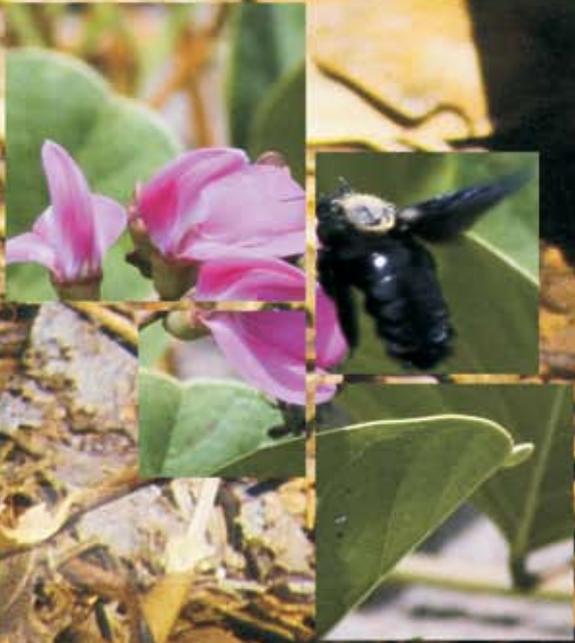


Figura 5.4.1 – Mapa de Áreas Prioritárias para o Bioma Caatinga.



6 Bioma Mata Atlântica

6. Bioma Mata Atlântica

6.1. Contextualização

A Mata Atlântica cobria aproximadamente 15% do território brasileiro, quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, em 1500. É considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e abrange total ou parcialmente 18 estados brasileiros. No Nordeste abrange também os encaves florestais e brejos interioranos, no centro-oeste alcança parte dos territórios de Goiás e Mato Grosso do Sul e no Sul estende-se pelo interior, alcançando inclusive parte dos territórios da Argentina e Paraguai (Oliveira Filho e Fontes *et al.*, 2000).

Atualmente a cobertura vegetal nativa do Bioma está reduzida a aproximadamente 27% de sua área original, incluindo os remanescentes de vegetação de campos naturais, restingas e manguezais. Cerca de 7% são remanescentes florestais bem conservados, o restante é vegetação em estágio inicial e médio de regeneração.

Cerca de 120 milhões de pessoas vivem na área da Mata Atlântica, distribuídas em mais de 3.400 municípios, correspondendo a 62% dos existentes no Brasil, com base no Censo Populacional 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000). A qualidade de vida destes quase 70% da população brasileira depende da preservação dos remanescentes, os quais mantêm nascentes e fontes, regulando o fluxo dos mananciais d'água que abastecem as cidades e comunidades do interior, ajudam a regular o clima, a temperatura, a umidade, as chuvas, asseguram a fertilidade do solo e protegem escarpas e encostas de morros.

O impacto da ocupação humana e o ritmo de destruição desse bioma acentuaram-se nas últimas três décadas, resultando em severas alterações desses ecossistemas, causadas pela alta fragmentação dos habitats e pela perda de biodiversidade. O resultado atual é a perda quase total das florestas originais intactas e a contínua devastação dos remanescentes florestais existentes, que coloca a Mata Atlântica na triste posição de ser um dos conjuntos de ecossistemas mais ameaçados de extinção no mundo. A Mata Atlântica abriga uma complexa rede de bacias hidrográficas formadas por grandes rios como o Paraná, o Tietê, o São Francisco, o Doce, o Paraíba do Sul, o Paranapanema e o Ribeira de Iguape. Essa rede é importantíssima não só para o abastecimento humano, mas também para o desenvolvimento de atividades econômicas, como a agricultura, a pecuária, a indústria e todo o processo de urbanização do País.

O Bioma Mata Atlântica é composto por um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados que inclui a Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, os campos de altitude, os brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. O conjunto de fitofisionomias que forma a Mata Atlântica propiciou uma significativa diversificação ambiental, criando as condições adequadas para a evolução de uma comunidade rica em espécies animais e vegetais. É por este motivo que a Mata Atlântica é considerada atualmente como um dos Biomas com valores mais altos de diversidade biológica do planeta.

Mesmo reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlântica ainda abriga grande diversidade de plantas. Considerando-se apenas o grupo das angiospermas (vegetais que apresentam suas sementes protegidas dentro de frutos), acredita-se que o Brasil possua entre 55.000 e 60.000 espécies, ou seja, de 22% a 24% do total que se estima existir no mundo. Desse total, as projeções são de que a Mata Atlântica possua cerca de 20.000 espécies, ou seja, entre 33% e 36% das existentes no País.

Para se ter uma idéia da grandeza desses números, basta compará-los às estimativas de diversidade de angiospermas de alguns continentes: 17.000 espécies na América do Norte, 12.500 na Europa e entre 40.000 e 45.000 na África. É também a floresta mais rica do mundo em diversidade de árvores por unidade de área. Estudos desenvolvidos por pesquisadores do Jardim Botânico de Nova Iorque e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), encontraram 454 espécies arbóreas numa área de um hectare do Parque Estadual da Serra do Conduru, no sul da Bahia.

Vale ressaltar que das plantas vasculares conhecidas da Mata Atlântica 50% são endêmicas, ou seja, não ocorrem em nenhum outro lugar no planeta. O endemismo se acentua quando as espécies da flora são divididas em grupos, chegando a índices de 53,5% para árvores, 64% para palmeiras e 74,4% para bromélias.

Estima-se que há no Bioma 1,6 milhão de espécies de animais, em sua maioria insetos. Algumas espécies possuem ampla distribuição, podendo ser encontradas em outras regiões, como são os casos da onça-pintada, onça-parda, gatos-domato, anta, cateto, queixada, alguns papagaios, corujas, gaviões e muitos outros. No total, a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis e cerca de 350 espécies de peixes. No entanto, é a enorme quantidade de espécies endêmicas a característica marcante deste Bioma. Estão catalogadas 270 espécies de mamíferos, das quais 73 são endêmicas, entre elas 21 espécies e subespécies de primatas.

Apesar desta grande biodiversidade, a situação quanto ao futuro é extremamente grave, pois das 396 espécies de animais consideradas oficialmente ameaçadas de extinção no Brasil (Instrução Normativa MMA nº 03 de 27 de maio de 2003), 350 são da Mata Atlântica. Do total de 265 espécies de vertebrados ameaçados, 185 ocorrem na Mata Atlântica (69,8%), sendo 100 (37,7%) deles endêmicos. Das 160 aves da relação, 118 (73,7%) ocorrem nesse bioma, sendo 49 endêmicas. Entre os anfíbios, as 16 espécies indicadas como ameaçadas são consideradas endêmicas da Mata Atlântica. Das 69 espécies de mamíferos ameaçados, 38 ocorrem nesse bioma (55%), sendo 25 endêmicas, como o muriqui, também conhecido como monarca-voeiro (*Brachyteles arachnoides*), maior primata do continente americano e o maior mamífero endêmico do território brasileiro. Entre as 20 espécies de répteis ameaçadas, 13 ocorrem na Mata Atlântica (65%), sendo 10 endêmicas, a maioria com ocorrência restrita aos ambientes de restinga, um dos mais pressionados pela expansão urbana. Estão nessa categoria espécies como a lagartixa-da-areia (*Liolaemus lutzae*) e a jibóia-de-Cropan (*Corallus cropanii*).

Entre as principais ameaças à fauna da Mata Atlântica estão a perda de habitat e o tráfico de animais. Em um país onde a biodiversidade ainda é pouco conhecida como o Brasil, há espécies que podem ter sido extintas antes mesmo de serem catalogadas pelos cientistas e outras que, ao serem descobertas entram imediatamente para a trágica lista das ameaçadas de extinção (ie. mico-leão-da-cara-preta *Leontopithecus caissara* e bicudinho-do-brejo *Stymphalornis acutirostris* ambos encontrados por pesquisadores no litoral paranaense, a menos de 300 quilômetros da cidade de São Paulo, a maior metrópole da América do Sul). Atualmente cerca de 3% da área do Bioma estão protegidos em unidades de conservação de proteção integral. É consenso a nível mundial que as Unidades de Conservação representam a forma mais efetiva de conservar a biodiversidade a longo prazo.

Neste sentido, o baixo percentual de Unidades de Conservação no Bioma é hoje uma das principais lacunas para a conservação da Mata Atlântica, no longo prazo. Para agravar o problema, estes 3% não estão uniformemente distribuídos entre as diversas formações florestais e ecossistemas associados, fato que torna ainda mais urgentes as medidas para criação e implantação de novas unidades de conservação. Isto indica a importância de um esforço imediato para proteger todas as principais áreas bem conservadas de remanescentes de Mata Atlântica atendendo, dessa forma, os compromissos já assumidos internamente pelo

governo brasileiro, bem como, junto à comunidade internacional. Demonstra também a necessidade de adoção de medidas para promover a recuperação de áreas degradadas, principalmente para interligar os fragmentos e permitir o fluxo gênico de fauna e flora.

A Sexta Conferência das Partes da CDB (COP-6), aprovou como meta global para o ano de 2010, na estratégia para a conservação de plantas, conservar efetivamente ao menos 10% de cada uma das regiões ecológicas do mundo; proteger 50% das áreas mais importantes para a diversidade de plantas; e, conservar *in situ* 60% das espécies de plantas ameaçadas do mundo. Já na 7.ª Conferência Mundial sobre Diversidade Biológica (COP-7) os países signatários comprometeram-se em reduzir os níveis de extinção de espécies até 2010, sob o alerta de que atividades humanas estão causando a perda de espécies em um ritmo sem precedentes.

Especificamente, a Deliberação da II Conferência Nacional do Meio Ambiente (novembro/2005) apontou que o Brasil deve ampliar o número e garantir a integridade, implementação e sustentabilidade das Unidades de Conservação (tanto de proteção integral quanto de uso sustentável), atingindo pelo menos 20% da área original de cada Bioma, garantindo o mínimo de 4% de áreas de proteção integral, em cinco anos. Da mesma forma, a Comissão Nacional de Biodiversidade aprovou a meta para 2010 de conservar, em forma de unidades de conservação pelo menos 10% do Bioma.

Um importante marco para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica foi a aprovação pelo Congresso Nacional, após 14 anos, da Lei nº 11.428, sancionada em 22.12.2006. A Lei da Mata Atlântica, como é conhecida, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma e impõem critérios e restrições de uso, diferenciados para os remanescentes de vegetação nativa, considerando a vegetação primária e os estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração. Abre-se assim uma perspectiva concreta para garantir a proteção e recuperação dos remanescentes e também para a recuperação de áreas degradadas, especialmente através de corredores ecológicos.

6.2. Reunião Técnica e processamento dos dados

Entre os dias 10 a 12 de abril de 2006, na cidade de São Roque – SP, realizou-se a reunião técnica do Bioma Mata Atlântica. O evento contou com a presença de 56 especialistas em biodiversidade de diversas instituições de pesquisa, organizações não governamentais e técnicos governamentais (das esferas estadual e federal) visando o detalhamento dos alvos e definição das metas de conservação. Este evento foi organizado pela equipe técnica do Núcleo dos Biomas Mata Atlântica e Pampa/SBF/MMA e contou com o apoio da SOS Mata Atlântica (veja lista de participantes no anexo 11.7.6).

6.2.1. Definição dos Alvos

Visando orientar os trabalhos, os participantes foram divididos em três grupos com temas específicos: o primeiro de Mamíferos e Aves; o segundo de Invertebrados, Anfíbios e Répteis; e o terceiro de Unidades Fitogeográficas (UFGs), Áreas de Beleza Cênica e Habitats Únicos. Os três objetivos principais destes grupos eram: 1. Formular a lista de alvos que subsidiariam a elaboração do Mapa de Importância Biológica; 2. Indicar as possíveis Bases; 3. Definir as metas de conservação para cada alvo listado.

- Espécies citadas na “Lista Nacional da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção” (MMA, 2003) ;
- Espécies citadas a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas (IUCN, 2005);
- Algumas espécies citadas em listas de fauna ameaçadas estaduais;
- Espécies endêmicas da Mata Atlântica;

- Espécies de distribuição restrita que ocorrem dentro do Bioma.

Sendo assim, durante a reunião foram indicados 409 alvos de espécies distribuídos entre os grupos taxonômicos da seguinte forma:

- Invertebrados (98 spp);
- Peixes (84 spp);
- Anfíbios (13 spp);
- Répteis (15 spp);
- Mamíferos (86 spp);
- Aves (113 spp).

Durante a reunião também foi definido que seriam utilizados alvos de unidades fitogeográficas baseadas em geomorfologia, vegetação, solos, altitude, com base nos mapas do RADAM BRASIL e SRTM. O mapa final das UFGs foi gerado com a intenção de se criar unidades coerentes que incluíssem aspectos particulares da biota da Mata Atlântica.

Em termos de abrangência geográfica, para a atualização das áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Mata Atlântica foram utilizados os limites do Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004). Além disto, nesse processo de atualização, foram considerados os encaves de Mata Atlântica que ocorrem em outros Biomas. As áreas de encaves que foram consideradas prioritárias tiveram suas recomendações encaminhadas para os responsáveis pela atualização do Bioma em questão.

6.2.2. Definição de Metas

Espécies

Em relação às metas de conservação, os pesquisadores presentes decidiram utilizar um conjunto de metas padrão para todas as espécies baseado na categoria de ameaça em que se encontram. No caso de uma espécie estar listada tanto na lista de espécies ameaçadas do IBAMA e da IUCN, foi utilizada a classificação de maior ameaça.

Para espécies, as metas foram definidas como uma porcentagem da área de remanescentes de vegetação dentro da distribuição de cada uma delas. As diversas categorias receberam as seguintes metas:

- Criticamente em Perigo: 100%;
- Em Perigo: 75%;
- Vulneráveis: 50%;
- Endêmicas: 50%.

Definiu-se também que todos os alvos que tinham uma área de distribuição inferior a 100.000 hectares teriam como meta toda a distribuição remanescente. Para os alvos que a porcentagem gerou um valor inferior a 100.000 ha, foi também considerado este último valor como meta mínima.

Unidades Fitogeográficas

Os especialistas sugeriram adotar uma Meta de Conservação Padrão de 35% das áreas de remanescentes de vegetação para cada unidade fitogeográfica (UFG). Também sugeriram que todas as UFGs que tinham uma área de remanescentes inferior a 10.000 hectares teriam como meta todos os seus remanescentes. Para os alvos que a porcentagem gerou um valor inferior a 10.000 ha, foi considerado este último valor como meta mínima.

Adequação de Alvos e Metas

Apesar de todo este esforço e da participação de muitas instituições e pesquisadores no fornecimento de informações, não foi possível contemplar todos os alvos elencados na reunião técnica, tendo sido necessária a adequação dos alvos e metas de conservação. Sendo assim, seguem abaixo os grupos dos alvos e metas de conservação utilizados na elaboração do mapa de importância biológica da Mata Atlântica (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação):

Alvos de Conservação

- Alvos de Espécies (108 spp, 114 alvos)
 - o Anfíbios (8 spp);
 - o Répteis (12 spp);
 - o Mamíferos (48 spp);
 - o Aves (40 spp);
 - o Sem informações/Sem remanescentes.
- Alvos de Unidades Fitogeográficas (UFGs)
 - o Foram geradas 93 unidades ambientais baseadas em geomorfologia, vegetação, solos, altitude.

Metas de Conservação

- Metas para Espécies:
 - o Criticamente em Perigo: 100% (acima de 100.000ha - 80%)
 - o Em Perigo: 75%
 - o Vulneráveis: 50%
 - o Endêmicas: 50%
- Valor Mínimo: 100.000 ha
- Filtros de Fragmentos 50ha, 1000ha, 10.000ha
- Metas para Unidades Fitogeográficas
 - o Valor base de 35 % e valor mínimo de 10.000ha.
 - o UFGs com área remanescente menor que 10% - meta de 55%
 - o UFGs com área remanescente entre 10 a 20% - meta de 45%.

Elaboração do Mapa de Importância Biológica

Para a elaboração do Mapa de Importância Biológica da Mata Atlântica, utilizou-se duas ferramentas de auxílio à tomada de decisão, o C-Plan e o MARXAN. Para a utilização destes softwares, adotou-se hexágonos de 6.000 ha como Unidades de Planejamento (UPs), e utilizou-se a extensão Patch Analyst para gerar o tema de UPs. Apenas as Unidades de Conservação de Proteção Integral tiveram os hexágonos em seu interior dissolvidos. Para as demais UCs e para as Terras Indígenas, os contornos foram inseridos na base das UPs, mas os hexágonos foram mantidos. O mapa de Importância Biológica da Mata Atlântica fornecido aos Grupos de Trabalho nas reuniões regionais foi o resultado do Mapa de Insubstituibilidade gerado pelo C-Plan e que, posteriormente, subsidiou a geração do mapa com a Melhor Solução do MARXAN.

Equipe Técnica:

Wigold B. Schaffer (NAPMA/SBF/MMA); Marcos Reis Rosa (MMA); Leandro Baumgarten (MMA); Paula Hanna Valdujo (MMA); Luis Henrique de Lima (MMA); Ana Elisa Bacellar (CGZAM/IBAMA); Sofia Campiolo (Dríades); Cristhiane Holvorcem (NAPMA/MMA); Ricardo Brochado Alves da Silva (NAPMA/MMA); Luis Fernando Barros (NAPMA/MMA).

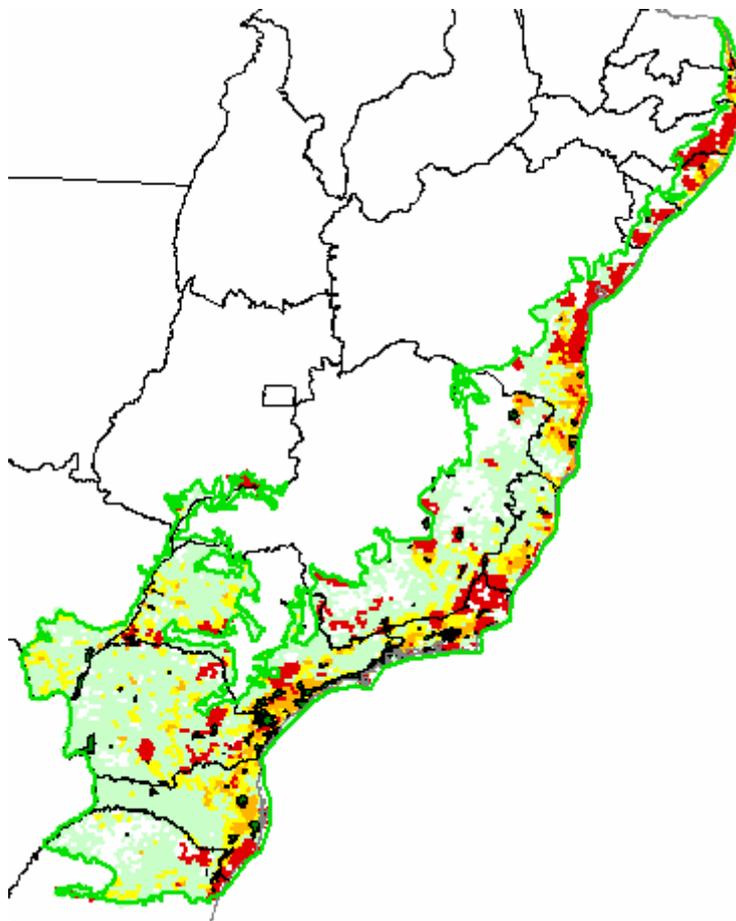


Figura 6.2.1 – Mapa de Importância Biológica do Bioma Mata Atlântica

6.3. Reuniões Regionais

Visando atender a metodologia de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, aprovada pelo CONABIO, determinando que esse processo fosse participativo, organizou-se três Reuniões Regionais. Sendo assim, para cada reunião foram convidados representantes de diferentes instituições (governos federal, estaduais e municipais; setor privado; organizações da sociedade civil; universidades e centros de pesquisa), de forma a garantir a participação dos diferentes setores da sociedade.

Para subsidiar os participantes dos três eventos, preparou-se uma ampla base de dados, reunindo informações gerais e específicas de cada região:

- Conjunto de Imagens Landsat de 2000 a 2002: fonte NASA, MMA e CSR/IBAMA;
- Base Cartográfica do IBGE – 1:1.000.000 (2001): com informações estraviário, hidrografias, acidentes naturais;
- Base dos Municípios do IBGE - 1:500.000 (2001): com informações de

limites administrativos das sedes municipais;

- Base de Bacias Hidrográficas da ANA: com o mapa de sub-bacias hidrográficas – nível 3;
- Mapa de Remanescentes da SOS Mata Atlântica/INPE 2005: Escala 1:250.000;
- Áreas Prioritárias do PROBIO: Áreas identificadas nos subprojetos do PROBIO e reconhecidas pelo Decreto no. 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria nº 126, de 27 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente;
- Unidades de Conservação e Terras Indígenas: Mapa de Unidades de Conservação de âmbito federal e estadual e mapa das terras indígenas;
- Modelo Digital de Terreno da NASA: com definição de 90 m;
- Mapa das Unidades Fitogeográficas: Resultado do cruzamento das informações de Geomorfologia do Projeto RADAM BRASIL e do Mapa de Fisionomias Vegetais (IBGE, 1970);
- Proposta preliminar das novas áreas prioritárias: geradas através da análise do mapa de importância biológica;
- Mapa de Importância Biológica: gerado a partir dos Alvos e Metas de Conservação definidos pelos especialistas durante as reuniões técnicas regionais.

Além da base de dados preparada pelo MMA, foram incorporados dados adicionais fornecidos pelos participantes durante o evento (ex: shape com as áreas prioritárias para conservação geradas pela SEMA/ES; etc), dados estes que auxiliaram os grupos na identificação, caracterização, priorização e proposição de ações para as áreas prioritárias.

Reunião da Região Sul

O primeiro evento foi Seminário da Região Sul, realizado na cidade de Florianópolis no período de 7 a 9 de novembro de 2006. Este evento contou com a participação de 55 pessoas, representantes de diversas instituições dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os participantes foram distribuídos em quatro Grupos de Trabalho: GT da Zona Costeira; GT do Corredor Central; GT do Noroeste; GT do Sudoeste (veja lista de participantes no anexo 11.8.7).

Equipe Técnica

Wigold B. Schaffer (NAPMA/SBF/MMA); Leandro Baumgarten (MMA); Luis Fernando Barros (NAPMA/SBF); Sofia Campiolo (Dríades); Cristhiane Holvorcem (NAPMA/SBF); Ricardo Brochado Alves da Silva (NAPMA/SBF); Marina Landeiro (DCBIO/SBF/MMA); Viviane Mazin (MMA); Paula Hanna Valdujo (MMA); Raquel Monti Henkin (MMA).

Reuniões da Região Sudeste e Nordeste

As duas últimas reuniões ocorreram em parceria com as equipes da Zona Costeira e Marinha, considerando-se que, na porção litorânea, a maior parte da Mata Atlântica tem áreas de transição com os ecossistemas que compõem a Zona Costeira e seria de extrema importância obter resultados que expressassem e resguardassem essas interações, gerando subsídios para a gestão integrada desses complexos sistemas. Seguindo essa lógica, a segunda reunião foi a da Região Sudeste realizada entre os dias 21 e 23 de novembro de 2006, na cidade do Rio de Janeiro/RJ com a participação de 133 pessoas (veja lista de participantes no anexo 11.8.8), ao passo que o terceiro e último evento foi o da Região Nordeste, na cidade de Salvador/BA, entre 5 e 7 de dezembro de 2006, com a presença de

74 pessoas (veja lista de participantes no anexo 11.8.9). Os participantes das duas reuniões representaram instituições dos três setores da sociedade: Governo (Federal; Estadual; Municipal); Setor Privado; e Sociedade Civil.

Visando o melhor aproveitamento do conhecimento específico local dos diferentes atores, cada reunião teve uma dinâmica diferente para a formação dos Grupos de Trabalho. Na região Sudeste a base dos GTs foram os estados, ao passo que na do Nordeste a divisão estruturou-se segundo as características regionais, buscando-se respeitar as peculiaridades, sociais, ecológicas e culturais. Os participantes da reunião do Sudeste/Sul foram distribuídos em oito GTs, dos quais quatro (GT1 – Litoral de São Paulo; GT2 – Rio de Janeiro; GT3 – Espírito Santo; GT6 – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) discutiram e definiram as áreas prioritárias costeiras, que incluíam a Mata Atlântica, e dois (GT7 – ZEE sul do Chuí/RS até o Cabo de Santa Marta/SC; GT8 - Cabo de Santa Marta/SC até a divisa dos estados do Espírito Santo e Bahia) as áreas marinhas. Os outros dois grupos (GT4 – Minas Gerais; GT5 – Interior de São Paulo) trabalharam exclusivamente nas áreas de domínio da Mata Atlântica.

Na reunião do Nordeste, foram formados sete grupos de trabalho, sendo cinco terrestres e dois marinhos. Dentre os terrestres (GT3 – da porção oriental do Rio Grande do Norte até Alagoas; GT4 - Sergipe e norte da Bahia; GT5 – de Salvador/BA a Canavieiras/BA; GT7 – de Belmonte/BA a divisa com o Espírito Santo), apenas o GT1 (Ceará e porção setentrional do Rio Grande do Norte) não continha áreas com domínios da Mata Atlântica.

Equipe Técnica da Reunião do Sudeste

Marcos Reis Rosa (MMA); Ana Paula Prates (NZCM/SBF/MMA); Wigold B. Schaffer (NAPMA/SBF); Leandro Baumgarten (MMA); Luis Henrique de Lima (MMA); Cristhiane Holvorcem (NAPMA/MMA); Daniele Blanc (NZCM/SBF/MMA); Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA); Luis Fernando Barros (NAPMA/SBF/MMA); Maria Carolina Hazim (NZCM/SBF/MMA); Marina Landeiro (DCBIO/SBF/MMA); Ricardo Brochado Alves da Silva (NAPMA/MMA); Rogério H. Vereza de Azevedo (DAP/SBF/MMA); Sandra Nunes Flores (CSR/IBAMA); Ana Lúcia de Araújo Ramos (CSR/IBAMA); Helio Jorge da Cunha (DCBIO/SBF/MMA); Raquel Barreto (CSR/IBAMA); Renato Prado dos Santos (SBF/MMA); Viviane Mazin (MMA); Raquel Monti Henkin (MMA); Francoli Thiago Reis (DCBIO/SBF/MMA); Daniel de Oliveira Wiechers (DCBIO/SBF/MMA).

Equipe Técnica da Reunião do Nordeste

Marcos Reis Rosa (MMA); Ana Paula Prates (NZCM/SBF/MMA); Wigold B. Schaffer (NAPMA/SBF); Leandro Baumgarten (MMA); Luis Henrique de Lima (MMA); Cristhiane Holvorcem (NAPMA/MMA); Daniele Blanc (NZCM/SBF/MMA); Leonel Graça Generoso Pereira (SBF/MMA); Luis Fernando Barros (NAPMA/SBF/MMA); Ricardo Brochado Alves da Silva (NAPMA/MMA); Rogério H. Vereza de Azevedo (DAP/SBF/MMA); Sandra Nunes Flores (CSR/IBAMA); Ana Lúcia de Araújo Ramos (CSR/IBAMA); Helio Jorge da Cunha (DCBIO/SBF/MMA); Raquel Barreto (CSR/IBAMA); Renato Prado dos Santos (SBF/MMA); Viviane Mazin (MMA); Raquel Monti Henkin (MMA); Daniel de Oliveira Wiechers (DCBIO/SBF/MMA).

6.4. Resultados

O resultado final da atualização das áreas prioritárias do Bioma Mata Atlântica indicou 880 áreas distribuídas em 428.409 Km² (veja mapa de Áreas Prioritárias do Bioma na figura 6.4.1 e mapa em anexo). Desse total, 522 são áreas novas e 358 são áreas sob algum tipo de proteção (Tabela 6.4.1). Em relação à extensão territorial do Bioma Mata Atlântica, segundo o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007), existe hoje cerca de 1.129.760 km² desse Bioma, dos quais apenas 37,9% são ocupadas pelas áreas prioritárias: sendo 30,6% de

áreas novas e, somente 7,3% por áreas que de alguma forma estão protegidas - UCs ou TIs (Tabela 6.4.2) (veja lista das Áreas Prioritárias para o Bioma Mata Atlântica no anexo 11.9.5). Quando comparado ao processo anterior, realizado em Atibaia/SP em 1999, observou-se um pequeno aumento na extensão territorial das áreas prioritárias, mas um crescimento da ordem de praticamente 5:1 no número das áreas prioritárias. É importante salientar que, apesar de naquele momento, a área de análise ter sido menor, em decorrência da não inclusão da Zona Costeira, a principal explicação para este aumento está na melhoria da espacialização das informações disponíveis para a elaboração das análises.

Tabela 6.4.1. – Distribuição do número e extensão superficial das áreas prioritárias do Bioma Mata Atlântica, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 1999 e 2006.

Grau de Importância Biológica	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 1999		
	Nº de Áreas	Área (km ²)	%	Nº de Áreas	Área (km ²)	%	Nº de Áreas	Área (km ²)	%
Alta	105	48.167	13,9	68	6.964	8,5	26	48.465	12,7%
Muito Alta	173	125.595	36,3	41	8.655	10,5	33	35.592	9,4%
Extremamente Alta	198	151.642	43,8	225	65.264	79,4	96	235.596	61,9%
Insuficientemente Conhecida	46	20.786	6,0	24	1.335	1,6	22	60.863	16,0%
TOTAL	522	346.191		358	82.218		177	380.516	100,0%

Em relação ao grau de importância biológica, a maioria das áreas novas (43,8%) foi classificada como extremamente alta, sendo 36,3% consideradas muito alta e somente 13,9% de alta importância. Como insuficientemente conhecidas apenas 6% das áreas receberam essa classificação. Nas áreas protegidas, houve uma distribuição diferente entre as categorias de importância biológica, uma vez que 79,4% das áreas foram consideradas de importância biológica extremamente alta, 10,5% muito alta e, 8,5% alta. Menos de 1,6% das áreas protegidas foram consideradas insuficientemente conhecidas (Tabela 6.4.1). Quando comparados os resultados dos dois processos, observa-se que no processo atual houve melhor distribuição das categorias de importância biológica e que, em decorrência dos inúmeros estudos realizados nos últimos anos, as áreas de Mata Atlântica que devem ser mais estudadas, diminuíram pela metade.

O resultado da análise da distribuição da principal ação prioritária das áreas da Mata Atlântica foi a resposta clara e direta aos principais problemas do Bioma: a fragmentação de habitats e a perda de biodiversidade. A formação de mosaico ou corredor ecológico, seguida da criação de UC – definir posteriormente a categoria, recuperação de áreas degradadas e/ou populações de espécies ameaçadas, criação de UC – Proteção Integral, inventário biológico e criação de UC – Uso Sustentável são, segundo as recomendações da sociedade, as principais ferramentas para reverter esse quadro de destruição e ameaças (Tabela 6.4.2). É importante salientar que essa análise considerou apenas a principal ação prioritária, e que a maioria das áreas prioritárias teve outras ações recomendadas, ações essas que normalmente acabam se complementando.

Examinando todas as ações prioritárias, novamente observa-se a preocupação da sociedade com a fragmentação de habitats e a perda de área florestada e diversidade biológica, uma vez que as principais indicações foram a recuperação de área degradada, fiscalização e fomento à atividades econômicas sustentáveis (Tabela 6.4.3). A conscientização da população através de ações de Educação Ambiental, que foi a segunda mais recomendada. Por outro lado, embora pouco mais de 22.000 km² das áreas prioritárias tenham sido consideradas insuficientemente conhecidas, a recomendação de inventário biológico para quase 201.000 Km², mostrou a preocupação que existe em relação ao conhecimento técnico do Bioma como subsídio para melhorar a gestão de seus recursos naturais

Tabela 6.4.2. - Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas prioritárias do Bioma Mata Atlântica.

Tipo de Ação Prioritária	Nº de Áreas	Área (km2)	% da Área Total do Bioma
Criação de Mosaico/Corredor	189	109.183	9,7%
Criação de UC – Categoria Indefinida	76	70.709	6,3%
Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Populações de Espécies Ameaçadas	84	46.588	4,1%
Criação de UC – Proteção Integral	62	39.591	3,5%
Inventário Biológico	27	22.292	2,0%
Criação de UC – Uso Sustentável	37	16.640	1,5%
Sem informação	8	14.857	1,3%
Fomento ao Uso Sustentável	17	11.543	1,0%
Ordenamento Pesqueiro	3	4.794	0,4%
Definição de Área de Exclusão de Pesca	3	2.817	0,2%
Outras Ações	4	2.610	0,2%
Ordenamento Territorial	5	2.408	0,2%
Educação Ambiental	7	2.158	0,2%
TOTAL NOVAS	522	346.191	30,6%
Áreas já Protegidas	358	82.218	7,3%
TOTAL	880	428.409	37,9%
Área Total do BIOMA		1.129.760	

Tabela 6.4.3. - Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas prioritárias do Bioma Mata Atlântica.

Tipo de Ação Prioritária	Nº de Áreas	Área (km2)	% da Área Total Atual
Recuperação de Áreas Degradadas	334	223.121	52,1%
Inventário Biológico	301	200.908	46,9%
Fiscalização	302	199.087	46,5%
Educação Ambiental	286	183.214	42,8%
Criação de Mosaico/Corredor	261	171.488	40,0%
Fomento ao Uso Sustentável	178	141.326	33,0%
Recuperação de Espécies Ameaçadas	90	73.612	17,2%
Criação de UC – Categoria Indefinida	76	70.709	16,5%
Estudos do Meio Físico	105	62.725	14,6%
Estudos Sócioantropológicos	62	48.757	11,4%
Criação de UC - Proteção Integral	62	39.591	9,2%
Manejo de Recursos Biológicos	62	36.045	8,4%
Criação de UC - Uso Sustentável	37	16.640	3,9%

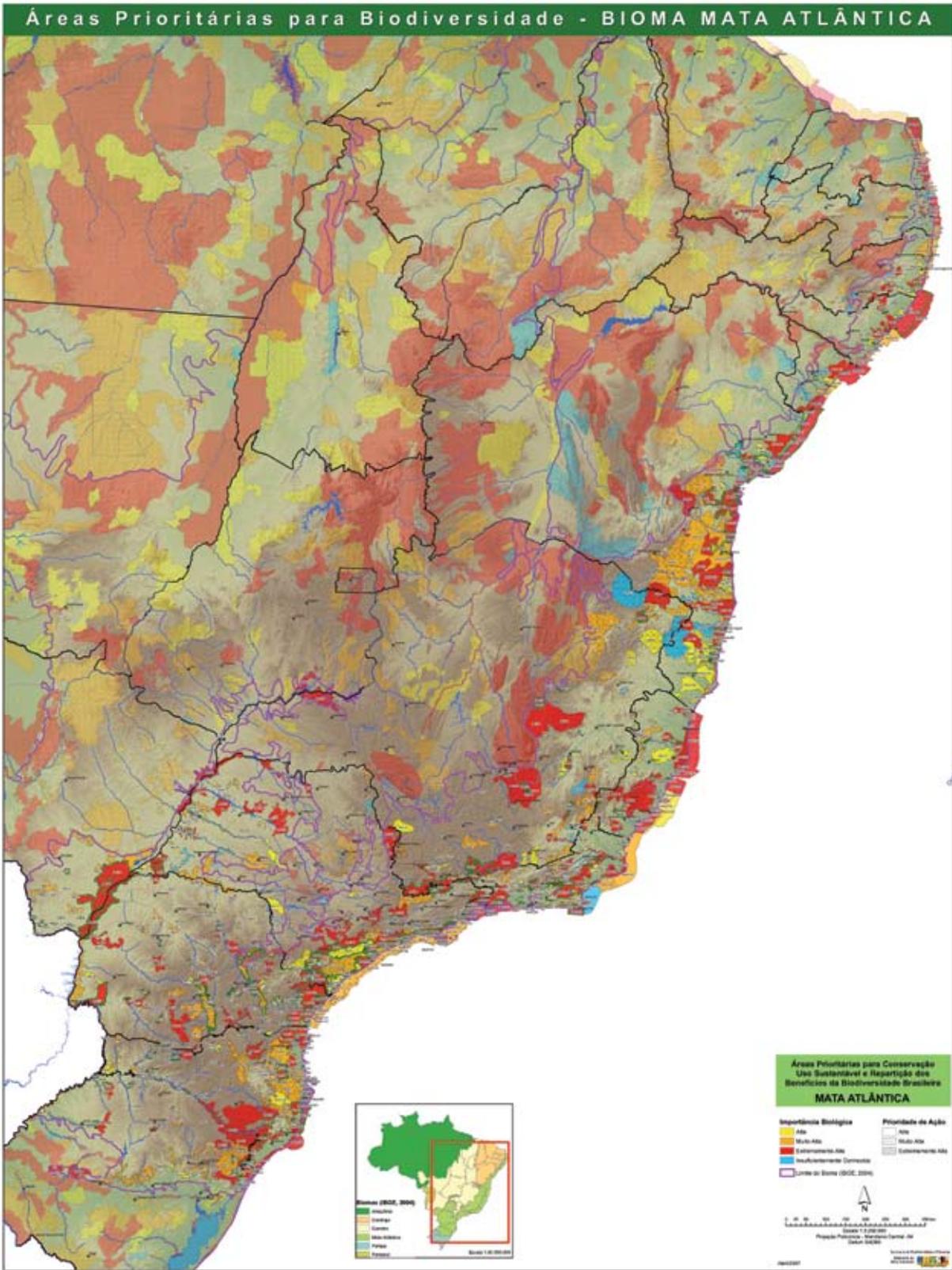
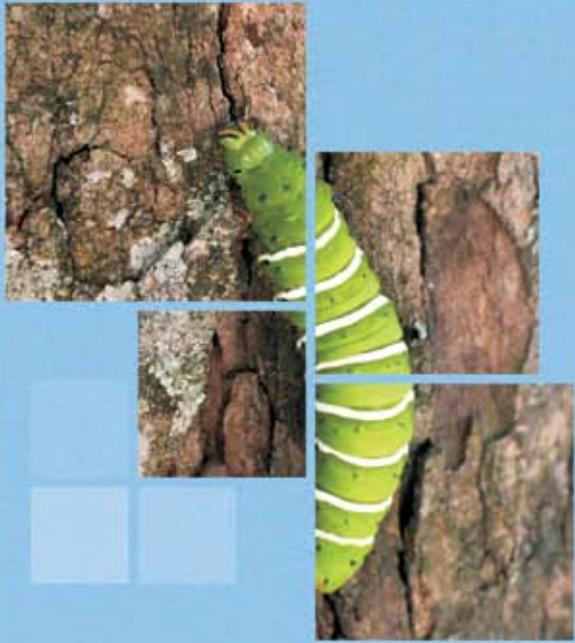


Figura 6.4.1 - Mapa de Áreas Prioritárias do Bioma Mata Atlântica



Bioma Pampa



7

7. Bioma Pampa

7.1. Contextualização

O Pampa é um dos seis Biomas brasileiros classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O Pampa ocupa uma área de aproximadamente, 700.000 Km², compartilhada pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. No Brasil, o bioma ocupa uma área de 176.496 Km², restrito ao Estado do Rio Grande do Sul, representando 2,07% do território nacional e cerca de 63% da área deste Estado (IBGE, 2004).

Segundo o IBGE (2004b), o Bioma Pampa “compreende um conjunto ambiental de diferentes litologias e solos recobertos por fitofisionomias campestres. É caracterizado por clima chuvoso, sem período seco sistemático, mas marcado pela frequência de frentes polares e temperaturas negativas no período de inverno, que produzem uma estacionalidade fisiológica vegetal típica de clima frio seco, evidenciando intenso processo de evapotranspiração, principalmente no Planalto da Campanha. As paisagens campestres do Bioma Pampa são naturalmente invadidas por contingentes arbóreos representantes das florestas Estacional Decidual e Ombrófila Densa, notadamente nas partes norte e leste, caracterizando um processo de substituição natural das estepes por formações florestais, em função da mudança climática de frio/seco para quente/úmido no atual período interglacial (IBGE, 2004b).

O Bioma Pampa, que se delimita apenas com o Bioma Mata Atlântica, é formado por quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira. No primeiro predomina o relevo suave ondulado originário do derrame basáltico com cobertura vegetal gramíneo-lenhosa estépica, podendo esta ser considerada como a área “core” do Bioma no Brasil (IBGE, 2004b). De um modo geral o Planalto da Campanha é usado como pastagem natural e/ou manejada, mas possui, também, atividades agrícolas, principalmente o cultivo de arroz nas esparsas planícies aluviais. Apresenta disjunções de Savana Estépica típica do ambiente Chaquenho, que guarda homologia fisionômica com a Caatinga do Nordeste do Brasil (como por exemplo na foz do rio Quaraí no extremo sudoeste do Rio Grande do Sul).

A Depressão Central compreende, é caracterizada por um campo arbustivo-herbáceo, associado a florestas-de-galeria degradadas que, em geral, são compostas por espécies arbóreas decíduais. Apresenta uma maior disponibilidade de umidade, motivada pela maior regularidade pluviométrica e/ou pela maior concentração de drenagem e depressões do terreno. Associadas à densa rede de drenagem formaram-se extensas planícies sedimentares aluviais, como ao longo das bacias do Jacuí, Vacacaí e Santa Maria, nas quais as formações pioneiras e florestas-de-galeria foram substituídas por culturas e pastagens (IBGE, 2004b). Conforme nos revelam evidências, obtidas a partir da análise de pólen e partículas de carvão em sedimentos, os campos são ecossistemas naturais que já existiam quando aqui chegaram os primeiros grupos humanos há cerca de 12 mil anos, (Behling *et al.* 2004, 2005). Em função do clima mais seco, provavelmente apresentavam uma composição de espécies um pouco diferente da atual, mas eram em essência três ambientes de pradarias com predomínio de gramíneas. Há cerca de 4 mil anos antes do presente teve início a expansão natural das florestas a partir de refúgios em vales profundos, formando em algumas regiões, como no Planalto, maciços florestais e florestas ripárias, indicando mudança para um clima mais úmido, semelhante ao atual, mas a paisagem do Rio Grande do Sul manteve-se predominantemente campestre. Logo, os campos não se originaram pelo desmatamento, como alguns erroneamente podem pensar.

O Planalto Sul-Rio-Grandense apresentam maior intensidade pelas chuvas, devido à influência marinha. Em razão disto, a cobertura vegetal natural é mais complexa, compondo-se de Estepe Arbórea Aberta, Parque e Gramíneo-Lenhosa,

com marcante presença de formações florestais estacionais semidecíduas, especialmente na face oriental próxima à Lagoa dos Patos. De modo geral, predominam pastagens naturais ou manejadas (IBGE, 2004b).

A Planície Costeira compreende terrenos sedimentares de origem tanto fluvial quanto marinha, que são revestidos, principalmente, por formações pioneiras arbustivo-herbáceas, típicas de complexo lagunar onde se destacam as Lagoas dos Patos, Mirim e Mangureira. (IBGE, 2004). O uso da terra prevalecente é representado por pastagem natural associada à rizicultura.

Por ser um conjunto de ecossistemas muito antigos, o Pampa apresenta flora e fauna próprias e grande biodiversidade. Estimativas indicam valores em torno de 3000 espécies vegetais, mais de 100 de mamíferos e quase 500 espécies de aves. Entre as várias espécies vegetais típicas do Pampa vale destacar o algarrobo (*Prosopis algorobilla*) e o nhandavaí (*Acacia farnesiana*) arbusto cujos últimos remanescentes no Brasil encontram-se no Parque Estadual do Espinilho, no município de Barra do Quaraí. Em termos de fauna, é um ecossistema muito rico, com inúmeras espécies endêmicas tais como: tuco-tuco (*Ctenomys flamarioni*); beija-flor-de-barba-azul (*Heliodoraster furcifer*); sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus atroluteus*) e ameaçadas de extinção tais como: veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*); Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*); Caboclinho-de-barriga-verde (*Sporophila hypoxantha*); e, Picapauzinho-chorão (*Picooides mixtus*) (MMA, 2003).

O Pampa tem sofrido grande perda de biodiversidade e de habitats devido ao acelerado processo de expansão agrícola iniciado nos anos 1970 (continua até o presente momento), e agravado recentemente pelos planos para conversão de extensas áreas de campos em monoculturas florestais. De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE 2006), esses processos resultaram numa enorme conversão dos campos em extensas áreas de outros usos. De 1970 a 1996, as áreas de campos diminuíram de 14 para 10,5 milhões de hectares, uma conversão de 25% (IBGE 1996; DIEA 2003; Bilenca e Miñarro, 2004).

As atividades agrícolas de larga escala são fatores de degradação desse bioma. Não existem números oficiais sobre as áreas de banhados perdidas em decorrência do plantio do arroz, no entanto sabe-se que grandes áreas alagadas foram drenadas dando lugar à rizicultura. A fruticultura também tem contribuído nesse impacto, porém por ocupar menor espaço, este ocorre em menor escala. Atualmente, as grandes plantações de eucalipto têm causado grande preocupação aos técnicos da área ambiental, tendo em vista que além dos impactos desta atividade econômica e de toda sua cadeia produtiva, as plantações de árvores exóticas em áreas de campos nativos trarão perda da biodiversidade rupestre, alteração significativa da paisagem e da economia regional, que são a base da cultura gaúcha (Pillar *et al.*, 2006).

A pecuária é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas nos campos sulinos, devido à diversidade de plantas com alto valor forrageiro existente neste bioma (Nabinger *et al.*, 2000), e às enormes áreas de pastagens naturais, que segundo o último Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE, 2006), perfazem 44% da cobertura vegetal do Estado do Rio Grande do Sul, correspondendo a 70% do total da área destinada à pecuária na Região Sul do Brasil.

Em conseqüência disso, o pastoreio intensivo tornou-se outro importante agente de degradação dos campos, uma vez que acelera fortemente o processo de arenização em boa parte do Estado. Contudo, o Pampa tem sido usado para criação de gado desde o século 17, quando os jesuítas iniciaram as Missões de cristianização dos Guaranis. A atividade da criação de gado em vastos campos é a própria imagem da cultura gaúcha, a identidade do povo que se identifica como gaúcho ao invés de sul-rio-grandense. Essa pecuária extensiva, praticada em todo o Pampa, contribuiu para a manutenção e preservação da vegetação, podendo também ajudar a manter a integridade dos seus ecossistemas campestres, no entanto o limiar entre uso sustentável e degradação é bastante tênue.

Inerente ao contexto da biodiversidade, conservar os habitats de campo é de fundamental importância. Os habitats mantêm o conjunto da biota característica dos campos e sua conservação representa a proteção de diferentes organismos da fauna e da flora, conhecidos ou ainda desconhecidos, bem como os processos ecossistêmicos. Como exemplo de conservação de habitats, menciona-se a importância das áreas de nascentes nas regiões de campo, dos mananciais hídricos e das áreas de recarga do aquífero Guarani. A descoberta recente de novas espécies de peixes e crustáceos (Bond-Buckup *et al.* 2006, Malabarba *et al.*, 2006) em corpos d'água inseridos na região dos campos do Rio Grande do Sul vem corroborar a importância de se manter tais áreas, uma vez que ainda há organismos desconhecidos pela ciência nestes locais. Além disso, a manutenção de áreas naturais bem preservadas é essencial para manter a qualidade da água dos rios e dos lençóis freáticos. (Pillar *et al.*, 2006)

Agora, com o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007), é possível determinar quanto desses remanescentes estão campos nativos e/ou em regeneração e quanto são campos degradados pelo cultivo, mau-manejo pecuário ou invasão de espécies exóticas como *Eragrostis plana* (capimannoni). Somado a este esforço, o MMA realizou a atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Pampa como mais um instrumento de política pública que orientará ações de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais dos campos sulinos. Todas as etapas desse processo de atualização seguem descritas a seguir.

7.2. Reuniões Técnicas e processamento dos dados

7.2.1. Definição dos Alvos

A reunião técnica foi realizada em Porto Alegre/RS, nos dias 9 e 10 de março na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, contou com a participação de 60 pesquisadores, técnicos do governo e representantes de ONGs (veja lista de participantes no anexo 11.7.7). Durante os dois dias de trabalho, os especialistas definiram os alvos e metas de conservação, que subsidiaram a posterior elaboração do mapa de importância biológica do Bioma Pampa (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação). Eles foram divididos em dois grupos de trabalho, um focado na definição dos alvos de espécies e outro na das Unidades de Paisagem ou Unidades Fitogeográficas (UFG) e, no final dos trabalhos, indicaram 116 alvos de conservação, separados em dois grandes grupos:

- 86 alvos de Espécies
 - o Esponjas (2 spp);
 - o Moluscos (4 spp);
 - o Crustáceos (3 spp);
 - o Insetos (5 spp);
 - o Anfíbios (6 spp);
 - o Répteis (3 spp);
 - o Mamíferos (21 spp);
 - o Aves (42 spp);
 - o Sem informações/Sem remanescentes (18 spp);
- 30 alvos de UFGs (construídas a partir de informações de baseadas em geomorfologia, vegetação, solos dos mapas do RADAM BRASIL e SRTM. O mapa final das UFGs foi gerado com a intenção de se criar unidades coerentes que incluíssem aspectos particulares da biota da Pampa)

Em termos de abrangência geográfica, para a atualização das áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade do Bioma Pampa, foram utilizados os limites do Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004).

7.2.2. Definição de Metas

Espécies

Em relação às metas de conservação, os pesquisadores presentes no evento decidiram utilizar um conjunto de metas padrão para todas as espécies baseado na categoria de ameaça em que se encontram. No caso de uma espécie estar listada tanto na lista de ameaçadas do IBAMA e da IUCN, foi utilizada a classificação de maior ameaça.

Para espécies, as metas foram definidas como uma porcentagem da área de remanescentes de vegetação dentro da distribuição de cada uma delas. As diversas categorias receberam as seguintes metas:

- Criticamente em Perigo: 80%
- Em Perigo: 60%
- Vulneráveis: 40%
- Endêmicas: 40%

Definiu-se também que nenhum alvo de espécie teria uma meta inferior a 10.000 ha e nem superior a 1.000.000 ha.

UFGs

Os especialistas reunidos decidiram ordenar as UFGs em três categorias de metas (70%; 50%; 30%). Esse ordenamento seria baseado na vulnerabilidade, na área e no status. A meta para as áreas úmidas foi fixada em 50%. Eles também decidiram que todas as UFGs que tinham uma área de remanescentes inferior a 10.000 hectares teriam como meta todos os seus remanescentes. Para os alvos que a porcentagem gerou um valor inferior a 10.000 ha, foi considerado este último valor como meta mínima.

Elaboração do Mapa de Importância Biológica

Para a elaboração do Mapa de Importância Biológica Pampa, utilizou-se duas ferramentas de auxílio à tomada de decisão, o C-Plan e o MARXAN, e adotou-se hexágonos de 2.500 ha como Unidades de Planejamento (UPs), e utilizou-se a extensão Patch Analyst para gerar o tema de UPs. Apenas as Unidades de Conservação de Proteção Integral tiveram os hexágonos em seu interior dissolvidos. Para as demais UCs e para as Terras Indígenas, os contornos foram inseridos na base das UPs, mas os hexágonos foram mantidos. O mapa de Importância Biológica da Mata Atlântica fornecido aos Grupos de Trabalho nas reuniões regionais foi o resultado do Mapa de Insubstituibilidade gerado pelo C-Plan e que, posteriormente, subsidiou a geração do mapa com a Melhor Solução do MARXAN.

O Núcleo da Mata Atlântica e Pampa do MMA, responsável pelo processo de atualização das áreas prioritárias, nesse evento, contou com seguinte equipe técnica:

Equipe Técnica

Wigold B. Schaffer (NAPMA/SBF/MMA); Marcos Reis Rosa (MMA); Leandro Baumgarten (MMA); Anthony Chatwin (TNC); Paula Hanna Valdujo (MMA); Luiz Fernando R. de Barros (MMA); Ana Elisa Bacellar (CGZAM/IBAMA).

7.3. Reuniões Regionais

A reunião regional para a consolidação do processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Pampa ocorreu em Porto Alegre/RS, no período de 30 de outubro a 1º de novembro de 2006. O evento contou com a participação de 65 pessoas, representando diferentes esferas do governo, setor acadêmico, setor empresarial, ONGs e movimentos sociais, comunidades tradicionais e indígenas (veja lista de participantes no anexo 11.8.10).

Visando o melhor aproveitamento do conhecimento específico local dos diferentes participantes, estes foram divididos em quatro grupos de trabalho baseado no critério de sub-região (Figura 7.3.1).

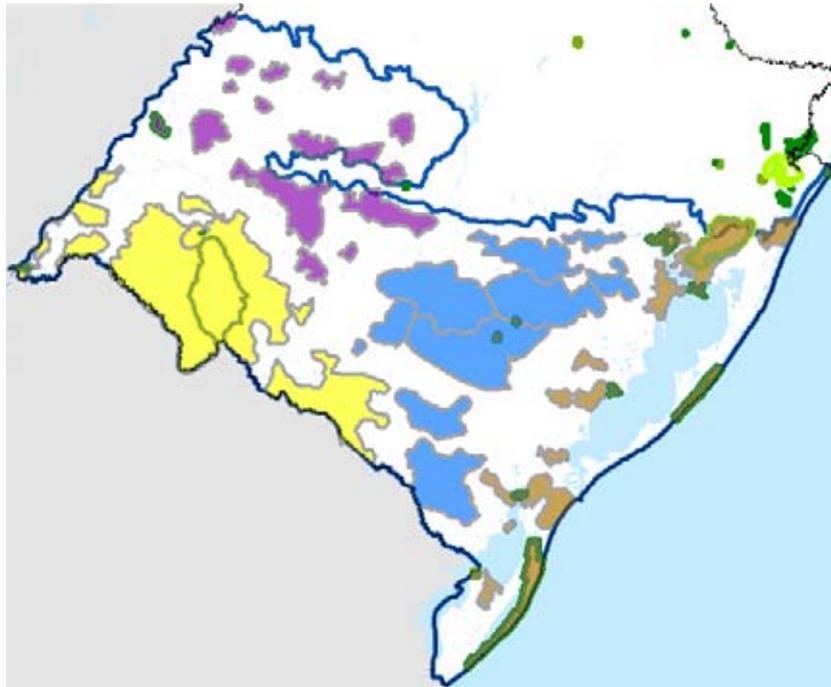


Figura 7.3.1. Divisão dos Grupos de Trabalho Sub-regionais na reunião regional de Porto Alegre/RS

Para subsidiar os participantes do evento, a equipe técnica do NAPMA/MMA preparou uma base de dados completa, reunindo informações gerais e específicas de cada região:

- Conjunto de Imagens Landsat de 2000 a 2002: fonte NASA, MMA e CSR/IBAMA;
- Base Cartográfica do IBGE - 1:1.000.000 (2001): com informações estraviário, hidrografias, acidentes naturais;
- Base dos Municípios do IBGE - 1:500.000 (2001): com informações de limites administrativos das sedes municipais;
- Base de Bacias Hidrográficas da ANA: com o mapa de sub-bacias hidrográficas - nível 3.
- Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007);
- Áreas Prioritárias do PROBIO: Áreas identificadas nos subprojetos do PROBIO e reconhecidas pelo Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria no. 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente;
- Unidades de Conservação e Terras Indígenas: Mapa de Unidades de Conservação de âmbito federal e estadual e mapa das terras indígenas;

- Modelo Digital de Terreno da NASA: com definição de 90 m;
- Mapa das Unidades Fitogeográficas: Resultado do cruzamento das informações de Geomorfologia do Projeto RADAM BRASIL e do Mapa de Fisionomias Vegetais (IBGE, 1970);
- Proposta preliminar das novas áreas prioritárias: geradas por meio da análise do mapa de importância biológica.
- Mapa de Importância Biológica: gerado a partir dos Alvos e Metas de Conservação definidos pelos especialistas durante as reuniões técnicas regionais (Figura 7.3.2).

Obs: Além da base de dados preparada pelo MMA, foram incorporados dados adicionais fornecidos pelos participantes durante o evento (ex: shape com as áreas prioritárias para conservação geradas pela SEMA/ES; etc), dados estes que auxiliaram os grupos na identificação, caracterização, priorização e proposição de ações para as áreas prioritárias.

Equipe Técnica

Wigold B. Schaffer (NAPMA/SBF/MMA); Marcos Reis Rosa (MMA); Leandro Baumgarten (MMA); Cristhiane Holvorcem (NAPMA/SBF/MMA); Luis Henrique Lima (MMA); Marina Landeiro (DCBIO/SBF/MMA); Paula Hanna Valdujo (MMA); Ricardo Brochado Alves da Silva (NAPMA/SBF/MMA); Sofia Campiolo (Dríades); Ana Elisa Bacellar (CGZAM/IBAMA); Luiz Fernando R. de Barros (NAPMA/SBF/MMA); Raquel Monti Henkin (MMA);

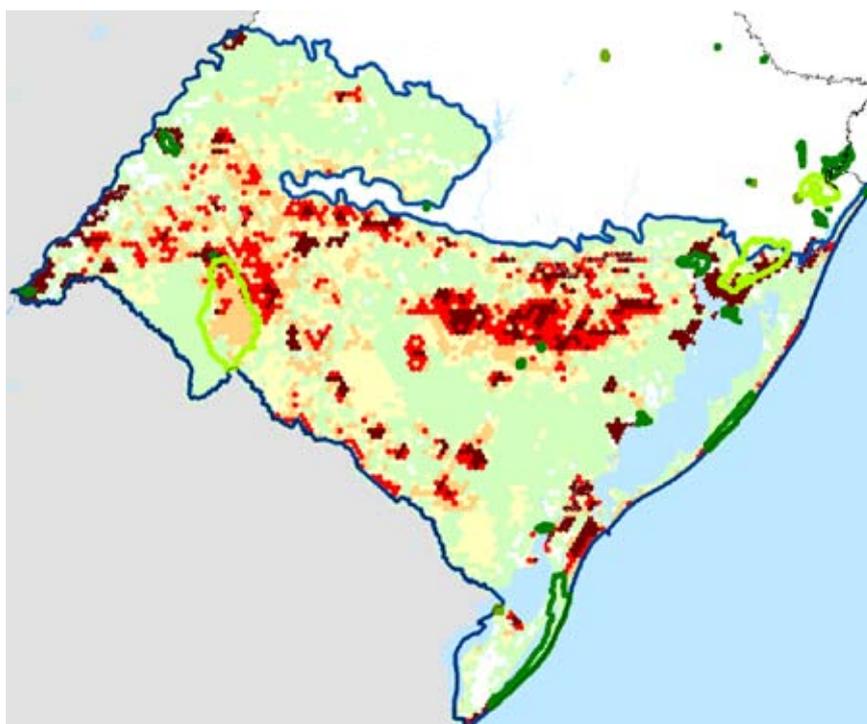


Figura 7.3.2. – Mapa de Importância Biológica do Bioma Pampa

7.4. Resultados

O resultado final do processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Pampa gerou um mapa com 105 áreas prioritárias, sendo 17 já protegidas e 88 novas áreas (Tabela 7.4.1) (veja lista das Áreas Prioritárias para o Bioma Pampa no anexo 11.9.6). A análise da totalidade das áreas prioritárias ocupa pouco mais que a metade (52,9%) do Bioma, dos quais 49,3% são de áreas novas e, apenas 3,6% são áreas sob algum tipo de proteção - UCs ou TIs (Tabela 7.4.2).

A comparação com o processo anterior, realizado em Atibaia/SP em 1999, mostra um expressivo aumento no número de áreas, saltando de 5 para 105 e, em relação à área total, observa-se também um aumento, porém de menor magnitude, passando de 77.293 Km² para 94.595 Km². Nessa comparação também se pode notar uma melhor distribuição entre as categorias de importância biológica, tendo em vista que, em 1999, 77,1% das áreas prioritárias foram classificadas como de importância biológica Extremamente Alta, ao passo que no processo atual, apenas 38,9% receberam essa categorização, seguidas de 41,% Muito Alta e 18,8% Alta. Todas essas mudanças expressas nos resultados do atual processo refletem o aumento de conhecimento do Bioma e a necessidade de instrumentos de gestão mais detalhados e adequados às realidades locais (veja mapa de Áreas Prioritárias do Bioma Pampa na figura 7.4.1 e mapa em anexo).

Tabela 7.4.1. – Distribuição do número e extensão territorial das áreas prioritárias do Bioma Pampa, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 1999 e 2006.

Grau de Importância Biológica	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 1999		
	Nº de Áreas	Área (km ²)	%	Nº de Áreas	Área (km ²)	%	Nº de Áreas	Área (km ²)	%
Alta	17	16.590	18,8	2	1.181	18,2	0	0	0,0
Muito Alta	28	36.285	41,2	1	3.168	48,8	2	17.675	22,9
Extremamente Alta	41	34.292	38,9	14	2.145	33,0	3	59.618	77,1
Insuficientemente Conhecida	2	934	1,1	0	0	0,0	0	0	0,0
TOTAL	88	88.101		17	6.494		5	77.293	

Os resultados da análise da distribuição da principal ação prioritária de cada área traduzem a atual situação do Pampa e o anseio da sociedade gaúcha, uma vez que mostram a necessidade de aumentar as áreas de proteção dos habitats e da sua biodiversidade através da indicação de criação de Unidades de Conservação (Categoria a Definir Posteriormente e de Proteção Integral). Eles também mostram a urgência de reverter o quadro de degradação e mau uso dos campos esboçada pelas indicações de recuperação de áreas degradadas e/ou populações de espécies ameaçadas, fomento a atividades econômicas de uso sustentável e criação de mosaicos e corredores ecológicos (Tabela 7.4.2).

Tabela 7.4.2. - Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas prioritárias do Bioma Pampa.

Tipo de Ação Prioritária	Nº de Áreas	Área (km ²)	Percentual sobre o BIOMA
Criação de UC – Definir Posteriormente	19	18.338	10,3%
Formação de Mosaico/Corredores	21	16.570	9,3%
Fomento a Atividades Econômicas de Uso Sustentável	5	11.533	6,4%
Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Populações de Espécies. Ameaçadas	13	10.746	6,0%
Criação de UC – Proteção Integral	13	9.118	5,1%
Sem informação	3	8.563	4,8%
Inventário Biológico	5	8.116	4,5%
Criação de UC – Uso Sustentável	6	4.359	2,4%
Educação Ambiental	2	692	0,4%
Ordenamento	1	67	0,0%
TOTAL NOVAS	88	88.101	49,3%
Áreas já protegidas	17	6.494	3,6%
TOTAL	105	94.595	52,9%
Área do BIOMA		178.820	

Considerando a totalidade das ações indicadas, fiscalização foi a ação mais recomendada (Tabela 7.4.3), demonstrando mais uma vez a preocupação da sociedade com os processos ligados à perda de habitats e de biodiversidade. A segunda ação mais recomendada foi Educação Ambiental, apontando para uma maior conscientização da população em relação à conservação e uso dos recursos naturais do Pampa. As recomendações para a realização de inventários biológicos como ação principal apareceu em menos de 4,5%, e estudos do meio físico das áreas, foram a terceira e quarta ações mais recomendadas para a totalidade das áreas, provavelmente reforçando a necessidade de estudos locais mais detalhados para subsidiar outras ações como a de criação de UC ou recuperação. Novamente recuperação de áreas degradadas e criação de mosaicos e/ou corredores ecológicos aparecem com ações prioritárias em resposta a atual situação de degradação e mau uso dos campos do Pampa.

Tabela 7.4.3. - Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas prioritárias do Bioma Pampa.

Tipo de Ação Prioritária	Nº de Áreas	Área (km²)
Fiscalização	60	59.951
Educação Ambiental	49	40.273
Inventário Biológico	46	39.302
Estudos do Meio Físico	31	28.669
Recuperação de Área Degradada	47	27.678
Criação de Mosaicos/Corredores	34	23.279
Criação de UC - Definir posteriormente	19	18.338
Estudos Sócio-antropológicos	9	9.431
Criação de UC - Proteção Integral	13	9.118
Criação UC - Uso Sustentável	6	4.359
Recuperação de Espécies	6	3.391
Manejo	3	2.610

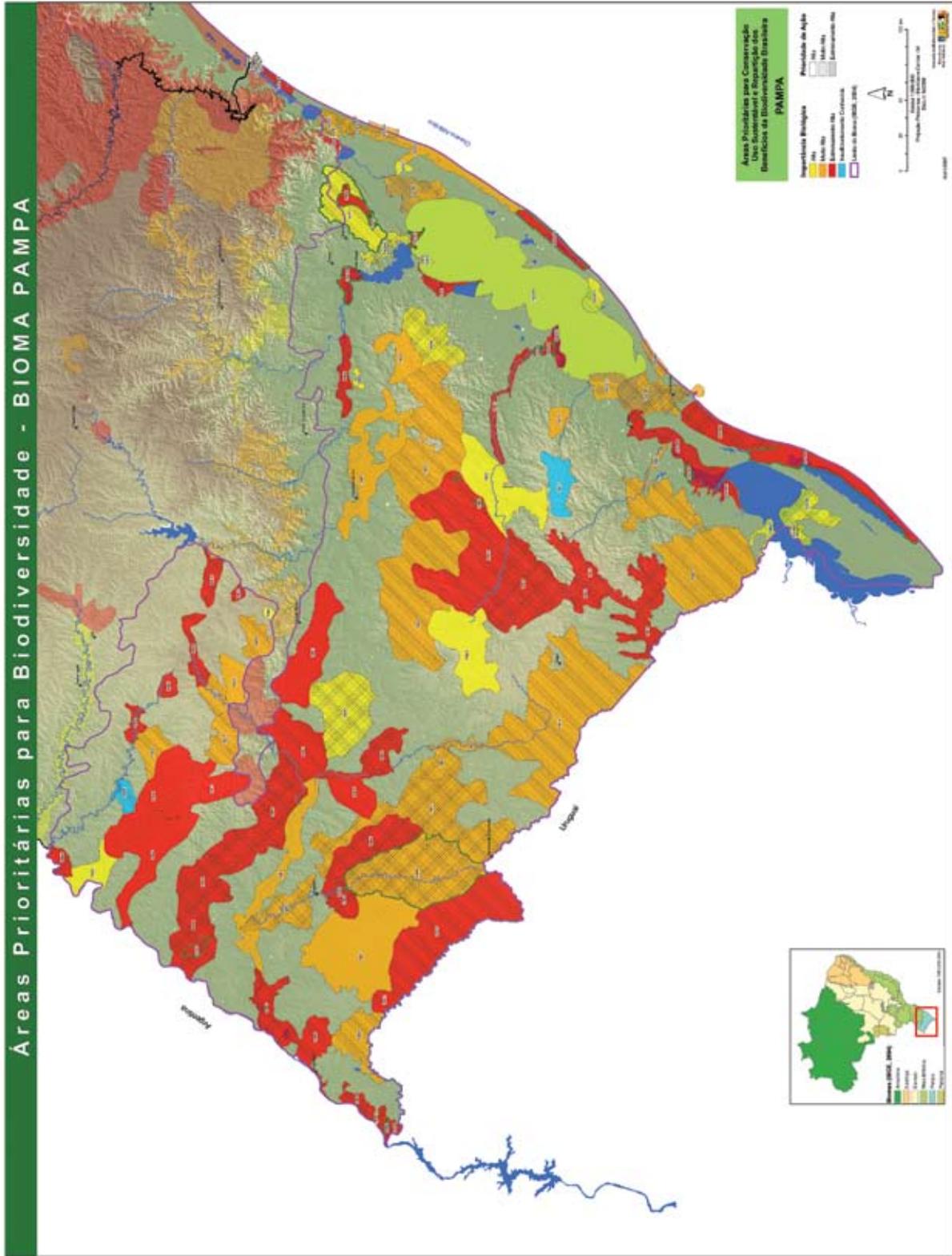
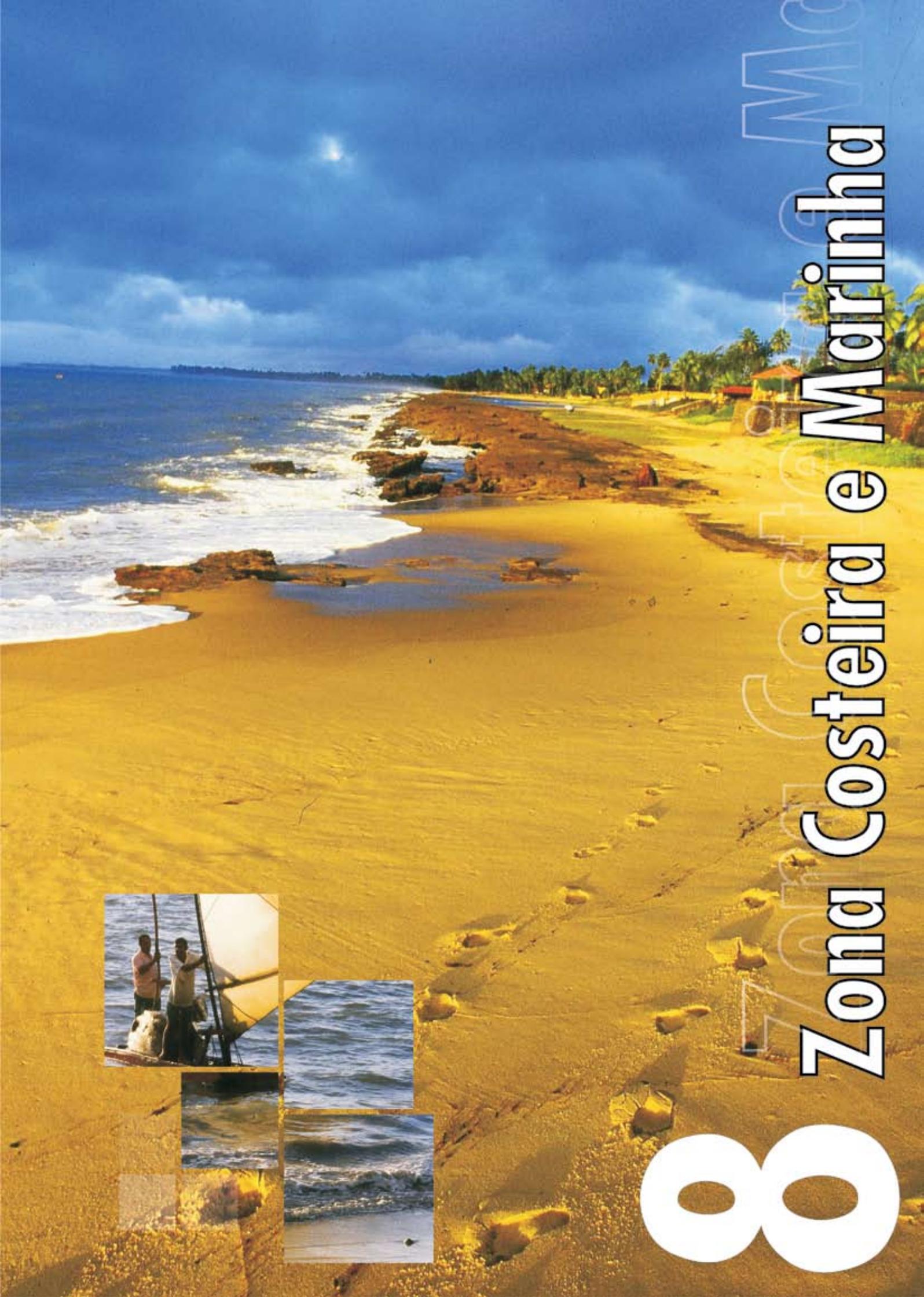


Figura 7.4.1 – Mapa de Áreas Prioritárias para o Bioma Pampa



Zona Costeira e Marinha

8



8. Zona Costeira e Marinha

8.1. Contextualização

O Brasil apresenta-se com o título de detentor da maior diversidade biológica do planeta, contando com pelo menos 10 a 20% do número total de espécies mundiais. Essa riqueza está distribuída em vários biomas tais como a Amazônia, a Mata Atlântica, os Campos Sulinos, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga e na Zona Costeira Marinha.

A Zona Costeira e Marinha¹ por sua vez, ocupa, aproximadamente, três milhões de km², sob jurisdição brasileira. Possuímos uma das maiores faixas costeiras do mundo, com mais de 7.400 km entre a foz dos rios Oiapoque (04°52'45"N) e Chuí (33°45'10"S) sendo seus sistemas ambientais extraordinariamente diversos. Além de toda essa área, segundo os preceitos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, o Brasil pleiteou, junto à ONU, um acréscimo de 900 mil Km² a essa área, em pontos onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas (segundo a Convenção podendo ir até um máximo de 370 km). O pleito foi recentemente aceito elevando as águas jurisdicionais brasileiras aproximadamente a 4,5 milhões de km², cuja área total está sendo chamada, pela Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar – CIRM, de Amazônia Azul².

Nosso litoral é composto por águas frias na costa sul e sudeste e águas quentes nas costas nordeste e norte, dando suporte a uma grande variedade de ecossistemas que incluem manguezais, recifes de corais, dunas, restingas, praias arenosas, costões rochosos, lagoas e estuários, que abrigam inúmeras espécies de flora e fauna, muitas das quais endêmicas e algumas ameaçadas de extinção (MMA, 2002 a e b).

A Zona Costeira é a região de interface entre o continente e o mar, sendo dominada por processos originados nas bacias de drenagem dos rios afluentes, e por processos oceanográficos e atmosféricos. A elevada concentração de nutrientes e outros fatores ambientais como gradientes térmicos, salinidade variável e as excepcionais condições de abrigo e suporte à reprodução e alimentação dos indivíduos jovens da maioria das espécies que habitam os oceanos, fazem com que essa área desempenhe uma importante função de ligação e de trocas genéticas entre os ecossistemas terrestres e marinhos. Tal fato torna a Zona Costeira um ambiente complexo, diversificado e de extrema importância para a sustentação da vida costeira e marinha e por isso deveria ser um dos principais focos de atenção para a conservação ambiental e manutenção da biodiversidade, tanto terrestre como aquática.

Atualmente, essas regiões englobam menos de 20% da superfície do planeta, mas acomodam mais de 45% da população humana; hospedando 75% das grandes cidades com mais de 10 milhões de habitantes e produzindo cerca de 90% da pesca global. A região costeira constitui-se ainda em importante zona de produção de alimentos através da agropecuária, pesca e aquicultura; é foco de desenvolvimento industrial e de transporte; fonte significativa de recursos minerais, incluindo petróleo e gás natural; principal destino turístico em todos os continentes; e abundante reservatório de espécies e ecossistemas, dos quais depende o funcionamento do planeta.

Numerosas espécies marinhas podem ser consideradas como “produtos” para o uso direto de nós, seres humanos, para o consumo ou comércio. Os recursos vivos marinhos podem ser, além de importante fonte alimentar, componentes para fármacos, cosméticos ou outros usos médicos, fertilizantes, genes usados na biotecnologia, matéria-prima para indústrias, ou ainda para a construção civil, além de todos os usos para a aquicultura (Thorne-Miller, 1999). Além disso, mais da metade da produção mundial de petróleo é retirada dos oceanos. Nos anos 70,

foram descobertas reservas de hidrato de metano – moléculas de metano presas em cristais de água. O potencial energético desse recurso equivale ao dobro do de todo petróleo, gás natural e carvão existente.

No Brasil, a zona costeira concentra quase um quarto da população do país, em torno de 36,5 milhões de pessoas (segundo Contagem da População de 1996) abrigadas em cerca de 400 municípios, com uma densidade média de 87 hab/km², cinco vezes superior à média nacional (17 hab/km²). O número de habitantes em áreas urbanas correspondia, em 1991, a 87,66% do total, destacando-se que treze das dezessete capitais dos estados litorâneos situam-se à beira-mar. As atividades econômicas costeiras são responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional (MMA, 2007).

O aumento das populações humanas que moram, trabalham e usufruem desses recursos naturais provoca pressões que, junto a outras de caráter natural, merecem ser monitoradas e compreendidas para a preservação desse ambiente e para a manutenção da qualidade de vida humana. Prova dos efeitos negativos das pressões humanas é a perda de habitats, como áreas entremarés, restingas, manguezais, recifes de coral, entre outros ecossistemas, queda da qualidade da água costeira e dos lençóis freáticos, florações algais, declínio da pesca comercial e artesanal, diminuição dos estoques de recursos vivos e não-vivos, poluição de praias, aumento dos processos de erosão e enchentes costeiras, entre outros. As pressões à integridade e ao equilíbrio ambiental das regiões costeiras, devido aos grandes conflitos de uso, fazem destas uma das mais ameaçadas do planeta e, a conservação destes recursos tende a ser cada vez mais problemática e custosa, tanto do ponto de vista político quanto ambiental.

A fauna e flora da zona costeira compõem um sistema biológico complexo e sensível, que abriga extraordinária inter-relação de processos e pressões, exercendo um papel fundamental na maior parte dos mecanismos reguladores costeiros. Esses ecossistemas são responsáveis por ampla gama de “funções ecológicas”, tais como a prevenção de inundações, a intrusão salina e da erosão costeira; a proteção contra tempestades; a reciclagem de nutrientes e substâncias poluidoras; e a provisão de habitats e recursos para uma variedade de espécies exploradas, direta ou indiretamente (MMA, 2002).

A diversidade biológica não se encontra, contudo, igualmente distribuída ao longo dos diversos ecossistemas costeiros e marinhos. Praias arenosas e lodosas constituem, por exemplo, sistemas de baixa diversidade, abrigando organismos especializados, em função da ausência de superfícies disponíveis para fixação e pela limitada oferta de alimentos; restingas e costões rochosos encontram-se em posição intermediária, em relação à biodiversidade, enquanto as lagoas costeiras e estuários constituem sistemas férteis, servindo de abrigo e região de criadouro para numerosas espécies. Já, os manguezais apresentam elevada diversidade estrutural e funcional, atuando, juntamente com os estuários, como exportadores de biomassa para os sistemas adjacentes. Finalmente, os recifes de corais comportam uma variedade de espécies animais próxima àquela observada nas florestas tropicais úmidas e constituem-se em um dos ambientes mais diversos do planeta (Wilson, 1992; Reaka-Kudla, 1997).

Por ser uma região de transição, a zona costeira registra expressiva sobreposição territorial com os biomas Amazônico e Mata Atlântica, mantendo também interface com outros importantes biomas como a Caatinga, o Cerrado e o Pampa. Por esse motivo, ela não se caracteriza como uma unidade, nem circunscreve apenas um bioma específico, formando inúmeros complexos de ecossistemas. Apesar disso e das características tropicais e subtropicais dominantes ao longo de toda a costa, são os fenômenos regionais que definem condições oceanográficas e climatológicas próprias, capazes de determinar traços distintivos à biodiversidade.

Ao norte, na foz do rio Amazonas, o material despejado e a expansão de energia (marés, correntes, ondas, ventos) produzem, por sua magnitude, uma infinidade de processos oceanográficos interdependentes e complexos que exercem

uma forte influência sobre a distribuição dos recursos vivos da região. Os Golfões Marajoara e Maranhense representam complexos estuarinos bastante dinâmicos, sendo o caminho natural de uma grande descarga sólida. Os estuários, lagoas costeiras e manguezais estão presentes ao longo de toda a costa norte, onde são encontrados quelônios, mamíferos (com destaque para o peixe-boi-marinho), aves (ocorrência e reprodução de espécies ameaçadas de extinção, como o guará, e corredores de migração e internada para outras espécies) e peixes diversos. Nessa região, a linha da costa apresenta-se bastante diversa. O litoral do Amapá é retilíneo, enquanto no nordeste do Pará e noroeste do Maranhão, a costa apresenta-se profundamente recortada. A leste da Baía do Tubarão, no Maranhão, a linha da costa torna-se, novamente, retilínea, onde as águas oceânicas se caracterizam por sua grande transparência (El-Robrini *et al.*, 1992).

Ao largo da região Nordeste, a ausência de grandes rios e a predominância das águas quentes da Corrente Sul Equatorial determina um ambiente propício para a formação de recifes de corais, suportando uma grande diversidade biológica. Os recifes formam ecossistemas altamente diversificados, ricos em recursos naturais e de grande importância ecológica, econômica e social, abrigando estoques pesqueiros importantes e contribuindo para a subsistência de várias comunidades costeiras tradicionais (Prates, 2006). Os recifes se distribuem por cerca de 3.000 km da costa nordeste, desde o Maranhão até o sul da Bahia, constituindo os únicos ecossistemas recifais do Atlântico sul, sendo que as suas principais espécies formadoras ocorrem somente em águas brasileiras (Maida e Ferreira, 1997). O Atol das Rocas é o único atol com formação de corais no Atlântico sul, caracterizando-se como importante área de nidificação para aves marinhas tropicais e reprodução de tartarugas marinhas.

Abrangendo a mais extensa área de recifes de coral do Brasil, os recifes do Banco dos Abrolhos apresentam todas as dezoito espécies que habitam os substratos recifais do país, sendo que metade delas ocorre somente em águas brasileiras. Os quatro grandes grupos de corais: corais pétreos, corais de fogo, octocorais e corais negros têm seus representantes na área do Banco dos Abrolhos, sendo que *Mussismilia brasiliensis* e *Favia leptophylla* são endêmicas do estado da Bahia (Laborel, 1969; Leão, 1994). Desse modo, pode-se destacar a região do extremo sul da Bahia que abriga um rico e diverso mosaico de ecossistemas onde se encontram matas nativas, rios, mangues, praias, estuários, recifes de coral e ilhas marinhas. Esta grande variedade de ambientes garante a manutenção de uma elevada biodiversidade na região, notadamente no ambiente marinho onde as espécies que lá vivem e se reproduzem fazem com que o Banco dos Abrolhos assuma grande importância ambiental e sócio-econômica.

No Sudeste-Sul, a presença da Água Central do Atlântico Sul sobre a plataforma continental e a sua ressurgência eventual ao longo da costa contribuem para o aumento da produtividade. Mais ao sul, o deslocamento, na direção norte, nos meses de inverno, da Convergência Subtropical, formada pelo encontro das águas da Corrente do Brasil com a Corrente das Malvinas, confere à região características climáticas mais próximas a temperadas, influenciando profundamente na composição da fauna local.

A Zona Marinha inicia-se na região costeira e, no caso brasileiro, se estende até 200 milhas, constituindo a Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A ZEE brasileira tem uma extensão de cerca de 3,5 milhões de km², tendo como limites ao norte, a foz do Rio Oiapoque e ao sul, o Chuí, projetando-se, ainda, para leste, para incluir as áreas em torno do Atol das Rocas, Arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo, e as Ilhas da Trindade e Martin Vaz (figura 8.2.1).

A Zona Marinha é ambientalmente menos vulnerável que a costeira por oferecer grandes resistências às intervenções antrópicas, como as grandes profundidades e correntes marítimas, as tempestades e as maiores distâncias das áreas terrestres densamente ocupadas, resistências estas que se ampliam na medida em que se afasta da linha de costa.

A geomorfologia da plataforma brasileira é bastante diversificada variando de 8 km ao largo da Bahia a 370 km na região da Foz do Rio Amazonas. Na região Norte, a largura da plataforma continental varia de 146 km, ao largo do Amapá, chegando a 292 km, no Amazonas e reduzindo-se para apenas 73 km, a partir da Baía do Tubarão. As profundidades cobertas pela ZEE variam de 11 m a pouco mais de 4.000 m e a quebra de plataforma entre 75 e 80 m. A ZEE engloba, ainda, um trecho da Planície Abissal do Ceará, onde é possível observar alguns altos-fundos (Knoppers et al., 2002).

A Plataforma Continental Interna do Amazonas, entre o estuário do Rio Pará e a fronteira com a Guiana Francesa, é recoberta por depósitos lamosos que favorecem as operações de pesca com arrasto por conterem enormes depósitos de crustáceos e outros recursos pesqueiros. A região é, também, altamente influenciada pela Corrente Norte do Brasil (Corrente das Guianas), que transporta as águas da plataforma externa e do talude na direção noroeste (Kuehl, 1986). O aporte dos macronutrientes é derivado, exclusivamente, dos inúmeros estuários da região, sendo suas concentrações, geralmente, baixas na superfície a altas em profundidade, com variações espaço-temporal ainda pouco documentadas.

Na região Nordeste, a partir da foz do Rio Parnaíba, a região apresenta um perfil razoavelmente regular, quebrado apenas pelos estuários e deltas de grandes rios, notadamente o Parnaíba e o São Francisco. A plataforma continental nordestina tem uma largura média entre 36 e 55 km e a quebra de plataforma varia entre 40 e 80 m, sendo constituída, basicamente, por fundos irregulares e formações de algas calcárias. Uma característica notável da costa, especialmente entre Natal e Aracaju, é a barreira de recifes costeiros que a margeia, comentado anteriormente.

Além das ilhas oceânicas - Atol das Rocas e Arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo - uma série de bancos oceânicos rasos, com profundidades variando entre 50 e 350 m, pertencentes às Cadeias Norte-brasileira e de Fernando de Noronha, ocorrem ao largo da plataforma continental, notadamente em frente aos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. A maior parte do domínio oceânico, contudo, é formada por áreas de grande profundidade, entre 4.000 e 5.000 m, as quais correspondem às Planícies Abissais do Ceará e de Pernambuco. Na costa de Sergipe e da Bahia, o ambiente é determinado pelas características oceanográficas tropicais e a plataforma continental estreita com média em torno de 10 km, com exceção do Banco dos Abrolhos que compreende um grande alargamento da plataforma (mais de 300 Km) e é dominada por fundos irregulares com formações de algas calcárias, e que se estende até, praticamente o Cabo de São Tomé, ao norte do Estado do Rio de Janeiro (Knoppers et al., 2002).

Na região sudeste, exceção marcante é dada pela expansão da plataforma continental, na direção leste, onde sua largura pode atingir até 240 km. Essa região é formada pelos bancos submarinos das cadeias Vitória-Trindade e de Abrolhos, que provoca um desvio da Corrente do Brasil e uma perturbação da estratificação vertical trazendo água de profundidade à superfície. O enriquecimento das águas dessa área devido ao aporte de nutrientes permite a existência de recursos pesqueiros relativamente abundantes. A região entre o Cabo de São Tomé e o Cabo Frio caracteriza-se como uma faixa de transição entre o tipo de fundo calcário, dominante até então, e as extensas áreas cobertas de areia, lama e argila do Sudeste-Sul. A partir de Cabo Frio, observa-se a regularização do fluxo da Corrente do Brasil e a mudança de sua direção para sudoeste, em função da alteração da orientação da linha de costa e do alargamento da plataforma continental atingindo até 220 km de largura (Knoppers et al., 2002).

No extremo sul, a Corrente do Brasil vai se encontrar com a Corrente das Falkland/Malvinas, formando a Convergência Subtropical. Uma parte da água fria vinda do sul afunda e ocupa a camada inferior da Corrente do Brasil, ao longo do talude continental, dando origem a uma massa d'água, rica em nutrientes, com baixas temperaturas e salinidades, a Água Central do Atlântico Sul (ACAS) (Knoppers et al., 2002). Durante o verão, na região Sudeste, observa-se a penetração da ACAS sobre a plataforma continental, chegando até a zona costeira e influenciando diretamente

no aumento da produção primária. Ao sul, um ramo costeiro da Corrente das Falkland/Malvinas vai alcançar a zona eufótica sobre a plataforma continental. A disponibilidade de nutrientes, derivada dessa água e do aporte de águas de origem continental, contribui para o enriquecimento da região, favorecendo a ocorrência de importantes recursos pesqueiros. Essa caracterização demonstra a variação de ecossistemas marinhos ocorrentes nas águas jurisdicionais brasileiras.

Em relação à biodiversidade de espécies, além das que compõem os estoques pesqueiros (peixes, crustáceos, moluscos e algas) e os já citados corais, pode-se afirmar que, tanto na região costeira quanto na marinha, há grande número de espécies de mamíferos, aves e quelônios. Há registros de 43 espécies de cetáceos na ZEE brasileira, sendo que quatro delas inspiram preocupação no que se refere à conservação: a baleia franca (*Eubalaena australis*); a jubarte (*Megaptera navaeangliae*); a franciscana ou toninha (*Pontoporia blainvillei*) e o boto cinza (*Sotalia fluviatilis*). No mundo inteiro há apenas quatro espécies da ordem Sirenia, das quais duas delas ocorrem no Brasil, sendo apenas uma delas marinha: o peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*). É o mamífero aquático mais ameaçado do Brasil, com populações residuais não contínuas, de Alagoas ao Amapá, totalizando no máximo poucas centenas de indivíduos. Para os pinípedes, são conhecidas sete espécies em águas brasileiras, das quais apenas duas são relativamente comuns: leão-marinho (*Otaria flavescens*) e o lobo-marinho-do-sul (*Arctocephalus australis*). Foi constatada a presença de um elefante-marinho-do-sul (*Mirounga leonina*) no arquipélago de Fernando de Noronha, sendo considerado este o limite norte de ocorrência dos pinípedes no país (Rossi-Wongtschowski *et al.*, 2006).

Em relação às aves, segundo Rossi-Wongtschowski *et al.* (2006), foram registradas mais de 100 espécies, associadas aos sistemas costeiros e marinhos brasileiros. Das espécies de aves marinhas comumente encontradas no Brasil, algumas são residentes, outras são migrantes dos hemisférios norte e outras de regiões mais ao sul. Na região Norte há a ocorrência e reprodução de espécies ameaçadas de extinção, como o guará (*Eudocius ruber*). A região constitui, ainda, corredor de migração e internada de Charadriiformes neárticos e reprodução colonial de Ciconiiformes. A ilhas costeiras das regiões Sudeste-Sul são sítios de nidificação do trinta-réis (*Sterna spp.*), da pardela-de-asa-larga (*Puffinus lherminieri*), do tesourão (*Fregata magnificens*), do atobá (*Sula leucogaster*) e do gaiotão (*Larus dominicanus*).

No que diz respeito aos quelônios, das sete espécies de tartarugas marinhas existentes no mundo, cinco vivem nas águas brasileiras: cabeçuda ou amarela (*Caretta caretta*), verde (*Chelonia mydas*), gigante, negra ou de couro (*Dermochelys coriacea*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga pequena (*Lepidochelys olivacea*). Essas espécies buscam praias do litoral e ilhas oceânicas para a desova e também para abrigo, alimentação e crescimento.

Toda essa diversidade de ecossistemas e espécies demanda ações específicas e integradas para sua conservação. Nesse sentido podemos citar alguns avanços significativos nas políticas públicas. Com base nas decisões da Convenção de Diversidade Biológica, o governo assumiu o compromisso de elaborar um Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, o qual foi elaborado contemplando as especialidades costeiras e marinhas. O PNAP foi reconhecido pelo Decreto 5.758/2006 definindo princípios, diretrizes, objetivos e estratégias para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas, representativo e efetivamente manejado de áreas terrestres até 2010, e de áreas marinhas até 2012. Destaca-se a diretriz de que as áreas marinhas devem ser criadas e geridas visando a conservação da biodiversidade e a recuperação dos estoques pesqueiros. Uma das principais estratégias é a identificação de áreas propícias à criação de novas áreas protegidas. Nesse sentido, o processo de revisão e atualização das “Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira”, concluiu um dos objetivos de desenhar um sistema de áreas protegidas nos diversos biomas brasileiros, dentre eles a zona costeira e marinha.

8.2. Reuniões Técnicas e Processamento dos Dados

Devido à extensão territorial e a heterogeneidade biológica e ecológica da Zona Costeira e Marinha brasileira, a equipe técnica do NZCM (Núcleo da Zona Costeira e Marinha)/SBF/MMA, que coordenou todo o processo de revisão e atualização das Áreas e Ações Prioritárias, decidiu realizar quatro Reuniões Técnicas. Nessas reuniões, especialistas em biodiversidade e uso sustentável de recursos naturais dos diferentes ecossistemas costeiros e marinhos utilizaram a metodologia de Planejamento Ecorregional desenvolvida pela The Nature Conservancy, (TNC e WWF, 2006) adaptada da metodologia de Planejamento Sistemático para a Conservação – PSC (Margules e Pressey, 2000) e divididos em grupos, definiram os alvos regionais e suas respectivas ameaças e metas de conservação (veja listas dos alvos e metas no CD-ROM que acompanha essa publicação). Eles também apontaram possíveis bases de dados locais e regionais desses alvos. Para a realização das reuniões, a equipe técnica do NZCM/SBF, contou com as parcerias técnicas da TNC e CSR/IBAMA além de contar com apoios institucionais locais e regionais em cada uma das reuniões. Destaca-se o apoio financeiro dado pela TNC, pela Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA (DIFAP/IBAMA) e pela S.O.S. Mata Atlântica. As equipes técnicas e colaboradores para a fase das reuniões técnicas foram:

Equipe Técnica:

Ana Paula Leite Prates (Coordenadora do NZCM/SBF/MMA); Luis Henrique de Lima (Consultor Técnico da Zona Costeira e Marinha); Anthony Chatwin (The Nature Conservancy); Lívia de Laila Loiola (Técnica do NZCM/SBF/MMA); Daniele Blanc (Técnica do NZCM/SBF/MMA).

Colaboradores

Adriana Carvalho Fonseca (DIREC/IBAMA); Ana Lídia de Araújo Ramos (CSR/IBAMA); Beatrice Padovani Ferreira (UFPE); Claudia Cavalcanti Rocha Campos (COFAU/DIFAP/IBAMA); Eduardo Godoy (DIREC/IBAMA); Estevão Vieira Tanajura Carvalho (CSR/IBAMA); Gabriel Daldegan (TNC/Brasília); Javier Fawaz (Consultor GEF Mangue/MMA); João Luiz Nicolodi (GERCOM/SQA/MMA); Juliana Cristina Fukuda (IBAMA/Maranhão); Leandro Baumgarten (Consultor do NAPMA/SBF/MMA); Luiz Otávio Frota (DIFAP/IBAMA); Mônica Brick Peres (CEPERG/IBAMA); Raquel Barreto (CSR/IBAMA); Roberto Sforza (TAMAR/IBAMA); Rogério H. Vereza de Azevedo (DAP/SBF/MMA); Sandro Klippel (IBAMA/RS); Wigold Bertold Schaffer (Coordenador do NAPMA/SBF/MMA).

Região Sul

A primeira reunião técnica foi a da Região Sul, que ocorreu nos dias 9 e 10 de março de 2006, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, concomitantemente com a do Bioma Pampa. Ela contou com a participação de 22 especialistas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (veja lista de participantes no anexo 11.7.8) e as discussões e definições dos alvos se restringiram à faixa territorial que se estende do Arroio Chuí/RS até o Cabo de Santa Marta/SC. Durante dois dias de trabalho, os especialistas definiram os alvos regionais de conservação e suas ameaças e, as discussões foram completadas na reunião técnica do Sudeste/Sul. Para a realização desta reunião contou-se com o apoio da TNC, do NAPMA/SBF/MMA e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os especialistas, organizados em um único grupo de trabalho, definiram 50 alvos de conservação, separados em dois grandes grupos (27 de ecossistemas e 23 de espécies).

Região Norte

A Reunião Técnica da Região Norte ocorreu nos dias 24 a 26 de maio de 2006, em São Luis/MA e contou com a presença de 35 especialistas dos estados do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí (veja lista de participantes no anexo 11.7.9). A realização desta reunião contou-se com o apoio da TNC, do IBAMA/Maranhão e da Prefeitura Municipal de São Luis. Durante três dias os especialistas trabalharam na definição dos alvos e nos demais parâmetros que subsidiaram a determinação das metas de conservação de cada um dos alvos. Foram elencados 74 alvos de conservação pelos especialistas, distribuídos e organizados em dois grandes grupos - Costeiros (17 de ecossistemas e 13 de espécies) e Marinhos (14 de ecossistemas e 30 de espécies) .

Região Nordeste

A terceira reunião foi a da região Nordeste, realizada nos dias de 11 a 13 de julho de 2006, na cidade de Tamandaré/PE e contou com 48 especialistas de sete estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) (veja lista de participantes no anexo 11.7.10). No primeiro dia dividiram-se em dois grupos (Costeiro e Marinho), quando definiram os alvos de conservação. Nos dias subsequentes, focaram as atenções na caracterização dos alvos e determinação das suas principais ameaças. Essas informações foram organizadas e subsidiaram a determinação da meta de conservação de cada alvo. Nesta reunião, o NZCM teve o apoio da TNC, da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros – DIFAP/IBAMA e do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste CEPENE/IBAMA.

Os 72 alvos de conservação definidos pelos especialistas foram organizados em três grandes grupos (22 Costeiros; 17 Marinhos; 33 espécies).

Região Sudeste/Sul

A última reunião técnica ocorreu em Teresópolis/RJ, nos dias 26 a 28 de setembro de 2006, e teve colaboração de 72 especialistas de seis estados (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (veja lista de participantes no anexo 11.7.11). Nos dois primeiros dias eles se dividiram e trabalharam em dois grandes grupos (Costeiro e Oceânico), elaborando a lista de alvos de conservação e as suas respectivas ameaças. No terceiro dia, divididos em pequenos grupos, caracterizaram cada alvo e determinaram os parâmetros (status de conservação e vulnerabilidade dos alvos) a serem utilizados na determinação das metas de conservação. Nesta etapa, a equipe do NZCM teve apoio da SOS Mata Atlântica, da chefia do Parque Nacional da Serra dos Órgãos/IBAMA e, mais uma vez, contou com o apoio da TNC. Os especialistas apontaram 43 alvos de conservação, os quais foram distribuídos em dois grupos (26 alvos Costeiros e 17 alvos Oceânicos). Os especialistas em manguezais, diferentemente do que ocorreu nas demais regiões, decidiram subdividir o alvo Manguezais (feição arbórea e feição apicum) em 32 subáreas por acreditarem que essas necessitam de atenção diferenciada.

Adequação de Alvos e Metas

Após quatro reuniões técnicas, que reuniram 177 especialistas em biodiversidade e uso sustentável de recursos naturais com conhecimento nos diferentes ecossistemas costeiros e marinhos, foram apontados 239 diferentes alvos de conservação sendo 85 de ecossistemas costeiros, 55 marinhos e 99 de espécies costeiras e marinhas. É importante ressaltar que muitos desses alvos, principalmente os de ecossistemas, são apontados em mais de uma região (ex: manguezal, ilhas costeiras, praias, costões rochosos; entre outros). No caso dos alvos relacionados às espécies, vários deles foram elencados como sendo apenas um alvo, sendo possível se desdobrar em vários quando as informações espacializadas fossem disponibilizadas (ex: espécies endêmicas e ameaçadas de corais; espécies de aves ameaçadas de tabuleiros; espécies ameaçadas de extinção de invertebrados marinhos). Isso decorre do fato de que as reuniões foram totalmente independentes uma das outras e, em cada região, os especialistas tiveram total liberdade de apontar todos os alvos que julgassem pertinentes, de forma que, ao final de cada evento, tivéssemos o conjunto "ideal" de alvos a se conservar.

Por outro lado, conforme a metodologia, os especialistas foram informados que no processo de elaboração do mapa de importância biológica, seriam considerados somente os alvos de conservação que estivessem formato espacializado de distribuição (de preferência no formato de *shapefile*). Sendo assim, anteriormente à realização das reuniões técnicas, o NZCM fez grande esforço de levantamento de dados secundários georeferenciados junto a diferentes instituições governamentais (federais e estaduais) e privadas, dando início ao Banco de Dados da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha. Com a realização das reuniões, os especialistas apontaram novas Bases de Dados que foram identificadas e incorporadas ao Banco de Dados o qual foi o principal subsídio para o processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha brasileira.

Outro aspecto relevante a ser considerado, foi que diferentemente dos demais biomas que puderam contar com o Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (MMA, 2007), a equipe técnica do Núcleo Zona Costeira e Marinha decidiu mapear os principais ecossistemas costeiros. Sendo assim, concomitantemente às reuniões, técnicos do Núcleo da Zona Costeira e Marinha em parceria com os do Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA, utilizando imagens LANDSAT dos anos de 2000 a 2002, digitalizaram as restingas, praias, marismas, manguezais, estuários,

lagoas costeiras, dunas, banhados e ilhas de toda a zona costeira brasileira, em escala 1:50.000. Após a digitalização desses ecossistemas, os técnicos aferiram o trabalho sobrepondo os shapefiles obtidos com instituições federais e estaduais também com especialistas de diferentes estados, corrigindo pequenas falhas e melhorando a qualidade final do mapeamento.

A obtenção das metas de conservação de cada alvo deu-se através aplicação da metodologia de Planejamento Ecorregional (TNC). Durante as Reuniões Técnicas, além da definição dos alvos, os especialistas analisaram ainda a Condição Atual de Conservação e a Vulnerabilidade de cada alvo. Para isso, foram definidas as Características Ecológicas Chaves (CEC) de cada um dos alvos (Biodiversidade; Conectividade entre ecossistemas; Estrutura da comunidade; Regime de sedimentação; entre outros), características essas que fossem julgadas essenciais pelos especialistas, para a avaliação da "saúde biológica" do alvo. O próximo passo foi a determinação da Condição Atual de cada alvo, feita a partir da classificação de cada CEC utilizando as seguintes categorias: Muito bom (MB); Bom (B); Regular (R); Péssimo (P). Posteriormente, essa classificação recebeu valores numéricos (MB = 4,0; B = 3,5; R = 2,5; P = 1,0), e a partir da média aritmética das CECs obteve-se o valor da Condição Atual de cada alvo (valor que variou de 1,0 a 4,0).

Para determinar a Vulnerabilidade, os especialistas, por meio de questionários, determinaram as principais ameaças para cada um dos alvos Costeiros e Marinhos separadamente. Para determinar a vulnerabilidade de cada alvo, classificou-se o grau de influência de cada uma das principais ameaças (80% dos apontamentos) às CECs, utilizando a seguinte classificação: Alta (A); Moderada (M); Baixa (B); Insignificante (I). Novamente essa classificação foi substituída por valores numéricos (A = 4,0; M = 3,5; B = 2,5; I = 1,0) e, a partir da média aritmética das CECs obteve-se o valor da Vulnerabilidade do alvo. Calculou-se então a média aritmética da Condição Atual e da Vulnerabilidade de cada alvo e fez-se a distribuição das médias dos alvos de forma a possibilitar a criação de classes de variação. Durante as Reuniões Técnicas os especialistas determinaram o número de classes de variação das metas (3 ou 4), e também o valor mínimo e máximo delas. É importante salientar que a substituição das categorias por valores numéricos e os cálculos das médias foi uma etapa posterior às Reuniões Técnicas.

De posse das metas e das Bases de Dados dos alvos partiu-se para a elaboração dos mapas de Importância Biológica das três regiões (Norte; Sudeste/Sul; Nordeste). Para tal, foram utilizados hexágonos de 6.000 ha como Unidades de Planejamento (UPs), que foram gerados com a extensão *Patch Analyst*. Apenas as Unidades de Conservação de Proteção Integral tiveram os hexágonos em seu interior dissolvidos. Para as demais UCs e para as Terras Indígenas, os contornos foram inseridos na base das UPs, mantendo-se os hexágonos. Os mapas de Importância Biológica das Zonas Costeiras (Norte; Sudeste; Nordeste) fornecidos aos Grupos de Trabalho nas reuniões regionais são o resultado dos Mapas de Insubstituibilidade gerados pelo C-Plan que, posteriormente, subsidiaram o mapa com a Melhor Solução do MARXAN na busca para atingir as metas de conservação de todos os alvos costeiras. No caso dos Mapas de Importância Biológica da Zona Marinha, o processo se restringiu aos mapas de insubstituibilidade do C-Plan.

Apesar de todo o esforço e da enorme participação de inúmeras instituições e pesquisadores nas reuniões no fornecimento de informações, não foi possível contemplar todos os alvos apontados nas listas regionais.

8.3. Reuniões Regionais

A consolidação do processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha, deu-se através da realização de três Reuniões Regionais. Visando a participação de toda a sociedade nas respectivas reuniões, foram convidados representantes de diferentes entidades (governos federal, estaduais e municipais; setor privado; organizações da sociedade civil; universidades e centros de pesquisa).

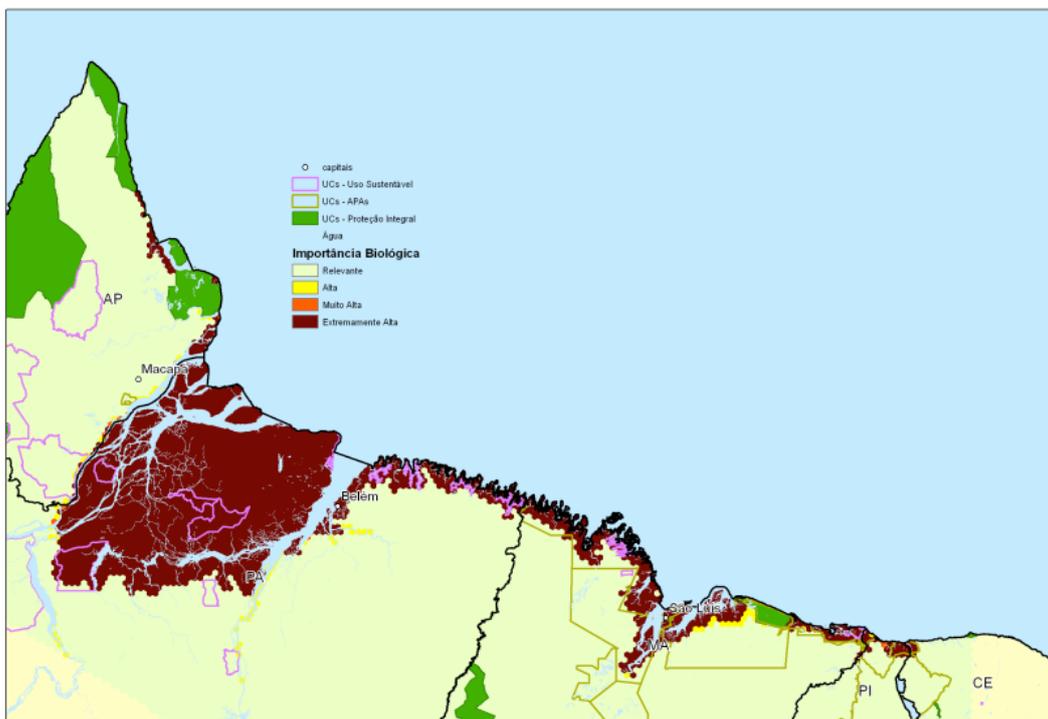


Figura 8.2.2 a

Por uma questão metodológica e também logística, os três eventos da Zona Costeira e Marinha ocorreram em parceria com os de outros Biomas: para a região

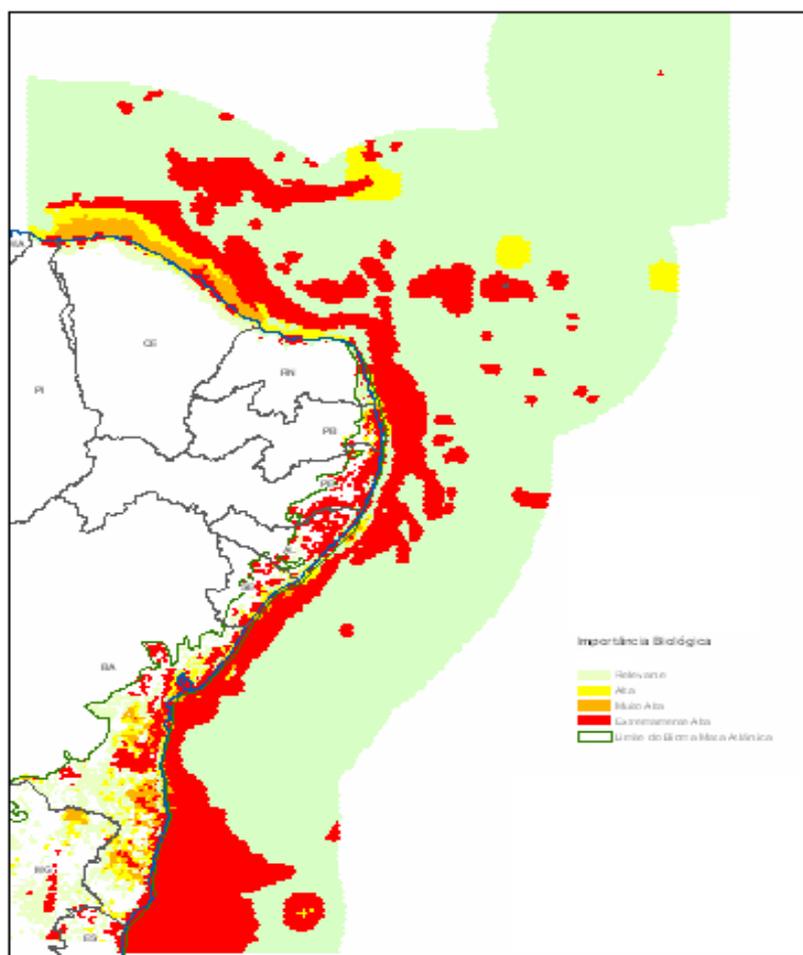


Figura 8.2.2 b

Norte foi realizado com a equipe do Bioma Amazônia e no Nordeste e Sudeste/Sul

com a equipe do Núcleo da Mata Atlântica e Pampa. Cada uma das equipes técnicas

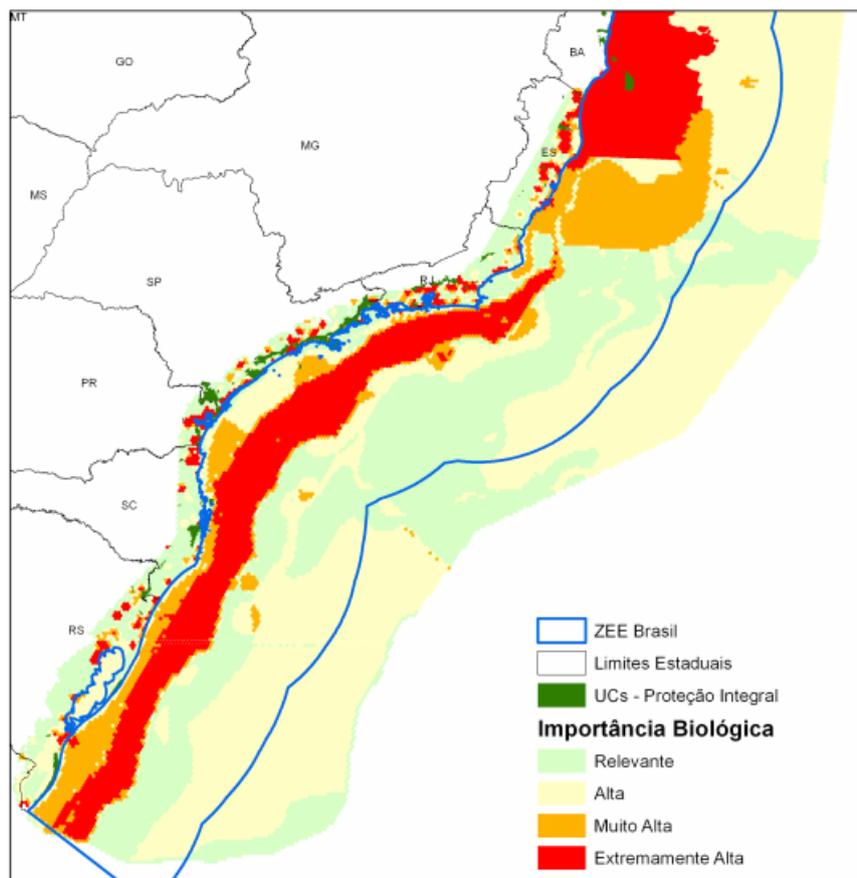


Figura 8.2.2c

Figura 8.2.2 – Mapas de Importância Biológica para a Zona Costeira e Marinha. a) Norte; b) Nordeste; c) Sudeste/Sul.

está descritas a seguir e a lista completa dos participantes de cada reunião em anexo.

Para subsidiar os participantes dos três eventos, preparou-se uma base de dados completa, reunindo informações gerais e específicas de cada região:

- Conjunto de Imagens Landsat de 2000 a 2002: fonte NASA, MMA e CSR/IBAMA
- Base Cartográfica do IBGE - 1:1.000.000 (2001): com informações estraviário, hidrografias, acidentes naturais;
- Base dos Municípios do IBGE - 1:500.000 (2001): com informações de limites administrativos das sedes municipais;
- Base de Bacias Hidrográficas da ANA: com o mapa de sub-bacias hidrográficas – nível 3.
- Mapa dos principais ecossistemas costeiros e marinhos: (manguezais; lagoas costeiras; banhados; várzeas; dunas praias; restingas; ilhas costeiras e oceânicas; etc) interpretados sobre imagem de satélite (parceria CSR/MMA) e complementados com informações de outras instituições;
- Áreas Prioritárias do PROBIO: Áreas identificadas nos subprojetos do PROBIO e reconhecidas pelo Decreto no. 5092, de 21 de maio de 2004 e

instituídas pela Portaria no. 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente;

- Unidades de Conservação e Terras Indígenas: Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação de âmbito federal e estadual (DAP/SBF/MMA) e mapa das terras indígenas;
- Mapa digitalizado do Projeto REMAC: Mapa de Reconhecimento Global da Margem Continental Brasileira – CENPES/Petrobrás (1979);
- Modelo Digital de Terreno da NASA: com definição de 90 m;
- Base de Dados da ANP: Mapa das bacias sedimentares terrestres e marinhas; Áreas de Perfuração, Sísmica e Produção; Áreas de Influência com Vórtices; Blocos de Produção; Blocos da 8ª Rodada.
- Proposta preliminar das novas áreas prioritárias: geradas através da análise do mapa de importância biológica.
- Mapa de Importância Biológica: gerado a partir dos Alvos e Metas de Conservação definidos pelos especialistas durante as reuniões técnicas regionais.

Além da base de dados preparada pelo MMA, foram incorporados dados adicionais fornecidos pelos participantes durante o evento (ex: localização de recifes profundos - dados do Museu Nacional/UFRJ; banco de esponjas – dados UFCE; limites de unidades de conservação estaduais ou municipais não constantes no Cadastro Nacional de UCs, entre outros), dados estes que auxiliaram os grupos na identificação, caracterização, priorização e proposição de ações para as áreas prioritárias.

Reunião da Região Norte

O primeiro evento foi o da Região Norte, realizado entre os dias 6 e 8 de novembro de 2006, na cidade de Belém/PA, e contou com a participação de 74 pessoas, representantes das mais diversas instituições dos estados do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí (veja lista de participantes no anexo 11.8.11). Os participantes foram distribuídos em 3 Grupos de Trabalho: Amapá e Pará; Maranhão e Piauí e a Zona Marinha.

Conforme mencionado anteriormente, essa reunião ocorreu em parceria com a do Bioma Amazônia e contou com o apoio do Projeto ARPA. O principal objetivo dessa parceria foi a obtenção de resultados que expressassem e preservassem ao máximo o processo natural de transição da Floresta Amazônica para os ecossistemas da Zona Costeira nos estados do Amapá e Pará.

A reunião regional da Zona Costeira e Marinha da região Norte, foi precedida de uma reunião preparatória das demandas sociais das comunidades de pescadores tradicionais ou artesanais, com duração de um dia. O objetivo desta reunião foi organizar, em uma única proposta, todas as demandas para criação de UCs de uso sustentável reunidas por diferentes organizações: IBAMA (DISAM), ISA, CNS, MONAP e CPP. Esta reunião contou com o ISA como principal organizador, tendo para isso recebido o apoio do Projeto ARPA. A proposta final desta reunião foi então levada e discutida nos GTs da Reunião Regional e as demandas em que houve consonância foram incorporadas no escopo final das Áreas e Ações Prioritárias.

Equipe Técnica

Marcos Reis Rosa (Coordenador Geral); Ana Paula Leite Prates (Coordenadora da ZCM – NZCM/SBF); Luis Henrique de Lima (Coordenador Técnico – NZCM/MMA); Sandra Flores Nunes (Coordenadora de Geoprocessamento da ZCM – NZCM/SBF); Danielle Blanc (Facilitadora - NZCM/SBF); Hélio Jorge Cunha (Facilitador – DCBio/SBF); Gabriel Daldegan (Geoprocessamento - TNC); Leonel Graça Generoso Pereira (Facilitador – SBF/MMA); Luis Otávio Frota (Facilitador – DIFAP/IBAMA); Paula Hanna

Valdujo (Facilitadora – NCP/SBF); Roberto Sforza (Facilitador – TAMAR/IBAMA); Ana Lúcia de Araújo Ramos (Geoprocessamento – CSR/IBAMA); Raquel Barreto (Geoprocessamento – CSR/IBAMA); Renato Prado dos Santos (Geoprocessamento – SBF/MMA); Daniel de Oliveira Wiechers (Apoio – DCBio/SBF);

Reunião da Região Sudeste/Sul

A segunda reunião foi a da Região Sudeste/Sul realizado entre os dias 21 e 23 de novembro de 2006, na cidade do Rio de Janeiro/RJ com a participação de 133 pessoas. Os participantes da reunião representaram as mais diversas instituições dos três setores da sociedade: Governo (Federal; Estadual; Municipal); Setor Privado; e Sociedade Civil (veja lista de participantes no anexo 11.8.8).

A exemplo do que ocorreu na reunião da região Norte, estes eventos ocorreram em parceria com o bioma Mata Atlântica e buscaram preservar o processo natural de transição deste bioma com o bioma Pampa e os ecossistemas da Zona Costeira. Para atingir este objetivo, a dinâmica de formação dos Grupos de Trabalho foi diferenciada por reunião, enquanto na região Sudeste/Sul utilizou-se os estados como base dos GTs, na do Nordeste a divisão estruturou-se nas características regionais, buscando respeitar as peculiaridades geográficas, sociais e ecológicas.

Os participantes da reunião do Sudeste/Sul foram distribuídos em oito grupos, dos quais quatro (Litoral de São Paulo; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) discutiram e definiram as áreas costeiras e dois (ZEE sul do Chuí/RS até o Cabo de Santa Marta/SC e Cabo de Santa Marta/SC até a divisa dos estados do Espírito Santo e Bahia) as áreas marinhas. Os outros dois grupos (Minas Gerais e Interior de São Paulo) trabalharam nas áreas de domínio da Mata Atlântica ou deste bioma em transição com outros.

Equipe Técnica da Reunião do Sudeste/Sul

Marcos Reis Rosa (Coordenador Geral); Ana Paula L. Prates (Coordenadora da ZCM - NZCM/SBF); Wigold Schaffer (Coordenador do NAPMA/SBF); Luis Henrique de Lima (Coordenador Técnico – NZCM/MMA); Leandro Baumgarten (Coordenador Técnico do Bioma Mata Atlântica – NAPMA/SBF); Cristhiane Holvorcem (Facilitadora – NAPMA/SBF); Daniele Blanc (Facilitadora – NZCM/SBF); Leonel Graça Generoso Pereira (Facilitador – SBF/MMA); Luis Fernando Barros (Facilitador – NAPMA/SBF); Maria Carolina Hazim (Facilitadora – NZCM/SBF); Marina Landeiro (Facilitadora – DCBio/SBF); Ricardo Brochado Alves da Silva (Facilitador e Geoprocessamento – NAPMA/SBF); Rogério H. Vereza de Azevedo (Facilitador e Geoprocessamento – DAP/SBF); Sandra Nunes Flores (Coordenadora de Geoprocessamento – NZCM/MMA); Ana Lúcia de Araújo Ramos (Geoprocessamento – CSR/IBAMA); Helio Jorge da Cunha (Facilitador – DCBio/SBF); Raquel Barreto (Geoprocessamento – CSR/IBAMA); Renato Prado dos Santos (Geoprocessamento – SBF/MMA); Viviane Mazin (Geoprocessamento – NAPMA/SBF); Raquel Monti Henkin (Logística – SECEX/MMA); Francoli Thiago Reis (Apoio – DCBio/MMA); Daniel de Oliveira Wiechers (Apoio – DCBio/MMA).

Reunião da Região Nordeste

O terceiro e último evento da Zona Costeira e Marinha foi o da Região Nordeste, realizado em Salvador/BA, entre 5 e 7 de dezembro de 2006, com a presença de 74 pessoas, englobando dos estados do Ceará até Bahia. Os participantes da reunião representaram as mais diversas instituições dos três setores da sociedade: Governo (Federal; Estadual; Municipal); Setor Privado; e Sociedade Civil (veja lista de participantes no anexo 11.8.9).

Na reunião do Nordeste, do mesmo modo que na reunião do sudeste/sul, foram formados sete grupos de trabalho conjuntos entre zona costeira e mata atlântica, sendo cinco terrestres e dois marinhos. Dentre os terrestres (porção

oriental do Rio Grande do Norte até Alagoas; Sergipe e norte da Bahia; Salvador/BA a Canavieiras/BA; Belmonte/BA a divisa com o Espírito Santo), apenas um grupo (Ceará e porção setentrional do Rio Grande do Norte) não continha áreas com Mata Atlântica. As áreas marinhas foram definidas por dois grupos: ZEE do Ceará até a de Alagoas; e ZEE de Sergipe e Bahia.

Equipe Técnica da Reunião do Nordeste

Marcos Reis Rosa (Coordenador Geral); Ana Paula L. Prates (Coordenadora da ZCM - NZCM/SBF); Wigold Schaffer (Coordenador do NAPMA/SBF); Luis Henrique de Lima (Coordenador Técnico - NZCM/MMA); Leandro Baumgarten (Coordenador Técnico do Bioma Mata Atlântica - NAPMA/SBF); Cristhiane Holvorcem (Facilitadora - NAPMA/SBF); Daniele Blanc (Facilitadora - NZCM/SBF); João Luis F. Ferreira (Facilitador - NZCM/MMA); Luis Fernando Barros (Facilitador - NAPMA/SBF); Ricardo Brochado Alves da Silva (Facilitador e Geoprocessamento - NAPMA/SBF); Rogério H. Vereza de Azevedo (Facilitador e Geoprocessamento - DAP/SBF); Sandra Nunes Flores (Coordenadora de Geoprocessamento - NZCM/MMA); Ana Lídia de Araújo Ramos (Geoprocessamento - CSR/IBAMA); Helio Jorge da Cunha (Facilitador - DCBio/SBF); Raquel Barreto (Geoprocessamento - CSR/IBAMA); Renato Prado dos Santos (Geoprocessamento - SBF/MMA); Viviane Mazin (Geoprocessamento - NAPMA/SBF); Raquel Monti Henkin (Logística - SECEX/MMA); Francoli Thiago Reis (Apoio - DCBio/MMA); Daniel de Oliveira Wiechers (Apoio - DCBio/MMA).

8.4. Resultados

Após 18 meses de trabalho intenso, 4 reuniões técnicas e 3 regionais, concluiu-se o processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha brasileira (veja lista das Áreas Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha nos anexos 11.9.7 e 11.9.8). Como todo esse processo de atualização teve como base o Mapa de Biomas do IBGE, as áreas referentes à Zona Costeira foram discutidas e definidas em associação com os biomas nos quais apresentam algum tipo de interface.

Conforme mostra a tabela 8.4.1, as áreas prioritárias da Zona Costeira foram distribuídas em cinco Biomas: Mata Atlântica; Amazônia; Caatinga; Cerrado; Pampa. A Mata Atlântica com 301 áreas e a Amazônia com 110 áreas são os biomas com maior interface com a Zona Costeira, respondendo por 59,3 e 21,7%, respectivamente, do total das áreas. Quando analisada a totalidade da extensão das áreas prioritárias da Zona Costeira (432.234 km²), observa-se uma inversão, pois a maior área de transição é a do bioma Amazônia com 238.414 km², seguida pela da Mata Atlântica, 133.324 km². Os biomas da Caatinga, Pampa e Cerrado, com respectivamente 39.119 km², 17.363 km² e 4.010 km², complementam essa lista (veja mapa de Áreas Prioritárias da Zona Costeira e Marinha na figura 8.4.1 e mapa em anexo).

Tabela 8.4.1. - Distribuição das áreas prioritárias da Zona Costeira nos cinco biomas de interface (Amazônia; Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica; Pampa).

Bioma	Nº de Áreas	% das Áreas	Área (Km2)	% Área Total
Amazônia	110	21,7	238.417	55,2
Mata Atlântica	301	59,3	133.324	30,8
Caatinga	54	10,7	39.119	9,1
Pampa	30	6,1	17.363	4,0
Cerrado	11	2,2	4.010	0,9
TOTAL	506		432.234	

O mapa das Áreas Prioritárias Atualizadas da Zona Costeira e Marinha é composto por 608 áreas, das quais 506 costeiras e 102 marinhas. Quando analisada a extensão territorial dessas áreas, observa-se que 74,2% são áreas novas e 25,8% áreas já protegidas (UCs ou TIs). Em comparação aos resultados da avaliação de 1999, realizada em Porto Seguro/BA, houve grandes mudanças no número e na extensão territorial das áreas prioritárias, tanto da Zona Costeira quanto da Marinha (Tabela 8.4.2). Na Zona Costeira, houve um grande salto no número e na extensão territorial das áreas prioritárias, passando de 151 áreas (147.461 Km²) no processo anterior, para 506 (432.234 Km²) no atual. Grande parte dessas diferenças é decorrente de dois fatores: o primeiro, derivado da melhor qualidade dos dados atuais utilizados para a definição das áreas (dados georeferenciados); o segundo de origem metodológica, uma vez que, em 1999, as áreas da Zona Costeira foram analisadas separadamente dos biomas das áreas de transição com os demais biomas (Amazônia; Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica e Pampa).

Em relação ao Grau de Importância Biológica, mais da metade (51,2%) das áreas novas da Zona Costeira, referendadas nos seminários regionais, foram classificadas na categoria de extremamente alta, enquanto que 25,1% foram consideradas muito alta e 21,9% como de alta importância. Somente 1,8% das áreas novas foram consideradas com insuficientemente conhecidas. Por outro lado, nas áreas protegidas, a distribuição por categoria foi muito diferente uma vez que, quase 85% dessas áreas foram classificadas como de importância extremamente alta. Completaram esta classificação as categorias muito alta com 11,6% das áreas protegidas, alta com 3,8% e insuficientemente conhecidas com apenas 1,3% (Tabela 8.4.2). Apesar de, no processo atual ter havido grande aumento no número e na extensão territorial das áreas novas, quando comparada a categorização do grau de importância biológica dos dois processos, o atual mostra uma melhor distribuição nas categorias. Em 1999, a categoria extremamente alta foi indicada para 122.278 Km² (82,5%) das áreas prioritárias, ao passo que em 2007, essa mesma categoria foi designada para 164.129 Km² (51,2%) das áreas novas.

Tabela 8.4.2. – Distribuição do número e da extensão territorial das áreas prioritárias da Zona Costeira, por categoria de Importância Biológica, nos processos de 1999 e 2006.

Grau de Importância Biológica na Zona Costeira	Novas 2006			Protegidas 2006			Total 1999		
	nº de áreas	Área (Km ²)	%	nº de áreas	Área (Km ²)	%	nº de áreas	Área (Km ²)	%
Alta	73	70.286	21,9	38	4.190	3,8	12	12.643	8,5
Muito Alta	84	80.296	25,1	20	12.987	11,6	36	10.387	7,0
Extremamente Alta	141	164.129	51,2	124	93.021	83,3	90	122.278	82,5
Insuficientemente Conhecida	16	5.845	1,8	10	1.479	1,3	13	3.020	2,0
Total	314	320.557	74,2	192	111.678	25,8	151	148.327	

A análise das áreas prioritárias da Zona Marinha também mostrou grande aumento no número e extensão territorial das áreas, passando de 31 áreas (944.872 Km²) no processo de 1999, para 102 áreas (3.344.658 Km²) em 2007 (Tabela 8.4.3). O acúmulo de conhecimento e a melhoria da qualidade das informações técnicas da região marinha, principalmente da Plataforma e do Talude Continentais (Projeto REVIZEE; Biota/SP; Programa de Observador de Bordo entre outros), possibilitaram aos especialistas e gestores um maior detalhamento das áreas prioritárias. Em relação ao aumento da extensão territorial, isso decorreu da decisão técnica de adotar os limites da ZEE no processo de definição das áreas. Desse modo, podemos dizer que foi realizado um grande zoneamento em prioridades de conservação da biodiversidade dentro dos limites da Zona Econômica Exclusiva - ZEE do Brasil.

No processo atual das áreas prioritárias da Zona Marinha, 16,6% do total das áreas foram classificadas como extremamente alta 12,4% como muito alta e 7% alta. O fato de 64% das áreas prioritárias marinhas terem sido consideradas

insuficientemente conhecidas pode, num primeiro momento, causar estranheza. No entanto, esse resultado reflete claramente a realidade da falta de conhecimento da biodiversidade marinha nas regiões mais profundas e afastadas da costa, uma vez que os estudos realizados dentro do Projeto REVIZEE, com algumas exceções, não ultrapassaram a profundidade de 2.000 m. Quando comparados os resultados dos dois processos, a despeito do aumento da área total analisada, observa-se que no processo atual, a categorização do grau de importância biológica mostrou melhor distribuição entre as categorias (Tabela 8.4.3).

Tabela 8.4.3. – Distribuição do número e da extensão territorial das áreas prioritárias da Zona Marinha, por categoria do Grau de Importância Biológica, nos processos de 1999 e 2006.

Grau de Importância Biológica na Zona Marinha	Áreas 2006			Total 1999		
	Nº de áreas	Área (Km2)	%	nº de áreas	Área (Km2)	%
Alta	9	234.157	7,0	1	102.028	10,6
Muito Alta	19	413.116	12,4	8	279.944	29,2
Extremamente Alta	58	555.249	16,6	18	435.846	45,5
Insuficientemente Conhecida	16	2.142.136	64,0	4	140.947	14,7
Total	102	3.344.658		31	958.766	

Em relação à principal ação prioritária, as mais recomendadas foram a criação de UC de Uso Sustentável e a criação de UC para definir posteriormente, indicadas para 28,1% das novas áreas costeiras. Esse número, somado a 6,3% das áreas designadas para a criação de UC de Proteção Integral reflete claramente a preocupação da sociedade em conservar os recursos naturais da Zona Costeira (Tabela 8.4.4). As indicações de recuperação de áreas degradadas e/ou de espécies ameaçadas e da criação de mosaicos e corredores ecológicos para 15,2% das áreas novas costeiras reforçam essa necessidade de proteção e indicam caminhos para reverter o quadro de destruição e fragmentação dos ecossistemas costeiros. Por outro lado, a recomendação de Ordenamento Pesqueiro para 8,7% das áreas expõem a necessidade iminente de melhorar e integrar os sistemas de gestão dos recursos pesqueiros. O conjunto das principais ações prioritárias fortalece ainda mais a posição e os esforços dos governos federal e estaduais no sentido de criar novas UCs e implementar políticas públicas mais eficientes que promovam a conservação e o uso sustentável desses recursos naturais dos ecossistemas costeiros.

Em termos de conservação da biodiversidade da Zona Marinha, a situação é muito crítica, pois atualmente, há apenas 6 UCs Marinhas (Federais e Estaduais), distribuídas em apenas 0,2% (7.333 km²) do total das áreas prioritárias marinhas (Tabela 8.4.5). Ainda dentro dessa linha de áreas marinhas protegidas, os resultados da atualização das áreas prioritárias recomendaram a criação de 22 novas UCs, sendo 14 delas com categoria a ser definida posteriormente a categoria, 1 de Proteção Integral e 7 de Uso Sustentável, totalizando apenas 5,1% das áreas prioritárias marinhas. A extensão da ZEE, a falta de infra-estrutura e de recursos são as maiores dificuldades de gestão das UCs Marinhas e podem ser as razões desses acanhados números. Por outro lado, as ações prioritárias mais indicadas foram o fomento ao uso sustentável dos recursos marinhos, o ordenamento pesqueiro e a definição de áreas de exclusão de pesca, que somadas respondem por 70,2% das áreas novas marinhas. Esses números, juntamente com os resultados dos últimos estudos das pescarias e estoques pesqueiros, mostram que as atuais medidas de manejo e ordenamento da pesca não tem evitado a sobreexploração e os conflitos entre grupos de pescadores. Sendo assim, faz-se necessária a mudança de paradigma sobre o processo de gestão, utilizando ferramentas como: áreas de exclusão de pesca; medidas participativas de proteção dos estoques; acordos de pesca; co-gestão e compartilhamento de responsabilidade no manejo desses recursos.

Tabela 8.4.4. - Distribuição da principal ação prioritária indicada para as áreas da Zona Costeira brasileira.

Ação Prioritária na Zona Costeira	Número de Áreas	Área (km2)	% da Área Total
Criação de UC – Uso Sustentável	45	76.853	17,8
Criação De UC – Categoria Indefinida	58	44.530	10,3
Ordenamento Pesqueiro	12	37.404	8,7
Recuperação de Áreas Degradadas	49	33.237	7,7
Criação de Mosaico/Corredor	42	32.597	7,5
Criação de UC – Proteção Integral	42	27.029	6,3
Ordenamento Territorial	12	19.297	4,5
Manejo de Bacia Hidrográfica	2	14.399	3,3
Sem informação	17	14.296	3,3
Fomento ao Uso Sustentável	9	9.646	2,2
Inventário Biológico	16	6.424	1,5
Definição Área de Exclusão de Pesca	3	2.817	0,7
Outras Ações	1	1.277	0,3
Reconhecimento de Áreas Indígenas/ Quilombolas	2	429	0,1
Educação Ambiental	4	322	0,1
TOTAL NOVAS	314	320.557	74,2
Áreas Já Protegidas	192	111.678	25,8
TOTAL	506	432.234	

Tabela 8.4.5. - Distribuição da principal ação prioritária indicadas para as áreas da Zona Marinha brasileira.

Ação Prioritária da Zona Marinha	Número de Áreas	Área (km2)	% da Área Total
Fomento ao Uso Sustentável	8	1.350.029	40,3
Ordenamento Pesqueiro	20	677.966	20,3
Inventário Biológico	12	545.453	16,3
Definição de Áreas de Exclusão de Pesca	20	321.687	9,6
Criação UC – Categoria Indefinida	14	157.931	4,7
Formação de Mosaico/Corredor	6	151.062	4,5
Outras Ações	4	69.837	2,1
Recuperação de Áreas Degradadas	3	23.591	0,7
Criação de UC – Proteção Integral	1	22.858	0,7
Criação de UC – Uso Sustentável	7	15.543	0,5
Ordenamento Territorial	1	1.368	0,1
TOTAL NOVAS	96	3.337.325	
Áreas já Protegidas	6	7.333	0,2
TOTAL	102	3.344.658	

Quando analisadas todas as ações indicadas para as áreas novas costeiras, observa-se que as ações mais recomendadas foram fiscalização e Educação Ambiental, indicadas para 191 e 184 áreas, respectivamente. Esses seriam os principais instrumentos que a sociedade recomenda para reverter o processo de destruição dos recursos naturais e minimizar os inúmeros conflitos de uso da Zona Costeira. Embora, poucas áreas tenham sido consideradas insuficientemente conhecidas, a recomendação de inventário biológico para 166 áreas novas, pode estar relacionada ao fato da sociedade considerar esses estudos como subsídios para outras ações complementares. Outras ações bastante recomendadas como a criação de mosaicos e corredores ecológicos (109 áreas), a recuperação de áreas degradadas e/ou de populações de espécies ameaçadas (157 áreas) e o fomento a atividades econômicas sustentáveis (90 áreas), também refletem a preocupação

com os problemas socioambientais, a fragmentação de habitats e a perda de biodiversidade na Zona Costeira (Tabela 8.4.6).

Tabela 8.4.6. - Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas novas da Zona Costeira brasileira.

Tipo de Ação Prioritária na Zona Costeira	Número de Áreas	Área (Km²)
Fiscalização	324	267.210
Educação Ambiental	286	231.233
Inventário Biológico	244	216.022
Criação de Mosaico/Corredor	183	197.589
Recuperação de Áreas Degradadas	225	153.605
Fomento ao Uso Sustentável	141	130.518
Estudos Sócioantropológicos	101	116.420
Estudos do Meio Físico	128	105.669
Recuperação de Espécies Ameaçadas e Sobreexplotadas	103	101.559
Manejo de Recursos Biológicos	166	99.847
Criação de UC - Uso Sustentável	53	95.984
Ordenamento Pesqueiro	53	50.785
Criação de UC - Categoria Indefinida	44	34.702
Criação de UC - Proteção Integral	35	21.701
Criação de Área de Exclusão de Pesca	4	3.205

A tabela 8.4.7, que traz os resultados da análise da totalidade das ações prioritárias da Zona Marinha mostra que, praticamente toda a ZEE carece de maiores estudos uma vez que, as duas principais ações indicadas foram inventário biológico (81 áreas - 3.179.893 Km²) e estudos do meio físico (79 áreas - 3.178.481 Km²). A recuperação de espécies ameaçadas (32 áreas - 1.732.254 Km²), o fomento a atividades econômicas sustentáveis (40 áreas e 1.720.834 Km²) e a fiscalização (67 áreas - 1.011.698 Km²) traduzem diretamente a necessidade de mecanismos de gestão e controle mais eficientes que promovam a uso sustentável e a recuperação das populações de espécies sobreexplotadas ou plenamente. Outro aspecto dessa análise é traduzido pelas indicações de ordenamento pesqueiro e criação de área de exclusão de pesca, que englobam, respectivamente, 50 e 27 áreas do total da Zona Marinha. Esses resultados, somados aos da análise das ações prioritárias demonstram a preocupação da sociedade em reverter à grave crise no setor pesqueiro através de políticas públicas e mecanismos de gestão mais eficientes que praticados atualmente.

Tabela 8.4.7. - Distribuição de todas as ações prioritárias indicadas para as áreas novas da Zona Marinha brasileira.

Tipo de Ação Prioritária na Zona Marinha	Número de Áreas	Área (Km²)
Inventário Biológico	81	3.179.893
Estudos do Meio Físico	79	3.178.481
Recuperação de Espécies Ameaçadas e Sobreexploradas	32	1.732.254
Fomento ao Uso Sustentável	40	1.720.834
Ordenamento Pesqueiro	50	1.278.748
Fiscalização	67	1.011.698
Criação de Mosaico/Corredor	34	506.400
Criação de Área de Exclusão de Pesca	27	417.886
Educação Ambiental	29	209.465
Criação de UC - Categoria Indefinida	15	165.116
Estudos Sócioantropológicos	8	134.570
Manejo de Recursos Biológicos	18	70.954
Recuperação de Áreas Degradadas	10	35.616
Criação de UC - Proteção Integral	1	22.858
Criação de UC - Uso Sustentável	6	11.715

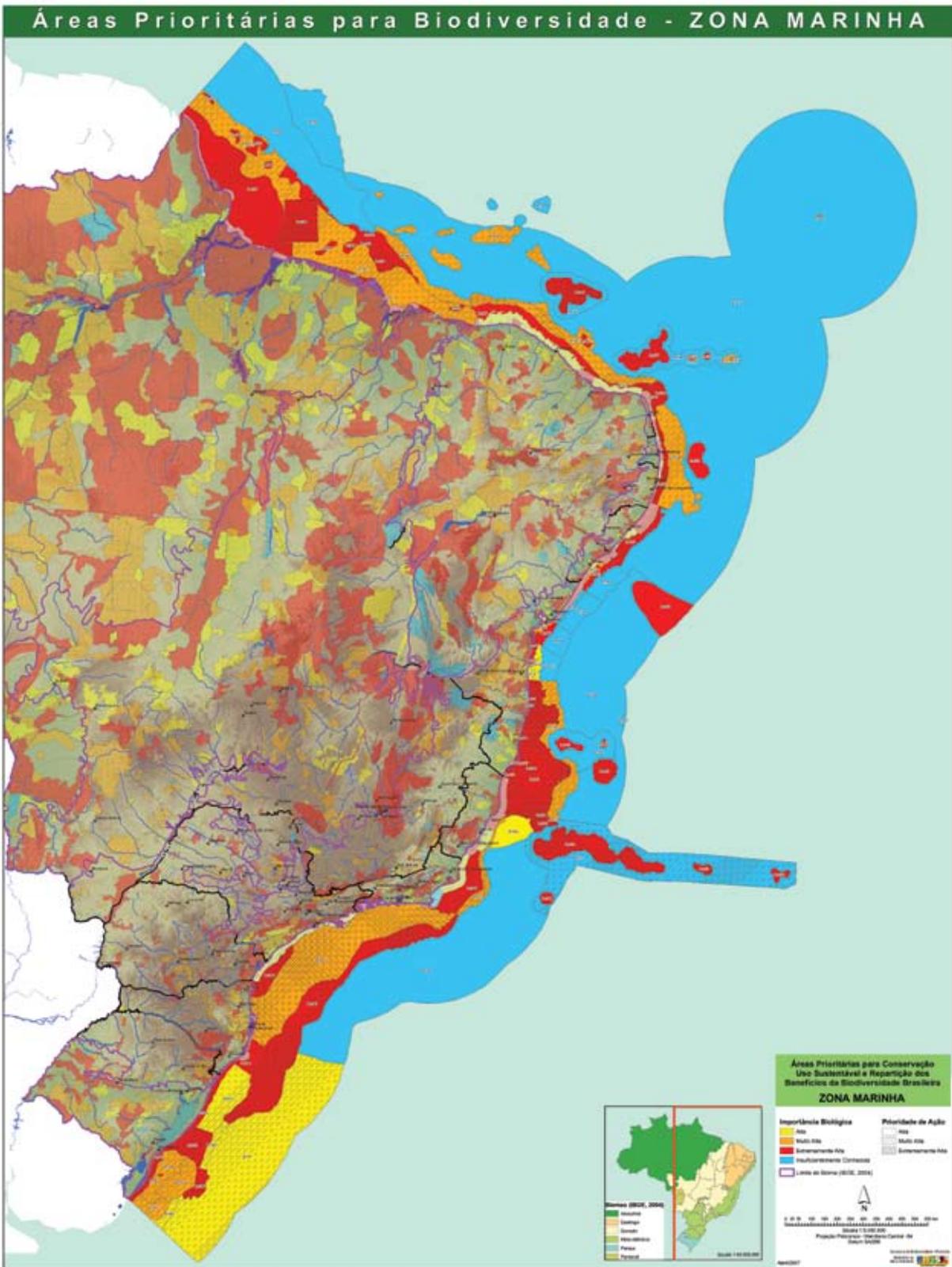
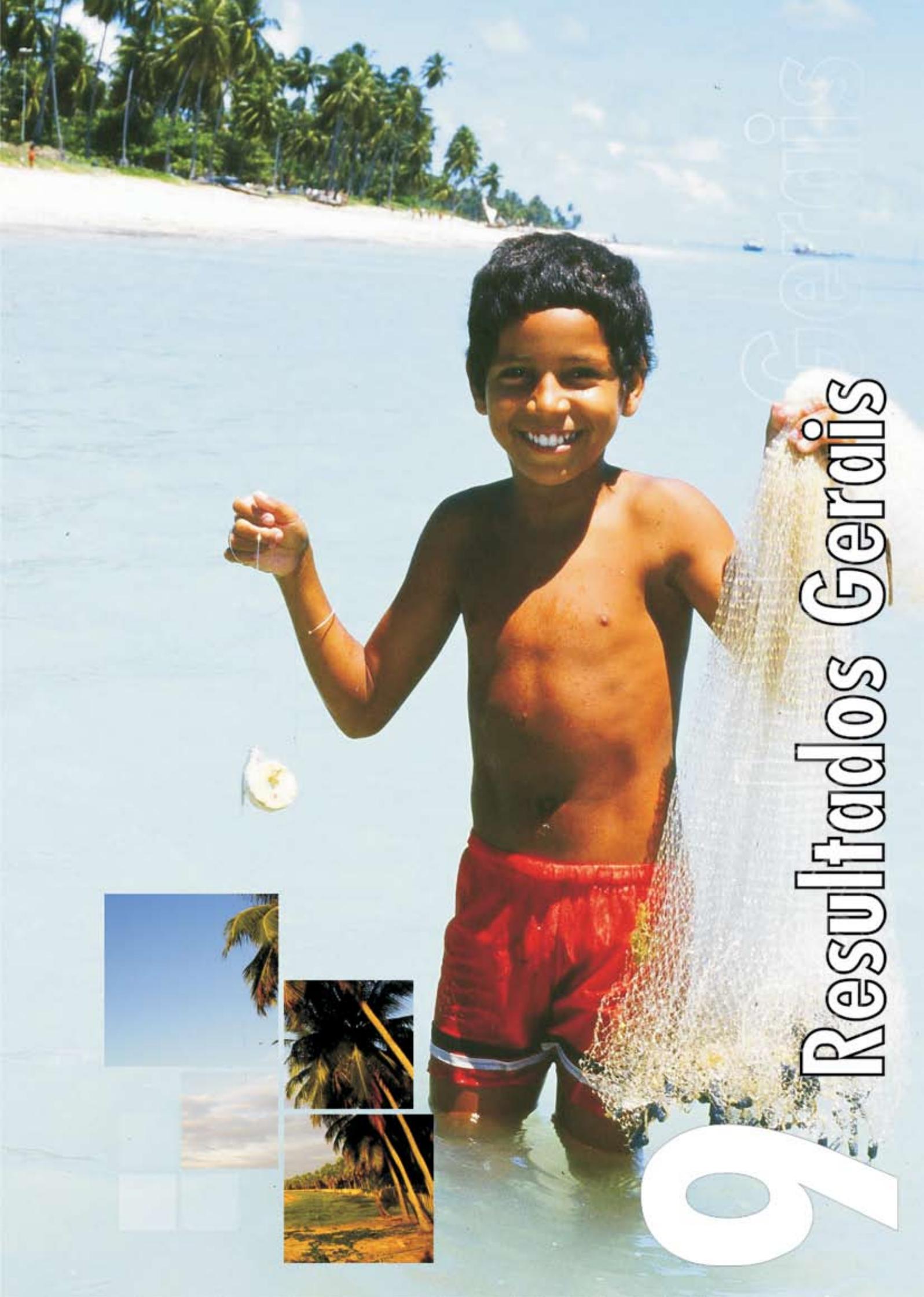
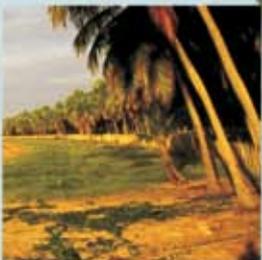
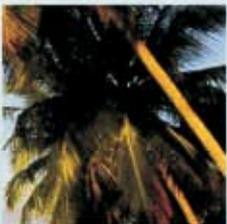


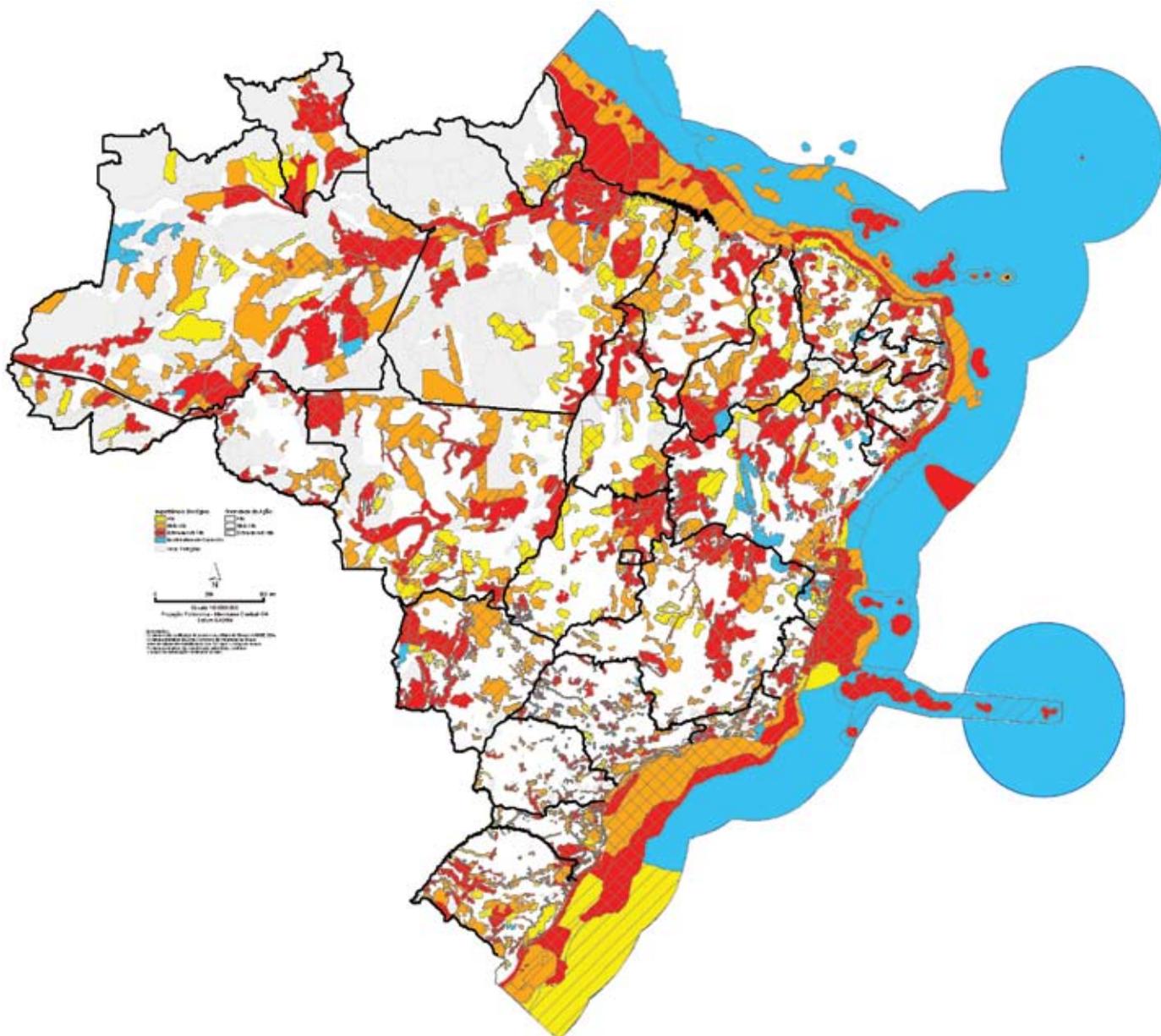
Figura 8.4.1 – Mapa de Áreas Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha



Resultados Gerais

9



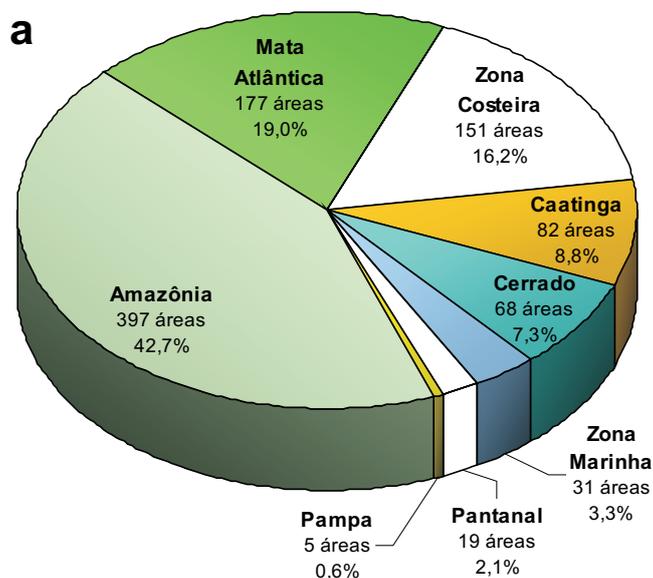


Mapa de Áreas Prioritárias para a Conserção, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. OBS: não constam nesta figura as áreas já protegidas

9. Resultados Gerais

O processo de atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, teve como resultados o mapa e banco de dados com 2.684 áreas prioritárias indicadas e referendadas pela sociedade (figura 9.5). Dessas, 1.123 são áreas já protegidas (UCs ou TIs), outras 1.561 são novas áreas propostas. Conforme mostra a figura 9.1.b, os biomas Mata Atlântica e Amazônia, agregaram 63% do total das áreas prioritárias, com 880 e 824 áreas respectivamente; o Cerrado com 431 áreas, a Caatinga com 292, o Pampa com 105, Zona Marinha com 102 e o Pantanal com 50, completam o novo mapa atualizado.

Processo 1998/2000



Processo 2005/2006

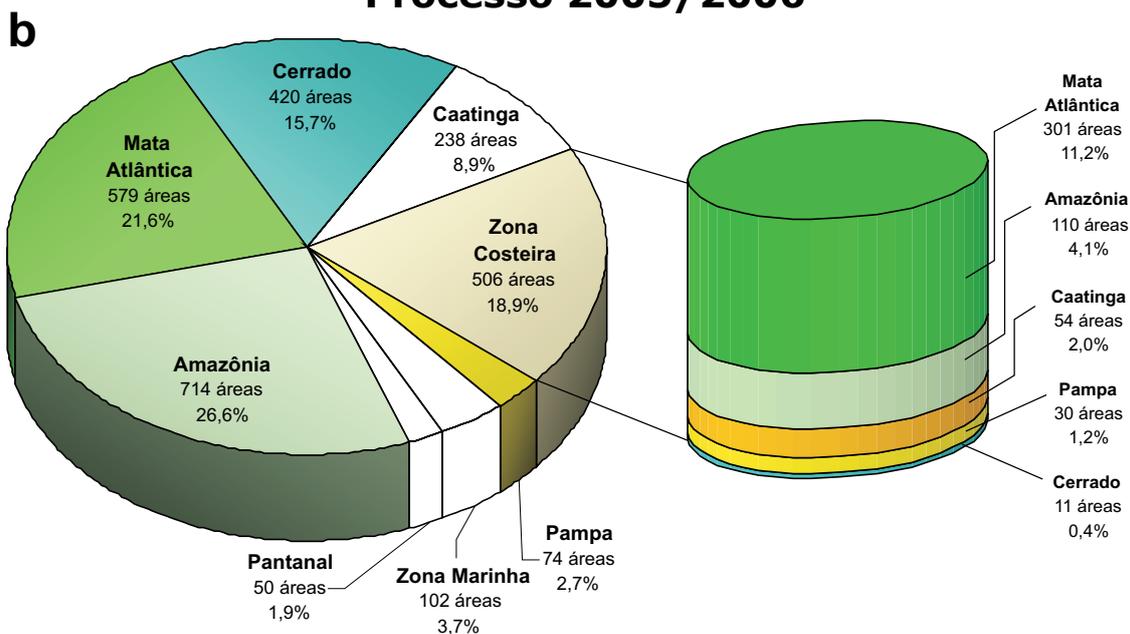


Figura 9.1. – Comparação da distribuição das áreas prioritárias por bioma entre os processos de a) 1998/2000 e b) 2005/2006

Um aspecto que chama a atenção na Figura 9.1.b é a distribuição das áreas da Zona Costeira. Esse fato, conforme retratado anteriormente no tema Zona Costeira e Marinha, é decorrente da metodologia adotada no processo de atualização das áreas prioritárias, tendo em vista que em termos de abrangência geográfica, utilizou-se os limites do Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004), que tem os ecossistemas da Zona Costeira incorporados aos Biomas que permeiam o litoral brasileiro. Sendo assim, as áreas prioritárias da Zona Costeira discutidas e definidas nas reuniões regionais, no mapa final foram distribuídas em associação aos cinco Biomas (Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pampa), e representam 18,9% de todas as áreas prioritárias apontadas no processo de atualização. Conforme mostra a Figura 9.1.b, das 506 áreas costeiras, 59,3% delas estão no Bioma Mata Atlântica, seguidas por 21,7% no da Amazônia, 10,7% no da Caatinga, 6,1% no do Pampa e finalmente 2,2% no do Cerrado.

Quando comparados os resultados dos dois processos, observa-se que, em termos de número de áreas, houve grande aumento passando de 900 áreas no processo de 1998/2000 para 2.683 no de 2005/2006 (Figura 9.1). Acredita-se que esse aumento seja decorrência dos seguintes fatores: a melhoria quantitativa e qualitativa dos dados disponibilizados pelos pesquisadores, centros de pesquisa e órgãos públicos durante o processo de definição das áreas prioritárias; a metodologia empregada, que contou com a decisiva e importante participação de grande número de especialistas na definição dos alvos e metas de conservação, com o uso *softwares* de auxílio à tomada de decisão que ajudaram a construir cenários; e também a participação da sociedade, que pôde agregar o seu conhecimento empírico ao conhecimento científico dos especialistas na construção desse instrumento de gestão.

Apesar da diferença metodológica em relação às áreas da Zona Costeira, o processo de 2005/2006 registrou expressiva melhoria na distribuição das áreas prioritárias. Segundo a Figura 9.1, das 2683 áreas prioritárias atuais, 26,6% delas localizam-se no Bioma Amazônia, 21,6% na Mata Atlântica, 18,9% na Zona Costeira, 15,7% no Cerrado e 8,9% na Caatinga, ao passo que em 1998/2000, das 900 áreas referendadas, 42,7% delas localizavam-se no Bioma Amazônia, 19,0% na Mata Atlântica, 16,2% na Zona Costeira, 9% na Caatinga e 7% no Cerrado. Esses números mostraram que, proporcionalmente, houve aumento no número de áreas dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado e diminuição no da Amazônia. A mudança mais expressiva ocorreu no Bioma Pampa, que passou de 5 para 74 áreas prioritárias. Essa mudança é decorrência do grande esforço feito pelos pesquisadores (universidades, órgãos públicos e ONGs) e pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul no sentido mapear a vegetação do estado de aprimorar o conhecimento da fauna e flora do Bioma Pampa.

Quando analisadas as indicações de criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral em cada Bioma terrestre, observa-se (Figura 9.2) que, as maiores áreas estão no Bioma Amazônia, perfazendo um total de 207.218 km². No entanto, considerando a porcentagem total do Bioma, a Caatinga e o Pantanal foram os biomas com a maior área total indicada para essa categoria de UC com, respectivamente, 11,1% e 9,5% da área total dos respectivos Biomas (Tabela 9.1).

No entanto, quando o foco da análise é o número de áreas indicadas para Criação de UC de Proteção Integral, observa-se que, embora essa recomendação englobe apenas 3,5% da área total da Mata Atlântica, esse representa 50 áreas prioritárias, das quais 39 foram consideradas de Importância Biológica Extremamente Alta. (Tabela 9.1). Esses resultados refletem claramente a preocupação da sociedade em encontrar caminhos para reverter o grave quadro de destruição de habitats e perda de biodiversidade desse Bioma.



Figura 9.2 – Mapa com as áreas prioritárias indicadas para a Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Tabela 9.1 – Distribuição das áreas prioritárias indicadas para a Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Bioma	Área Total do Bioma (Km ²)	Alta		Muito Alta		Extremamente Alta		Insuficientemente Conhecida		% do Bioma
		nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	
Amazônia	4.245.024	6	38.511	8	43.919	30	124.788	0	0	4.9%
Pantanal	151.353	1	1.558	0	0	5	12.747	0	0	9.5%
Cerrado	2.052.708	5	15.964	16	40.119	29	75.779	1	7.635	6.8%
Caatinga	852.261	4	1.489	8	21.908	28	71.231	0	0	11.1%
Mata Atlântica	1.129.760	8	740	12	3.948	39	34.374	3	529	3.5%
Pampa	178.820	1	239	1	133	11	8.746	0	0	5.1%

Em relação às indicações de criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o Bioma amazônico que registrou as maiores extensões territoriais e também o maior número de áreas prioritárias que receberam essa recomendação, perfazendo um total de 437.273 Km² (10,3% do total do Bioma) distribuídos em 97 áreas do Bioma (Figura 9.3 e Tabela 9.1). Através desses resultados, a sociedade mostra que um dos caminhos para diminuir a perda de área florestada e de diversidade biológica e social são políticas públicas que possibilitem a inclusão social e o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia

Embora os resultados da análise da criação de UC de Uso Sustentável para as áreas do Cerrado e da Mata Atlântica tenham se mostrado menos expressivos que os da Amazônia, tanto em extensão (105.911 Km² e 16.641 Km²) quanto em número de áreas (30 e 37 áreas), novamente, eles refletem o anseio social em reverter o quadro de fragmentação, mau uso e perda de biodiversidade nesses biomas (Tabela 9.2). A classificação do grau de importância biológica dessas

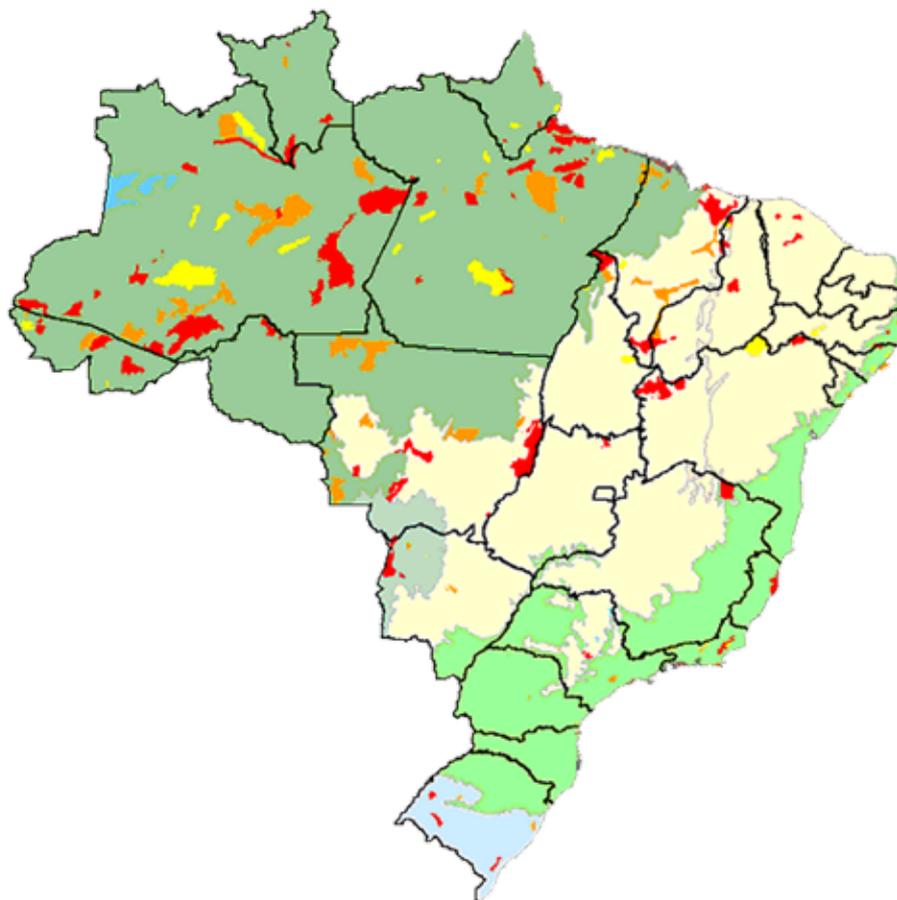


Figura 9.3 – Mapa com as áreas prioritárias indicadas para a Criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

áreas como extremamente alta (47 na Amazônia; 17 no Cerrado; 14 na Mata Atlântica), justifica as preocupações da sociedade e corrobora ainda mais suas recomendações.

Tabela 9.2 – Distribuição das áreas prioritárias indicadas para a Criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Bioma	Área Total do Bioma (Km ²)	Alta		Muito Alta		Extremamente Alta		Insuficientemente Conhecida		% do Bioma
		nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	
Amazônia	4.245.024	17	75.115	30	154.627	47	182.652	3	24.879	10.3%
Pantanal	151.353	1	113	1	724	3	7.811	0	0	5.7%
Cerrado	2.052.708	2	3.812	9	27.595	17	73.476	2	1.028	5.2%
Caatinga	852.261	3	9.855	0	0	5	8.679	0	0	2.2%
Mata Atlântica	1.129.760	4	1.282	15	6.825	14	7.850	4	684	1.5%
Pampa	178.820	1	59	2	1.012	3	3.288	0	0	2.4%

As indicações de criação de Unidade de Conservação (definir a categoria posteriormente) já denotam que por um ou vários motivos, não houve segurança para a definição prévia da categoria a UC. Em termos e extensão territorial, a figura 9.4 mostra claramente que os biomas Cerrado e a Amazônia foram os mais contemplados, tendo em vista que, a criação de UC com definição posterior de categoria foi recomendada para um total de 171.079 Km² e 164.586 Km², respectivamente.

A distribuição relativa da ação (criação de UC com definição posterior de categoria) em relação à área total de cada Bioma foi mais expressiva na Caatinga e no Pampa, com respectivamente, 13,5% e 10,3% da área total do bioma (Tabela 9.3). Parte da indefinição (quanto à categoria da UC) refletida nesses números pode ser creditada à combinação do cenário de conflito do uso da terra, com a falta de organização e articulação dos atores locais e também a falta de mecanismos de diálogo entre os diferentes atores envolvidos.

Embora com resultados menos significativos em relação à extensão territorial e distribuição relativa na análise da ação de criação de UC com definição posterior de categoria, essa ação foi recomendada para 76 áreas prioritárias da Mata Atlântica, sendo 41 delas classificadas como áreas de importância biológica extremamente alta (Tabela 9.3). Esses resultados, somados aos das análises duas ações anteriores de criação de UC, fortalecem a necessidade de conservar o pouco que resta da Mata Atlântica.



Figura 9.4 – Mapa com as áreas prioritárias indicadas para a Criação de Unidades de Conservação (Definir a Categoria Posteriormente) nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Tabela 9.3 – Distribuição das áreas prioritárias indicadas para a Criação de Unidades de Conservação (Definir a Categoria Posteriormente) nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Bioma	Área Total do Bioma (Km ²)	Alta		Muito Alta		Extremamente Alta		Insuficientemente Conhecida		% do Bioma
		nº de áreas	área (Km ²)	nº de áreas	área (Km ²)	nº de áreas	área (Km ²)	nº de áreas	área (Km ²)	
Amazônia	4.245.024	5	7.877	9	90.999	11	65.685	0	0	3.9%
Pantanal	151.353	2	2.890	3	3.490	3	3.651	0	0	6.6%
Cerrado	2.052.708	5	18.182	9	56.721	24	96.137	1	55	8.3%
Caatinga	852.261	2	11.430	18	32.052	19	56.454	7	15.360	13.5%
Mata Atlântica	1.129.760	12	7.442	18	17.480	41	44.917	5	869	6.3%
Pampa	178.820	2	733	6	7.120	11	10.485	0	0	10.3%

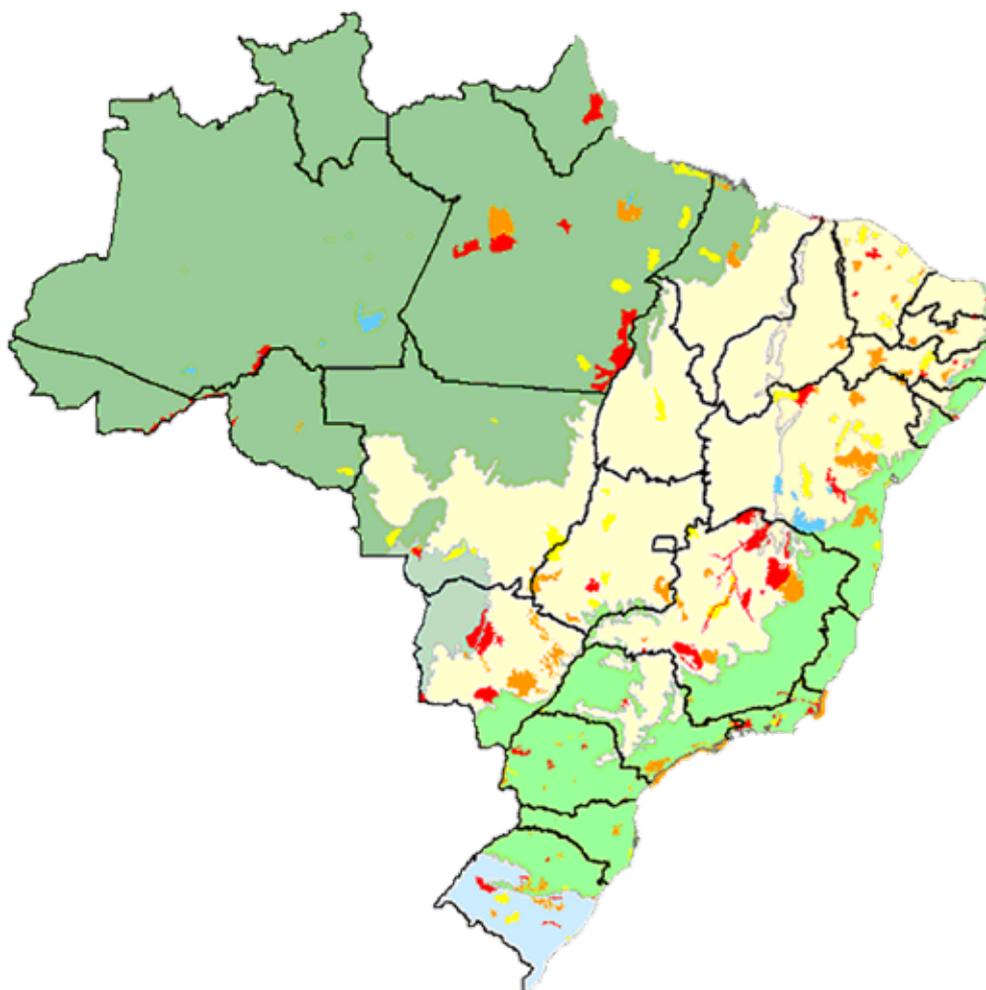


Figura 9.5 – Mapa com as áreas prioritárias indicadas para a Recuperação de Área Degradada nos biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Considerando somente a extensão superficial, a figura 9.5 mostra que o Cerrado e a Amazônia, foram os dois Biomas onde a ação prioritária de recuperação de área degradada foi mais abrangente, atingindo respectivamente, 134.472 Km² e 111.218 Km². Embora sejam esses os maiores valores absolutos de área, eles representam pouco da área total do bioma, 6,6% do Cerrado e apenas 2,6% da Amazônia (Tabela 9.4).

Focando a atenção no número de áreas prioritárias, observa-se que 84 áreas prioritárias da Mata Atlântica receberam a recomendação de recuperação (Tabela 9.4). Esses resultados traduzem explicitamente a atual estado de destruição e fragmentação da Mata Atlântica no país. A Caatinga com 52 áreas e o Cerrado com 42, seguem essa mesma linha de raciocínio mostrando também a necessidade de ações de recuperação que podem ser complementadas pelas de criação de mosaicos e/ou Corredores Ecológicos.

Tabela 9.4 – Distribuição das áreas prioritárias indicadas para a Recuperação de Área Degradada nos Biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Bioma	Área Total do Bioma (Km ²)	Alta		Muito Alta		Extremamente Alta				% do Bioma
		nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	
Amazônia	4.245.024	12	26.211	7	24.978	10	50.103	2	9.926	2.6%
Pantanal	151.353	3	3.659	2	1.306	4	7.206	0	0	8.0%
Cerrado	2.052.708	10	29.596	14	52.361	18	52.515	0	0	6.6%
Caatinga	852.261	17	25.559	19	31.514	12	11.125	4	12.246	9.4%
Mata Atlântica	1.129.760	21	4.673	39	33.092	21	8.280	3	543	4.1%
Pampa	178.820	3	3.876	4	3.143	6	3.728	0	0	6.0%

A distribuição das áreas indicadas para receber ordenamento pesqueiro e/ou a criação de áreas de exclusão de pesca, com algumas exceções, localizam-se ao longo de toda a zona costeira e marinha (Figura 9.6) e, geralmente, devido a própria natureza da ação, abrangem extensas áreas. Na Amazônia há doze áreas, distribuídas no oeste e na zona costeira, cobrindo em torno de 2,0% da área do Bioma. Na Caatinga e Mata Atlântica, essas áreas restringem-se à Zona Costeira cobrindo respectivamente 1,4% e 0,7% de cada Bioma.

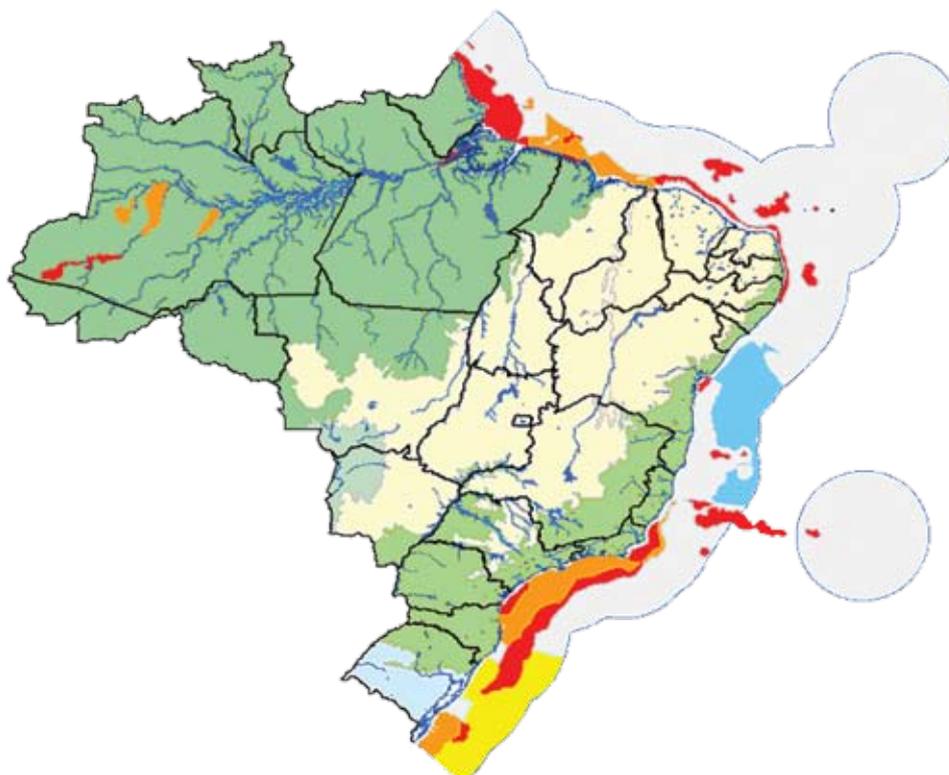


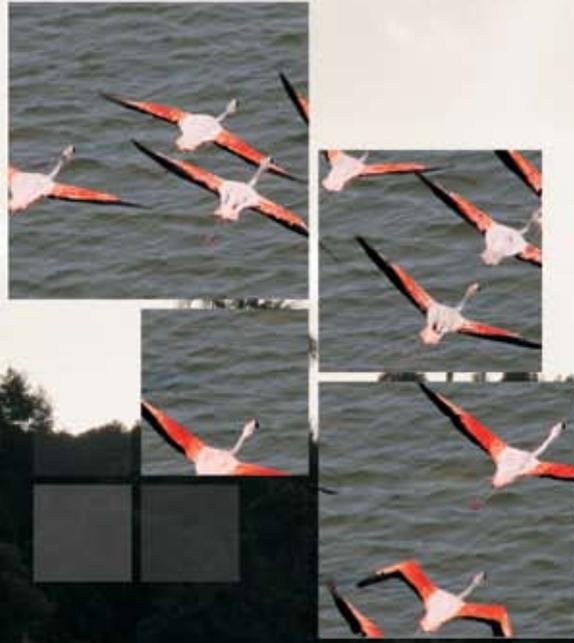
Figura 9.6 – Mapa com as áreas prioritárias indicadas para o Ordenamento Pesqueiro ou Criação de Área de Exclusão de Pesca nos diferentes Biomas: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Zona Marinha

Conforme mostra a Tabela 9.5, a Zona Marinha foi o Bioma principal da ação de **ordenamento pesqueiro e/ou a criação de áreas de exclusão de pesca**, com indicações para 40 das suas áreas prioritárias, áreas essas que perfazem 27% de toda sua área, ou seja 999.652 Km². É importante salientar que em termos de importância biológica, dessas 40 áreas, 26 foram classificadas como extremamente alta.

Esses números expõem a grave situação da pesca ao longo de toda a costa do país, atividade esta responsável pela destruição de inúmeros ecossistemas costeiros, por graves conflitos entre grupos de pescadores e também e principalmente pela sobreexploração dos estoques pesqueiros. Eles também refletem a ineficiência das atuais políticas de gestão e fortalecem a posição dos estudos realizados no país e no mundo que apontam a implantação de áreas de exclusão de pesca, as medidas participativas de proteção dos estoques e os mecanismos de co-gestão e compartilhamento de responsabilidade no manejo desses recursos, como os caminhos para reverter esse dramático quadro.

Tabela 9.5 – Distribuição das áreas prioritárias indicadas para o Ordenamento Pesqueiro ou Criação de Área de Exclusão de Pesca nos diferentes Biomas: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Zona Marinha.

Bioma	Área Total do Bioma (Km ²)	Alta		Muito Alta		Extremamente Alta		Insuficientemente Conhecida		% do Bioma
		nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	nº de áreas	área (km ²)	
Amazônia	4.245.024	0	0	4	44.799	8	39.063	0	0	2.0%
Caatinga	852.261	2	11.923	0	0	0	0	0	0	1.4%
Mata Atlântica	1.129.760	3	2.342	1	258	2	5011	0	0	0.7%
Zona Marinha	3.695.900	4	215.784	7	235.110	26	335.851	3	212.907	27.0%



10

Referências Bibliográficas

10. Referências Bibliográficas

- AB'SÁBER, A.N. 1977. Os domínios morfoclimáticos da América do Sul. **Geomorfologia**, 52: 1-21.
- AGUIAR, L. M. S. 2000. **Comunidades de morcegos do Cerrado no Brasil Central**. Departamento de Ecologia – Universidade de Brasília. Brasília. 162pp.
- AGUIAR, L. M. S., MACHADO, R. B. e MARINHO-FILHO, J. 2004. A diversidade biológica do Cerrado. *In*: Aguiar, L. M. S. e Camargo, A. (eds.). **Ecologia e caracterização do Cerrado**. Embrapa – Cerrados. Brasília. pp. 19-42.
- ALHO, C. J. R e LACHER Jr., T. E. 1991. Mammalian conservation in the Pantanal of Brazil. *In*: MARES, M. A. e SCHMIDLY, D. J. (eds.). **Latin American mammalogy: history, biodiversity and conservation**. University of Oklahoma Press. EUA. pp. 280-294.
- ALHO, C. J. R., LACHER Jr., T. E. e GONÇALVES, H. C. 1988. Environmental degradation in the Pantanal ecosystem of Brazil. **BioScience**, 38: 164-171.
- ANDRADE LIMA, D. 1981. The caatingas dominium. **Revista Brasileira de Botânica**, 4: 149-153.
- ANTAS, P. T. Z. 1994. Migration and other movements among the lower Paraná River valley wetland, Argentina, and the south Brazil/Pantanal wetlands. **Bird Conservation International**, 4:181-190.
- AYRES, J. M. C. e CLUTTON BROCK, T. H. 1992. River boundaries and species range size in Amazonian primates. **American Naturalist**, 140: 531-537.
- BALL, I. e POSSINGHAM, H. 2000. **Marxan (Marine Reserve Design using Spatially Explicit Annealing)**. V 1.8.2. Manual, 70 p.
- BEHLING, H., PILLAR, V. D., ORLÓCI, L. e BAUERMANN, S. G. 2004. Late Quaternary Araucaria forest, grassland (campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambará do Sul core in southern Brazil. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, 203: 277-297.
- BEHLING, H., PILLAR, V. D. e BAUERMANN, S. G. 2005. Late Quaternary grassland (Campos), gallery forest, fire and climate dynamics, studied by pollen, charcoal and multivariate analysis of the São Francisco de Assis core in western Rio Grande do Sul (southern Brazil). **Review of Palaeobotany and Palynology**, 133: 235-248.
- BILENCA, D. e MIÑARRO, F. 2004. **Identificación de Areas Valiosas de Pastizal en las Pampas y Campos de Argentina Uruguay y sur de Brasil**. J. M. Kaplan Fund – Fundación Vida Silvestre Argentina. Disponível em: <http://www.yenys.com.ar/pastizales/>
- BORGES, S. H., COHN-HAFT, M., CARVALHAES, A. M. P., HENRIQUES, L. M., PACHECO, J. F. e WHITTAKER, A. 2001. Birds of Jaú National Park, Brazilian Amazon: species check-list, biogeography and conservation. **Ornitologia Neotropical**, Canadá, 12: 109-140.
- BRITSKI, H.A., SILIMON, K.Z.S. e LOPES, B.S. 1999. **Peixes do Pantanal. Manual de identificação**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Serviço de Produção de Informação (EMBRAPA-SPI), Brasília, e Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal (EMBRAPA-CPAP), Corumbá, Brasil.
- CASTELLETTI, C.H.M., SILVA, J.M.C., TABARELLI, M. e SANTOS A.M.M. 2003. Quanto ainda resta da Caatinga? *In*: Leal, I. R.; Tabarelli, M. e Silva, J. M. C. (eds.). **Uma estimativa preliminar. Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife, Editora Universitária: 719 – 734.

- COHN-HAFT, M., NAKA, L. N. e Fernandes, A. M. (no prelo). Padrões de distribuição da avifauna da várzea do Rio Solimões/Amazonas. *In*: Albernaz, A. L. (org) **Bases Científicas para a Conservação da Várzea: Identificação e Caracterização de Regiões Biogeográficas e Proposta de Áreas para a Conservação**. ProVárzea - IBAMA. Manaus/AM.
- COLLI, G. R., BASTOS, R. P. e ARAÚJO, A. B. 2002. The character and dynamics of the Cerrado herpetofauna. *In*: Oliveira, P.S. e Marquis, R.J. (eds.). **The Cerrados of Brazil. Ecology and natural history of a neotropical savanna**. pp. 223-241. Columbia University Press, New York.
- COSTA, E. A., e FIGUEIREDO JR, A. G. 1998. Echo-character and sedimentary processes on the Amazon continental shelf. **An. Acad. Bras. Ciênc**, 70 (2): 187 – 200.
- CRACRAFT, J. 1985. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American areas of endemism. **Ornithological Monographs**, 36: 49-84.
- DIEA 2003. **Censo Nacional Agropecuario 2000**. Disponível em <http://www.mgap.gub.uy/diea/censo2000>
- EITEN, G. 1977. Delimitação do conceito de Cerrado. **Arquivos do Jardim Botânico**, Rio de Janeiro. 21: 125-134.
- _____. 1982. Brazilian Savannas. *In*: Huntley, B.J. e Walker, B.H. (eds.). Ecology of tropical savannas. **Ecological Studies**, New York, Springer-Verlag. 42: 25-47.
- EL-ROBRINI, M., FARIA, L. E. C., TORRES, A. M., SOUZA, F. P. W. M., e SILVA, M. S. 1992. **Deposição e assoreamento das Rias do Nordeste do Estado do Pará (Brasil)**. *In*: Congresso Brasileiro de Geologia, 37, 1992, São Paulo. Resumo, p. 79-80.
- EMBRAPA. 2000. ZANE DIGITAL – **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil**. EMBRAPA.
- FEARNSIDE, P. M. 2006. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**. Manaus, INPA, 134p.
- FERREIRA, L. V., VENTICINQUE, E. M., ALMEIDA, S. 2005. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, 19(53): 157-166.
- FONSECA, G. A. B. da, HERRMANN, G., LEITE, Y., MITTERMEIER, R. A., RYLANDS, A. B. e PATTON, J. L. 1996. **Lista anotada dos mamíferos do Brasil**. Conservation International, Belo Horizonte, Brasil.
- FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. 2003. **Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção**. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, Brasil. Disponível em <http://www.biodiversitas.org.br>
- FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA, CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. 1999. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília.
- GALVÃO, W. S. e MENESES, P. R. 2005. Avaliação dos sistemas de classificação e codificação das bacias hidrográficas brasileiras para fins de planejamento de redes hidrométricas. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, pp 2511-2518, Goiânia, 16-21 abril 2005, INPE.
- GARDA, E. C. 1996. **Atlas do meio ambiente do Brasil**. Brasília, Editora Terra Viva.

- GOEDERT, W. 1990. Estratégias de manejo das savanas. *In*: Sarmiento, G. (ed.). Las sabanas americanas: aspectos de su biogeografía, ecología y utilización. pp. 191-218. **Acta Científica Venezolana**.
- GROGAN, J., BARRETO, P. e VERÍSSIMO, A. 2002. **Mogno na Amazônia Brasileira: Ecologia e Perspectivas de Manejo**. Belém, Imazon, 40p.
- HAFFER, J. 1992. On the "river effect" in some forest birds of Southern Amazonia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, serie Zoologia 8: 217-245.
- HAFFER, J. 1985. Avian zoogeography of the neotropical lowlands. **Ornithological Monographs**, 36: 113-145.
- HAMILTON, S. K., SIPPEL, S. J. E MELACK, J. M. 1996. Inundation patterns in the Pantanal wetland of South America determined from passive microwave remote sensing, **Arch. Hydrobiol.**, 137: 1 - 23,
- HARRIS, M. B., TOMAS, W. M, MOURÃO, G., SILVA, C. J., GUIMARÃES, E., SONODA, F. e FACHIM, E. 2005. Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação. **Megadiversidade**, 1(1):1565-164.
- HILTON-TAYLOR, C. 2004. **2004 IUCN red list of threatened species**. Species Survival Commission (SSC), IUCN – The World Conservation Union, Cambridge, Reino Unido e Gland, Suíça. Disponível em <http://www.redlist.org>.
- HOFFMANN, W. A. e MOREIRA, A. G. 2002. The role of fire in population dynamics of woody plants. *In*: Oliveira, P.S. e Marquis, R.J. (eds.). **The Cerrado of Brazil**. Ecology and natural history of a neotropical savanna. pp. 159-177. Columbia University Press, Nova York.
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis . 2004. Estatísticas sobre Unidades de Conservação nos Biomas Brasileiros. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1993. **Mapa da vegetação brasileira**, Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1996. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <http://www.ibge.net/ibge/default.php>.
- _____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004a. **Mapa de Biomas do Brasil**. Disponível em www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#USO
- _____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004b .**Nota Técnica do Mapa de Biomas do Brasil**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#MAPAS.
- _____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. **Censo Agropecuário**. Disponível em <http://www.ibge.net/ibge/default.php>.
- INPE/OBT - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-Coordenação-Geral de Observação da Terra. 2007. Projeto PRODES -**Monitoramento sistemático do desflorestamento da Amazônia, utilizando imagens de sensoriamento remoto e técnicas de Processamento Digital de Imagens**. <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesd.html>
- ISA - Instituto Socioambiental, IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, GTA - Grupo de Trabalho Amazônico, ISPN - Instituto Sociedade População e Natureza, AMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e CI – Conservação Internacional Brasil. 2001. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios**. Capobianco, J.P.R.; Veríssimo, A.; Moreira, A.; Sawyer, D.; Santos, I. e Pinto, L.P. (orgs.). São Paulo, Editora Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 540pp.
- IUCN - Conservation International, and NatureServe. 2006. **Global Amphibian**

Assessment. <www.globalamphibians.org>.

- JUNK, W. J. e SILVA, C. da. 1999. O conceito do pulso de inundação e suas implicações para o Pantanal de Mato Grosso. *In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: Manejo e Conservação.* pp. 17-28. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Pantanal), Corumbá, Brasil.
- KLINK, C. A. e MACHADO, R. B. 2005. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, 1(1):147-155.
- KLINK, C. A. and MOREIRA, A. G. 2002. Past and current human occupation and land-use. *In: Oliveira, P. S. e Marquis, R. J (eds.). The Cerrado of Brazil. Ecology and natural history of a neotropical savanna.* pp. 69-88. Columbia University Press, New York.
- KNOPPERS, B., EKAU, W., FIGUEIREDO JR, A. G. e SOARES-GOMES, A. 2002. Zona Costeira e Plataforma Continental do Brasil. *In: Crespo Pereira, R. e Soares-Gomes, A. Biologia Marinha.* Editora Interciência, Rio de Janeiro, 382 pp.
- KRUG, T., FIGUEIREDO, H., SANO, E., ALMEIDA, C., SANTOS, J., MIRANDA, H.S., SATO, N. e ANDRADE, S. 2002. Emissões de gases de efeito estufa da queima de biomassa no Cerrado não antrópico utilizando dados orbitais. **Primeiro inventário brasileiro de emissões antrópicas de gases de efeito estufa – relatórios de referência.** Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Brasília.
- KUEHL, S. A., DEMASTER, D. J. e NITTROUER, C. A. 1986. Nature of sediment accumulation on the Amazon continental shelf. *Continental Shelf Res.*, 6: 209-225.
- LABOREL, J. 1969. Madréporaires et Hydrocoralliaires Récifaux des Cotes Brésiliennes: systématique, écologie, répartition verticale et géographique. **Annals Inst. Océanogr**, Paris. 47: 171-229.
- LEÃO, Z. 1994. The coral reefs of Southern Bahia. pp 151-159. *In: Hetzel, B. e Castro, C. B. Corals of Southern Bahia.* Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 189pp.
- MACHADO, R. B., RAMOS NETO, M. B., HARRIS, M. B., LOURIVAL, R. e AGUIAR, L. M. S.. 2004b. Análise de lacunas de proteção da biodiversidade no Cerrado. *In: Anais IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.* pp. 29-38. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, Brasil.
- MACHADO, R. B., RAMOS NETO, M. B., PEREIRA, P., CALDAS, E., GONÇALVES, D., SANTOS, N., TABOR, K. e STEININGER, M.. 2004a. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro.** Conservation International do Brasil, Brasília.
- MAIDA, M. and FERREIRA, B. P. 1997. Coral reefs of Brazil: an overview. pp. 263-74. Vol. 1. *In: Proceedings of the 8th International Coral Reef Symposium.*
- MARES, M. A., WILLIG, M. R., STREILEIN, K. E. and LACHER Jr, T. E. 1981. The mammals of northeastern Brazil: a preliminary assessment. **Annals of the Carnegie Museum**, 50: 81-137.
- MARGULES, C. R. e PRESSEY, R. L. 2000. Systematic conservation planning. **Nature**, 405, 243-253.
- MARINHO FILHO, J., RODRIGUES, F. H. G. e JUAREZ, K. M. 2002. The Cerrado mammals: diversity, ecology, and natural history. *In: Oliveira, P.S. e Marquis, R.J. (eds.). The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savanna.* pp. 266-284. Columbia University Press, New York.
- MÉDRI, I. M. e MOURÃO, G. 2004. A fauna do Pantanal. **Ação Ambiental**: 14-17.

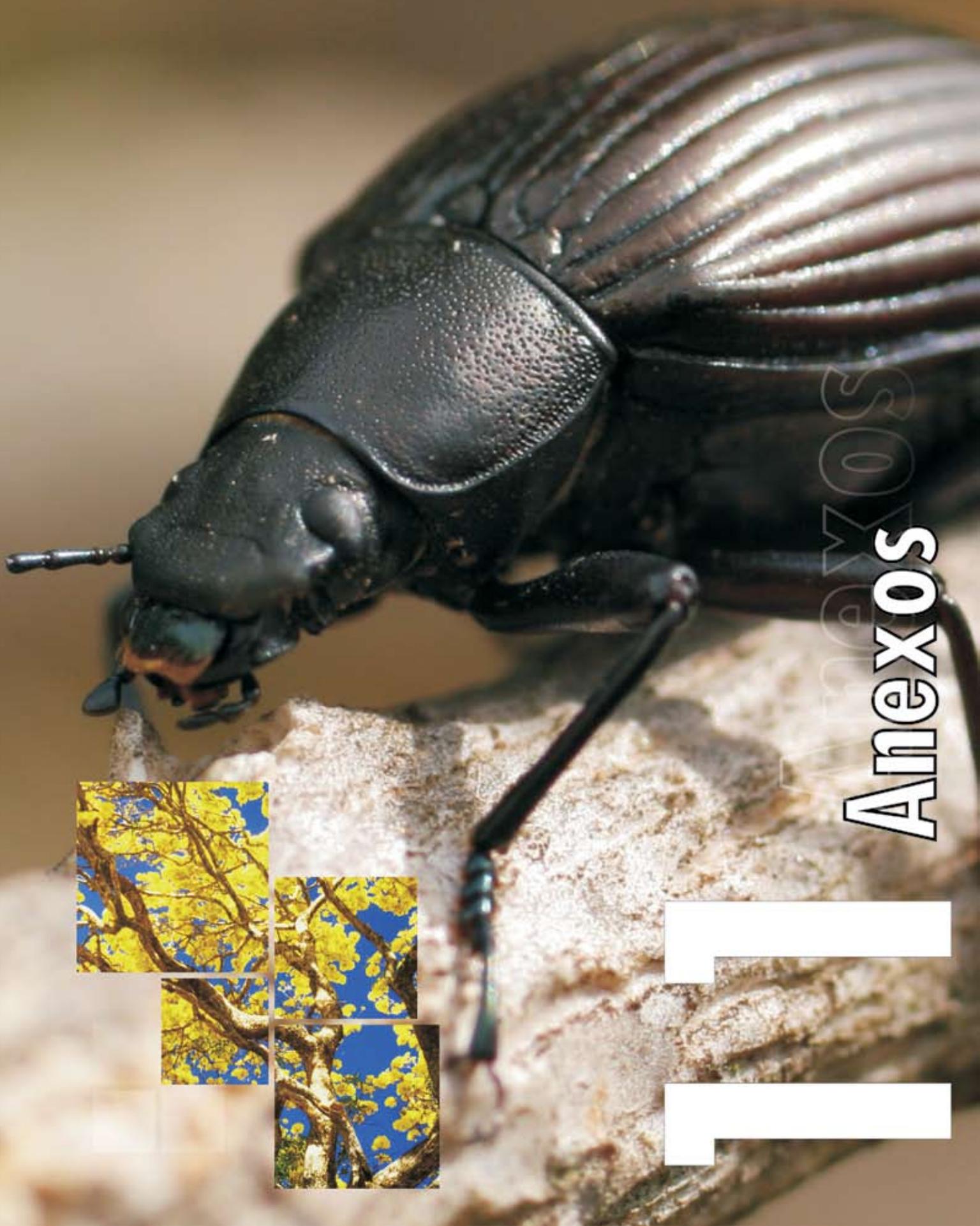
- MENDONÇA, R., FELFILI, J., WALTER, B., SILVA JR, J. C., REZENDE, A., FILGUEIRAS, T. e NOGUEIRA, P. 1998. Flora vascular do Cerrado. *In*: Sano, S. e Almeida, S. (eds.). **Cerrado. Ambiente e flora**. pp. 288-556. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa - Cerrados, Planaltina, Brasil.
- MITTERMEIER, R. A., MITTERMEIER, C. G., BROOKS, T. M., PILGRIM, J. D., KONSTANT, W. R., FONSECA, G. A. B. da e KORMOS, C. 2003. Wilderness and biodiversity conservation. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 100: 10309-10313.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. 1998. **Primeiro relatório nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica: Brasil**. Brasília, MMA.
- _____. - Ministério do Meio Ambiente. 2002a. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das zonas costeira e marinha**. Fundação Bio-RIO, SECTAM, IDEMA, SNE, Brasília. 72pp. CD-Rom.
- _____. - Ministério do Meio Ambiente. 2002b. Biodiversidade Brasileira: Avaliação e Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. **Série Biodiversidade nº 5**. 404pp.
- _____. - Ministério do Meio Ambiente. 2003. Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. **Instrução Normativa nº03, de 26 de maio de 2003**.
- _____. - Ministério do Meio Ambiente. 2007. **Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro** (GERCO). Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Rev. abril 2007.
- _____. - Ministério do Meio Ambiente. 2007. **Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/portalbio>.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente e ISA – Instituto Socioambiental. 2001. Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Brasília, SBF/MMA, 144pp, CD-ROM.
- MOURÃO, G.; COUTINHO, M.; MAURO, R.; CAMPOS, Z., TOMÁS, W e MAGNUSSON, W. 2000. Aerial surveys of caiman, marsh deer and pampas deer in the Pantanal wetland of Brazil. **Biological Conservation**, 92: 175-183.
- MUEHE, D. 2001. O litoral brasileiro e sua compartimentação. *In*: Cunha, S. B. da e Guerra, A. J. T. (orgs). **Geomorfologia do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 316 – 349.
- MÜLLER, C. 2003. Expansion and modernization of agriculture in the Cerrado – the case of soybeans in Brazil’s center-West. **Department of Economics Working Paper, 306**, Universidade de Brasília, Brasília.
- MYERS, N., MITTERMEIER, R. A., MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B. da e KENT, J.. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403: 853-858.
- NABINGER, C., de MORAES, A. e MARASCHIN, G.E. 2000. Campos in southern Brazil. *In*: Lelaire, G., Hodgson, J., de Moraes, A., Carvalho, P.C.F. e Nabinger, C. (eds.) **Grassland ecophysiology and grazing ecology**. Cambridge: CABI Publishing. cap.18, p.355-376.
- NELSON, B.W.; ALBERNAZ, A.L e SOARES-FILHO, B. 2006. Estratégias de Conservação para o Programa ARPA. **Relatório Técnico**. Programa ARPA, Brasília, 69p.
- NPWS-NSW - National Parks and Wildlife Service-New South Wales. 2003. **C-Plan: Conservation Planning Software**. Version 3.20. Armidale, NSW
- NUNES, A. P. e TOMAS, W. M. 2004. Aves migratórias ocorrentes no Pantanal: caracterização e conservação. **Série Documentos**, Embrapa Pantanal, 62:

1-25.

- OLIVEIRA FILHO, A. T. e FONTES, M. A. L. 2000. Patterns of floristic differentiation among Atlantic forests in southeastern Brazil and the influence climate. **Biotropica**, Washington, D. C., v. 32, n.4b, p. 793-810,
- OLIVEIRA, J. A., GONÇALVES, P. R. e BONVICINO, C. R. 2003. Mamíferos da Caatinga. *In*: Leal, I. R., Tabarelli, M. e Silva, J.M.C. (eds.). **Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife, Editora Universitária. pp. 271-336.
- OLIVEIRA, M. D. e CALHEIROS, D. F. 2000. Flood pulse influence on phytoplankton communities of the south Pantanal floodplain, Brazil. **Hydrobiologia** 427: 101-112.
- OLIVEIRA, P. S. e MARQUIS, R. J. (eds.). 2002. **The Cerrados of Brazil**. Ecology and natural history of a neotropical savanna. Columbia University Press, New York.
- PERES, C. A. 2005. Why we need megareserves in Amazonia. **Conservation Biology** 19(3): 728-733.
- POTT, A. e ADÁMOLI, J. 1999. Unidades de vegetação do Pantanal dos Paiaguás. *In*: II **Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: Manejo e Conservação**. pp. 183-202. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Pantanal), Corumbá, Brasil.
- PRADO, D. E. 2003. As Caatingas da América do Sul. *In*: Leal, I. R., Tabarelli, M. e SILVA, J. M. C. (eds.). **Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife, Editora Universitária. p. 3-74.
- PRATES, A. P. L. (ed.). 2006. 2ª ed. **Atlas dos Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. 232p.
- PURVIS, A., GITTLEMAN, J. L., COWLISHAW, G. and MACE, G.M. 2000. Predicting extinction risk in declining species. **Proceedings of the Royal Society of London Series B- Biological Sciences**, 267: 1947-1952.
- REAKA-KUDLA, M. L. 1997. The global biodiversity of coral reefs: a comparison with rain forests. pp. 83-108. *In*: Reaka-Kudla, M. L., Wilson, E. D and Wilson, E. O. (eds.) **Biodiversity II: Understanding and protecting our biological resources**. J. H. Press. Washington, D. C. 549 pp.
- REDFORD, K. H. e FONSECA, G. A. B. da. 1986. The role of gallery forests in the zoogeography of the Cerrado's non-volant mammalian fauna. **Biotropica**, 18: 126-135.
- RIBEIRO, J. F., SANO, S. M. e da SILVA, J. A.. 1981. Chave preliminar de identificação dos tipos fisionômicos da vegetação do Cerrado. pp. 124-133 *In*: **Anais do XXXII Congresso Nacional de Botânica**. Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Brasil.
- RIZZINI, C.T. 1963. Nota prévia sobre a divisão fitogeográfica do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** 25: 3-64.
- RODRIGUES, A. S. L., ANDELMAN, S. J., BAKARR, M. I., BOITANI, L., BROOKS, T. M., COWLING, R. M., FISHPOOL, L. D. C., FONSECA, G. A. B. da, GASTON, K. J., HOFFMANN, M., LONG, J., MARGUET, P. A., PILGRIM, J. D., PRESSEY, R. L., SCHIPPER, J., SECHREST, W., STUART, S. N., UNDERHILL, L. G., WALKER, R.W., WATTS, M. E. J. e YAN, X. 2003. **Global Gap Analysis: towards a representative network of protected areas**. Washington D.C., Conservation International.
- RODRIGUES, M. T. 1984. Uma nova espécie brasileira de *Tropidurus* com crista dorsal (Sauria, Iguanidae). **Papéis Avulsos do Departamento de Zoologia**, São Paulo 35: 361-366.
- RODRIGUES, M. T. 1987. Sistemática, ecologia e zoogeografia dos *Tropidurus* do

- grupo *Torquatus* ao sul do rio Amazonas (Sauria, Iguanidae). **Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo**, 31: 105-203.
- RODRIGUES, M. T. 1988. Distribution of lizards of the genus *Tropidurus* in Brazil (Sauria, Iguanidae). *In: Proceedings of a workshop on neotropical distribution patterns*. Heyer, W. R. e. Vanzolini, P., E (eds.). Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, Brasil: 305-315.
- RODRIGUES, M. T. 1996. Lizards, snakes and amphisbaenians from the Quaternary sand dunes of the Middle Rio São Francisco: Bahia: Brazil. **Journal of Herpetology** 30: 513-523.
- ROSA, R. S., MENEZES, N. A., BRITSKI, H. A., COSTA, W. J. E. M. e GROTH, F. 2003. Diversidade, padrões de distribuição e conservação dos peixes da Caatinga. *In: Leal, I. R., Tabarelli, M. e Silva, J. M. C. (eds.). Ecologia e Conservação da Caatinga*. Recife, Editora Universitária. p. 3-74.
- ROSSI-WONGTSCHOWSKI, C. L. D. B., VALENTIN, J. L., JABLONSKI, S., AMARAL, A. C. Z., HAZIN, F. H. V. e EL-ROBRINI, M. 2006. Ambiente Marinho. *In: Programa REVIZEE – Relatório Executivo: Avaliação do potencial sustentável de recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva do Brasil*. Ministério do Meio Ambiente. 279pp.
- SALAZAR, L. F, NOBRE, C. A. e OYAMA, M. D. (no prelo) Climatic change consequences on the biome distribution in tropical South America. **Geophysical Research Letters**.
- SANDERSON, E. W., CHETKIEWICZ, C. L. B., MEDELLIN, R. A, RABINOWITZ, A., REDFORD, K. H., ROBINSON, J. G. y TABER, A. B. 2002. Un análisis geográfico del estado de conservación y distribución de los jaguars através de su área de distribución. *In: Medellín, R. A., Equihua, C., Chetkiewicz, C. L. B., Crawshaw JR, P. G., Rabinowitz, A., Redford, K. H, Robinson, J. G., Sanderson, E. W. e. Taber, A. B. (eds.). El jaguar en el nuevo milenio*. pp. 551-560. Fondo de Cultura Económica, Universidad Nacional Autónoma de México, México e Wildlife Conservation Society, Nova York.
- SICK, H. 1965. A fauna do Cerrado. **Arq. Zool.**, São Paulo 12: 233-335.
- SILVA, J. F.; FARIÑAS, M. R.; FELFILI, J. M. e KLINK, C. A. 2006. Spatial heterogeneity, land use and conservation in the cerrado region of Brazil. **Journal of Biogeography** (2006) 33, 536–548.
- SILVA, J. M. C. and OREN, D. C. 1997 Geographic variation and conservation of the Moustached Woodcreeper (*Xiphocolaptes falcirostris*), an endemic and threatened species of northeastern Brazil. **Bird Conservation International** 7: 263-274.
- SILVA, J. M. C. da and BATES, J., M. 2002. Biogeographic patterns and conservation in the South American Cerrado: a tropical savanna hotspot. **BioScience** 52: 225-233.
- SILVA, J. M. C., SOUZA, M. A., BIEBER, A. G. D. e CARLOS, C. J. 2003. Aves da Caatinga: Status, uso do hábitat e sensibilidade. *In: Leal, I. R., Tabarelli, M. e Silva, J. M. C. (eds.). Ecologia e Conservação da Caatinga*. Recife, Editora Universitária. p.237-273
- SILVA-DIAS, M. A. F., RUTLEDGE, S., KABAT, P., SILVA DIAS, P. L., NOBRE, C., FISCH, G., DOLMAN, A. J., ZIPSER, E., GARSTANG, M., MANZI, A., FUENTES, J. D., ROCHA, H., MARENGO, J., PLANA-FATTORI, A., SÁ, L. D. A., ALVALÁ, R. C. S., ANDREAE, M. O., ARTAXO, P., GIELOW, R. and GATTI, L. 2002. Clouds and rain processes in a biosphere atmosphere interaction context in the Amazon Region. **Journal of Geophysical Research** 107(D20): 46.1-46.23.
- SOUZA, M. A. 2004. **Padrões de distribuição e a conservação das Aves Passeriformes da Caatinga**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi. 124p.

- STRAMMA, L. e ENGLAND, M. 1999. On the water masses and mean circulation of the South Atlantic Ocean. **Ocean. J. Geophys. Res.**, 104: 20863 – 20883.
- TABARELLI, M. e VICENTE, A. 2002. Lacunas de conhecimento sobre as plantas da Caatinga. Pp. 25-40 *In*: Sampaio, E. V. S. B., Giulietti, A. M., Virgínio, J. e Gamarra-Rojas, C. F. L. (orgs) **Vegetação e flora da Caatinga**. Associação Plantas do Nordeste e Centro Nordestino de Informações sobre Plantas, Recife.
- TANSEY, K., GRÉGOIRE, J.M., STROPPIANA, D., SOUSA, A., SILVA, J., PEREIRA, J. M. C., BOSCHETTI, L., MAGGI, M., BRIVIO, P. A., FRASER, R., FLASSE, S., ERSHOV, D., BINAGHI, E., GRAETZ, D. e PEDUZZI, P. 2004. Vegetation burning in the year 2000: Global burned area estimates from SPOT VEGETATION data. **Journal of Geophysical Research** 109, D14S03, doi:10.1029/2003JD003589.
- THORNE-MILLER, B. 1999. **The living ocean: understanding and protecting marine biodiversity**. 2ª Ed. Island Press. Washington D.C. 214pp.
- TNC - The Nature Conservancy and World Wildlife Fund. 2006. **Standards for Ecoregional Assessments and Biodiversity Visions**. January 26, 2006. The Nature Conservancy, Arlington, VA.
- TOMAS, W.M., LIMA BORGES, P. A., ROCHA, H. J. F., SÁ FILHO, R., KUTCHENSKI JR, F. e UDRY, T. V. 2000. Potencial dos rios Aquidauana e Miranda, no Pantanal de Mato Grosso do Sul, para a conservação da ariranha (*Pteronura brasiliensis*). *In*: **Anais do III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**. pp. 1-12. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa-Pantanal, Corumbá, Brasil.
- TUBELIS, D. P. e TOMAS, W. M.. 2003. Bird species of the wetland, Brazil. **Ararajuba** 11: 5-37.
- TYLER, H. A., BROWN JUNIOR, K. S. and WILSON, K. H. (1994). **Swallowtail Butterflies of the Americas: A Study in Biological Dynamics, Ecological Diversity, Biosystematics and Conservation**. Gainesville Scientific Publishers, 1994. 376 p.
- VANZOLINI, P. E. 1976. On the lizards of Cerrado - Caatinga contact: evolutionary and zoogeographical implications (Sauria). **Papéis Avulsos de Zoologia**, São Paulo 29: 111-119.
- VANZOLINI, P. E. 1974. Ecological and geographical distribution of lizards in Pernambuco, north-eastern Brasil (Sauria). **Papéis Avulsos de Zoologia**, São Paulo 28: 61-90.
- WILLIG, M. M. e MARES, M. A. 1989. Mammals from the Caatinga: an updated list and summary of recent research. **Revista Brasileira de Biologia** 49(2): 361-367.
- WILSON, E. O. 1992. **Diversidade da Vida**. Companhia das Letras. 447 p.



Anexos



FI

11. Anexos

11.1. Decreto 5.092, de 21 de maio de 2004

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
DECRETO Nº 5.092, DE 21 DE MAIO DE 2004.**

Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e no Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º As áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente, serão instituídas por portaria ministerial.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º, a avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição da biodiversidade far-se-á considerando-se os seguintes conjuntos de biomas:

- I - Amazônia;
- II - Cerrado e Pantanal;
- III - Caatinga;
- IV - Mata Atlântica e Campos Sulinos; e
- V - Zona Costeira e Marinha.

Art. 3º A portaria a que se refere o art. 1º deste Decreto deverá fundamentar-se nas áreas identificadas no "Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO" e serão discriminadas em mapa das áreas prioritárias para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira.

Art. 4º As áreas a serem instituídas pela portaria ministerial, a que se refere o art. 1º deste Decreto, serão consideradas para fins de instituição de unidades de conservação, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, pesquisa e inventário da biodiversidade, utilização, recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de extinção e repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.

Art. 5º O disposto neste Decreto não implica restrição adicional à legislação vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.5.2004

11.2. Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004

Ministério do Meio Ambiente

PORTARIA Nº 126, DE 27 DE MAIO DE 2004

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos Decretos nos 2.519, de 16 de março de 1998 e 5.092, de 21 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidas como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no § 2º desta Portaria, doravante denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à:

I - conservação in situ da biodiversidade;

II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade;

III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado;

IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade;

V recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaças de extinção; e

VI - valorização econômica da biodiversidade.

§ 1º A lista de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, referida no caput deste artigo, deverá ser revista periodicamente, em prazo não superior a dez anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade-CONABIO, que encaminhará, se for o caso, minuta de portaria de revisão ao Ministro do Meio Ambiente.

§ 2º As descrições das áreas de que trata o caput deste artigo estão discriminadas no "Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira", publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2003 e reeditado em maio de 2004, e serão disponibilizadas no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, bem como nas sedes do órgão central do IBAMA e de suas unidades descentralizadas.

§ 3º A não inclusão de espaços territoriais na lista de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade não significa ausência ou falta de importância da biodiversidade.

Art. 2º As ações identificadas no art. 1º desta Portaria serão implementadas pelos órgãos e entidades responsáveis por elaborar e implementar políticas e programas relacionados com a biodiversidade, consideradas as seguintes classes de priorização:

I - extremamente alta;

II - muito alta; e

III - alta.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades de que trata este artigo deverão proceder aos estudos complementares para classificar as áreas relacionadas como insuficientemente conhecidas nas categorias definidas nos incisos I, II e III deste artigo ou para propor sua exclusão à Comissão Nacional de Biodiversidade-CONABIO.

Art. 3º O disposto nesta Portaria não enseja restrição adicional à legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

MARINA SILVA

11.3. Deliberação CONABIO nº 39, de 14 de dezembro de 2005



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE – CONABIO

SCEN Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco H – 70818–900 – Brasília/DF

Fone: (61) 4009-9567, Fax: (61)4009-9587, e-mail: conabio@mma.gov.br, <http://www.mma.gov.br/conabio>

Deliberação CONABIO nº 39, de 14 de dezembro de 2005

Dispõe sobre a aprovação da metodologia para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, e conforme proposta aprovada em Plenário durante a 16ª Reunião Ordinária da CONABIO, e

Considerando o Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, que define regras para a identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente, e a Portaria nº 126, de 27 de maio de 2004, que institui as Áreas Prioritárias para a Biodiversidade;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a metodologia para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, conforme o documento anexo a esta Deliberação.

Art.2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Secretário de Biodiversidade e Florestas

Presidente da CONABIO

ANEXO da Deliberação CONABIO no 39, de 14 de dezembro de 2005

METODOLOGIA DE ATUALIZAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

1 Introdução

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, assinada em 1992, representa um esforço mundial para gerar diretrizes para a manutenção da biodiversidade e tem como desafio conciliar o desenvolvimento com a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais.

O Brasil, como país signatário da CDB, deve apoiar ações que venham dotar o governo e a sociedade de informações necessárias para o estabelecimento de prioridades que conduzam à conservação, à utilização sustentável e à repartição de benefícios da diversidade biológica brasileira.

Um dos maiores desafios para os tomadores de decisão sobre a conservação da biodiversidade é a definição de planos de ação e linhas de financiamento, em função da falta de informação sobre a urgência de cada iniciativa. Dessa maneira, o estabelecimento de prioridades regionais é essencial para que as decisões políticas possam ser traduzidas em ações concretas, com a aplicação eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

Para cumprir esse objetivo, entre 1997 e 2000, o Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) realizou uma ampla consulta para a definição de áreas prioritárias para conservação na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos, e na Zona Costeira e Marinha.

Os insumos, metodologia de discussão e critérios de definição de áreas variaram ligeiramente entre as avaliações para cada bioma. De maneira geral, foram utilizadas informações disponíveis, e com base na experiência dos pesquisadores participantes dos seminários, sobre biodiversidade e pressão antrópica, dentro de cada bioma, para a definição das áreas mais relevantes. O grau de prioridade de cada uma foi definido por sua riqueza biológica, importância para as comunidades tradicionais e povos indígenas e sua vulnerabilidade.

No final do processo, foram escolhidas 900 áreas que foram reconhecidas pelo Decreto no. 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria no 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente. A portaria determina que essa lista “deverá ser revista periodicamente, em prazo não superior a dez anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO”.

Desde que os processos que determinaram essas áreas foram realizados, novas informações biológicas advindas de levantamentos e expedições se tornaram disponíveis. Isso tem alterado a percepção de como a biodiversidade se distribui em diversos biomas.

Além disso, a abordagem Planejamento Sistemático da Conservação (PSC)¹ e as ferramentas para a priorização estão em constante evolução, com destaque a procedimentos envolvendo geoprocessamento e modelagem matemática, que podem ser de grande ajuda no processo. Entretanto, essas ferramentas tecnológicas apoiam o processo de tomada de decisão, reduzindo a sua subjetividade, e não devem tomar o lugar do processo de participação e negociação na escolha das prioridades e ações. Deve ser mantido o aspecto participativo, com consulta e incorporação dos interesses e informações dos vários setores da sociedade para a definição de áreas prioritárias que tenham legitimidade, sendo este

aspecto um caráter essencial.

Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente está promovendo uma atualização das áreas prioritárias já definidas, em função de novas informações e instrumentos disponíveis. O presente documento é uma proposta de metodologia unificada para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para apreciação pela CONABIO. Para a definição desta metodologia, foi realizada a Oficina "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade – Alvos e Ferramentas", no período de 16 a 18 de novembro de 2005, em Brasília – DF. Essa oficina contou com a participação de 121 pessoas.

A abordagem Planejamento Sistemático da Conservação (PSC) foi desenvolvida buscando auxiliar no processo de tomada de decisões de agentes públicos e privados interessados na conservação da biodiversidade in situ.

Objetivos

1.1 Geral

Atualizar o "Mapa das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira", para cada um dos biomas brasileiros, considerando a informação mais atualizada e o avanço das metodologias de priorização, aprofundando o processo participativo de negociação e formação de consenso.

1.2 Específicos

1. Estabelecer sistemas e bases de informação que permitam um processo de atualização periódica do "Mapa das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira".

2. Revisar e ampliar as bases de dados regionais geradas no processo de seleção das "Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira", para atualizar as informações sobre padrões de distribuição da biodiversidade, processos ecológicos, usos da terra e tendências socioeconômicas.

3. Definir os objetos de conservação para os biomas, e suas metas de conservação, conhecimento e uso sustentável.

4. Identificar os processos causadores de degradação dos habitats e da redução da biodiversidade.

5. Identificar as tendências econômicas, as políticas governamentais e as respectivas influências sobre a diversidade biológica.

6. Identificar e avaliar os avanços e oportunidades em conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade no país, com ênfase na expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação para subsidiar a priorização de ações para conservação e uso sustentável.

7. Redesenhar, reclassificar ou acrescentar novas áreas às definidas como prioritárias selecionadas nas iniciativas de avaliação anteriores, de forma participativa e adotando-se, para tanto, as recomendações definidas pela COP7-CDB no Plano de Trabalho de Áreas Protegidas, em particular, o uso do planejamento sistemático para conservação.

8. Identificar áreas ou regiões prioritárias para o desenvolvimento de estudos específicos com vistas ao aumento do conhecimento científico e caracterização da biodiversidade.

9. Recomendar, de forma participativa, as ações prioritárias para conservação, aumento do conhecimento, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.

10. Divulgar os resultados do processo de atualização.

Abrangência geográfica

Para a atualização das áreas prioritárias para a biodiversidade, o território brasileiro será dividido em cinco grandes regiões, aproximadamente correspondentes aos biomas brasileiros:

a) Amazônia: conforme delimitação utilizada no seminário Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira, realizado em Macapá – AP, em 1999.

b) Cerrado e Pantanal: conforme delimitação utilizada no seminário Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal, realizado em Brasília – DF, em 1998;

c) Caatinga: conforme delimitação utilizada no seminário Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Bioma Caatinga, realizado em Petrolina – BA, em 2000;

d) Floresta Atlântica e Pampa: conforme delimitação utilizada no seminário Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação do Bioma Floresta Atlântica e Campos Sulinos, realizado em Atibaia – SP, em 1999;

e) Zona Costeira e Marinha: conforme delimitação utilizada no seminário Avaliação e Ações Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha, realizado em Porto Seguro – BA, em 1999.

Os limites do Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004) serão utilizados para organizar o conjunto de áreas prioritárias definidas ao final do processo de atualização.

2 Etapas

O processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, em cada um dos biomas, deverá incluir diversas etapas:

2.1 Regionalização

Dentro de cada bioma, a SBF/MMA deverá estabelecer um planejamento regionalizado das consultas e processos de negociação, atendendo às peculiaridades de cada bioma e dos setores a serem consultados.

2.2 Divulgação do processo de atualização.

Essa etapa envolverá a divulgação, para a sociedade, do andamento do processo de atualização das áreas prioritárias, e de suas etapas e da metodologia que será utilizada.

2.3 Definição dos objetos de conservação

Na segunda etapa do processo será realizado o detalhamento dos objetos de conservação, suas respectivas metas e importância relativa. Os objetos de conservação devem ser mensuráveis e mapeáveis. As seguintes categorias de objetos poderão ser consideradas na definição das áreas de importância biológica:

1. Objetos de Biodiversidade: espécies endêmicas, de distribuição restrita ou ameaçadas, habitats; fitofisionomias; fenômenos biológicos excepcionais ou raros; e substitutos de biodiversidade (unidades ambientais que indicam diversidade biológica, por exemplo: fenômenos geomorfológicos e oceanográficos, bacias hidrográficas ou interflúvios e outros).

2. Objetos de uso sustentável: Espécies de importância econômica, medicinal ou fitoterápica; áreas de beleza cênica; áreas/espécies importantes para populações tradicionais e para a manutenção do seu conhecimento; espécies-bandeira que motivem ações de conservação e uso sustentável; espécies-chave da qual depende o uso sustentado de componentes da biodiversidade; áreas importantes para o desenvolvimento com base

na conservação; áreas que fornecem serviços ambientais a áreas agrícolas (como plantios dependentes de polinização e de controle biológico); áreas importantes para a diversidade cultural e social associada à biodiversidade.

3. **Objetos de Persistência e Processos:** Áreas importantes para a manutenção de serviços ambientais (manutenção climática, ciclos biogeoquímicos, processos hidrológicos, áreas de recarga de aquíferos); centros de endemismo, processos evolutivos; áreas importantes para espécies congregatórias e migratórias; espécies polinizadoras; refúgios climáticos; conectividade e fluxo gênico; áreas protetoras de mananciais hídricos; áreas importantes para manutenção do pulso de inundação de áreas alagadas; áreas extensas para espécies de amplo requerimento de hábitat.

Para a definição desses objetos, serão realizadas consultas e negociação entre os representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas. Nessa consulta, serão definidos também os tipos de custos e benefícios que serão considerados nas etapas posteriores.

2.4 Revisar e ampliar as bases de dados

Após a definição dos objetos e metas de conservação, deverão ser coligidas ou compiladas as bases de dados que contenham as informações sobre as ocorrências dos objetos selecionados. A aquisição desse conjunto de dados é necessária, e visa revisar e ampliar as bases de dados regionais georreferenciadas geradas no processo de seleção das "Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira". Eventualmente, a lista de objetos e metas de conservação poderá ser modificada em função da disponibilidade dos dados necessários.

Nessa etapa o objetivo é levantar informações biológicas, físicas e socioeconômicas que possam ser utilizadas para determinar áreas de importância para biodiversidade e conservação de recursos naturais e qual a sua relevância para o cumprimento das metas estabelecidas.

2.5 Definição de metas e importância relativa de cada objeto.

Para cada objeto deverão ser definidos: a) a sua importância relativa na definição da relevância das áreas para a biodiversidade; e b) as metas de conservação que deverão ser atingidas pelas ações a serem propostas nas fases seguintes. As metas deverão ser quantificáveis e objetivas, considerando-se as políticas e compromissos já estabelecidos (ex: metas da Convenção sobre Diversidade Biológica).

Para a definição dessas metas e da importância relativa dos objetos, serão realizadas consultas e negociação entre os representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas.

2.6 Elaboração de um Mapa das Áreas Relevantes para a Biodiversidade

As áreas relevantes para a biodiversidade serão delimitadas levando-se em conta as decisões da COP7-CDB, os princípios de planejamento sistemático para conservação e seus critérios básicos: representatividade, persistência e vulnerabilidade dos ambientes. Serão utilizadas ferramentas de auxílio à tomada de decisão para a geração de mapas de insubstituibilidade, que representarão o grau de importância biológica que cada uma das áreas incluídas tem para atingir as metas definidas para os objetos de conservação selecionados.

A realização dessa etapa acontecerá em consulta e negociação entre os representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas.

2.7 Análise de Custos, Benefícios e Oportunidades.

Será realizada uma análise de custos e benefícios, que articula variáveis que influem positiva ou negativamente na conservação para definir o grau de dificuldade da alocação de cada região para proteger os objetos de conservação.

Ao mesmo tempo, será realizada uma análise de interesses, identificando potenciais conflitos institucionais e políticos que possam resultar da influência da determinação de áreas prioritárias sobre interesses sociais, econômicos, políticos e institucionais na região.

Também serão consideradas as oportunidades, tais como a disponibilidade de terras públicas para a criação de UCs ou gestão sustentável de florestas. Esses dados serão utilizados nas fases seguintes do processo.

A realização dessa etapa acontecerá em consulta e negociação entre os representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas.

2.8 Análise do Grau de Ameaça e Pressão Antrópica das Áreas Relevantes para a Biodiversidade.

Será analisado o grau de ameaça e pressão antrópica das áreas relevantes, considerando-se os seguintes fatores:

- . Grau ou intensidade de alteração ambiental calculado, observado ou inferido dentro de um período recente (ao menos os últimos cinco anos).
- . Grau de consolidação de infra-estrutura existente (estradas, áreas urbanas, linhas de transmissão, ferrovias, ou áreas de agricultura e pecuária).
- . Grau de fragmentação e cobertura remanescentes dos ecossistemas nativos.
- . Previsão de impactos previstos para eixos de desenvolvimento.
- . Qualquer combinação de duas ou mais variáveis citadas acima.

2.9 Definição das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade.

A partir da identificação das áreas relevantes para a biodiversidade e conservação de recursos naturais definidas na etapa anterior, da análise de custos, benefícios e oportunidades, e da análise de ameaças e pressão antrópica, serão identificadas as prioridades das áreas para a implementação das ações recomendadas.

A realização dessa etapa acontecerá em consulta e negociação entre os representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas.

2.10 Identificação das Ações de Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade nas regiões relevantes para biodiversidade.

Após a identificação das prioridades de conservação nas áreas relevantes para a biodiversidade, será feita uma ampla consulta pública com a participação de representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas, comunidades tradicionais e povos indígenas, para definição das ações prioritárias de conservação. Os participantes da consulta se distribuirão em grupos temáticos organizados de forma a definir as ações indicadas para cada área prioritária.

As ações de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios poderão incluir:

1. Ações de conservação: Criação de unidades de conservação, ampliação de unidades de conservação existentes, incentivo ao estabelecimento de mosaicos de áreas protegidas, fiscalização e controle, entre outros.

2. Ações de manejo: Implementação e consolidação de unidades de conservação existentes, recuperação de áreas degradadas, estabelecimento de corredores ecológicos,

manejo sustentável dos recursos naturais, manejo de espécies-praga ou invasoras, solução de conflitos de gestão de áreas protegidas, fiscalização e controle, entre outros.

3. Ações de pesquisa: Realização de inventários biológicos, monitoramento da biodiversidade, estudo de dinâmicas populacionais específicas, pesquisas de longo prazo, entre outros.

4. Ações institucionais: homologação de terras indígenas, reconhecimento de terras de quilombos, implantação de comitês de bacia, zoneamento ecológico-econômico, implantação de programas de educação ambiental, implementação de mecanismos econômicos para apoiar a conservação da biodiversidade, entre outros.

5. Outras Ações necessárias. Para cada ação devem ser indicados seus prazos, responsabilidades, potenciais executores e outros detalhamentos necessários.

2.11 Compilação dos Resultados do Bioma e Análise pela Conabio.

Os resultados dos seminários regionalizados de cada bioma serão compilados em um único relatório, para encaminhamento à Conabio.

2.12 Seminário Nacional para Compatibilizar os Resultados de Cada Bioma

Os resultados encontrados nas etapas anteriores serão levados para um seminário nacional, visando compatibilizar as recomendações de cada seminário regional e por bioma, considerando as sobreposições de áreas e diferentes ações recomendadas. Os resultados desse seminário nacional serão encaminhados à Conabio.

3 Realização de Consultas e Negociação

Consultas e negociação deverão ocorrer de forma regionalizada, conforme as regiões definidas pela SBF/MMA. Três etapas de consultas e negociação estão previstas, conforme a tabela abaixo:

Etapa de consulta e negociação	Etapa do processo
Mini-seminário por bioma	. Definição dos objetos conservação
Seminários regionais amplos por bioma	Definição de metas e importância relativa de cada objeto. . Elaboração de um Mapa das Áreas Relevantes para a Biodiversidade. . Análise de Custos, Benefícios e Oportunidades. . Análise do Grau de Ameaça e Pressão Antrópica das Áreas Relevantes para a Biodiversidade. . Definição das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade. . Identificação das Ações de Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade nas regiões relevantes para biodiversidade.
Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio – 1ª Aprovação	Homologação do novo mapa de áreas prioritárias de cada bioma.
Seminário nacional	. Compatibilização dos resultados de cada bioma
Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio – Ajustes	. Homologação do novo mapa de áreas prioritárias do Brasil

3.1 Mini-Seminário por Bioma

Em cada bioma, serão convidados para um mini-seminário, representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas. Na sua organização, esse mini-seminário deverá considerar as diferentes linguagens, pressupostos e estilo de participação dos representantes dos diferentes setores, e deverá favorecer o diálogo por meio de discussões setoriais específicas e intersetoriais para negociação e compartilhamento

dos resultados.

3.2 Seminários regionais amplos por bioma

Em cada bioma, serão convidados para seminários regionais, representantes do governo, setor acadêmico, instituições ambientalistas e entidades representativas das comunidades tradicionais, dos quilombolas e dos povos indígenas. Na sua organização, esses seminários deverão considerar as diferentes linguagens, pressupostos e estilo de participação dos representantes dos diferentes setores, e deverá favorecer o diálogo por meio de discussões setoriais específicas e intersetoriais para negociação e compartilhamento dos resultados.

Relatórios diagnósticos, mapas e bases de dados pré-compatibilizadas estarão disponíveis aos participantes, com as seguintes informações:

- . Caracterização, quantificação e avaliação crítica da informação disponível sobre a biodiversidade e sua utilização.
- . Ocorrência dos objetos de conservação.
- . Custos e benefícios da conservação.
- . Ameaças e pressão antrópica.
- . Tendências socioeconômicas, políticas públicas e pressões antrópicas;
- . Áreas de importância para a conservação e o seu grau de relevância para o cumprimento das metas estabelecidas.

Os participantes da consulta se distribuirão em grupos temáticos organizados para realizar as seguintes atividades:

- . Análise de Custos, Benefícios e Oportunidades.
- . Análise do Grau de Ameaça e Pressão Antrópica das Áreas Relevantes para a Biodiversidade.
- . Definição das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, conforme as categorias de classificação apontadas acima.
- . Identificação das Ações de Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade nas regiões relevantes para biodiversidade.

3.3 Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio – 1ª Aprovação

Os resultados de cada um dos biomas serão submetidos à Conabio para aprovação, podendo, ou não, resultar na atualização imediata das áreas prioritárias.

3.4 Seminário Nacional

Os resultados de cada um dos biomas serão compatibilizados em um seminário nacional, com participação de representantes dos processos de cada bioma.

3.5 Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio – Ajustes

Os resultados do Seminário Nacional serão submetidos à Conabio para aprovação para resultar na atualização imediata das áreas prioritárias.

4 Divulgação dos Resultados

Após a consolidação dos mapas por bioma das “Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, estes, juntamente com os relatórios contendo as ações recomendações, e as bases de dados,

deverão ser publicados em formato impresso e digital (interativo).

Supervisão

Todos os processos de atualização das áreas prioritárias em cada bioma serão acompanhados pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DCBio/SBF/MMA) e Conabio por meio de relatórios periódicos elaborados pelos responsáveis por cada bioma.

Para promover a integração entre os processos de revisão será criada uma Comissão Coordenadora do Processo de Atualização das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, coordenada pela DCBio/SBF/MMA, com representantes de cada uma das equipes responsáveis. Esta comissão será responsável por tomar decisões sobre questões que venham a surgir e permitir a troca de experiências, além de auxiliar a Conabio no acompanhamento das revisões.

11.4. Deliberação CONABIO nº46, de 20 de dezembro de 2006



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO
SCEN Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco H – 70818-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 4009-9567, Fax: (61) 4009-9594, e-mail: conabio@mma.gov.br, http://
www.mma.gov.br/conabio**

Deliberação CONABIO nº 46, de 20 de dezembro de 2006.

Aprova a minuta do texto da Portaria de Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, e conforme proposta aprovada em Plenário durante a 12ª Reunião Extraordinária da CONABIO e de acordo com a metodologia aprovada em sua Deliberação nº 39, de 14 de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a minuta do texto da Portaria de Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Anexo).

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO
Secretário de Biodiversidade e Florestas
Presidente da CONABIO

11.5. Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE PORTARIA nº 9, DE 23 DE JANEIRO DE 2007

A **MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos Decretos nºs 2.519, de 16 de março de 1998 e 5.092, de 21 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidas como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no § 2º desta Portaria, doravante denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à:

- I - conservação in situ da biodiversidade;
- II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade;
- III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado;
- IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade;
- V - recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de extinção; e
- VI - valorização econômica da biodiversidade.

§ 1º A lista de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, referida no caput deste artigo, deverá ser revista periodicamente, em prazo não superior a cinco anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade-CONABIO, competindo a emissão de portaria de revisão ao Ministro do Meio Ambiente.

§ 2º As descrições das áreas de que trata o caput deste artigo estão discriminadas no sítio eletrônico do "Portal Brasileiro sobre Biodiversidade – PortalBio" do Ministério do Meio Ambiente-MMA (<http://www.mma.gov.br/portallbio>) e no Portal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA (<http://www.ibama.gov.br>).

§ 3º Espaços territoriais não incluídos na lista de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade não são necessariamente desprovidos de importância biológica.

Art. 2º As ações identificadas no art. 1º desta Portaria serão implementadas considerando as seguintes classes de importância biológica e de priorização de ação:

- I - Classes de importância biológica:
 - a - extremamente alta;
 - b - muito alta;
 - c - alta; e
 - d - insuficientemente conhecida.
- II - Classes de Prioridade de Ação:
 - a - extremamente alta;

b - muito alta; e

c - alta

§ 1º A delimitação e a priorização destas áreas não restringe o acesso às políticas públicas destinadas aos povos indígenas e comunidades locais beneficiárias do II Plano Nacional de Reforma Agrária ou do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos termos do artigo 189 da Constituição Federal e da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 3º O MMA fica responsável pela criação, e gestão de um Banco de Dados Virtual e Integrado sobre a Biodiversidade Brasileira, incorporando as bases de dados utilizadas no processo de atualização de áreas prioritárias, e pela alimentação contínua do mapa de importância biológica e inclusão de novas informações sobre biodiversidade.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não enseja restrição adicional à legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2004, Seção 1, página 142.

MARINA SILVA

11.6. Orientações para Seminários Regionais

Manual para Reuniões Regionais do processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade

1. Antecedentes

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, assinada em 1992, aborda aspectos importantes referentes ao tema biodiversidade, tais como: conservação e utilização sustentável, identificação e monitoramento, conservação *ex situ* e *in situ*, pesquisa e treinamento, educação e conscientização pública, minimização de impactos negativos, acesso a recursos genéticos, acesso à tecnologia e transferência, intercâmbio de informações, cooperação técnica e científica, gestão da biotecnologia e repartição de seus benefícios, entre outros.

O desafio da CDB é conciliar o desenvolvimento com a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica. Esta tarefa não terá êxito, no entanto, sem a ajuda tecnológica e financeira dos países economicamente desenvolvidos. Não se pode fazer pesquisas sem os recursos genéticos dos países pobres e/ou em desenvolvimento, geralmente ricos em biodiversidade.

A CDB trata dessas assimetrias e propõe diretrizes para superá-las, reconhecendo o princípio da divisão dos custos decorrentes do uso da biodiversidade e dos benefícios advindos da comercialização dos produtos resultantes do intercâmbio entre países ricos e países pobres.

O Brasil, como país signatário da CDB, deve apoiar ações que venham a dotar o governo e a sociedade de informações necessárias para o estabelecimento de prioridades que conduzam à conservação, à utilização sustentável e à repartição de benefícios da diversidade biológica brasileira.

Para cumprir com as diretrizes e as demandas da CDB, o País deve elaborar sua Política Nacional de Diversidade Biológica, bem como implementar o Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO, viabilizando as ações propostas pela Política Nacional.

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, o componente executivo do PRONABIO, tem como objetivo principal apoiar iniciativas que ofereçam informações e subsídios básicos para a elaboração

tanto da Política como do Programa Nacional.

Avaliar e identificar áreas e ações prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros mostraram-se iniciativa pioneira e instigante, devido à grande representatividade e importância da biodiversidade brasileira, para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Com o desenvolvimento do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), pela primeira vez, foi possível identificar as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, avaliar os condicionantes socioeconômicos e as tendências atuais da ocupação humana do território brasileiro, bem como formular as ações mais importantes para conservação dos nossos recursos naturais.

Entre 1997 e 2000, o PROBIO realizou uma ampla consulta para a definição de áreas prioritárias para conservação na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos, e na Zona Costeira e Marinha.

Os insumos, metodologia de discussão e critérios de definição de áreas variaram ligeiramente entre as avaliações para cada bioma. De maneira geral, a definição das áreas mais relevantes foi baseada nas informações disponíveis sobre biodiversidade e pressão antrópica, e na experiência dos pesquisadores

participantes dos seminários de cada bioma. O grau de prioridade de cada uma foi definido por sua riqueza biológica, importância para as comunidades tradicionais e povos indígenas e sua vulnerabilidade.

No final do processo, foram escolhidas 900 áreas que foram reconhecidas pelo Decreto no. 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria no. 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente. A portaria determina que essa lista "deverá ser revista periodicamente, em prazo não superior a dez anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO".

Desde que os processos que determinaram essas áreas foram realizados, novas informações biológicas advindas de levantamentos e expedições se tornaram disponíveis. Isso altera a percepção de como a biodiversidade se distribui em diversos biomas.

Neste momento a atualização das Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade, em função da disponibilidade de novas informações e instrumentos, é uma prioridade do MMA, em consonância com as estratégias sugeridas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), pelo Plano de Ação Nacional para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade (PAN- Bio), aprovado na 9ª Reunião Extraordinária (Deliberação CONABIO nº 40 de 07/02/06); e pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto nº 5758 de 13/04/2006.

A metodologia proposta para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira foi discutida na Oficina "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade – Alvos e Ferramentas", no período de 16 a 18 de novembro de 2005, em Brasília – DF, e posteriormente aprovada pela CONABIO, em sua 16ª Reunião Ordinária (Deliberação CONABIO nº 39 de 14/12/2006).

Tal metodologia incorpora os princípios de planejamento sistemático para conservação e seus critérios básicos (representatividade, persistência e vulnerabilidade dos ambientes), e prioriza o processo participativo de negociação e formação de consenso.

Cabe ao MMA disponibilizar os meios e os instrumentos necessários ao processo de atualização das áreas prioritárias de forma a garantir a participação da sociedade e o alcance do resultado, que deve refletir as decisões tomadas nos grupos de trabalho dos seminários regionais, usando como subsídio as bases de dados compiladas durante o processo de preparação. O MMA considera que a revisão das áreas deve ser um processo participativo e espera a contribuição de todos os segmentos convidados.

O processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias é realizado de forma simultânea, no âmbito de todos os biomas brasileiros. As primeiras etapas do processo (Seminários ou Oficinas Técnicas) ocorreram no período de maio a setembro de 2006, com a definição dos objetos conservação, a definição de metas e importância relativa de cada objeto e a elaboração de um Mapa das Áreas Relevantes para a Biodiversidade.

Vários são os interesses, necessidades, opiniões, experiências e envolvimento das pessoas, instituições ou associações que farão parte desse processo. Antecipando-se à possível diversidade nas formas de encaminhamento das propostas elaboradas pelos consultados, o MMA criou este documento com o intuito de auxiliar o processo de consulta, que procura mostrar, de forma clara e detalhada o modo pelo qual será desenvolvida a consulta; os setores envolvidos; tipos de atividades relacionadas com os temas sugeridos e uma série de exemplos ilustrativos para a elaboração das propostas e atualização das áreas e ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade

2.Objetivo da Reunião Regional

As reuniões regionais têm como principal objetivo promover a revisão/atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade através de um processo participativo de consulta à representantes da sociedade.

3.Composição dos convidados para a Reunião Regional

As reuniões regionais serão compostas pelos diversos setores da sociedade, promovendo uma ampla consulta:

- setor do governo no âmbito federal, estadual e representantes municipais
- setor acadêmico e de pesquisa (muitos já participaram do seminário técnico/científico*)
- setor de organizações não governamentais (ONGs)
- representantes de populações indígenas, quilombolas, populações tradicionais, caiçaras, etc.
- setor produtivo e de desenvolvimento

* Seminário Técnico/Científico foi realizado para identificação das informações existentes sobre a biodiversidade que foram compiladas segundo conceitos do planejamento sistemático da conservação e serão utilizadas como subsídios nos seminários regionais.

4.Principais Fontes de Informações

O Ministério do Meio Ambiente levará para o evento um conjunto de informações compiladas que serão utilizadas como subsídios para o desenvolvimento das atividades.

Entre essas informações é importante ressaltar:

- Base Cartográfica contendo informações de limites administrativos, hidrografia, sistema de transporte, sedes municipais;
- Remanescentes da Vegetação Natural - interpretados sobre imagem de satélite que está sendo elaborado por estudos do PROBIO ou compilados por informações de outras instituições;
- Áreas Prioritárias (Mapa Atual) - identificadas nos subprojetos do PROBIO e reconhecidas pelo Decreto no. 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria no. 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente;
- Unidades de Conservação e Terras Indígenas - mapa de Unidades de Conservação de âmbito federal e estadual e mapa das terras indígenas;
- Mapa de Importância Biológica - gerado através da análise dos alvos e metas apontados por especialistas durante reunião técnica preparatória;
- Proposta preliminar das novas áreas prioritárias - geradas através da análise do mapa de importância biológica.

Além das informações compiladas pelo MMA, os participantes podem levar informações adicionais que auxiliem na revisão, identificação, inclusão, caracterização, priorização e proposição de ações para as áreas prioritárias

5.Principais atividades do evento regional

O MMA levará para as Reuniões Regionais uma versão preliminar das áreas prioritárias e o mapa de Importância Biológica.

Os grupos serão divididos por região.

5.1. A primeira atividade será rever a delimitação das áreas prioritárias

- Rever cada uma das áreas propostas pelo MMA para permitir ajustes em sua delimitação, com base em informações adicionais como:

- Polígonos de áreas prioritárias anteriores
- Polígonos de áreas prioritárias de outros estudos
- Limites naturais, legais ou administrativas (sub-bacias, UCs, etc)

- Rever áreas prioritárias do exercício anterior que não foram contempladas nas novas áreas propostas

- Discutir a inclusão de novas áreas a partir de informações adicionais trazidas pelos integrantes do grupo

Visando otimizar o processo e aproveitar as informações discutidas, a caracterização da área (2ª atividade) deverá ser feita durante a discussão de ajuste ou pertinência de cada área, já que o grupo deverá discutir sua importância para biodiversidade.

- O mapa de Importância Biológica que será gerado para cada BIOMA utiliza os conceitos de insubstituibilidade, representatividade e vulnerabilidade (característica intrínseca do alvo). Sem considerar ameaças (externa), risco (combinação da vulnerabilidade e ameaça) e oportunidades de uso sustentável e repartição de benefícios, que serão considerados na análise de prioridade de cada Área.

- As áreas prioritárias devem ser subdivididas quando as ações puderem ser diferenciadas (área para criação de UC de Proteção Integral/Área para criação de corredor com ações de recuperação, etc.)

5.2. A segunda atividade será Caracterizar as Áreas Definidas

- Caracterização

- manutenção de Espécies Endêmicas
- Manutenção de Espécies Ameaçadas
- Importância na manutenção de serviços ambientais (proteção de mananciais/recargas de aquíferos/proteção do solo/manutenção do clima/microclima, etc.)
- Proteção dos aspectos cênicos e paisagísticos (serras, montanhas, cachoeiras, lagos, cânions, etc.)
- Proteção de ecossistemas/Serviços Ecossistêmicos
- Proteção de ecótonos
- Manutenção de corredores de biodiversidade

- Oportunidades para conservação da Biodiversidade

1. Existência de RPPNs
2. Potencial para Turismo Ecológico

3. Formas de uso compatíveis com a preservação da biodiversidade
4. Existência de demandas sociais locais em prol da conservação

- Ameaças à Biodiversidade

5. Expansão agrícola sem controle ambiental
6. Expansão da área urbana desordenada
7. Expansão de ocupação de turismo/lazer sem controle ambiental
8. Projetos de infra-estrutura
9. Ameaça de caça e tráfico de animais
10. Desmatamento
11. Exploração de espécies ameaçadas de extinção
12. Obras de infraestrutura

5.3. A terceira atividade será Detalhar as Ações mais adequadas à Área:

- Conservação in situ

13. estabelecimento de corredores ecológicos entre as unidades de conservação;
14. estabelecimento de mecanismos de integração entre os sistemas de unidades de conservação federal, estaduais e municipais;
15. estabelecimento prioritário de novas unidades de conservação junto ou próximo a outras existentes, para aumento da área efetiva sob proteção;
16. criação e fortalecimento de reservas genéticas in situ, com ênfase para espécies ameaçadas de extinção;
17. regularização da situação fundiária das unidades de conservação estabelecidas;
18. integração da conservação de populações, espécies e recursos genéticos e formas de uso sustentável, por meio de projetos de manejo integrado dos recursos naturais;
19. controle do intercâmbio e erradicação de espécies exóticas invasoras de ecossistemas e habitats;
20. recuperação e restauração de ecossistemas degradados;
21. conservação de espécies de uso agrário e extrativista junto a comunidades locais de agricultores e populações indígenas;
22. preservação e manutenção do conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, relevantes para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica;
23. capacitação de pessoal técnico para o manejo e gestão de unidades de conservação;

- Inventário e identificação da diversidade biológica

24. realização de inventários taxonômicos de espécies de plantas, animais e Microorganismos;
25. avaliação da diversidade genética de plantas, animais e microorganismos de valor atual ou potencial;
26. levantamento da diversidade de espécies silvestres aparentadas com

espécies cultivadas, domesticadas ou de valor potencial (cultivo, medicina, fonte de proteína, cultural e pesquisa científica);

27. caracterização morfológica e genética dos componentes da biodiversidade;

28. levantamento e documentação do conhecimento tradicional associado ao uso dos recursos biológicos;

29. valoração econômica dos componentes da diversidade biológica, seus produtos e serviços.

- Monitoramento e avaliação e mitigação de impactos

30. monitoramento contínuo da diversidade de espécies ameaçadas de extinção;

31. avaliação de impacto ambiental de projetos e ações de desenvolvimento, particularmente sobre a diversidade biológica;

32. restauração e reabilitação de ecossistemas;

33. recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;

34. realização de estudos e pesquisas sobre as causas de degradação e redução dos componentes da diversidade biológica;

35. criação ou ampliação de incentivos à reciclagem e redução de demanda sobre os recursos biológicos;

36. monitoramento, prevenção e combate às queimadas;

37. monitoramento e combate ao desmatamento;

38. realização de estudos e levantamentos sobre as dinâmicas socioeconômicas e causas de degradação e redução de componentes da diversidade biológica.

- Conservação ex situ

39. enriquecimento da variabilidade genética mantida em bancos específicos, por meio da coleta, introdução e intercâmbio de materiais genéticos de valor real ou potencial;

40. formação de coleções nucleares;

41. realização de levantamentos etnobotânicos;

42. desenvolvimento de novos mercados para variedades locais e espécies não tradicionais.

- Utilização sustentável de componentes

43. combate à utilização não sustentável de recursos biológicos em todos os tipos de comunidades humanas;

44. suporte a populações locais no desenvolvimento e adoção de ações corretivas em áreas degradadas, nas quais a diversidade biológica tenha sido reduzida;

45. proteção e estímulo a formas de utilização da diversidade biológica, baseadas em práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou de utilização sustentável;

46. incentivo a projetos de manejo e uso sustentável propostos e administrados por associações e comunidades locais;

47. cooperação entre governo e iniciativa privada na elaboração de métodos de utilização sustentável dos recursos biológicos.

- Distribuição de benefícios

48. criação ou ampliação de incentivos financeiros a indivíduos e comunidades relacionados à conservação e uso sustentável da diversidade biológica;
49. cadastramentos e levantamentos antropológicos e de etno-conhecimento sobre as formas de geração e controle do conhecimento da biodiversidade pelas comunidades locais tradicionais indígenas e não indígenas, bem como de seus sistemas de manejo;
50. apoio às comunidades, locais, indígenas e não indígenas, no processo de reconhecimento de seus conhecimentos e práticas tradicionais de manejo da diversidade biológica;
51. orientação e estímulo à distribuição de benefícios derivados do uso comercial dos componentes da diversidade biológica;
52. valoração da diversidade biológica nos níveis de ecossistemas, espécies e genes;
53. apoio a populações locais para desenvolver e implementar ações de recuperação de áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida.

- Educação e conscientização pública

54. Promoção e estímulo ao entendimento dos objetivos da Convenção, por meio de programas de educação ambiental e conscientização pública de toda a sociedade;
55. turismo ambiental sustentável;
56. programas de repasse de informação qualificada sobre diversidade biológica para multiplicadores inseridos em segmentos-chaves da sociedade.

- Aspectos legais

57. criação ou ampliação de incentivos a comunidades relacionados com a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, ancorados na legislação;
58. Homologação de Terras Indígenas
59. Reconhecimento de terras de quilombos
60. Implantação de comitês de bacia
61. Zoneamento ecológico-econômico
62. identificação de pontos conflitantes, e avaliação da legislação associada aos setores produtivos, que afetam a diversidade biológica (por exemplo: agricultura, silvicultura, produção de energia, pesca, mineração, turismo, entre outros);
63. elaboração de sistemas sui generis de proteção do conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos.

Nas opções abaixo, será marcado SIM ou NÃO, para facilitar a pesquisa no banco de dados:

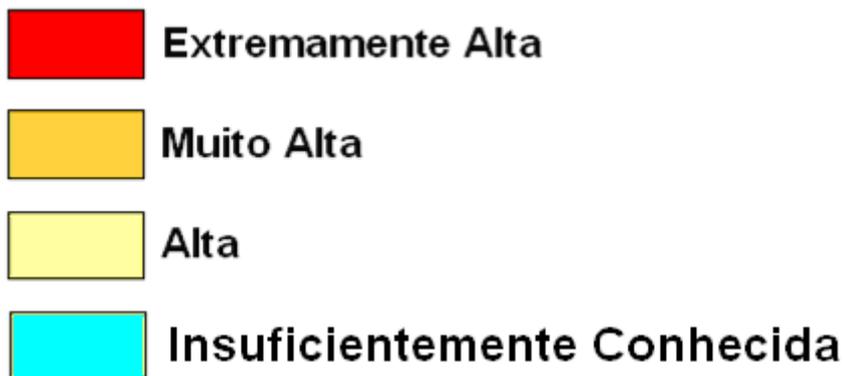
- Criação/ ampliação de UC:

64. Sugestão de Grupo: Proteção Integral ou Uso Sustentável;
 - Recuperação de Áreas Degradadas;
 - Recuperação de populações de espécies ameaçadas;
 - Formações de Mosaicos/ Corredores;

- Controle de Espécies Invasoras;
- Manejo sustentável dos Recursos Naturais;
- Fiscalização;
- Educação Ambiental;
- Realização de Estudos Antropológicos;
- Realização de Estudos do Meio Físico;
- Realização de Inventário Biológico;
- Elaboração/ Implantação de Plano de Manejo de UC.

5.4. A quarta atividade será *PRIORIZAR as áreas definidas*

Importância para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Simbolizado com cores:



Urgência de ações. Simbolizado com Hachuras:



Os critérios para definição da urgência de ações serão definidos de acordo com as características de cada bioma, utilizando dois ou mais dos elementos abaixo:

65. importância biológica
66. grau de estabilidade
67. grau de ameaça
68. oportunidades

6. Perguntas e Respostas:

1. Áreas não apontadas como Áreas Prioritárias são áreas sem importância biológica?

Resp: Não. Todas as áreas naturais são importantes para conservação da biodiversidade e devem ser preservadas conforme a legislação vigente. O estabelecimento de prioridades visa orientar as políticas públicas e os investimentos em conservação.

2. Por que rever o mapa de áreas prioritárias?

Resp: A portaria no. 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente determina que essa lista de áreas prioritárias "deverá ser **revista periodicamente**, em prazo não superior a dez anos, à **luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais**, pela Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO".

O Ministério do Meio Ambiente considerou que o avanço do conhecimento sobre a biodiversidade e da base de informações disponíveis são ideais para se iniciar o processo de atualização do mapa de áreas prioritárias. Parte das áreas indicadas no processo anterior já foram estudadas e/ou tiveram ações de intervenção.

3. Porque alterar a metodologia utilizada no projeto anterior?

Resp: A metodologia anterior tem o mérito de ser o primeiro grande esforço de priorização. A incorporação de conceitos do Planejamento Sistemático da Conservação e a melhor utilização de informações georreferenciadas permitem ajustar algumas deficiências do projeto anterior:

- a integração das informações produzidas pelos grupos ocasionou a perda de muitas informações significativas;

- a metodologia anterior não incorporava o conceito de complementaridade, que ressalta áreas com espécies ainda não protegidas no sistema atual de Unidades de Conservação;

- a subjetividade é uma característica que vai sempre estar presente nesse tipo de atividade, mas, na metodologia anterior ela não estava explicitada e não podia ser avaliada nem replicada (repetida com os mesmos resultados);

- as informações nas quais se baseou a definição das áreas prioritárias anteriores não serão desprezadas, mas refinadas e analisadas novamente à luz de uma metodologia que incorpora princípios capazes de tornar mais eficiente a priorização;

- áreas não inventariadas não poderiam ser avaliadas no processo anterior. Quando se usa características ambientais (vegetação, geo-unidades, etc), pode-se avaliar o valor complementar mesmo de áreas ainda pouco estudadas.

4. Como foi definida a metodologia para revisão das áreas prioritárias?

Resp: Para harmonizar metodologias que pudessem ser comuns aos diversos biomas, realizou-se uma ampla discussão envolvendo técnicos do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ONG's e especialistas, onde foi consenso a utilização da metodologia de Planejamento Sistemático para a Conservação (PSC) para atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade em todos os biomas.

A discussão da metodologia proposta para revisão das Áreas Prioritárias foi realizada na Oficina "Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade – Alvos e Ferramentas", no período de 16 a 18 de novembro de 2005, em Brasília – DF, e foi posteriormente aprovada pela CONABIO, em sua 16ª Reunião Ordinária (Deliberação CONABIO nº 39 de 14/12/2006).

5. O que são os Alvos e Metas estabelecidos no sistema atual?

Resp: Os alvos ou "objetos de conservação" são utilizados pelo sistema para identificação das áreas de maior importância biológica conhecida. Cada alvo identificado entra no sistema através da espacialização da sua ocorrência potencial. A meta é estabelecida como a área mínima necessária para garantir a preservação de cada alvo. Ela pode ser estabelecida com base em uma área mínima requerida para abrigar um número de populações viáveis da espécie. O sistema de cálculo matemático utiliza a meta de conservação para identificar as áreas prioritárias para conservar os alvos escolhidos.

6. Quais os tipos de Alvos de Conservação?

Resp: De acordo com a metodologia aprovada, os alvos podem ser divididos em 3 grupos:

Alvos de Biodiversidade:

Espécies endêmicas, de distribuição restrita ou ameaçadas, habitats; fitofisionomias; fenômenos biológicos excepcionais ou raros; e indicadores/substitutos de biodiversidade (unidades ambientais que indicam diversidade biológica, por exemplo: fenômenos geomorfológicos e oceanográficos, bacias hidrográficas ou interflúvios e outros).

Alvos de Uso Sustentável: Espécies de importância econômica, medicinal ou fitoterápica; áreas de beleza cênica; áreas/espécies importantes para populações tradicionais e para a manutenção do seu conhecimento; espécies-bandeira que motivem ações de conservação e uso sustentável; espécies-chave da qual depende o uso sustentado de componentes da biodiversidade; áreas importantes para o desenvolvimento com base na conservação; áreas que fornecem serviços ambientais a áreas agrícolas (como plantios dependentes de polinização e de controle biológico); áreas importantes para a diversidade cultural e social associada à biodiversidade.

Alvos de Persistência e Processos:

Áreas importantes para a manutenção de serviços ambientais (manutenção climática, ciclos biogeoquímicos, processos hidrológicos, áreas de recarga de aquíferos); centros de endemismo, processos evolutivos; áreas importantes para espécies congregatórias e migratórias; espécies polinizadoras; refúgios climáticos; conectividade e fluxo gênico; áreas protetoras de mananciais hídricos; áreas importantes para manutenção do pulso de inundação de áreas alagadas; áreas extensas para espécies de amplo requerimento de habitat.

7. As Metas não são subjetivas?

Resp: As metas são subjetivas e atribuídas com base no conhecimento da área mínima para garantir a preservação de cada alvo de conservação. Mesmo sendo subjetiva, ela está documentada e pode ser alterada para criação de cenários e análise de qual o impacto de sua alteração sobre o produto final. A subjetividade na atribuição das metas pode ser reduzida com base no conhecimento das características e necessidades de área de cada alvo. Também, ao atribuir metas e acompanhar seu efeito a longo prazo, as futuras revisões se tornarão cada vez mais objetivas.

8. Qual a função do sistema de modelagem matemática utilizado na metodologia atual?

Resp: O sistema de modelagem matemática tem uma função muito limitada na análise. Sua utilização permite o cálculo do grau de importância biológica de cada área para preservação das metas e alvos estabelecidos. O resultado final depende da escolha correta dos alvos e sua espacialização e do correto estabelecimento de metas. O sistema apenas automatiza a análise desses alvos e metas, incorporando

os princípios de complementaridade, insubstituibilidade e eficiência à priorização das áreas.

9. O resultado do sistema é confiável?

Resp: A confiabilidade do resultado do sistema está intimamente ligada à qualidade da escolha dos alvos e do estabelecimento de metas. A escolha dos alvos, para esse processo de revisão das áreas prioritárias, está limitada à qualidade e disponibilidade de informações disponíveis e sistematizadas para o BIOMA. No entanto, os alvos apontados como importantes para o bioma que não têm informações sistematizadas e especializadas foram documentados para indicar a necessidade de mapeamentos futuros. Por esse motivo, foi realizado um seminário técnico que orientou a escolha dos alvos, das metas e das melhores bases disponíveis. A partir desse seminário foi possível chegar à elaboração dos mapas de importância biológica que serão levados para as reuniões regionais. O resultado deve ser utilizado como subsídio técnico para orientar as discussões e deverá permitir adequações baseadas em novos elementos trazidos pelos participantes.

10. Porque utilizar hexágonos nos sistemas de modelagem matemática?

Resp: O sistema precisa ter uma base de classificação regional para poder comparar a importância de cada uma das áreas. Pode-se utilizar uma quadrícula ou hexágonos para subdividir a área analisada. A utilização de hexágonos tem melhor resultado quando se considera o efeito de borda entre as áreas.

11. Qual a composição dos participantes das reuniões regionais?

Resp: As reuniões regionais, tendo em vista seu caráter consultivo e participativo, terão como participantes os diversos segmentos da sociedade, incluindo:

- setor do governo no âmbito federal, estadual e representantes municipais;
- setor acadêmico e de pesquisa (muitos já participaram do seminário técnico);
- setor das organizações não governamentais (ONG's);
- representantes de populações indígenas, quilombolas, populações tradicionais, caçaras, etc;
- setor produtivo e de desenvolvimento.

12. Porque incluir setor desenvolvimentista na definição de áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e distribuição dos benefícios da biodiversidade?

Resp: A participação do setor desenvolvimentista é importante para indicação de áreas prioritárias, principalmente ligadas à distribuição dos benefícios da biodiversidade, bem como para contribuição na indicação de ações de conservação e utilização sustentável para cada área. Ainda, é importante a presença do setor produtivo para que o processo e os critérios adotados possam ser conhecidos e, quando possível, compartilhado com outras iniciativas.

13. O mapa de importância biológica resultante dos sistemas de modelagem tem caráter impositivo?

Resp: O Mapa de importância biológica é resultante de uma modelagem que seguiu orientações e apontamentos de um seminário técnico, que contou com a presença de vários especialistas. Mesmo seguindo essas orientações, a qualidade do produto está relacionada com a disponibilidade de informações para o BIOMA. Por isso o mapa de importância biológica não deve ser utilizado com caráter impositivo, e sim como subsídio para o estabelecimento das áreas prioritárias, e

as áreas apontadas pelo sistema poderão ser revistas com base em informações mais detalhadas dos participantes dos grupos regionais.

14. É preciso discutir as bases de dados utilizadas para geração do mapa de importância biológica?

Resp: O Mapa de importância biológica foi gerado utilizando as bases de dados apontadas pelos especialistas do seminário técnico. Como orientação geral, foram utilizadas as melhores bases com informações disponíveis, padronizadas e sistematizadas para o BIOMA. Não é necessário analisar e discutir as bases durante o seminário regional. O foco é discutir o produto resultante e corrigir possíveis falhas ou omissões na identificação das áreas. Novas informações podem ser indicadas pelos participantes para utilização futura em novas simulações e atualizações, mas não haverá um espaço de discussão dessas informações nos seminários regionais.

15. Os alvos de uso sustentável foram incluídos no sistema de modelagem matemática?

Resp: Alvos de uso sustentável que tem relação com a biodiversidade, como áreas de maior densidade de recursos naturais e áreas de ocorrência de espécies de interesse ou potencial econômico que puderam ser mapeadas foram incluídos no sistema de modelagem matemática para geração do mapa de importância biológica e ajudarão na escolha das áreas. É importante observar que durante a escolha das áreas prioritárias, o sistema pode optar por proteger espécies de uso econômico em áreas afastadas das populações que a utilizam de forma sustentável, por isso a necessidade de rever as áreas apontadas de forma preliminar à luz de informações adicionais. Em alguns casos não foi possível obter informações suficientes para incorporar no sistema alvos de uso sustentável (informações complementares na Pergunta 23).

16. Áreas vizinhas apontadas pelo sistema poderão ser agrupadas?

Resp: Sim. O grupo tem liberdade de redelimitar as áreas, agrupando áreas vizinhas se as qualificações, importância e as ações recomendadas forem semelhantes.

17. Uma área apontada pelo sistema pode ser subdividida?

Resp: Sim. O grupo tem liberdade e é orientado a, sempre que possível, subdividir áreas que tenham qualificações, importância ou ações recomendadas diferentes.

O grupo pode propor mosaicos de áreas protegidas ou corredores.

18. A delimitação das áreas apontadas pelo sistema pode ser refeita?

Resp: Sim. Com base em informações mais detalhadas ou conhecimento do grupo, pode-se chegar a um consenso de alterar a delimitação das áreas apontadas. Qualquer alteração deverá ser justificada e documentada para acompanhar a memória do processo.

19. A delimitação da área pode ser feita com base em qual tipo de informação?

Resp: A delimitação de uma área específica pode ser feita com base em um conjunto de critérios. O grupo deverá julgar o mais adequado para cada área:

- remanescentes de vegetação nativa;
- bacias hidrográficas;

- limites administrativos;
- feições do meio físico ou biótico.

20. Uma área apontada pelo sistema pode ser excluída da área final?

Resp: Depende. A exclusão de áreas deve ser feita somente quando for identificado algum tipo de inconsistência na informação que resultou no apontamento da área pelo sistema, e o grupo chegar à conclusão de que ela não tem a importância apontada. Nesse caso, deve-se fazer uma justificativa técnica desse motivo. Não existe a possibilidade de excluir uma área sem desqualificar sua importância biológica. Não existe a possibilidade de excluir uma área para negociar com outra área "de mesma" importância.

21. Uma área com alta/muito alta/extremamente alta importância biológica apontada pelo sistema ou pelo grupo pode ser negociada por outra área caso existam outros interesses de uso não compatíveis com a conservação da biodiversidade?

Resp: Não. O resultado esperado dos seminários é de um mapa que represente as áreas de alta/muito alta/extremamente alta importância biológica junto com a caracterização e sugestões de ações que o governo deve executar/incentivar para manutenção da biodiversidade brasileira. A existência de outros interesses de uso não compatíveis com a conservação da biodiversidade de uma área, não serve como balizamento nem para inclusão nem para exclusão de uma área. Esses interesses deverão ser considerados no momento de caracterização da área e sugestão de ações.

22. Pode ser apresentada uma proposta de nova área importante para conservação da biodiversidade não apontada pelo sistema? Quais os critérios?

Resp: Sim. Novas áreas podem ser apresentadas com base em informações mais detalhadas ou em conhecimento do grupo. Deverá haver um convencimento da maioria do grupo sobre a importância da nova área apresentada e ela deverá ser qualificada (detalhando o porquê da sua importância para conservação da Biodiversidade). Com base nas informações que serviram para inclusão da área, o grupo já deverá qualificar sua importância biológica em Extremamente Alta, Muito Alta ou Alta. Os critérios para estabelecimento da importância para conservação, uso sustentável e repartição de benefício devem ser baseadas em:

- proteção de ecossistemas únicos;
- proteção de espécies ameaçadas;
- proteção de espécies endêmicas ou de distribuição restrita.

23. Pode ser proposta uma nova área importante para uso sustentável não apontada pelo sistema? Quais os critérios?

Resp: Sim. Áreas importantes para o uso sustentável poderão ser consideradas para delimitação de áreas prioritárias.

A área apontada deverá atender aos seguintes critérios:

- ter áreas naturais;
- existir uso sustentável atual de elementos da biodiversidade.

A coincidência da área com outros elementos da biodiversidade deve ser considerada para estabelecimento da importância para conservação, uso sustentável e repartição de benefício em Extremamente Alta, Muito Alta ou Alta.

24. Como será estabelecida a importância das áreas de uso sustentável incorporadas pelo grupo nas reuniões regionais?

Resp: A área apontada pelo grupo deve ter ao menos alta importância biológica, caracterizada pela presença de remanescentes da vegetação natural e a presença das espécies que são exploradas de maneira sustentável.

O grau de importância biológica poderá ser elevado para "Muito Alta" ou "Extremamente Alto" nos seguintes casos:

- o mapa de importância biológica apontar a uma das outras classes;
- a área abrigar espécies ameaçadas, endêmicas ou raras, com informações que podem não ter sido incorporada no sistema.

25. A existência de uma população tradicional é suficiente para apontar uma área como prioritária?

Resp: Não. As áreas prioritárias não devem representar as populações tradicionais, quilombolas, indígenas, caiçaras, etc, mas a sua importância para manutenção biodiversidade. A existência de recursos da biodiversidade significativos sendo utilizados de maneira sustentável pode ser um dos critérios para o apontamento das áreas. A existência de demandas sociais pela manutenção de usos sustentáveis deve ser tratada como uma oportunidade à conservação da biodiversidade.

26. A existência de uma ameaça em uma área é justificativa para inclusão de uma área?

Resp: Não. A área deve ser incluída com base em sua importância para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. A existência de algum tipo de ameaça deverá ser utilizada como critério para definir sua PRIORIDADE, e não sua IMPORTÂNCIA.

27. Existe um tamanho mínimo para delimitação das áreas prioritárias?

Resp: Sim. O tamanho mínimo será definido para cada BIOMA. O mapa de áreas prioritárias não prevê a inserção de informações de interesse apenas local. Ele deve ser utilizado para orientar as ações do governo e não para impor ações sobre demandas específicas.

28. O que fazer com áreas apontadas como prioritárias pelo evento anterior que não tiverem sido apontadas pelo novo sistema?

Resp: Essas áreas deverão ser analisadas individualmente pelo grupo. O grupo poderá chegar a alguma das conclusões abaixo:

- a área não foi incluída pois já está totalmente descaracterizada (pode-se considerar a criação de uma área com ações de recuperação ou a exclusão da área como prioritária);
- a área não foi incluída pois não houve informações suficientes do sistema para caracterizá-la como prioritária (o grupo pode decidir manter a área anterior se considerar que ela mantém as características que a qualificaram anteriormente);
- a área não foi incluída pois sua representação espacial estava incorreta e já existe uma área com melhor representação na proposta atual (a área antiga pode ser excluída);
- o grupo não tem informações sobre a área (deve-se utilizar o princípio da precaução e manter a área com ações de levantamentos biológicos para confirmar sua real importância).

Nos casos de exclusão de alguma área do processo anterior, os motivos deverão ser descritos e documentados em uma ficha apropriada.

29. O que fazer quando não houver informação disponível suficiente para rever uma área antiga ou uma área apontada pelo sistema?

Resp: O grupo deve utilizar o princípio da precaução e manter a área, sugerindo posteriormente ações de levantamentos biológicos para confirmar sua real importância.

30. Áreas ameaçadas ou sob maior pressão de alteração tem maior importância?

Resp: Não. Análises de ameaças ou pressão de alteração não têm influência sobre a importância da área. Essas análises são essenciais para definição das prioridades de ação.

31. Uma área com potencial turístico ecológico tem maior importância?

Resp: Não. Potencial para turismo ecológico é uma característica que pode ser aproveitada como oportunidade para conservação, mas não afeta a importância da área. O conhecimento desse potencial é essencial para qualificação das oportunidades de conservação da biodiversidade e orientação das ações recomendadas para a área.

32. Quais os critérios para estabelecer a prioridade de ação das áreas?

Resp: Os critérios serão definidos de acordo com as características de cada bioma, utilizando dois ou mais dos elementos abaixo:

- importância biológica;
- grau de estabilidade;
- grau de ameaça;
- oportunidades para uso sustentável e repartição dos benefícios.

33. Porque adotar uma simbologia sobre a prioridade de ação para as áreas?

Resp: A utilização da simbologia sobre a prioridade da ação no mapa visa permitir uma leitura mais direta das informações, com a importância para biodiversidade representada por cores e a prioridade de ação por hachuras.

34. Os participantes dos eventos regionais podem levar informações adicionais?

Resp: O MMA está levando uma grande quantidade de informações que puderam ser sistematizadas. Os participantes que tiverem informações que possam auxiliar na identificação, delimitação ou qualificação das áreas prioritárias devem levá-las aos seminários regionais.

35. Qual tipo de informação poderá ser levado aos seminários regionais?

Resp: Os convidados poderão levar informações em formato analógico (papel) ou em formato digital (shapefile), que deverão ter informações sobre sua projeção cartográfica para permitir sua comparação com os mapas existente.

36. Em qual parte do processo serão analisadas as UCs já existentes?

Resp: As Unidades de Conservação já existentes são analisadas em vários momentos do processo:

- para o cálculo de importância biológica, as Unidades de Conservação de Proteção Integral são utilizadas no sistema como unidades reservadas. Isso quer dizer que as áreas das unidades são utilizadas para atendimento de parte das metas dos alvos já protegidos;

- Durante o estabelecimento das áreas prioritárias as áreas protegidas já existentes serão consideradas para a delimitação, qualificação, recomendação de ações e priorização.

37. Há algum riscos em propor a ação de criação de UC com sugestão de Proteção Integral sem ter certeza se a área tem populações indígenas, tradicionais, quilombolas, caiçaras, etc.?

Resp: A sugestão do tipo de Proteção da área proposta serve de orientação para as ações do governo. Antes de qualquer intervenção no território, será realizado um estudo detalhado de acordo com o SNUC que deverá confirmar:

- a categoria mais adequada;
- a caracterização biológica da área;
- a viabilidade ambiental da implantação da Unidade;
- a existência de usos compatíveis com a preservação da biodiversidade;
- o perfil socioeconômico e fundiário da área;
- os aspectos cênicos relevantes.

38. É possível propor a ação de criação de UC de Proteção Integral em áreas onde exista a informação de que são utilizadas por populações indígenas, tradicionais, quilombolas, caiçaras, etc.?

Resp: Deve-se evitar o conflito no mapa, pois a indicação do tipo da UC é uma sugestão que será analisada com base em informações mais detalhadas antes de qualquer tipo de intervenção. A indicação de utilização sustentável de uma área deve orientar a sugestão de criação de UCs de uso sustentável ou o estabelecimento de projetos de manejo de áreas e/ou espécies nativas.

39. É possível propor a ação de criação de UC de Proteção Integral em áreas muito alteradas com uso econômico intensivo?

Resp: Pode-se evitar esse tipo de conflito melhorando a definição do traçado da área para evitar a incorporação de áreas muito alteradas, onde houve a descaracterização da biodiversidade. (De qualquer modo, as respostas das perguntas 37 e 38 se aplicam a essa).

40. Como devem ser tratadas as Unidades de Conservação de proteção integral já existentes?

Resp: Todas as unidades de Conservação de Proteção Integral (Federais e Estaduais) são áreas de "Extrema Importância" Biológica e deverão ser individualizadas de áreas adjacentes ou em seu entorno para permitir detalhamentos mais específicos de ações.

41. Como devem ser tratadas as Unidades de Conservação de Uso Sustentável já existentes?

Resp: As Unidades de Conservação de Uso Sustentável (excluindo APAs que terão um tratamento detalhado à parte) deverão ser áreas individualizadas com a importância biológica calculada por meio do mapa de importância biológica. Elas serão, no mínimo, áreas "alta" importância.

42. Como devem ser tratadas as APAs já existentes?

Resp: As APAs entraram na análise como área disponível para o cumprimento das metas, podendo ser qualificadas como áreas prioritárias ou não, dependendo do seu valor de importância biológica. As áreas prioritárias que incluírem parte ou toda APA deverão ser subdivididas na parte interna da APA. Essa parte receberá uma codificação diferente para permitir uma qualificação e descrição de ações mais detalhadas.

43. Como devem ser tratadas as Terras Indígenas já existentes?

Resp: Se a Terra indígena tiver sobreposição com alguma área prioritária, ela deverá ser incluída totalmente numa nova área prioritária para poder receber um detalhamento mais específico de ações de conservação. A importância dessa área criada para representar a terra indígena deverá ser calculada pelo mapa de importância biológica ou copiada da área prioritária adjacente.

44. Como são tratadas as recomendações de áreas que estejam em outro BIOMA de acordo com o mapa do IBGE?

Resp: Cada grupo deverá ser responsável pela área geográfica abrangida pelo mapa de BIOMAS do IBGE, incluindo todos os enclaves de outras formações existentes em sua área geográfica. Isso quer dizer que as reuniões regionais deverão contar com participantes que tenham conhecimento da área que será analisada, incluindo todas as formações que tenham influência sobre a distribuição da biodiversidade. Por exemplo:

- a Caatinga deverá contar com participantes que tenham conhecimento da importância dos enclaves da Mata Atlântica existentes em sua área geográfica;
- a Amazônia deverá contar com participantes que tenham conhecimento da importância dos enclaves de Cerrado existentes em sua área geográfica;
- a Mata Atlântica deverá contar com participantes que tenham conhecimento da importância das áreas de campos naturais existentes em sua área geográfica;

Essa forma visa garantir que todo território brasileiro seja analisado, evitando vazios e minimizando a sobreposição de áreas e recomendações.

As recomendações provenientes de outros BIOMAS serão levadas aos eventos regionais pelo MMA para que elas possam ser analisadas e incorporadas pelos grupos regionais durante o evento.

45. Como se dará a integração entre os resultados obtidos pelos diferentes Biomas para a produção de um mapa de áreas prioritárias para o Brasil?

Resp: A integração dos resultados obtidos pelos diferentes Biomas será realizada pelo MMA. Os eventuais conflitos serão documentados para apresentação no seminário nacional.

46. Como se dará o reconhecimento da autoria aos pesquisadores e/ou instituições de pesquisa que forneceram bases de dados para as análises?

Resp: O "Sumário Executivo" que será publicado com o produto terá um capítulo com as informações e bases de dados utilizadas para geração do mapa de importância biológica. Serão listadas as pessoas que contribuíram para discussão e/ou forneceram bases de dados.

47. Qual a influência exercida pelo MMA no processo de revisão das áreas prioritárias?

Resp: O MMA assumiu a coordenação do processo, organizando os seminários, processando as informações sugeridas pelos especialistas e garantindo que a população tenha o espaço para discutir, rever e propor as áreas prioritárias conforme suas experiências e necessidades. O resultado final deve refletir as decisões tomadas nos grupos de trabalho dos seminários regionais, usando como subsídio às bases de dados compiladas durante o processo de preparação. O MMA considera que a revisão das áreas deve ser um processo participativo e espera a contribuição de todos os segmentos convidados.

48. Existe alguma limitação nas recomendações de ações que estejam apenas sob responsabilidade do MMA ou as ações podem ser mais amplas?

Resp: As ações recomendadas servem como orientação para o planejamento e intervenção do governo nas áreas indicadas. Por não ter caráter impositivo às recomendações podem ser mais amplas com atribuições de outros setores/ entidades. O resultado final será público e será utilizado pelo MMA para negociação com os setores indicados.

49. Deve-se sugerir responsáveis e parceiros para implementação das ações?

Resp: As ações recomendadas servem como orientação para o planejamento e intervenção do governo nas áreas indicadas, que deverá aprofundar estudos mais aprofundados antes de qualquer intervenção na área. Por isso não é possível atribuir responsabilidades pela implementação das ações nessa etapa do projeto.

50. O mapa resultante terá caráter impositivo para as ações do Ministério do Meio Ambiente?

Resp: O mapa resultante tem como objetivo orientar as ações do Ministério do Meio Ambiente e pode interferir diretamente na política pública do governo. O mapa também deve ser utilizado pela sociedade para cobrar coerência nas ações do governo que, quando condizentes com as recomendações poderão contar com esse produto como subsídio técnico e, quando discordante, deverão ser bem justificadas.

51. Como agir quando houver sugestão de ações conflitantes e o grupo de discussão não chegar numa solução?

Resp: O caráter do evento é, em sua natureza, conflitante por depender da integração de diversos setores com pontos de vista diferentes sobre cada tema. Como o produto deve refletir da melhor maneira possível os conhecimentos da sociedade brasileira a partir dos representantes convidados, cabe ao MMA garantir que o processo e as discussões sigam as regras estabelecidas. Espera-se dos participantes o bom senso e a flexibilidade necessária para geração de um produto democrático e participativo.

Deve-se sempre manter em mente que o produto deve representar "Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade". Em casos onde os conflitos não possam ser negociados, ele deverá ser documentado e as duas visões conflitantes deverão ser integradas ao produto final.

11.7. Listas de Participantes nas Reuniões Técnicas por Bioma

Bioma Amazônia

Tabela 11.7.1 – Lista de Participantes da Reunião Técnica para o Bioma Amazônia, realizada em Cuiabá/MT, de 11 e 15 de setembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adriana Ramos	Instituto Socioambiental- ISA
Alexandre Aleixo	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Alicia Rolla	Instituto Socioambiental- ISA
Ana Luisa Mangabeira Albernaz	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Ana Margarida Coelho	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Ana Rafaela D'amico	Centro Nacional de Pesquisas para Conservação dos Predadores Naturais- CENAP-IBAMA/RR
Anael Aymore Jacob	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Analizita Miller	Fauna & Flora International- FFI
André Ribeiro Lamezo	Sistemas de Bases Compartilhadas de Dados Sobre a Amazônia- BCDAM/MMA
Anselmo Cristiano de Oliveira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Antonio Guilherme Cândido da Silva	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/MT
Antonio Pacaya Ihuraqui	Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbio-RAN-BAMA/GO
Arnaldo Carneiro Filho	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Benjamim de Jesus Andrade de Oliveira	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Bernardo Ferreira Alves Brito	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Bruce Walker Nelson	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza	WWF-BRASIL
Carlos Cesar Durigan	Fundação Vitória Amazônica – FVA
Carlos Eduardo Marinelli	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
Célia Regina Araujo Soares	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Cícero Augusto	Instituto Socioambiental- ISA
Ciro Campos De Souza	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Claudia Azevedo Ramos	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM
Crisomar Raimundo da Silva Lobato	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM / PA
Cristian Barcelar Santos	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Daniela de Oliveira e Silva	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Daniella Fernandez Ezri	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Danielle Calandino	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Danielle Celentano Augusto	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia -IMAZON
Dário Dantas do Amaral	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
David Oren	The Nature Conservancy-TNC
Deis Elucy Siqueira	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais- CNPT-IBAMA/DF
Edson Guilherme	Universidade Federal do Acre-UFAC
Eduardo Martins Venticinqu	Wildlife Conservation Society-Wcs
Eduardo Ribeiro Felizola	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Ekena Rangel Pinagé	WWF-BRASIL
Elton Antonio Silveira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Enrico Bernard	Conservation Internacional- CI
Fábio Ricardo Da Rosa	Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT
Francisco Javier Fawaz	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente

NOME	INSTITUIÇÃO
Giovana Bottura	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Gustavo Vasconcellos Irgang	Instituto Centro de Vida-ICV
Helena Fany Pantaleoni Ricardo	Instituto Socioambiental- ISA
Hélida B. Nogueira Borges	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Henrique Pereira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/AM
Iara Ferraz	Consultora Autônoma
Íma Vieira	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Iola Reis Lopes	Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT
Isabel Castro	Ministério do Meio Ambiente-MMA
João Valsecchi do Amaral	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDSM
Jose Carlos Ribeiro Reino	Cento Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas-CECAV-IBAMA/MT
José Laurindo Campos dos Santos	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
José Maria Cardoso da Silva	Conservation Internacional- CI
Katia Cury Roselli	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Laura Dietzsch	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM
Leonardo Pacheco	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/AM
Ligia Nara Vendromim	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Lúcia da Costa Ferreira	Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP
Luciene Pohl	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Manoel da Silva Cunha	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Marcelo Gordo	Universidade Federal do Amazonas- UFAM
Marcos Persio Dantas	Universidade Federal do Piauí-UFPI
Marcos Roberto Ferramosca Cardoso	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Marcos Roberto Pinheiro	WWF-BRASIL
Marcos Rosa	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Maria da Penha Emerick de Barros	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Marina Antongiovani da Fonseca	Instituto Socioambiental- ISA
Marina Pinheiro Kluppel	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Marisete Ines Santin Catapan	WWF-BRASIL
Marissônia Lopes de Almeida	Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente-TO
Milton Kanashiro	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA/Amazônia Oriental
Neide Yoko Watanabe	Centro de Sensoriamento Remoto - CSR-IBAMA/DF
Nelson Laturner	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Nely Tocantins	Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT
Normandes Matos da Silva	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Paulo Andreas Buckup	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Paulo Magno Gabêto Martinez	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Peter Mann de Toledo	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE
Plácido Costa Junior	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD
Rafael Luís Fonseca	Conservation Internacional- CI
Rejane Andrade	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Renato Aparecido de Farias	Fundação Ecológica Cristalino -FEC
Rita de Cássia Mesquita	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
Roberto Antonelli Filho	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Rodrigo de Oliveira Mascarenhas	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Rodrigo Rodrigues	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Rogério Azevedo	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Rogério Cunha de Paula	Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação dos Predadores Naturais - CENAP-IBAMA/SP
Ronaldo Weigand	Ministério do Meio Ambiente-MMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Rosely Sanches	Instituto Socioambiental- ISA
Sérgio Henrique Borges	Fundação Vitória Amazônica - FVA
Sergio Travassos	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Silvania Amaral Kampel	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE
Solange Aparecida Arrolho da Silva -	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Stephan Schwartzman	Environmental Defense Fund-EDF
Tereza Neide Nunes Vasconcelos	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral-SEPLAN - MT
Vicenzo Maria Lauriola	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Walkyria Bueno Moraes	Cooperação Técnica Alemã - GTZ
William Magnusson	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Yalmo Correia Junior	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA-Sinop/MT
Zita da Silva Albanês	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT

Bioma Cerrado e Pantanal

Tabela 11.7.2 – Lista de Participantes da primeira Reunião Técnica para os Biomas Cerrado e Pantanal, realizada em Brasília/DF, de 12 a 14 de julho de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adriana Niemeyer Pires Ferreira	MMA
Adriana Panhol Bayma	MMA/NCP
Aldicir Scariot	PNUD
Alexandre Bonesso Sampaio	IBAMA/DIREC
Alexandre Cordeiro	IBAMA/DISAM
Alfredo Palau Pena	Ibama / RAN
Ana Elisa F. Bacellar Schittini	IBAMA/DIPRO
Ana Paula Carmignotto	USP-São Carlos
Anderson Cassio Sevilha	EMBRAPA/CENARGEN
Ângela Pelin	Neotropica
Antonio Alberto Jorge Farias de Castro	UFPI
Antônio Alberto Jorge Farias de Castro	BIOTEN/UFPI
Avay Miranda Junior	NCP / MMA
Beatriz Schwantes Marimon	UNEMAT
Ben Hur Marimon Junior	UNEMAT
Bráulio F. S. Dias	MMA
Bruno Machado Teles Walter	EMBRAPA/CENARGEN
Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza	WWF
Carolyn Elinore Barnes Proença	UnB
Cassio Soares Martins	Biodiversitas
César Victor Espírito Santo	Funatura / Rede Cerrado
Christine Strussmann	UFMT
Cristiano de Campos Nogueira	CI
Débora Leite Silvano	NCP / MMA
Diana Levacov	Ibama / CPB
Donald Sawyer	ISPN / CDS
Edson Sano	EMBRAPA/CPAC
Eduardo Quirino Pereira	SEPLAN-TO
Elaine Cristina Teixeira Pinto	CI
Elizabeth Arndt	IBAMA
Fabiana de Góis Aquino	EMBRAPA/CPAC

NOME	INSTITUIÇÃO
Fátima Sonoda	Neotrópica
Fernanda de Oliveira Silva	UFMG
Flávio C. J. Lima	USP
Flávio H. G. Rodrigues	UFMG / procarnívoros
Gilberto de Menezes Schittini	SDS/MMA
Gislaine Disconzi	CNAA
Guarino Colli	UnB
Guilherme Déstro	IBAMA/DIPRO
Guilherme Henrique Braga de Miranda	DPF
Guilherme Mourão	Embrapa – Pantanal
Gustavo de Oliveira Silva	MMA
Gustavo M. de Oliveira	IBAMA/DISAM
Gustavo Meyer	SDS/MMA
Helga Correa Wiederhecker	Embrapa - Cenergen
Igor Homem de Carvalho	ISPN / Pequi
Isabel Belloni Schmidt	IBAMA/DIREF
Jader Marinho-Filho	UnB
Jailton Dias	IBAMA/DIPRO
Jeanine Felfili Fagg	UnB - Eng Florestal
Joanice Lube Batilani	IBAMA
João Augusto Meira Neto	UFV
João Roberto Correia	Embrapa CPAC
José Roberto Rodrigues Pinto	UnB
José Sabino	UNIDERP
Joseth Souza	INCRA
Júlio César Roma	MMA
Julio Dalponte	UNEMAT
Laerte Guimarães Ferreira Júnior	UFG/LAPIG
Laura Tillmann Viana	NCP / MMA
Leandro Baumgarten	NAPMA / MMA
Leonardo Esteves Lopes	UFMG
Leonardo J. R. Klosovski	SRH/MMA
Lídio Coradin	
Ludmilla Aguiar	EMBRAPA/CPAC
Marcelo Gonçalves de Lima	Ibama
Marcelo Lima Reis	IBAMA/DIFAP
Marcelo Matsumoto	TNC
Marcio Martins	USP
Marcos Reis Rosa	NAPMA / MMA
Maria Goreth Gonçalves Nóbrega	MMA/DCBIO
Mariana Napolitano e Ferreira	Neatus/UFT
Marissonia Lopes de Almeida	SEPLAN-TO
Maurício S. Pompeu	SRH/MMA
Mauro Oliveira Pires	NCP / MMA
Miguel Trefaut Rodrigues	USP
Monica Celeida Rabelo Nogueira	ISPN/Rede Cerrado
Nelson Amaral Nunan Eustáquio	MMA
Otávio A. Vuolo Marques	Butantan
Paula Hanna Valdujo	NCP / MMA
Paulo Kageyama	MMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Paulo Santos Pompeu	UFLA
Paulo Takeo Sano	USP
Rafael Luis Fonseca	CI
Rafaela Danielli Nicola	Ecoa
Renato Alves Moreira	Oreades
Renato Neves Feio	UFV
Reuber Brandão	UnB
Ricardo Bonfim Machado	CI
Ricardo Ferreira Ribeiro	PUC-Minas
Ricardo Luiz Pires Boulhosa	Pro-Carnívoros / WCS
Rita de Cássia Condé	PROBIO
Rogério Marcos Magalhães	CGEN
Rogério Pereira Bastos	UFG
Ronaldo Gonçalves Morato	Ibama / CENAP
Sandro Menezes Silva	CI - Brasil
Sergio da Cruz Coutinho	EMBRAPA / CENARGEN
Sergio Henrique Colaça	IBAMA/DIREC
Shigeo Shiki	SDS / MMA
Sidney T. Rodrigues	WWF
Taciana Barbosa Cavalcanti	EMBRAPA
Tadeu Veiga	Geos
Ubirazilda Maria Resende	UFMS
Vanda Lúcia Ferreira	UFMS
Vânia Pivello	USP
Vivian da Silva Braz	UnB
Walfrido M. Tomas	EMBRAPA Pantanal
Wolf Dieter Eberhard	Ecotrópica

Tabela 11.7.3 – Lista de Participantes da segunda Reunião Técnica para os Biomas Cerrado e Pantanal, realizada em Brasília/DF, de 10 a 11 de Outubro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Avay Miranda Junior	NCP / MMA
Bráulio F. S. Dias	MMA
Crizanto Carvalho Brito	CGZAM / IBAMA
Débora Leite Silvano	NCP / MMA
Diana Levacov	Ibama / CPB
Eduardo Quirino Pereira	SEPLAN-TO
Elton Antônio Silveira	SEMA/MT
Isabel Belloni Schmidt	IBAMA/DIREF
Jailton Dias	IBAMA/DIPRO
Júlio César Roma	MMA
Keila E. Macladen Juarez	IBAMA/CGFAU
Laura Tillmann Viana	NCP / MMA
Leandro Baumgarten	NAPMA / MMA
Marcelo Lima Reis	IBAMA/DIFAP
Nelson Amaral Nunan Eustáquio	MMA
Wagner Fisher	IBAMA/DIFAP
Cassio Soares Martins	Biodiversitas
Catarina S. Ribeiro Pollastrini	CNAA
Cristiano de Campos Nogueira	CI
Donald Sawyer	ISPN / CDS
Ekena Rangel Pinagé	WWF

NOME	INSTITUIÇÃO
Fátima Sonoda	Neotrópica
Igor Homem de Carvalho	ISPN / Pequi
Jamilo Thomé Filho	CPRM
Mario Barroso Ramos-Neto	CI
Ricardo Bonfim Machado	CI
Sandro Menezes Silva	CI – Brasil
Aldicir Scariot	PNUD
Beatriz Schwantes Marimon	UNEMAT
Ben Hur Marimon Junior	UNEMAT
Carolyn Elinore Barnes Proença	UnB
Christine Strussmann	UFMT
Eddie Lenza de Oliveira	UNEMAT
Fabiana de Góis Aquino	EMBRAPA/CPAC
Gabriela Rocha	Elabore Consultoria
Guilherme Henrique Braga de Miranda	DPF
Guilherme Mourão	Embrapa – Pantanal
José Roberto Rodrigues Pinto	UnB
Leonardo Esteves Lopes	UFMG
Ludmilla Aguiar	EMBRAPA/CPAC
Manuel Eduardo Ferreira	UFG/LAPIG
Marcio Martins	USP
Mariana Napolitano e Ferreira	Neatus/UFT
Miguel Trefaut Rodrigues	USP
Paulo Santos Pompeu	UFLA
Paulo Takeo Sano	USP
Reuber Brandão	UnB
Rodiney Mauro	Embrapa
Tadeu Veiga	Geos
Ubirazilda Maria Resende	UFMS
Vanda Lúcia Ferreira	UFMS
Vânia Pivello	USP
Walfrido M. Tomas	EMBRAPA Pantanal

Bioma Caatinga

Tabela 11.7.4 – Lista de Participantes da Reunião Técnica para o Bioma Caatinga, realizada em Recife/PE, de 25 a 27 de setembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adeodato Ari C. Salviano	UFPI
Alberto Jorge da Rocha Silva	DCBIO / SBF / MMA
Alexandrina Sobreira de Moura	SECTMA
Antônio Edson Guimarães Farias	MMA
Auridan Marinho Cordeiro	SECTMA
Caren C. Dalmolin	IBAMA - DIREC
Carlos Klink	TNC
Cristina Aparecida Gonçalves Rodrigues	EMBRAPA / CNPM
Daniel Duarte Pereira	UFPB / INSA
Diva Maria Borges Nojosa	UFC
Enrique Riegelhaupt	GEF - CAATINGA
Flora Acuña Juncá	UEFS
Frans Pareyn	APNE
Gerda Nickel Maia	AUTÔNOMA
Iêdo Bezerra de Sá	EMBRAPA SEMI-ÁRIDO
Isabel Cristina Machado	UFPE

NOME	INSTITUIÇÃO
João Ambrósio de A. Filho	EMBRAPA CAPRINOS
João Carlos C. Oliveira	DAP / SBF / MMA
João Carlos Fragoso	GEF - CAATINGA
Johann Gnadlinger	IRPAA
José Cordeiro dos Santos	SECTMA
José Luiz Vieira da Cruz Filho	APNE
Keiko Fueta Pelizzaro	IBAMA - DIREC
Luciano J. de O. Accioly	EMBRAPA SOLOS
Luiz Antônio Cestaro	UFRN / DGE
Marcos Reis Rosa	MMA/SBF
Maria Angélica Figueiredo	UFC
Maria Auxiliadora Gariglio	MMA / PNF
Maria da Penha E. de Barros	MMA / NPC
Maria de Pompéia Corrêa de Araújo Coelho	SNE
Maria Regina V. Barbosa	UFPB
Newton Barcellos	MMA / PNF
Paulo Gabêto	MMA
Renato Prado	MMA / SBF
Rodrigo Castro	ASSOCIAÇÃO CAATINGA
Rosimary de Araújo	ASS. INDÍGENA CARIRI
Sandra E. T. Miranda de Moraes	SEBRAE
Sílvia A. Picchiani	ASAPAN - ASA
Sílvio R. Santana	FUND. GRUPO ESQUEL
Sônia Aline Roda	CEPAN
Terezinha Menezes Uchôa	SECTMA
Vera Christina P. Pastorino	CECAN / IBAMA
Washington França Rocha	UEFS
Weber Andrade de Girão e Silva	AQUASIS

Tabela 11.7.5 – Lista de Participantes das Consultas Técnicas para o Bioma Caatinga, realizadas em Fortaleza/CE (26/10/2006), Recife/PE (01/11/2006) e Salvador/BA (06/11/2006).

NOME	INSTITUIÇÃO
FORTALEZA	
Afrânio Fernandes	UFC
Antonio Tavares	
Breno Magalhães Freitas	
Diva Borges Nojosa	UFC
Edson Paula Nunes	
Eliete Lima de Paula Zárate	UFC
Francisca Soares de Araújo	UFC
Lígia Queiroz Matias	
Luis Wilson Limaverde	UFC
Maria Angélica Figueiredo	UFC
Paulo Thiers Pinto	AQUASIS
Weber Andrade de Girão e Silva	AQUASIS
Yves Quinet	UECE
RECIFE	
Daniel Duarte Pereira	UFPB
Elcida de Lima Araújo	UFPRPE
Frans Pareyn	APNE
José Cordeiro dos Santos	SECTMA
Rita de Cássia Araújo Pereira	IPA
SALVADOR	

NOME	INSTITUIÇÃO
Alexandre Clistenes de Alcântara Santos	UEFS Biologia (Fauna)
Ana Maria Giulietti	UEFS
Angêla Zanata	UFBA
Claudia Leme	UFBA
Fábio Bandeira	UEFS
Janaína de Moraes de Lima	CRA - estagiária
Lenise Guedes	UFBA
Luis Gusmão	UEFS
Marcelo Napoli	UFBA
Maria Aparecida Jose de Oliveira	UFBA
Mariana Porto	CRA - estagiária
Marjorie Nolasco	UEFS
Sonia Regina Silva Portugal	CRA-Salvador
Washington Rocha	UEFS

Bioma Mata Atlântica

Tabela 11.7.6 – Lista de Participantes da segunda Reunião Técnica para o Bioma Mata Atlântica, realizada em São Roque/SP, de 10 a 12 de abril de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adriana Paese	Conservação Internacional
Adriano Paglia	Conservação Internacional
Alexsander R. Antunes	Instituto Florestal - SP
Ana Elisa Schittini	CGZAM / COZAM / IBAMA
Anita Diederichsen	The Nature Conservancy - TNC/Brasil
Antônio J. S. Argolo	Universidade Estadual Santa Cruz - UESC
Bárbara H. S. Prado	Instituto Florestal - SP
Caio Gracco Machado	Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS / SOB
Carla Madureira Cruz	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Carlos Alfredo Joly	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Carlos Frederico D. da Rocha	Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Cássio Soares Martins	Biodiversitas
Christiane Holvorcem	NAPMA/SBF/MMA
Eduardo H. Ditt	IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
Erika Guimarães	Fundação SOS Mata Atlântica
Fávio Vieira	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Gláucia Moreira Drummond	Biodiversitas
Guilherme Destro	CGZAM / COZAM / IBAMA
Gustavo Accacio	
Ilsi Boldrini	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Jacques Delabie	Universidade Estadual Santa Cruz - UESC / CEPLAC
Jaqueline Goerck	Birdlife/Save - Brasil
João Batista Campos	Instituto Ambiental do Paraná
João de Deus Medeiros	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC / GPC
João L. R. Albuquerque	CN - RBMA
Leandro Baumgarten	NAPMA/SBF/MMA
Lúcia Sevegnani	Universidade Regional de Blumenau - FURB
Luciana L. Simões	WWF - Brasil
Luis Henrique de Lima	NZCM/SBF/MMA
Luiz Fernando Barros	NAPMA/SBF/MMA
Luiz Paulo Pinto	Conservação Internacional
Marcia Hirota	Fundação SOS Mata Atlântica
Marcio Rossi	Instituto Florestal - SP

NOME	INSTITUIÇÃO
Marco A. Nalon	Instituto Florestal - SP
Marcos Reis Rosa	NAPMA/SBF/MMA
Maria Alice Alvez	Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Mario Mantovani	Fundação SOS Mata Atlântica
Maurício Savi	NAPMA/SBF/MMA
Natália M. Ivanaukas	Instituto Florestal - SP
Paula H. Valdujo	NCP/SBF/MMA
Paulo A. Buckup	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / MN
Paulo Roberto Castella	SEMA/PR
Pedro Develey	Birdlife/ Save - Brasil
Raquel Teixeira Moura	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG / IESB
Raul Vicens	Universidade Federal Fluminense - UFF
Ricardo Brochado Alves da Silva	NAPMA/SBF/MMA
Ricardo M.	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS
Ricardo S. Rosa	Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Rita de Cássia Condé	PROBIO / MMA
Rogério Vereza Azevedo	DAP/SBF/MMA
Rudi R. Laps	Universidade Regional de Blumenau - FURB
Sérgio Lucena Mendes	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES / IPEMA
Sidney Rodrigues	WWF – Brasil
Sofia Campiolo	Universidade Federal de Santa Catarina - UESC / Inst. Dríades
Sônia A. Roda	CEPAN
Wigold B. Schaffer	NAPMA/SBF/MMA

Pampa

Tabela 11.7.7 – Lista de Participantes da Reunião Técnica para o Bioma Pampa, realizada em Porto Alegre/RS, de 9 a 10 de março de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adalberto Miura	CPPCT - EMBRAPA
Aino Victor Ávila Jacques	Dep. Plantas Forrageiras e Agrometeorologia - UFRGS
Alexandre Krob	Curicaca
Ana Elisa Schittini	CGZAM / IBAMA
Ana Rosa Bered	FEPAM / SEMA
Andréa Mittlemann	Pelotas – Embrapa Clima Temperado
Andrea Pinto Loguercio	UERGS
Anita Diederichsen	TNC - The Nature Conservancy
Carla S. Fontana	Museu de Ciências e Tecnologia. PUCRS
Carlos Alberto Flores	Eng. Agrônomo Embrapa/Clima Temperado
Carlos Alberto Scaramuzza	WWF - Brasil
Carlos Gustavo Tornquist	SCP - RS
Cecilia Volkmer-Ribeiro	FZB
Cibele Indrusiak*	IBAMA - RS
Demétrio Luiz Guadagnin	Biólogo, Unisinos
Dorival R. Silva	IBAMA - RS
Eduardo Eizirik*	PUCRS
Élen N. Garcia	UFPEL
Eridiane Lopes Silva	IBAMA - RS
Fábio Garagorry	UFSM
Fernando Gertum Becker	Biólogo UFRGS Centro de Ecologia
Fernando L. F. Quadros	Santa Maria - UFSM
Giovanni Vinciprova	
Glaysen Benke	Museu de Ciências Naturais. FZB/RS

NOME	INSTITUIÇÃO
Heinrich Hasenack	Lab. de Geoprocessamento - Depto. de Ecologia. UFRGS
Ilsi Iob Boldrini	Depto. Botânica - UFRGS
Jan Karel Felix Mahler*	Curicaca
João Larocca	UNISINOS
Jorge Luiz Waechter	Depto. Botânica - UFRGS
José Francisco Valls	CENARGEN. EMPBRAPA
José Luís Passos Cordeiro	Biólogo UFRGS Centro de Ecologia
José Pedro Trindade	CPPSUL - EMBRAPA
Julio Cesar Bicca-Marques*	PUCRS
Leandro Baumgarten	NAPMA / SBF / MMA
Lílian Eggers	Bióloga UFRGS Departamento de Botânica
Luis Gustavo Mähler	IBAMA - RS
Luís Rios de Moura Baptista	Depto. Botânica - UFRGS
Luiz Fernando Barrros	NAPMA / SBF / MMA
Luiza Chomenko	FZB
Marcio Borges Martins	FZB
Marcos Rosa	NAPMA / SBF / MMA
Maria de Lourdes A. de Oliveira	FZB
Maria Luiza Porto	UFRGS
Marilice C. Garrastazu	CPACT / EMBRAPA
Miguel Dall'Agnol	Dep. Plantas Forrageiras e Agrometeorologia - UFRGS
Paula H. Valdujo	NCP / SBF / MMA
Pedro Develey	Birdlife
Rafael Antunes Dias	UCPEL
Ricardo Dobrovolski	UFRGS
Ricardo Aranha Ramos	MCN - FZB
Rodrigo Venzon	Curicaca
Roger Borges Silva	UNISINOS
Rogério Both	UFRGS - Centro de Ecologia
Sandra C. Muller	Depto. Ecologia - UFRGS
Sandro Klippel	IBAMA - RS
Silvia Mara Paggi	FEPAM / SEMA
Silvia T. S. Miotto	Depto. Botânica - UFRGS
Valério De Patta Pillar	Depto. Ecologia - UFRGS
Wigold B. Schaffer	NAPMA / SBF / MMA

Bioma Costeira

Tabela 11.7.8 – Lista de Participantes da primeira Reunião Técnica para a Zona Costeira e Marinha, realizada em Porto Alegre/RS, de 9 a 10 de março de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Carlos Emílio Bemvenuti	Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG
Eduardo Resende Secchi	Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG
João Paes Vieira Sobrinho	Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG
Virginia Maria Tavano Garcia	Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG
Joaquim Olinto Branco	Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG
Rafael Antunes Dias	Universidade Católica de Pelotas - UCP/RS
Silvio Jablonsky	Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Paulo Henrique Ott	Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio G. do Sul - GEMARS FEEVALE
Daniel Danilewicz	Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio G. do Sul - GEMARS

NOME	INSTITUIÇÃO
Ignácio Moreno	Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio G. do Sul - GEMARS Pontifícia Universidade Católica - PUC-RS
Glaysen Ariel Bencke	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB/RS
Jan Karel Felix Mähler Jr.	SEMA/DEFAP
Mônica Brick Peres	IBAMA/CEPERG; Instituto Igaré
Sandro Klippel	IBAMA/Gerex-RS; Instituto Igaré
Roberto Sforza (Borel)	Projeto TAMAR/IBAMA
Ana Paula Prates	Coordenadora NZCM/SBF/MMA
Livia de Laia Loiola	NZCM/SBF/MMA
João Luiz Nicolodi	GERCOM/SQA/MMA
Anthony Chatwin	The Nature Conservancy - TNC
Luis Henrique de Lima	Consultor NZCM/SBF/MMA
Ricardo Aranha Ramos	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB/RS
Norberto Olmiro Horn Filho	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Tabela 11.7.9 – Lista de Participantes da segunda Reunião Técnica para a Zona Costeira e Marinha, realizada em São Luiz/MA, de 24 a 26 de maio de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Amilcar Mendes	PEC/MPEG
Ana Paula Leite Prates	Coordenadora NZCM/SBF/MMA
Ana Tereza Lyra Lopes	Deto. Biologia/UFMA
Anthony Chatwin	TNC/Washington
Antonio Augusto F. Rodrigues	UFMA
Carolina Alvite	IBAMA/MA
Cristina Senna	MPEG/MCT
Deolindo Moura Neto	IBAMA/PI/Resex Delta/DISAM
Flavia R. Mochel	UFMA
Javier Fawaz	Consultor/MMA
João Ubiratan Santos	Museu Paraense Emilio Goeldi
Juliana Cristina Fukuda	IBAMA/MA
Katia Cristina de Araújo Silva	UFRA
Laís de Moraes Rêco Silva	UFMA
Livia de Laia Loiola	MMA/SBF/NZCM
Lourdes Furtado	Museu Paraense Emilio Goeldi
Luis Henrique de Lima	Consultor NZCM/SBF/MMA
Luis Mauricio Abdon	IEPA
Luis Roberto Takiyama	IEPA
Magnus Machado Severo	IBAMA/PI
Márcio Barragana	IBAMA/PI
Marcos da Silva Cunha	IBAMA/PARNA Cabo Orange
Maria de Nazaré do Carmo Bastos	Museu Paraense Emilio Goeldi
Maria Thereza Prost	MPEG/MCT
Odilon T. de Melo	UFMA/DEOLI
Paulo Sérgio Altieri dos Santos	GERCO/SECTAM-PA
Pedro W. R. Sousa Filho	CG/UFPA
Raquel Barreto	IBAMA/CSR
Salustiano Vilar da Costa Neto	IEPA
Victoria J. Isaac	UFPA
Waldemar L. Vergara Filho	CNPT/IBAMA
Walter Muedas	UFMA/DEOLI
Zafira O. de Almeida	UEMA

Tabela 11.7.10 – Lista de Participantes da terceira Reunião Técnica para a Zona Costeira e Marinha, realizada em Tamandaré/PE, de 11 a 13 de julho de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Alberto Campos	AQUASIS
Ana Lúcia de Araújo Ramos	CSR/IBAMA
Ana Paula Prates	Coordenadora do NZCM/SBF/MMA
André Gil Sales da Silva	UFAL, Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Zoologia.
Andrei Figueiredo Prates Longo	
Anthony Chatwin	TNC/Washington
Antônio Clerton Pontes	IBAMA
Ayda Alcantara	UFS – Departamento de biologia, Núcleo de Ecossistemas Costeiros
Beatrice Padovani Ferreira	UFPE
Carla Marcon	APA Mamamguape
Carla Marques	CEPENE/IBAMA
Carolina Alvite	CMA/IBAMA
César Coelho	TAMAR/IBAMA - Base de Pirambu (Base Mãe)
Clemente Coelho Junio	Projeto Recife-Olinda; PROMANG
Daniele Blanc	NZCM/MMA
Eduardo Godoy	DIREC/IBAMA
Eliane Marinho	UFRN - Centro de Biociências - Departamento de Oceanografia e Limnologia, Laboratório de Macroalgas
Eneida Eskinazi Sant´Anna	UFRN, Centro de Biociências, Departamento de Oceanografia e Limnologia.
Estevão Vieira Tanajura Carvalho	CSR/IBAMA
Eurico Marcovaldi	Instituto Baleia Jubarte
Fabiana Bicurdo	CGFAU/IBAMA
Fábio Moreira Correa	CEPENE/IBAMA
Gecely Rodrigues Alves Rocha	UESC, Departamento de Ciências Biológicas.
George Olavo Mattos e Silva	UEFS, Departamento de Ciências Biológica, Laboratório de Biologia Pesqueira.
Guilherme Dutra	Conservação Internacional
Ierece Rosa	UFPB, Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Departamento de Sistemática e Ecologia
Javier Fawaz	Consultor/MMA
João Marcello Camargo	CEPENE/IBAMA
José Martins	Projeto Golfinho Rotador
Leandro Baumgarten	Consultor NAPMA/SBF/MMA
Leopoldo Gerahdingher	ECOMAR - Associação de Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos
Liana Mendes	UFRN, Centro de Biociências, Departamento de Oceanografia e Limnologia
Luis Henrique de Lima	Consultor NZCM/SBF/MMA
Luis Otávio Frota	DIFAP/IBAMA
Márcia Hirota	SOS Mata Atlântica
Maria Betania Matos de Carvalho	SUDEMA/PB
Maria Flávia Conti Nunes	IBAMA, Centro de Pesquisa para a Conservação das Aves Silvestres, Sede Nacional.
Mauro Maida	UFPE, Centro de Tecnologia, Departamento de Oceanografia.
Myrna Landim	UFS – Departamento de biologia, Núcleo de Ecossistemas Costeiros
Paulo Antunes Horta Junior	UFBA, Instituto de Biologia, Departamento de Zoologia
Paulo de Oliveira Mafalda Junior	UFBA
Paulo Travassos	UFRPE, Departamenro de Pesca e Aquicultura, Laboratório de Ecologia Marinha Lemar.
Pedro Augusto Macedo Lins	IBAMA
Regis Pinto de Lima	CMA/IBAMA
Renato de Almeida	SOS Mata Atlântica
Ricardo de Souza Rosa	UFPB, Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Campus I.
Ricardo Faria do Amaral	UFRN, Centro de Ciências Exatas, Departamento de Geologia.
Roberto Sforza	Projeto TAMAR - Coordenação Nacional
Rogério H. Vereza de Azevedo	DAP/MMA
Rosângela Lessa	UFRPE, Departamento de Pesca, Laboratório de Oceanografia Pesqueira.
Sigrid Leitão	UFPE, Centro de Tecnologia, Departamento de Oceanografia

NOME	INSTITUIÇÃO
Sonia Maria Barreto Pereira	UFRPE, Departamento de Biologia, Área de Botânica.
Tereza Cristina Medeiros de Araújo	UFPE, Centro de Tecnologia, Departamento de Oceanografia.
Thales Ushizima	CEPENE/IBAMA
Tito Monteiro da Cruz Lotufo	UFC, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Engenharia de Pesca.

Tabela 11.7.11 – Lista de Participantes da quarta Reunião Técnica para a Zona Costeira e Marinha, realizada em Teresópolis/RJ, de 26 a 28 de setembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adilson Fransozo	IB/Zoologia/UNESP - Botucatu
Adriana Carvalhal Fonseca	DIREC/IBAMA
Alexander Turra	IO/USP
Alexandre Souza	DILIC/IBAMA
Ana Paula Leite Prates	Coordenadora NZCM/SBF/MMA
André Silva Barreto	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Angela de Barros Sumavielle	Parque Nacional
Antonia Cecília Zacagnini Amaral	IB/ZOOLOGIA/UNICAMP
Antonio Eduardo Poleti	Universidade de Santos / Agência Costeira
Antony Chatwin	TNC/Washington
Carlos Alberto Borzone	CEM/UFPR
Carlos Eduardo Leite Ferreira	Universidade Federal Fluminense
Celia Regina de Gouveia Souza	Instituto Geológico-SMA
Cláudia Cavalcanti Rocha Campos	COFAU/DIFAP/IBAMA
Clemente Coelho Junior	SOS Mata Atlântica
Cyl Farney Catarino de Sá	Jardim Botânico do Rio de Janeiro/MMA
Daniele Blanc	NZCM/SBF/MMA
Débora de Oliveira Pires	Museu Nacional/UFRJ
Dora Hees de Negreiros	Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepagua
Enrico Marone	Instituto BioAtlântica
Eunice da Costa Machado	CEM/UFPR
Fabrizio Gandini	Instituto Maramar
Felipe Martins Mello	MMA - Projeto Corredores Ecológicos
Fernando Moraes	Museu Nacional/UFRJ
Gabriel Daldegan	TNC - Trainee
Gilberto Fonseca Barroso	UFES
Henry Louis Spach	CEM/UFPR
João Luiz Nicolodi	GERCOM/MMA
Joel Christopher Creed	IB/ECOLOGIA/UFRJ
Leandro Baumgarten	Consultor NAPMA/SBF/MMA
Leize F. Rodrigues	IBAMA/APA Guapumirim
Leonardo Rubi Rörig	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Luis Henrique de Lima	Consultor NZCM/MMA
Marcelo Antonio Amaro Pinheiro	UNESP - São Vicente.
Márcia Engel	Instituto Baleia Jubarte
Márcia Figueiredo Creed	Jardim Botânico do Rio de Janeiro/MMA
Márcia Hirota	SOS Mata Atlântica
Marcus Henrique Carneiro	Instituto de Pesca de São Paulo
Maria da Penha Padovan	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper
Mário Luiz Gomes Soares	Centro de Tecnologia e Ciências/UFRJ
Mario Manoel Rollo Junior	UNESP - São Vicente.
Maurício Garcia Camargo	CEM/UFPR
Maurício Hostim Silva	Projeto Meros do Brasil
Mônica Maria Pereira Tognella De Rosa	Depto de Ecologia e Recursos Naturais/UFES
Otto Bismarck Fazzano Gadig	UNESP - São Vicente.

NOME	INSTITUIÇÃO
Patrícia Elizabeth da Veiga Rizzi	DIREC/IBAMA
Patrícia Teresa Monteiro Cunningham	IO/USP
Paulo Ricardo Schwingel	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Paulo Roberto Castella	SEMA - Paraná
Raquel Barreto	CSR/IBAMA
Renato David Ghisolfi	Depto de Ecologia e Recursos Naturais/UFES
Renato de Almeida	SOS Mata Atlântica
Ricardo Palamar Menghini	SOS Mata Atlântica
Rogério H. Vereza de Azevedo	DAP/MMA
Rosemeri Carvalho Marenzi	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Sandra Ribeiro	IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente
Selma Dzimidas Rodrigues	UNESP - São Vicente.
Tânia Marcia Costa	UNESP - São Vicente.
Viviane de Formiga Xavier Lund	IBAMA/APA Guapumirim
Yara Schaeffer Novelli	IO/USP

11.8. Listas de Participantes nas Reuniões Regionais por Bioma

Bioma Amazônia

Tabela 11.8.1 – Lista de Participantes da primeira Reunião Regional para o Bioma Amazônia, realizada em Brasília/DF, de 24 a 27 de outubro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adriana Soares de Carvalho	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/MA
Alan Franco	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Alan Razera	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Alexandre Cordeiro	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Alexandre Lantelme Kirovssky	Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca - SEAP
Alicia Rolla	Instituto Socioambiental- ISA
Almir Suruí	Organização Metareilá
Ana Luisa Mangabeira Albernaz	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Ana Rafaela D'amico	Centro Nacional de Pesquisas para Conservação dos Predadores Naturais-CENAP-IBAMA/RR
Analzita Miller	Fauna e Flora Internacional- FFI
André Martius Cruz	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Andrezza Alves Spexoto	Instituto Ouro Verde-IOV
Aniceto Cantanhede Filho	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
Anselmo Cristiano De Oliveira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Antonio Mendes	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/TO
Ariana Cella Ribeiro	Projetos Ecoporé
Arnaldo Carneiro Filho	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Atanagildo de Deus Matos	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Benício Melo Filho	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia-SIPAM
Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Bonifácio Orebewe Wa'adahite	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Celia Regina Araújo Soares	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Clarice Guerra	Confederação Nacional da Indústria-CNI
Cristina Velasquez	Instituto Socioambiental- ISA
Dalton Antunes	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Daniela de Oliveira e Silva	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Dante Renato Corrêa Buzzetti	Instituto Centro de Vida- ICV
Denise Sasaki	Fundação Ecológica Cristalino -FEC

NOME	INSTITUIÇÃO
Diogo Neves Regis	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Eduardo Ribeiro dos Santos	Universidade do Tocantins-UNITINS
Eduardo Ribeiro Felizola	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Ekena Rangel Pinagé	WWF-BRASIL
Elisângela Sanches Januário	Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA
Elton Antonio Silveira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Eunice da Conceição Costa	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
Fernanda Carvalho	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Fernando Castanheira Neto	Confederação Nacional da Indústria-CNI
Fernando Regis Siqueira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Francisco Javier Fawaz	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Gabriel Silva Pedrazzanni	Fundação Nacional do Índio- FUNAI
Geraldo Nonato Menezes	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Gilberto da Silva	Fundação Nacional do Índio- FUNAI
Giovana Bottura	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Glauko Correa da Silva	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
Guilherme Augusto Nogueira Borges	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Gustavo Vasconcellos Irgang	Instituto Centro de Vida- ICV
Helena Fany Pantaleoni Ricardo	Instituto Socioambiental- ISA
Isabel de Castro Silva	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Israel Correa Vale Junior	Kanindé Associação de Defesa Etno Ambiental
Jacira Firmino Neves	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Jaiton Dias	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
João Batista de Pinho	Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT
João Bosco Campos	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
João Carlos de Petribú Dé Carli Filho	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA
João Kwanha Xerente	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Joaquim Belo	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Jose Luiz Viera	Associação Plantas do Nordeste - APNE/CAATINGA
José Wilson da Silva	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Jucyenia Brito	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Kátia Cury	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Laura Dietzsch	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM
Leonardo Pacheco	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/AM
Lucia Helena de Oliveira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Luciene Pohl	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Luiz Augusto Mesquita de Azevedo	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
Manoel da Silva Cunha	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Manuella Andrade de Souza	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/PA
Marcelo Cavallini	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Marcia Mafra	Casa Civil
Márcia Pagore	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Marcos Roberto Pinheiro	WWF-BRASIL
Marcos Rosa	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Maria Alice	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Maria Angélica Toniolo	The Nature Conservancy-TNC
Maria do Socorro Teixeira Lima	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Maria Faustina dos Santos	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Maria Nice Machado Aires	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Marluce Messias	Universidade Federal de Rondônia-UNIR
Marlucia Martins	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Nelson Laturner	Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT
Nicélio Rodrigues Ramos	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Nilfo Wandscheer	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
Nilo Fernando Antunes de Magalhães	Secretaria de Estado do desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO
Paul Elliott Little	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC

NOME	INSTITUIÇÃO
Paulo Rogério Gonçalves	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins -APA/TO
Pedro Cunha	Agência Nacional de Águas-ANA
Raquel Trevizam	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia-SIPAM
Rejane Andrade	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Renato Aparecido de Farias	Fundação Ecológica Cristalino -FEC
Rodrigo Dutra	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/MT
Rodrigo Rodrigues	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Rômulo Rogério Jácome Mascarenhas	Instituto Natureza do Tocantins -NATURATINS
Ronaldo Weigand	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Rosenilde Gregorio dos Santos Costa	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Rubens Marques Rondon Neto	Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
Sergio Travassos	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Sidney Tadeu Rodrigues	WWF-BRASIL
Suzane Guedes Barbosa	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/MA
Sylvian Desmouliere	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Tatiany Barata	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Valdir A Steinke	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
Vanessa Aires Sardinha Sousa	Associação de Conservação do Meio Ambiente e Proteção Integral de Alimentos da Amazônia - GAIA
Vicente José Puhl	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
Viviane Cardoso Pires	Projeto AMAVIDA
Wallace Marinho Moraes	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS

Tabela 11.8.2 – Lista de Participantes da segunda Reunião Regional para o Bioma Amazônia, realizada em Belém/PA, de 6 a 9 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Ak' Jabor Kaiapó	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Alexandre Aleixo	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Alexandre Lantelme Kirovssky	Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca - SEAP
Alicia Rolla	Instituto Socioambiental- ISA
Amelia Ferreira Peres	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Ana Luisa Mangabeira Albernaz	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Ana Rosa Mesquita de Figueiredo	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Analzita Miller	Fauna e Flora International- FFI
Andréa Von Der Heyde Lamberts	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/RR
Anselmo Cristiano de Oliveira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Arlete Silva Almeida	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Arnaldo Carneiro Filho	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Atanagildo de Deus Matos	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Auricélio Batista Brandão	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Calixto Pinto de Souza	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza	WWF-BRASIL
Carlos José Esteves Gondim	Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras
Carlos Peres	Centre for Ecology, Evolution and Conservation
Cícero Augusto	Instituto Socioambiental- ISA
Ciro Campos de Souza	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Claudia Regina de Almeida	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima- FEMACT/RR
Crisomar Raimundo da Silva Lobato	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM / PA
Daniel Lopes Jordy	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Daniela de Oliveira e Silva	Ministério do Meio Ambiente-MMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Daniele Gidsicki	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia-SIPAM
Danielle Celentano Augusto	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia -IMAZON
Diogo Neves Regis	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Eduardo Ribeiro Felizola	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Elisângela Sanches Januário	Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA
Enrico Bernard	Conservation Internacional- CI
Erivaldo Almeida Cruz	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Erivan Cardoso Nogueira	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Erivan Moraes de Almeida	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Ernesto Maues da Serra Freire	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Fani Mamede	Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA
Fernanda Carvalho	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Flavia Pinto	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Francisco Erivan A. Bezerra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Francisco Javier Fawaz	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Gilberto da Silva	Fundação Nacional do Índio- FUNAI
Gustavo Schuwartz	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA/CPATU
Hilza Domingos Silva dos Santos Arcos	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre-PESACRE
Iara Ferraz	Consultora Autônoma
Irândi de Oliveira Pantoja	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Isabel Castro	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Jackson Nascimento Pereira	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Jesse James Lima da Costa	Secretaria de Estado do Meio Ambiente- SEMA/AP
Joana D'Arc Carmo Arouck Ferreira	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE
João Valsecchi do Amaral	Instituto de desenvolvimento Sustentável Mamirauá- IDSM
Joaquim Belo	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
José Cristiano Martins Nunes	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
José de Souza Silva Junior	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
José Eduardo Lozano Badialli	Instituto de Pesquisa Ecológica- IPÊ
José Heder Benatti	Universidade Federal do Pará-UFPA
José Maria Barbosa de Aquino	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Juan Carlos Carrasco Rueda	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)- Central de Associações Agro-extrativistas de Manicoré-CAAM
Jucyrnei Alencar Canizo De Brito	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Julio Cesar Rodriguez Tello	Universidade Federal do Amazonas- UFAM
Keith Spalding Brown Junior	Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP
Laura Dietzsch	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM
Leandro Valle Ferreira	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Leonardo Pacheco	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/AM
Leticia Rangel Tura	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
Livaldo Sarmento da Silva	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Luciana Surita Macedo	Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas
Luciene Pohl	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Lucyana Pereira Barros	The Nature Conservancy-TNC
Luis Carlos Albuquerque Monte (Índio)	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Luiz Carlos Gomes de Lima	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA/RR
Luiz Vasconcelos da Silva	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS

NOME	INSTITUIÇÃO
Manoel da Cruz Cosme de Siqueira	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Manoel da Silva Cunha	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Manoel Pantoja	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
Marcelo Cavalinni	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Marcelo Creão	WWF-BRASIL
Marcia Motta Maues	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA/CPATU
Marcia Tagore	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Marcos Kowarich	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Marcos Roberto Pinheiro	WWF-BRASIL
Marcos Rosa	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Marcos Silveira	Universidade Federal do Acre-UFAC
Maria Isabel Rodrigues	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
Maria Lucia Aires de Mendonça Neto	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Marina Antongiovani da Fonseca	Instituto Socioambiental- ISA
Marinus S. Hoogmoed	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Mario Menezes	Amigos da Terra da Amazônia
Marisa Fonseca	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia-SIPAM
Marlúcia Bonifácio Martins	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Mauro Pires	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Milton Kanashiro	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA ORIENTAL
Moacyr Araújo Silva	WWF-BRASIL
Nelson Chada	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/PA
Nilson Pantoja	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/PA
Queops Silva de Melo	Grupo de Trabalho Amazônico-GTA/ REGIONAL PURUS
Rafael Luís Fonseca	Conservation International- CI
Rafael Torgone Vicente Silva	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Reinaldo Imbrozio Barbosa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Rejane Andrade	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Rita de Cássia Mesquita	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas-SDS/ Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais -SEAPE
Roberto Francisco Gomes	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Rodrigo Rodrigues	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Rogério Azevedo	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Rogério Lopes Meireles	Instituto de Ensino Superior da Amazônia-IESA
Ronaldo Weigand	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Samuel Soares de Almeida	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Sergio Costa	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia-SIPAM
Sidney Tadeu Rodrigues	WWF-BRASIL
Silvio José Pereira	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia-SIPAM
Suely Aparecida Marques Aguiar	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Sylvian Desmouliere	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Tarcisio Feitosa Da Silva	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Tatiany Elizabeth Barata Pereira	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Tereza Cristina Avila Pires	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Valter Diaules Wolschick Freitag	ECONORTE
Vanderleide Ferreira de Souza	Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS
Verônica Telma da Rocha Passos	Universidade Federal do Acre-UFAC
Vicenzo Maria Lauriola	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Victor Paulo de Oliveira	Ministério do Meio Ambiente-MMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Willem Jeths	Instituto Peabiru

Tabela 11.8.3 – Lista de Participantes da terceira Reunião Regional para o Bioma Amazônia, realizada em Manaus/AM, de 6 a 7 de dezembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adelson da Silva Saldanha	Conselho Indígena do Vale do Javari-CIVAJA
Adriano Jerzolinski	Conservation Internacional CI/PROJETO KAYAPÓ
Ak' Jabor Kaiapó	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB e Comissão Nacional de Políticas Indigenistas no Plano Nacional de Áreas Protegidas-PNAP
Aldamir Sateré	Fundação Estadual dos Povos Indígenas-FEPI
Alicia Rolla	Instituto Socioambiental- ISA
Ana Luisa Mangabeira Albernaz	Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
Ana Rosa Mesquita de Figueiredo	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Anselmo Cristiano de Oliveira	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/DF
Arnaldo Carneiro Filho	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Auricélio Batista Brandão	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Clovis Ambrosio	Conselho Indígena de Roraima-CIR
Corina Dessana	Associação Arte e Cultura Indígena do Amazonas-AACIAM
Crisomar Raimundo da Silva Lobato	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM / PA
Dan Pasca	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Daniela de Oliveira e Silva	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Darcy Marubo	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Débora Tan Huare	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Eduardo Ribeiro Felizola	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Fernanda Carvalho	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Francisco Apurina	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Francisco Javier Fawaz	Greentec Consultoria e Planejamento Agro-Florestal e do Meio Ambiente
Genilson Baik Reis Paixão Tembê	Associação dos Povos Tupi do Pará-AMTAPAMA
Gisele Lopes	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena-IEPÉ
Günter Kroemer	Conselho Indigenista Missionário-CIMI
Helcio Marcelo de Souza	The Nature Conservancy-TNC
Helena Fany Pantaleoni Ricardo	Instituto Socioambiental- ISA
Hernani Antunes Buciolotti	Fundação Nacional do Índio- FUNAI
Hilton Silva do Nascimento	Centro de Trabalho Indigenista- AM (Vale do Javari)
Iara Ferraz	Consultora Autônoma
Ireô Kayapó	Comissão Nacional de Políticas Indigenistas no Plano Nacional de Áreas Protegidas-PNAP
Isabel Castro	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Israelita Rede Bezerra	Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé-CGTSM
Jackson Nascimento Pereira	Conselho Indígena de Roraima-CIR
João Evangelista Asiwefo Tiriyo	Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikiyana APITIKATXI/ Amazon Conservation Team-ACT BRASIL
Jonenilson Barbosa Campos	Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiuns-CITA
José Eduardo Lozano Badialli	Instituto de Pesquisa Ecológica- IPÊ
Juliana Schietti	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Juracilda Veiga	Fundação Nacional do Índio- FUNAI
Leonardo Pacheco	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA/AM
Leticia Luiza Yawanawá	Organização de Mulheres Indígenas-SITOAKORE
Lucio Flores	Comissão Nacional de Biodiversidade-CONABIO
Manoel Gomes da Silva	Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque-APITU
Marcelo Gusmão	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Márcia Tagore	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Maria Miquelina Barreto Machado	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB

NOME	INSTITUIÇÃO
Maurice Seiji Tomioka Nilsson	Comissão Pró Yanomami- CCPY
Nujaré Apali Waiana	Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque-APITU
Obadias Batista Garcia	Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé-CGTSM
Odair José Alves de Souza	Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiuns-CITA
Oyô Kayapó	Comissão Nacional de Políticas Indigenistas no Plano Nacional de Áreas Protegidas-PNAP
Pablo de Lima Galeão	Cooperação Técnica Alemã- GTZ
Paulino Manuelzinho Nunes	Conselho Geral da Tribo ticuna-CGTT
Raimundo Malverá da Silva	Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus-OPIMP
Rejane Andrade	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Rodrigo Thurler Nacif	Fundação Nacional do Índio- FUNAI
Ronaldo Weigand	Ministério do Meio Ambiente-MMA
Sebastião Alves Rodrigues Manchineri	MAPKAHA - Manxineryne Ptohi Kajpaha Hajene-Mapkaha/ Organização do Povo Manchineri -MAPKAHA
Sylvain Desmoulière	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Thais Briamesi	RADIOBRAS
Valeria Pereira	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira- COIAB
Vicenzo Lauriola	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Bioma Pantanal

Tabela 11.8.4 – Lista de Participantes da Reunião Regional para o Bioma Pantanal, realizada em Campo Grande/MS, de 20 a 23 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adilson Miguel	Conerq/MS
Adriana Panhol Bayma	MMA/NCP
Ana Elisa F. Bacellar Schittini	IBAMA/DIPRO
Avay Miranda Junior	NCP / MMA
Camilla Velleda Thomaz Bastianon	UnB
Elisa Coutinho de Lima	UnB
Ervanda Timm	
Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila	SEMA/MT
Geraldo José Lucatelli Dória de Araújo Júnior	ANA
Giovana Bottura	IBAMA/DIPRO
Glória Spezia	SBF/MMA
Guilherme Déstro	IBAMA/DIPRO
Gustavo Oliveira e Silva	MMA
Ivan Salzo	IBAMA-MS
José Geraldo Magela Ângelo	IBAMA
Juliana Bragança Campos	UNB
Marcos da Silva Alves	SBF/MMA
Mauro Oliveira Pires	NCP / MMA
Miguel Jordão	FUNAI
Nelson Amaral Nunan Eustáquio	MMA
Nereu Fontes	IBAMA/GEREX-MS
Nuno Rodrigues da Silva	IBAMA
Paula Hanna Valdujo	NCP / MMA
Paulo Fernando Maier Souza	IBAMA/MT
Regina Lúcia de Alcântara Góes	INCRA
Rozimeiry Gomes Bezerra	INCRA
Sérgio Travassos	
Silvia Regina Zacharias	INCRA
Terezinha Martins	MMA/DEA
Abnel Marques Rondon Filho	
Admilson Gonçalves de Araújo	Comunidade Ribeirinha Estirão Comprido

NOME	INSTITUIÇÃO
Ambrósio da Silva	T.I. Bodoquena – Kadwéo
Ana Isabel Wohlfahrt	Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Poconé
Ana Lúcia Barros	
André Luiz Siqueira	
Ângela Rosa da Silva	Comunidade Ribeirinha de Cuiabá – Mirim
Ângelo Conceição Arruda	Associação Boa Vida – Quilombo Mata Cavallo
Anna Santos	
Antenor Augusto da Silva	T.I. Taunay
Antônio Borges dos Santos	
Antônio Conceição Paranhos Filho	
Arilson Cândido	Aldeia Bananal-Terena
Bernardino Bezerra	
Celso Tarcisio Rosso	
Cláudio Rodrigues Fabi	
Cleide Noêmia Amador de Souza	
Clemência B. Donati	Vida Pantaneira
Daice Bispo Silva	Comunidade Quilombola Família Bispo
Divaldo da Costa Soares	Comunidade Ribeirinha de Porto da Manga
Edilce Mesnerovicz	
Elaine Cristina Teixeira Pinto	CI
Estevão Bororo Taukane	Associação Korogedo Parukegeweu
Expedito D. Lira	
Fátima Sonoda	Neotrópica
Glauca Drummond	Biodiversitas
Hélio Ivase	
Ieda Maria Bortolotto	
Isidoro Salomão	
José Antônio Paravá Ramos	Portal do Encantado
José Catarino de Sousa	
José Roberto Camargo de Souza	
Liezé Francisco Xavier	Ass. Pescadores de Iscas Artesanal de Miranda
Luiz Benatti	
Mara Lúcia Pena de Abreu	
Marcia Brambilla	Neotrópica
Marco de Barros Costacurta	
Maria Lúcia Rocha Toledo	
Marilza Garcia Gomes	
Marino Pereira da Silva	
Mario Vito Comar	IMAD
Moacir Coguiepa	Associação Tadarimana Tadawuge
Noelina Marques Dias	SEMADES
Otoniel Ricardo Kaiowá	Aldeia Te'ýkue – T.I. Caarapo
Ronaldo Santana Nunes de Souza	Ronaldo Santana Nunes de Souza
Rosane Juraci Bastos Gomes	CEPPEC - Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado
Sebastião Correa dos Santos	
Solange Gomes dos Santos	
Sylvia Torrecilha	
Teófilo Mendes da Silva	Comunidade Quilombola Negra Rural Campina de Pedra
Vicente Falcão de Arruda Filho	
Wildney Alves de Almeida	Assentamento Terra Solidária
Alessandro Pacheco Nunes	Embrapa
Arnildo Pott	Embrapa
Carlos Alberto Castro	UFMT
Christine Strussmann	UFMT
Dalci Maurício Miranda de Oliveira	UFMT
Fernando Costa Straube	Mülleriana: Sociedade Fritz Müller de Ciências Naturais

NOME	INSTITUIÇÃO
Geraldo Alves Damasceno Júnior	UFMS
Guilherme de Miranda Mourão	Embrapa – Pantanal
João dos Santos Vila da Silva	Embrapa
José Sabino	UNIDERP
Myrian de Moura Abdon	INPE
Paulo Robson de Souza	UFMS
Ricardo Luiz Pires Boulhosa	Pro-Carnívoros / WCS
Solange K. Ikeda Castrillon	Unemat
Tereza Cristina Scotto Pagott	UFMS
Ubirazilda Maria Resende	UFMS
Vanda Lúcia Ferreira	UFMS
Walfrido M. Tomas	EMBRAPA Pantanal
Luiz Calvo Ramires Júnior	Ramires Reflorestamento Ltda

Bioma Cerrado

Tabela 11.8.5 – Lista de Participantes da Reunião Regional para o Bioma Cerrado, realizada em Brasília/DF, de 20 a 23 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adriana Panhol Bayma	MMA/NCP
Alberto Brito	Comparques-DF
Alfredo da Costa Pereira Júnior	INPE/MCT
Ana Elisa F. Bacellar Schittini	IBAMA/DIPRO
Anselmo Cristiano de Oliveira	Pró-várzea/IBAMA
Antônio Dias Soares	IBAMA-GO
Antônio Fernando de A. Mendes	IBAMA-TO
Arnaldo Ferreira	IBAMA
Avay Miranda Junior	NCP / MMA
Avelar Damasceno Amorim	FASE
Bráulio F. S. Dias	MMA
Camilla Velleda Thomaz Bastianon	UnB
Carlos Eduardo Ribeiro Cândido	
Carlos Daniel Gomes Toni	IBAMA -SP
Crizanto Brito de Carvalho	CGZAM / IBAMA
Débora Leite Silvano	NCP / MMA
Edite Mesquita dos Santos Carvalho	IBAMA-GO
Elton Antônio Silveira	SEMA/MT
Francisca Helena Muniz	UEMA
Francisco José Barbosa de Oliveira Filho	IBAMA/DIPRO
Giovana Bottura	IBAMA/DIPRO
Glória Spezia	SBF/MMA
Guilherme Déstro	IBAMA/DIPRO
Gustavo Henrique de Oliveira	IBAMA/DISAM
Gustavo Oliveira e Silva	MMA
Hiroyuki Nemoto	IBAMA
Horley Teixeira Luzardo	MMA-GO
Isabel Belloni Schmidt	IBAMA/DIREF
Ivan Salzo	IBAMA-MS
Jailton Dias	IBAMA/DIPRO
José Ricardo M. V. Abreu	Comparques-DF
Judson Barros Pereira	FUNÁGUAS - PI
Juliana Bragança Campos	UNB
Júlio Cesar de Sá da Rocha	IBAMA/GEREX-BA
Laerte Guimarães Ferreira Júnior	UFG/LAPIG
Lúcia de Fátima Lima	IBAMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Manoel Araújo	IBAMA-DF
Marcelo Lima Reis	IBAMA/DIFAP
Marcos Antônio Pinto	IAP-PR
Marcos da Silva Alves	SBF/MMA
Marcos Reis Rosa	NAPMA / MMA
Maria Helena Reinhardt	IBAMA-DF
Marissônia Lopes de Almeida	SEPLAN-TO
Mauro Oliveira Pires	NCP / MMA
Mônica de Faria Franco Negrão	DPG/MMA
Nilva Claro Costa	SEMARH-DF
Paula Hanna Valdujo	NCP / MMA
Paulo Kageyama	MMA
Raul Luis de	Comparques-DF
Ricardo Campos da Nóbrega	IBAMA
Roberto Messias Franco	IBAMA/GEREX-MG
Romildo Macedo Mafra	IBAMA/GEREX-PI
Sergio Henrique Colaço de Carvalho	IBAMA/DIREC
Simone Gonçalves Machado Lacerda	IBAMA
Vicente José Puhl	FASE - Federação de órgãos Assistência Social e Educacional
William Sousa de Paula	
Zenildo Eduardo Correia Soares	IBAMA-BA
Alberto Hapyhi Krahô	
Arlete Bandeira	Aldeia São José - Krikati
Boaventura Belizário	Aldeia Governador - Gavião
Dílson Duarte Riquelme	Liderança Guarani/Kaiwá
Hiparidi Top Tiro	
Ivan Pol-Cate Canela	
Jonas Polino Sansão	Wyty-Cate
Sara Gaia	Wyty-Cate
Adolpho Luiz B. Kesselring	FUNATURA
Ana Caldeira de Barros	Rede Ita-Rede Intercâmbio De Tecnologias Alternativas
Andréia Bavaresco	CTI
Benito Fernandez Mera	BIOESTE
Cássio Soares Martins	Biodiversitas
César Victor Espírito Santo	Funatura / Rede Cerrado
Clarisse Guerra	CENEC
Conceição Aparecida Luciano	Campo Valle-Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequetinhonha
Cristiano de Campos Nogueira	CI
Edite Lopes de Souza	10envolvimento Agência
Eliana Kelly Pareja	Instituto Ecológica
Fátima P. A. Oliveira	
Flávio Pereira Diniz	IBRACE-Instituto Brasil Central
Francisco Cordeiro Barbosa	Brejo dos Crioulos
Frei Rodrigo de Castro Amédéc Péret	AFES - Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade
Gabriel Coutinho de Araújo	Assoc. Peq. Agricultores S. José e Região
Genival Araújo Rodrigues	
Ivone Riquelme	IPCP-nstituto de Permacultura Cerrado e Pantanal
Izabel Francisco Maia	Assoc. Kalunga Cavalcante
Jhonny Martins de Jesus	CONAQ-Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Joaquim Alves de Sousa	CENTRU - Centro de Educ. e Cultura do Trabalhador Rural
José Oliveira da Silva	APR-Animação Pastoral e Social no Meio Rural
Júlio Falcomer	
Lindonésia Luíz de Andrade	IPJP - Instituto Padre João Peter
Lívia Vanucci Lins	ITB - Instituto Terra Brasilis

NOME	INSTITUIÇÃO
Lucely Morais Pio	Articulação Pacari
Maria Querubina da Silva Neta	MIQCB-Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
Manoel Conceição Santos	CENTRU - Centro de Educ. e Cultura do Trabalhador Rural
Márcio Antônio Sousa da Rocha Freitas	
Maria Dalce Ricas	AMDA-Assoc. Mineira de Defesa do Meio Ambiente
Mario Barroso Ramos-Neto	CI
Mozart Júnior Brito Macedo	
Neri dos Santos Rosa	Associação Kalunga
Rafael Luis Fonseca	CI
Renato Alves Moreira	Oreades
Rosane Juraci Bastos Gomes	CEPPEC - Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado
Sérgio Lisboa Oliveira	
Sônia A. Zoago Kamaero	Assoc. Indígena Hailitinã
Stuart Alan Klorfine	Fundação Biologia da conservação
Alexandre Uhlmann	UFPR
Ana Paula Carmignotto	USP-São Carlos
Anderson Cassio Sevilha	EMBRAPA/CENARGEN
Bruno Machado Teles Walter	EMBRAPA/CENARGEN
Carolyn Elinore Barnes Proença	UnB
Dalci Maurício Miranda de Oliveira	UFMT
Elieê Pontes de Araújo	UEMA
Elisa Coutinho de Lima	UnB
Fabiana de Góis Aquino	EMBRAPA/CPAC
Francisco de Arruda Machado	UFMT
Gislaine Disconzi	CNA
Helga Correa Wiederhecker	Embrapa - Cenergen
Jamilo Thomé Filho	CPRM
João Roberto Correia	Embrapa CPAC
Larissa Nascimento Barreto	UFMA
Leandro Gonçalves Oliveira	UFG
Lúcio Flavo Marini Adorno	UFTO
Ludmilla Maria de Souza Aguiar	EMBRAPA/CPAC
Magno Vicente Segalla	Instituto Horus
Manuel Eduardo Ferreira	UFG/LAPIG
Marcio R. C. Martins	USP
Maria Aparecida da Silva	IBGE-DF
Mariana Napolitano e Ferreira	Neatus/UFT
Paulo Takeo Sano	USP
Renato Torres Pinheiro	UFTO
Roseli Senna Ganen	UnB/CDS
Sueli Matiko Sano	EMBRAPA-CPAC
Tarcísio da Silva Santos Jr	UFMT
Vânia Regina Pivello	USP
Elisa Romano Dezolt	CNI
Evandro Coral Morales	FAMATO/CNA
João de Carli	CNA
Lázaro Eurípedes Xavier	CNA
Léo Lince do Carmo Almeida	CNA

Bioma Caatinga

Tabela 11.8.6 – Lista de Participantes da Reunião Regional para o Bioma Caatinga, realizada em Fortaleza/CE, de 13 a 16 de dezembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adeodato Ari Cavalcante Salviano	Universidade Federal do Piauí
Alberto Jorge da Rocha Silva	Ministério do Meio Ambiente
Alcioli Galdino dos Santos Júnior	APNE
Alexandre Clístenes de Alcantara Santos	Universidade Estadual de Feira de Santana
Ana Elisa de Faria Bacellar Schittini	IBAMA
Ana Maria Giulietti Harley	Universidade Estadual de Feira de Santana
Angela Maria Zanata	Universidade Federal da Bahia
Anselmo Cristiano de Oliveira	IBAMA
Antônia Cristina R. Torres	Associação Indígena Cariri
Antonio Alberto Jorge Farias Castro	Universidade Federal do Piauí
Antônio de Aquino Barros	MONAP
Antônio Edson Guimarães Farias	Ministério do Meio Ambiente
Antônio Soares Farias	
Arnóbio Cavalcante	Universidade Estadual do Ceará
Arthur Lima da Silva	AGENDHA
Bérites Carmo Cabral	Ministério do Meio Ambiente
Bráulio de Sousa Dias	Ministério do Meio Ambiente
Caren Cristina Dalmolin	IBAMA
Carlos Antonio Moura Fé	IBAMA
Carlos Henrique Madeiros Castelletti	Universidade Federal de Pernambuco
Célia da Silva Pereira	IBAMA
Célia Maria Lima de Vasconcelos	BNB
Christiane Izumu Yamamoto	Universidade de São Paulo
Ciro Ginez Albano	AQUASIS
Claudenilson Mendes Ribeiro	Grupo de Interesse Ambiental
Claudia Bueno de Campos	IBAMA
Claudia Luizon Dias Leme	Universidade Federal da Bahia
Clemens Schlindwein	Universidade Federal de Pernambuco
Cristina A. Gonçalves Rodrigues	EMBRAPA
Cristina Aparecida Gonçalves Rodrigues	EMBRAPA
Daniel Cassiano Lima	UECE
Danielle Blanc	Ministério do Meio Ambiente
Diana Levacov	IBAMA
Diana Odete Moura Nogueira	Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente
Diógenes Almeida Segundo	
Diva Maria Borges-Nojosa	Universidade Federal do Ceará
Djalma Lima Paiva Filho	IBAMA
Ednaldo Vieira do Nascimento	Rede de ONG da Mata Atlântica
Edneida Rabêlo Cavalcanti	Fundação Joaquim Nabuco
Elizabeth Lemos de Carvalho	Ministério do Meio Ambiente
Elizete de Oliveira Santos	Grupo de Interesse Ambiental
Evandro Wagner Ferreira Lopes	INCRA-RN
Fábio Pedro Souza De Ferreira Bandeira	Universidade Estadual de Feira de Santana
Fani Mamede	MDA
Flora Acuna Juncá	Universidade Estadual de Feira de Santana
Francisca Soares de Araújo	Universidade Federal do Ceará
Francisco das Chagas Araújo	Associação Indígena Cariri
Francisco Kelvio Campos Costa	Universidade Estadual do Ceará
Gerardo Facundo de Souza Neto	Universidade Estadual do Ceará

NOME	INSTITUIÇÃO
Gildácio Sebastião da Silva	IBAMA
Giovana Bottura	IBAMA
Glauco Kimura de Freitas	TNC
Grasiely de Oliveira Costa Tavares	IBAMA
Guilherme Fernando Gomes Destro	IBAMA
Gustavo Henrique Macedo Rocha	Universidade Estadual do Ceará
Hélio Jorge da Cunha	Ministério do Meio Ambiente
Iêdo Bezerra Sá	EMBRAPA
Igor Joventino Roberto	AQUASIS
Jailton Dias	IBAMA
João Alberto Gominho Marques de Sá	CPRH/PE
João Arnaldo de Brito	Ministério do Desenvolvimento Agrário
José Airton Passos	Grupo de Interesse Ambiental
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE
José Alves de Siqueira Filho	Universidade Federal do Vale do São Francisco
José Luís Passos Cordeiro	FIOCRUZ
José Luis Vieira da Cruz Filho	Associação Plantas do Nordeste
Juliana Farias Forte	Universidade Estadual do Ceará
Karina de Oliveira Teixeira Sales	SEMACE
Leonel Graça Generoso Pereira	Ministério do Meio Ambiente
Lubélia Lima da Silva	Universidade Estadual do Ceará
Lucia Maria Bezerra da Silva	ASSUMA
Luciana Maciel Barbosa	Universidade Estadual do Ceará
Luciano José de Oliveira Accioly	EMBRAPA
Luciene Marilac	GEF Caatinga
Luís Fernando Pascholati Gusmão	Universidade Estadual de Feira de Santana
Manuella Andrade de Souza	IBAMA
Marcela Saldanha	Associação Caatinga
Marcela Saldanha de Lima Ferreira	Associação Caatinga
Marcelo Felgueiras Napoli	Universidade Federal da Bahia
Márcia Maria Correa Rêgo	Universidade Federal do Maranhão
Marco Antonio Amaral Passos	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Marco Antônio Vidal dos Santos Pinto	IBAMA
Marcos Rosa	Ministério do Meio Ambiente
Maria Angélica Figueiredo	Universidade Federal do Ceará
Maria Aparecida José de Oliveira	Universidade Federal da Bahia
Maria Aparecida Mendes Silva	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
Maria Arlene Pessoa da Silva	Universidade Regional do Cariri
Maria da Penha E. de Barros	MMA
Maria do Socorro F. Azevedo	Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente
Maria Lenise Silva Guedes	Universidade Federal da Bahia
Maria Luzia Sidonio	Federação Quilombola Mineira
Maria Tereza Bezerra Farias Sales	Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente/CE
Maria Valdenete Pinheiro Nogueira	CODEVASF
Mariângela de Araújo Póvoas Pereira	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
Marina Landeiro	Ministério do Meio Ambiente
Marjorie Cseko Nolasco	Universidade Estadual de Feira de Santana
Milcíades Gadelha de Lima	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais/CE
Miller Holanda Câmara	IBAMA
Mônica Farias Maia	BNB
Mônica Maria Bezerra Farias	Banco do Nordeste
Núbia Cristina Silva Stella	Ministério do Meio Ambiente
Odilo Neto Luna Coelho	INCRA

NOME	INSTITUIÇÃO
Patricia Maia Correia de Albuquerque	Universidade Federal do Maranhão
Paulo Garcia	Permacultura - Bahia
Paulo Magno Gabeto Martinez	Ministério do Meio Ambiente
Pedro Cerqueira Lima	CETREL
Raimundo Jeová Rodrigues Alves Filho	Universidade Estadual do Ceará
Raimundo Jeremias de Souza	Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto
Raquel Caroline Alves Lacerda	IBAMA
Ricardo Araújo	IBAMA
Rita de Cássia Surrage de Medeiros	IBAMA
Rodrigo Castro	Associação Caatinga
Rodrigo Martins dos Santos	Associação Indígena Cariri
Rogério Azevedo	Ministério do Meio Ambiente
Rosany Braga Pegado	Associação Quilombola
Rosiane Maria Bezerra	GEF Caatinga
Rosimary de Araujo	Associação Indígena Cariri
Rosimere Ana Bezerra	GEF Caatinga
Rubens Ramos Mendonça	IBAMA
Sergio Ricardo Travassos da Rosa	Ministério do Meio Ambiente
Shirley Hauff	TNC
Sonia Regina Silva Portugal	Centro de Recursos Ambientais/BA
Teresa Alves Rodrigues Cariri	Associação Indígena Cariri
Thieres Pinto	AQUASIS
Victa Nobre de Andrade	Universidade Estadual do Ceará
Viviane Mazim	Ministério do Meio Ambiente
Washington de Jesus Santanna da Franca Rocha	Universidade Estadual de Feira de Santana
Weber Andrade de Girão e Silva	AQUASIS
Wellington de Santana	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Sergipe
Yara de Melo Barros	IBAMA

Mata Atlântica

Tabela 11.8.7 – Lista de Participantes da primeira Reunião Regional para o Bioma Mata Atlântica, realizada em Florianópolis/SC, de 7 a 9 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Alair de Souza	FATMA
Alexandre Krob	CURICACA
Alvaro Peres de Magalhães	MINC
Anita B. Diederichsen	TNC
Augusto Barbosa Coura Neto	IBGE
Beloni T. Pauli	FATMA
Carlos A. Cassini	FATMA
Carlos Henrique S. de Oliveira	MMA
Carolina Alves Lemos	ONG AÇÃO NASCENTE MAQUINE-ANAMA
Carolina R. Cury Müller	GEEP-AÇUNGUI
Ciro Carlos Mello Couto	RPPN CATARINENSE
Daniel de Barcellos Falkenberg	UFSC- BOT
Elaine Lucas Gonsales	ACAPRENA
Elza Nishimura	INST.RÂ-BUGIO
Evanilde Benedito	UEM
Fabiano Grecio de Carvalho	DUNAS-ONG
Gilberto Campello Brasil	MMA
Gustavo Romeiro Mainardes Pinto	IBAMA
Jan Karel F. Mähuer Jr	ONG CURICACA

NOME	INSTITUIÇÃO
João Batista Campos	IAP/DIBP
João de Deus Medeiros	UFSC
Jorge Ram	REDE A NJOS DAS ÁGUAS
Jon Ruis Andrade	AGEFLOR
Julio Oracio Felipe	ACR
Kazue K. Kita	UEM
Lauro Eduardo Bacca	CERBMA
Lisiane Becker	ONG PROJ. MIRA-SERRA
Luis Fernando Stumpf	ARAÇA-PIRANGA
Luis R. de M. Baptista	UFRGS
Luiz Fernando Barros	MMA
Magno Vicente Segalla	Mater natura
Marcilio Caron Neto	CNI
Marco Brito	ACR
Marcos Da-Ré	SOCIO AMBIENTAL CONS. ASSOC.
Maria Cristina Bartolou	ONG/OSCIP ANJOS DO TEMPO
Maria Salete Carbonera	SEMA/DEFAP
Marina Landeiro	MMA
Mauricio F. Graipel	UFSC
Miriam Prochnow	APREMAUI
Mônica Gomes	CAIPOR/PAU CAMP
Nery Prux	ONG/OSCIP ANJOS DO TEMPO
Patricia Maria Sociani	FATMA
Patricia Zeni de Sá	F.PRA VER NATUREZA
Paulo Roberto Castella	SEMA
Pedro Deveyey	BIRDLIFE/SAVE
Ricardo Miranda de Brito	SPVS
Roberta Alencar	MMA
Rudi Ricardo Lopes	FURB
Rui José de F. dos Santos	AGAPAN
Sofia Campiolo	MMA
Telma de Castro	MMA
Ulisses R. de Andrade	FIESC
Vandir Francisco Zancan	AGEFLOR
Vinicius Paiva Gonsalves	SOCIO AMBIENTAL CONS. ASSOC.
Vitor de Q. Piacentini	SBO
Wigold B. Schaffer	NAPMA/SBF

Tabela 11.8.8 – Lista de Participantes da segunda Reunião Regional para o Bioma Mata Atlântica e segunda reunião regional da Zona Costeira e Marinha realizada NO Rio de Janeiro/RJ, de 21 a 23 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adriana Paese	Conservação Internacional
Adriano P. Paglia	Conservação Internacional
Agnaldo da Silva Martins	UFES
Alba Simon	Instituto Baía de Guanabara
Alexandre Krob	Curicaca
Alexandre Lantelme Kirovsky	SEAP
Alexandre Souza	IBAMA/RJ
Alexandre Turra	IO/USP
Ana Carolina C.S.T. Maia	IEE/RJ
Ana Lúcia de Araújo	NZCM/SBF/MMA
Ana Maria de Godoy Teixeira	Associação Mico-Leão-Dourado
Ana Paula Leite Prates	Coordenadora NZCM/SBF/MMA
André Almeida Cunha	UFMG
André L. Miragaia Mendes	Vale Verde

NOME	INSTITUIÇÃO
André Lima Torres	Petrobras
Anídio Correa	Petrobras
Antonio de Padua Q. Cordeiro	INCRA/RJ
Antonio M. Pedroso Jr	OPTA
Benedito Alves da Silva	Quilombo
Berites do Carmo Cabral	NZCM/MMA
Bonfilio Alves Ferreira	USP
Carla pena Osório	CECLIMAR/UFRGS
Carlos A..da Silva Souza	INCRA/RJ
Carlos Alberto Borzone	CEM/UFPR
Carlos eduardo de Viveiros Grelle	UFRJ
Carlos Eduardo Leite Ferreira	UFF
Carlos Henrique Martins	Soc. Macaé Cima
Carmen Lúcia D.B.R. Wongtschowski	USP
Carolina Born Toffoli	ISA
Célia Cymbalista	SOS Rep. Guarapiranga
Célio Roberto Jonck	CENPES/Petrobras
Celso Azevedo	UFES
Cesar Meyer Musso	Avidepa
Claudio Nicoletti de Fraga	JBRJ
Cristina Orpheo	Vita Civilis
Cristina W. Vieira	ARPEMG
Cyl Farney Catarino de Sá	JBRJ
Daniel Wiechers	NZCM/SBF/MMA
Daniela Nicioli Estevam da Silva	IEMA/ES
Daniele Blanc	NZCM/SBF/MMA
Débora de Oliveira Pires	Museu Nacional/UFRJ
Dora H. de Negreiros	Instituto Baía de Guanabara
Edson Valpassos	RMA/AAPFg
Euvira Rose Atuati	Instituto Águas da Prata
Fábio Brant	ANP
Fani Mamede	MDA
Felipe Martins Mello	MMA
Gilberto Lamoglia	CNI/FIRJAN
Glaucia Moreira Drummond	Fundação Biodiversitas
Guarani de Holanda Cavalcanti	Petrobras
Gustavo M. Accacio	WWF
Helena Godoy Bergallo	UERJ/Ibiomas
Hélio Jorge da Cunha	DCBIO/MMA
Henrique Ilha	IBAMA
João Carlos Thome	Tamar/IBAMA
João Emidio Lima da Silva	ARPEMG
João Luis Nicolodi	GERCOM/SQA/MMA
Jocimar Mendonça	Instituto de Pesca de São Paulo
Juliana O. Rego	FZB/RJ
Katia Marcia Pacheco	ISA
Lailah G. Aburachid	Ouarite
Leandro Batili	Votorantim Celulose e Papel
Leandro C.da silva	ANP
Leonardo Rubi Rörig	UNIVALI
Leonardo V. Mohr	IBAMA
Leonor Ribas de Andrade	CGPEG/IBAMA
Lina Maria Ache	SMA/CETESB
Lúcia Gaudêncio	CMA/SPP/ANP
Luis Henrique de Lima	Consultor NZCM/SBF/MMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Luiz Claudio Ribeiro	UFES
Luiz Fernando R. Barros	NAPMA/SBF/MMA
Luiz Otávio Frota	DIFAP/IBAMA
Lupércio Araújo Barbosa	Instituto Orca
Marcelo Antonio Amaro Pinheiro	UNESP/Campus Litoral Paulista
Marcelo Simonelli	IPEMA
Márcia Engel	Instituto Baleia Jubarte
Márcia Hirota	SOS Mata Atlântica
Márcia Rieder	SEMA/RS
Marcos L. de Almeida	Marinha do Brasil
Marcos Yamamoto	Votorantim Celulose e Papel
Maria Carolina Hazin	NZCM/SBF/MMA
Maria Patricia Corbelo Fernandez	CENPES/Petrobras
Marilda Cruz Lima da Silva	RMA
Marina Landeiro	DCBIO/SBF/MMA
Marinez Scherer	Inst. Amb. Ratoles
Marta Braconi	SOS Rep. Guarapiranga
Marta Emerich	SMA/CETESB
Marussia Whately	ISA
Maurício Leme da Fonseca	Petrobras
Moacir Apolinário	Petrobras
Mônica Brick Peres	CEPERG/IBAMA
Norberto Olmiro Horn Filho	UFSC
Otávio Augusto Vuolo Marques	Butantan
Patricia Luciano Mancini	Projeto Albatroz
Patrícia Teresa Monteiro Cunningham	IO/USP
Paulo César Silva da Motta	IBAMA/RJ
Paulo R. A. Recio	INCRA/RJ
Paulo Roberto Castella	SEMA/PR
Pilar Machado da Cunha	ISA
Raquel Barreto	CSR/IBAMA
Renato Almeida	USP/Bioma
Renato David Ghisolfi	UFES
Renato Jesus	UFV
Ricardo Aranha Ramos	FZB
Ricardo Baitelli	UFRGS
Ricardo Krul	UFPR
Roberto Campos Villaça	UFF
Rodrigo Agostinho	Vidágua
Rogério H. Vereza de Azevedo	DAP/SBF/MMA
Rosa Mancini	CTCOST/CBH-LN
Rosemeri Carvalho Marenzi	UNIVALI
Sandra Flores	Consultora NZCM/SBF/MMA
Sandro Klippel	IBAMA/RS
Simone Machado	UFES
Solange Irene de Arruda	CENPES/Petrobras
Telma Stephan	ISA
Vivyanne G. de Melo	INCRA
Wigold R. Schaffer	Coordenador NAPMA/SBF/MMA
Yara Schaeffer Novelli	IO/USP

Tabela 11.8.9 – Lista de Participantes da terceira Reunião Regional para o Bioma Mata Atlântica e terceira Reunião Regional da Zona Costeira e Marinha realizada em Salvador/BA, de 5 a 7 de dezembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Adelma Cristovam dos Passos	
Alberto Campos	AQUASIS
Alexandre Lantelme Kirovsky	SEAP
Alvaro Magalhães	Ministério da Cultura
Ana Lúcia de Araújo Ramos	CSR/IBAMA
Andrei Langeloh Roos	CEMAVE/IBAMA
Ângela Zanata	UFBA
Antonio da Silva Franco Filho	CIRM
AroldoSouza Andrade	SEAP/BA
Augusto César Coelho D. Silva	TAMAR/IBAMA
Ayda Vera Alcântara	UFS – Departamento de biologia, Núcleo de Ecossistemas Costeiros
Beatrice Padovani Ferreira	UFPE
Benedito Roque da Costa	MONAPE
Bruno Almeida Cabral	APA Piaçabuçu
Carla de Barros A. Hastinet	UFBA
Carla Menegola	UFBA
Catharine Prost	UFBA
Cícero Medeiros Lima	Colônia Pescadores
Claudia Sampaio	
Claudio Dellini	TAMAR/IBAMA
Clemente Coelho Junior	Projeto Recife-Olinda; PROMANG
Clóvis Barreira Castro	UFRJ
Daniel Wiechers	MMA
Diva Maria Borjes Nojosa	UFC
Eneida Maria Eskinazi Sant'Anna	UFRN, Centro de Biociências, Depto de Oceanografia e Limnologia.
Enrico Marcovaldi	Instituto Baleia Jubarte
Ermindia G. Couto	UESC
Fábio Brante	SSP/CMA
Fani Mamede	MDA
Fernando Acioli	APA Costa dos Corais
Francisco Rodrigues Soares	Fundação Rio Paraíba
Francoy Thiago Reis	MMA/DCBIO
Gecely Rodrigues Alves Rocha	UESC, Departamento de Ciências Biológicas.
George Emmanuel Cavalcanti de Miranda	UFPB, Centro de Ciências Exatas e da Natureza
George Olavo Mattos e Silva	UEFS, Departamento de Ciências Biológica
Giovanna Carrozzo	Petrobras
Guilherme Dutra	Conservação Internacional
Gustave Lopez	Tamar
Guy Marcovaldi	Tamar
Helena Mathews-Cascon	UFC
Hélio Jorge da Cunha	MMA/DCBIO
Jaqueline Mariano	ANP
João Carlos Thomé	TAMAR/IBAMA
João Luís F. Ferreira	MMA/SBF/NZCM
Josias Clementino de Jesus	MONAPE
Liana de Figueiredo Mendes	UFRN, Centro de Biociências
Livia de Laia Loiola	MMA/SBF/NZCM
Lívia Karina Passos Martins	IBAMA
Luciano de Faria Azevedo	
Luisa Juliana Lopes	CNM/IBAMA
Márcia de França Rocha	Petrobras
Marcos L. de Almeida	Marinha do Brasil

NOME	INSTITUIÇÃO
Margareth Maia	CRA(SIG)
Maria Ap. J. Olivio	UFBA
Maria Betania Matos de Carvalho	Superintendencia de Administração do Meio Ambiente, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente
Myrna Friederichs Landin de Souza	UFS – Departamento de biologia, Núcleo de Ecossistemas Costeiros
Patrícia Elizabeth Rizzi	IBAMA/DIREC
Paulo Antunes Horta Junior	UFPB, Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Departamento de Sistemática e Ecologia
Paulo Travassos	UFRPE, Departamenro de Pesca e Aquicultura, Laboratório de Ecologia Marinha Lemar.
Pedro Augusto Macedo Lins	IBAMA
Raquel Barreto	IBAMA/CSR
Renata Lúcia Batista	Instituto de de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos
Ricardo Farias do Amaral	UFRN, Centro de Ciências Exatas, Departamento de Geologia.
Ricardo Zaluar	Petrobras
Roberto Sforza	Projeto TAMAR - Coordenação Nacional
Rodrigo de Salles	UFC/ Dep. de Pesca - Instituto de Ciências do Mar
Rogério H. Vereza de Azevedo	DAP/MMA
Sandra Flores Nunes	Consultora/MMA/SBF/NZCM
Sérgio Cipolotti	Instituto Baleia Jubarte
Thales Ushizima	CEPENE/IBAMA
Tito Monteiro da Cruz Lotufo	UFC, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Engenharia de Pesca.

Bioma Pampa

Tabela 11.8.10 – Lista de Participantes da Reunião Regional para o Bioma Pampa, realizada em Porto Alegre/RS, de 30 de outubro a 1 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Alexandre Krob	CURICACA
Alvaro Pontes de Magalhães Junior	Ministério da Cultura
Ana de Araújo Carrion	UFRGS
Ana Elisa F. Bacellar Schittini	IBAMA
Anders Tosterno	STORA ENSO
André Rocha Ferretti	Fundação O Boticário
Carla Suertegaray Fontana	PUC/RS
Carlos G. Tonrquist	Fundação GAIA
Carlos Henrique Jung Dias	IBAMA
Caroline Lorenci Mallman	FEPAM/UFSC
Cecília Volkmen Ribeiro	Museu de Ciências Naturais
César Augusto dos Reis	ABRAF
Cezar Augusto Carneiro	Correios
Chris Molvorcem	Consultora MMA
Cibele Indrusiak	IBAMA
Cíntia Barenho	CEA
Coralia M. O. Medeiros	FEPAGRO
Cristiano Aura	UFRGS
Daniel Souza Castro	UFRGS
Eduardo Osório Stumpf	Aracruz Celulose S.A.
Eduino de Mattos	Rede Bioma Pampa
Erick Mello Maciel	Instituto Patulus
Eridiane Lopes da Silva	IBAMA
Fabício Barreto	MMA
Fernando Adauto de Souza	FARSUL
Fernando Falcão	IBAMA
Fernando Genivan Becker	UFRGS
Giseli Pereira Rubert	INCRA

NOME	INSTITUIÇÃO
Helena P. Romanowski	UFRGS
Henrich Hasenack	UFRGS
Ian Karel Felix Mähler Jr.	ONG Curicaca
Ilsi Iob boldrini	UFRGS
Itamar Pelizzaro	CLA Comunicações
Ivo Lessa	FARSUL
Ivonete Carvalho	SEPP/PR
Jan karel Felix Mähler Junior	CURICACA
Jefferson Roberto Bahnert Santos	
João Mielniczok	UFRGS
João Paulo Schneider da Silva	Sindicato Rural Uruguaiana
José Lauro	FIERGS
José Luis Passos	UFRGS
José Luiz de Moraes Mattos	Grupo Ecológico SOS Jacuí
Juan A. Anza	UFRGS
Kátia Regina Aurich	IBAMA
Lair A. B. Ferreira	AGEFLOR
Lair Ângelo Baum	AGEFLOR
Luciana Picoli	Núcleo Amigos da Terra
Luciana Raquel Picoli	Núcleo Amigos da Terra
Luisa Chomenko	Fundação Zoobotânica
Luiz Henrique Pacheco Correa	Prefeitura de Bagé
Luiza Chomenko	MCN/RZB
Marcelo Almeida Bastos	INCRA/RS
Marcelo Machado Madeira	IBAMA
Márcia Quadrado	MDA
Marcílio Caron Neto	CNI
Marcos Rosa	MMA
Maria Luiza Porto	UFRGS
Marília Portugal	IBAMA/SUPES-RS
Marina Landeiro	MMA
Marta Levien	Instituto de Planejamento e Estudos Sócio Ambientais
Maurício Vieira de Sousa	IBAMA
Mauro Müller	Mov. Roessler para defesa ambiental
Miguel Von Behr	IBAMA/ASCON
Miriam Löw	AGAPAN
Nely Blauth	Núcleo Amigos da Terra
Paulo Brach	UFRGS
Paulo Eduardo Mascarenhas Linhares	Associação dos Arrozeiros Uruguaiana
Pedro Develey	Birdlife/Save Brasil
Pedro Furtado	IBGE
Rafael Antunes Dias	Univ. Católica de Pelotas
Regis Wellansen Dias	CREA/RS
Ricardo Brochado Alves da Silva	MMA
Roberto Botia	UFRGS
Rodrigo Pereira Luz de Quadros	AGEFLOR
Salete Beatriz Ferreira	SEMA/DEFAP
Sandra Cristina Müller	UFRGS
Sofia Campiolo	MMA
Valério Pillar	UFRGS
Wigold Schaffer	MMA

Zona Costeira e Marinha

Tabela 11.8.11 – Lista de Participantes da primeira Reunião Regional para a Zona Costeira e Marinha, realizada em Belém/PA, de 6 a 8 de novembro de 2006.

NOME	INSTITUIÇÃO
Áderson Araújo Avelar	SIPAM
Admilson Moreira Torres	SETEC – AP
Adriana de Aviz	Museu Paraense Emílio Goeldi
Adriana Figueiredo Fonseca	CEPNOR/IBAMA
Alexandre Cordeiro	CNPT/IBAMA
Alexandre Lantelme Kirovsky	SEAP
Amilcar Carvalho Mendes	Museu Paraense Emílio Goeldi
Ana Barbosa	CPP
Ana Lídia Araújo	IBAMA/CSR
Ana Paula Leite Prates	Coordenadora NZCM/SBF/MMA
Ana Rosa da Rocha Araújo	Consultora
Ana Tereza Lopes	UFMA
Antonio Aquino Barros	CPP/MONAPE
Antonio Augusto Ferreira Rodrigues	UFMA
Antonio Carlos Leal de Castro	UFMA
Antônio Cordeiro Feitosa	UFMA
Antonio Ricaldi	ANP
Benedito Pereira	MONAPE
Brandi de Oliveira Pantoja	INCRA
Bruno de Brito Gueiros Souza	CNPT/IBAMA/MA
Carolina Alvite	CMA/IBAMA/MMA
Célia Regina das Neves	Resex Mãe Grande
Cristina Arzabe	Embrapa
Cristina Senna	Museu Paraense Emílio Goeldi
Daniel de Oliveira Wiechers	MMA
Danielle Blanc	MMA
Eduardo Godoy	DIREC/IBAMA
Elcio Paulo da Rocha	CEPNOR/IBAMA
Elivan Arantes de Souza	CEMAVE/IBAMA
Fátima Sueli Oliveira dos Santos	CCP Norte
Flávia Rebelo Mochel	UFMA
Flavio Cerezo	IBAMA
Francisco de Paula Baptista Neto	SINPESCA
Gisele Gouvêa Parise	SECTAM
Guilherme Santos Júnior	CEPNOR/IBAMA
Hélio Jorge da Cunha	DCBIO/MMA
Hipólito Augusto Escouto Neto	Instituto Ilha do Caju (ICEP)
Inocência de Souza Gorayeb	Museu Paraense Emílio Goeldi
Ivanildo Pereira de Pontes	SINPESCA
Joaquim Belo	CNS
Josinete Pereira Lima	CPP/NORTE
Juliana Fukuda	GEREX/IBAMA
Juliana Teofilo Araujo	Guara
Katia Cristina Araújo Silva	CEPNOR/IBAMA
Laís de Moraes Rego Silva	UFMA
Larrisa Barreto	UFMA
Leonel Graça Generoso Pereira	SBF/MMA
Lido Leibrecht	BTO Amazonas
Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado	Museu Paraense Emílio Goeldi
Luis Henrique de Lima	Consultor
Luis Otávio Frota da Rocha	DIFAP/IBAMA

NOME	INSTITUIÇÃO
Maâmar el Robrini	UFPA
Magnus Machado Severo	IBAMA/MA
Manoel Imbireba Jr.	SIPAM
Márcio Barragana	IBAMA/MA
Marco A. C. Solimões	IBAMA/PA
Marcos da Silva Cunha	Parque Cabo Orange/IBAMA
Maria da Conceição Santos	ARQBA
Maria Lucia Aires de Mendonça Melo	INCRA/Santarem
Maria Thereza Ribeiro da C. Prost	Museu Paraense Emílio Goeldi
Marineide Pereira de Almeida	CPP/AP
Mario Menezes	Amigos da Terra
Mônica Pinheiro Feitosa	CNPT/IBAMA
Najja Maria dos Santos Guimarães	IBAMA/PA
Nanci Maria Rodrigues da Silva	IBAMA/RO
Nilce Costa	ANP
Nivaldo Piorski	UFMA
Odilon T. de Melo	UFMA
Oneida Freire	Ministério do Turismo
Orlando Assumpção	MMA/DIFLOR
Paula Hanna Valdujo	Consultora
Paulo da Gama Câmara	Museu do Marajó
Paulo Mota Rocha	MONAPE
Paulo Sérgio Altieri dos Santos	Secretaria Executiva Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará
Pedro Chaves Baia Jr.	SECTAM
Pedro Walfir Martins e Souza Filho	UFPA
Raquel Barreto	CSR/IBAMA
Renato Prado dos Santos	MMA
Ricardo Zaluar P. Guimarães	Petrobras
Roberto Sforza	Tamar/IBAMA
Rosália Furtado	CEPNOR/IBAMA
Rosimeire Lopes da Trindade	Museu Paraense Emílio Goeldi
Sandra Flores Nunes	Consultora
Sérgio Alberto Q. Costa	SIPAM
Suely A. Marques Aguiar	MPEG
Tarcisio A. de Oliveira	Ministério da Defesa/Marinha do Brasil
Valdemar Londres Vergara Filho	CNPT/IBAMA
Victoria Judith Isaac Nahum	UFPA/Centro de Ciências Biológicas

11.9. Lista de Áreas Prioritárias por Bioma

Amazônia

Tabela 11.9.1 – Lista de Áreas Prioritárias para o Bioma Amazônia com seus respectivos: código, área (km2), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am001	Área Chiquetana	2177	MA	EA	Mosaico/Corredor	Pontes e Lacerda(MT)
Am002	Pantanal do Rio Barbado	6498	MA	MA	Cria UC - US	Pontes e Lacerda(MT)
Am003	Nascentes Jauru	2452	A	EA	Recuperação	Pontes e Lacerda(MT)
Am004	Cabaçal	4189	MA	MA	Cria UC - PI	Cáceres(MT)
Am005	Serra das Nascentes	16255	EA	MA	Cria UC - PI	Tangará da Serra(MT)
Am006	Corredor do Guaporé	692	MA	A	Cria UC - US	Comodoro(MT)
Am007	Cabixi	896	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Comodoro(MT)
Am008	Pimenteiras (RO)	2387	EA	EA	Cria UC - PI	Cerejeiras(RO)
Am009	Rondon-Xingú	7710	MA	MA	Cria UC - US	Paranatinga(MT)
Am011	Corredor Vale do Guaporé - Nambikwara	1332	MA	A	Cria UC - US	Vilhena(RO)
Am012	Porto Rolim de Moura	1417	EA	EA	Cria UC - PI	Alta Floresta D'Oeste(RO)
Am013	Cabeceiras do Xingú	6525	MA	EA	Manejo de bacia	Canarana(MT)
Am014	Norte do PE Corumbiara	183	MA	EA	Mosaico/Corredor	Cerejeiras(RO)
Am015	Limite TI Omeré	1547	A	EA	Recuperação	Vilhena(RO)
Am018	Jatobá	2258	MA	EA	Rec. Indígenas/Quilombolas	Paranatinga(MT)
Am019	Alta Floresta	8223	MA	EA	Mosaico/Corredor	Pimenta Bueno(RO)
Am020	Praia Alta	3104	EA	EA	Mosaico/Corredor	São Francisco do Guaporé(RO)
Am021	Rio Arinos	11049	MA	MA	Cria UC - PI	Juara(MT)
Am022	Rio Roosevelt	7898	MA	EA	Mosaico/Corredor	Vilhena(RO)
Am023	Entre Rios	2607	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Paranatinga(MT)
Am024	São Francisco do Guaporé	1779	EA	EA	Rec. Indígenas/Quilombolas	São Miguel do Guaporé(RO)
Am025	Suiázinho	1402	MA	MA	Fomento Uso Sust.	São Félix do Araguaia(MT)
Am026	Corredor Wavy-Marãwatsêde	5361	MA	MA	Manejo de bacia	São Félix do Araguaia(MT)
Am027	Bacia Arraias	8278	EA	EA	Manejo de bacia	Marcelândia(MT)
Am028	Castanheiras	4203	EA	EA	Mosaico/Corredor	Sinop(MT)
Am029	Fronteira Trinacional	869	EA	EA	Recuperação	Brasília(AC)
Am030	Mirante da Serra	544	MA	EA	Recuperação	Ouro Preto do Oeste(RO)
Am031	Afluentes do Juruena	3321	EA	A	Mosaico/Corredor	Juína(MT)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am032	Icuriã	361	A	A	Cria UC - US	Sena Madureira(AC)
Am033	Trairão	656	A	MA	Fomento Uso Sust.	São Félix do Araguaia(MT)
Am034	Limite Ouro Preto	593	EA	EA	Recuperação	Guajará-Mirim(RO)
Am035	Assentamento Bom Jaguá	334	A	A	Recuperação	Marcelândia(MT)
Am036	Preguiça Açaizal	128	EA	EA	Cria UC - US	Guajará-Mirim(RO)
Am037	Manissaua-Miçu	5531	MA	EA	Manejo de bacia	Peixoto de Azevedo(MT)
Am038	Serra dos Caiabis	24669	MA	MA	Cria UC - Indef.	Alta Floresta(MT)
Am039	Rio Iaco	3646	A	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Sena Madureira(AC)
Am040	Nova Mamoré - PEGM	1394	MA	EA	Cria UC - PI	Nova Mamoré(RO)
Am041	Fronteira sudeste do Acre	5136	EA	EA	Recuperação	Porto Velho(RO)
Am042	Linha D	1303	MA	EA	Mosaico/Corredor	Guajará-Mirim(RO)
Am043	Rio Teles Pires (Norte)	6631	EA	A	Manejo de bacia	Sinop(MT)
Am044	Rio Aripuanã	1302	EA	A	Mosaico/Corredor	Juina(MT)
Am045	Rio Espalha	6021	EA	EA	Cria UC - US	Rio Branco(AC)
Am046	Jarinã	6987	MA	MA	Manejo de bacia	Garantã do Norte(MT)
Am047	Sul do Parque Estadual do Xingú	1003	MA	MA	Inventário	Santa Cruz do Xingu(MT)
Am048	Comandante Fontoura	8472	A	EA	Manejo de bacia	São Félix do Xingu(PA)
Am049	Araguaia	2096	MA	EA	Cria UC - Indef.	Vila Rica(MT)
Am050	Umirizal	4222	EA	MA	Cria UC - PI	Porto Velho(RO)
Am051	Madeirinha - Roosevelt	23155	EA	EA	Cria UC - Indef.	Ji-Paraná(RO)
Am052	Ponta do Abunã	2446	EA	EA	Ordenamento	Porto Velho(RO)
Am053	Médio Araguaia	2542	EA	EA	Cria UC - PI	Santana do Araguaia(PA)
Am055	Nascente de Iriri	797	MA	MA	Manejo de bacia	Garantã do Norte(MT)
Am056	Corredor Caiabi-Juruena	11743	MA	EA	Cria UC - US	Juara(MT)
Am057	Mojica Nava / FERS Rio Vermelho B	815	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Porto Velho(RO)
Am058	Cristalino	521	EA	EA	Cria UC - PI	Alta Floresta(MT)
Am059	Vista Alegre	2621	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Porto Velho(RO)
Am060	Pro Resex Novo Axioma	4610	EA	EA	Cria UC - US	Sena Madureira(AC)
Am061	Três Irmãos / Madeira	762	EA	EA	Cria UC - PI	Porto Velho(RO)
Am062	Entorno REBIO Nascentes do Cachimbo sul	1210	EA	EA	Ordenamento	Altamira(PA)
Am063	Corredor Jaru Campos Amazônicos	1970	EA	EA	Cria UC - PI	Machadinho D'Oeste(RO)
Am064	Nova California	2997	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Lábrea(AM)
Am065	Tabocal Tarauacá	4271	A	A	Cria UC - PI	Feijó(AC)
Am066	Aripuanã - Juruena	9789	MA	EA	Cria UC - US	Aripuanã(MT)
Am067	Cujubim	702	A	MA	Mosaico/Corredor	Machadinho D'Oeste(RO)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am068	Alto Purus	2251	MA	EA	Manejo de bacia	Sena Madureira(AC)
Am069	Ji-Paraná- Roosevelt	4523	EA	EA	Cria UC - PI	Ji-Paraná(RO)
Am070	Rio Jurupari	4568	EA	EA	Cria UC - US	Feijó(AC)
Am071	Cruzeiro do Vale	1631	MA	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Marechal Thaumaturgo(AC)
Am072	Machadinho do Oeste	931	EA	MA	Ordenamento	Machadinho D'Oeste(RO)
Am073	RESEX Guariba-Roosevelt	493	EA	EA	Mosaico/Corredor	Aripuanã(MT)
Am074	Curralinho	4597	MA	EA	Cria UC - US	Feijó(AC)
Am075	Campos do Puciari	9729	EA	MA	Cria UC - PI	Porto Velho(RO)
Am076	Jamamadi do Lurdas	363	EA	EA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Boca do Acre(AM)
Am077	P.A.E. Cruzeiro do Vale	914	MA	A	Mosaico/Corredor	Porto Walter(AC)
Am078	Foz do Caiapó	1225	EA	EA	Cria UC - Indef.	Conceição do Araguaia(PA)
Am079	RESEX Toma Cuidado	6748	MA	MA	Cria UC - US	Boca do Acre(AM)
Am080	Base militar Serra do Cachimbo	22143	MA	A	Mosaico/Corredor	Itaituba(PA)
Am081	Jequitibá (APA)	1136	MA	EA	Mosaico/Corredor	Candeias do Jamari(RO)
Am082	Candeias	1734	EA	EA	Ordenamento	Porto Velho(RO)
Am083	Médio Envira	3657	MA	EA	Cria UC - Indef.	Sena Madureira(AC)
Am084	Sepatini-Ituxi	14433	EA	A	Cria UC - US	Lábrea(AM)
Am085	Microbacia do Rio Dezoito	2494	A	EA	Recuperação	Santana do Araguaia(PA)
Am086	Baixo Rio Machado	3312	EA	EA	Cria UC - US	Porto Velho(RO)
Am087	Rio Liberdade	556	EA	EA	Mosaico/Corredor	Cruzeiro do Sul(AC)
Am088	Rio Croa	2258	EA	EA	Cria UC - US	Cruzeiro do Sul(AC)
Am089	Pro RESEX Ituxi	8222	EA	MA	Cria UC - US	Lábrea(AM)
Am090	Acurauá	2058	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Tarauacá(AC)
Am091	Paraná dos Mouras	2500	A	A	Cria UC - US	Cruzeiro do Sul(AC)
Am092	BR-319 sul	3924	EA	EA	Recuperação	Porto Velho(RO)
Am093	Gleba Cuniã	1041	EA	EA	Cria UC - Indef.	Porto Velho(RO)
Am094	PDS Jamil Jerreissat	432	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Cruzeiro do Sul(AC)
Am095	Médio Araguaia	19864	EA	EA	Recuperação	Araguaína(TO)
Am096	Havaí	489	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Mâncio Lima(AC)
Am097	Interflúvio Araguaia-Tocantins	13325	EA	A	Mosaico/Corredor	Araguaína(TO)
Am098	Pro Resex Pauini	2231	MA	EA	Cria UC - US	Pauini(AM)
Am099	Tarauacá-Envira	4720	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Feijó(AC)
Am100	Rio Japiim	296	EA	EA	Cria UC - Indef.	Cruzeiro do Sul(AC)
Am101	São Salvador (AC)	634	MA	A	Cria UC - US	Mâncio Lima(AC)
Am102	Pau D'arco	1778	MA	MA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Redenção(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am103	Campinaranas do Guajará	298	EA	EA	Cria UC - PI	Cruzeiro do Sul(AC)
Am104	RESEX Rio Gregório	3465	EA	MA	Cria UC - US	Tarauacá(AC)
Am105	Fronteira Norte TI Nukini	231	MA	MA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Mâncio Lima(AC)
Am106	Pro RESEX Médio Purus	8468	MA	A	Cria UC - US	Lábrea(AM)
Am107	Bannach	8024	A	EA	Mosaico/Corredor	Redenção(PA)
Am108	Campinarana	5986	EA	EA	Cria UC - US	Cruzeiro do Sul(AC)
Am109	Cabeceira do Javari	1011	EA	A	Cria UC - PI	Guajará(AM)
Am110	Juruá/Ipixuna	10362	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	Cruzeiro do Sul(AC)
Am111	Entorno BR-163	8814	MA	EA	Ordenamento	Itaituba(PA)
Am112	Ampliação Flona Balata Tufari	2638	MA	MA	Cria UC - US	Lábrea(AM)
Am113	Projetos de Assentamento tradicionais	8810	IC	A	Recuperação	Manacapuru(AM)
Am114	Baixo Araguaia	3285	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Araguaína(TO)
Am115	Pro Resex do Rio Aripuanã	4319	EA	MA	Cria UC - US	Manicoré(AM)
Am116	RDS Canotama	2431	MA	MA	Cria UC - US	Lábrea(AM)
Am117	Juruá-Eirunepé	8330	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	Eirunepé(AM)
Am118	Vale do Corda	2295	EA	MA	Cria UC - PI	Araguaína(TO)
Am119	Várzea Acará Madeira	8874	EA	MA	Ordenamento	Manicoré(AM)
Am120	APA Triunfo do Xingu	2471	EA	EA	Cria UC - US	São Félix do Xingu(PA)
Am121	Manicoré Aripuanã	23845	EA	A	Cria UC - PI	Manicoré(AM)
Am122	Projetos de assentamento de uso sustentável (PAE/ PDS/ PAF)	33565	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Manacapuru(AM)
Am123	Transgarimpeira	820	EA	EA	Cria UC - US	Itaituba(PA)
Am124	Igarapé Triunfo	16817	A	EA	Cria UC - US	Altamira(PA)
Am125	Pro RESEX do Cuniã	25066	A	A	Cria UC - US	Tapauá(AM)
Am126	Pro RESEX Alto Sucunduri	3980	EA	EA	Cria UC - US	Borba(AM)
Am127	Eldorado dos Carajás	5063	MA	MA	Ordenamento	Marabá(PA)
Am128	Ipixuna Purus Jari	31105	MA	A	Cria UC - Indef.	Coari(AM)
Am130	Entorno FLONA Amanã	3727	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Itaituba(PA)
Am131	Alto Maués	14445	MA	A	Cria UC - Indef.	Itaituba(PA)
Am133	Bico do Papagaio	5805	EA	MA	Cria UC - US	Imperatriz(MA)
Am134	Rio Itacaiunas	3779	A	EA	Recuperação	Marabá(PA)
Am135	Acarí Madeira	18099	EA	MA	Cria UC - US	Itacoatiara(AM)
Am136	Ampliação da Resex Médio Juruá	369	EA	A	Cria UC - US	Caruaru(AM)
Am137	São João do Araguaia	7593	MA	EA	Ordenamento	Marabá(PA)
Am138	Pro RESEX Baixo Sucunduri	4623	EA	A	Cria UC - US	Borba(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am140	Ponta do Bico do Papagaio	491	EA	EA	Cria UC - PI	Bom Jesus do Tocantins(PA)
Am141	Interflúvio Curuça-Javari	8080	MA	A	Cria UC - PI	Atalaia do Norte(AM)
Am142	Mangabal	1421	A	MA	Cria UC - US	Itaituba(PA)
Am143	Meso Região Imperatriz	20848	MA	EA	Manejo de bacia	Imperatriz(MA)
Am144	Cabeceiras do Rio Tefé	10458	A	A	Cria UC - PI	Coari(AM)
Am146	RDS Igapó-açu	4050	A	MA	Cria UC - US	Manicoré(AM)
Am147	Baixo Coari	8947	MA	A	Ordenamento Pesqueiro	Coari(AM)
Am148	Corredor Itaituba Sul	7802	EA	EA	Educ. Ambiental	Itaituba(PA)
Am149	Pro RESEX Mamiá	4246	MA	A	Cria UC - US	Coari(AM)
Am150	Ararandeuá	3537	A	A	Recuperação	Rondon do Pará(PA)
Am151	Lago da Pedra	4273	MA	MA	Recuperação	Santa Inês(MA)
Am152	Buriticupu	3148	A	EA	Recuperação	Santa Luzia(MA)
Am153	Itinga	5484	MA	EA	Cria UC - Indef.	Açailândia(MA)
Am154	Baixo Jutai	9789	MA	A	Ordenamento Pesqueiro	Carauari(AM)
Am156	Baixo Jandiutuba	4618	MA	A	Fomento Uso Sust.	São Paulo de Olivença(AM)
Am157	Ampliação RDS Piaguçu Purus	2991	MA	A	Cria UC - US	Coari(AM)
Am158	Corredor Itaituba Norte	4763	EA	EA	Recuperação	Itaituba(PA)
Am159	Tucuruí Leste	7267	A	EA	Ordenamento	Jacundá(PA)
Am160	Pro Resex Caiambé	3281	A	A	Cria UC - US	Coari(AM)
Am161	Centro Novo	1405	EA	EA	Cria UC - Indef.	Paragominas(PA)
Am162	Transamazônica	6358	EA	EA	Recuperação	Uruará(PA)
Am163	RDS Alcobaça	360	MA	EA	Cria UC - US	Tucuruí(PA)
Am164	Baixo Juruá	25747	MA	A	Ordenamento Pesqueiro	Tefé(AM)
Am165	Ulianópolis	5044	MA	EA	Mosaico/Corredor	Paragominas(PA)
Am166	Conexão Pindaré	5730	MA	EA	Manejo de bacia	Santa Luzia(MA)
Am167	Baixo Interflúvio Purus Madeira	7329	MA	EA	Ordenamento	Manacapuru(AM)
Am168	Pacajá Assurini Tocantins	2162	EA	MA	Rec. Indígenas/Quilombolas	Tucuruí(PA)
Am169	Aveiro	2160	A	EA	Cria UC - US	Itaituba(PA)
Am170	Arara do Maia	265	MA	EA	Rec. Indígenas/Quilombolas	Senador José Porfírio(PA)
Am171	Ampliação da Resex Baixo Juruá	2208	A	A	Cria UC - US	Uarini(AM)
Am172	Lago Miuá	1112	EA	EA	Cria UC - US	Codajás(AM)
Am173	Anapú	4621	MA	EA	Mosaico/Corredor	Pacajá(PA)
Am174	Várzea do Solimões	20897	MA	EA	Cria UC - US	Manacapuru(AM)
Am175	Entorno de Tefé	4948	A	MA	Ordenamento	Tefé(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am176	São Paulo de Olivença	3110	IC	A	Ordenamento	Santo Antônio do Içá(AM)
Am177	Paraná do Ramos	9169	EA	EA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Itacoatiara(AM)
Am178	Nazaré dos Patos	5878	MA	EA	Mosaico/Corredor	Tucuruí(PA)
Am179	Volta Grande do Xingu	1637	EA	EA	Cria UC - PI	Altamira(PA)
Am180	Rio Capim	19829	EA	EA	Cria UC - PI	Paragominas(PA)
Am181	Santarém/Belterra	8144	MA	EA	Recuperação	Santarém(PA)
AmZc182	Corredor APAs Maranhão	1258	A	A	Recuperação	São Luís(MA)
Am183	Cavernas da Volta Grande	1792	EA	EA	Recuperação	Altamira(PA)
AmZc184	Leste da Baía de São José	8536	EA	EA	Manejo de bacia	São Luís(MA)
Am185	Cachoeira do Aruã	8648	EA	MA	Cria UC - Indef.	Santarém(PA)
AmZc186	Baixada	3126	A	MA	Mosaico/Corredor	Pinheiro(MA)
Am187	Planície do Içá	7331	IC	A	Cria UC - US	Santo Antônio do Içá(AM)
Am188	Várzea Médio Amazonas	22196	EA	EA	Cria UC - US	Parintins(AM)
Am189	Aruã	3494	EA	EA	Cria UC - US	Santarém(PA)
AmZc190	Ilha dos Caranguejos	484	MA	EA	Inventário	Santa Rita(MA)
Am191	Curuatinga	3005	EA	EA	Cria UC - US	Uruará(PA)
Am192	Paragominas	3103	A	EA	Recuperação	Paragominas(PA)
Am193	Tabuleiro do Xingu	336	EA	MA	Cria UC - US	Porto de Moz(PA)
Am194	Nascentes do Carabinani	2398	A	A	Cria UC - PI	Codajás(AM)
Am195	Planalto Santareno Oeste	3695	MA	EA	Recuperação	Santarém(PA)
AmZc196	Guarapiranga	38	A	MA	Cria UC - Indef.	São Luís(MA)
AmZc197	MA-05	171	A	A	Ordenamento	São Luís(MA)
Am198	Mocajuba	7197	MA	EA	Recuperação	Carnetá(PA)
Am199	Manaus - Presidente Figueiredo - Itacoatiara	20073	EA	EA	Cria UC - Indef.	Manaus(AM)
AmZc200	Manguezais e várzeas do Rio Anil	20	A	EA	Cria UC - Indef.	São Luís(MA)
Am201	Savanas de Alter do Chão	274	MA	EA	Cria UC - US	Santarém(PA)
AmZc202	Corredor Turiagu	4692	A	A	Cria UC - Indef.	Turiagu(MA)
AmZc203	Portel	22477	MA	MA	Cria UC - US	Portel(PA)
Am204	Gleba Lago Grande	1774	A	EA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Santarém(PA)
AmZc205	Curupu/Panaquatira	123	MA	EA	Cria UC - Indef.	São José de Ribamar(MA)
AmZc206	RESEX Baía do Tubarão	1119	EA	EA	Cria UC - US	Icatu(MA)
Am207	Planalto Santareno Leste	4292	EA	EA	Ordenamento	Santarém(PA)
Am208	Renascer	4370	MA	MA	Cria UC - US	Praíha(PA)
AmZc209	Lago Quebra Pote	1192	MA	EA	Cria UC - US	Santa Helena(MA)
Am210	Mosaico do Baixo Uatumã/Amazonas II	5507	MA	EA	Ordenamento	Parintins(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am211	Bacia do Mapari	8368	IC	EA	Cria UC - US	Fonte Boa(AM)
Am212	Várzeas do Médio Amazonas	5086	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Santarém(PA)
Am213	Tomé-açu	7541	MA	EA	Cria UC - Indef.	Acará(PA)
AmZc214	Ilhas do baixo Tocantins	1117	IC	EA	Recuperação	Cametá(PA)
AmZc215	Baixo Tocantins - Limoeiro	4467	EA	MA	Cria UC - US	Abaetetuba(PA)
Am216	Terra Santa	285	EA	EA	Cria UC - US	Oriximiná(PA)
Am217	Maracaçumé	6846	MA	MA	Cria UC - US	Visu(PA)
Am218	P.A. Campos De Pilar	34	A	MA	Ordenamento	Alenquer(PA)
Am219	Margem esquerda do Jatapú	7482	MA	EA	Cria UC - PI	Uruará(AM)
AmZc220	Foz do Rio Tocantins	1824	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Abaetetuba(PA)
Am221	Cachoeira do Piriá	4112	MA	EA	Mosaico/Corredor	Bragança(PA)
Am222	Rio Amazonas	18081	EA	EA	Ordenamento	Santarém(PA)
Am223	P.A.E. Quilombola Pacoval	80	MA	A	Fomento Uso Sust.	Alenquer(PA)
Am224	Baixo Jatapu	6689	MA	MA	Cria UC - US	Uruará(AM)
Am226	Maraã	2443	EA	EA	Cria UC - US	Maraã(AM)
Am227	P.A. Campos do Popó	3806	A	MA	Fomento Uso Sust.	Monte Alegre(PA)
AmZc228	Gurupá - Porto de Moz	4153	EA	MA	Cria UC - US	Gurupá(PA)
AmZc229	Sul APA Baixada Maranhense - Divisa MA/PA	1082	MA	MA	Recuperação	Visu(PA)
AmZc230	Açaí do Marajó	5140	EA	MA	Cria UC - US	Muaná(PA)
AmZc231	Cachoeira - Ponta de Pedras	586	EA	EA	Cria UC - US	Muaná(PA)
AmZc232	Acará	2511	MA	EA	Ordenamento	Belém(PA)
Am233	P.A. Cruzeirão	448	A	MA	Ordenamento	Óbidos(PA)
Am234	Bujarú	3298	A	EA	Mosaico/Corredor	Castanhal(PA)
Am235	P.A. Novo Horizonte	111	A	MA	Ordenamento	Alenquer(PA)
AmZc236	Sistema Foz do Gurupi e Baía de Turiagu	2670	EA	EA	Cria UC - US	Visu(PA)
AmZc237	Região das Ilhas - Breves	5605	EA	EA	Cria UC - PI	Breves(PA)
AmZc239	Ilhas de Belém	830	EA	EA	Ordenamento	Belém(PA)
Am240	P.A. Trombetas	898	MA	A	Educ. Ambiental	Oriximiná(PA)
AmZc241	Cavernas da Serra do Piriá	421	EA	EA	Cria UC - PI	Visu(PA)
Am242	Cuminapanema	226	A	MA	Cria UC - US	Alenquer(PA)
AmZc243	Corredor Mapuá	931	EA	EA	Cria UC - Indef.	Breves(PA)
AmZc244	PA-24	1110	A	MA	Recuperação	Bragança(PA)
Am245	Quilombos de Salvaterra	220	EA	EA	Cria UC - US	Ponta de Pedras(PA)
Am246	Rio Parú	1289	A	MA	Cria UC - US	Almeirim(PA)
Am247	P.A. Quilombo Erepecuru	1500	MA	A	Educ. Ambiental	Oriximiná(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
AmZc248	Ampliação Resex Marinha Arari Peroba	62	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Augusto Corrêa(PA)
AmZc249	PA-04	6476	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Breves(PA)
AmZc250	Área Central do Marajó	3245	EA	EA	Ordenamento	Breves(PA)
AmZc251	PA-23	1523	A	MA	Recuperação	Bragança(PA)
AmZc252	Ampliação da Resex Marinha Caeté Taperaçú	30	MA	EA	Cria UC - US	Bragança(PA)
AmZc253	Proteção Integral do Marajó	1376	EA	EA	Cria UC - PI	Muaná(PA)
AmZc254	Campos alagados de Tracueteua e Bragança	384	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Bragança(PA)
AmZc255	PA-08	3441	A	MA	Cria UC - US	Belém(PA)
AmZc256	Baias do Iborai/ Urumajó e do Caeté	316	MA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Augusto Corrêa(PA)
Am257	Ordenamento Santa Izabel.	12238	MA	A	Ordenamento	Barcelos(AM)
Am258	Almerim - Arraiolo	5626	EA	EA	Cria UC - Indef.	Almeirim(PA)
AmZc259	Bacia do Arari	3903	EA	A	Mosaico/Corredor	Muaná(PA)
Am260	RESEX Jauaperi (Baixo Rio Branco - Jauaperi)	6407	EA	EA	Cria UC - US	Barcelos(AM)
AmZc261	PA-22	1925	A	EA	Recuperação	Salinópolis(PA)
AmZc262	Litoral de Salvaterra	115	EA	EA	Cria UC - US	Soure(PA)
AmZc263	Braço sul do arquipélago de Marajó	4104	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Belém(PA)
AmZc264	Vale do Jari	2719	A	A	Cria UC - Indef.	Almeirim(PA)
AmZc265	Aramã / Anajás	1653	EA	EA	Cria UC - US	Anajás(PA)
Am266	Chavascals do Médio Rio Negro	10101	EA	EA	Cria UC - PI	Barcelos(AM)
AmZc267	Pirabas - Rei Sabá	518	EA	MA	Cria UC - US	São João de Pirabas(PA)
AmZc268	Corredor do Maguari	418	EA	A	Cria UC - PI	Soure(PA)
Am269	Arquipélago de Mariuá	6448	EA	EA	Cria UC - US	Barcelos(AM)
AmZc270	Corredor Anajás	7111	EA	A	Mosaico/Corredor	Breves(PA)
AmZc272	P.A.E. da Ilha da Cinza	42	MA	MA	Recuperação	Gurupá(PA)
Am273	Centro Novo do Cajari	173	EA	MA	Cria UC - US	Laranjal do Jari(AP)
AmZc274	Mexiana Caviana I	3448	EA	EA	Cria UC - US	Anajás(PA)
AmZc275	Canal da Tartaruga	2810	EA	EA	Cria UC - US	Soure(PA)
AmZc276	Santana / Mazagão	211	A	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Santana(AP)
AmZc277	P.A. Maracá	5746	MA	A	Ordenamento	Laranjal do Jari(AP)
Am278	Piquiazal	57	A	MA	Ordenamento	Mazagão(AP)
Am279	Calha do rio Branco	14897	EA	A	Ordenamento	Barcelos(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am280	P.A.E. Anauerá - Pucu	371	A	A	Ordenamento	Santana(AP)
AmZc281	Macapá / Santana	217	A	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Macapá(AP)
Am282	Rio Macucuau	5952	A	A	Ordenamento	Rorainópolis(RR)
Am283	Curuduri- Aracá	9277	A	A	Cria UC - US	Barcelos(AM)
AmZc284	Mexiana Caviana II	6408	EA	EA	Cria UC - US	Afuá(PA)
AmZc285	Braço norte do arquipélago de Marajó	7521	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Macapá(AP)
Am286	Pancada do Camaipi	245	A	MA	Ordenamento	Santana(AP)
Am287	Rio Preto Padauri	9688	MA	A	Cria UC - US	Barcelos(AM)
Am288	Rio Curumuri	1024	A	A	Cria UC - US	Santana(AP)
AmZc289	Bacia Matapi	5862	A	A	Manejo de bacia	Macapá(AP)
AmZc290	Ninhal de Lontra	386	EA	MA	Cria UC - US	Macapá(AP)
Am292	Matão do Piaçagá	430	A	MA	Ordenamento	Macapá(AP)
Am293	Campos do Aracá-Demini	18947	A	A	Cria UC - PI	Barcelos(AM)
Am294	P.A. Nova Colina	223	A	MA	Ordenamento	Macapá(AP)
Am295	Kué-Kué Marabitaná	6987	A	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	São Gabriel da Cachoeira(AM)
Am296	P.A. Nova Canaã	204	A	MA	Ordenamento	Porto Grande(AP)
AmZc297	Bacia da Pedreira	2749	A	EA	Ordenamento	Macapá(AP)
Am298	Jauaperi	1659	EA	A	Cria UC - US	Rorainópolis(RR)
Am299	P.A. Munguba	308	A	MA	Ordenamento	Porto Grande(AP)
AmZc300	P.A. Itaúbal	134	A	MA	Ordenamento	Macapá(AP)
Am301	Pedra Branca (RR)	809	A	A	Ordenamento	Porto Grande(AP)
Am302	Ordenamento de estradas BR-174 / BR-210 (sul)	11782	EA	EA	Ordenamento	Rorainópolis(RR)
Am303	P.A. Corre Água	59	A	MA	Ordenamento	Macapá(AP)
Am304	P.A. Manoel Jacinto	164	A	MA	Ordenamento	Porto Grande(AP)
AmZc305	Bacia do Gurijuba	2808	A	EA	Ordenamento	Macapá(AP)
AmZc306	Baillique	410	A	MA	Cria UC - Indef.	Macapá(AP)
AmZc308	Pororoca	758	A	EA	Cria UC - US	Macapá(AP)
AmZc309	Apurema II	1097	EA	EA	Cria UC - Indef.	Macapá(AP)
Am310	Castanhal	2850	MA	MA	Cria UC - PI	Caroebe(RR)
Am311	Ampliação P.N. Serra da Mocidade	1499	A	A	Cria UC - PI	Barcelos(AM)
AmZc312	Apurema	3126	EA	EA	Recuperação	Amapá(AP)
AmZc313	Entorno da REBIO do Lago Piratuba	3678	EA	EA	Recuperação	Amapá(AP)
Am314	Ordenamento de estrada BR-174/RR- 170 (centro)	6472	MA	MA	Ordenamento	Caracarái(RR)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
AmZc315	P.A. Cujubim	107	A	EA	Ordenamento	Pracuúba(AP)
AmZc316	Ponta do Lago Piratuba	888	EA	EA	Cria UC - PI	Amapá(AP)
AmZc317	P.A. Piquiá do Amapá	43	A	MA	Ordenamento	Amapá(AP)
AmZc318	Canal do Varadouro	476	EA	EA	Cria UC - PI	Amapá(AP)
Am319	Ordenamento de estrada BR-174/RR-170 (Norte)	12146	EA	EA	Ordenamento	Boa Vista(RR)
Am320	Serra da Lua - Lavrado	3094	EA	A	Cria UC - PI	Bonfim(RR)
AmZc321	Cerrado do Rio Amapá Grande	2188	EA	EA	Cria UC - Indef.	Amapá(AP)
AmZc322	Litoral de Calçoene	2479	EA	MA	Cria UC - US	Amapá(AP)
Am323	Pirandirá	1002	MA	MA	Cria UC - US	Alto Alegre(RR)
Am324	Ordenamento de estrada BR-174 (lavrado/Mucajá/R. Parimé)	15797	EA	A	Ordenamento	Boa Vista(RR)
Am325	Ampliação da ESEC Maracá	552	MA	MA	Cria UC - PI	Alto Alegre(RR)
Am326	Tucano (RR)	2055	EA	MA	Cria UC - PI	Bonfim(RR)
Am327	Serra do Tepequém	220	EA	EA	Cria UC - US	Amajari(RR)
Am328	Cararuau (região da Pedra Pintada)	1401	EA	MA	Cria UC - PI	Pacaraima(RR)
Am329	Parima	1881	MA	A	Cria UC - Indef.	Pacaraima(RR)
Am415	TI Jaminawa do Rio Caeté	398	MA	MA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Sena Madureira(AC)
Am424	TI Caiapucá	185	EA	EA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Boca do Acre(AM)
Am437	TI Iquirema / Monte Primavera / Goiaba	97	EA	EA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Boca do Acre(AM)
Am480	PN Umari	8323	MA	MA	Cria UC - PI	Lábrea(AM)
Am488	TI Igarapé Curriã	538	EA	MA	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Lábrea(AM)
Am490	Ipixuna	811	EA	MA	Ordenamento	Humaitá(AM)
Am516	RESEX Igarapé Preto	1058	EA	EA	Cria UC - US	Eirunepé(AM)
Am528	RESEX Quiriru/Canama	4153	EA	A	Cria UC - US	Carauari(AM)
Am563	PE do Encontro das Águas	65	EA	MA	Cria UC - PI	São João do Araguaia(PA)
Am565	PE Matupiri Setor Sul	4585	EA	MA	Cria UC - PI	Manicoré(AM)
Am588	RESEX do Mutum	146	MA	EA	Cria UC - US	Novo Repartimento(PA)
Am643	RESEX Lago Piorini	7276	MA	MA	Cria UC - US	Coari(AM)
Am658	APA do Gurupi	397	MA	EA	Cria UC - US	Paragominas(PA)
Am697	PE do Cueiras	567	EA	A	Cria UC - PI	Manaus(AM)
Am708	RESEX do Rio Puruê	9181	IC	EA	Cria UC - US	Santo Antônio do Içá(AM)
AmZc740	RESEX Quatipuru	235	MA	EA	Cria UC - US	Tracuateua(PA)
AmZc741	RESEX Itatupã-Baquiá	660	A	EA	Cria UC - US	Gurupá(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am811	Ampliação ESEC Niquilá	938	A	A	Cria UC - PI	Caracaraí(RR)
Am832	APA Barreira Branca	575	A	A	Cria UC - US	Aragominas(TO)
Am017	TI Naruvoto	279	MA	EA	Área Protegida	Canarana(MT)
Am054	TI Terena	304	MA	EA	Área Protegida	Peixoto de Azevedo(MT)
Am129	RDS do Juma	5842	MA	MA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am132	RDS do Cujubim	25054	A	MA	Área Protegida	Eirunepé(AM)
Am145	RDS Rio Madeira	2837	MA	MA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am155	RDS Tucuruí- Ararã	289	EA	MA	Área Protegida	Tucuruí(PA)
Am225	RESEX do Rio Unini	8427	A	A	Área Protegida	Barcelos(AM)
Am330	PE Serra de Santa Bárbara	1577	EA	A	Área Protegida	Pontes e Lacerda(MT)
Am331	PE Serra de Ricardo Franco	1590	EA	MA	Área Protegida	Vila Bela da Santíssima Trindade(MT)
Am333	TI Vale do Guaporé	2432	MA	A	Área Protegida	Vilhena(RO)
Am334	PE Corumbiara	4359	EA	MA	Área Protegida	Alta Floresta D'Oeste(RO)
Am335	RESEX Pedras Negras	1397	EA	EA	Área Protegida	Alta Floresta D'Oeste(RO)
Am336	TI Omere	282	EA	EA	Área Protegida	Corumbiara(RO)
Am337	TI Irantxe	2530	A	A	Área Protegida	Brasnorte(MT)
Am338	TI Rio Mequens	1090	EA	MA	Área Protegida	Alto Alegre dos Parecis(RO)
Am339	TI Tubarão Latunde	1164	MA	EA	Área Protegida	Vilhena(RO)
Am340	TI Massaco	4238	EA	EA	Área Protegida	Alta Floresta D'Oeste(RO)
Am341	REBIO Guaporé	2107	EA	EA	Área Protegida	São Miguel do Guaporé(RO)
Am342	TI Kwazá do Rio São Pedro	164	A	MA	Área Protegida	Parecis(RO)
Am343	PE Serra dos Reis	364	EA	MA	Área Protegida	São Francisco do Guaporé(RO)
Am344	TI Rio Branco	2390	MA	MA	Área Protegida	Alta Floresta D'Oeste(RO)
Am345	RESEX Estadual rio Cautário	1520	MA	EA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am346	TI Guaporé	1200	MA	MA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am347	TI Sagarana	180	EA	MA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am348	TI Xingu-Batovi	26438	MA	EA	Área Protegida	Peixoto de Azevedo(MT)
Am349	RESEX Federal Rio Cautário	753	MA	MA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am350	PN Serra da Cotia	2892	EA	A	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am351	TI Marãwatsedê	1654	MA	EA	Área Protegida	São Félix do Araguaia(MT)
Am352	TI Wawi	1500	A	EA	Área Protegida	São Félix do Araguaia(MT)
Am353	RESEX Barreiro das Antas	1030	MA	EA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am355	TI Parque do Aripuanã	16131	EA	MA	Área Protegida	Vilhena(RO)
Am356	TI Pacaás Novos	2845	MA	A	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am357	RESEX Pacaás Novos	3562	A	MA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am358	ESEC do Rio Acre	815	EA	EA	Área Protegida	Assis Brasil(AC)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am359	TI Uru-Eu-Wau-Wau / PN Pacaás Novos	18861	EA	EA	Área Protegida	Jaru(RO)
Am360	TI Erikbatsa	817	MA	A	Área Protegida	Juína(MT)
Am361	TI Cabeceira do Rio Acre	817	EA	A	Área Protegida	Brasília(AC)
Am362	TI Rio Negro Ocaia	1072	A	A	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am363	TI Roosevelt	2311	EA	MA	Área Protegida	Vilhena(RO)
Am364	TI Roosevelt	2311	A	EA	Área Protegida	Vilhena(RO)
Am365	REBIO Rio Ouro Preto	575	EA	A	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am366	TI Mamoadate	3295	EA	A	Área Protegida	Sena Madureira(AC)
Am367	TI Serra Morena	1484	EA	MA	Área Protegida	Juína(MT)
Am368	TI Sete de Setembro	2497	EA	MA	Área Protegida	Cacoal(RO)
Am369	TI 7 de Setembro	2497	A	EA	Área Protegida	Cacoal(RO)
Am370	RESEX Rio Ouro Preto	2024	EA	MA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am371	TI Apiacá-Caiabi	1105	MA	A	Área Protegida	Juara(MT)
Am372	RESEX Chico Mendes	9478	MA	EA	Área Protegida	Rio Branco(AC)
Am373	TI Japuira	1531	MA	A	Área Protegida	Juara(MT)
Am374	PE Guajará-Mirim	2087	EA	EA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am375	TI Igarapé Laje	1086	MA	MA	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am376	TI Urubu Branco	1668	A	MA	Área Protegida	Confresa(MT)
Am377	TI Zooró	3565	EA	MA	Área Protegida	Rondolândia(MT)
Am378	TI Aripuanã	7537	EA	MA	Área Protegida	Vilhena(RO)
Am379	TI Igarapé Lurdes	1918	EA	MA	Área Protegida	Ji-Paraná(RO)
Am381	TI Igarapé-Ribeirão	494	MA	A	Área Protegida	Nova Mamoré(RO)
Am382	PE Alto Chandless	7175	EA	MA	Área Protegida	Sena Madureira(AC)
Am383	TI Kampa e Isolados do Rio Envira	2449	A	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am384	TI Capoto-Jarina	6368	MA	A	Área Protegida	Peixoto de Azevedo(MT)
Am385	TI Riozinho do Alto Envira	2671	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am386	TI Karipuna	1565	MA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am387	TI Alto da Tarauacá	1492	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am388	TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	266	EA	A	Área Protegida	Marechal Thaumaturgo(AC)
Am389	TI Kaxinawá do Rio Jordão	949	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am390	TI Jaminawa / Envira	841	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am391	REBIO Jaru	3498	EA	MA	Área Protegida	Ji-Paraná(RO)
Am392	RESEX Jaci-Paraná	1993	MA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am393	TI Kulina do Rio Envira	856	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am394	PE do Xingu	973	EA	A	Área Protegida	São Félix do Xingu(PA)
Am395	RESEX Aquariquara	183	MA	EA	Área Protegida	Machadinho D'Oeste(RO)
Am396	TI Arara do Rio Branco	1153	MA	EA	Área Protegida	Aripuanã(MT)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am397	TI Kampa do Rio Amônia	830	EA	EA	Área Protegida	Marechal Thaumaturgo(AC)
Am398	TI Kaxinawá Seringal Independência	121	EA	A	Área Protegida	Jordão(AC)
Am399	TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	91	EA	A	Área Protegida	Marechal Thaumaturgo(AC)
Am400	TI Kaxarari	493	MA	A	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am401	FLONA Bom Futuro	2798	MA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am402	FLONA Santa Rosa do Purus	1581	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am403	TI Kaxinawá do Rio Humaitá	1347	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am404	TI Kulina Igarapé do pau	475	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am405	TI Alto Rio Purus	2723	EA	MA	Área Protegida	Sena Madureira(AC)
Am407	RESEX do Alto Juruá	5644	MA	MA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am408	FERS Rio Vermelho - B	315	MA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am409	ESEC Mojica Nava	184	EA	MA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am410	RESEX Massaranduba	62	MA	EA	Área Protegida	Machadinho D'Oeste(RO)
Am411	PE do Cristalino	2004	EA	EA	Área Protegida	Alta Floresta(MT)
Am412	FERS Mutum	128	A	EA	Área Protegida	Cujubim(RO)
Am413	TI Kaxarari	1002	MA	MA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am414	TI Apurinã km 124 BR-317	434	A	EA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am416	TI Escondido	1709	EA	MA	Área Protegida	Cotriguaçu(MT)
Am417	TI Kaxinawá Nova Olinda	269	EA	A	Área Protegida	Feijó(AC)
Am418	TI Karitiana	911	A	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am419	RESEX Maracatiara	89	A	EA	Área Protegida	Machadinho D'Oeste(RO)
Am420	RESEX Angelim	93	A	EA	Área Protegida	Machadinho D'Oeste(RO)
Am421	TI Panará	4985	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am422	FLONA Jamari	2243	MA	MA	Área Protegida	Candeias do Jamari(RO)
Am423	TI Boca do Acre	273	A	EA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am425	ESEC Serra dos Três Irmãos	930	EA	MA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am426	TI Jaminawa Arara do Rio Bagé	303	EA	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am427	RESEX do Arapixi	1376	EA	EA	Área Protegida	Boca do Acre(AM)
Am428	TI Igarapé Capana	1342	EA	MA	Área Protegida	Boca do Acre(AM)
Am429	RESEX R.P. Jacundá	1165	MA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am430	TI Kampa do Igarapé Primavera	230	EA	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am431	ESEC Samuel	750	EA	MA	Área Protegida	Candeias do Jamari(RO)
Am432	ESEC do Rio Madeirinha	108	EA	EA	Área Protegida	Colíza(MT)
Am433	TI Rio Pardo	1665	EA	EA	Área Protegida	Apulí(AM)
Am434	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	3433	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am435	ESEC do Rio Roosevelt	609	EA	EA	Área Protegida	Novo Aripuanã(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am436	PE do Tucumã	679	EA	EA	Área Protegida	Novo Aripuanã(AM)
Am438	PE Igarapé do Juruena	2281	EA	EA	Área Protegida	Apui(AM)
Am439	TI Camicuã	600	EA	EA	Área Protegida	Boca do Acre(AM)
Am440	TI Badjonkore	2222	MA	MA	Área Protegida	São Félix do Xingu(PA)
Am441	TI Arara do Igarapé Humaitá	919	A	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am442	TI Kaxinawá da Praia Carapanã	634	EA	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am443	PE do Guariba	704	EA	EA	Área Protegida	Novo Aripuanã(AM)
Am444	TI Rio Gregório	1960	EA	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am445	FLOES de Manicoré	817	A	MA	Área Protegida	Novo Aripuanã(AM)
Am446	TI Kaiabi I	9448	EA	EA	Área Protegida	Jacareacanga(PA)
Am447	TI Kaiabi II	1110	EA	EA	Área Protegida	Jacareacanga(PA)
Am448	RESEX Riozinho da Liberdade	3272	MA	MA	Área Protegida	Cruzeiro do Sul(AC)
Am449	TI Kaxinawá Igarapé do Caucho	127	EA	EA	Área Protegida	Feijó(AC)
Am450	TI Menkragnoti	49280	EA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am451	PN do Juruena	19628	EA	MA	Área Protegida	Maués(AM)
Am452	FERS Rio Madeira - B	521	MA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am453	FLONA do Mapiá-Inaui	3748	A	A	Área Protegida	Boca do Acre(AM)
Am454	PN Serra do Divisor	8901	EA	MA	Área Protegida	Cruzeiro do Sul(AC)
Am455	FLONA Jacundá	2240	MA	A	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am456	TI Tenharim do Igarapé Preto	862	EA	A	Área Protegida	Novo Aripuanã(AM)
Am457	RDS Aripuanã	2222	A	EA	Área Protegida	Apui(AM)
Am458	FERS Rio Machado	944	EA	A	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am459	FLONA do Purus	1998	A	A	Área Protegida	Boca do Acre(AM)
Am460	TI Jaminawa do Igarapé Preto	270	A	EA	Área Protegida	Cruzeiro do Sul(AC)
Am461	PN dos Campos Amazônicos	8866	EA	MA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am462	TI Kaxinawá Colônia Vinte e Sete	1	EA	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am463	FLOES do Sucunduri	4869	MA	A	Área Protegida	Apui(AM)
Am464	TI Katukina/Kaxinawá	255	EA	EA	Área Protegida	Feijó(AC)
Am465	RESEX Cunã	527	EA	EA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am466	TI Tenharim Marmelos	5022	EA	EA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am467	TI Servini / Mariene	1460	EA	EA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am468	TI Peneri / Tacaquiri	1989	EA	EA	Área Protegida	Paulini(AM)
Am469	PE do Sucunduri	7898	EA	A	Área Protegida	Apui(AM)
Am470	ESEC Cunã	503	EA	MA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am471	FLOES do Rio Gregório	2228	EA	MA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am472	TI Alto Sepatini	267	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am474	TI Campinas / Katukina	352	A	EA	Área Protegida	Cruzeiro do Sul(AC)
Am475	TI Tumiã	1299	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am476	TI Inauini / Teuini	4845	A	EA	Área Protegida	Boca do Acre(AM)
Am477	FLONA Humaitá	4585	EA	MA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am478	FERS Rio Madeira - A	647	MA	MA	Área Protegida	Porto Velho(RO)
Am479	FLOES do Mogno	1485	EA	MA	Área Protegida	Cruzeiro do Sul(AC)
Am481	TI São Pedro do Sepatini	282	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am482	TI Diahui	479	EA	EA	Área Protegida	Humaitá(AM)
Am483	TI Acimã	415	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am485	TI Caititu	3151	EA	EA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am486	TI Poyanawa	258	MA	EA	Área Protegida	Mâncio Lima(AC)
Am487	TI Guajahã	52	EA	MA	Área Protegida	Paulini(AM)
Am489	TI Las Casas	212	MA	EA	Área Protegida	Redenção(PA)
Am491	TI Nukini	349	EA	A	Área Protegida	Mâncio Lima(AC)
Am492	TI Paumari do Lago Marahã	1209	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am493	PN do Rio Novo	5401	EA	A	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am494	TI Apurinã do Igarapé Mucuím	742	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am495	TI Cacau do Tarauacá	297	EA	MA	Área Protegida	Envira(AM)
Am496	TI Kayapó	32856	EA	EA	Área Protegida	São Félix do Xingu(PA)
Am497	TI Catipari/Mamoria	1171	EA	MA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am498	TI Água Preta / Inari	1446	EA	MA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am500	FLONA do Jatuarana	5815	MA	EA	Área Protegida	Apui(AM)
Am501	TI Nove de Janeiro	2334	EA	EA	Área Protegida	Humaitá(AM)
Am502	TI Paumari do Rio Ituxi	77	EA	EA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am503	TI Kulina do Médio Juruá	7574	EA	EA	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am504	TI Juma	391	EA	EA	Área Protegida	Canutama(AM)
Am505	TI Mundurucu	23906	EA	MA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am506	TI Tenharim Marmelos (Gleba B)	4796	EA	A	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am507	FLONA Jamanxim	13022	MA	EA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am508	TI Camadeni	1558	EA	MA	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am509	TI Baú	15385	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am510	TI Jarawara / Jamamadi / Kanamati	3966	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am511	TI Sepoti	2535	EA	MA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am512	TI Pirahã	3504	EA	MA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am513	TI Xambioá	34	EA	EA	Área Protegida	Santa Fé do Araguaia(TO)
Am514	TI Kanamari do Rio Juruá	6224	EA	A	Área Protegida	Eirunepé(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am515	TI Hi Merimã	6913	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am517	FLONA Balata-Tufari	8141	MA	A	Área Protegida	Humaitá(AM)
Am518	TI Zuruahã	2436	EA	A	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am519	TI Deni	15685	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am520	TI Mawetek	1201	EA	A	Área Protegida	Eirunepé(AM)
Am521	TI Banawa	1984	EA	A	Área Protegida	Lábrea(AM)
Am522	TI Ipixuna	2175	EA	EA	Área Protegida	Humaitá(AM)
Am523	FLONA Crepori	7434	A	A	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am524	TI Sai-Cinza	1253	EA	MA	Área Protegida	Jacareacanga(PA)
Am525	FLOTA Iriri	4426	MA	A	Área Protegida	Altamira(PA)
Am526	TI Torá	513	EA	A	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am527	TI Xikrin do Rio Catete	4397	EA	MA	Área Protegida	Marabá(PA)
Am529	APA do Lago Santa Isabel	187	EA	EA	Área Protegida	São Geraldo do Araguaia(PA)
Am530	TI Lago Jauari	118	EA	EA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am531	APA São Geraldo do Araguaia	265	EA	EA	Área Protegida	São Geraldo do Araguaia(PA)
Am532	PE Serra das Andorinhas/Martírios	326	EA	EA	Área Protegida	São Geraldo do Araguaia(PA)
Am533	FLONA Carajás	3935	EA	A	Área Protegida	Marabá(PA)
Am534	TI Ariramba	108	EA	EA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am535	TI Paumari do Cuniuá	436	EA	MA	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am536	TI Vale do Javari	89145	EA	EA	Área Protegida	Eirunepé(AM)
Am537	TI Lago Capanã	67	EA	EA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am538	APA Tapajós	20618	MA	MA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am539	TI Paumari do Lago Paricá	161	EA	MA	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am540	FLONA Itacaiúnas	818	A	A	Área Protegida	Marabá(PA)
Am541	APA do Iguarapé Gelado	206	A	A	Área Protegida	Marabá(PA)
Am542	TI Sororó	262	EA	EA	Área Protegida	Marabá(PA)
Am543	RESEX do Lago do Capanã Grande	3096	A	EA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am544	TI Paumari do Lago Manissuã	234	EA	MA	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am545	RDS de Uacari	6380	EA	A	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am546	PN da Serra do Pardo	4464	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am547	FLONA Tupirapé- Aquiri	1920	MA	A	Área Protegida	Marabá(PA)
Am548	TI Apurinã do Igarapé Tauamirim	1043	EA	MA	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am549	TI Kuruáya	1666	EA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am550	TI Pinatuba	304	EA	MA	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am551	ESEC Terra do Meio	33766	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am552	PN do Jamamxim	8641	EA	EA	Área Protegida	Itaituba(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am553	TI Apyterewa	7743	EA	EA	Área Protegida	São Félix do Xingu(PA)
Am554	REBIO Tapirapé	999	EA	EA	Área Protegida	Marabá(PA)
Am555	TI Apuninã do Igarapé São João	196	EA	MA	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am556	TI Governador	422	MA	MA	Área Protegida	Amarante do Maranhão(MA)
Am557	RESEX Mata Grande	130	EA	EA	Área Protegida	Imperatriz(MA)
Am558	TI Xipaya	1788	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am559	TI Urucú/Juruá	129	EA	A	Área Protegida	Grajaú(MA)
Am560	FLONA de Itaituba I	2198	A	MA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am561	RESEX do Médio Juruá	2595	EA	MA	Área Protegida	Carauari(AM)
Am562	RESEX Extremo Norte	85	EA	EA	Área Protegida	Carrasco Bonito(TO)
Am564	RESEX Ciriaco	72	EA	EA	Área Protegida	Imperatriz(MA)
Am566	REBIO do Abufari	2270	EA	A	Área Protegida	Tapauá(AM)
Am567	TI Mãe Maria	631	EA	MA	Área Protegida	Marabá(PA)
Am568	TI Araribóia	4174	MA	EA	Área Protegida	Santa Luzia(MA)
Am569	TI Geralda Toco Preto	187	EA	A	Área Protegida	Arame(MA)
Am570	FLONA de Itaituba II	4245	MA	EA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am571	RESEX do Médio Xingu	3064	MA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am572	RESEX Riozinho do Anfrísio	7362	MA	MA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am573	TI Rio Biá	12321	EA	A	Área Protegida	Carauari(AM)
Am574	TI Araweté	9413	EA	A	Área Protegida	Altamira(PA)
Am575	FLONA de Trailão	2576	EA	EA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am576	RESEX Rio Iriri	3990	EA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am577	TI Parakanã	3521	A	MA	Área Protegida	Itupiranga(PA)
Am578	TI Mora Jacundá	4	EA	EA	Área Protegida	Rondon do Pará(PA)
Am579	TI Terra Vermelha	1775	EA	MA	Área Protegida	Coari(AM)
Am580	TI Terra Vermelha	69	EA	MA	Área Protegida	Beruri(AM)
Am581	FLONA de Pau-Rosa	9559	EA	A	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am582	TI São Leopoldo	751	EA	EA	Área Protegida	São Paulo de Olivença(AM)
Am583	RDS Piagaçu Purus	8079	MA	MA	Área Protegida	Coari(AM)
Am584	TI Coatá Laranjal	11674	EA	EA	Área Protegida	Borba(AM)
Am585	TI Lauro Sodré	98	EA	EA	Área Protegida	Benjamin Constant(AM)
Am586	TI Trinchira Bacajá	16561	EA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am587	TI Tukuna Porto Espiritual	31	EA	EA	Área Protegida	Benjamin Constant(AM)
Am589	TI Tikuna Santo Antônio	14	EA	EA	Área Protegida	Benjamin Constant(AM)
Am590	TI Bom Intento	10	EA	EA	Área Protegida	Benjamin Constant(AM)
Am591	TI Cunhã-Sapucaia	4739	EA	EA	Área Protegida	Careiro(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am592	TI Tikúna de Feijoa	408	EA	EA	Área Protegida	São Paulo de Olivença(AM)
Am593	TI Tukuna Umariagu	50	EA	EA	Área Protegida	Tabatinga(AM)
Am594	TI Lago Aiapua	242	EA	MA	Área Protegida	Anori(AM)
Am595	TI Sapotal	13	EA	EA	Área Protegida	Tabatinga(AM)
Am596	PN da Amazônia	10226	EA	EA	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am597	APA Tucuruí	5235	EA	A	Área Protegida	Tucuruí(PA)
Am598	TI Cachoeira Seca	7499	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am599	TI Koatinemo	3880	EA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am600	FLONA de Tefé	8828	A	A	Área Protegida	Tefé(AM)
Am601	TI Kararaó	3308	EA	MA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am602	FLOES de Maues	4310	EA	MA	Área Protegida	Maués(AM)
Am603	TI Cajuhiri Atravessado	123	A	MA	Área Protegida	Coari(AM)
Am604	RDS Canumã	182	EA	A	Área Protegida	Borba(AM)
Am605	TI Évare II	1788	EA	EA	Área Protegida	São Paulo de Olivença(AM)
Am606	TI Évare I	5673	EA	EA	Área Protegida	Tabatinga(AM)
Am607	TI Rio Jumas	95	MA	EA	Área Protegida	Careiro(AM)
Am608	TI Lago do Beruri	43	EA	MA	Área Protegida	Beruri(AM)
Am609	TI Miguel/Josefa	16	MA	EA	Área Protegida	Autazes(AM)
Am610	TI Fortaleza do Castanho	28	EA	EA	Área Protegida	Manaquiri(AM)
AmZc611	APA Baixada Maranhense - Baixo Mearim	3534	EA	EA	Área Protegida	Bacabal(MA)
Am612	TI Padre	8	MA	EA	Área Protegida	Autazes(AM)
Am613	TI Tabocal	9	EA	EA	Área Protegida	Careiro(AM)
Am614	TI Karú	1774	MA	A	Área Protegida	Bom Jardim(MA)
Am615	REBIO Gurupi	2731	EA	EA	Área Protegida	Paragominas(PA)
Am616	TI Arara	2749	EA	EA	Área Protegida	Altamira(PA)
Am617	TI São Pedro	6	MA	EA	Área Protegida	Autazes(AM)
Am618	TI Andirá-Marau	7933	A	A	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am619	TI Trincheira	17	MA	EA	Área Protegida	Autazes(AM)
Am620	APA Baixada Maranhense - Baixo Mearim	567	MA	EA	Área Protegida	Santa Luzia(MA)
Am621	TI Ilha do Camaleão	2	EA	MA	Área Protegida	Anamá(AM)
Am622	TI Nova Esperança do Rio Jandiatu*	206	EA	EA	Área Protegida	São Paulo de Olivença(AM)
Am623	TI Rio Pindaré	117	A	A	Área Protegida	Bom Jardim(MA)
Am624	TI Vui-Uata-In	1254	EA	EA	Área Protegida	Jutaí(AM)
Am625	RESEX do Baixo Juruá	1916	MA	A	Área Protegida	Uarini(AM)
Am626	TI Lago do Marienheiro	36	EA	EA	Área Protegida	Careiro(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am627	TI Arara Volta Grande	255	EA	EA	Área Protegida	Senador José Porfírio (PA)
Am628	RESEX Rio Jutai	2830	MA	A	Área Protegida	Jutai (AM)
Am629	TI Trocará	217	EA	EA	Área Protegida	Tucuruí (PA)
Am630	TI Natal/Felicidade	3	EA	EA	Área Protegida	Autazes (AM)
Am631	TI Itaitinga	1	EA	EA	Área Protegida	Autazes (AM)
Am632	FLONA do Tapajós	5492	MA	EA	Área Protegida	Rurópolis (PA)
Am633	TI Paracuhuba	9	EA	EA	Área Protegida	Autazes (AM)
Am634	TI Recreio/São Félix	2	EA	EA	Área Protegida	Autazes (AM)
Am635	TI Cuiá	13	MA	EA	Área Protegida	Autazes (AM)
Am636	TI Barreira da Missão	19	A	MA	Área Protegida	Tefé (AM)
Am637	TI São Francisco do Canimari	34	EA	EA	Área Protegida	Amaturá (AM)
Am638	TI Paquiçamba	41	EA	MA	Área Protegida	Senador José Porfírio (PA)
Am639	TI Patauí	6	EA	EA	Área Protegida	Autazes (AM)
Am640	TI Gavião	84	MA	EA	Área Protegida	Careiro da Várzea (AM)
AmZc641	APA Baixada Maranhense - baixo Pindaré	2195	MA	EA	Área Protegida	Santa Inês (MA)
Am642	TI Apipica	7	MA	EA	Área Protegida	Careiro da Várzea (AM)
Am644	TI Awá	1167	MA	MA	Área Protegida	Zé Doca (MA)
AmZc645	RESEX dos Lagos de Penalva	187	MA	EA	Área Protegida	Penalva (MA)
Am646	TI Maraitá	547	EA	EA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá (AM)
Am647	TI Barreirinha	24	A	EA	Área Protegida	Paragominas (PA)
Am648	TI Igarapé Grande	12	A	MA	Área Protegida	Alvarães (AM)
Am649	TI Meria	6	A	MA	Área Protegida	Alvarães (AM)
Am650	ESEC Jutai-Solimões	2574	EA	A	Área Protegida	Santo Antônio do Içá (AM)
Am651	TI Marajai	10	EA	MA	Área Protegida	Alvarães (AM)
Am652	TI Boa Vista - AM	3	EA	EA	Área Protegida	Careiro da Várzea (AM)
Am653	TI Paraná do Arauató	59	EA	EA	Área Protegida	Itacoatiara (AM)
Am654	TI Tupã-Supé	87	A	MA	Área Protegida	Uarini (AM)
Am655	TI Fortaleza do Patauí	8	EA	MA	Área Protegida	Manacapuru (AM)
Am656	TI Porto do Limoeiro	52	EA	EA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá (AM)
Am657	RESEX Ipaú-Anilzinho	560	EA	EA	Área Protegida	Baião (PA)
Am659	TI Jaquiri	20	EA	MA	Área Protegida	Uarini (AM)
Am660	TI Betania	1263	EA	EA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá (AM)
Am661	TI Rio Urubu	277	MA	EA	Área Protegida	Itacoatiara (AM)
Am662	TI Jatuarana	51	EA	MA	Área Protegida	Manacapuru (AM)
Am663	TI Sarauá	187	EA	EA	Área Protegida	Paragominas (PA)
Am664	TI Miratu	142	A	MA	Área Protegida	Uarini (AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am665	RESEX Tapajós-Arapuins	6746	A	EA	Área Protegida	Santarém(PA)
Am666	TI Lago do Correa	133	EA	EA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá(AM)
Am667	TI Matintin	80	EA	EA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá(AM)
Am668	TI Kumaru do Lago Ualá	816	MA	MA	Área Protegida	Uarini(AM)
Am669	TI Macarrão	446	EA	EA	Área Protegida	Jutai(AM)
Am670	TI Matintin	127	EA	EA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá(AM)
Am671	TI Porto Praia	47	A	MA	Área Protegida	Uarini(AM)
Am672	TI Estrela da Paz	129	EA	EA	Área Protegida	Jutai(AM)
Am673	TI São Domingos do Jacapari e Estação	1384	EA	EA	Área Protegida	Jutai(AM)
Am674	TI Alto Turiacu	5356	MA	A	Área Protegida	Paragominas(PA)
Am675	TI Anambé	86	EA	EA	Área Protegida	Moju(PA)
Am676	TI Santa Cruz de Nova Aliança	59	EA	EA	Área Protegida	Tonantins(AM)
Am677	TI Barro Alto	20	EA	EA	Área Protegida	Tonantins(AM)
Am678	TI Espírito Santo	347	EA	EA	Área Protegida	Jutai(AM)
Am679	APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari/Solimões	5720	EA	EA	Área Protegida	Manaus(AM)
Am680	TI São Sebastião	627	EA	EA	Área Protegida	Jutai(AM)
Am681	TI Prosperidade	49	EA	EA	Área Protegida	Tonantins(AM)
AmZc682	RESEX do Taim	30	A	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc683	APA Upaon-açu / Miritiba / Alto Preguiça (Oeste)	6115	EA	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
Am684	PE do Rio Negro Setor Sul	1581	EA	A	Área Protegida	Manaus(AM)
Am685	TI Tembé	11	A	EA	Área Protegida	Tomé-Açu(PA)
AmZc686	PE do Bacanga	13	A	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
Am687	TI Acapurí de Cima	204	EA	MA	Área Protegida	Fonte Boa(AM)
AmZc688	APA Baixada Maranhense - Estuário	11046	EA	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc689	APA do Maracanã	10	A	A	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc690	APA do Itapiracá	11	EA	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
Am691	ESEC de Anavilhanas	3570	EA	MA	Área Protegida	Manaus(AM)
Am692	TI Uati - Paraná	1209	EA	EA	Área Protegida	Fonte Boa(AM)
Am693	RDS Mamirauá	13327	EA	A	Área Protegida	Fonte Boa(AM)
Am694	TI Cuiú-Cuiú	371	EA	MA	Área Protegida	Maraã(AM)
Am695	APA Nhamundá	2032	A	MA	Área Protegida	Parintins(AM)
Am696	TI Alto Rio Guamá	2844	EA	EA	Área Protegida	Paragominas(PA)
Am698	RDS do Uatumã	4296	MA	MA	Área Protegida	Presidente Figueiredo(AM)
Am699	ESEC Juami - Japurá	8681	EA	MA	Área Protegida	Santo Antônio do Içá(AM)
Am700	TI Turé-Mariquita II	6	A	EA	Área Protegida	Tomé-Açu(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am701	RDS Amanã	22444	MA	A	Área Protegida	Coari(AM)
Am702	PN do Jaú	23965	EA	A	Área Protegida	Barcelos(AM)
Am703	APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuauzinho	5170	EA	EA	Área Protegida	Manaus(AM)
AmZc704	RESEX Cedral/Guimarães/Porto Rico/Alcatara	772	EA	EA	Área Protegida	Cururupu(MA)
Am705	PE de Nhamundá	565	EA	EA	Área Protegida	Nhamundá(AM)
Am706	RESEX Verde Para Sempre	12888	EA	EA	Área Protegida	Prainha(PA)
Am707	TI Mapari	1616	EA	EA	Área Protegida	Fonte Boa(AM)
Am709	PE do Rio Negro Setor Norte	1499	EA	A	Área Protegida	Novo Airão(AM)
Am710	APA Paytuna	564	MA	EA	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
Am711	RESEX Auati-Paraná	1497	MA	MA	Área Protegida	Fonte Boa(AM)
AmZc712	RESEX do Quilombo do Frechal	89	EA	MA	Área Protegida	Mirinzal(MA)
Am713	PE Monte Alegre	59	EA	EA	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
AmZc714	FLONA de Caxiuaná	3229	EA	EA	Área Protegida	Portel(PA)
Am715	TI Parana do Paricá	82	EA	MA	Área Protegida	Maraã(AM)
Am716	APA Caverna do Maroaga	3774	A	MA	Área Protegida	Rio Preto da Eva(AM)
AmZc717	APA Baixada Maranhense - Litoral	6096	EA	A	Área Protegida	São Luís(MA)
Am718	TI Paraná do Boa Boa	2510	A	EA	Área Protegida	Santa Isabel do Rio Negro(AM)
Am719	TI Maraã Urubaxi	952	A	MA	Área Protegida	Barcelos(AM)
Am720	FLONA de Saracá-Taquera	4418	MA	A	Área Protegida	Oriximiná(PA)
AmZc722	RESEX de Cururupu	1870	EA	EA	Área Protegida	Cururupu(MA)
Am723	TI Uneixi I e II	5640	EA	EA	Área Protegida	Santa Isabel do Rio Negro(AM)
AmZc724	RESEX Terra Grande Pracuúba	1806	EA	A	Área Protegida	Breves(PA)
Am725	FLOTA Faro	6296	MA	EA	Área Protegida	Oriximiná(PA)
Am726	REBIO de Uatumã	9428	EA	A	Área Protegida	Urucará(AM)
Am727	TI Rio Apaporis	1094	MA	A	Área Protegida	Japurá(AM)
Am728	REBIO do Rio Trombetas	4096	EA	MA	Área Protegida	Oriximiná(PA)
AmZc729	RESEX Mapuá	574	EA	EA	Área Protegida	Breves(PA)
AmZc730	RESEX Marinha Arai Peroba	118	EA	A	Área Protegida	Visu(PA)
AmZc731	RESEX Marinha Gurupi Piriá	748	EA	EA	Área Protegida	Visu(PA)
AmZc732	APA Costa do Urumajó (Municipal)	288	EA	EA	Área Protegida	Bragança(PA)
AmZc733	RESEX Ituquara	1276	IC	EA	Área Protegida	Breves(PA)
AmZc734	RESEX Chocoaré-Mato Grosso	28	MA	MA	Área Protegida	Maracanã(PA)
AmZc735	RESEX Marinha Caeté Taperaçu	429	MA	MA	Área Protegida	Bragança(PA)
AmZc736	RESEX Marinha Tracuateua	276	EA	MA	Área Protegida	Bragança(PA)
Am737	TI Waimiri-Atroari	25992	MA	A	Área Protegida	Urucará(AM)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am738	TI Nhamunda-Mapuera	10503	EA	A	Área Protegida	Oriximiná(PA)
AmZc739	APA da Ilha Canela (Municipal)	5	EA	MA	Área Protegida	
Am742	TI Médio Rio Negro I	18276	MA	EA	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
AmZc743	RESEX de Maracanã	318	A	EA	Área Protegida	Salinópolis(PA)
AmZc744	RESEX Lago Arari	1582	EA	EA	Área Protegida	Soure(PA)
AmZc745	RESEX Mãe Grande de Curuçá	335	MA	EA	Área Protegida	Curuçá(PA)
AmZc746	RESEX do Rio Cajari	5025	MA	MA	Área Protegida	Laranjal do Jari(AP)
Am747	TI Rio Téa	4205	MA	A	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
AmZc748	RESEX de Itatupã	585	EA	EA	Área Protegida	Afuá(PA)
Am749	ESEC Jari	2324	EA	A	Área Protegida	Almeirim(PA)
Am750	FLOTA Parú	36049	MA	EA	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
AmZc751	RESEX Foz do Rio Amazonas	3092	EA	MA	Área Protegida	Afuá(PA)
Am752	TI Médio Rio Negro II	3218	MA	EA	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
AmZc753	RESEX Marinha Machadoinho	825	EA	EA	Área Protegida	Soure(PA)
Am754	FLOTA Trombetas	31405	EA	EA	Área Protegida	Oriximiná(PA)
Am755	TI Zo´é	6691	EA	EA	Área Protegida	Oriximiná(PA)
Am756	TI Trombetas-Mapuera	39964	EA	EA	Área Protegida	Oriximiná(PA)
AmZc757	APA do Rio Curiaú	187	EA	MA	Área Protegida	Macapá(AP)
Am758	RDS Rio Iratapuru	8744	MA	A	Área Protegida	Almeirim(PA)
Am759	TI Balaio	2619	EA	A	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
Am760	TI Alto Rio Negro	80840	EA	EA	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
Am761	TI Rio Paru d´Este	11947	IC	EA	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
Am762	REBIO Maicuru	11492	EA	MA	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
AmZc763	REBIO Parazinho	5	EA	EA	Área Protegida	
Am764	ESEC Grão-Pará	42087	EA	MA	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
Am765	PE da Serra do Araçá	3656	EA	A	Área Protegida	Barcelos(AM)
Am766	TI Waiãpi	6120	MA	MA	Área Protegida	Almeirim(PA)
Am767	PN Serra da Mocidade	3775	EA	EA	Área Protegida	Barcelos(AM)
Am768	ESEC Niquiá	2844	EA	EA	Área Protegida	Caracará(RR)
Am769	PN do Viruá	2325	EA	A	Área Protegida	Rorainópolis(RR)
Am770	TI Wai-Wai	3888	A	A	Área Protegida	Caracará(RR)
AmZc771	REBIO do Lago Piratuba	3943	EA	A	Área Protegida	Amapá(AP)
Am772	TI Parque Indígena do Tumucumaque	30531	MA	EA	Área Protegida	Oriximiná(PA)
Am773	ESEC de Caracará	842	EA	EA	Área Protegida	Caracará(RR)
Am774	PN Montanhas do Tumucumaque	38686	EA	A	Área Protegida	Almeirim(PA)
Am775	TI Jacamin	1843	MA	A	Área Protegida	Caracará(RR)
AmZc776	ESEC de Maracá-Jipiôca	600	EA	A	Área Protegida	Amapá(AP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am777	TI Yanomami	95307	EA	EA	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
Am778	TI Muriru	56	EA	EA	Área Protegida	Bonfim(RR)
Am779	TI Malacacheta	287	EA	MA	Área Protegida	Cantá(RR)
Am780	TI Tabalascada	131	EA	MA	Área Protegida	Cantá(RR)
Am781	TI Moskow	143	EA	A	Área Protegida	Bonfim(RR)
Am782	TI Camauamin	115	EA	MA	Área Protegida	Bonfim(RR)
Am783	TI Raimundão	43	EA	A	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am784	TI Manoá / Pium	451	EA	A	Área Protegida	Bonfim(RR)
Am785	TI Sucuba	60	EA	A	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am786	TI Jabuti	143	EA	A	Área Protegida	Bonfim(RR)
Am787	TI Truaru	60	EA	EA	Área Protegida	Boa Vista(RR)
Am788	TI Serra da Moça	114	EA	A	Área Protegida	Boa Vista(RR)
Am789	TI Boqueirão(RR)	166	EA	A	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am790	TI Mangueira	47	EA	A	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am791	TI Barata Livramento	130	EA	EA	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am792	TI Anta	33	EA	A	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am793	ESEC de Maracá	1045	EA	MA	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am794	TI Pium	46	EA	EA	Área Protegida	Alto Alegre(RR)
Am795	TI Bom Jesus	9	EA	A	Área Protegida	Bonfim(RR)
Am796	TI Aningal	77	EA	MA	Área Protegida	Amajari(RR)
Am797	TI Ouro	142	EA	EA	Área Protegida	Boa Vista(RR)
AmZc798	TI Uaçá	4711	EA	EA	Área Protegida	Oiapoque(AP)
Am799	TI Ponta da Serra	158	EA	EA	Área Protegida	Pacaraima(RR)
Am800	TI Araçá	513	EA	MA	Área Protegida	Amajari(RR)
AmZc801	PN do Cabo Orange	6456	EA	A	Área Protegida	Oiapoque(AP)
Am802	TI Cajueiro	45	EA	MA	Área Protegida	Amajari(RR)
Am803	TI São Marcos	6497	EA	A	Área Protegida	Boa Vista(RR)
Am804	TI Anaro	307	EA	EA	Área Protegida	Pacaraima(RR)
Am805	TI Ananás (RR)	29	EA	MA	Área Protegida	Amajari(RR)
AmZc806	TI Galibi	43	EA	MA	Área Protegida	Oiapoque(AP)
AmZc807	TI Juminá	320	EA	MA	Área Protegida	Oiapoque(AP)
Am808	TI Santa Inês	304	EA	A	Área Protegida	Amajari(RR)
Am809	TI Raposa / Serra do Sol	16933	EA	EA	Área Protegida	Boa Vista(RR)
Am810	ESEC do Rio Ronuro	1333	EA	MA	Área Protegida	Paranatinga(MT)
AmZc812	RESEX Marinha de Soure	153	EA	EA	Área Protegida	Soure(PA)
Am812	FLONA do Macauã	1742	A	A	Área Protegida	Sena Madureira(AC)
Am813	RESEX do Cazumbá-Iracema	6995	A	A	Área Protegida	Sena Madureira(AC)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Am814	FLONA de Altamira	7583	A	A	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am815	ARIE de Javari-Buriti	130	A	A	Área Protegida	Santo Antônio do Içá(AM)
Am816	FLONA do Amapá	4581	A	A	Área Protegida	Porto Grande(AP)
Am817	RESEX Arioca Pruanã	595	A	A	Área Protegida	Oeiras do Pará(PA)
Am818	FLONA do Amanã	5275	A	A	Área Protegida	Itaituba(PA)
Am819	RESEX do Alto Tarauacá	1571	A	A	Área Protegida	Tarauacá(AC)
Am820	FLONA de Anauá	2619	A	A	Área Protegida	Rorainópolis(RR)
Am821	PN Pico da Neblina	8826	A	A	Área Protegida	São Gabriel da Cachoeira(AM)
Am822	FLONA do Amazonas	737	A	A	Área Protegida	Santa Isabel do Rio Negro(AM)
Am823	FLONA de Mulata	2155	A	A	Área Protegida	Monte Alegre(PA)
Am824	FE do Rio da Liberdade	822	A	A	Área Protegida	Cruzeiro do Sul(AC)
Am825	FE do Antimary	679	A	A	Área Protegida	Sena Madureira(AC)
Am826	RESEX do Catuaí-Ipixuna	2188	A	A	Área Protegida	Coari(AM)
Am827	RDS do Rio Amapá	2161	A	A	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am828	RESEX do Guariba	1474	A	A	Área Protegida	Novo Aripuanã(AM)
Am829	FLOREST do Aripuanã	3202	A	A	Área Protegida	Apui(AM)
Am830	FLOREST Apuí	1823	A	A	Área Protegida	Apui(AM)
Am831	RDS Bararati	1114	A	A	Área Protegida	Apui(AM)
Am833	FLOREST do Rio Urubu	272	A	A	Área Protegida	Rio Preto da Eva(AM)
Am834	FLONA do São Francisco	219	A	A	Área Protegida	Sena Madureira(AC)
Am835	APA Médio Rio Negro Tarumã Açu/ Tarumã Mirim	563	A	A	Área Protegida	Manaus(AM)
Am836	REBIO Traçadal	237	EA	A	Área Protegida	Guajará-Mirim(RO)
Am837	TI Rio Manicoré	195	EA	A	Área Protegida	Manicoré(AM)
Am838	TI Batelão	1173	A	A	Área Protegida	Juara(MT)

Bioma Pantanal

Tabela 11.9.2 – Lista de Áreas Prioritárias para o Bioma Pantanal com seus respectivos: código, área (km2), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Pa001	Foz do Apa	823	EA	EA	Recuperação	Porto Murtinho(MS)
Pa002	Fecho de Morros	762	EA	EA	Cria UC - PI	Porto Murtinho(MS)
Pa003	Aquidauana	497	MA	EA	Recuperação	Aquidauana(MS)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Pa004	Salobra	1364	A	EA	Fomento Uso Sust.	Miranda(MS)
Pa005	Nabileque	3319	IC	MA	Inventário	Corumbá(MS)
Pa006	Rio Negro	2645	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Corumbá(MS)
Pa007	Morro do Azeite	2646	A	MA	Fomento Uso Sust.	Corumbá(MS)
Pa008	Médio Abobral	555	EA	EA	Cria UC - US	Corumbá(MS)
Pa009	Baixo Abobral	698	EA	EA	Cria UC - PI	Corumbá(MS)
Pa010	Vazante Alegria	5182	EA	EA	Recuperação	Aquidauana(MS)
Pa011	Morraria do Urucum	2031	EA	EA	Cria UC - US	Corumbá(MS)
Pa012	Nhecolândia	7112	EA	MA	Cria UC - PI	Corumbá(MS)
Pa013	Comunidades do Taquari	2329	EA	EA	Outras	Corumbá(MS)
Pa014	Corixinha	1218	MA	A	Fomento Uso Sust.	Corumbá(MS)
Pa015	Vazante do Capivari	113	A	A	Cria UC - US	Corumbá(MS)
Pa016	Pantanal do Rio Paraguai	5225	EA	EA	Cria UC - US	Corumbá(MS)
Pa017	Delta do Taquari	2809	EA	MA	Cria UC - Indef.	Corumbá(MS)
Pa018	Baía Vermelha	412	EA	MA	Cria UC - Indef.	Corumbá(MS)
Pa019	Médio Taquari (Oeste)	724	MA	A	Cria UC - US	Corumbá(MS)
Pa020	Serra do Amolar	311	EA	EA	Inventário	Corumbá(MS)
Pa021	Ampliação do P.N. do Pantanal Matogrossense	1419	MA	EA	Inventário	Corumbá(MS)
Pa022	Comunidade Bispo	64	EA	EA	Recuperação	Sonora(MS)
Pa023	Norte do Paiaguás	6759	MA	A	Inventário	Corumbá(MS)
Pa024	Serra Solteira	2169	A	MA	Cria UC - Indef.	Corumbá(MS)
Pa025	Rio Alegre	4258	A	A	Inventário	Corumbá(MS)
Pa026	Pantanal da onça	2775	MA	MA	Outras	Corumbá(MS)
Pa027	Cáceres	1558	A	A	Cria UC - PI	Cáceres(MT)
Pa028	Ampliação da ESEC	282	EA	EA	Inventário	Cáceres(MT)
Pa029	RPPN Jubrá	398	EA	A	Inventário	Cáceres(MT)
Pa030	Mata do Bebe	3510	EA	MA	Cria UC - PI	Poconé(MT)
Pa031	Região do Descalvado	287	MA	A	Cria UC - Indef.	Cáceres(MT)
Pa032	Paraguaizinho	1570	MA	MA	Cria UC - Indef.	Cáceres(MT)
Pa033	Bororo	844	MA	EA	Mosaico/Corredor	Santo Antônio do Leverger(MT)
Pa034	Baixo Jauru	693	MA	MA	Inventário	Cáceres(MT)
Pa035	Serra do Facão	2066	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Cáceres(MT)
Pa036	Báias e Morrarias de Barão de Melgaço	1634	MA	EA	Cria UC - Indef.	Poconé(MT)
Pa037	Bocaiuvaal	2446	A	EA	Recuperação	Poconé(MT)
Pa038	Caçara	1138	EA	A	Recuperação	Cáceres(MT)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Pa039	Sangradouro	721	A	MA	Cria UC - Indef.	Cáceres(MT)
Pa040	Cuiabá-mirim	635	A	A	Recuperação	Santo Antônio do Leverger(MT)
Pa041	Três bocas	430	EA	EA	Cria UC - Indef.	Cáceres(MT)
Pa042	Glória d'Oeste	810	MA	EA	Recuperação	Cáceres(MT)
Pa043	Porto Esperidião	663	A	A	Mosaico/Corredor	Cáceres(MT)
Pa044	Cuiabá lagoas marginais	578	A	EA	Recuperação	Cuiabá(MT)
Pa046	Proposta - PE do Rio Negro	666	EA	EA	Cria UC - PI	Corumbá(MS)
Pa045	PE Pantanal do Rio Negro	780	EA	EA	Área Protegida	Corumbá(MS)
Pa047	PN do Pantanal Matogrossense	1358	EA	EA	Área Protegida	Corumbá(MS)
Pa048	PE Guirá	1031	EA	EA	Área Protegida	Corumbá(MS)
Pa049	PE Encontro das Aguas	1107	EA	EA	Área Protegida	Corumbá(MS)
Pa050	ESEC de Taiaí	143	EA	EA	Área Protegida	Cáceres(MT)

Bioma Cerrado

Tabela 11.9.3 – Lista de Áreas Prioritárias para o Bioma Cerrado com seus respectivos: código, área (km2), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce001	Entorno do PARES Guartelá	134	EA	EA	Mosaico/Corredor	Castro(PR)
Ce002	Piraiá do Sul	862	EA	EA	Cria UC - Indef.	Castro(PR)
Ce003	Boqueirão do Rio Jaguaraiá	30	EA	EA	Cria UC - PI	Jaguariaíva(PR)
Ce004	Sengés	407	EA	EA	Cria UC - PI	Itararé(SP)
Ce005	Vale do Codó	170	MA	MA	Cria UC - PI	Jaguariaíva(PR)
Ce006	Área de entorno e ampliação do PE do Cerrado	44	EA	EA	Cria UC - PI	Jaguariaíva(PR)
Ce007	Itararé	535	EA	MA	Mosaico/Corredor	Itapeva(SP)
Ce008	Nova Campina	13	MA	A	Cria UC - PI	Nova Campina(SP)
Ce009	Itapeva - Nova Campina	86	MA	MA	Cria UC - PI	Itapeva(SP)
Ce011	Capão Bonito-Ce	8	EA	MA	Cria UC - PI	Capão Bonito(SP)
Ce012	entorno da ESEC de Itaberá	77	A	MA	Mosaico/Corredor	Taquarituba(SP)
Ce013	Itaí	39	EA	EA	Cria UC - PI	Taquarituba(SP)
Ce014	Lencóis Paulista	595	EA	EA	Cria UC - PI	Botucatu(SP)
Ce015	Anhembi	855	EA	MA	Cria UC - US	Botucatu(SP)
Ce016	Botucatu	54	EA	EA	Cria UC - PI	Botucatu(SP)
Ce017	Barreiro Rico	47	EA	EA	Cria UC - PI	Anhembi(SP)
Ce018	São Pedro do Turvo	153	MA	MA	Cria UC - US	São Pedro do Turvo(SP)
Ce019	Campos Novos	17	EA	EA	Cria UC - PI	Campos Novos Paulista(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce020	Agudos - Piratininga	447	EA	MA	Mosaico/Corredor	Agudos(SP)
Ce021	São Pedro - Itirapina	301	MA	A	Mosaico/Corredor	Rio Claro(SP)
Ce022	Ipeúna - São Pedro	55	EA	EA	Cria UC - PI	São Pedro(SP)
Ce023	Mogi I e II	112	EA	EA	Mosaico/Corredor	Mogi Guaçu(SP)
Ce024	Aguaí IV (córrego da Onça)	198	A	A	Mosaico/Corredor	Paraguaçu Paulista(SP)
Ce025	Bauru - Pederneiras	33	EA	EA	Cria UC - PI	Bauru(SP)
Ce026	Rancharia	271	IC	A	Mosaico/Corredor	Rancharia(SP)
Ce027	Brotas	68	EA	EA	Cria UC - PI	São Carlos(SP)
Ce028	São Carlos - Itirapina	244	IC	MA	Cria UC - US	São Carlos(SP)
Ce029	Batalha	610	EA	EA	Recuperação	Bauru(SP)
Ce030	Dourado - Ribeirão Bonito	924	MA	MA	Mosaico/Corredor	São Carlos(SP)
Ce031	Reginópolis	22	EA	EA	Cria UC - Indef.	Iacanga(SP)
Ce032	São Carlos	8	EA	EA	Cria UC - Indef.	São Carlos(SP)
Ce033	Jacaré-Pepira	879	EA	EA	Cria UC - PI	Ibitinga(SP)
Ce034	Descalvado	1982	MA	EA	Mosaico/Corredor	São Carlos(SP)
Ce035	Santa Maria - Brilhante	4849	EA	MA	Recuperação	Dourados(MS)
Ce036	Serra do Amongüijá	705	EA	EA	Cria UC - PI	Porto Murtinho(MS)
Ce037	Matão	50	EA	EA	Cria UC - PI	Matão(SP)
Ce038	Luis Antônio - Santa Rita	803	EA	EA	Mosaico/Corredor	São Carlos(SP)
Ce039	Santa Rita do Passa Quatro	16	EA	EA	Cria UC - Indef.	Santa Rita do Passa Quatro(SP)
Ce040	São Simão	22	EA	EA	Cria UC - PI	Santa Rita do Passa Quatro(SP)
Ce041	Corredor Serra do Maracaju	6191	EA	MA	Cria UC - Indef.	Ponta Porã(MS)
Ce042	Médio Anhanduí	10972	MA	MA	Recuperação	Campo Grande(MS)
Ce043	Planalto da Bodoquena	14342	EA	MA	Cria UC - PI	Corumbá(MS)
Ce044	Altinópolis II	18	MA	EA	Cria UC - PI	Cajuru(SP)
Ce045	Santo Antônio da Alegria	108	MA	EA	Cria UC - Indef.	São Sebastião do Paraíso(MG)
Ce046	Batatais II	55	IC	A	Cria UC - Indef.	Batatais(SP)
Ce047	Batatais	261	MA	MA	Mosaico/Corredor	Batatais(SP)
Ce048	Altinópolis	784	IC	A	Cria UC - US	São Sebastião do Paraíso(MG)
Ce049	Ampliação do PN Serra da Bodoquena	660	EA	EA	Inventário	Jardim(MS)
Ce050	Área de campos úmidos	64	IC	EA	Cria UC - Indef.	Sidrolândia(MS)
Ce051	Anastácio - Nioaque	1247	EA	MA	Cria UC - Indef.	Aquidauana(MS)
Ce052	Sidrolândia - Terenos	209	MA	EA	Cria UC - PI	Campo Grande(MS)
Ce053	Nascentes do Varadouro	764	MA	EA	Recuperação	Sidrolândia(MS)
Ce054	Rio Verde (MS)	5565	MA	EA	Recuperação	Três Lagoas(MS)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce055	Córrego Agachi	498	A	MA	Cria UC - Indef.	Aquidauana(MS)
Ce056	Carste Arcos e Pains	3971	MA	MA	Recuperação	Formiga(MG)
Ce057	Aquidauana	646	EA	MA	Cria UC - Indef.	Aquidauana(MS)
Ce058	Pedregulho	526	MA	MA	Mosaico/Corredor	Igarapava(SP)
Ce059	Conquistista - Canastra	682	EA	MA	Cria UC - Indef.	Sacramento(MG)
Ce060	Entorno do PN Serra da Canastra	6600	EA	EA	Recuperação	Araxá(MG)
Ce061	Lagoas do Rio Uberaba	305	EA	EA	Recuperação	Guaíra(SP)
Ce062	Jaraguari	1019	MA	EA	Cria UC - US	Jaraguari(MS)
Ce063	Cayman-Agachi	349	A	A	Outras	Aquidauana(MS)
Ce064	Médio Rio Verde - Ribeirão Salgado	574	A	A	Cria UC - Indef.	Ribas do Rio Pardo(MS)
Ce065	Campo Florido - Veríssimo	449	MA	EA	Recuperação	Prata(MG)
Ce066	Serra do Maracaju	6969	EA	EA	Recuperação	Aquidauana(MS)
Ce067	Serra do Salitre - Córrego Danta	3292	MA	MA	Cria UC - Indef.	Patrocínio(MG)
Ce068	Belo Horizonte - Monjolos	10598	EA	EA	Cria UC - Indef.	Belo Horizonte(MG)
Ce069	Aranes	2451	MA	EA	Mosaico/Corredor	Ituiutaba(MG)
Ce070	Paranaíba - Cassilândia	1683	MA	MA	Cria UC - PI	Paranaíba(MS)
Ce071	Ituiutaba - Prata	1050	A	EA	Mosaico/Corredor	Ituiutaba(MG)
Ce072	Alto Sucuriú	2912	MA	MA	Recuperação	Três Lagoas(MS)
Ce073	Aporé	330	IC	A	Inventário	Cassilândia(MS)
Ce074	Itarumã - Caçu	2873	A	A	Inventário	Quirinópolis(GO)
Ce075	Morro da Garça	2101	A	A		Curvelo(MG)
Ce076	Itaruma	1351	MA	A	Recuperação	Itajá(GO)
Ce077	Espinhaço Meridional	5832	EA	EA	Cria UC - Indef.	Itabira(MG)
Ce078	Médio Taquari (Leste)	1322	EA	MA	Mosaico/Corredor	Coxim(MS)
Ce079	Nascentes do rio Taquari	24537	MA	EA	Cria UC - Indef.	Coxim(MS)
Ce080	Serra Vermelha (MG)	4437	A	A	Recuperação	Patos de Minas(MG)
Ce081	Coromandel	2620	MA	EA	Recuperação	Patos de Minas(MG)
Ce082	Itumbiara	1893	A	A	Fomento Uso Sust.	Itumbiara(GO)
Ce083	Corinto - Lassance	1063	MA	MA	Mosaico/Corredor	Várzea da Palma(MG)
Ce084	Serra dos Alegres	5264	A	MA	Mosaico/Corredor	João Pinheiro(MG)
Ce085	Quirinópolis	1761	A	A	Recuperação	Rio Verde(GO)
Ce086	Diamantina - Itamarandiba	3017	EA	EA	Mosaico/Corredor	Diamantina(MG)
Ce087	Gioandira	1192	MA	A	Fomento Uso Sust.	Catalão(GO)
Ce088	Davinópolis	910	MA	MA	Recuperação	Catalão(GO)
Ce089	Serra do Cabral	2399	EA	EA	Recuperação	Várzea da Palma(MG)
Ce090	Entorno PN Emas	4078	EA	MA	Mosaico/Corredor	Jataí(GO)
Ce091	Olhos d'Água - Bocaiuva	303	EA	A	Recuperação	Bocaiuva(MG)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce092	Jataí	2999	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Rio Verde(GO)
Ce093	Corumbaba	1944	MA	A	Mosaico/Corredor	Caldas Novas(GO)
Ce094	Vale do Jequitinhonha	10160	MA	EA	Recuperação	Araçuaí(MG)
Ce095	Campo Alegre	4432	MA	A	Recuperação	Paracatu(MG)
Ce096	Rio Verde (Norte)	2265	EA	A	Recuperação	Rio Verde(GO)
Ce097	Alto Taquari	3771	MA	A	Recuperação	Mineiros(GO)
Ce098	Buritizinho	1320	A	MA	Recuperação	Pirapora(MG)
Ce099	Itiquira - Taquari	6444	EA	EA	Cria UC - Indef.	Pedra Preta(MT)
Ce100	Jandaia	1744	A	A	Recuperação	Acreúna(GO)
Ce101	Alto Araguaia a Caiapônia	3251	MA	MA	Recuperação	Mineiros(GO)
Ce102	Caiapônia	4512	A	MA	Inventário	Jataí(GO)
Ce103	Nascentes do Piquiri	1411	MA	MA	Mosaico/Corredor	Rondonópolis(MT)
Ce104	Grão Mogol - Francisco Sá	9446	EA	EA	Recuperação	Bocaiúva(MG)
Ce105	Brasilândia	1232	MA	MA	Recuperação	João Pinheiro(MG)
Ce106	Alto - Médio São Francisco	6571	EA	EA	Recuperação	Patos de Minas(MG)
Ce107	Geoparque Araguaína	425	EA	A	Cria UC - US	Mineiros(GO)
Ce108	Cristalina-Luziania	5244	EA	EA	Cria UC - Indef.	Brasília(DF)
Ce109	Fruta de Leite	1556	EA	EA	Cria UC - PI	Salinas(MG)
Ce110	Tereza Cristina	52	A	A		Santo Antônio do Leverger(MT)
Ce111	Guiratinga - Alto Garças	4563	MA	A	Cria UC - Indef.	Pedra Preta(MT)
Ce112	Rondonópolis - Leverger	539	EA	EA		Rondonópolis(MT)
Ce113	Unaí	4056	MA	EA	Mosaico/Corredor	Paracatu(MG)
Ce114	Fazenda Nova	421	A	A	Mosaico/Corredor	Fazenda Nova(GO)
Ce115	Poxoréu	5445	A	A		Rondonópolis(MT)
Ce116	Baliza - Aragarça	3477	A	MA	Recuperação	Aragarças(GO)
Ce117	Santo Antônio do Descoberto	1526	MA	MA	Mosaico/Corredor	Brasília(DF)
Ce118	áreas entre a RB Sagarana e Ucs	1274	MA	EA	Mosaico/Corredor	Arinos(MG)
Ce119	Luiza do Valle	50	EA	A	Cria UC - US	Porteirinha(MG)
Ce120	Área Alfa	134	EA	EA	Inventário	Brasília(DF)
Ce121	Nascentes do São Lourenço	4158	A	A	Mosaico/Corredor	Rondonópolis(MT)
Ce122	Fazenda Sucupira	30	EA	EA	Recuperação	Brasília(DF)
Ce123	Espinhaço Setentrional	1465	EA	EA	Recuperação	Porteirinha(MG)
Ce124	São João da Ponte	475	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Janaúba(MG)
Ce125	Vale do Rio São Bartolomeu	591	EA	EA	Mosaico/Corredor	Brasília(DF)
Ce126	Verdelândia - Varzelândia	1503	MA	MA		Jaíba(MG)
Ce127	Formosa	1180	EA	A	Inventário	Brasília(DF)
Ce128	Serra de São Vicente	1303	EA	EA	Cria UC - Indef.	Cuiabá(MT)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce129	Cabeceiras - Buritis	863	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Formosa(GO)
Ce130	Rio Pardo - Santo Antônio do Retiro	2053	EA	EA	Inventário	Espinosa(MG)
Ce131	Goiás Velho	1583	EA	A		Goiás(GO)
Ce132	Borda do Alto Pantanal	5811	A	EA	Mosaico/Corredor	Cuiabá(MT)
Ce133	Entorno da Rebio Jaíba	4244	EA	EA	Recuperação	São Francisco(MG)
Ce134	Verdelândia	189	EA	EA	Recuperação	Jaíba(MG)
Ce135	Descoberto	346	EA	EA	Cria UC - Indef.	Brasília(DF)
Ce136	Arinos - Buritis	3629	MA	EA	Mosaico/Corredor	Unaí(MG)
Ce137	Sarandi	35	EA	EA	Mosaico/Corredor	Brasília(DF)
Ce138	Januária	2487	EA	MA	Cria UC - PI	Januária(MG)
Ce139	Areião	5258	EA	EA	Cria UC - US	Espinosa(MG)
Ce140	Porto Estrela - Cáceres	1958	EA	A	Cria UC - US	Cáceres(MT)
Ce141	Barra do Garças - Araguaiana	6313	A	MA	Recuperação	Barra do Garças(MT)
Ce142	Pirinópolis	3398	EA	EA	Cria UC - PI	Goianésia(GO)
Ce143	Rio Jauquara	2596	EA	MA	Cria UC - US	Cáceres(MT)
Ce144	Chapada dos Guimarães - Campo Verde	1387	EA	MA	Mosaico/Corredor	Cuiabá(MT)
Ce145	Buritis	2744	A	EA	Recuperação	Formosa(GO)
Ce146	áreas de entorno das UCs do Peruauçu	4924	EA	MA	Mosaico/Corredor	Januária(MG)
Ce147	Padre Bernardo - Planaltina	4696	MA	EA	Cria UC - Indef.	Brasília(DF)
Ce148	Região do Jaíba	1366	EA	EA	Recuperação	Jaíba(MG)
Ce149	Cuiabá - Chapada dos Guimarães	1061	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cuiabá(MT)
Ce150	Bonito de Minas	2084	MA	MA	Mosaico/Corredor	Januária(MG)
Ce151	Goianésia a Barro Alto	2542	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Goianésia(GO)
Ce152	Carretão I	17	EA	A	Inventário	Rubiatoba(GO)
Ce153	Chapada dos Guimarães	4762	A	A		Cuiabá(MT)
Ce154	Terra do boi	2811	A	A	Recuperação	Rubiatoba(GO)
Ce155	Karajá de Aruanã I	0	A	A		Aruanã(GO)
Ce156	Karajá de Aruanã II	9	A	A		Cocalinho(MT)
Ce157	Karajá de Aruanã III	7	A	A		Cocalinho(MT)
Ce158	Nacente do Rio Guaporé	1391	EA	MA	Cria UC - US	Tangará da Serra(MT)
Ce159	Niquelândia - Mimoso	3302	MA	EA	Cria UC - Indef.	Niquelândia(GO)
Ce160	Montalvânia	4231	EA	EA	Recuperação	Manga(MG)
Ce161	Flores de Goiás	2433	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Formosa(GO)
Ce162	Pilar de Goiás	2282	A	A	Fomento Uso Sust.	Uruaçu(GO)
Ce163	Provincia Serrana/APA da Cabeceira do R. Paraguai	4513	EA	EA	Cria UC - Indef.	Barra do Bugres(MT)
Ce164	Corredor Grande Sertão Veredas-Refugio	6925	MA	EA	Cria UC - Indef.	Januária(MG)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce165	Serras de Planaltina a Alto Paraíso	8887	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Brasília (DF)
Ce166	Serra do Culuene	2173	MA	A	Cria UC - PI	Primavera do Leste(MT)
Ce167	Aruanã - Nova Crixás	8380	A	MA	Mosaico/Corredor	São Miguel do Araguaia(GO)
Ce168	Serra Geral de Goiás	3698	EA	MA	Mosaico/Corredor	Correntina(BA)
Ce169	Niquelândia	1878	EA	A	Ordenamento	Niquelândia(GO)
Ce170	Colinas - Niquelândia	1782	EA	EA	Cria UC - Indef.	Niquelândia(GO)
Ce171	Vão do Paranã	10470	EA	EA	Cria UC - Indef.	Formosa(GO)
Ce172	Paranatinga - Rosário Oeste	2059	MA	A	Mosaico/Corredor	Rosário Oeste(MT)
Ce173	Alto Rio Arinos	5940	EA	MA	Cria UC - US	Diamantino(MT)
Ce174	Cocalinho	18187	EA	EA	Cria UC - US	São Miguel do Araguaia(GO)
Ce175	Nascentes do Xingu	17155	EA	MA	Mosaico/Corredor	Primavera do Leste(MT)
Ce176	Formoso-Amaralina	3255	A	EA	Cria UC - Indef.	Uruaçu(GO)
Ce177	Paranatinga	6094	EA	MA	Mosaico/Corredor	Paranatinga(MT)
Ce178	Cocos	4536	EA	A	Cria UC - Indef.	Correntina(BA)
Ce179	Minagu - Colinas - Cavalcante	7136	EA	A	Ordenamento	Minagu(GO)
Ce180	Novo Mundo	888	A	A	Recuperação	Nova Crixás(GO)
Ce181	Bacia do Rio Corrente	9069	EA	MA	Cria UC - PI	Correntina(BA)
Ce182	Monte Alegre - Nova Roma	3050	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Campos Belos(GO)
Ce183	Cavalcante	1095	EA	A	Cria UC - US	Cavalcante(GO)
Ce184	Sapezal/ Campos de Julio	2482	A	MA	Mosaico/Corredor	Campo Novo do Parecis(MT)
Ce185	Rio Teles Pires	2138	MA	EA	Cria UC - PI	Sorriso(MT)
Ce186	Nascentes do Juruena	6766	EA	EA	Cria UC - PI	Tangará da Serra(MT)
Ce187	Paraná - Arraias	7637	EA	EA	Cria UC - Indef.	Campos Belos(GO)
Ce188	Interflúvio Tocantins-Paraná	4220	MA	EA	Cria UC - PI	Minagu(GO)
Ce189	Aurora do Tocantins	3668	EA	EA	Cria UC - PI	Correntina(BA)
Ce190	São Salvador (TO)	2890	A	MA	Cria UC - PI	Minagu(GO)
Ce191	Área de Ampliação do P. N. Araguaia	1993	MA	EA	Cria UC - PI	São Miguel do Araguaia(GO)
Ce192	Baianópolis - Tabocas do Brejo Velho	12250	A	MA	Cria UC - Indef.	Barreiras(BA)
Ce193	Rio das Mortes / São João Grande	3196	EA	MA	Cria UC - PI	Ribeirão Cascalheira(MT)
Ce194	Ribeirão Cascalheira	1464	MA	MA	Cria UC - US	Ribeirão Cascalheira(MT)
Ce195	Terra do Papagaio	3135	MA	MA	Cria UC - US	Campo Novo do Parecis(MT)
Ce196	Bacia do rio Grande	11124	EA	EA	Cria UC - PI	Barreiras(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce197	Rio Papagaio	1604	A	A	Cria UC - Indef.	Campo Novo do Parecis(MT)
Ce198	Pantanal Tocantinense	2718	EA	EA	Cria UC - Indef.	Luis Eduardo Magalhães(BA)
Ce199	Conceição do Tocantins	7050	EA	MA	Cria UC - Indef.	Dianópolis(TO)
Ce200	Barra	1	A	A	Educ. Ambiental	Muqém de São Francisco(BA)
Ce201	Ibotirama	18	EA	A	Educ. Ambiental	Ibotirama(BA)
Ce202	Médio São Francisco	9869	A	A	Inventário	Bom Jesus da Lapa(BA)
Ce203	Vale do Rio Palmeiras	1147	MA	MA	Cria UC - Indef.	Dianópolis(TO)
Ce204	peixe angical	1736	MA	A	Educ. Ambiental	Peixe(TO)
Ce205	Natividade	6013	A	EA	Cria UC - PI	Dianópolis(TO)
Ce206	Dianópolis	5467	MA	EA	Cria UC - PI	Barreiras(BA)
Ce207	Rio Preto (BA)	13324	EA	EA	Cria UC - US	Santa Rita de Cássia(BA)
Ce208	Itucas do Tocantins	15172	A	EA	Outras	Formoso do Araguaia(TO)
Ce209	Corredor Tapirape-Urubu Branco	1141	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Porto Alegre do Norte(MT)
Ce210	Lagoa do Paraguá	9988	EA	EA	Mosaico/Corredor	Santa Rita de Cássia(BA)
Ce211	Serra de Lajeado	4100	A	MA	Recuperação	Palmas(TO)
Ce212	Serra Vermelha (PI)	7635	IC	EA	Cria UC - PI	Pilão Arcado(BA)
Ce213	Rio Caracol	2558	A	MA	Cria UC - US	Alto Parnaíba(MA)
Ce214	Nascente do Rio Uruçuí-Preto	9895	EA	EA	Cria UC - Indef.	Corrente(PI)
Ce215	Lizarda	2725	A	EA	Cria UC - PI	Balsas(MA)
Ce216	Dois Irmãos	4040	A	MA	Cria UC - PI	Miracema do Tocantins(TO)
Ce217	Bom Jesus	2980	MA	EA	Mosaico/Corredor	Bom Jesus(PI)
Ce218	Alto Parnaíba	7352	EA	EA	Cria UC - US	Balsas(MA)
Ce219	Burquei	6979	EA	EA	Cria UC - PI	Canto do Buriti(PI)
Ce220	Ribeirão Tranqueira	9974	MA	MA	Cria UC - PI	Miracema do Tocantins(TO)
Ce221	Baixa Grande do Ribeiro	398	EA	MA	Cria UC - US	Bom Jesus(PI)
Ce222	Ribeiro Gonçalves	3497	MA	MA	Cria UC - PI	Baixa Grande do Ribeiro(PI)
Ce223	Sambaíba-Fragoso	4523	MA	MA	Cria UC - US	Alto Parnaíba(MA)
Ce224	Campos Lindos	4051	MA	EA	Cria UC - PI	Balsas(MA)
Ce225	Rio Balsas	3568	EA	EA	Cria UC - PI	Balsas(MA)
Ce226	Uruçuí	8150	MA	EA	Cria UC - Indef.	Uruçuí(PI)
Ce227	Jerumenha	4238	MA	MA	Cria UC - PI	Florianópolis

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce228	Palmeirante	2116	EA	EA	Inventário	Goiatins(TO)
Ce229	Carolina	8672	EA	EA	Mosaico/Corredor	Carolina(MA)
Ce230	Croeira	8210	MA	MA	Cria UC - US	Colinas(MA)
Ce231	Serra da Cangalha	206	EA	MA	Cria UC - PI	Babaçulândia(TO)
Ce232	Wanderlândia	296	A	A	Cria UC - PI	Wanderlândia(TO)
Ce233	Serra Negra (MA)	2339	MA	MA	Cria UC - US	Sítio Novo(MA)
Ce234	Pastos Bons	6366	EA	MA	Cria UC - PI	Colinas(MA)
Ce235	Barreira Branca	187	MA	MA	Cria UC - PI	São Geraldo do Araguaia(PA)
Ce236	Ananás(TO)	2391	MA	MA	Cria UC - US	Tocantinópolis(TO)
Ce237	Serra das Alpercatas	4199	EA	MA	Mosaico/Corredor	Barra do Corda(MA)
Ce238	Itaguatins	1352	MA	A	Inventário	Araguatins(TO)
Ce239	Montes Altos - Querubina	1254	A	MA	Cria UC - US	Senador La Rocque(MA)
Ce240	Rio das Flores	1554	EA	EA	Cria UC - Indef.	Presidente Dutra(MA)
Ce241	Baixo Parnaíba	1689	EA	MA	Cria UC - US	Teresina(PI)
Ce242	Corredor Cocalis	4363	MA	A	Cria UC - US	Caxias(MA)
Ce243	Timbiras	6543	EA	MA	Cria UC - Indef.	Caxias(MA)
Ce244	Luzilândia	935	EA	MA	Cria UC - US	Barras(PI)
Ce245	Chapadinha	11850	EA	EA	Cria UC - US	Chapadinha(MA)
CeZc246	Baiás das Canárias	391	EA	EA	Recuperação	Parnaíba(PI)
CeZc247	Sul da APA Foz do Rio Preguiças	41	EA	A	Inventário	Tutóia(MA)
CeZc248	Ampliação RESEX do Delta	283	EA	MA	Recuperação	Tutóia(MA)
CeZc249	Iha do Caju	81	EA	A	Inventário	Araioses(MA)
CeZc250	Norte da APA Foz do Rio Preguiças	174	EA	EA	Cria UC - US	Tutóia(MA)
CeZc251	MA-06	72	MA	MA	Educ. Ambiental	Barreirinhas(MA)
Ce252	PE do Guartelá	8	EA	EA	Área Protegida	Tibagi(PR)
Ce253	PE do Cerrado	4	EA	EA	Área Protegida	Jaguariava(PR)
Ce254	FLONA Capão Bonito	48	EA	MA	Área Protegida	Capão Bonito(SP)
Ce255	ESEC de Itapeva	1	EA	A	Área Protegida	Itaberá(SP)
Ce256	ESEC de Itaberá	3	EA	A	Área Protegida	Itaberá(SP)
Ce257	ESEC de Itaberá	2	EA	A	Área Protegida	Taquarituba(SP)
Ce258	PE de Parapananema	13	EA	A	Área Protegida	Parapananema(SP)
Ce259	ESEC Parapananema	6	EA	A	Área Protegida	Parapananema(SP)
Ce260	ESEC Angatuba	15	EA	A	Área Protegida	Angatuba(SP)
Ce261	FLOES Angatuba	12	EA	MA	Área Protegida	Angatuba(SP)
Ce262	ARIE Mata de Santa Genebra	0	MA	A	Área Protegida	Paulínia(SP)
Ce263	ESEC de Ibicatu	1	EA	A	Área Protegida	Piracicaba(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce264	ESEC Santa Barbara	32	EA	A	Área Protegida	Águas de Santa Bárbara(SP)
Ce265	ARIE Matão de Cosmópolis	2	EA	A	Área Protegida	Cosmópolis(SP)
Ce266	ESEC de Assis	13	EA	A	Área Protegida	Assis(SP)
Ce267	ESEC Mogi Guaçu	10	EA	A	Área Protegida	Mogi Guaçu(SP)
Ce268	REBIO Moji-Guaçu	4	EA	A	Área Protegida	Mogi Guaçu(SP)
Ce269	TI Araribá	19	IC	A	Área Protegida	Avai(SP)
Ce270	ESEC Itirapina	27	EA	A	Área Protegida	Brotas(SP)
Ce271	ESEC Bauru	3	EA	A	Área Protegida	Bauru(SP)
Ce272	ESEC São Carlos	1	EA	A	Área Protegida	Brotas(SP)
Ce273	TI Pirakua	24	A	A	Área Protegida	Ponta Porã(MS)
Ce274	ESEC de Jataí	50	EA	A	Área Protegida	São Carlos(SP)
Ce275	TI Sucuriy	5	MA	A	Área Protegida	Maracaju(MS)
Ce276	ESEC Santa Maria	1	EA	A	Área Protegida	São Simão(SP)
Ce277	ESEC Ribeirão Preto	2	A	A	Área Protegida	Ribeirão Preto(SP)
Ce278	FLOES Cajuru	21	MA	A	Área Protegida	Cajuru(SP)
Ce279	REBIO de Sertãozinho	23	A	A	Área Protegida	Sertãozinho(SP)
Ce280	TI Nioaque	30	A	A	Área Protegida	Nioaque(MS)
Ce281	PN da Serra da Bodoquena	771	EA	MA	Área Protegida	Jardim(MS)
Ce282	REBIO Barra	4	EA	A	Área Protegida	São Sebastião do Paraíso(MG)
Ce283	TI Buriti	172	A	A	Área Protegida	Sidrolândia(MS)
Ce284	TI Kadiwéu	5345	MA	MA	Área Protegida	Corumbá(MS)
Ce285	TI Lalima	29	A	A	Área Protegida	Miranda(MS)
Ce286	ESEC Corumbá	3	EA	MA	Área Protegida	Arcos(MG)
Ce287	PN da Serra da Canastra	1993	EA	EA	Área Protegida	Sacramento(MG)
Ce288	PE Prosa	1	EA	A	Área Protegida	Campo Grande(MS)
Ce289	PE Matas do Segredo	0	EA	A	Área Protegida	Campo Grande(MS)
Ce290	PE das Furnas do Bom Jesus	22	EA	A	Área Protegida	Pedregulho(SP)
Ce291	TI Limão Verde	54	A	A	Área Protegida	Aquidauana(MS)
Ce292	TI Nossa Senhora de Fátima	0	A	A	Área Protegida	Aquidauana(MS)
Ce293	TI Taunay-Ipegue	339	A	A	Área Protegida	Aquidauana(MS)
Ce294	A.P.E.E. Bacia Vargem das Flores	1	A	A	Área Protegida	Contagem(MG)
Ce295	TI Cachoeirinha	363	A	A	Área Protegida	Aquidauana(MS)
Ce296	A.P.E.E. Córrego Feio e Fundo	241	A	A	Área Protegida	Araxá(MG)
Ce297	PN da Serra do Cipó	321	EA	A	Área Protegida	Itabira(MG)
Ce298	APA Morro da Pedreira	1016	EA	EA	Área Protegida	Itabira(MG)
Ce299	FLONA de Paraopeba	2	A	A	Área Protegida	Paraopeba(MG)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce300	A.P.E.E. Córrego Confusão	174	A	A	Área Protegida	São Gotardo(MG)
Ce301	ESEC de Pirapitinga	14	EA	A	Área Protegida	Morada Nova de Minas(MG)
Ce302	PE Rio Preto	102	EA	A	Área Protegida	Felício dos Santos(MG)
Ce303	PE Biribiri	176	EA	MA	Área Protegida	Diamantina(MG)
Ce304	PE Serra Negra	142	EA	MA	Área Protegida	Itamarandiba(MG)
Ce305	PN das Emas	1327	EA	A	Área Protegida	Mineiros(GO)
Ce306	PE Nascentes do Rio Taquari	305	EA	EA	Área Protegida	Costa Rica(MS)
Ce307	A.P.E.E. Gruta Lapa Nova	9	A	A	Área Protegida	Vazante(MG)
Ce308	PN das Sempre-Vivas	1260	EA	EA	Área Protegida	Diamantina(MG)
Ce309	PE da Serra de Caldas Novas	122	EA	A	Área Protegida	Caldas Novas(GO)
Ce310	PE Sonora 2	52	EA	MA	Área Protegida	Sonora(MS)
Ce311	PE Sonora 1	27	EA	MA	Área Protegida	Sonora(MS)
Ce312	ESEC Acauã	66	EA	A	Área Protegida	Turmalina(MG)
Ce313	A.P.E.E. Córrego Espanha e Ribeirão S. Izabel	595	MA	A	Área Protegida	Paracatu(MG)
Ce314	PE de Paraúna	15	EA	A	Área Protegida	Paraúna(GO)
CeZc315	PN dos Lençóis Maranhenses	1389	EA	A	Área Protegida	Barreirinhas(MA)
Ce316	PE Grao-Mogol	355	EA	MA	Área Protegida	Grão Mogol(MG)
Ce317	FLONA de Silvânia	5	EA	A	Área Protegida	Silvânia(GO)
Ce318	PE Dom Osorio Stoffel	64	EA	EA	Área Protegida	Rondonópolis(MT)
Ce319	PE Altamiro de Moura Pacheco	36	EA	A	Área Protegida	Goiânia(GO)
Ce320	TI Tadarimana	95	A	A	Área Protegida	Rondonópolis(MT)
Ce321	REBIO Sagarana \ Moinho	1	EA	EA	Área Protegida	Riachinho(MG)
Ce322	REBIO Sagarana \ Mata Seca	95	EA	A	Área Protegida	Arinos(MG)
Ce323	REBIO Sagarana \ Logradouro	64	EA	A	Área Protegida	Arinos(MG)
Ce324	REBIO Sagarana \ Barra	13	EA	A	Área Protegida	Arinos(MG)
Ce325	TI Jarudore	48	A	A	Área Protegida	Poxoréo(MT)
Ce326	PE Rio Pardo	0	EA	EA	Área Protegida	Porteirinha(MG)
Ce327	RESEC do Gama	1	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce328	PE Serra Dourada	287	EA	A	Área Protegida	Goiás(GO)
Ce329	PE de Águas Quentes	24	EA	A	Área Protegida	Santo Antônio do Leverger(MT)
Ce330	ARIE Capetinga-Taquara	22	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce331	RESEC do IBGE	13	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce332	ARIE da Granja do Ipê	12	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce333	ESEC do Jardim Botânico de Brasília	50	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce334	ARIE Cerradão	1	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce335	ARIE Riacho Fundo	5	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce336	FLONA de Brasília	26	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce337	ARIE do Bosque	0	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce338	RESEC do Guará	2	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce339	ARIE Paranoá Sul	1	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce340	PE dos Pirineus	28	EA	A	Área Protegida	Pirenópolis(GO)
Ce341	PE Veredas do Acari	594	EA	MA	Área Protegida	São Francisco(MG)
Ce342	ARIE JK	94	EA	EA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce343	PN de Brasília	320	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce344	REBIO da Contagem	35	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce345	ESEC Serra das Araras	297	EA	MA	Área Protegida	Cáceres(MT)
Ce346	ARIE Águas de São João	0	MA	A	Área Protegida	Goiás(GO)
Ce347	ESEC de Aguas Emendadas	96	EA	MA	Área Protegida	Brasília(DF)
Ce348	PE Massairô Okamura 2	1	EA	A	Área Protegida	Cuiabá(MT)
Ce349	ESEC Rio da Casca 1	2	EA	A	Área Protegida	Campo Verde(MT)
Ce350	PE Massairô Okamura 1	1	EA	A	Área Protegida	Cuiabá(MT)
Ce351	PE Massairô Okamura 3	1	EA	A	Área Protegida	Cuiabá(MT)
Ce352	ESEC Rio da Casca 2	30	EA	A	Área Protegida	Cuiabá(MT)
Ce353	PE Serra das Araras	137	EA	MA	Área Protegida	Januária(MG)
Ce354	TI Merure	828	A	A	Área Protegida	Barra do Garças(MT)
Ce355	REBIO Serra Azul	75	EA	EA	Área Protegida	Jaíba(MG)
Ce356	PN da Chapada dos Guimarães	327	EA	MA	Área Protegida	Cuiabá(MT)
Ce357	PE Lagoa do Cajueiro	0	EA	EA	Área Protegida	Matias Cardoso(MG)
Ce358	PN Grande Sertão Veredas	2331	EA	A	Área Protegida	Januária(MG)
Ce359	TI São Marcos - MT	1733	A	A	Área Protegida	Barra do Garças(MT)
Ce360	PE Veredas do Peruaçu	287	EA	EA	Área Protegida	Januária(MG)
Ce361	TI Xakriabá Rancharia	64	EA	A	Área Protegida	Itacarambi(MG)
Ce362	TI Xacriabá	468	MA	A	Área Protegida	Januária(MG)
Ce363	PE Verde Grande	262	EA	EA	Área Protegida	Malhada(BA)
Ce364	TI Figueiras	99	A	A	Área Protegida	Tangará da Serra(MT)
Ce365	TI Chão Preto	127	A	A	Área Protegida	Campinápolis(MT)
Ce366	PE Gruta da Lagoa Azul	5	EA	EA	Área Protegida	Nobres(MT)
Ce367	TI Ubawawe	519	A	A	Área Protegida	Paranatinga(MT)
Ce368	TI Rio Formoso	197	A	A	Área Protegida	Tangará da Serra(MT)
Ce369	TI Juínia	706	A	A	Área Protegida	Tangará da Serra(MT)
Ce370	APA Nascentes do rio Cuiabá	4241	MA	MA	Área Protegida	Rosário Oeste(MT)
Ce371	TI Areões	1804	A	A	Área Protegida	Nova Xavantina(MT)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce372	TI Parabubure	2250	A	A	Área Protegida	Nova Xavantina(MT)
Ce373	PE Águas do Cuiabá	110	A	A	Área Protegida	Rosário Oeste(MT)
Ce374	TI Paresi	5639	A	A	Área Protegida	Tangará da Serra(MT)
Ce375	RVS das Veredas do Oeste Baiano	1295	EA	EA	Área Protegida	Cocos(BA)
Ce376	TI Santana	358	A	A	Área Protegida	Nobres(MT)
Ce377	PN da Chapada dos Veadeiros	652	EA	A	Área Protegida	Cavalcante(GO)
Ce378	TI Marechal Rondon	1001	A	A	Área Protegida	Paranatinga(MT)
Ce379	TI Ava-Canoeiro	389	EA	A	Área Protegida	Niquelândia(GO)
Ce380	REBIO Culuene	36	EA	MA	Área Protegida	Paranatinga(MT)
Ce381	PE de Terra Ronca	575	EA	MA	Área Protegida	São Domingos(GO)
Ce382	TI Utiariti	4106	A	A	Área Protegida	Campo Novo do Parecis(MT)
Ce383	TI Pimentel Barbosa	3279	EA	A	Área Protegida	Canarana(MT)
Ce384	RVS Queionios do Araguaia	792	EA	MA	Área Protegida	Canarana(MT)
Ce385	TI Tirecatina	1309	A	A	Área Protegida	Campo Novo do Parecis(MT)
Ce386	FLOES do Araguaia	122	EA	A	Área Protegida	São Miguel do Araguaia(GO)
Ce387	TI Nambikwara	10145	A	A	Área Protegida	Juína(MT)
Ce388	RVS Corixão da Mata Azul	338	EA	MA	Área Protegida	Cocalinho(MT)
Ce389	TI Pirineus de Souza	258	A	A	Área Protegida	Comodoro(MT)
Ce390	PE Araguaia 2	2216	EA	MA	Área Protegida	Formoso do Araguaia(TO)
Ce391	TI Enawenê-Nawê	7488	A	A	Área Protegida	Juína(MT)
Ce392	TI Menku	451	A	A	Área Protegida	Brasnorte(MT)
Ce393	APA Estadual do Rio de Janeiro	575	A	MA	Área Protegida	Barreiras(BA)
Ce394	PN do Araguaia	13622	EA	A	Área Protegida	São Miguel do Araguaia(GO)
Ce395	TI Cacique Fontoura	321	IC	A	Área Protegida	São Félix do Araguaia(MT)
Ce396	TI São Domingos - MT	59	IC	A	Área Protegida	São Félix do Araguaia(MT)
Ce397	ESEC Rio Preto	2165	EA	MA	Área Protegida	Santa Rita de Cássia(BA)
Ce398	RESEX Retireiros do Araguaia	674	MA	A	Área Protegida	Luciara(MT)
Ce399	ESEC Serra Geral do Tocantins	7213	EA	EA	Área Protegida	Formosa do Rio Preto(BA)
Ce400	TI Inawebohona	3782	A	A	Área Protegida	Lagoa da Confusão(TO)
Ce401	TI Tapirapé/Karajá	662	IC	A	Área Protegida	Santa Terezinha(MT)
Ce402	PE do Jalapão	1602	EA	EA	Área Protegida	Mateiros(TO)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ce403	APA do Jalapão	3426	EA	EA	Área Protegida	Formosa do Rio Preto(BA)
Ce404	APA Lago de Palmas	3510	IC	MA	Área Protegida	Porto Nacional(TO)
Ce405	PN do Araguaia	1834	EA	MA	Área Protegida	Santa Terezinha(MT)
Ce406	PE do Lajeado	108	EA	A	Área Protegida	Palmas(TO)
Ce407	PN Nascentes do Parnaíba	7372	EA	EA	Área Protegida	Corrente(PI)
Ce408	TI Funil	159	A	A	Área Protegida	Miracema do Tocantins(TO)
Ce409	PE do Cantão	995	EA	A	Área Protegida	Santana do Araguaia(PA)
Ce410	APA Ilha do Bananal - Cantão	14746	EA	MA	Área Protegida	Conceição do Araguaia(PA)
Ce411	TI Xerente	1661	A	A	Área Protegida	Pedro Afonso(TO)
Ce412	PN da Serra das Confusões	5326	EA	EA	Área Protegida	Canto do Buriti(PI)
Ce413	ESEC de Uruçui - Una	2058	EA	MA	Área Protegida	Bom Jesus(PI)
Ce414	TI Kraolandia	3078	A	A	Área Protegida	Goiatins(TO)
Ce415	M.N. das Árvores Fossilizada do Est de TO	294	EA	A	Área Protegida	Filadélfia(TO)
Ce416	PN Chapada das Mesas	1611	EA	MA	Área Protegida	Carolina(MA)
Ce417	PE do Mirador	5851	EA	EA	Área Protegida	Tuntum(MA)
Ce418	TI Porquinhos	803	A	A	Área Protegida	Barra do Corda(MA)
Ce419	TI Apinayé	1440	A	A	Área Protegida	Tocantinópolis(TO)
Ce420	TI Kanela	1271	A	A	Área Protegida	Barra do Corda(MA)
Ce421	TI Krikati	1462	A	A	Área Protegida	Amarante do Maranhão(MA)
Ce422	TI Bacurizinho	835	A	A	Área Protegida	Barra do Corda(MA)
Ce423	TI Rodeador	23	A	A	Área Protegida	Barra do Corda(MA)
Ce424	TI Cana Brava/Guajajara	1370	A	A	Área Protegida	Barra do Corda(MA)
Ce425	RESEX Mata Grande	130	A	EA	Área Protegida	Imperatriz(MA)
Ce426	TI Urucú-Juruá	129	A	A	Área Protegida	Grajaú(MA)
Ce427	TI Lagoa Comprida	136	EA	A	Área Protegida	Jenipapo dos Vieiras(MA)
Ce428	RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins	92	A	EA	Área Protegida	Buriti do Tocantins(TO)
CeZc429	RESEX Lago da Taboa	157	EA	EA	Área Protegida	Barreirinhas(MA)
CeZc430	APA Foz do Rio Preguiças/Peq.Lençóis	1101	MA	MA	Área Protegida	Barreirinhas(MA)
CeZc431	RESEX Marinha do Delta do Parnaíba	276	EA	MA	Área Protegida	Araioses(MA)
CeZc432	APA Fóz do Rio Preguiças	45	EA	EA	Área Protegida	Paulino Neves(MA)

Caatinga

Tabela 11.9.4 – Lista de Áreas Prioritárias para o Bioma Caatinga com seus respectivos: código, área (km²), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km ²)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ca001	Jaliba	9194	EA	MA	Inventário	Janaúba(MG)
Ca002	Jacaraci	8561	IC	EA	Recuperação	Caetité(BA)
Ca003	Corredor do Rio Japoré	2511	EA	A	Outras	Jaliba(MG)
Ca004	Guanambi	1015	IC	MA	Fomento Uso Sust.	Guanambi(BA)
Ca005	Manoel Vitorino	117	IC	A	Inventário	Manoel Vitorino(BA)
Ca006	Lagoa Real	816	EA	EA	Cria UC - PI	Caetité(BA)
Ca007	Contendas do Sincorá	725	IC	MA	Mosaico/Corredor	Barra da Estiva(BA)
Ca008	Igaporá	457	IC	A	Recuperação	Caetité(BA)
Ca009	Serra do Barbado	2538	EA	EA	Cria UC - PI	Brumado(BA)
Ca010	Riacho de Santana	1652	IC	MA	Cria UC - Indef.	Bom Jesus da Lapa(BA)
Ca011	Ibicoara	572	IC	EA	Recuperação	Barra da Estiva(BA)
Ca012	Itaeté Iramaia	2323	EA	EA	Recuperação	Jequié(BA)
Ca013	Maracás	488	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Maracás(BA)
Ca014	Bom Jesus da Lapa	2656	IC	EA	Recuperação	Bom Jesus da Lapa(BA)
Ca015	Paramirim	3710	A	A	Recuperação	Livramento de Nossa Senhora(BA)
Ca016	Serra da Jibóia	1473	EA	EA	Cria UC - PI	Amargosa(BA)
Ca017	Andaraí Mucugê	811	EA	EA	Recuperação	Andaraí(BA)
Ca018	Milagres	949	MA	EA	Recuperação	Ipirá(BA)
Ca019	Oliveira dos Brejinhos	6274	IC	EA	Cria UC - Indef.	Bom Jesus da Lapa(BA)
Ca020	Marimbus/Iraquara	1716	EA	EA	Cria UC - PI	Seabra(BA)
Ca021	Orobó	10833	MA	MA	Recuperação	Feira de Santana(BA)
Ca022	Dois Riachos	733	IC	A	Inventário	Seabra(BA)
Ca023	Região Morro do Chapéu	5689	EA	A	Mosaico/Corredor	Morro do Chapéu(BA)
Ca024	Serra de Brotas de Macaúbas	3947	IC	EA	Cria UC - Indef.	Xique-Xique(BA)
Ca025	MONA Cachoeira do Ferro Doido	4	EA	EA	Recuperação	Morro do Chapéu(BA)
Ca026	Nova Soure	141	IC	A	Outras	Nova Soure(BA)
Ca027	Polígono do Sisal	3123	A	MA	Recuperação	Jacobina(BA)
Ca028	Serra de Jacobina	5699	EA	EA	Cria UC - PI	Jacobina(BA)
Ca029	Gentio do Ouro	10961	EA	EA	Cria UC - Indef.	Xique-Xique(BA)
Ca030	Serra do Tombador	2112	A	A	Recuperação	Jacobina(BA)
Ca031	Serra Negra (SE)	417	IC	EA	Cria UC - Indef.	Lagarto(SE)
Ca032	Queimadinha	87	IC	A	Mosaico/Corredor	Queimadas(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ca033	Corredor dos Brejões	1699	EA	MA	Cria UC - Indef.	Morro do Chapéu(BA)
Ca034	Filadelfia	1419	A	A	Recuperação	Itiúba(BA)
Ca035	Tucano (BA)	1004	IC	A	Inventário	Eucides da Cunha(BA)
Ca036	Serra de Pitiúba	149	IC	A	Mosaico/Corredor	Itiúba(BA)
Ca037	Uburanas	685	A	MA	Recuperação	Ourolândia(BA)
Ca038	Caminho de Lampião	1815	IC	A	Fomento Uso Sust.	Simão Dias(SE)
Ca039	Guigó de Coimbra	1603	EA	MA	Cria UC - Indef.	Nossa Senhora da Glória(SE)
Ca040	Arara-azul-de-lear	2574	MA	EA	Mosaico/Corredor	Monte Santo(BA)
Ca041	Nascentes do Rio Plauí	633	EA	A	Outras	Penedo(AL)
Ca042	Boqueirão(BA)	17188	EA	EA	Cria UC - PI	Petrolina(PE)
CaZc043	Região de Olho d'água Grande	674	EA	A		Girau do Ponciano(AL)
Ca044	Monte Santo/Canudos	3361	EA	MA	Mosaico/Corredor	Monte Santo(BA)
Ca045	Entorno da ESEC Raso da Catarina	3199	EA	A	Mosaico/Corredor	Paulo Afonso(BA)
Ca046	Xingó	3427	EA	EA	Cria UC - PI	Paulo Afonso(BA)
Ca047	Região da Carrancas	3199	MA	MA	Recuperação	Petrolina(PE)
Ca048	Vereda Pimenteira	3579	A	A	Recuperação	Remanso(BA)
Ca049	Riacho Grande	224	MA	A	Outras	São José da Tapera(AL)
Ca050	Pião Arcado	4226	EA	EA	Recuperação	Remanso(BA)
Ca051	Área de Remanso	467	MA	A	Recuperação	Casa Nova(BA)
Ca052	Região de Senador Rui Palmeira	188	MA	A	Outras	Santana do Ipanema(AL)
Ca053	Rio Curaçá e Serras	3091	EA	EA	Cria UC - Indef.	Juazeiro(BA)
Ca054	Calha do Rio São Francisco	3992	EA	EA	Cria UC - PI	Petrolina(PE)
Ca055	Nascentes do Riacho do Mel	327	EA	A	Outras	Canapi(AL)
Ca056	Riacho do Fundo	985	MA	MA	Mosaico/Corredor	Curaçá(BA)
Ca057	Petrolândia	955	MA	MA	Recuperação	Petrolândia(PE)
Ca058	Casa Nova	7452	A	MA	Cria UC - US	Petrolina(PE)
Ca059	São Raimundo Nonato	7252	MA	EA	Mosaico/Corredor	Casa Nova(BA)
Ca060	Rodelas	414	MA	MA	Recuperação	Macururé(BA)
Ca061	Rio Moxotó	844	EA	MA	Recuperação	Ibimirim(PE)
Ca062	Baxio da Melância	2732	EA	EA	Cria UC - US	Santa Maria da Boa Vista(PE)
Ca063	Pesqueira	1209	MA	MA	Recuperação	Pesqueira(PE)
Ca064	Petrolina	4548	MA	MA	Cria UC - PI	Petrolina(PE)
Ca065	Floresta	1250	MA	MA	Recuperação	Petrolândia(PE)
Ca066	Entorno da ReBio Serra Negra	140	A	MA	Mosaico/Corredor	Petrolândia(PE)
Ca067	Corredor Capivara/Confusões	4769	EA	MA	Cria UC - PI	São Raimundo Nonato(PI)
Ca068	Riacho do Mansinho	255	IC	A	Inventário	Casa Nova(BA)
Ca069	Brejo dos Cavalos	171	EA	EA	Recuperação	Caruaru(PE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ca070	Caboclo	6738	MA	MA	Cria UC - PI	Petrolina(PE)
Ca071	Serra do Arapuá	1440	A	A	Cria UC - US	Serra Talhada(PE)
Ca072	Serra do Capim	1401	A	A	Fomento Uso Sust.	Serra Talhada(PE)
Ca073	Brejo da Madre de Deus	292	EA	EA	Recuperação	Belo Jardim(PE)
Ca074	Custódia	2484	A	A	Recuperação	Sertânia(PE)
Ca075	Serra Negra de Bezerras	92	EA	MA	Recuperação	Gravatá(PE)
Ca076	Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas	290	MA	EA	Cria UC - Indef.	Salgueiro(PE)
Ca077	Cabeceiras do Capibaribe	5936	EA	EA	Cria UC - PI	Caruaru(PE)
Ca078	Ouricuri	3142	A	EA	Mosaico/Corredor	Araripina(PE)
Ca079	Cabrobó	4095	MA	EA	Recuperação	Ouricuri(PE)
Ca080	São João do Tigre	1041	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Arcoverde(PE)
Ca081	Brejo de Taquaritinga	445	EA	EA	Cria UC - PI	Caruaru(PE)
Ca082	Sertânia	590	A	A	Recuperação	Sertânia(PE)
Ca083	Brejo da Princesa	606	MA	A	Cria UC - Indef.	Serra Talhada(PE)
Ca084	Brejos de Natuba	331	EA	MA	Cria UC - Indef.	Bom Jardim(PE)
Ca085	Núcleo central da caatinga piauiense	19687	EA	EA	Cria UC - Indef.	Oeiras(PI)
Ca086	Cabeceiras	2810	EA	EA	Mosaico/Corredor	Campina Grande(PB)
Ca087	Serra do Cariri	2755	MA	A	Cria UC - Indef.	Serra Talhada(PE)
Ca088	Araripe	2328	MA	MA	Recuperação	Paulistana(PI)
Ca089	Curral Velho	1081	MA	MA	Recuperação	Itaporanga(PB)
Ca090	Conceição	412	MA	MA	Cria UC - Indef.	Mauriti(CE)
Ca091	Cariris Velho/Sumé	608	MA	EA	Recuperação	São José do Egito(PE)
Ca092	Juru	882	EA	A	Fomento Uso Sust.	Tavares(PB)
Ca093	Chapada do Araripe (Leste)	780	EA	EA	Cria UC - PI	Crato(CE)
Ca094	Fagundes	1904	MA	MA	Cria UC - Indef.	Campina Grande(PB)
Ca095	Flores do Piauí	1066	A	A	Fomento Uso Sust.	Itaueira(PI)
Ca096	Tamandú	760	EA	A	Cria UC - Indef.	Teixeira(PB)
Ca097	Vale do Itaueira/Gurguéia	6493	MA	EA	Cria UC - Indef.	Florianópolis
Ca098	Piranhas	1509	MA	MA	Cria UC - Indef.	Cajazeiras(PB)
Ca099	Juazeirinho	966	MA	A	Recuperação	Juazeirinho(PB)
Ca100	Kariris	2202	EA	EA	Cria UC - Indef.	Juazeiro do Norte(CE)
Ca101	Brejo	1351	EA	EA	Cria UC - Indef.	Guarabira(PB)
Ca102	Algodão de Jandaira	729	MA	A	Cria UC - Indef.	Esperança(PB)
Ca103	Região de Picos	3897	A	EA	Cria UC - Indef.	Picos(PI)
Ca104	Parelhas	940	IC	EA	Inventário	Parelhas(RN)
Ca105	Lavras do Mangabeira	1276	A	EA	Recuperação	Várzea Alegre(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ca106	Bananeiras	907	MA	MA	Cria UC - Indef.	Guarabira(PB)
Ca107	Vista Serrana	721	MA	MA	Cria UC - Indef.	Paulista(PB)
Ca108	Englobou o CE31 - AIUABA	2442	EA	MA	Mosaico/Corredor	Parambu(CE)
Ca109	Avuante	76	EA	EA	Cria UC - PI	Aiuaba(CE)
Ca110	Sousa	705	EA	MA	Cria UC - PI	Sousa(PB)
Ca111	Estação Ecológica de Seridó	12	EA	A	Recuperação	Serra Negra do Norte(RN)
Ca112	Cariús	748	A	MA	Recuperação	Iguatu(CE)
Ca113	Curimataú Oriental	318	EA	A	Recuperação	Cacimba de Dentro(PB)
Ca114	Chapada Grande	2769	EA	EA	Cria UC - US	Oeiras(PI)
Ca115	Pereiro-de-tinta	1348	EA	EA	Cria UC - PI	Parambu(CE)
Ca116	Acari	793	EA	EA	Cria UC - PI	Currais Novos(RN)
Ca117	Brejo do Cruz	321	IC	MA	Cria UC - Indef.	Catolé do Rocha(PB)
Ca118	Santarém	2480	IC	EA	Cria UC - Indef.	Icó(CE)
Ca119	Pimenteiras (PI)	3932	MA	A	Cria UC - Indef.	São Miguel do Tapuio(PI)
Ca120	Tangará	1274	MA	MA	Cria UC - Indef.	Macalba(RN)
Ca121	Tauá	2434	MA	EA	Mosaico/Corredor	Tauá(CE)
Ca122	São Tomé	2108	EA	MA	Cria UC - Indef.	Currais Novos(RN)
Ca123	Orós	458	A	MA	Recuperação	Icó(CE)
Ca124	Acopiara	1590	A	MA	Mosaico/Corredor	Iguatu(CE)
Ca125	Martins	970	EA	EA	Cria UC - Indef.	Pau dos Ferros(RN)
Ca126	Ererê	538	MA	MA	Recuperação	Pau dos Ferros(RN)
Ca127	Jaguaribe	669	MA	EA	Recuperação	Jaguaribe(CE)
Ca128	Ilhas do Castanhão	701	A	EA	Outras	Jaguaribe(CE)
Ca129	Serra da Micaela	322	MA	MA	Cria UC - PI	Jaguaribe(CE)
Ca130	Lages	779	A	A	Inventário	Cerro Corá(RN)
Ca131	Médio Parnaíba	7533	A	EA	Cria UC - Indef.	Teresina(PI)
Ca132	Nascente do Rio Jucá	344	EA	EA	Recuperação	Tauá(CE)
Ca133	Pedro Avelino	930	MA	A	Fomento Uso Sust.	Santana do Matos(RN)
Ca134	Caraúbas	1997	MA	MA	Cria UC - Indef.	Apodi(RN)
Ca135	Monsenhor Gil	3228	A	A	Fomento Uso Sust.	Demerval Lobão(PI)
Ca136	Castelo do Piauí	5725	EA	MA	Cria UC - PI	São Miguel do Tapuio(PI)
Ca137	Pureza	359	EA	MA	Cria UC - Indef.	Touros(RN)
Ca138	Monte Nebo	4942	MA	EA	Mosaico/Corredor	Cratêus(CE)
CaZc139	Açu	5084	EA	EA	Cria UC - Indef.	Mossoró(RN)
Ca140	Pedra Branca (CE)	3570	EA	EA	Cria UC - PI	Quixeramobim(CE)
Ca141	João Câmara	1598	EA	A	Cria UC - Indef.	João Câmara(RN)
Ca142	Faveleira	824	A	MA	Cria UC - PI	Tauá(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
CaZc143	São Miguel (RN)	76	A	EA	Cria UC - PI	Touros(RN)
Ca144	Carnaúba	813	A	MA	Recuperação	Morada Nova(CE)
CaZc145	Complexo estuarino Porto do Mangue-Macau	481	EA	EA	Mosaico/Corredor	Macau(RN)
CaZc146	Complexo estuarino do Amará-Galinhos	371	EA	EA	Mosaico/Corredor	Macau(RN)
CaZc147	Tabuleiros de Caiçara do Norte	147	A	EA	Cria UC - PI	São Miguel do Gostoso(RN)
Ca148	Reserva Natural Serra das Almas - RPPNs	62	EA	A	Outras	Cratêus(CE)
Ca149	Serra do Estevão	1270	MA	EA	Cria UC - PI	Quixadá(CE)
CaZc150	Ponta do Mel/Dunas do Rosado	137	MA	MA		Areia Branca(RN)
CaZc151	Estuário do Rio Mossoró	330	EA	EA	Cria UC - Indef.	Mossoró(RN)
Ca152	Cratêus	2663	MA	EA	Cria UC - PI	Cratêus(CE)
CaZc153	Plataforma interna do Rio Grande do Norte	5339	MA	MA	Cria UC - PI	Touros(RN)
Ca154	São Joaquim	464	EA	EA	Cria UC - PI	Quixeramobim(CE)
Ca155	Campo Maior	538	EA	MA	Cria UC - PI	Campo Maior(PI)
Ca156	Mulungu	327	MA	MA	Recuperação	Russas(CE)
Ca157	Icapuí	836	EA	EA	Cria UC - PI	Aracati(CE)
Ca158	Alto Poty	2744	EA	MA	Cria UC - PI	Cratêus(CE)
Ca159	Sítio Olho D'água	146	IC	A	Outras	Aracati(CE)
Ca160	Corredor de fauna Fazenda Belém	20	IC	A	Outras	Aracati(CE)
Ca161	Poranga	1469	MA	MA	Cria UC - Indef.	Cratêus(CE)
Ca162	Pau branco	253	MA	A	Recuperação	Quixadá(CE)
Ca163	Tatajuba	1306	MA	A	Recuperação	Ipu(CE)
CaZc164	Litoral Icapui/Aracati	2390	EA	EA	Cria UC - Indef.	Aracati(CE)
CaZc165	Estuário do Rio Jaguaribe	538	EA	MA	Cria UC - Indef.	Aracati(CE)
Ca166	Serra do Machado/Serra das Matas	1835	EA	EA	Cria UC - US	Canindé(CE)
Ca167	Cocal de Telha	441	MA	A	Mosaico/Corredor	Piripiri(PI)
Ca168	Complexo Boqueirão	302	MA	MA	Ordenamento	Capitão de Campos(PI)
Ca169	Piranji	377	MA	EA	Cria UC - PI	Cascavel(CE)
CaZc170	Estuário do Rio Pirangi	376	MA	A		Beberibe(CE)
Ca171	Região da Puba	227	A	A	Mosaico/Corredor	José de Freitas(PI)
Ca172	Aracoiaba	1548	MA	MA	Cria UC - Indef.	Maranguape(CE)
CaZc173	Beberibe	651	MA	MA	Cria UC - PI	Cascavel(CE)
Ca174	Cariri	877	A	EA	Inventário	Piripiri(PI)
Ca175	Maciço de Baturité	979	EA	EA	Cria UC - PI	Maranguape(CE)
Ca176	Carnaubal	514	A	MA	Recuperação	São Benedito(CE)
Ca177	Xinuaqué	1690	EA	EA	Recuperação	Sobral(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
CaZc178	Litoral Beberibe-Cascavel	428	MA	MA		Aquiraz(CE)
Ca179	Gruta dos Morcegos	572	MA	MA	Cria UC - Indef.	Ipu(CE)
Ca180	Pacoti	1183	A	EA	Recuperação	Fortaleza(CE)
Ca181	Serra da Aratânia	197	EA	MA	Cria UC - PI	Maracanaú(CE)
CaZc182	Plataforma Interna Costa leste do Ceará	3150	A	EA	Ordenamento Pesqueiro	Fortaleza(CE)
Ca183	Corredor ecológico Serras de Maranguape-Aratânia	27	A	A	Mosaico/Corredor	Maracanaú(CE)
Ca184	Cocais 2	963	A	A	Cria UC - US	Barras(PI)
Ca185	Serra de Maranguape	88	EA	EA	Cria UC - PI	Caucaia(CE)
CaZc186	Estuário dos rios Pacoti/Cocó	328	A	MA		Fortaleza(CE)
Ca187	Serra das Vertentes	477	A	A	Mosaico/Corredor	Itapagé(CE)
Ca188	Serra do Juá	2243	A	MA	Fomento Uso Sust.	Caucaia(CE)
Ca189	Serra da Ibiapaba	4439	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Tianguá(CE)
Ca190	Lagoas do Baixo Parnaíba	4670	MA	MA	Cria UC - Indef.	Barras(PI)
CaZc191	Estuário Rio Ceará	44	MA	MA		Fortaleza(CE)
Ca192	P. Bot. do Ceará	2	A	A	Outras	Caucaia(CE)
Ca193	Frecheirinha	255	A	MA	Recuperação	Tianguá(CE)
CaZc194	Lagamar e Dunas do Cauípe	73	MA	MA		Caucaia(CE)
Ca195	Serra de Uruburetama	775	EA	MA	Cria UC - US	Itapipoca(CE)
CaZc196	Enseada do Mucuripe	649	MA	EA		Fortaleza(CE)
Ca197	Serra da Meruoca	568	EA	MA	Cria UC - US	Sobral(CE)
CaZc198	Pecém	96	A	A		Caucaia(CE)
CaZc199	Bacia do Siupé	50	IC	MA	Inventário	São Gonçalo do Amarante(CE)
Ca200	Mundaú	442	A	MA	Cria UC - PI	Itapipoca(CE)
Ca201	Acaraú	1968	A	EA	Recuperação	Sobral(CE)
Ca202	Cruzeiro	643	A	A	Recuperação	Itapipoca(CE)
CaZc203	Litoral Trairi/Paracuru	306	A	A		Trairi(CE)
CaZc204	Área Recifal Paracuru/Trairi	263	MA	EA	Cria UC - Indef.	Paracuru(CE)
Ca205	Guaribas	2440	EA	EA	Cria UC - PI	Camocim(CE)
CaZc206	Estuário do rio Mundaú	169	MA	MA		Itapipoca(CE)
CaZc207	Dunas de Caetanos	192	IC	A	Inventário	Itapipoca(CE)
CaZc208	Baixo Parnaíba (Delta)	1714	EA	EA	Cria UC - PI	Parnaíba(PI)
CaZc209	Estuário do Aracati-Açú	679	MA	A	Ordenamento	Amontada(CE)
CaZc210	Sul da APA Foz do Rio Preguiças	66	MA	MA	Recuperação	Parnaíba(PI)
CaZc211	RVS Peixe-boi marinho	234	EA	EA	Cria UC - PI	Luís Correia(PI)
CaZc212	Lagoas Costeiras de Camocim (leste)	516	IC	MA	Inventário	Camocim(CE)
CaZc213	Lagoas Costeiras de Camocim Oeste	268	IC	MA	Cria UC - Indef.	Camocim(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
CaZc214	Litoral de Barroquinha	390	MA	EA		Camocim(CE)
CaZc215	Estuário do Coreaú	359	MA	MA		Camocim(CE)
CaZc216	Lagoas costeiras de Acaraú e Jijoca	208	IC	A	Inventário	Acaraú(CE)
CaZc217	Plataforma Interna Costa Oeste do Ceará	8773	A	A	Ordenamento Pesqueiro	Acaraú(CE)
CaZc218	Complexo estuarino de Itarema	947	EA	EA	Cria UC - Indef.	Acaraú(CE)
CaZc219	Estuário do Rio Timonha	447	EA	EA	Cria UC - Indef.	Barroquinha(CE)
CaZc220	Estuário do Rio Acaraú	458	MA	MA		Acaraú(CE)
Ca221	PE Rio Pardo	129	EA	EA	Área Protegida	Porteirinha(MG)
Ca222	PN Cavernas do Peruacu	572	IC	MA	Área Protegida	Januária(MG)
Ca223	REBIO Jaíba	54	EA	A	Área Protegida	Jaíba(MG)
Ca224	PE Lagoa do Cajueiro	215	EA	A	Área Protegida	Itacarambi(MG)
Ca225	PE Mata Seca	105	EA	A	Área Protegida	Manga(MG)
Ca226	FLONA Contendas do Sincorá	115	IC	MA	Área Protegida	Tanhaçu(BA)
Ca227	ARIE do Rio de Contas	49	EA	EA	Área Protegida	Piatã(BA)
Ca228	PN da Chapada Diamantina	1532	EA	EA	Área Protegida	Ibicoara(BA)
Ca229	ARIE da Serra do Orobó	76	EA	EA	Área Protegida	Itaberaba(BA)
Ca230	TI Barra	1	IC	A	Área Protegida	Muquém de São Francisco(BA)
Ca231	TI Ibotirama	21	IC	A	Área Protegida	Ibotirama(BA)
Ca232	PE das Sete Passagens	29	EA	EA	Área Protegida	Miguel Calmon(BA)
Ca233	PE Morro do Chapéu	497	EA	EA	Área Protegida	Morro do Chapéu(BA)
Ca234	TI Kiriri	127	IC	MA	Área Protegida	Tucano(BA)
Ca235	TI Massacara	83	IC	MA	Área Protegida	Euclides da Cunha(BA)
Ca236	APA Dunas e Veredas do Bx e Md S. Francisco	11147	EA	EA	Área Protegida	Xique-Xique(BA)
Ca237	TI Kariri-Xocó	46	EA	A	Área Protegida	Porto Real do Colégio(AL)
Ca238	TI Aconã	3	EA	A	Área Protegida	Traipu(AL)
Ca239	ARIE Cocorobó	77	EA	EA	Área Protegida	Jeremoabo(BA)
Ca240	ESEC Raso da Catarina	1086	EA	EA	Área Protegida	Paulo Afonso(BA)
Ca241	TI Fazenda Canto	3	A	A	Área Protegida	Palmeira dos Índios(AL)
Ca242	TI Mata da Cafurna	1	A	A	Área Protegida	Palmeira dos Índios(AL)
Ca243	TI Pankararé	492	EA	MA	Área Protegida	Paulo Afonso(BA)
Ca244	TI Jeripancó	7	MA	A	Área Protegida	Pariconha(AL)
Ca245	TI Fulni-ô	120	MA	A	Área Protegida	Águas Belas(PE)
Ca246	TI Kantaruré	19	IC	MA	Área Protegida	Glória(BA)
Ca247	TI Pankararu	165	EA	A	Área Protegida	Petrolândia(PE)
Ca249	TI Kambiá	327	A	A	Área Protegida	Floresta(PE)
Ca250	REBIO de Serra Negra	6	EA	EA	Área Protegida	Floresta(PE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ca251	TI Kapinawá	129	A	A	Área Protegida	Buique(PE)
Ca252	PN da Serra da Capivara	936	EA	A	Área Protegida	São Raimundo Nonato(PI)
Ca253	PN do Catimbau	649	EA	EA	Área Protegida	Buíque(PE)
Ca254	TI Truka	45	EA	A	Área Protegida	Cabrobó(PE)
Ca255	TI Xukuru	290	MA	A	Área Protegida	Pesqueira(PE)
Ca256	TI Atikum	169	A	A	Área Protegida	Salgueiro(PE)
Ca257	APA Araripe - Santa Filomena	384	MA	EA	Área Protegida	Araripina(PE)
Ca258	APA Chapada do Araripe - Catolé	503	EA	MA	Área Protegida	Brejo Santo(CE)
Ca259	APA Chapada do Araripe - Sul	2830	EA	EA	Área Protegida	Crato(CE)
Ca260	APA Chapada do Araripe - Enclaves	543	EA	EA	Área Protegida	Araripina(PE)
Ca261	APA Chapada do Araripe - Araripe oriental	364	EA	MA	Área Protegida	Exu(PE)
Ca262	APA Chapada do Araripe - Oeste	1523	EA	EA	Área Protegida	Araripina(PE)
Ca263	FLONA Araripe-Apoide	395	EA	MA	Área Protegida	Crato(CE)
Ca264	APA Chapada do Araripe - Soldadinho do Araripe	919	EA	EA	Área Protegida	Crato(CE)
Ca265	APA Chapada do Araripe - Gruta das onças	994	A	MA	Área Protegida	Araripe(CE)
Ca266	APA Chapada do Araripe - Cacique Araripe	343	MA	MA	Área Protegida	Exu(PE)
Ca267	APA Chapada do Araripe - Kariri-Oeste	817	MA	MA	Área Protegida	Campos Sales(CE)
Ca268	ESEC de Aiuba	121	EA	MA	Área Protegida	Aiuba(CE)
Ca269	ESEC do Castanhão	130	EA	EA	Área Protegida	Alto Santo(CE)
Ca270	APA Serra da Ibiapaba - Rio Parafuso	1042	MA	A	Área Protegida	Pedro II(PI)
Ca271	Nascentes do Rio dos Matos	381	EA	MA	Área Protegida	Piripiri(PI)
CaZc272	APA da Lagoa de Uruaú	28	A	A	Área Protegida	Beberibe(CE)
Ca273	Parque Nacional de Sete Cidades	64	EA	MA	Área Protegida	Piracuruca(PI)
CaZc274	TI Genipapo Canindé (não reconhecida)	18	A	A	Área Protegida	Aquiraz(CE)
CaZc275	RESEX do Batoque	74	A	A	Área Protegida	Aquiraz(CE)
CaZc276	APA do Rio Pacoti	30	MA	EA	Área Protegida	Fortaleza(CE)
CaZc277	PE do Rio Cocó	11	A	A	Área Protegida	Fortaleza(CE)
Ca278	FLONA Sobral	10	MA	MA	Área Protegida	Sobral(CE)
Ca279	Carrasco da Ibiapaba	695	MA	MA	Área Protegida	Tianguá(CE)
Ca280	PN de Ubajara	64	EA	A	Área Protegida	Tianguá(CE)
CaZc281	APA do Estuário do Rio Ceará	25	MA	MA	Área Protegida	Fortaleza(CE)
Ca282	Cocais	1091	A	A	Área Protegida	Piracuruca(PI)
CaZc283	PE Marinho da Pedra da Risca do Meio	39	EA	MA	Área Protegida	
CaZc284	ESEC do Pecém	10	IC	A	Área Protegida	Caucaia(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
CaZc285	APA do Pecém	1	IC	A	Área Protegida	São Gonçalo do Amarante(CE)
CaZc288	APA das Dunas da Lagoinha	5	IC	A	Área Protegida	Trairi(CE)
Ca289	PE das Carnaúba	103	EA	MA	Área Protegida	Granja(CE)
CaZc290	APA do Estuário Rio Mundaú	16	MA	EA	Área Protegida	Itapipoca(CE)
CaZc291	Timonha	1039	MA	MA	Área Protegida	Granja(CE)
CaZc292	TI Córrego João Pereira	33	A	A	Área Protegida	Acarajú(CE)
CaZc293	APA Delta do Parnaíba	264	EA	EA	Área Protegida	Luis Correia(PI)
CaZc294	APA da Lagoa de Jijoca	40	A	MA	Área Protegida	Cruz(CE)
CaZc295	PN de Jericoacoara	86	A	MA	Área Protegida	Cruz(CE)

Mata Atlântica

Tabela 11.9.5 – Lista de Áreas Prioritárias para o Bioma Mata Atlântica com seus respectivos: código, área (km2), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma001	Foz da Maquiné	20	MA	EA	Mosaico/Corredor	Maquiné(RS)
MaZc002	Foz do R. Três Forquilhas	31	A	A	Mosaico/Corredor	Três Cachoeiras(RS)
Ma003	Contrafontes do Ferrabraz	202	MA	EA	Mosaico/Corredor	Sapiranga(RS)
Ma004	Brochier e Maratá	328	A	EA	Recuperação	Montenegro(RS)
Ma005	Botucarai	1935	MA	EA	Recuperação	Santa Cruz do Sul(RS)
Ma006	Quarta Colônia	1272	MA	EA	Recuperação	Santa Maria(RS)
Ma007	Vale dos Sinos	132	A	A	Mosaico/Corredor	Carlos Barbosa(RS)
MaZc008	Complexo Lagoa do Forno e Jacaré	152	EA	EA	Cria UC - PI	Torres(RS)
Ma009	Mata	1000	EA	EA	Mosaico/Corredor	Santiago(RS)
Ma010	Westfallia	427	A	MA	Inventário	Teutônia(RS)
Ma011	Serra do Silverão e Jozafá	315	MA	A	Cria UC - PI	São Francisco de Paula(RS)
Ma012	Nova Esperança do Sul	479	EA	EA	Mosaico/Corredor	Santiago(RS)
Ma013	Vale do Caí	663	MA	EA	Cria UC - Indef.	Caxias do Sul(RS)
Ma014	Boqueirão(RS)	145	A	A	Mosaico/Corredor	Santa Cruz do Sul(RS)
Ma015	Campos de São Francisco	2167	MA	MA	Cria UC - PI	Canela(RS)
Ma016	Mata Paludosa - Santa Rosa do Sul	29	EA	EA	Cria UC - PI	Santa Rosa do Sul(SC)
MaZc017	Lagoas costeiras do extremo sul de SC	664	EA	MA	Cria UC - Indef.	Criciúma(SC)
Ma018	Escarpas da Serra Geral	3820	EA	EA	Cria UC - PI	Criciúma(SC)
Ma019	Muçum	1498	MA	MA	Inventário	Caxias do Sul(RS)
Ma020	Nascente do Antas	1631	MA	EA	Mosaico/Corredor	São Francisco de Paula(RS)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma021	Rio das Antas	640	MA	MA	Mosaico/Corredor	Caxias do Sul(RS)
MaZc022	Ponto do Peixe	5	IC	A	Inventário	Içara(SC)
Ma023	Reio das Antas	749	EA	EA	Mosaico/Corredor	São Francisco de Paula(RS)
Ma024	Campos de Bom Jesus	1389	EA	EA	Cria UC - PI	Bom Jesus(RS)
MaZc025	Ecótono do cabo de Sta Marta	2167	EA	EA	Cria UC - PI	Tubarão(SC)
Ma026	Butiazal de Laguna	29	EA	EA	Educ. Ambiental	Laguna(SC)
Ma027	Represa Ernestina	158	EA	EA	Recuperação	Passo Fundo(RS)
Ma028	Corredor do Pelotas	4361	EA	EA	Cria UC - PI	Lages(SC)
MaZc029	Mirim	24	MA	EA	Recuperação	Imbituba(SC)
Ma030	Bozano-Ajuricaba	728	EA	EA	Mosaico/Corredor	Ijuí(RS)
Ma031	Rio Telha	298	MA	MA	Recuperação	Ciríaco(RS)
MaZc032	Passarim	267	A	A	Recuperação	Palhoça(SC)
Ma033	Campo do Planalto das Araucárias	4926	EA	EA	Cria UC - PI	Lages(SC)
Ma034	Anitápolis	1499	MA	EA	Mosaico/Corredor	Imarui(SC)
Ma035	Corredor Turvo-Ijuí	2392	A	A	Mosaico/Corredor	Santo Ângelo(RS)
Ma036	Anitápolis II	290	MA	EA	Mosaico/Corredor	Águas Mornas(SC)
MaZc037	Maciço Cristalino Sull da Ilha de SC	61	EA	EA	Educ. Ambiental	
MaZc038	Corredor PAREST Serra do Tabuleiro	15	A	A	Cria UC - PI	Palhoça(SC)
Ma039	Alfredo Wagner	1205	A	A	Educ. Ambiental	Ituporanga(SC)
MaZc040	Costa Leste da Ilha de Sta Catarina	136	MA	MA	Mosaico/Corredor	
MaZc041	Maciço Cristalino Norte da Ilha de SC	76	EA	EA	Educ. Ambiental	
Ma042	Entorno do Parque Estadual Rio Canoas	40	MA	EA	Mosaico/Corredor	Campos Novos(SC)
MaZc043	Entorno de Carijós	25	EA	EA	Mosaico/Corredor	
Ma044	Serra do Pitoco	259	A	MA	Cria UC - Indef.	Otacílio Costa(SC)
Ma045	Rio Fortaleza	383	EA	MA	Mosaico/Corredor	Seberi(RS)
Ma046	Vales do Rio Tijucas - Biguaçu	2862	MA	MA	Cria UC - Indef.	São José(SC)
Ma047	Corredor Curitibaanos	268	MA	EA	Mosaico/Corredor	Curitibaanos(SC)
Ma048	Corredor do Rio Uruguai (Leste)	928	A	MA	Mosaico/Corredor	Chapecó(SC)
Ma049	Serra Geral de Agrolândia	22	MA	EA	Mosaico/Corredor	Otacílio Costa(SC)
Ma050	Corredor Turvo	245	MA	EA	Mosaico/Corredor	Três Passos(RS)
MaZc051	Ganchos	66	MA	MA	Recuperação	Governador Celso Ramos(SC)
MaZc052	Planície de Maré Baía Tijucas	12	EA	A	Cria UC - US	Tijucas(SC)
Ma053	Ametista do Sul	115	MA	EA	Recuperação	Frederico Westphalen(RS)
Ma054	Lageado Grande	85	MA	EA	Mosaico/Corredor	Nonoai(RS)
Ma055	Corredor PE do Turvo-TI Guarita	84	A	A	Mosaico/Corredor	Tenente Portela(RS)
Ma056	Fragmentos Concórdia	73	A	MA	Mosaico/Corredor	Concórdia(SC)
MaZc057	Costeira de Zimbros	68	A	MA	Recuperação	Porto Belo(SC)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma058	Vale do Neisse	914	MA	MA	Recuperação	Blumenau(SC)
Ma059	Corredor Rio Uruguai	110	A	A	Mosaico/Corredor	Chapecó(SC)
MaZc060	Vale do Rio Camburiú	677	MA	EA	Cria UC - Indef.	Itajai(SC)
Ma061	Corredor do Rio Uruguai (Oeste)	499	EA	EA	Mosaico/Corredor	Palmitos(SC)
MaZc062	Costa Brava	47	MA	EA	Cria UC - US	Balneário Camboriú(SC)
Ma063	Entorno Flona Chapecó	112	A	MA	Cria UC - PI	Chapecó(SC)
Ma064	Serra das Bateias	298	MA	MA	Cria UC - PI	Blumenau(SC)
Ma065	Dickea	23	EA	EA	Cria UC - PI	Ibirama(SC)
Ma066	Ibirama	105	MA	MA	Recuperação	Ibirama(SC)
Ma067	Raulinoa	128	EA	EA	Cria UC - PI	Blumenau(SC)
Ma068	Hering-Burgenkopf	94	MA	EA	Cria UC - PI	Blumenau(SC)
Ma069	Ligação Peperi-Guaçu	666	A	EA	Mosaico/Corredor	Itapiranga(SC)
MaZc070	Morraria do Atalaia e Canto do Morcego	4	EA	EA	Cria UC - PI	Itajai(SC)
MaZc071	Praia de Navegantes	3	MA	A	Recuperação	Navegantes(SC)
Ma072	Lebon Régis	52	EA	EA	Mosaico/Corredor	Lebon Régis(SC)
Ma073	Vitor Meireles	168	EA	EA	Cria UC - Indef.	Presidente Getúlio(SC)
Ma074	Timbó Grande	2325	MA	EA	Cria UC - Indef.	Canoinhas(SC)
MaZc075	Morrarias de Penha	44	A	EA	Inventário	Navegantes(SC)
Ma076	Sassafras - Serra do Mar	638	MA	MA	Educ. Ambiental	Rio Negrinho(SC)
Ma077	Fragmento do Vargeão	19	MA	EA	Recuperação	Ponte Serrada(SC)
Ma078	Estação EMBRAPA	46	EA	A	Inventário	Caçador(SC)
Ma079	Nascentes do Rio Luiz Alves	442	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Blumenau(SC)
Ma080	Corredor Chapecó	584	MA	EA	Cria UC - PI	Abelardo Luz(SC)
Ma081	Faxinal dos Guedes	25	A	MA	Mosaico/Corredor	Faxinal dos Guedes(SC)
Ma082	Campos de Água Doce	743	EA	EA	Mosaico/Corredor	Palmas(PR)
Ma083	Restinga das Lagoas da Cruz e Barra Velha	7	MA	EA	Cria UC - PI	Araquari(SC)
Ma084	Continuação do Corredor Chapecó	178	MA	EA	Cria UC - PI	Abelardo Luz(SC)
Ma085	Doutor Pedrinho - Jaraguá	2406	MA	A	Mosaico/Corredor	Joinville(SC)
Ma086	Serra da Abelha - Santa Terezinha	1193	EA	EA	Cria UC - PI	Mafra(SC)
Ma087	Palma Sola	902	MA	EA	Mosaico/Corredor	São Miguel do Oeste(SC)
MaZc088	Arquipélago dos Remédios	13	MA	MA	Cria UC - PI	
Ma089	Rio Tamanduá	97	A	EA	Mosaico/Corredor	Canoinhas(SC)
Ma090	RPPN Edson Mel	11	EA	EA	Recuperação	Abelardo Luz(SC)
Ma091	Serra da Taquara Verde	485	A	EA	Mosaico/Corredor	Porto União(SC)
Ma092	Abelardo Luz	33	MA	MA	Mosaico/Corredor	Abelardo Luz(SC)
MaZc093	Arquipélago de Tamborettes	8	A	MA	Cria UC - Indef.	

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma094	entorno do Refúgio de Palmas	500	EA	EA	Cria UC - Indef.	Palmas(PR)
Ma095	Sudoeste de Joinville	73	IC	MA	Inventário	Joinville(SC)
Ma096	União da Vitória	177	MA	EA	Mosaico/Corredor	Porto União(SC)
MaZc097	Baía de Babitonga e Itapoá	1059	EA	EA	Cria UC - PI	Joinville(SC)
MaZc098	Baía de Babitonga e Ilhas	112	EA	MA	Cria UC - US	Joinville(SC)
Ma099	Corredor de Peperiguaçu	993	A	EA	Mosaico/Corredor	Capanema(PR)
Ma100	Serra Dona Francisca	1074	EA	EA	Cria UC - PI	Joinville(SC)
MaZc101	Arquipélago da Paz	13	A	MA	Cria UC - Indef.	
Ma102	Rio Iratizinho	780	MA	MA	Mosaico/Corredor	União da Vitória(PR)
Ma103	Corredor Rio Negro/Rio da Várzea	894	A	MA	Mosaico/Corredor	São Bento do Sul(SC)
MaZc104	Barra do Sai-Guaçu	145	EA	MA	Cria UC - PI	Guaratuba(PR)
Ma105	Campos do Quiriri	125	EA	EA	Cria UC - Indef.	Guaratuba(PR)
Ma106	Rio Iratim	1681	EA	EA	Inventário	Palmas(PR)
Ma107	Tijucas	69	EA	MA	Recuperação	Tijucas do Sul(PR)
MaZc108	Baía de Guaratuba	222	MA	A	Cria UC - US	Guaratuba(PR)
Ma109	Rio da Várzea	91	A	MA	Cria UC - PI	Lapa(PR)
MaZc110	Arquipélago Currais e Ilhas Itacolomi	66	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Ma111	São Mateus	1312	EA	EA	Cria UC - Indef.	Canoinhas(SC)
MaZc112	Lagoa do Parado	117	EA	EA	Cria UC - PI	Guaratuba(PR)
MaZc113	Plataforma interna do Paraná	1826	MA	EA	Inventário	Paranaguá(PR)
Ma114	Corredor Mangueirinha - Rio Jordão	83	MA	MA	Mosaico/Corredor	Chopinzinho(PR)
MaZc115	Pontal do Paraná	335	EA	EA	Cria UC - PI	Paranaguá(PR)
Ma116	Norte de Guaricana	134	EA	EA	Cria UC - PI	São José dos Pinhais(PR)
Ma117	Rio Pinhão	1252	MA	A	Outras	Guarapuava(PR)
Ma118	Várzea do Rio Iguaçú	115	MA	MA	Cria UC - PI	Curitiba(PR)
Ma119	Corredor afluente do rio Agua Quente	73	MA	MA	Mosaico/Corredor	Iratí(PR)
Ma120	Corredor Médio Rio Iguaçú	67	MA	MA	Mosaico/Corredor	Lapa(PR)
Ma121	Foz do Rio Jordão	593	EA	MA	Inventário	Pinhão(PR)
MaZc122	Baía de Paranaguá	98	MA	EA	Inventário	Paranaguá(PR)
MaZc123	Baía de Antonina	334	EA	EA	Inventário	Paranaguá(PR)
Ma124	Represa Osório Santiago	146	MA	A	Recuperação	Rio Bonito do Iguaçú(PR)
Ma125	Corredor Rio das Almas	129	MA	MA	Mosaico/Corredor	São João do Triunfo(PR)
MaZc126	Morretes	137	MA	EA	Recuperação	Antonina(PR)
Ma127	Corredor Rio Iguaçú - Rio das Cobras	621	EA	MA	Mosaico/Corredor	Dois Vizinhos(PR)
Ma128	Nascente do Rio dos Patos	81	MA	MA	Outras	Guarapuava(PR)
MaZc129	Ilhas da Figueira e Castilho	104	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Ma130	Cavernosa	733	MA	MA	Mosaico/Corredor	Guarapuava(PR)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma131	Guarapuava	83	MA	MA	Recuperação	Guarapuava(PR)
Ma132	Várzeas do Tibagi-Ibituvão	259	EA	EA	Mosaico/Corredor	Ponta Grossa(PR)
MaZc133	Barra de Cananéia	44	EA	MA	Cria UC - Indef.	Cananéia(SP)
Ma134	Entorno dos parques Campos gerais	231	EA	EA	Mosaico/Corredor	Ponta Grossa(PR)
Ma135	Entorno do PARES das Lauráceas	1182	EA	EA	Mosaico/Corredor	Campina Grande do Sul(PR)
Ma136	Turvo	215	A	A	Mosaico/Corredor	Turvo(PR)
Ma137	Barra Grande	521	EA	MA	Mosaico/Corredor	Guarapuava(PR)
MaZc138	Ilha Comprida	132	EA	EA	Recuperação	Iguape(SP)
Ma139	Entorno da margem esq. do reservatório de Itaipu	2197	MA	A	Recuperação	Foz do Iguaçu(PR)
Ma140	Corredor Itaipu - Parque do Iguaçu	450	A	MA	Recuperação	Santa Helena(PR)
Ma141	Corredor - PE de Jacupiranga e PE das Lauráceas	194	A	A	Mosaico/Corredor	Barra do Turvo(SP)
Ma142	Castro	219	EA	EA	Cria UC - Indef.	Castro(PR)
Ma143	Reserva	138	MA	MA	Cria UC - US	Reserva(PR)
Ma144	Alto Ribeira	2848	A	EA	Mosaico/Corredor	Ponta Grossa(PR)
MaZc145	Costeira - Isóбата de 20 a 30m de profundidade	2225	MA	EA	Recuperação	
Ma146	Médio e Baixo Ribeira	4031	MA	EA	Recuperação	Registro(SP)
Ma147	Rio Teixeira	374	EA	EA	Mosaico/Corredor	Castro(PR)
Ma148	Entorno do PARES Caxambu	127	EA	EA	Mosaico/Corredor	Castro(PR)
Ma150	Rio Cantu	566	EA	MA	Recuperação	Palmital(PR)
Ma151	Costa do Xiririca	337	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Eldorado(SP)
Ma153	Fazenda Nova Trieste	229	EA	EA	Cria UC - PI	Eldorado(SP)
MaZc154	Costeira - Isóбата de 5 a 20m de profundidade	5274	MA	MA	Recuperação	Ilhabela(SP)
MaZc155	Ilhas e ilhotas Litoral Sul-SP	14	A	A	Cria UC - PI	
MaZc156	Costeira - Isóбата de 0 a 5m de profundidade	1277	EA	EA	Outras	Santos(SP)
MaZc157	Itanhaém	445	MA	MA	Cria UC - Indef.	Praia Grande(SP)
MaZc158	Alcatrazes	23	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Ma159	Nascentes do Paranapanema (Sul)	488	EA	EA	Cria UC - PI	Capão Bonito(SP)
Ma160	Klabin	799	EA	A	Mosaico/Corredor	Telêmaco Borba(PR)
Ma161	Entorno PARES Cerrado	107	EA	EA	Cria UC - PI	Jaguariaíva(PR)
MaZc162	Região entre Baía de Santos e Guarujá	26	EA	EA	Cria UC - PI	Guarujá(SP)
MaZc163	Guaiúba - Guarujá e Saco do Major - Ilha da Moela	20	A	EA	Recuperação	Guarujá(SP)
MaZc164	Restingas da Praia Grande	48	MA	MA	Recuperação	São Vicente(SP)
Ma165	Arapoti	65	EA	EA	Inventário	Arapoti(PR)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma166	Rio Goioerê	1250	EA	MA	Recuperação	Assis Chateaubriand(PR)
MaZc167	Estuário de São Vicente	92	MA	MA	Recuperação	Santos(SP)
Ma168	Serra do Mar Planalto	1327	EA	MA	Cria UC - Indef.	Ibiúna(SP)
MaZc169	Ilhas e ilhotes de Ilhabela	2	EA	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc170	Canal de Bertioga	162	EA	EA	Cria UC - US	Santos(SP)
MaZc171	Quilombos do Médio Ribeira	119	EA	EA	Mosaico/Corredor	Santos(SP)
MaZc173	Ilhas e ilhotes de São Sebastião	4	EA	MA	Cria UC - Indef.	
Ma174	Billings - Guarapiranga	1260	EA	EA	Mosaico/Corredor	São Paulo(SP)
Ma175	Canal de São Sebastião	105	MA	MA	Recuperação	Ilhabela(SP)
Ma176	Varzeas do Rio Xambré	190	EA	MA	Recuperação	Altônia(PR)
MaZc177	Itaguairé - Bertioga	48	EA	EA	Cria UC - PI	Bertioga(SP)
Ma178	Morro Grande	895	MA	EA	Cria UC - US	Embu(SP)
Ma179	Capão Bonito	1512	EA	EA	Mosaico/Corredor	Itapetininga(SP)
MaZc180	Restingas de Bertioga	85	MA	EA	Mosaico/Corredor	Bertioga(SP)
Ma181	entorno Terra Indígena Apucarana	311	EA	EA	Recuperação	Londrina(PR)
Ma182	Mogi - Salesópolis	515	MA	EA	Recuperação	Santos(SP)
Ma183	Pilar do Sul	764	EA	MA	Mosaico/Corredor	Itapetininga(SP)
Ma184	Ilhas e ilhotes de Caragatatuba	2	EA	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc185	Praias e costões do litoral norte de Ubatuba	283	MA	EA	Recuperação	Caraguatatuba(SP)
Ma186	Vila Rica do Espírito Santo	322	MA	MA	Recuperação	São João do Ivaí(PR)
Ma187	Buri	313	IC	A	Mosaico/Corredor	Itapeva(SP)
Ma188	Entorno da REBIO das Perobas	305	MA	A	Fomento Uso Sust.	Cianorte(PR)
Ma190	Itaporanga	23	IC	A	Mosaico/Corredor	Itaporanga(SP)
Ma191	Zona de Amortecimento PE Paraibuna	105	A	EA	Mosaico/Corredor	Paraibuna(SP)
Ma192	Figueira	79	MA	EA	Cria UC - PI	Ibaiti(PR)
MaZc193	Ilhas e ilhotes de Ubatuba	7	EA	MA	Cria UC - Indef.	
Ma194	Rio Keller	160	A	A	Mosaico/Corredor	Mandaguari(PR)
Ma195	Coronel Macedo	166	IC	A	Mosaico/Corredor	Taquarituba(SP)
Ma196	Matas da Rio Ivaí	331	MA	A	Mosaico/Corredor	Cianorte(PR)
Ma197	Serra do Japi	1061	EA	EA	Mosaico/Corredor	Sorocaba(SP)
Ma198	Iperó	237	EA	EA	Mosaico/Corredor	Itapetininga(SP)
Ma199	Nascente do Pirapó	74	A	EA	Recuperação	Apucarana(PR)
MaZc200	Iha Grande e Jorge Grego	154	EA	EA	Cria UC - PI	
Ma201	Entorno da Mata do Godoy	80	MA	EA	Mosaico/Corredor	Londrina(PR)
Ma202	Jundiá do Sul	40	EA	MA	Mosaico/Corredor	Ribeirão do Pinhal(PR)
Ma203	Cantareira - entorno	1079	EA	EA	Cria UC - PI	São Paulo(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma204	Corredor Mata do Godoy - Rio Tibagi	141	MA	MA	Recuperação	Londrina(PR)
MaZc205	Baia da Ilha Grande - RJ	1214	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Angra dos Reis(RJ)
MaZc206	Ilhas costeiras da região metropolitana do RJ	104	MA	MA	Cria UC - Indef.	
Ma207	Rio Naracá (MS)	480	MA	A	Mosaico/Corredor	Itaquiraí(MS)
Ma208	Zona de Amort. do PE Serra do Mar - litoral norte	258	A	A	Recuperação	Ubatuba(SP)
MaZc209	Bocaina	162	EA	EA	Cria UC - PI	Angra dos Reis(RJ)
MaZc210	Arraial do Cabo	84	EA	EA	Cria UC - US	Cabo Frio(RJ)
MaZc211	Baia de Sepetiba	1004	EA	A	Cria UC - US	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc212	Lagoa de Itaipu-morro das andorinhas	8	MA	A	Recuperação	Niterói(RJ)
MaZc213	Lagoas costeiras do estado do Rio	39	EA	EA	Recuperação	Maricá(RJ)
MaZc214	Lagoa de Araruama	226	MA	EA	Cria UC - US	Cabo Frio(RJ)
MaZc215	Tampão da Fl da Tijuca	43	A	MA	Mosaico/Corredor	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc216	Itaocaia	8	MA	MA	Recuperação	Maricá(RJ)
Ma217	Piraju	1108	A	A	Mosaico/Corredor	Piraju(SP)
MaZc218	Lagoas de Saquarema	75	MA	EA	Mosaico/Corredor	Saquarema(RJ)
MaZc219	Maricá	309	A	MA	Mosaico/Corredor	São Gonçalo(RJ)
MaZc220	Bacaxá	55	MA	EA	Cria UC - PI	Saquarema(RJ)
MaZc221	Engenho pequeno	11	A	A	Recuperação	São Gonçalo(RJ)
Ma222	Pardinho	459	IC	A	Mosaico/Corredor	Botucatu(SP)
MaZc223	Cabo de buzios e ilhas adjacentes	145	EA	EA	Cria UC - US	Cabo Frio(RJ)
Ma224	Corredor Cantareira - Mantiqueira	1912	MA	EA	Cria UC - Indef.	São José dos Campos(SP)
MaZc225	Baia da Guanabara	296	A	A	Recuperação	Rio de Janeiro(RJ)
Ma226	Cabo Frio	9	MA	A	Mosaico/Corredor	Cabo Frio(RJ)
MaZc227	Corredor Mico Leão	840	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cabo Frio(RJ)
Ma228	Entorno PARES Mata de São Francisco	113	EA	EA	Mosaico/Corredor	Cornélio Procópio(PR)
MaZc229	Baixada do N Fluminense	2217	IC	A	Fomento Uso Sust.	Macaé(RJ)
Ma230	Angra dos Reis	2223	EA	EA	Recuperação	Volta Redonda(RJ)
Ma231	Rio Amambai II (MS)	118	MA	A	Mosaico/Corredor	Naviraí(MS)
Ma232	Rafard	387	A	A	Mosaico/Corredor	Santa Bárbara d'Oeste(SP)
MaZc233	Mauá	104	A	MA	Recuperação	Duque de Caxias(RJ)
Ma234	Sul da APA da Serra da Mantiqueira	75	A	A		Pindamonhangaba(SP)
Ma235	Cabeceiras do Paraitinga	260	MA	EA	Recuperação	Cunha(SP)
Ma236	Corredos ecológico Sambé -Santa FÉ	279	EA	MA	Recuperação	Itaboraí(RJ)
Ma237	Guapi	65	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Magé(RJ)
Ma238	Bacia do Macacu	355	A	EA	Recuperação	Itaboraí(RJ)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma239	Borda Sul do Tingua	149	MA	A	Mosaico/Corredor	Duque de Caxias(RJ)
Ma240	Rio Amambaí (MS)	1144	MA	A	Mosaico/Corredor	Amambaí(MS)
Ma241	Pirapó	50	MA	A	Cria UC - US	Colorado(PR)
Ma242	Serra de Paracambi	147	A	MA	Mosaico/Corredor	Paracambi(RJ)
Ma243	Oleio	154	IC	A	Mosaico/Corredor	Santa Cruz do Rio Pardo(SP)
Ma244	Guapi- Macacu	345	A	EA	Recuperação	Magé(RJ)
Ma245	Borda do Tingua	161	MA	MA	Mosaico/Corredor	Duque de Caxias(RJ)
MaZc246	Rio das Ostras	253	MA	EA	Mosaico/Corredor	Macaé(RJ)
MaZc247	Arquipelago de Santana	20	EA	EA	Fomento Uso Sust.	
MaZc248	Faixa de marinha de Jurubatiba	1320	MA	MA	Inventário	Macaé(RJ)
Ma249	Piquete - Adjacente à APA da Serra da Mantiqueira	76	A	A		Cruzeiro(SP)
Ma250	Mendes	323	A	MA	Mosaico/Corredor	Barra do Pirai(RJ)
Ma251	TereFri	150	EA	EA	Recuperação	Teresópolis(RJ)
Ma252	Caledônia	141	MA	EA	Recuperação	Nova Friburgo(RJ)
Ma253	Amparo	151	A	MA	Recuperação	Nova Friburgo(RJ)
Ma254	Ribeirao do Caiuá	318	EA	MA	Mosaico/Corredor	Paranavaí(PR)
Ma255	Área tampão Itatiaia	376	MA	A	Cria UC - US	Resende(RJ)
MaZc256	Carapebus	58	A	MA	Recuperação	Quissamã(RJ)
Ma257	Conservatória	602	MA	MA	Mosaico/Corredor	Barra Mansa(RJ)
Ma258	Narandiba- Parapanema	3164	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cândido Mota(SP)
Ma259	Corredor Sapucaí	628	EA	MA	Mosaico/Corredor	Pouso Alegre(MG)
Ma260	Corredor Caiuá - Morro do Diabo	119	A	MA	Mosaico/Corredor	Rosana(SP)
Ma261	Teresópolis	560	MA	MA	Cria UC - US	Petrópolis(RJ)
Ma262	Paquequer	152	MA	MA	Recuperação	Nova Friburgo(RJ)
Ma263	Rio grande	313	MA	MA	Mosaico/Corredor	Nova Friburgo(RJ)
MaZc264	Lagoa Feia	811	EA	MA	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma265	Corredor TRES Picos e deseganno	2006	EA	EA	Cria UC - US	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma266	quissamã	47	A	A	Mosaico/Corredor	Quissamã(RJ)
Ma267	Sapucaí	149	A	A	Mosaico/Corredor	Pouso Alegre(MG)
Ma268	Rio Macabú	84	MA	MA	Mosaico/Corredor	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma269	Águas de Lindoia	242	MA	A	Mosaico/Corredor	Mogi Guaçu(SP)
Ma270	Ribeirão Ribório (MS)	212	MA	A	Mosaico/Corredor	Ivinhema(MS)
Ma271	Rosana	272	A	MA	Recuperação	Rosana(SP)
Ma272	Corumbataí	79	MA	A	Mosaico/Corredor	Rio Claro(SP)
Ma273	Macabú	311	A	A	Cria UC - US	Campos dos Goytacazes(RJ)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma274	Corredor Pousou Alegre/Conceição das Pedras	291	A	A	Cria UC - Indef.	Santa Rita do Sapucaí(MG)
MaZc275	Farol de São Tomé	399	EA	EA	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma276	Santa Rita da Floresta	372	EA	EA	Mosaico/Corredor	Bom Jardim(RJ)
Ma277	Analandia e Presidente Eptacio	1169	EA	EA	Mosaico/Corredor	Presidente Epitácio(SP)
Ma278	Marília	1690	MA	MA	Mosaico/Corredor	Marília(SP)
Ma279	Rio Preto (MG)	2336	EA	MA	Cria UC - Indef.	Juiz de Fora(MG)
Ma280	Carmo	228	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cantagalo(RJ)
Ma281	Mirante de Paranapanema	550	IC	A	Mosaico/Corredor	Álvares Machado(SP)
MaZc282	tartaruga marinha	4115	MA	A	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma283	Serra das Águas	174	A	A	Mosaico/Corredor	São Gonçalo do Sapucaí(MG)
Ma284	Região de Juiz de Fora	1187	A	MA	Cria UC - Indef.	Juiz de Fora(MG)
Ma285	Ribeirão Laranjalzinho/Piravevé (MS)	651	MA	A	Mosaico/Corredor	Nova Andradina(MS)
Ma286	Anaurilândia	1880	MA	A	Mosaico/Corredor	Bataguassu(MS)
Ma287	Mar de Espanha/Pirapitinga/Além Paraíba	1245	MA	EA	Cria UC - Indef.	Leopoldina(MG)
Ma288	Lagoa do Campelo	80	MA	MA	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma289	Rio Paraíba do Sul	414	EA	EA	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
MaZc290	Fóz do rio Paraíba	218	A	A	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma291	Pirassuninga	403	MA	A	Mosaico/Corredor	São João da Boa Vista(SP)
Ma292	Bastos	345	IC	A	Mosaico/Corredor	Tupã(SP)
Ma293	Paz Na Terra	125	MA	MA	Mosaico/Corredor	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma294	Região de Poços de Caldas	387	MA	EA	Recuperação	Poços de Caldas(MG)
Ma295	Entorno do PARES Ibitipoca	68	EA	MA	Ordenamento	Lima Duarte(MG)
Ma296	Caiuá	156	A	A	Mosaico/Corredor	Presidente Epitácio(SP)
Ma297	Cambucí	262	A	EA	Cria UC - PI	São Fidélis(RJ)
Ma298	Iguapeí-Duartina	1930	A	A	Mosaico/Corredor	Bauru(SP)
Ma299	Região de Carrancas/São Tomé das Letras	1293	MA	EA	Cria UC - Indef.	Cruzília(MG)
Ma300	Rio Pomba	378	EA	MA	Recuperação	Cataguases(MG)
Ma301	Santa Rita do Passaquatro	148	MA	MA	Mosaico/Corredor	Desaivado(SP)
Ma302	Águas da Prata/ São José do Rio Pardo	1947	EA	MA	Mosaico/Corredor	Poços de Caldas(MG)
Ma303	Morro do Coco	143	A	MA	Mosaico/Corredor	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma304	Miracema-Ubá	169	A	EA	Recuperação	Itaperuna(RJ)
Ma305	Nascentes do Rio Pomba	284	EA	MA	Mosaico/Corredor	Cataguases(MG)
Ma306	Laranjal/Miracema	322	IC	A	Inventário	Muriae(MG)
MaZc307	Pratia das Neves	67	EA	MA	Fomento Uso Sust.	São Francisco de Itabapoana(RJ)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma308	Rio Vacaria (MS)	841	MA	A	Mosaico/Corredor	Rio Brilhante(MS)
Ma309	Flora Rica	413	EA	EA	Mosaico/Corredor	Dracena(SP)
Ma310	Ouro Verdde	170	EA	EA	Mosaico/Corredor	Presidente Venceslau(SP)
Ma311	Corredor Sul Brigadeiro	525	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cataguases(MG)
Ma312	Rio Muriáé	241	IC	A	Mosaico/Corredor	Muriáé(MG)
MaZc313	Área marinha das ilhas de Marataízes - ES	640	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Marataízes(ES)
Ma314	Florestas do Planalto Sul Mineiro	1129	A	MA	Cria UC - Indef.	Guaxupé(MG)
Ma315	Santa Rosa do Viterbo	389	MA	A	Mosaico/Corredor	Mococa(SP)
Ma316	Serra das Torres	651	EA	EA	Cria UC - Indef.	Alegre(ES)
Ma317	Lajes de Murié	421	EA	EA	Mosaico/Corredor	Itaperuna(RJ)
Ma318	Promissao	234	A	MA	Mosaico/Corredor	Promissão(SP)
Ma319	Panorama	59	IC	A	Mosaico/Corredor	Dracena(SP)
Ma320	Serra de São José	578	MA	EA	Cria UC - Indef.	São João del Rei(MG)
Ma321	Alto Calçado	35	MA	A	Educ. Ambiental	Mimoso do Sul(ES)
MaZc322	Ilhas Piúma/Francês	577	EA	EA	Cria UC - Indef.	Guarapari(ES)
Ma323	Mendonça/Novo Horizonte	2195	EA	MA		Lins(SP)
Ma324	Varre - sai	396	MA	EA	Recuperação	Bom Jesus do Itabapoana(RJ)
Ma325	junqueirópolis	32	MA	MA	Mosaico/Corredor	Junqueirópolis(SP)
MaZc326	Anchieta	112	A	A	Educ. Ambiental	Guarapari(ES)
Ma327	Região de carangola	1013	MA	MA	Mosaico/Corredor	Carangola(MG)
MaZc328	Área marinha das ilhas de Guarapari - ES	544	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Vila Velha(ES)
Ma329	Area de Itabapuã	62	A	A	Cria UC - Indef.	Bom Jesus do Itabapoana(RJ)
MaZc330	Área Costeira entre Vila Velha e Itapemirim	756	A	A	Ordenamento Pesqueiro	Vila Velha(ES)
Ma331	Aguapeí II	93	EA	EA	Mosaico/Corredor	Guaraçai(SP)
MaZc332	Area Costeira entre Vila Velha e Marataízes	1791	A	A		
Ma333	Região Piranga/Viçosa	403	MA	EA	Mosaico/Corredor	Viçosa(MG)
Ma334	Entorno do PARNES da Serra do Brigadeiro	378	EA	MA	Cria UC - Indef.	Muriáé(MG)
Ma335	Aguapeí II	947	MA	MA	Mosaico/Corredor	Três Lagoas(MS)
Ma336	Buritama	957	EA	MA	Mosaico/Corredor	Birigui(SP)
Ma337	Mirandópolis	1086	EA	MA	Mosaico/Corredor	Araçatuba(SP)
MaZc338	Área marinha das ilhas de Vila Velha	237	EA	MA	Cria UC - Indef.	Vila Velha(ES)
Ma339	Corredor PARES Brigadeiro-Caparaó	859	MA	MA	Mosaico/Corredor	Manhuaçu(MG)
Ma340	Guzolândia	65	MA	A	Mosaico/Corredor	Santo Antônio do Aracanguá(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma341	Região Serrana	5845	EA	EA	Cria UC - Indef.	Vila Velha(ES)
MaZc342	Mangue do Lameirão	28	MA	EA	Cria UC - Indef.	Cariacica(ES)
MaZc343	Área Costeira entre Serra e Vitória	526	A	A	Ordenamento Pesqueiro	Vila Velha(ES)
Ma344	Plindobas	884	EA	EA	Cria UC - Indef.	Afonso Cláudio(ES)
MaZc345	Queimados	49	A	A	Recuperação	Serra(ES)
Ma346	Foz do Tietê	424	EA	EA	Mosaico/Corredor	Andradina(SP)
Ma347	Sud Mennucci	58	IC	A	Mosaico/Corredor	Sud Mennucci(SP)
Ma348	Corredor Caparaó/Simonésia	453	EA	MA	Cria UC - Indef.	Manhuaçu(MG)
Ma349	Guaraci	327	EA	EA	Mosaico/Corredor	Barretos(SP)
Ma350	Matipó	756	IC	A	Inventário	Manhuaçu(MG)
MaZc351	REVIS Santa Cruz/ APA Costa das Algas (prop.)	1497	EA	EA	Cria UC - Indef.	Serra(ES)
Ma352	Itapura	28	IC	A	Mosaico/Corredor	Ilha Solteira(SP)
Ma353	Quadrilátero Ferrífero	7268	EA	EA	Cria UC - Indef.	Belo Horizonte(MG)
Ma354	Suzanápolis	101	A	A	Mosaico/Corredor	Pereira Barreto(SP)
Ma355	Três Lagoas	70	MA	A	Mosaico/Corredor	Três Lagoas(MS)
Ma356	Pontalinda	299	MA	A	Mosaico/Corredor	Jales(SP)
Ma357	Ilha Solteira	39	IC	A	Mosaico/Corredor	Ilha Solteira(SP)
MaZc358	Piraquê-Açu	74	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Aracruz(ES)
Ma359	Várzeas do Rio Paraná	3142	EA	MA	Inventário	Três Lagoas(MS)
Ma360	Alto Misterioso	35	EA	EA	Recuperação	Santa Teresa(ES)
Ma361	Corredor Caratinga-Simonésia	759	MA	MA	Ordenamento	Caratinga(MG)
Ma362	Fronteira	41	EA	MA	Mosaico/Corredor	Frutal(MG)
MaZc363	Área marinha contígua a Foz do Rio Doce	906	EA	A	Inventário	
Ma364	Itaguaçu	190	A	A	Inventário	Baixo Guandu(ES)
Ma365	Riolândia	1032	EA	EA	Mosaico/Corredor	Nova Granada(SP)
Ma366	Belo Horizonte - Sabará	32	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Belo Horizonte(MG)
Ma367	Entorno Sudoeste do PARES do Rio Doce	897	A	EA	Mosaico/Corredor	Timóteo(MG)
MaZc368	Proposta de UC de US da Foz do Rio Doce	480	EA	EA	Cria UC - US	Linhares(ES)
Ma369	Caratinga	72	MA	MA	Mosaico/Corredor	Caratinga(MG)
Ma370	entorno da ESEC Paulo Afonso	20	EA	EA	Mosaico/Corredor	Paulo de Faria(SP)
Ma371	Entorno Nordeste do PARES do Rio Doce	222	A	EA	Cria UC - PI	Ipatinga(MG)
Ma372	Corredor Sete Salões/Aimorés	1092	A	EA	Ordenamento	Colatina(ES)
MaZc373	Planície Costeira do Rio Doce	2102	EA	EA	Cria UC - US	Linhares(ES)
Ma374	Complexo Lagunar	1727	A	A	Inventário	Linhares(ES)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc375	Floresta da Vale do Rio Doce	435	EA	A	Cria UC - US	Linhares(ES)
MaZc376	Área Cost. de Monsaraes à ponta dos lençóis	3511	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	Linhares(ES)
Ma377	Divisa GO/MS	47	IC	A	Inventário	Paranaíba(MS)
Ma378	Região dos Pontões	1193	MA	A	Inventário	Colatina(ES)
Ma379	Nascentes do Barra Seca	395	EA	A	Inventário	Linhares(ES)
Ma380	Corredor Central do Espinhaço	3188	EA	MA	Cria UC - Indef.	Serro(MG)
Ma381	Rio Verde	88	IC	A	Inventário	Caçu(GO)
Ma382	Mantena	216	A	MA	Ordenamento	Mantena(MG)
Ma383	ZA do Parque de Itaúnas/ Área marinha	76	MA	MA	Cria UC - Indef.	Mucuri(BA)
Ma384	Serra do Ambrósio	4423	EA	MA		Governador Valadares(MG)
MaZc385	Mosaico Conceição da Barra	742	EA	MA	Mosaico/Corredor	Mucuri(BA)
MaZc386	Rio Mucuri	633	A	EA	Mosaico/Corredor	Nova Viçosa(BA)
Ma387	Matas de Itumbiara	2384	EA	EA	Cria UC - Indef.	Uberlândia(MG)
MaZc388	Proposta REBIO Mucuri	31	IC	A	Cria UC - PI	Nova Viçosa(BA)
Ma389	Frei Gaspar	212	IC	A	Inventário	Teófilo Otoni(MG)
MaZc390	Rio Peruípe	1406	A	A	Mosaico/Corredor	Teixeira de Freitas(BA)
Ma391	Matas de Tupaciguara	717	EA	EA	Cria UC - Indef.	Itumbiara(GO)
MaZc392	Cassurubá	634	MA	EA	Cria UC - Indef.	Nova Viçosa(BA)
Ma393	Alto Mucuri	821	MA	EA	Cria UC - Indef.	Teófilo Otoni(MG)
MaZc394	Rio Itanhentinga	1240	A	A	Mosaico/Corredor	Teixeira de Freitas(BA)
MaZc395	Vale do Jucuruçu	511	A	MA	Mosaico/Corredor	Itamaraju(BA)
MaZc396	Contorno sul do PARNA Descobrimento	128	A	EA	Mosaico/Corredor	Prado(BA)
Ma397	Novo Oriente de Minas	805	A	EA	Cria UC - Indef.	Teófilo Otoni(MG)
MaZc398	Mussununga	60	IC	EA	Cria UC - Indef.	Prado(BA)
MaZc399	Ampliação - PARNA do Descobrimento	150	EA	EA	Cria UC - PI	Prado(BA)
Ma400	Jucuruçu	1595	A	MA	Mosaico/Corredor	Teixeira de Freitas(BA)
MaZc401	Guaratinga	1181	A	EA	Mosaico/Corredor	Porto Seguro(BA)
Ma402	Serra Itamaraju	1116	EA	EA	Cria UC - PI	Itamaraju(BA)
Ma403	Joaíma	2544	A	EA	Cria UC - Indef.	Jequitinhonha(MG)
Ma404	Cabeceira do Rio do Peixe	4475	IC	EA	Mosaico/Corredor	Itamaraju(BA)
MaZc405	Proposta REBIO Rio dos Frades	14	A	MA	Cria UC - PI	Porto Seguro(BA)
MaZc406	Corredor Monte Pascoal - Pau Brasil	702	EA	EA	Cria UC - PI	Porto Seguro(BA)
MaZc407	Proposta de Ampliação PARNA Pau Brasil	135	EA	EA	Mosaico/Corredor	Porto Seguro(BA)
Ma408	Itabela	1147	IC	EA	Mosaico/Corredor	Porto Seguro(BA)
Ma409	Itinga/Araçuaí	5100	MA	EA		Salinas(MG)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma410	Corredor Jequitinhonha/ Mata Escura	820	MA	EA		Araçuaí(MG)
Ma411	REVIS Ponta Grande	9	A	EA	Cria UC - PI	Porto Seguro(BA)
Ma412	Alto Cariri	873	EA	EA	Cria UC - PI	Guaratinga(BA)
Ma413	RPPN Estação Veracel/Estação Pau-Brasil CEPLAC	77	EA	A	Fomento Uso Sust.	Porto Seguro(BA)
MaZc414	São Miguel (BA)	278	MA	MA	Recuperação	Porto Seguro(BA)
Ma415	Entorno da REBIO Mata Escura	698	MA	EA	Mosaico/Corredor	Almenara(MG)
MaZc416	Belmonte	1168	EA	EA	Cria UC - Indef.	Santa Cruz Cabralia(BA)
Ma417	Várzeas do Jequitinhonha	1400	MA	MA	Cria UC - Indef.	Almenara(MG)
Ma418	Fazenda Taquara	32	IC	EA	Cria UC - PI	Belmonte(BA)
Ma419	Fazenda Limoeiro	264	A	A	Mosaico/Corredor	Almenara(MG)
Ma420	Serra dos Barbados	612	EA	EA	Cria UC - Indef.	Itarantim(BA)
MaZc421	Jequitinhonha	1187	EA	EA	Mosaico/Corredor	Canavieiras(BA)
Ma422	Mascote	383	MA	MA	Cria UC - Indef.	Belmonte(BA)
Ma423	Itarantim	466	IC	EA	Cria UC - PI	Itarantim(BA)
Ma424	Bandeira	3156	EA	EA	Cria UC - PI	Almenara(MG)
MaZc425	Florestas pluviais do Pardo	1420	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Canavieiras(BA)
Ma426	Pedra Azul	5126	IC	EA	Inventário	Almenara(MG)
MaZc427	Campos Úmidos de Santa Luzia	1065	A	EA	Recuperação	Canavieiras(BA)
Ma428	Pau-Brasil-folha-de-laranja	3360	MA	EA	Mosaico/Corredor	Itapetinga(BA)
MaZc429	Corredor de Ucs. Una S. Baixão	3450	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Ilhéus(BA)
Ma430	Itaju do Colônia	1024	EA	EA	Mosaico/Corredor	Itapetinga(BA)
Ma431	Borda do Planalto de conquista	5682	MA	EA	Mosaico/Corredor	Vitória da Conquista(BA)
MaZc432	Bacia Cachoeira-Santana	3221	MA	A	Mosaico/Corredor	Ilhéus(BA)
Ma433	Barra do Choça	184	A	EA	Cria UC - US	Vitória da Conquista(BA)
Ma434	Serras de Coaraci	1331	EA	MA	Cria UC - PI	Ilhéus(BA)
Ma435	Borda leste da Serra da Oricana	3430	MA	MA	Recuperação	Jequié(BA)
Ma436	Boa Nova	236	EA	EA	Cria UC - PI	Boa Nova(BA)
Ma437	Cabruças de Gongogi	2997	MA	MA	Recuperação	Ilhéus(BA)
MaZc438	Serra das Onças/Machado	567	MA	EA	Cria UC - Indef.	Camamu(BA)
MaZc439	Lagoa Santa	317	EA	EA	Mosaico/Corredor	Gandu(BA)
Ma440	Planalto de Maracás	2419	EA	EA	Cria UC - Indef.	Jequié(BA)
Ma441	Entorno da Esperança	596	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Jequié(BA)
Ma442	Fragmentos de Mutuípe	296	A	MA	Mosaico/Corredor	Valença(BA)
Ma443	Vale do Jequiriça	2555	MA	EA	Mosaico/Corredor	Jaguaquara(BA)
MaZc444	Água Branca	238	EA	EA	Mosaico/Corredor	Valença(BA)
Ma445	Manguezais de Jaguaripe	214	IC	A	Cria UC - US	Vera Cruz(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc446	Jaguaripe e Salinas das Margaridas	233	MA	EA	Recuperação	Maragogipe(BA)
MaZc447	Matas da Paralela e Pituaguá	44	A	EA	Mosaico/Corredor	Salvador(BA)
MaZc448	Manguezais do Recôncavo Baiano	416	IC	A	Cria UC - Indef.	Maragogipe(BA)
Ma449	Serra Da Pioneira / Serra Da Jiboia	370	MA	EA	Mosaico/Corredor	Castro Alves(BA)
MaZc450	Dunas de Abrantes	14	IC	A	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc451	Entorno de Camaçari	264	IC	EA	Mosaico/Corredor	Camaçari(BA)
MaZc452	Serra de S. Francisco e Reman. do Bx. Paraguassu	544	EA	EA	Cria UC - PI	Santo Amaro(BA)
MaZc454	Praia do Forte e Embassaí	152	EA	EA	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
Ma455	Serra do Timbó	377	A	A		Catu(BA)
MaZc456	Fragmentos do Litoral Norte	2389	EA	EA	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc457	Massarandupió	176	EA	EA	Cria UC - Indef.	Entre Rios(BA)
MaZc458	Complexo de zonas úmidas e restingas do Itapicuru	212	EA	EA	Cria UC - Indef.	Conde(BA)
MaZc459	Litoral e complexo das matas do sul de Sergipe	1470	EA	EA	Cria UC - Indef.	Aracaju(SE)
Ma460	Fragmentos de Estância e Boquim	273	IC	A	Mosaico/Corredor	Estância(SE)
MaZc461	Foz do Vaza Barris	514	MA	MA	Cria UC - US	Aracaju(SE)
Ma462	Mata seca do riachão	210	IC	MA	Recuperação	Lagarto(SE)
MaZc463	Estuário do Sergipe	1060	A	MA	Definição Área Exclusão Pesca	Aracaju(SE)
Ma464	Matas de Areia Branca	18	EA	EA	Recuperação	Areia Branca(SE)
MaZc465	Foz do São Francisco (Litoral)	2647	EA	EA	Cria UC - Indef.	Penedo(AL)
Ma466	Mata de Oiteiro e Calitu	299	IC	A	Cria UC - Indef.	Capela(SE)
MaZc467	Região de Japarutaba	1279	EA	MA	Mosaico/Corredor	Capela(SE)
MaZc468	Banco do Peba	277	EA	EA	Recuperação	Coruripe(AL)
MaZc469	Foz do São Francisco	318	EA	MA	Recuperação	Penedo(AL)
MaZc470	Pontal do Coruripe	33	IC	A	Recuperação	Coruripe(AL)
MaZc471	Baixios de Dom Rodrigues	343	MA	EA	Mosaico/Corredor	Coruripe(AL)
Ma472	Coruripe	33	MA	A	Cria UC - US	Coruripe(AL)
MaZc473	Lagoa de Jequiá	404	A	A	Cria UC - US	Coruripe(AL)
MaZc474	Pratagi	1355	MA	MA	Cria UC - US	Maceió(AL)
Ma475	Santa Isabel	13	EA	A	Cria UC - US	Campo Alegre(AL)
MaZc476	São Miguel dos Campos	808	EA	EA	Cria UC - PI	Maceió(AL)
MaZc477	Messias - Flexeiras	686	EA	EA	Cria UC - PI	Maceió(AL)
MaZc478	Talude da APA Costa dos Corais	1500	EA	EA	Definição Área Exclusão Pesca	
MaZc479	Barra de Camaragibe	383	A	MA	Cria UC - US	São Luís do Quitunde(AL)
Ma480	Bom Conselho	244	IC	A	Cria UC - US	Palmeira dos Índios(AL)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma481	Entorno de Pedra Talhada	248	MA	EA	Recuperação	Correntes(PE)
Ma482	Entorno de Murici	431	EA	EA	Mosaico/Corredor	União dos Palmares(AL)
MaZc483	Porto Calvo	89	A	A	Recuperação	Porto Calvo(AL)
Ma484	Santo Antônio	81	IC	A	Cria UC - Indef.	Matriz de Camaragibe(AL)
Ma485	Serra Grande	811	EA	MA	Cria UC - US	União dos Palmares(AL)
Ma486	Garanhuns	301	IC	A	Recuperação	Garanhuns(PE)
MaZc487	Barreiros - Maragogi	643	A	MA	Cria UC - Indef.	Palmares(PE)
Ma488	Jaqueira	500	EA	EA	Cria UC - PI	Palmares(PE)
MaZc489	Guadalupe	633	EA	MA	Cria UC - PI	Ipojuca(PE)
MaZc490	Ipojuca	180	EA	EA	Cria UC - PI	Ipojuca(PE)
Ma491	Bonito	124	IC	A	Cria UC - US	Bezerros(PE)
Ma492	Amaraji - Gravatá	236	EA	EA	Cria UC - US	Gravatá(PE)
Ma493	Tapacurá	82	A	MA	Cria UC - Indef.	Cabo de Santo Agostinho(PE)
MaZc494	Cabo	418	A	A	Cria UC - Indef.	Jaboatão dos Guararapes(PE)
MaZc495	Recifes	553	MA	EA	Cria UC - US	Recife(PE)
Ma496	Bezerros	101	IC	A	Cria UC - US	Bezerros(PE)
MaZc497	Pina- Parque dos manguezais	7	MA	A	Recuperação	Recife(PE)
MaZc498	Capibaribe e Tegipió	26	A	EA	Recuperação	Recife(PE)
MaZc499	Camaragibe - Tapacurá	1019	MA	A	Cria UC - US	Recife(PE)
MaZc500	Itamaracá - Coetés	815	MA	MA	Cria UC - US	Olinda(PE)
MaZc501	Santa Teresa - Goiana	43	MA	MA	Cria UC - PI	Goiana(PE)
Ma502	Mata do Estado/PE - Serra dos Mascarenhas	125	EA	EA	Cria UC - PI	Timbaúba(PE)
MaZc503	Goânia -	248	EA	MA	Cria UC - US	Goiana(PE)
MaZc504	Pitimbu	258	MA	MA	Definição Área Exclusão Pesca	Caaporã(PB)
Ma505	Salgado de São Félix	96	IC	A	Inventário	Timbaúba(PE)
MaZc506	Tambaba	273	MA	MA	Ordenamento	Conde(PB)
Ma507	Gramome - Mamuaba	75	IC	A	Mosaico/Corredor	Santa Rita(PB)
Ma508	Santa Rita	44	IC	EA	Fomento Uso Sust.	Santa Rita(PB)
MaZc509	Buraquinho	7	EA	A	Cria UC - Indef.	João Pessoa(PB)
MaZc510	Rio Paraíba	1445	EA	EA	Cria UC - Indef.	João Pessoa(PB)
Ma511	Pacatuba - Gargáú	197	EA	EA	Mosaico/Corredor	Santa Rita(PB)
MaZc512	Mamanguape - Rio Tinto	162	A	A	Mosaico/Corredor	Mamanguape(PB)
Ma513	Entorno de Guaribas	52	A	A	Mosaico/Corredor	Mamanguape(PB)
MaZc514	Potiguara	372	IC	MA	Mosaico/Corredor	Mamanguape(PB)
MaZc515	Barra de Camaratuba	82	IC	A	Inventário	Mamanguape(PB)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc516	Baía formosa Mataraca	175	EA	A	Mosaico/Corredor	Baía Formosa(RN)
MaZc517	Baía Formosa Marinho	384	MA	MA	Mosaico/Corredor	Baía Formosa(RN)
MaZc518	Mata da Estrela	39	EA	MA	Mosaico/Corredor	Baía Formosa(RN)
Ma519	Região da APA de Piquiri-Uma	50	IC	MA	Mosaico/Corredor	Canguaretama(RN)
MaZc520	Bom Jardim	23	MA	A	Cria UC - US	Canguaretama(RN)
MaZc521	Pipa-Nísia Floresta	876	EA	EA	Cria UC - Indef.	São José de Mipibu(RN)
MaZc522	Pirangi-Búzios	364	EA	EA	Cria UC - Indef.	Parnamirim(RN)
MaZc523	Barreira do inferno	78	EA	EA	Mosaico/Corredor	Natal(RN)
MaZc524	Corredor de Cotovelo	209	MA	A	Mosaico/Corredor	Natal(RN)
MaZc525	Mangue e dunas do Potengi	252	EA	EA	Recuperação	Natal(RN)
MaZc526	Dunas do Norte	1468	MA	MA	Cria UC - Indef.	Natal(RN)
MaZc884	Ampliação - PE Ilha Anchieta	10	EA	EA	Cria UC - PI	
Ma527	TI Varzinha	8	A	A	Área Protegida	Osório(RS)
Ma528	TI Guarani Barra do Ouro	23	A	A	Área Protegida	Maquiné(RS)
Ma529	REBIO da Serra Geral	49	EA	EA	Área Protegida	Terra de Areia(RS)
Ma530	REBIO Mata Paludosa	1	EA	EA	Área Protegida	Itati(RS)
Ma531	REBIO do Ibicuí Mirim	6	EA	EA	Área Protegida	Itaara(RS)
Ma532	FLONA São Francisco de Paula	16	MA	A	Área Protegida	São Francisco de Paula(RS)
MaZc533	PE da Guarita	0	A	A	Área Protegida	Torres(RS)
Ma534	APA Rota do Sol	330	MA	MA	Área Protegida	São Francisco de Paula(RS)
Ma535	ESEC Aratinga	59	MA	EA	Área Protegida	São Francisco de Paula(RS)
Ma536	FLONA de Canela	6	A	A	Área Protegida	Canela(RS)
Ma537	PE do Caracol	1	A	A	Área Protegida	Canela(RS)
Ma538	PN de Aparados da Serra	131	EA	EA	Área Protegida	Praia Grande(SC)
Ma539	PN da Serra Geral	173	EA	EA	Área Protegida	Jacinto Machado(SC)
Ma540	PE do Tainhas	51	EA	EA	Área Protegida	São Francisco de Paula(RS)
Ma541	TI Salto Grande do Jacuí	2	MA	EA	Área Protegida	Salto do Jacuí(RS)
Ma542	REBIO do Aguai	75	EA	EA	Área Protegida	Siderópolis(SC)
Ma543	PE do Ibitirí	5	EA	EA	Área Protegida	Vacaria(RS)
Ma544	FLONA Passo Fundo	13	EA	MA	Área Protegida	Marau(RS)
Ma545	TI Cachoeira dos Inácios	1	A	A	Área Protegida	Imarui(SC)
Ma546	ESEC de Aracuri-Esmeralda	3	EA	MA	Área Protegida	Muitos Capões(RS)
Ma547	PN de São Joaquim	429	EA	EA	Área Protegida	Orleans(SC)
Ma548	PE da Serra Furada	13	EA	EA	Área Protegida	Orleans(SC)
Ma549	TI Carreteiro	6	A	A	Área Protegida	Água Santa(RS)
MaZc550	APA da Baleia Franca	544	EA	A	Área Protegida	Palhoça(SC)
MaZc551	PE da Serra do Tabuleiro	930	EA	EA	Área Protegida	Palhoça(SC)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma552	TI Ligeiro	45	A	A	Área Protegida	Sananduva(RS)
Ma553	PE de Rondinha	10	EA	EA	Área Protegida	Sarandi(RS)
Ma554	TI Morro dos Cavalos	20	A	A	Área Protegida	Palhoça(SC)
MaZc555	RESEX Pirajubáé	17	EA	EA	Área Protegida	Barracão(RS)
Ma556	PE do Espiçõ Alto	14	EA	MA	Área Protegida	Campos Novos(SC)
Ma557	PE Rio Canoas	11	EA	EA	Área Protegida	
MaZc558	ESEC de Carijós	8	EA	EA	Área Protegida	
MaZc559	APA Anhatomirim e Baía Norte	124	A	A	Área Protegida	Governador Celso Ramos(SC)
MaZc560	TI Mbiguaçu	0	A	A	Área Protegida	Biguaçu(SC)
Ma561	TI Guarani Votouro	7	A	A	Área Protegida	Entre Rios do Sul(RS)
Ma562	TI Votouro	34	MA	MA	Área Protegida	Erval Grande(RS)
Ma563	TI Guarita	234	MA	EA	Área Protegida	Tenente Portela(RS)
Ma564	TI Nonoai/Rio da Várzea	164	EA	MA	Área Protegida	Nonoai(RS)
Ma565	REBIO da Canela Preta	18	EA	EA	Área Protegida	Nova Trento(SC)
MaZc566	REBIO Marinha do Arvoredo	174	EA	A	Área Protegida	
Ma567	PE Fritz Plaumann	7	EA	A	Área Protegida	Concórdia(SC)
Ma568	TI Aldeia Kondá	23	A	A	Área Protegida	Chapecó(SC)
Ma569	PE do Turvo	170	EA	EA	Área Protegida	Esperança do Sul(RS)
Ma570	PN da Serra do Itajaí	575	EA	A	Área Protegida	Blumenau(SC)
Ma571	TI Toldo Chimbangue	10	A	A	Área Protegida	Chapecó(SC)
Ma572	TI Toldo Pinhal	49	A	A	Área Protegida	Chapecó(SC)
Ma573	TI Toldo Chimbangue II	10	A	A	Área Protegida	Chapecó(SC)
Ma574	FLONA Chapecó	16	MA	A	Área Protegida	Guatambú(SC)
Ma575	FLONA de Ibirama	5	MA	MA	Área Protegida	Ibirama(SC)
Ma576	ARIE Serra da Abelha - Rio da Prata	16	A	A	Área Protegida	Santa Terezinha(SC)
Ma577	TI Ibirama	371	EA	EA	Área Protegida	Rio Negrinho(SC)
Ma578	REBIO do Sassafrás	47	EA	EA	Área Protegida	Rio Negrinho(SC)
Ma579	PN das Araucárias	129	EA	EA	Área Protegida	Ponte Serrada(SC)
Ma580	TI Xapecó	163	MA	EA	Área Protegida	Xanxerê(SC)
Ma581	TI Toldo Imbu	19	A	A	Área Protegida	Abelardo Luz(SC)
Ma582	RVS Campos de Palmas	163	EA	EA	Área Protegida	Palmas(PR)
Ma583	TI Palmas	38	A	A	Área Protegida	Palmas(PR)
Ma584	TI Rio dos Pardos	8	A	A	Área Protegida	Porto União(SC)
Ma585	ESEC da Mata Preta	66	EA	EA	Área Protegida	Palmas(PR)
Ma586	PE de Palmas	2	EA	A	Área Protegida	Palmas(PR)
Ma587	PE das Araucárias	6	EA	EA	Área Protegida	São Domingos(SC)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc588	PE do Acarai	62	EA	A	Área Protegida	São Francisco do Sul(SC)
Ma589	ESEC do Bracinho	48	EA	A	Área Protegida	Joinville(SC)
Ma590	FLONA Três Barras	45	A	A	Área Protegida	Três Barras(SC)
Ma591	FLOES de Santana	2	IC	A	Área Protegida	Paulo Frontin(PR)
MaZc592	PE do Boguaçu	60	EA	EA	Área Protegida	Guaratuba(PR)
Ma593	TI Mangueirinha	173	EA	A	Área Protegida	Coronel Vivida(PR)
MaZc594	PE do Rio da Onça	1	MA	A	Área Protegida	Matinhos(PR)
MaZc595	APA de Guaratuba	1341	EA	MA	Área Protegida	São José dos Pinhais(PR)
Ma596	PE do Monge	4	A	MA	Área Protegida	Lapa(PR)
MaZc597	PN de Saint-Hilaire/Lange	253	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
Ma598	TI Rio Areia	14	MA	A	Área Protegida	Cruz Machado(PR)
MaZc599	ESEC do Guaraguaçu	12	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc600	Parque da restinga de pontal	7	A	EA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc601	FLOES do Palmito	5	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
Ma602	PE Professor José Wacchowicz	1	MA	A	Área Protegida	Araucária(PR)
MaZc603	PE da Ilha do Mel	4	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
Ma604	APA da Serra da Esperança	2047	MA	MA	Área Protegida	Guarapuava(PR)
Ma605	APA do Rio Pequeno	63	EA	MA	Área Protegida	São José dos Pinhais(PR)
Ma606	PE do Pau-Oco	7	EA	MA	Área Protegida	Morretes(PR)
MaZc607	TI Ilha da Cotinga	17	A	A	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc608	ESEC da Ilha do Mel	30	EA	A	Área Protegida	Paranaguá(PR)
Ma609	APA do Rio Piraquara	63	EA	MA	Área Protegida	Piraquara(PR)
Ma610	PE do Pico Marumbi	21	EA	MA	Área Protegida	Piraquara(PR)
Ma611	APA do Rio Verde	148	A	MA	Área Protegida	Araucária(PR)
Ma612	PE da Serra da Baitaca	30	EA	EA	Área Protegida	Piraquara(PR)
Ma613	APA do Rio Passauna	155	A	MA	Área Protegida	Curitiba(PR)
Ma614	PE João Paulo II	0	A	A	Área Protegida	Curitiba(PR)
Ma615	PE da Graciosa	569	EA	MA	Área Protegida	São José dos Pinhais(PR)
Ma616	APA do Rio Irai	106	MA	MA	Área Protegida	Colombo(PR)
Ma617	ESEC Fernandes Pinheiro	5	EA	MA	Área Protegida	Irati(PR)
MaZc618	PN do Superagui	340	EA	MA	Área Protegida	Cananéia(SP)
Ma619	PE do Rio Guarani	21	EA	A	Área Protegida	Quedas do Iguaçu(PR)
Ma620	APA Serra do Mar	558	EA	MA	Área Protegida	São José dos Pinhais(PR)
Ma621	ESEC de Guaraqueçaba	54	EA	MA	Área Protegida	Guaraqueçaba(PR)
Ma622	FLONA Irati	38	EA	MA	Área Protegida	Imbituva(PR)
Ma623	PN do Iguaçu	1697	EA	A	Área Protegida	Foz do Iguaçu(PR)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma624	PE Roberto Ribas Lange	30	EA	MA	Área Protegida	Campina Grande do Sul(PR)
MaZc625	APA Guaraqueçaba	2427	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
Ma626	PE Pico Paraná	43	EA	EA	Área Protegida	Campina Grande do Sul(PR)
Ma627	REBIO das Araucárias	150	EA	EA	Área Protegida	Imbituva(PR)
Ma628	TI Rio das Cobras	187	EA	MA	Área Protegida	Guaraniaçu(PR)
Ma629	PE de Vila Velha	33	MA	A	Área Protegida	Ponta Grossa(PR)
MaZc630	PE Ilha do Cardoso	131	EA	MA	Área Protegida	Cananéia(SP)
Ma631	FLONA Açungui	6	A	A	Área Protegida	Campo Largo(PR)
Ma632	RESEX do Mandira	12	EA	MA	Área Protegida	Cananéia(SP)
Ma633	PN dos Campos Gerais	213	EA	EA	Área Protegida	Ponta Grossa(PR)
Ma634	PE de Campinhos	2	MA	A	Área Protegida	Cerro Azul(PR)
Ma635	TI Marrecas	169	EA	MA	Área Protegida	Guarapuava(PR)
MaZc636	APA de Cananéia-Iguapé e Peruíbe	1265	A	A	Área Protegida	Iguape(SP)
MaZc637	PE Jacupiranga	1491	EA	EA	Área Protegida	Campina Grande do Sul(PR)
Ma638	PE das Lauráceas	279	EA	MA	Área Protegida	Bocaiúva do Sul(PR)
MaZc639	ESEC Chaúas	27	EA	A	Área Protegida	Iguape(SP)
Ma640	APA da Escarpa Devoniana	2546	MA	MA	Área Protegida	Ponta Grossa(PR)
Ma641	PE Campina do Encantado	31	EA	A	Área Protegida	Iguape(SP)
Ma642	PE do Caxambu	11	A	A	Área Protegida	Castro(PR)
Ma643	FLONA Piraí do Sul	2	A	A	Área Protegida	Piraí do Sul(PR)
Ma644	TI Ivai	73	EA	MA	Área Protegida	Pitanga(PR)
Ma645	ARIE de São Domingos	0	A	MA	Área Protegida	Roncador(PR)
Ma646	PE Turístico Alto do Ribeira	359	EA	MA	Área Protegida	Apiaí(SP)
Ma647	TI Serra do Itatins	12	A	A	Área Protegida	Peruíbe(SP)
Ma648	PE Intervalos	404	EA	MA	Área Protegida	Capão Bonito(SP)
Ma649	APA da Serra do Mar - Núcleo Pedro de Toledo	181	A	MA	Área Protegida	Peruíbe(SP)
MaZc650	TI Piaçaguera	6	A	A	Área Protegida	Peruíbe(SP)
Ma651	TI Piaçaguera	22	MA	EA	Área Protegida	Itanhaém(SP)
Ma652	TI Peruíbe	5	A	A	Área Protegida	Peruíbe(SP)
Ma653	APA da Serra do Mar	2146	A	MA	Área Protegida	Ibiúna(SP)
Ma654	PE Serra do Mar-N. Pedro de Toledo	497	EA	EA	Área Protegida	Itanhaém(SP)
Ma655	REBIO de São Camilo	1	MA	A	Área Protegida	Palotina(PR)
Ma656	TI Queimadas	30	EA	MA	Área Protegida	Ortigueira(PR)
MaZc657	TI Itaóca	5	A	A	Área Protegida	Mongaguá(SP)
Ma658	PE Carlos Botelho	403	EA	MA	Área Protegida	Capão Bonito(SP)
Ma660	APA da Serra do Mar - Núcleo Curucutu	53	MA	MA	Área Protegida	Itanhaém(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc661	TI Guarani do Aguapeu	44	EA	A	Área Protegida	Itanhaém(SP)
Ma662	PE Serra do Mar-N. Curucutu	279	EA	EA	Área Protegida	São Paulo(SP)
MaZc663	PE Xixová-Japuí	6	EA	MA	Área Protegida	São Vicente(SP)
Ma664	TI Rio Branco Itanhaém	29	EA	EA	Área Protegida	São Paulo(SP)
Ma665	PE do Lago Azul	45	EA	EA	Área Protegida	Campo Mourão(PR)
MaZc666	PE Ilha Bela	295	EA	MA	Área Protegida	Ilhabela(SP)
Ma667	PE Jurupará	264	EA	A	Área Protegida	Ibiúna(SP)
Ma668	TI Tibagy/Mococa	8	EA	EA	Área Protegida	Ortigueira(PR)
Ma669	PE Serra do Mar-N. Cubatão	668	EA	EA	Área Protegida	São Paulo(SP)
Ma670	PE Ecológico Embu-Guaçu	1	EA	A	Área Protegida	São Paulo(SP)
Ma671	TI Pirajuí	20	IC	A	Área Protegida	Sete Quedas(MS)
Ma672	TI Potrero Guaçu	40	IC	A	Área Protegida	Paranhos(MS)
MaZc673	PE Serra do Mar-N. São Sebastião	338	EA	EA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
MaZc674	TI Guarani do Ribeirão Silveira	86	EA	EA	Área Protegida	São Sebastião(SP)
Ma675	PE Vila Rica do Espírito Santo	3	EA	A	Área Protegida	Fênix(PR)
Ma676	PE Guarapiranga	3	EA	MA	Área Protegida	São Paulo(SP)
MaZc677	PE Serra do Mar-N. Caraguatatuba	429	EA	EA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
Ma678	REBIO das Perobas	87	EA	EA	Área Protegida	Cianorte(PR)
Ma679	TI Apucarana	56	EA	EA	Área Protegida	Londrina(PR)
Ma680	TI São Jerônimo	14	MA	MA	Área Protegida	São Jerônimo da Serra(PR)
Ma681	TI Porto Lindo	95	IC	A	Área Protegida	Iguatemi(MS)
Ma682	TI Takuaraty/Yvykuarusu	26	IC	A	Área Protegida	Sete Quedas(MS)
Ma683	PE do Penhasco Verde	3	MA	MA	Área Protegida	São Jerônimo da Serra(PR)
Ma684	TI Pau Brasil	24	A	EA	Área Protegida	Tacuru(MS)
Ma685	TI Arroio-Korá	69	A	EA	Área Protegida	Paranhos(MS)
Ma686	TI Barão de Antonina	38	A	A	Área Protegida	Londrina(PR)
Ma687	PN de Ilha Grande	1079	EA	EA	Área Protegida	Navirai(MS)
Ma688	PE Alberto Lofgren	2	MA	EA	Área Protegida	São Paulo(SP)
Ma689	PE Jaraguá	5	MA	EA	Área Protegida	São Paulo(SP)
MaZc690	PE Serra do Mar-N. Picinguaba	509	EA	MA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
Ma691	TI Pinhalzinho	6	A	A	Área Protegida	Tomazina(PR)
Ma692	PE Serra do Mar-N. Santa Virgínia	165	EA	MA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
Ma693	TI Sessoró	19	IC	A	Área Protegida	Iguatemi(MS)
Ma694	TI Cerrito	19	IC	A	Área Protegida	Eldorado(MS)
Ma695	TI Sete Cerros	88	IC	A	Área Protegida	Paranhos(MS)
MaZc696	TI Guarani Araçonga	2	EA	EA	Área Protegida	Ubatuba(SP)
Ma697	PE Cantareira	77	EA	EA	Área Protegida	São Paulo(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc698	APA de Cairuçu	322	EA	EA	Área Protegida	Ubatuba(SP)
Ma699	FLONA de Ipanema	54	MA	A	Área Protegida	Araçoiaba da Serra(SP)
Ma700	PE Serra do Mar-N. Cunha-Indaiá	76	EA	A	Área Protegida	Ubatuba(SP)
Ma701	PE Juquery	20	EA	EA	Área Protegida	Franco da Rocha(SP)
Ma702	ESEC Angatuba	14	EA	A	Área Protegida	Angatuba(SP)
MaZc703	PE Marinho do Aventureiro	18	EA	MA	Área Protegida	
Ma704	PE da Mata do Godoy	7	EA	A	Área Protegida	Londrina(PR)
MaZc705	PE da Ilha Grande	44	EA	MA	Área Protegida	
MaZc706	REBIO Estadual da Praia do Sul	35	EA	A	Área Protegida	
MaZc707	RESEX Marinha do Arraial do Cabo	526	EA	EA	Área Protegida	Cabo Frio(RJ)
MaZc708	APA de Tamoios	104	EA	MA	Área Protegida	
MaZc709	REBIO e Arqueológica de Guaratiba	37	EA	A	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc710	ESEC de Tamoios	214	EA	MA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
MaZc711	APA de Maricá	10	EA	EA	Área Protegida	Maricá(RJ)
MaZc712	APA de Massambaba	110	EA	EA	Área Protegida	Araruama(RJ)
MaZc713	PE da Serra da Tiririca	23	EA	EA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
MaZc714	PN da Tijuca	35	EA	A	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc715	APA do Pau Brasil	107	EA	EA	Área Protegida	Cabo Frio(RJ)
MaZc716	PE da Pedra Branca	127	EA	MA	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc717	UC Darcy Ribeiro	49	MA	MA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
Ma718	PE de Ibiporã	1	MA	A	Área Protegida	Ibiporã(PR)
MaZc719	PN da Serra da Bocaina	939	EA	MA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
MaZc720	APA da Serra de Sapatiba	61	MA	MA	Área Protegida	São Pedro da Aldeia(RJ)
MaZc721	APA de Mangaratiba	248	EA	EA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
Ma722	TI Taquaperi	18	IC	A	Área Protegida	Coronel Sapucaia(MS)
Ma723	PE da Mata São Francisco	7	EA	MA	Área Protegida	Cornélio Procopio(PR)
MaZc724	TI Guarani de Bracui	22	EA	MA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
Ma725	FLOES Piraju	7	MA	A	Área Protegida	Piraju(SP)
Ma726	APA do Gericono-Mendanha	81	MA	MA	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc727	ESEC da Guanabara	20	EA	MA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
MaZc728	APA de Guapi-Mirim	122	MA	MA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
Ma729	TI Guasuti	9	IC	A	Área Protegida	Aral Moreira(MS)
Ma730	FLOES Manduri	15	MA	A	Área Protegida	Manduri(SP)
MaZc731	ESEC Bananal	9	A	A	Área Protegida	Bananal(SP)
Ma732	TI Amambai	24	IC	A	Área Protegida	Amambai(MS)
Ma733	TI Jaguari	4	IC	A	Área Protegida	Amambai(MS)
Ma734	FLONA Mário Xavier	5	A	A	Área Protegida	Japeri(RJ)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma735	PE Mananciais	5	EA	A	Área Protegida	Pindamonhangaba(SP)
MaZc736	APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado	1536	EA	A	Área Protegida	Nova Friburgo(RJ)
Ma737	FLOMA de Lorena	3	A	A	Área Protegida	Lorena(SP)
Ma738	REBIO Nacional de Poço das Antas	52	EA	A	Área Protegida	Casimiro de Abreu(RJ)
Ma739	APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	8446	EA	EA	Área Protegida	Naviraí(MS)
Ma740	APA Fernão Dias	1807	EA	EA	Área Protegida	São José dos Campos(SP)
Ma741	APAs Sapucaí - Campos do Jordão	202	A	MA	Área Protegida	Pindamonhangaba(SP)
Ma742	TI Jarará	5	IC	A	Área Protegida	Juti(MS)
Ma743	REBIO do Tingúá	252	EA	MA	Área Protegida	Duque de Caxias(RJ)
Ma744	PE Campos do Jordão	82	EA	A	Área Protegida	Pindamonhangaba(SP)
MaZc745	REBIO União	30	EA	A	Área Protegida	Macaé(RJ)
Ma746	ESEC do Paraíso	50	EA	MA	Área Protegida	Teresópolis(RJ)
Ma747	TI Guaimbé	7	IC	A	Área Protegida	Aral Moreira(MS)
Ma748	TI Rancho Jacaré	8	IC	A	Área Protegida	Laguna Carapã(MS)
Ma749	PN da Serra dos Órgãos	107	EA	A	Área Protegida	Petrópolis(RJ)
Ma750	APA da Região Serrana de Petrópolis	519	EA	MA	Área Protegida	Duque de Caxias(RJ)
Ma751	PE do Ivinhema	529	EA	MA	Área Protegida	Naviraí(MS)
Ma752	APA/APP da Floresta do Jacarandá	9	EA	EA	Área Protegida	Teresópolis(RJ)
Ma753	PE dos Tres Picos	471	EA	MA	Área Protegida	Nova Friburgo(RJ)
Ma754	REBIO de Araras	22	EA	A	Área Protegida	Petrópolis(RJ)
Ma755	PE de Ibicatu	1	A	A	Área Protegida	Porecatu(PR)
Ma756	APA de Macaé de Cima	316	EA	EA	Área Protegida	Nova Friburgo(RJ)
Ma757	APA dos Frades	32	EA	EA	Área Protegida	Teresópolis(RJ)
MaZc758	PN da Restinga de Jurubatiba	152	EA	A	Área Protegida	Macaé(RJ)
Ma759	PE da Serra da Concórdia	10	EA	MA	Área Protegida	Valença(RJ)
Ma760	FLOMA Passa Quatro	3	EA	EA	Área Protegida	Passa Quatro(MG)
Ma761	APA da Serra da Mantiqueira	3923	EA	EA	Área Protegida	Pindamonhangaba(SP)
Ma762	PN Itatiaia	284	EA	EA	Área Protegida	Resende(RJ)
Ma763	ESEC do Caiuá	16	EA	A	Área Protegida	Diamante do Norte(PR)
Ma764	PE Morro do Diabo	366	EA	EA	Área Protegida	Teodoro Sampaio(SP)
Ma765	FLOES Edmundo Navarro	22	MA	MA	Área Protegida	Rio Claro(SP)
Ma766	TI Caieras Velha	114	A	EA	Área Protegida	Caarapó(MS)
Ma767	ESEC Caetetus	23	EA	MA	Área Protegida	Gália(SP)
Ma768	ESEC Mogi Guaçu	10	EA	MA	Área Protegida	Mogi Guaçu(SP)
Ma769	PE Serra do Papagaio	232	EA	EA	Área Protegida	Bacpendi(MG)
Ma770	ESEC do Mico Leão Preto	63	EA	EA	Área Protegida	Presidente Epitácio(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma771	PE do Desengano	218	EA	EA	Área Protegida	Campos dos Goytacazes(RJ)
Ma772	ESEC Mar de Espanha	2	EA	EA	Área Protegida	Mar de Espanha(MG)
Ma773	PE Nova Baden	2	EA	EA	Área Protegida	Lambari(MG)
Ma774	PE Ibitipoca	15	EA	EA	Área Protegida	Lima Duarte(MG)
Ma775	PE Porto Ferreira	7	EA	A	Área Protegida	Porto Ferreira(SP)
MaZc776	ESEC de Guaxindiba	33	EA	EA	Área Protegida	São Francisco de Itabapoana(RJ)
Ma777	REBIO Lapinha	4	EA	EA	Área Protegida	Leopoldina(MG)
Ma778	PE Vassununga	20	EA	EA	Área Protegida	Descalvado(SP)
Ma779	PE Rio do Peixe	77	EA	EA	Área Protegida	Dracena(SP)
Ma780	TI Icatu	3	MA	EA	Área Protegida	Braúna(SP)
MaZc781	APA de Guanandy	52	MA	A	Área Protegida	Marataízes(ES)
Ma782	APA Serra São José	71	EA	EA	Área Protegida	São João del Rei(MG)
Ma783	PE Aguapeí	91	EA	EA	Área Protegida	Junqueirópolis(SP)
Ma784	FLONA de Pacotuba - Cafundó	309	EA	EA	Área Protegida	Cachoeiro de Itapemirim(ES)
MaZc785	APA de Setiba	110	EA	MA	Área Protegida	Vila Velha(ES)
MaZc786	PE Paulo César Vinha	17	EA	MA	Área Protegida	Guarapari(ES)
Ma787	PE de Mata das Flores	3	EA	A	Área Protegida	Castelo(ES)
Ma788	PE Serra do Brigadeiro	134	EA	EA	Área Protegida	Muriae(MG)
Ma789	PE de Forno Grande	8	EA	MA	Área Protegida	Castelo(ES)
Ma790	PE de Pedra Azul	10	MA	EA	Área Protegida	Domingos Martins(ES)
Ma791	PN de Caparaó	324	EA	A	Área Protegida	Iúna(ES)
MaZc792	PE da Fonte Grande	2	A	A	Área Protegida	Vitória(ES)
Ma793	Rebio de Duas Bocas	32	EA	MA	Área Protegida	Cariacica(ES)
MaZc794	APA de Praia Mole	4	A	A	Área Protegida	Serra(ES)
Ma795	PE Itacolomi	76	EA	EA	Área Protegida	Ouro Preto(MG)
Ma796	APA Seminário Menor de Mariana	3	EA	EA	Área Protegida	Mariana(MG)
Ma797	ESEC Mata do Cedro	10	EA	EA	Área Protegida	Carmópolis de Minas(MG)
MaZc798	APA de Mestre Álvaro	26	A	A	Área Protegida	Serra(ES)
Ma799	ESEC Tripuí	5	EA	EA	Área Protegida	Ouro Preto(MG)
Ma800	APA Cachoeira das Andorinhas	229	EA	EA	Área Protegida	Ouro Preto(MG)
Ma801	ESEC Corumbá	3	EA	EA	Área Protegida	Arcos(MG)
MaZc802	TI Caielas Velha	31	A	A	Área Protegida	Aracruz(ES)
Ma803	APA de Goiapaba-Açu	36	EA	MA	Área Protegida	Santa Teresa(ES)
Ma804	REBIO Augusto Ruschi	36	EA	MA	Área Protegida	Santa Teresa(ES)
MaZc805	TI Pau Brasil (ES)	16	A	A	Área Protegida	Aracruz(ES)
Ma806	ESEC Córrego dos Fechos	6	EA	EA	Área Protegida	Nova Lima(MG)
Ma807	PE Serra Rola-Moça	41	EA	EA	Área Protegida	Belo Horizonte(MG)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc808	TI Comboios	25	A	A	Área Protegida	Aracruz(ES)
MaZc809	REBIO de Comboios	8	EA	A	Área Protegida	Linhares(ES)
Ma810	PE do Rio Doce	366	EA	EA	Área Protegida	Ipatinga(MG)
Ma811	PE Paulo de Faria	4	EA	EA	Área Protegida	Paulo de Faria(SP)
MaZc812	FLONA de Goytacazes	14	EA	MA	Área Protegida	Linhares(ES)
Ma813	PE Sete Saiões	137	EA	EA	Área Protegida	Conselheiro Pena(MG)
Ma814	TI Krenak	41	IC	A	Área Protegida	Resplendor(MG)
Ma815	PN dos Pontões Capixabas	179	MA	EA	Área Protegida	Pancas(ES)
Ma816	REBIO de Sooretama	286	EA	MA	Área Protegida	Linhares(ES)
Ma817	PE Rio Corrente	53	EA	EA	Área Protegida	Agucena(MG)
Ma818	TI Fazenda Guarani	35	IC	A	Área Protegida	Dores de Guanhaães(MG)
MaZc819	APA de Conceição da Barra	81	EA	MA	Área Protegida	São Mateus(ES)
MaZc820	PE de Itaúnas	50	EA	EA	Área Protegida	Mucuri(BA)
MaZc821	FLONA do Rio Preto	30	EA	MA	Área Protegida	Conceição da Barra(ES)
Ma822	REBIO do Córrego do Veado	25	EA	MA	Área Protegida	Pinheiros(ES)
MaZc823	REBIO do Córrego Grande	16	EA	MA	Área Protegida	Mucuri(BA)
Ma824	PE Pico do Itambé	48	EA	EA	Área Protegida	Serro(MG)
Ma825	APA Águas Vertentes	725	EA	EA	Área Protegida	Diamantina(MG)
Ma826	PE Serra Negra	142	EA	EA	Área Protegida	Itamarandiba(MG)
Ma827	ESEC Mata dos Ausentes	10	EA	EA	Área Protegida	Senador Modestino Gonçalves(MG)
Ma828	PN do Descobrimento	216	EA	EA	Área Protegida	Prado(BA)
MaZc829	PN e Histórico do Monte Pascoal	230	EA	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
MaZc830	APA Caraíva/Trancoso	206	A	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
Ma831	PN do Pau Brasil	118	EA	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
MaZc832	APA Coroa Vermelha	30	IC	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
MaZc833	APA Santo Antônio	54	IC	MA	Área Protegida	Santa Cruz Cabrália(BA)
Ma834	REBIO da Mata Escura	521	EA	EA	Área Protegida	Almenara(MG)
Ma835	REBIO de Una	109	EA	A	Área Protegida	Una(BA)
MaZc836	APA Lagoa Encantada e Rio Almada	997	MA	A	Área Protegida	Ilhéus(BA)
MaZc837	PE Serra do Conduru	97	EA	EA	Área Protegida	Ilhéus(BA)
MaZc838	APA Costa de Itacaré/Serra Grande	557	EA	EA	Área Protegida	Ubatuba(BA)
MaZc839	APA Baía de Camamu	1028	EA	EA	Área Protegida	Camamu(BA)
MaZc840	APA Pratiği	955	EA	EA	Área Protegida	Camamu(BA)
Ma841	ESEC Wenceslau Guimarães	25	EA	EA	Área Protegida	Wenceslau Guimarães(BA)
Ma842	Serras de Wenceslau Guimarães	1204	EA	EA	Área Protegida	Valença(BA)
MaZc843	APA Tinharé Boipeba	321	EA	EA	Área Protegida	Cairu(BA)
MaZc844	APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	1147	EA	EA	Área Protegida	Valença(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc845	APA Baía de Todos os Santos (Ilha de Itaparica e Recifes Costeiros)	354	EA	EA	Cria UC - Indef.	Vera Cruz(BA)
MaZc846	APA Baía de Todos os Santos (Costões Rochosos de Salvador)	34	EA	A	Ordenamento	Salvador(BA)
MaZc847	APA Lagoas e Dunas do Abaeté	13	A	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc848	APA Bacia do Cobre S. Bartolomeu	11	IC	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc849	APA Baía de Todos os Santos	818	MA	MA	Cria UC - Indef.	Salvador(BA)
MaZc850	APA Rio Capivara	18	A	MA	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc851	APA Baía de Todos os Santos (BTS Petroquímica)	242	A	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc852	RESEX Marinha da Baía de Iguapé	85	IC	EA	Área Protegida	Maragogipe(BA)
MaZc853	APA Joanes Ipitanga	670	A	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc854	APA Lagoas de Guarajuba	20	A	A	Área Protegida	Camaçari(BA)
Ma855	APA Lago de Pedra do Cavallo	689	IC	A	Área Protegida	Feira de Santana(BA)
MaZc856	APA Plataforma Continental do Litoral Norte	3593	EA	MA	Área Protegida	Camaçari(BA)
MaZc857	APA Litoral Norte do Estado da Baía	788	A	A	Área Protegida	Camaçari(BA)
MaZc858	APA Mangue Seco	151	EA	EA	Cria UC - Indef.	Estância(SE)
MaZc859	FLONA Ibura	2	A	A	Área Protegida	Nossa Senhora do Socorro(SE)
Ma860	PN Serra de Itabaiana	83	EA	A	Área Protegida	Itabaiana(SE)
MaZc861	REBIO de Santa Isabel	43	EA	A	Área Protegida	Pacatuba(SE)
MaZc862	APA de Piaçabuçu	95	EA	EA	Área Protegida	Piaçabuçu(AL)
MaZc863	RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá	107	MA	MA	Área Protegida	Coruripe(AL)
MaZc864	RESEC Manguezais da Lagoa do Roteiro	8	EA	EA	Área Protegida	Roteiro(AL)
MaZc865	RESEC Saco da Pedra	2	EA	MA	Área Protegida	Marechal Deodoro(AL)
MaZc866	APA da Costa dos Corais	4256	EA	EA	Área Protegida	Maceió(AL)
Ma867	ESEC de Murici	64	EA	EA	Área Protegida	Murici(AL)
Ma868	REBIO de Pedra Talhada	39	EA	MA	Área Protegida	Quebrangulo(AL)
MaZc869	REBIO de Saltilho	6	EA	EA	Área Protegida	Rio Formoso(PE)
MaZc870	APA Estadual de Guadalupe	372	MA	EA	Cria UC - US	Barreiros(PE)
MaZc871	PE do Jacarapé	4	IC	MA	Área Protegida	João Pessoa(PB)
MaZc872	PE de Aratu	4	IC	MA	Área Protegida	João Pessoa(PB)
MaZc873	FLONA da Restinga do Cabedelo	1	A	A	Área Protegida	João Pessoa(PB)
MaZc874	PE Marinho de Areia Vermelha	2	A	EA	Definição Área Exclusão Pesca	
MaZc875	APA da Barra do Rio Mamanguape	96	EA	EA	Definição Área Exclusão Pesca	Rio Tinto(PB)
MaZc876	ARIE Manguesais da Foz do Rio Mamanguape	61	EA	EA	Área Protegida	Rio Tinto(PB)
Ma877	REBIO de Guaribas	28	EA	MA	Área Protegida	Mamanguape(PB)

Código	Nome	Área (km ²)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Ma878	PE Pau-Brasil	4	EA	EA	Área Protegida	Mamanguape(PB)
Ma879	FLOMA de Nísia Floresta	2	A	A	Área Protegida	Nísia Floresta(RN)
MaZc880	PE das Dunas de Natal	17	EA	A	Área Protegida	Natal(RN)
MaZc881	APA Estadual dos Recifes de Corais	1410	EA	EA	Área Protegida	Touros(RN)
MaZc882	APA Jericoacoara	1	A	A	Área Protegida	Jijoca de Jericoacoara(CE)
MaZc883	ESEC Juréia-Itatins	799	EA	EA	Área Protegida	Peruibe(SP)
MaZc885	ARIE Queimada Grande e Queimada Pequena	1	EA	EA	Área Protegida	
MaZc886	PE Ilha Anchieta	8	EA	EA	Área Protegida	

Bioma Pampa

Tabela 11.9.6 – Lista de Áreas Prioritárias para o Bioma Pampa com seus respectivos: código, área (km²), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km ²)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
PpZc001	Sistema Arroio Del Rey	687	A	EA	Cria UC - Indef.	Santa Vitória do Palmar(RS)
Pp002	Foz do Arroio Juncal e Jaguarão	155	A	MA	Mosaico/Corredor	Jaguarão(RS)
PpZc003	Banhado do Mundo Novo	237	EA	MA	Inventário	Arroio Grande(RS)
PpZc004	Banhado do Maçarico e cordões litorâneos anexos	875	EA	EA	Cria UC - PI	Rio Grande(RS)
Pp005	Campos de Jaguarão	4145	MA	MA	Cria UC - Indef.	Jaguarão(RS)
PpZc006	Várzea do Canal de S Gonçalo	945	EA	EA	Cria UC - US	Pelotas(RS)
Pp007	Mata Ciliar do Rio Piratini	94	MA	MA	Mosaico/Corredor	Capão do Leão(RS)
PpZc008	Banhado de Estreito	174	MA	MA	Mosaico/Corredor	São José do Norte(RS)
PpZc009	Estuário da Laguna dos Patos	1028	MA	EA	Cria UC - Indef.	Pelotas(RS)
Pp010	Várzeas do Alto Jaguarão	545	EA	EA		Candiota(RS)
Pp011	Coxilha de Pedras Altas	1505	EA	EA	Cria UC - Indef.	Piratini(RS)
PpZc012	Sistema Lagoa Pequena	371	MA	A	Cria UC - Indef.	Pelotas(RS)
PpZc013	Sistema Bujuru	246	A	MA	Recuperação	São José do Norte(RS)
Pp014	Campos de Candiota e Hulha Negra	447	EA	EA	Cria UC - PI	Pinheiro Machado(RS)
Pp015	Ponche Verde	5505	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Bagé(RS)
Pp016	Fragmentos da Serra dos Tapés	262	MA	A	Mosaico/Corredor	Pelotas(RS)
Pp017	Altos de Canguçu	660	IC	A	Inventário	Canguçu(RS)
PpZc018	Ampliação do Parque Camaquã	191	EA	EA	Cria UC - PI	Camaquã(RS)
Pp019	Palmas	2287	EA	EA	Cria UC - Indef.	Bagé(RS)
PpZc020	Lagoa dos Patos	8016	A	A		Viamão(RS)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Pp021	Mata Ciliar do Baixo Rio Camaquã	417	EA	EA	Recuperação	Camaquã(RS)
Pp022	Santana da Boa Vista	1819	A	A	Fomento Uso Sust.	Canguçu(RS)
Pp023	Camaquã-Chico	1765	A	A	Recuperação	São Gabriel(RS)
Pp024	Corredor Santa Maria	197	MA	EA	Mosaico/Corredor	São Gabriel(RS)
Pp025	Guaritas	3621	EA	MA	Cria UC - PI	Bagé(RS)
Pp026	Quaraí	3260	EA	MA	Mosaico/Corredor	Santana do Livramento(RS)
PpZc027	Campos de dunas e lagoas cost. do litoral médio	847	MA	A	Mosaico/Corredor	Tramandaí(RS)
PpZc028	Butiazais de Tapes	216	EA	EA	Cria UC - Indef.	Tapes(RS)
Pp029	Campo Seco	536	MA	EA	Recuperação	São Gabriel(RS)
Pp030	Serra do Herval	974	A	EA	Fomento Uso Sust.	Camaquã(RS)
Pp031	Upamaroti	3320	MA	EA	Inventário	Santana do Livramento(RS)
Pp032	Encruzilhada	3210	MA	MA	Fomento Uso Sust.	Cachoeira do Sul(RS)
Pp033	Ilha do Barba Negra	24	A	A	Fomento Uso Sust.	Barra do Ribeiro(RS)
Pp034	Morro da Formiga	4	A	A	Educ. Ambiental	Barra do Ribeiro(RS)
Pp035	Arroio dos Lanceiros	3620	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cachoeira do Sul(RS)
PpZc036	Lagoa do Casamento e Ecosystemas associados	645	MA	MA	Cria UC - US	Viamão(RS)
PpZc037	Butiazais de Palmares do Sul	78	A	A	Mosaico/Corredor	Palmares do Sul(RS)
Pp038	Serra das Quitérias	653	MA	A	Recuperação	Butiá(RS)
Pp039	Barra do Quaraí	149	EA	EA	Mosaico/Corredor	Barra do Quaraí(RS)
PpZc040	Corr Ecológico entre Morro de Santana e PE	239	A	EA	Cria UC - PI	Porto Alegre(RS)
Pp041	Cerro do Jarau	239	EA	MA	Cria UC - Indef.	Uruguaiana(RS)
PpZc042	Dunas móveis de Cidreira	133	MA	EA	Cria UC - PI	Tramandaí(RS)
Pp043	Areias Brancas	688	EA	EA	Educ. Ambiental	São Gabriel(RS)
Pp044	Corredor do Parque do Espinilho	98	EA	EA	Mosaico/Corredor	Barra do Quaraí(RS)
Pp045	Campos do Pantano Grande	1898	MA	A	Recuperação	Cachoeira do Sul(RS)
Pp046	Caverá	1411	EA	EA	Cria UC - US	Alegrete(RS)
Pp047	Pai Passo	3626	MA	A	Inventário	Uruguaiana(RS)
Pp048	Caiboaté	883	MA	MA	Mosaico/Corredor	Uruguaiana(RS)
Pp049	Campos de Butiá	67	A	A	Ordenamento	Butiá(RS)
Pp050	Espinilho Guaraputã	221	EA	EA	Mosaico/Corredor	Uruguaiana(RS)
PpZc051	Sistema Lagunar Tramandaí-Armazém	56	MA	EA	Recuperação	Osório(RS)
Pp052	Saica	712	EA	A	Mosaico/Corredor	Rosário do Sul(RS)
Pp053	Corredor Banhado Grande/Banh. dos Pachecos	194	EA	EA	Cria UC - PI	Viamão(RS)
Pp054	Entorno Baixo Jacuí - Região Carbonífera	420	EA	EA	Recuperação	Rio Pardo(RS)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Pp055	Entorno Rebio do Ibirapuitã	417	EA	EA	Cria UC - PI	Alegrete(RS)
Pp056	Nascentes próximas a São Vicente do Sul	1865	A	EA	Recuperação	São Gabriel(RS)
PpZc057	Áreas úmidas ao norte de Tramandaí	300	MA	EA	Mosaico/Corredor	Osório(RS)
Pp058	Região da APA Osório/Caraá	53	EA	MA	Recuperação	Santo Antônio da Patrulha(RS)
Pp059	Remanescentes de Floresta Estacional	46	A	A	Cria UC - Indef.	Santo Antônio da Patrulha(RS)
Pp060	Uruguaiana	627	EA	MA	Mosaico/Corredor	Uruguaiana(RS)
Pp061	São Pedro / Chiniquá	1759	EA	A	Cria UC - Indef.	Santa Maria(RS)
Pp062	São Vicente do Sul	1337	EA	MA	Cria UC - Indef.	São Francisco de Assis(RS)
Pp063	Bugio preto	959	MA	EA	Mosaico/Corredor	Alegrete(RS)
PpZc064	Região de Itapeva	120	EA	EA	Cria UC - Indef.	Torres(RS)
Pp065	Corredor do Rio Ibicuí	1373	MA	A	Mosaico/Corredor	Alegrete(RS)
Pp066	Barra do Ibicuí	828	EA	EA	Cria UC - PI	Uruguaiana(RS)
Pp067	São Martinho	59	A	A	Cria UC - US	Júlio de Castilhos(RS)
Pp068	Corredor Itu-Puitã	2376	EA	EA	Recuperação	Itaqui(RS)
PpZc069	Complexo Lagoa do Forno e Jacaré(Costeiro)	3	EA	EA	Cria UC - PI	Torres(RS)
Pp070	Guaçupi	484	MA	MA	Cria UC - Indef.	Júlio de Castilhos(RS)
PpZc071	Remanescente próximo a Torres	2	A	A		Torres(RS)
Pp072	Barna de Bode	85	EA	EA	Recuperação	Júlio de Castilhos(RS)
Pp073	Região de Jari	487	MA	A	Cria UC - Indef.	Tupanciretã(RS)
Pp074	Região de Santiago	606	MA	MA	Cria UC - Indef.	Santiago(RS)
Pp075	Rio Jaguari	367	MA	MA	Cria UC - US	Santiago(RS)
Pp076	Arroio Típiata	377	EA	EA	Recuperação	Tupanciretã(RS)
Pp077	Unistalda	1193	EA	A	Cria UC - Indef.	Santiago(RS)
Pp078	Nascentes do Rio Butuí	933	EA	EA	Cria UC - US	São Borja(RS)
Pp079	Nascentes do Rio Jaguari	440	EA	EA	Cria UC - Indef.	Tupanciretã(RS)
Pp080	Entorno REBIO São Donato	1145	EA	EA	Cria UC - Indef.	São Borja(RS)
Pp081	Jóia	196	EA	EA	Cria UC - PI	Jóia(RS)
Pp082	Corredor Icamacuã	1508	EA	A	Mosaico/Corredor	São Borja(RS)
Pp083	Corredor Campo das Missões	506	MA	MA	Mosaico/Corredor	Bossoroca(RS)
Pp084	Sanga Laranjeira	1738	EA	A	Cria UC - PI	Santiago(RS)
Pp085	Arroio Xuni	243	EA	EA	Cria UC - Indef.	Entre-Ijuís(RS)
Pp086	Santo Antonio das Missões	273	IC	MA	Inventário	Bossoroca(RS)
Pp087	Corredor Uruguai - Missões	546	A	A	Mosaico/Corredor	São Borja(RS)
Pp088	Garruchos	236	EA	EA	Cria UC - PI	São Nicolau(RS)
PpZc089	ESEC do Taim	1113	EA	A	Área Protegida	Rio Grande(RS)

Código	Nome	Área (km ²)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
PpZc090	ARIE Pontal dos Latinos e Pontal do Santiago	30	A	A	Área Protegida	Santa Vitória do Palmar(RS)
PpZc091	REBIO da Mata Grande	47	EA	MA	Área Protegida	Rio Grande(RS)
PpZc092	PN Lagoa do Peixe	368	EA	A	Área Protegida	Mostardas(RS)
PpZc093	PE do Camaquã	56	EA	EA	Área Protegida	Camaquã(RS)
PpZc094	TI da Pacheca	22	EA	MA	Área Protegida	Camaquã(RS)
Pp095	PE do Podocarpus	39	EA	MA	Área Protegida	Encruzilhada do Sul(RS)
Pp096	APA do Ibirapuitã	3168	MA	EA	Área Protegida	Santana do Livramento(RS)
PpZc097	PE Itapuã	60	EA	A	Área Protegida	Viamão(RS)
Pp098	PE do Espinilho	16	EA	EA	Área Protegida	Barra do Quaraí(RS)
Pp099	RVS Banhado dos Pachecos	26	EA	EA	Área Protegida	Viamão(RS)
PpZc100	PE Delta do Jacuí	227	EA	EA	Área Protegida	Porto Alegre(RS)
Pp101	APA do Banhado Grande	1152	A	MA	Área Protegida	Porto Alegre(RS)
Pp102	REBIO do Ibirapuitã	4	EA	EA	Área Protegida	Alegrete(RS)
PpZc103	PE de Itapeva	10	EA	EA	Área Protegida	Torres(RS)
PpZc104	PE Acarai	22	EA	A	Área Protegida	Torres(RS)
Pp105	REBIO de São Donato	135	EA	EA	Área Protegida	São Borja(RS)

Zona Costeira

Tabela 11.9.7 – Lista de Áreas Prioritárias para Zona Costeira com seus respectivos: código, área (km²), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal. OBS. Essas áreas também se encontram listadas distribuídas entre os biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa.

Código	Nome	Área (km ²)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
AmZc182	Corredor APAs Maranhão	1258	A	A	Recuperação	São Luís(MA)
AmZc184	Leste da Baía de São José	8536	EA	EA	Manejo de bacia	São Luís(MA)
AmZc186	Baixada	3126	A	MA	Mosaico/Corredor	Pinheiro(MA)
AmZc190	Ilha dos Caranguejos	484	MA	EA	Inventário	Santa Rita(MA)
AmZc196	Guarapiranga	38	A	MA	Cria UC - Indef.	São Luís(MA)
AmZc197	MA-05	171	A	A	Ordenamento	São Luís(MA)
AmZc200	Manguezais e várzeas do Rio Anil	20	A	EA	Cria UC - Indef.	São Luís(MA)
AmZc202	Corredor Turiagu	4692	A	A	Cria UC - Indef.	Turiagu(MA)
AmZc203	Portel	22477	MA	MA	Cria UC - US	Portel(PA)
AmZc205	Curupu/Panaquatira	123	MA	EA	Cria UC - Indef.	São José de Ribamar(MA)
AmZc206	RESEX Baía do Tubarão	1119	EA	EA	Cria UC - US	Icatu(MA)
AmZc209	Lago Quebra Pote	1192	MA	EA	Cria UC - US	Santa Helena(MA)
AmZc214	Ilhas do baixo Tocantins	1117	IC	EA	Recuperação	Cametá(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
AmZc215	Baixo Tocantins - Limoeiro	4467	EA	MA	Cria UC - US	Abaetetuba(PA)
AmZc220	Foz do Rio Tocantins	1824	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Abaetetuba(PA)
AmZc228	Gurupá - Porto de Moz	4153	EA	MA	Cria UC - US	Gurupá(PA)
AmZc229	Sul APA Baixada Maranhense - Divisa MA/PA	1082	MA	MA	Recuperação	Visou(PA)
AmZc230	Açaí do Marajó	5140	EA	MA	Cria UC - US	Muaná(PA)
AmZc231	Cachoeira - Ponta de Pedras	586	EA	EA	Cria UC - US	Muaná(PA)
AmZc232	Acará	2511	MA	EA	Ordenamento	Belém(PA)
AmZc236	Sistema Foz do Gurupi e Baía de Turiaçu	2670	EA	EA	Cria UC - US	Visou(PA)
AmZc237	Região das Ilhas - Breves	5605	EA	EA	Cria UC - PI	Breves(PA)
AmZc239	Ilhas de Belém	830	EA	EA	Ordenamento	Belém(PA)
AmZc241	Cavernas da Serra do Piria	421	EA	EA	Cria UC - PI	Visou(PA)
AmZc243	Corredor Mapuá	931	EA	EA	Cria UC - Indef.	Breves(PA)
AmZc244	PA-24	1110	A	MA	Recuperação	Bragança(PA)
AmZc248	Ampliação Resex Marinha Arai Peroba	62	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Augusto Corrêa(PA)
AmZc249	PA-04	6476	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Breves(PA)
AmZc250	Área Central do Marajó	3245	EA	EA	Ordenamento	Breves(PA)
AmZc251	PA-23	1523	A	MA	Recuperação	Bragança(PA)
AmZc252	Ampliação da Resex Marinha Caeté Taperaçu	30	MA	EA	Cria UC - US	Bragança(PA)
AmZc253	Proteção Integral do Marajó	1376	EA	EA	Cria UC - PI	Muaná(PA)
AmZc254	Campos alagados de Tracuateua e Bragança	384	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Bragança(PA)
AmZc255	PA-08	3441	A	MA	Cria UC - US	Belém(PA)
AmZc256	Baias do Iborá/ Urumajó e do Caeté	316	MA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Augusto Corrêa(PA)
AmZc259	Bacia do Arari	3903	EA	A	Mosaico/Corredor	Muaná(PA)
AmZc261	PA-22	1925	A	EA	Recuperação	Salinópolis(PA)
AmZc262	Litoral de Salvaterra	115	EA	EA	Cria UC - US	Soure(PA)
AmZc263	Braço sul do arquipélago de Marajó	4104	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Belém(PA)
AmZc264	Vale do Jari	2719	A	A	Cria UC - Indef.	Almeirim(PA)
AmZc265	Aramã / Anajás	1653	EA	EA	Cria UC - US	Anajás(PA)
AmZc267	Pirabas - Rei Sabá	518	EA	MA	Cria UC - US	São João de Pirabas(PA)
AmZc268	Corredor do Maguari	418	EA	A	Cria UC - PI	Soure(PA)
AmZc270	Corredor Anajás	7111	EA	A	Mosaico/Corredor	Breves(PA)
AmZc272	P.A.E. da Ilha da Cinza	42	MA	MA	Recuperação	Gurupá(PA)
AmZc274	Mexiana Caviana I	3448	EA	EA	Cria UC - US	Anajás(PA)
AmZc275	Canal da Tartaruga	2810	EA	EA	Cria UC - US	Soure(PA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
AmZc276	Santana / Mazagão	211	A	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Santana(AP)
AmZc277	P.A. Maracá	5746	MA	A	Ordenamento	Laranjal do Jari(AP)
AmZc281	Macapá / Santana	217	A	A	Rec. Indígenas/ Quilombolas	Macapá(AP)
AmZc284	Mexiana Caviana II	6408	EA	EA	Cria UC - US	Afuá(PA)
AmZc285	Braço norte do arquipélago de Marajó	7521	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Macapá(AP)
AmZc289	Bacia Matapi	5862	A	A	Manejo de bacia	Macapá(AP)
AmZc290	Ninhal de Lontra	386	EA	MA	Cria UC - US	Macapá(AP)
AmZc297	Bacia da Pedreira	2749	A	EA	Ordenamento	Macapá(AP)
AmZc300	P.A. Itauba	134	A	MA	Ordenamento	Macapá(AP)
AmZc305	Bacia do Gurijuba	2808	A	EA	Ordenamento	Macapá(AP)
AmZc306	Baillique	410	A	MA	Ordenamento	Macapá(AP)
AmZc308	Pororoca	758	A	EA	Cria UC - US	Macapá(AP)
AmZc309	Apurema II	1097	EA	EA	Cria UC - Indef.	Macapá(AP)
AmZc312	Apurema	3126	EA	EA	Recuperação	Amapá(AP)
AmZc313	Entorno da REBIO do Lago Piratuba	3678	EA	EA	Recuperação	Amapá(AP)
AmZc315	P.A. Cujubim	107	A	EA	Ordenamento	Pracuúba(AP)
AmZc316	Ponta do Lago Piratuba	888	EA	EA	Cria UC - PI	Amapá(AP)
AmZc317	P.A. Piquiá do Amapá	43	A	MA	Ordenamento	Amapá(AP)
AmZc318	Canal do Varadouro	476	EA	EA	Cria UC - PI	Amapá(AP)
AmZc321	Cerrado do Rio Amapá Grande	2188	EA	EA	Cria UC - Indef.	Amapá(AP)
AmZc322	Litoral de Calçoene	2479	EA	MA	Cria UC - US	Amapá(AP)
AmZc611	APA Baixada Maranhense - Baixo Mearim	3534	EA	EA	Área Protegida	Bacabal(MA)
AmZc641	APA Baixada Maranhense - baixo Pindaré	2195	MA	EA	Área Protegida	Santa Inês(MA)
AmZc645	RESEX dos Lagos de Penalva	187	MA	EA	Área Protegida	Penalva(MA)
AmZc682	RESEX do Taim	30	A	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc683	APA Upaon-acu / Miritiba / Alto Preguiça (Oeste)	6115	EA	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc686	PE do Bacanga	13	A	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc688	APA Baixada Maranhense - Estuário	11046	EA	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc689	APA do Maracanã	10	A	A	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc690	APA do Itapiracá	11	EA	EA	Área Protegida	São Luís(MA)
AmZc704	RESEX Cedral/Guimarães/Porto Rico/Alcatara	772	EA	EA	Área Protegida	Cururupu(MA)
AmZc712	RESEX do Quilombo do Frechal	89	EA	MA	Área Protegida	Mirinzal(MA)
AmZc714	FLONA de Caxiuanã	3229	EA	EA	Área Protegida	Portel(PA)
AmZc717	APA Baixada Maranhense - Litoral	6096	EA	A	Área Protegida	São Luís(MA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
AmZc722	RESEX de Cururupe	1870	EA	EA	Área Protegida	Cururupe(MA)
AmZc724	RESEX Terra Grande Pracuúba	1806	EA	A	Área Protegida	Breves(PA)
AmZc729	RESEX Mapuá	574	EA	EA	Área Protegida	Breves(PA)
AmZc730	RESEX Marinha Arai Peroba	118	EA	A	Área Protegida	Visu(PA)
AmZc731	RESEX Marinha Gurupi Piriá	748	EA	EA	Área Protegida	Visu(PA)
AmZc732	APA Costa do Urumajó (Municipal)	288	EA	EA	Área Protegida	Bragança(PA)
AmZc733	RESEX Itaquara	1276	IC	EA	Área Protegida	Breves(PA)
AmZc734	RESEX Chocóare-Mato Grosso	28	MA	MA	Área Protegida	Maracanã(PA)
AmZc735	RESEX Marinha Caeté Taperaçu	429	MA	MA	Área Protegida	Bragança(PA)
AmZc736	RESEX Marinha Tracuateua	276	EA	MA	Área Protegida	Bragança(PA)
AmZc739	APA da Ilha Canela (Municipal)	5	EA	MA	Área Protegida	
AmZc740	RESEX Quatipuru	235	MA	EA	Cria UC - US	Tracuateua(PA)
AmZc741	RESEX Itatupã-Baquiá	660	A	EA	Cria UC - US	Gurupá(PA)
AmZc743	RESEX de Maracanã	318	A	EA	Área Protegida	Salinópolis(PA)
AmZc744	RESEX Lago Arari	1582	EA	EA	Área Protegida	Soure(PA)
AmZc745	RESEX Mãe Grande de Curuçá	335	MA	EA	Área Protegida	Curuçá(PA)
AmZc746	RESEX do Rio Cajari	5025	MA	MA	Área Protegida	Laranjal do Jari(AP)
AmZc748	RESEX de Itatupã	585	EA	EA	Área Protegida	Afuá(PA)
AmZc751	RESEX Foz do Rio Amazonas	3092	EA	MA	Área Protegida	Afuá(PA)
AmZc753	RESEX Marinha Machadinho	825	EA	EA	Área Protegida	Soure(PA)
AmZc757	APA do Rio Curiaú	187	EA	MA	Área Protegida	Macapá(AP)
AmZc763	REBIO Parazinho	5	EA	EA	Área Protegida	
AmZc771	REBIO do Lago Piratuba	3943	EA	A	Área Protegida	Amapá(AP)
AmZc776	ESEC de Maracá-Jipióca	600	EA	A	Área Protegida	Amapá(AP)
AmZc798	TI Uaçá	4711	EA	EA	Área Protegida	Oiapoque(AP)
AmZc801	PN do Cabo Orange	6456	EA	A	Área Protegida	Oiapoque(AP)
AmZc806	TI Galibi	43	EA	MA	Área Protegida	Oiapoque(AP)
AmZc807	TI Juminá	320	EA	MA	Área Protegida	Oiapoque(AP)
AmZc812	RESEX Marinha de Soure	153	EA	EA	Área Protegida	Soure(PA)
CeZc246	Baiás das Canárias	391	EA	EA	Recuperação	Parnaíba(PI)
CeZc247	Sul da APA Foz do Rio Preguiças	41	EA	A	Inventário	Tutóia(MA)
CeZc248	Ampliação RESEX do Delta	283	EA	MA	Recuperação	Tutóia(MA)
CeZc249	Ilha do Cajú	81	EA	A	Inventário	Araioses(MA)
CeZc250	Norte da APA Foz do Rio Preguiças	174	EA	EA	Cria UC - US	Tutóia(MA)
CeZc251	MA-06	72	MA	MA	Educ. Ambiental	Barreirinhas(MA)
CeZc315	PN dos Lençóis Maranhenses	1389	EA	A	Área Protegida	Barreirinhas(MA)
CeZc429	RESEX Lago da Taboa	157	EA	EA	Área Protegida	Barreirinhas(MA)
CeZc430	APA Foz do Rio Preguiças/Peq.Lençóis	1101	MA	MA	Área Protegida	Barreirinhas(MA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
CaZc431	RESEX Marinha do Delta do Parnaíba	276	EA	MA	Área Protegida	Araioses(MA)
CaZc432	APA Fóz do Rio Preguiças	45	EA	EA	Área Protegida	Paulino Neves(MA)
CaZc043	Região de Olho d'água Grande	674	EA	A		Girau do Ponciano(AL)
CaZc139	Açu	5084	EA	EA	Cria UC - Indef.	Mossoró(RN)
CaZc143	São Miguel (RN)	76	A	EA	Cria UC - PI	Touros(RN)
CaZc145	Complexo estuarino Porto do Mangue-Macau	481	EA	EA	Mosaico/Corredor	Macau(RN)
CaZc146	Complexo estuarino do Amará-Galinhos	371	EA	EA	Mosaico/Corredor	Macau(RN)
CaZc147	Tabuleiros de Caicara do Norte	147	A	EA	Cria UC - PI	São Miguel do Gostoso(RN)
CaZc150	Ponta do Mel/Dunas do Rosado	137	MA	MA		Areia Branca(RN)
CaZc151	Estuário do Rio Mossoró	330	EA	EA	Cria UC - Indef.	Mossoró(RN)
CaZc153	Plataforma interna do Rio Grande do Norte	5339	MA	MA	Cria UC - PI	Touros(RN)
CaZc164	Litoral Icapui/Aracati	2390	EA	EA	Cria UC - Indef.	Aracati(CE)
CaZc165	Estuário do Rio Jaguaribe	538	EA	MA	Cria UC - Indef.	Aracati(CE)
CaZc170	Estuário do Rio Pirangi	376	MA	A		Beberibe(CE)
CaZc173	Beberibe	651	MA	MA	Cria UC - PI	Cascavel(CE)
CaZc178	Litoral Beberibe-Cascavel	428	MA	MA		Aquiraz(CE)
CaZc182	Plataforma Interna Costa leste do Ceará	3150	A	EA	Ordenamento Pesqueiro	Fortaleza(CE)
CaZc186	Estuário dos rios Pacoti/Cocó	328	A	MA		Fortaleza(CE)
CaZc191	Estuário Rio Ceará	44	MA	MA		Fortaleza(CE)
CaZc194	Lagamar e Dunas do Cauípe	73	MA	MA		Cauaia(CE)
CaZc196	Enseada do Mucuripe	649	MA	EA		Fortaleza(CE)
CaZc198	Pecém	96	A	A		Cauaia(CE)
CaZc199	Bacia do Siupé	50	IC	MA	Inventário	São Gonçalo do Amarante(CE)
CaZc203	Litoral Trairi/Paracuru	306	A	A		Trairi(CE)
CaZc204	Área Recifal Paracuru/Trairi	263	MA	EA	Cria UC - Indef.	Paracuru(CE)
CaZc206	Estuário do rio Mundaú	169	MA	MA		Itapipoca(CE)
CaZc207	Dunas de Caetanos	192	IC	A	Inventário	Itapipoca(CE)
CaZc208	Baixo Parnaíba (Delta)	1714	EA	EA	Cria UC - PI	Parnaíba(PI)
CaZc209	Estuário do Aracati-Açú	679	MA	A	Ordenamento	Amontada(CE)
CaZc210	Sul da APA Foz do Rio Preguiças	66	MA	MA	Recuperação	Parnaíba(PI)
CaZc211	RVS Peixe-boi marinho	234	EA	EA	Cria UC - PI	Luís Correia(PI)
CaZc212	Lagoas Costeiras de Camocim (leste)	516	IC	MA	Inventário	Camocim(CE)
CaZc213	Lagoas Costeiras de Camocim Oeste	268	IC	MA	Cria UC - Indef.	Camocim(CE)
CaZc214	Litoral de Barroquinha	390	MA	EA		Camocim(CE)
CaZc215	Estuário do Coreaú	359	MA	MA		Camocim(CE)
CaZc216	Lagoas costeiras de Acaraú e Jijoca	208	IC	A	Inventário	Acaraú(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
CaZc217	Plataforma Interna Costa Oeste do Ceará	8773	A	A	Ordenamento Pesqueiro	Acarauá(CE)
CaZc218	Complexo estuarino de Itarema	947	EA	EA	Cria UC - Indef.	Acarauá(CE)
CaZc219	Estuário do Rio Timonha	447	EA	EA	Cria UC - Indef.	Barroquinha(CE)
CaZc220	Estuário do Rio Acaraú	458	MA	MA		Acarauá(CE)
CaZc272	APA da Lagoa de Uruaú	28	A	A	Área Protegida	Beberibe(CE)
CaZc274	TI Genipapo Canindé (não reconhecida)	18	A	A	Área Protegida	Aquiraz(CE)
CaZc275	RESEX do Batoque	74	A	A	Área Protegida	Aquiraz(CE)
CaZc276	APA do Rio Pacoti	30	MA	EA	Área Protegida	Fortaleza(CE)
CaZc277	PE do Rio Cocó	11	A	A	Área Protegida	Fortaleza(CE)
CaZc281	APA do Estuário do Rio Ceará	25	MA	MA	Área Protegida	Fortaleza(CE)
CaZc283	PE Marinho da Pedra da Risca do Meio	39	EA	MA	Área Protegida	
CaZc284	ESEC do Pecém	10	IC	A	Área Protegida	Caucaia(CE)
CaZc285	APA do Pecém	1	IC	A	Área Protegida	São Gonçalo do Amarante(CE)
CaZc288	APA das Dunas da Lagoinha	5	IC	A	Área Protegida	Trairi(CE)
CaZc290	APA do Estuário Rio Mundaú	16	MA	EA	Área Protegida	Itaipoca(CE)
CaZc291	Timonha	1039	MA	MA	Área Protegida	Granja(CE)
CaZc292	TI Córrego João Pereira	33	A	A	Área Protegida	Acarauá(CE)
CaZc293	APA Delta do Parnaíba	264	EA	EA	Área Protegida	Luís Correia(PI)
CaZc294	APA da Lagoa de Jijoca	40	A	MA	Área Protegida	Cruz(CE)
CaZc295	PN de Jericoacoara	86	A	MA	Área Protegida	Cruz(CE)
MaZc002	Foz do R. Três Forquilhas	31	A	A	Mosaico/Corredor	Três Cachoeiras(RS)
MaZc008	Complexo Lagoa do Forno e Jacaré	152	EA	EA	Cria UC - PI	Torres(RS)
MaZc017	Lagoas costeiras do extremo sul de SC	664	EA	MA	Cria UC - Indef.	Criciúma(SC)
MaZc022	Ponto do Peixe	5	IC	A	Inventário	Içara(SC)
MaZc025	Ecótono do cabo de Sta Marta	2167	EA	EA	Cria UC - PI	Tubarão(SC)
MaZc029	Mirim	24	MA	EA	Recuperação	Imbituba(SC)
MaZc032	Passarim	267	A	A	Recuperação	Palhoça(SC)
MaZc037	Maciço Cristalino Sull da Ilha de SC	61	EA	EA	Educ. Ambiental	
MaZc038	Corredor PAREST Serra do Tabuleiro	15	A	A	Cria UC - PI	Palhoça(SC)
MaZc040	Costa Leste da Ilha de Sta Catarina	136	MA	MA	Mosaico/Corredor	
MaZc041	Maciço Cristalino Norte da Ilha de SC	76	EA	EA	Educ. Ambiental	
MaZc043	Entorno de Carijós	25	EA	EA	Mosaico/Corredor	
MaZc051	Ganchos	66	MA	MA	Recuperação	Governador Celso Ramos(SC)
MaZc052	Planície de Maré Baía Tijucas	12	EA	A	Cria UC - US	Tijucas(SC)
MaZc057	Costeira de Zimbros	68	A	MA	Recuperação	Porto Belo(SC)
MaZc060	Vale do Rio Camburiú	677	MA	EA	Cria UC - Indef.	Itajaí(SC)
MaZc062	Costa Brava	47	MA	EA	Cria UC - US	Balneário Camboriú(SC)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc070	Morraria do Atalaia e Canto do Morcego	4	EA	EA	Cria UC - PI	Itajaí(SC)
MaZc071	Praia de Navegantes	3	MA	A	Recuperação	Navegantes(SC)
MaZc075	Morrarias de Penha	44	A	EA	Inventário	Navegantes(SC)
MaZc088	Arquipélago dos Remédios	13	MA	MA	Cria UC - PI	
MaZc093	Arquipélago de Tamborettes	8	A	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc097	Baía de Babitonga e Itapoá	1059	EA	EA	Cria UC - PI	Joinville(SC)
MaZc098	Baía da Babitonga e Ilhas	112	EA	MA	Cria UC - US	Joinville(SC)
MaZc101	Arquipélago da Paz	13	A	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc104	Barra do Saí-Guaçu	145	EA	MA	Cria UC - PI	Guaratuba(PR)
MaZc108	Baía de Guaratuba	222	MA	A	Cria UC - US	Guaratuba(PR)
MaZc110	Arquipélago Currais e Ilhas Itacolomi	66	EA	EA	Cria UC - Indef.	
MaZc112	Lagoa do Parado	117	EA	EA	Cria UC - PI	Guaratuba(PR)
MaZc113	Plataforma interna do Paraná	1826	MA	EA	Inventário	Paranaguá(PR)
MaZc115	Pontal do Paraná	335	EA	EA	Cria UC - PI	Paranaguá(PR)
MaZc122	Baía de Paranaguá	98	MA	EA	Inventário	Paranaguá(PR)
MaZc123	Baía de Antonina	334	EA	EA	Inventário	Paranaguá(PR)
MaZc126	Morretes	137	MA	EA	Recuperação	Antonina(PR)
MaZc129	Ilhas da Figueira e Castilho	104	EA	EA	Cria UC - Indef.	
MaZc133	Barra de Cananéia	44	EA	MA	Cria UC - Indef.	Cananéia(SP)
MaZc138	Ilha Comprida	132	EA	EA	Recuperação	Iguape(SP)
MaZc145	Costeira - Isóbata de 20 a 30m de profundidade	2225	MA	EA	Recuperação	
MaZc154	Costeira - Isóbata de 5 a 20m de profundidade	5274	MA	MA	Recuperação	Ilhabela(SP)
MaZc155	Ilhas e ilhotas Litoral Sul-SP	14	A	A	Cria UC - PI	
MaZc156	Costeira - Isóbata de 0 a 5m de profundidade	1277	EA	EA	Outras	Santos(SP)
MaZc157	Itanhaém	445	MA	MA	Cria UC - Indef.	Praia Grande(SP)
MaZc158	Alcatrazes	23	EA	EA	Cria UC - Indef.	
MaZc162	Região entre Baía de Santos e Guarujá	26	EA	EA	Cria UC - PI	Guarujá(SP)
MaZc163	Guaiúba - Guarujá e Saco do Major - Ilha da Moela	20	A	EA	Recuperação	Guarujá(SP)
MaZc164	Restingas da Praia Grande	48	MA	MA	Recuperação	São Vicente(SP)
MaZc167	Estuário de São Vicente	92	MA	MA	Recuperação	Santos(SP)
MaZc169	Ilhas e ilhotas de Ilhabela	2	EA	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc170	Canal de Bertioga	162	EA	EA	Cria UC - US	Santos(SP)
MaZc171	Quilombos do Médio Ribeira	119	EA	EA	Mosaico/Corredor	Santos(SP)
MaZc173	Ilhas e ilhotas de São Sebastião	4	EA	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc177	Itaguairé - Bertioga	48	EA	EA	Cria UC - PI	Bertioga(SP)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc180	Restingas de Bertioiga	85	MA	EA	Mosaico/Corredor	Bertioiga(SP)
MaZc185	Praias e costões do litoral norte de Ubatuba	283	MA	EA	Recuperação	Caraguatatuba(SP)
MaZc193	Ilhas e ilhotes de Ubatuba	7	EA	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc200	Iha Grande e Jorge Grego	154	EA	EA	Cria UC - PI	
MaZc205	Baia da Ilha Grande - RJ	1214	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Angra dos Reis(RJ)
MaZc206	Ilhas costeiras da região metropolitana do RJ	104	MA	MA	Cria UC - Indef.	
MaZc209	Bocaina	162	EA	EA	Cria UC - PI	Angra dos Reis(RJ)
MaZc210	Arraial do Cabo	84	EA	EA	Cria UC - US	Cabo Frio(RJ)
MaZc211	Baia de Sepetiba	1004	EA	A	Cria UC - US	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc212	Lagoa de Itaipu-morro das andorinhas	8	MA	A	Recuperação	Niterói(RJ)
MaZc213	Lagoas costeiras do estado do Rio	39	EA	EA	Recuperação	Maricá(RJ)
MaZc214	Lagoa de Araruama	226	MA	EA	Cria UC - US	Cabo Frio(RJ)
MaZc215	Tampão da FI da Tijuca	43	A	MA	Mosaico/Corredor	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc216	Itaocaia	8	MA	MA	Recuperação	Maricá(RJ)
MaZc218	Lagoas de Saquarema	75	MA	EA	Mosaico/Corredor	Saquarema(RJ)
MaZc219	Maricá	309	A	MA	Mosaico/Corredor	São Gonçalo(RJ)
MaZc220	Bacaxá	55	MA	EA	Cria UC - PI	Saquarema(RJ)
MaZc221	Engenho pequeno	11	A	A	Recuperação	São Gonçalo(RJ)
MaZc223	Cabo de buzios e ilhas adjacentes	145	EA	EA	Cria UC - US	Cabo Frio(RJ)
MaZc225	Baia da Guanabara	296	A	A	Recuperação	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc227	Corredor Mico Leão	840	MA	MA	Mosaico/Corredor	Cabo Frio(RJ)
MaZc229	Baixada do N Fluminense	2217	IC	A	Fomento Uso Sust.	Macaé(RJ)
MaZc233	Mauá	104	A	MA	Recuperação	Duque de Caxias(RJ)
MaZc246	Rio das Ostras	253	MA	EA	Mosaico/Corredor	Macaé(RJ)
MaZc247	Arquipelago de Santana	20	EA	EA	Fomento Uso Sust.	
MaZc248	Faixa de marinha de Jurubatiba	1320	MA	MA	Inventário	Macaé(RJ)
MaZc256	Carapebus	58	A	MA	Recuperação	Quissamã(RJ)
MaZc264	Lagoa Feia	811	EA	MA	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
MaZc275	Farol de São Tomé	399	EA	EA	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
MaZc282	tartaruga marinha	4115	MA	A	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
MaZc290	Fóz do rio Paraíba	218	A	A	Recuperação	Campos dos Goytacazes(RJ)
MaZc307	Praia das Neves	67	EA	MA	Fomento Uso Sust.	São Francisco de Itabapoana(RJ)
MaZc313	Área marinha das ilhas de Marataízes - ES	640	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Marataízes(ES)
MaZc322	Ilhas Piúma/Francês	577	EA	EA	Cria UC - Indef.	Guarapari(ES)
MaZc326	Anchieta	112	A	A	Educ. Ambiental	Guarapari(ES)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc328	Área marinha das ilhas de Guarapari - ES	544	EA	MA	Fomento Uso Sust.	Vila Velha(ES)
MaZc330	Área Costeira entre Vila Velha e Itapemirim	756	A	A	Ordenamento Pesqueiro	Vila Velha(ES)
MaZc332	Área Costeira entre Vila Velha e Marataizes	1791	A	A		
MaZc338	Área marinha das ilhas de Vila Velha	237	EA	MA	Cria UC - Indef.	Vila Velha(ES)
MaZc342	Mangue do Lameirão	28	MA	EA	Cria UC - Indef.	Cariacica(ES)
MaZc343	Área Costeira entre Serra e Vitória	526	A	A	Ordenamento Pesqueiro	Vila Velha(ES)
MaZc345	Queimados	49	A	A	Recuperação	Serra(ES)
MaZc351	REVIS Santa Cruz/ APA Costa das Algas (prop.)	1497	EA	EA	Cria UC - Indef.	Serra(ES)
MaZc358	Piraquê-Açu	74	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Aracruz(ES)
MaZc363	Área marinha contígua a Foz do Rio Doce	906	EA	A	Inventário	
MaZc368	Proposta de UC de US da Foz do Rio Doce	480	EA	EA	Cria UC - US	Linhares(ES)
MaZc373	Planície Costeira do Rio Doce	2102	EA	EA	Cria UC - US	Linhares(ES)
MaZc375	Floresta da Vale do Rio Doce	435	EA	A	Cria UC - US	Linhares(ES)
MaZc376	Área Cost. de Monsaraes à ponta dos lençóis	3511	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	Linhares(ES)
MaZc385	Mosaico Conceição da Barra	742	EA	MA	Mosaico/Corredor	Mucuri(BA)
MaZc386	Rio Mucuri	633	A	EA	Mosaico/Corredor	Nova Viçosa(BA)
MaZc388	Proposta REBIO Mucuri	31	IC	A	Cria UC - PI	Nova Viçosa(BA)
MaZc390	Rio Peruípe	1406	A	A	Mosaico/Corredor	Teixeira de Freitas(BA)
MaZc392	Cassurubá	634	MA	EA	Cria UC - Indef.	Nova Viçosa(BA)
MaZc394	Rio Itanhentinga	1240	A	A	Mosaico/Corredor	Teixeira de Freitas(BA)
MaZc395	Vale do Jucuruçu	511	A	MA	Mosaico/Corredor	Itamaraju(BA)
MaZc396	Contorno sul do PARNA Descobrimento	128	A	EA	Mosaico/Corredor	Prado(BA)
MaZc398	Mussununga	60	IC	EA	Cria UC - Indef.	Prado(BA)
MaZc399	Ampliação - PARNA do Descobrimento	150	EA	EA	Cria UC - PI	Prado(BA)
MaZc401	Guaratinga	1181	A	EA	Mosaico/Corredor	Porto Seguro(BA)
MaZc405	Proposta REBIO Rio dos Frades	14	A	MA	Cria UC - PI	Porto Seguro(BA)
MaZc406	Corredor Monte Pascoal - Pau Brasil	702	EA	EA	Cria UC - PI	Porto Seguro(BA)
MaZc407	Proposta de Ampliação PARNA Pau Brasil	135	EA	EA	Mosaico/Corredor	Porto Seguro(BA)
MaZc414	São Miguel (BA)	278	MA	MA	Recuperação	Porto Seguro(BA)
MaZc416	Belmonte	1168	EA	EA	Cria UC - Indef.	Santa Cruz Cabralia(BA)
MaZc421	Jequitinhonha	1187	EA	EA	Mosaico/Corredor	Canavieiras(BA)
MaZc425	Florestas pluviais do Pardo	1420	MA	EA	Fomento Uso Sust.	Canavieiras(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc427	Campos Úmidos de Santa Luzia	1065	A	EA	Recuperação	Canaveiras(BA)
MaZc429	Corredor de Ucs. Una S. Baixão	3450	EA	EA	Fomento Uso Sust.	Ilhéus(BA)
MaZc432	Bacia Cachoeira-Santana	3221	MA	A	Mosaico/Corredor	Ilhéus(BA)
MaZc438	Serra das Onças/Machado	567	MA	EA	Cria UC - Indef.	Camamu(BA)
MaZc439	Lagoa Santa	317	EA	EA	Mosaico/Corredor	Gandu(BA)
MaZc444	Água Branca	238	EA	EA	Mosaico/Corredor	Valença(BA)
MaZc446	Jaguaripe e Salinas das Margaridas	233	MA	EA	Recuperação	Maragogipe(BA)
MaZc447	Matas da Paralela e Pituaçu	44	A	EA	Mosaico/Corredor	Salvador(BA)
MaZc448	Manguezais do Recôncavo Baiano	416	IC	A	Cria UC - Indef.	Maragogipe(BA)
MaZc450	Dunas de Abrantes	14	IC	A	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc451	Entorno de Camaçari	264	IC	EA	Mosaico/Corredor	Camaçari(BA)
MaZc452	Serra de S. Francisco e Reman. do Bx. Paraguassu	544	EA	EA	Cria UC - PI	Santo Amaro(BA)
MaZc454	Praia do Forte e Imbassaí	152	EA	EA	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc456	Fragmentos do Litoral Norte	2389	EA	EA	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc457	Massarandupió	176	EA	EA	Cria UC - Indef.	Entre Rios(BA)
MaZc458	Complexo de zonas úmidas e restingas do Itapicuru	212	EA	EA	Cria UC - Indef.	Conde(BA)
MaZc459	Litoral e complexo das matas do sul de Sergipe	1470	EA	EA	Cria UC - Indef.	Aracaju(SE)
MaZc461	Foz do Vaza Barris	514	MA	MA	Cria UC - US	Aracaju(SE)
MaZc463	Estuário do Sergipe	1060	A	MA	Definição Área Exclusão Pesca	Aracaju(SE)
MaZc465	Foz do São Francisco (Litoral)	2647	EA	EA	Cria UC - Indef.	Penedo(AL)
MaZc467	Região de Japarutuba	1279	EA	MA	Mosaico/Corredor	Capela(SE)
MaZc468	Banco do Peba	277	EA	EA	Recuperação	Coruripe(AL)
MaZc469	Foz do São Francisco	318	EA	MA	Recuperação	Penedo(AL)
MaZc470	Pontal do Coruripe	33	IC	A	Recuperação	Coruripe(AL)
MaZc471	Baixios de Dom Rodrigues	343	MA	EA	Mosaico/Corredor	Coruripe(AL)
MaZc473	Lagoa de Jequiá	404	A	A	Cria UC - US	Coruripe(AL)
MaZc474	Pratagi	1355	MA	MA	Cria UC - US	Maceió(AL)
MaZc476	São Miguel dos Campos	808	EA	EA	Cria UC - PI	Maceió(AL)
MaZc477	Messias - Flexeiras	686	EA	EA	Cria UC - PI	Maceió(AL)
MaZc478	Talude da APA Costa dos Corais	1500	EA	EA	Definição Área Exclusão Pesca	
MaZc479	Barra de Camaragibe	383	A	MA	Cria UC - US	São Luís do Quitunde(AL)
MaZc483	Porto Calvo	89	A	A	Recuperação	Porto Calvo(AL)
MaZc487	Barreiros - Maragogi	643	A	MA	Cria UC - Indef.	Palmares(PE)
MaZc489	Guadalupe	633	EA	MA	Cria UC - PI	Ipojuca(PE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc490	Ipojuca	180	EA	EA	Cria UC - PI	Ipojuca(PE)
MaZc494	Cabo	418	A	A	Cria UC - Indef.	Jaboatão dos Guararapes(PE)
MaZc495	Recifes	553	MA	EA	Cria UC - US	Recife(PE)
MaZc497	Pina- Parque dos manguezais	7	MA	A	Recuperação	Recife(PE)
MaZc498	Capibaribe e Tegipió	26	A	EA	Recuperação	Recife(PE)
MaZc499	Camaragibe - Tapacurá	1019	MA	A	Cria UC - US	Recife(PE)
MaZc500	Itamaracá - Coetés	815	MA	MA	Cria UC - US	Olinda(PE)
MaZc501	Santa Teresa - Goiana	43	MA	MA	Cria UC - PI	Goiana(PE)
MaZc503	Goiana -	248	EA	MA	Cria UC - US	Goiana(PE)
MaZc504	Pitimbu	258	MA	MA	Definição Área Exclusão Pesca	Caaporã(PB)
MaZc506	Tambaba	273	MA	MA	Ordenamento	Conde(PB)
MaZc509	Buraquinho	7	EA	A	Cria UC - Indef.	João Pessoa(PB)
MaZc510	Rio Paraíba	1445	EA	EA	Cria UC - Indef.	João Pessoa(PB)
MaZc512	Mamanguape - Rio Tinto	162	A	A	Mosaico/Corredor	Mamanguape(PB)
MaZc514	Potiguara	372	IC	MA	Mosaico/Corredor	Mamanguape(PB)
MaZc515	Barra de Camaratuba	82	IC	A	Inventário	Mamanguape(PB)
MaZc516	Baía formosa Mataraca	175	EA	A	Mosaico/Corredor	Baía Formosa(RN)
MaZc517	Baía Formosa Marinho	384	MA	MA	Mosaico/Corredor	Baía Formosa(RN)
MaZc518	Mata da Estrela	39	EA	MA	Mosaico/Corredor	Baía Formosa(RN)
MaZc520	Bom Jardim	23	MA	A	Cria UC - US	Canguaretama(RN)
MaZc521	Pipa-Nísia Floresta	876	EA	EA	Cria UC - Indef.	São José de Mipibu(RN)
MaZc522	Pirangi-Búzios	364	EA	EA	Cria UC - Indef.	Parnamirim(RN)
MaZc523	Barreira do inferno	78	EA	EA	Mosaico/Corredor	Natal(RN)
MaZc524	Corredor de Cotovelo	209	MA	A	Mosaico/Corredor	Natal(RN)
MaZc525	Mangue e dunas do Potengi	252	EA	EA	Recuperação	Natal(RN)
MaZc526	Dunas do Norte	1468	MA	MA	Cria UC - Indef.	Natal(RN)
MaZc533	PE da Guarita	0	A	A	Área Protegida	Torres(RS)
MaZc550	APA da Baleia Franca	544	EA	A	Área Protegida	Palhoça(SC)
MaZc551	PE da Serra do Tabuleiro	930	EA	EA	Área Protegida	Palhoça(SC)
MaZc555	RESEX Pirajubáé	17	EA	EA	Área Protegida	
MaZc558	ESEC de Carijós	8	EA	EA	Área Protegida	
MaZc559	APA Anhatomirim e Baía Norte	124	A	A	Área Protegida	Governador Celso Ramos(SC)
MaZc560	TI Mbiguaçu	0	A	A	Área Protegida	Biguaçu(SC)
MaZc566	REBIO Marinha do Arvoredo	174	EA	A	Área Protegida	
MaZc588	PE do Acarai	62	EA	A	Área Protegida	São Francisco do Sul(SC)
MaZc592	PE do Boguaçu	60	EA	EA	Área Protegida	Guaratuba(PR)
MaZc594	PE do Rio da Onça	1	MA	A	Área Protegida	Matinhos(PR)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc595	APA de Guaratuba	1341	EA	MA	Área Protegida	São José dos Pinhais(PR)
MaZc597	PN de Saint-Hilaire/Lange	253	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc599	ESEC do Guaraguaçu	12	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc600	Parque da restinga de pontal	7	A	EA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc601	FLOES do Palmito	5	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc603	PE da Ilha do Mel	4	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc607	TI Ilha da Cotonga	17	A	A	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc608	ESEC da Ilha do Mel	30	EA	A	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc618	PN do Superagui	340	EA	MA	Área Protegida	Cananéia(SP)
MaZc625	APA Guaraqueçaba	2427	EA	MA	Área Protegida	Paranaguá(PR)
MaZc630	PE Ilha do Cardoso	131	EA	MA	Área Protegida	Cananéia(SP)
MaZc636	APA de Cananéia-Iguapé e Peruíbe	1265	A	A	Área Protegida	Iguapé(SP)
MaZc637	PE Jacupiranga	1491	EA	EA	Área Protegida	Campina Grande do Sul(PR)
MaZc639	ESEC Chaúas	27	EA	A	Área Protegida	Iguapé(SP)
MaZc650	TI Piaçaguera	6	A	A	Área Protegida	Peruíbe(SP)
MaZc657	TI Itaóca	5	A	A	Área Protegida	Mongaguá(SP)
MaZc661	TI Guarani do Aguapeu	44	EA	A	Área Protegida	Itanhaém(SP)
MaZc663	PE Xixová-Japuí	6	EA	MA	Área Protegida	São Vicente(SP)
MaZc666	PE Ilha Bela	295	EA	MA	Área Protegida	Ilhabela(SP)
MaZc673	PE Serra do Mar-N. São Sebastião	338	EA	EA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
MaZc674	TI Guarani do Ribeirão Silveira	86	EA	EA	Área Protegida	São Sebastião(SP)
MaZc677	PE Serra do Mar-N. Caraguatatuba	429	EA	EA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
MaZc690	PE Serra do Mar-N. Picinguaba	509	EA	MA	Área Protegida	Caraguatatuba(SP)
MaZc696	TI Guarani Araçonga	2	EA	EA	Área Protegida	Ubatuba(SP)
MaZc698	APA de Cairuçú	322	EA	EA	Área Protegida	Ubatuba(SP)
MaZc703	PE Marinho do Aventureiro	18	EA	MA	Área Protegida	
MaZc705	PE da Ilha Grande	44	EA	MA	Área Protegida	
MaZc706	REBIO Estadual da Praia do Sul	35	EA	A	Área Protegida	
MaZc707	RESEX Marinha do Arraial do Cabo	526	EA	EA	Área Protegida	Cabo Frio(RJ)
MaZc708	APA de Tamoios	104	EA	MA	Área Protegida	
MaZc709	REBIO e Arqueológica de Guaratiba	37	EA	A	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc710	ESEC de Tamoios	214	EA	MA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
MaZc711	APA de Maricá	10	EA	EA	Área Protegida	Maricá(RJ)
MaZc712	APA de Massambaba	110	EA	EA	Área Protegida	Araruama(RJ)
MaZc713	PE da Serra da Tiririca	23	EA	EA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
MaZc714	PN da Tijuca	35	EA	A	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)
MaZc715	APA do Pau Brasil	107	EA	EA	Área Protegida	Cabo Frio(RJ)
MaZc716	PE da Pedra Branca	127	EA	MA	Área Protegida	Rio de Janeiro(RJ)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc717	UC Darcy Ribeiro	49	MA	MA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
MaZc719	PN da Serra da Bocaina	939	EA	MA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
MaZc720	APA da Serra de Sapatiba	61	MA	MA	Área Protegida	São Pedro da Aldeia(RJ)
MaZc721	APA de Mangaratiba	248	EA	EA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
MaZc724	TI Guarani de Bracui	22	EA	MA	Área Protegida	Angra dos Reis(RJ)
MaZc727	ESEC da Guanabara	20	EA	MA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
MaZc728	APA de Guapi-Mirim	122	MA	MA	Área Protegida	São Gonçalo(RJ)
MaZc731	ESEC Bananal	9	A	A	Área Protegida	Bananal(SP)
MaZc736	APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado	1536	EA	A	Área Protegida	Nova Friburgo(RJ)
MaZc745	REBIO União	30	EA	A	Área Protegida	Macaé(RJ)
MaZc758	PN da Restinga de Jurubatiba	152	EA	A	Área Protegida	Macaé(RJ)
MaZc776	ESEC de Guaxindiba	33	EA	EA	Área Protegida	São Francisco de Itabapoana(RJ)
MaZc781	APA de Guanandy	52	MA	A	Área Protegida	Marataizes(ES)
MaZc785	APA de Setiba	110	EA	MA	Área Protegida	Vila Velha(ES)
MaZc786	PE Paulo César Vinha	17	EA	MA	Área Protegida	Guarapari(ES)
MaZc792	PE da Fonte Grande	2	A	A	Área Protegida	Vitória(ES)
MaZc794	APA de Praia Mole	4	A	A	Área Protegida	Serra(ES)
MaZc798	APA de Mestre Álvaro	26	A	A	Área Protegida	Serra(ES)
MaZc802	TI Caieiras Velha	31	A	A	Área Protegida	Aracruz(ES)
MaZc805	TI Pau Brasil (ES)	16	A	A	Área Protegida	Aracruz(ES)
MaZc808	TI Comboios	25	A	A	Área Protegida	Aracruz(ES)
MaZc809	REBIO de Comboios	8	EA	A	Área Protegida	Linhares(ES)
MaZc812	FLOA de Goytacazes	14	EA	MA	Área Protegida	Linhares(ES)
MaZc819	APA de Conceição da Barra	81	EA	MA	Área Protegida	São Mateus(ES)
MaZc820	PE de Itaúnas	50	EA	EA	Área Protegida	Mucuri(BA)
MaZc821	FLOA do Rio Preto	30	EA	MA	Área Protegida	Conceição da Barra(ES)
MaZc823	REBIO do Córrego Grande	16	EA	MA	Área Protegida	Mucuri(BA)
MaZc829	PN e Histórico do Monte Pascoal	230	EA	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
MaZc830	APA Caraiva/Trancoso	206	A	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
MaZc832	APA Coroa Vermelha	30	IC	EA	Área Protegida	Porto Seguro(BA)
MaZc833	APA Santo Antônio	54	IC	MA	Área Protegida	Santa Cruz Cabralia(BA)
MaZc836	APA Lagoa Encantada e Rio Almada	997	MA	A	Área Protegida	Ilhéus(BA)
MaZc837	PE Serra do Conduru	97	EA	EA	Área Protegida	Ilhéus(BA)
MaZc838	APA Costa de Itacaré/Serra Grande	557	EA	EA	Área Protegida	Ubatuba(BA)
MaZc839	APA Baía de Camamu	1028	EA	EA	Área Protegida	Camamu(BA)
MaZc840	APA Pratiği	955	EA	EA	Área Protegida	Camamu(BA)
MaZc843	APA Tinharé Boipeba	321	EA	EA	Área Protegida	Cairu(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc844	APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	1147	EA	EA	Área Protegida	Valença(BA)
MaZc845	APA Baía de Todos os Santos (Ilha de Itaparica e Recifes Costeiros)	354	EA	EA	Cria UC - Indef.	Vera Cruz(BA)
MaZc846	APA Baía de Todos os Santos (Costões Rochosos de Salvador)	34	EA	A	Ordenamento	Salvador(BA)
MaZc847	APA Lagoas e Dunas do Abaeté	13	A	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc848	APA Bacia do Cobre S. Bartolomeu	11	IC	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc849	APA Baía de Todos os Santos	818	MA	MA	Cria UC - Indef.	Salvador(BA)
MaZc850	APA Rio Capivara	18	A	MA	Cria UC - Indef.	Camaçari(BA)
MaZc851	APA Baía de Todos os Santos (BTS Petroquímica)	242	A	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc852	RESEX Marinha da Baía de Iguapé	85	IC	EA	Área Protegida	Maragogipe(BA)
MaZc853	APA Joanes Ipitanga	670	A	A	Área Protegida	Salvador(BA)
MaZc854	APA Lagoas de Guarajuba	20	A	A	Área Protegida	Camaçari(BA)
MaZc856	APA Plataforma Continental do Litoral Norte	3593	EA	MA	Área Protegida	Camaçari(BA)
MaZc857	APA Litoral Norte do Estado da Baía	788	A	A	Área Protegida	Camaçari(BA)
MaZc858	APA Mangue Seco	151	EA	EA	Cria UC - Indef.	Estância(SE)
MaZc859	FLONA Ibura	2	A	A	Área Protegida	Nossa Senhora do Socorro(SE)
MaZc861	REBIO de Santa Isabel	43	EA	A	Área Protegida	Pacatuba(SE)
MaZc862	APA de Piaçabuçu	95	EA	EA	Área Protegida	Piaçabuçu(AL)
MaZc863	RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá	107	MA	MA	Área Protegida	Coruripe(AL)
MaZc864	RESEC Manguezais da Lagoa do Roteiro	8	EA	EA	Área Protegida	Roteiro(AL)
MaZc865	RESEC Saco da Pedra	2	EA	MA	Área Protegida	Marechal Deodoro(AL)
MaZc866	APA da Costa dos Corais	4256	EA	EA	Área Protegida	Maceió(AL)
MaZc869	REBIO de Saltinho	6	EA	EA	Área Protegida	Rio Formoso(PE)
MaZc870	APA Estadual de Guadalupe	372	MA	EA	Cria UC - US	Barreiros(PE)
MaZc871	PE do Jacarapé	4	IC	MA	Área Protegida	João Pessoa(PB)
MaZc872	PE de Aratu	4	IC	MA	Área Protegida	João Pessoa(PB)
MaZc873	FLONA da Restinga do Cabedelo	1	A	A	Área Protegida	João Pessoa(PB)
MaZc874	PE Marinho de Areia Vermelha	2	A	EA	Definição Área Exclusão Pesca	
MaZc875	APA da Barra do Rio Mamanguape	96	EA	EA	Definição Área Exclusão Pesca	Rio Tinto(PB)
MaZc876	ARIE Manguezais da Foz do Rio Mamanguape	61	EA	EA	Área Protegida	Rio Tinto(PB)
MaZc880	PE das Dunas de Natal	17	EA	A	Área Protegida	Natal(RN)
MaZc881	APA Estadual dos Recifes de Corais	1410	EA	EA	Área Protegida	Touros(RN)
MaZc882	APA Jericoacoara	1	A	A	Área Protegida	Jijoca de Jericoacoara(CE)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
MaZc883	ESEC Juréia-Itatins	799	EA	EA	Área Protegida	Peruíbe(SP)
MaZc884	Ampliação - PE Ilha Anchieta	10	EA	EA	Cria UC - PI	
MaZc885	ARIE Queimada Grande e Queimada Pequena	1	EA	EA	Área Protegida	
MaZc886	PE Ilha Anchieta	8	EA	EA	Área Protegida	
PpZc003	Banhado do Mundo Novo	237	EA	MA	Inventário	Arroio Grande(RS)
PpZc004	Banhado do Maçarico e cordões litorâneos anexos	875	EA	EA	Cria UC - PI	Rio Grande(RS)
PpZc006	Várzea do Canal de S Gongalo	945	EA	EA	Cria UC - US	Pelotas(RS)
PpZc008	Banhado de Estreito	174	MA	MA	Mosaico/Corredor	São José do Norte(RS)
PpZc009	Estuário da Laguna dos Patos	1028	MA	EA	Cria UC - Indef.	Pelotas(RS)
PpZc012	Sistema Lagoa Pequena	371	MA	A	Cria UC - Indef.	Pelotas(RS)
PpZc013	Sistema Bujuru	246	A	MA	Recuperação	São José do Norte(RS)
PpZc018	Ampliação do Parque Camaquã	191	EA	EA	Cria UC - PI	Camaquã(RS)
PpZc020	Lagoa dos Patos	8016	A	A		Viamão(RS)
PpZc027	Campos de dunas e lagoas cost. do litoral médio	847	MA	A	Mosaico/Corredor	Tramandai(RS)
PpZc028	Butiaçais de Tapes	216	EA	EA	Cria UC - Indef.	Tapes(RS)
PpZc036	Lagoa do Casamento e Ecosist. associados	645	MA	MA	Cria UC - US	Viamão(RS)
PpZc037	Butiaçais de Palmares do Sul	78	A	A	Mosaico/Corredor	Palmares do Sul(RS)
PpZc040	Corr Ecológico entre Morro de Santana e PE	239	A	EA	Cria UC - PI	Porto Alegre(RS)
PpZc042	Dunas móveis de Cidreira	133	MA	EA	Cria UC - PI	Tramandai(RS)
PpZc051	Sistema Lagunar Tramandai-Armazém	56	MA	EA	Recuperação	Osório(RS)
PpZc057	Áreas úmidas ao norte de Tramandai	300	MA	EA	Mosaico/Corredor	Osório(RS)
PpZc064	Região de Itapeva	120	EA	EA	Cria UC - Indef.	Torres(RS)
PpZc069	Complexo Lagoa do Forno e Jacaré(Costeiro)	3	EA	EA	Cria UC - PI	Torres(RS)
PpZc071	Remanescente próximo a Torres	2	A	A		Torres(RS)
PpZc089	ESEC do Taim	1113	EA	A	Área Protegida	Rio Grande(RS)
PpZc090	ARIE Pontal dos Latinos e Pontal do Santiago	30	A	A	Área Protegida	Santa Vitória do Palmar(RS)
PpZc091	REBIO da Mata Grande	47	EA	MA	Área Protegida	Rio Grande(RS)
PpZc092	PN Lagoa do Peixe	368	EA	A	Área Protegida	Mostardas(RS)
PpZc093	PE do Camaquã	56	EA	EA	Área Protegida	Camaquã(RS)
PpZc094	TI da Pacheca	22	EA	MA	Área Protegida	Camaquã(RS)
PpZc097	PE Itapuã	60	EA	A	Área Protegida	Viamão(RS)
PpZc100	PE Delta do Jacuí	227	EA	EA	Área Protegida	Porto Alegre(RS)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
PpZc103	PE de Itapeva	10	EA	EA	Área Protegida	Torres(RS)
PpZc104	PE Acaí	22	EA	A	Área Protegida	Torres(RS)

Zona Marinha

Tabela 11.9.8 – Lista de Áreas Prioritárias para a Zona Marinha com seus respectivos: código, área (km2), importância biológica (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta, IC – insuficientemente conhecida), urgência de ação (A – alta, MA – muito alta, EA – extremamente alta), principal ação prioritária indicada e município principal.

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Zm001	Chuí	7793	MA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm002	Parcís do Albardão	336	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm003	Albardão externo	13935	MA	MA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	
Zm004	Albardão interno	13709	MA	MA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	
Zm005	Conceição	13025	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm006	Zona Costeira do Rio Grande do Sul	11703	EA	EA	Cria UC - Indef.	Rio Grande(RS)
Zm007	Plataforma Norte do Rio Grande do Sul	24783	A	MA	Orden Pesq e Proteção Estoque	
Zm008	Influência do est. Babitonga/Paranaguá/Iguape/Cananéia	9976	EA	EA	Orden Pesq e Proteção Estoque	S. Franc. do Sul(SC)
Zm009	Banco Almirante Saldanha	2126	EA	EA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	
Zm010	Trindade e Martin-Vaz	2352	EA	EA	Mosaico/Corredor	
Zm011	Monte Columbia	2366	EA	EA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	
Zm012	Talude continental	9175	MA	EA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	
Zm013	Corredor Vitoria-Trindade-Minerva-Alte. Saldanha	106324	IC	MA	Mosaico/Corredor	
Zm014	Cadeia Vitoria-Trindade	36792	EA	EA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	
Zm015	Plataforma externa capixaba sul	190	MA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm016	Complexo Recifal de Abrolhos	4391	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm017	Talude do Banco de Abrolhos	197	A	MA	Mosaico/Corredor	
Zm018	Banco dos Abrolhos	46577	EA	EA	Cria UC - Indef.	Porto Seguro(BA)
Zm019	Ilhéus	713	A	A	Cria UC - Indef.	Ilhéus(BA)
Zm020	Complexo Baía de Camamu e Tinharé-Boipeba	1852	EA	EA	Cria UC - Indef.	Valença(BA)

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Zm021	Baía de Todos os Santos (área de fora)	1295	MA	EA	Cria UC - Indef.	Salvador(BA)
Zm022	Ao largo de Aracaju (fundido com 6-34)	1080	MA	MA	Cria UC - Indef.	
Zm023	Talude da APA Costa dos Corais	9054	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm024	Talude Continental Cabo Calcanhar a Alagoas	35136	MA	MA	Cria UC - Indef.	
Zm025	Plataforma externa adjacente a APA dos Corais.	1695	EA	MA	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm026	Talude Continental do Cabo Calcanhar	4076	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm027	Entorno do Atol das Rocas	555	MA	A	Mosaico/Corredor	
Zm028	Corredor da Cadeia de Fernando de Noronha	25719	IC	A	Mosaico/Corredor	Fernando de Noronha(PE)
Zm029	Banco Aracati	1233	EA	EA	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm030	Talude Continental Setentrional	31957	MA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm031	Plataforma Externa do Ceará	16235	EA	A	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm032	Fundo Duro 8 - Banco de Algas Calcareas	938	EA	EA	Cria UC - Indef.	
Zm033	Corredor da Cadeia Norte	15915	IC	A	Mosaico/Corredor	
Zm034	Faixa costeira das reentrancias maranhenses e paraenses	3002	EA	EA	Ordenamento Pesqueiro	Bragança(PA)
Zm035	Fundo Duro 7 - Carbonático - Areia ou cascalho de molusco	670	EA	EA	Definição Área Exclusão Pesca	
Zm036	Lixeira	22858	EA	EA	Cria UC - PI	
Zm037	Plataforma do Amapá + Golfão Marajoara	81844	EA	MA	Definição Área Exclusão Pesca	Macapá(AP)
Zm038	Fundos Duros 2	1161	EA	EA	Definição Área Exclusão Pesca	
Zm039	Talude do Chuí	4013	A	MA	Orden Pesq e Proteção Estoque	
Zm040	Cone de Rio Grande	6166	EA	EA	Orden Pesq e Proteção Estoque	
Zm041	ZEE externa	182273	A	MA	Orden Pesq e Proteção Estoque	
Zm042	Barra do Rio Grande	808	EA	EA	Cria UC - US	Rio Grande(RS)
Zm043	Talude de Conceição	4714	A	MA	Orden Pesq e Proteção Estoque	
Zm044	Ressurgência Cabo de Santa Marta	6490	EA	MA	Cria UC - US	Içara(SC)
Zm045	Terraço de Rio Grande	91346	EA	EA	Orden Pesq e Área Excl Pesca	

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Zm046	Plataforma externa sul-fluminense e paulista	117776	MA	EA	Orden Pesq e Proteção Estoque	Itajaí(SC)
Zm047	Águas ultra-profundas do Rio de Janeiro.	271443	IC	A	Inventário	
Zm048	Plataforma externa norte-fluminense	17746	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm049	Região Oceânica sob Influência do Vortice de Vitória	13637	A	A	Inventário	
Zm050	Faixa Costeira do Banco de Abrolhos	4163	EA	EA	Outras	Mucuri(BA)
Zm051	Monte Hot Spur	7477	EA	MA	Inventário	
Zm052	Buffer dos montes submarinos	24165	IC	A	Outras	
Zm053	Base do talude de abrolhos	22237	MA	MA	Fomento Uso Sust.	
Zm054	Talude Banco do Abrolhos/Royal Charlotte	15612	EA	EA	Fomento Uso Sust.	
Zm055	Bancos Rodger e Minerva	3571	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm056	Banco Morgan	675	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm057	Possível afloramento rochoso	680	IC	A	Outras	
Zm058	Estuário do Rio Jequitinhonha	29	A	EA	Recuperação	Belmonte(BA)
Zm059	Planície Oceânica	191.305	IC	A	Ordenamento Pesqueiro	
Zm060	Serra Grande	227	MA	MA	Ordenamento Pesqueiro	Ilhéus(BA)
Zm061	Base do Talude	8093	IC	A	Fomento Uso Sust.	
Zm062	Talude	3798	A	MA	Fomento Uso Sust.	
Zm063	Proposta da RESEX de Itacaré	442	EA	EA	Cria UC - US	Urucuca(BA)
Zm064	Base do Talude ao largo do	8417	IC	A	Fomento Uso Sust.	
Zm065	Cânions de Salvador e Itaparica	3004	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm066	Base do talude ao largo de Salvador	11044	IC	A	Ordenamento Pesqueiro	
Zm067	Afloramentos rochosos	27690	EA	A	Inventário	
Zm068	Talude ao largo do litoral norte	2483	IC	MA	Fomento Uso Sust.	
Zm069	Base do talude ao largo do Cânion do São Francisco e Rio Real	10558	IC	A	Ordenamento Pesqueiro	
Zm070	Cânion do São Francisco e Rio Real	3967	EA	MA	Fomento Uso Sust.	
Zm071	Montes Submarinos de Pernambuco-Paraíba	8049	EA	A	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm072	Plataforma externa Cabo Calcanhar a Alagoas	7184	EA	EA	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm073	Plataforma externa do Rio Grande do Norte	3123	EA	EA	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm074	Entorno do Arquipélago de Fernando de Noronha	1368	MA	A	Ordenamento	Fernando de Noronha(PE)
Zm075	ZEE	1285421	IC	A	Fomento Uso Sust.	
Zm076	Montes Submarinos próximos ao Atol das Rocas	713	EA	MA	Definição Áreas Exclusão Pesca	

Código	Nome	Área (km2)	Importância	Prioridade	Ação Prioritária	Município Principal
Zm077	Montes Submarinos Guará e Sirius	14073	EA	MA	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm078	Faixa Costeira Litoral leste MA /PI	2223	EA	EA	Cria UC - US	Parnaíba (PI)
Zm079	Golfaço Maranhense	1390	MA	A	Cria UC - US	Alcântara (MA)
Zm080	Montes Submarinos da Cadeia Norte	15677	EA	EA	Definição Áreas Exclusão Pesca	
Zm081	Fundo de Areias Marinhas	72494	MA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm082	Talude continental	18871	MA	MA	Inventário	
Zm083	Fundo Duro 6 - Carbonático - Areia ou cascalho de molusco	1634	EA	MA	Inventário	
Zm084	Lamas Fluviais 2	2454	EA	MA	Ordenamento Pesqueiro	
Zm085	Fundos Duros 5	20421	EA	MA	Recuperação	
Zm086	Montes da Cadeia Norte - Elevações submarinas	22457	MA	MA	Inventário	
Zm087	Arquipélago de São Pedro e São Paulo	231	EA	A	Inventário	
Zm088	Montes da Cadeia Norte além da ZEE	6540	IC	A	Inventário	
Zm089	Fundos Duros 4	804	EA	MA	Inventário	
Zm090	Bancos de Areia Fluvial (nome anetrito do polígono: Golfo Marajoara)	41471	MA	MA	Inventário	
Zm091	Fundos Duros 3	3141	EA	A	Recuperação	
Zm092	Cone Amazônico recortado	133199	IC	A	Inventário	
Zm093	Cone Amazônico - além da ZEE	40830	IC	A	Outras	
Zm094	Fundos Duros 1	580	EA	MA	Definição Área Exclusão Pesca	
Zm095	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	914	EA	EA	Área já Protegida	
Zm096	RESEX Cassurubá	362	EA	EA	Área já Protegida	Nova Viçosa (BA)
Zm097	APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos	3268	EA	EA	Cria UC - US	Alcobaça (BA)
Zm098	RESEX do Corumbau	922	EA	EA	Cria/Amplia UC - US	Porto Seguro (BA)
Zm100	Resex de Canavieiras	868	EA	EA	Área já Protegida	Canavieiras (BA)
Zm102	Arquipélago de Fernando de Noronha	115	EA	A	Área já Protegida	Fernando de Noronha (PE)
Zm103	REBIO Atol das Rocas	374	EA	MA	Área já Protegida	
Zm104	Manoel Luis	4700	EA	EA	Área já Protegida	